

Sandra Madalena Barbosa da Luz

Cenários observados na imprensa em diferentes etapas do tráfico
de drogas: um estudo do discurso de jornais do Paraguai, Brasil e
Portugal (2015-2017)



Universidade Fernando Pessoa

Porto

2019

v

Sandra Madalena Barbosa da Luz

Cenários observados na imprensa em diferentes etapas do tráfico
de drogas: um estudo do discurso de jornais do Paraguai, Brasil e
Portugal (2015-2017)

Universidade Fernando Pessoa

Porto

2019

VII

© 2019

Sandra Madalena Barbosa da Luz

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Sandra Madalena Barbosa da Luz

Cenários observados na imprensa em diferentes etapas do tráfico
de drogas: um estudo do discurso de jornais do Paraguai, Brasil e
Portugal (2015-2017)

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
Doutor em Ciências da Informação,
especialidade de Jornalismo e Estudos Mediáticos,
sob orientação do
Prof.: Doutor Jorge Pedro Sousa.

RESUMO

SANDRA MADALENA BARBOSA DA LUZ: Cenários observados na imprensa em diferentes etapas do tráfico de drogas: um estudo do discurso de jornais do Paraguai, Brasil e Portugal (2015-2017)

(Sob orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro de Sousa)

O tráfico de drogas é um fenômeno transnacional presente na maioria dos países, mas materializado de forma diferente conforme a região e etapa da cadeia. Por oferecer ruptura da normalidade, o tema está presente nas páginas da imprensa, seja pelo retrato da violência gerada ou pelas práticas de despenalização aos usuários de substâncias que alteram a consciência aplicadas como alternativa à política proibicionista. Este estudo busca conhecer o tratamento discursivo por meio da observação dos enquadramentos mediáticos comuns ao tráfico de drogas em quatro jornais localizados no Paraguai, Brasil e Portugal. Serão analisados os periódicos *ABC Color*, *Correio do Estado*, *O Globo* e o *Diário de Notícias*, que exibem matérias nas etapas de cultivo, transformação e distribuição de estupefacientes ilícitos tendo, em cada uma das etapas da cadeia, diferentes impactos sobre as populações dos países escolhidos.

A análise teve uma dimensão qualitativa e outra quantitativa. O conteúdo foi analisado com o suporte da teoria do enquadramento, utilizada para compreender o discurso produzido e os critérios de noticiabilidade, para compreender as escolhas noticiosas. Por meio da comparação, foi possível perceber diferenças editoriais, mas também a ausência reflexão de profunda sobre o tema, apenas apresentado ao público por meio da reprodução episódica pelos quatro periódicos analisados. Por essa postura, os jornais, em especial o periódico paraguaio e os brasileiros, reforçam discursos excludentes, preconceituosos e priorizam as fontes de ligação com o Estado, com ênfase à polícia. O periódico português, contudo, também prioriza o episódio em detrimento à cobertura autoinduzida, necessária para o debate público do tema consumo e tráfico de drogas na imprensa.

ABSTRACT

SANDRA MADALENA BARBOSA DA LUZ: Scenarios observed in the press in different stages of drug trafficking: a study of the discourse of newspapers from Paraguay, Brazil and Portugal (2015-2017) (Under the guidance of Prof. Doctor Jorge Pedro de Sousa)

Drug trafficking is a transnational phenomenon present in most countries, but materialized differently according to the region and stage of the chain. Because it offers a rupture in normality, the theme is present in the press pages, either by the portrayal of the violence generated or by the practices of decriminalization of users of substances that alter consciousness applied as an alternative to prohibitionist policy. This study seeks to know the discursive treatment through the observation of the media framing common to drug trafficking in four newspapers located in Paraguay, Brazil and Portugal. It will be analyzed the periodicals *ABC Color*, *Correio do Estado*, *O Globo* and *Diário de Notícias*, which exhibits articles on the stages of cultivation, transformation and distribution of illicit drugs having, in each one of the stages of the chain, different impacts over the populations of the chosen countries.

The analysis had a qualitative and a quantitative dimension. The content was analyzed with the support of the framework theory, used to understand the discourse produced. Through comparison, it was possible to perceive editorial differences, but also the absence of deep reflection on the theme, only presented to the public through episodic reproduction by the four journals analyzed. Because of this attitude, newspapers, especially the Paraguayan periodical and Brazilians, reinforce exclusionary and prejudiced discourses and prioritize sources of connection with the State, with emphasis on the police. The Portuguese newspaper, however, also prioritizes the episode at the expense of self-induced coverage, which is necessary for the public debate on the issue of drug consumption and trafficking in the press.

SOMMAIRE

SANDRA MADALENA BARBOSA DA LUZ: Scénarios observés dans la presse à différents stades du trafic de drogues: étude du discours des journaux du Paraguay, du Brésil et du Portugal (2015 – 2017). (Sous l'orientation du Prof. Docteur Jorge Pedro de Sousa).

Le trafic de drogues est un phénomène transnational présent dans la plupart des pays, mais matérialisé différemment selon la région et le maillon de la chaîne. Pour avoir offert une rupture de la normalité, le sujet est présent dans les pages de la presse, soit par le portrait de la violence qu'elle cause, soit par les pratiques de dépénalisation aux usagers des substances chimiques qui remanient la conscience en tant qu'alternative à la politique prohibitionniste. Le but de cette recherche est de connaître le traitement discursif par l'observation des cadres médiatiques communs pour le trafic de drogues dans quatre journaux situés au Paraguay, au Brésil et au Portugal. On analysera les périodiques *ABC Color*, *Correio do Estado*, *O Globo* et *Diário de Notícias*, qui présentent des articles sur les étapes de la culture, la transformation et la distribution des drogues illicites ayant, à chaque étape de la chaîne, des impacts différents sur les populations des pays choisis.

L'analyse avait une dimension qualitative et quantitative. Le contenu a été analysé à l'aide de la théorie du cadre, utilisée pour comprendre le discours produit. Par comparaison, il a été possible de percevoir des différences éditoriales, mais aussi l'absence de réflexion approfondie sur le thème, présenté au public uniquement par reproduction épisodique par les quatre périodiques analysés. Par comparaison, il a été possible de percevoir des différences éditoriales, mais aussi l'absence de réflexion approfondie sur le thème, présenté au public uniquement par reproduction épisodique par les quatre journaux analysés. En raison de cette attitude, les journaux, en particulier le périodique para-

guayen et les Brésiliens, renforcent les discours d'exclusion et les préjugés et donnent la priorité aux sources de liens avec l'État, l'accent étant mis sur la police. Toutefois, le journal portugais donne également la priorité à l'épisode au détriment de la couverture qu'il s'est lui-même donnée, ce qui est nécessaire pour le débat public sur la question de la consommation et du trafic de drogues dans la presse.

RESUMEN

SANDRA MADALENA BARBOSA DA LUZ: Escenários observados en la prensa en diferentes etapas del tráfico de drogas: Un estudio del discurso de periódicos de Paraguay, Brasil y Portugal (2015-2017) (Bajo la tutoría del Prof. Doctor Jorge Pedro de Sousa)

El tráfico de drogas es un fenómeno transnacional presente en la mayoría de los países, pero materializado de forma diferente conforme a la región y etapa en la cadena de sucesos. Por presentar una ruptura de la normalidad, el tema está ocupando las páginas de la prensa, sea por el retrato de la violencia generada o por las prácticas de despenalización a los usuarios de sustancias que alteran la conciencia, aplicadas como alternativa a la política prohibicionista. Este estudio busca conocer el tratamiento discursivo por medio de la observación de los encuadramientos mediáticos comunes sobre el tráfico de drogas en cuatro periódicos localizados en Paraguay, Brasil y Portugal. Serán analizados los periódicos *ABC Color*, *Correio do Estado*, *O Globo* y el *Diário de Notícias*, que exhiben informaciones en las etapas de cultivo, transformación y distribución de estupefacientes ilícitos, teniendo en cada una de las etapas de la cadena, diferentes impactos sobre las poblaciones de los países escogidos.

El análisis tuvo una dimensión cualitativa y otra cuantitativa. El contenido fue analizado con base en la teoría del encuadramiento, utilizada para comprender el discurso producido. Por medio de la comparación, fue posible percibir diferencias editoriales, pero también ausencia de reflexión de fondo sobre el tema presentado, apenas presentado al público por medio de la reproducción episódica por los cuatro periódicos analizados. Por esa postura, los periódicos, en especial el periódico paraguayo y los brasileros, refuerzan discursos excluyentes, prejuiciosos, priorizando las fuentes de información de origen estatal, con énfasis en la policía. El periódico portugués, con todo, también prioriza el

episodio en perjuicio de la cobertura auto-inducida, necesaria para el debate público del tema del consumo de drogas y el tráfico de drogas en la prensa.

Ao Matheus e ao Rafael pela facilidade em vos amar.

Também ao Iau e ao Lula, porque o perfume
da vossa lembrança é traduzido em generosidade.

AGRADECIMENTOS

Nunca está só quem decide pela vida. E viver esse projeto foi a aventura mais coletiva do qual fui protagonista. Até aqui, agradeço aos meus pedaços de amor, Matheus e Rafael, por tantas renúncias. À minha Mariangela por não ter-me deixado com os pés frios. Aos primeiros filhos, Adriano e Juli. Ao cometa Noeli, a quem a imaginação permite tê-la como perfeita. À família Moraes, à família Pires, à família Pina, à família Eustáquio, à família Moreira da Silva e, em especial, à fantástica Guida. Ao meu orientador, professor doutor Jorge Pedro Sousa pela paciência e por não me ter deixado desistir. Aos amigos do percurso, às amigas do coração.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - Narcotráfico – proibicionismo, motivações e consequências	19
1.1 - Mercados Transnacionais Ilícitos	19
1.1.1. Epidemia de consumo	23
1.1.2. Proibicionismo: política de segurança?	27
1.1.3. Violência na América Latina	43
1.2. Repressão em Paraguai, Brasil e Portugal	45
1.3. Sistemas Legais e Policiais de Paraguai, Brasil e Portugal	46
1.4. O narcotráfico em Paraguai, Brasil e Portugal	51
1.4.1. Portugal e a despenalização do consumo	53
CAPÍTULO II - O tráfico de drogas pela lente da produção jornalística	55
2.1. Moralidade no discurso	55
2.1.1. Usuários, demônios e marginais	58
2.2.2. Códigos deontológicos	63
2.1.3. Regulação de Paraguai, Brasil e Portugal, semelhanças e diferenças	66
CAPÍTULO III – O que dizem os jornais sobre o tráfico de drogas? Uma comparação entre Paraguai, Brasil e Portugal	77
3.1 Metodologia	77
3.2 Jornais analisados	94
3.2.1 <i>ABC Color</i>	94

3.2.2 <i>Correio do Estado</i>	99
3.2.3. <i>O Globo</i>	104
3.2.4 <i>Diário de Notícias</i>	108
3.3. Resultados	105
3.3.1. Análise quantitativa	109
3.3.2. Cenários revelados na cobertura sobre o tráfico de drogas	106
3.4. Análise qualitativa	119
3.4.1. A cobertura do <i>ABC Color</i>	119
3.4.2. A cobertura do <i>Correio do Estado</i>	145
3.4.3. A cobertura de <i>O Globo</i>	202
3.4.4. A cobertura do <i>Diário de Notícias</i>	248
CONCLUSÕES	259
BIBLIOGRAFIA	266
ANEXO 1	
Textos e imagens utilizados do jornal <i>ABC Color</i>	
ANEXO 2	
Textos e imagens utilizados do jornal <i>Correio do Estado</i>	
ANEXO 3	
Textos e imagens utilizados do jornal <i>O Globo</i>	
ANEXO 4	
Imagens <i>Diário de Notícias</i>	

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Total das matérias relacionadas ao cenário segurança	101
GRÁFICO 2. Total das matérias relacionadas ao cenário descriminalização das drogas	127

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. Critérios de noticiabilidade encontrados na cobertura sobre o tráfico de drogas.	116
TABELA 2. Gêneros jornalísticos identificados na cobertura observada no cenário segurança.	122
TABELA 3. Origem das fotografias jornalísticas no cenário segurança	123
TABELA 4. Conteúdo da cobertura fotojornalística observada no cenário tráfico de drogas	124
TABELA 5. Destaque editorial observado no cenário segurança	125
TABELA 6. Tipos de fontes identificadas no cenário segurança	126
TABELA 7. Critérios de noticiabilidade encontrados na cobertura sobre o tráfico de drogas	127
TABELA 8. Cenários observados a partir do cenário principal segurança	128
TABELA. 9. Conteúdo da cobertura fotojornalística a descriminalização das drogas	130
TABELA 10. Destaque editorial concedido ao tema descriminalização das drogas	131
TABELA 11. Tipos de fontes usadas na cobertura sobre a descriminalização das drogas.	131
TABELA 12. Destaque editorial concedido ao tema descriminalização das drogas	132
TABELA 13. Tipos de fontes usadas na cobertura sobre a descriminalização das drogas	133

TABELA 14. Critérios de noticiabilidade observados na cobertura do cenário descriminalização.	134
TABELA 15. Enquadramentos encontrados nos cenários revelados no jornal <i>ABC Color</i>	145
TABELA 16. Enquadramentos revelados na cobertura do jornal <i>Correio do Estado</i> .	216
TABELA 17. Enquadramentos encontrados nos cenários revelados pelo jornal <i>O Globo</i>	161
TABELA 18. Enquadramentos revelados na cobertura do jornal <i>Diário de Notícias</i>	271
TABELA 19. Como são os enquadramentos sobre o cenário global tráfico de drogas nos diários analisados	272

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Exemplo de material fotográfico divulgando no jornal <i>Diário de Notícias</i> e que exemplifica a importância do fotojornalismo	92
FIGURA 2: Exemplo de material infográfico divulgando no jornal <i>ABC Color</i> e que exemplifica a importância da infografia como gênero jornalístico	93
FIGURA 3. Imagem utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para retratar envolvido na morte de jornalista	140
FIGURA 4. Imagem publicada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para protesto contra a morte de jornalista	141
FIGURA 5. Infográfico utilizado pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar os envolvidos no assassinato de jornalista	142
FIGURA 6. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias	144
FIGURA 7. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias	145
FIGURA 8. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias	145
FIGURA 9. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias	145
FIGURA 10. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai	148
FIGURA 11. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.	148
FIGURA 12. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.	149

FIGURA 13. Infográfico utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para exemplificar extensão da corrupção na polícia do Paraguai	150
FIGURA 14. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.	152
FIGURA 15. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai	154
FIGURA 16. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguaio	158
FIGURA 17. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguaio	158
FIGURA 18. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguaio	159
FIGURA 19. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>ABC Color</i> para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguaio	159
FIGURA 20. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> para a cobertura sobre as apreensões de drogas na fronteira do Brasil como Paraguai	166
FIGURA 21. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> para a cobertura sobre as apreensões de drogas na fronteira do Brasil como Paraguai	167
FIGURA 22. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> para a cobertura sobre as apreensões de drogas na fronteira do Brasil como Paraguai	167
FIGURA 23. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> tratar da ação de cartéis de drogas em Mato Grosso do Sul	167
FIGURA 24. Fotografia utilizada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> tratar de apreensões de drogas	184
FIGURA 25. Fotografia publicada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> tratar de apreensões de drogas	184
FIGURA 26. Fotografia publicada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> ilustrar	185

aprensões de drogas

FIGURA 27. Fotografia publicada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> para demonstrar trabalho investigativo da polícia	185
FIGURA 28. Fotografia publicada pelo jornal do <i>Correio do Estado</i> para abordar investigação sobre assassinato supostamente ligado ao tráfico de drogas	190
FIGURA 29. Fotografias utilizadas pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar o uso de drogas em vias públicas na Zona Sul do Rio de Janeiro	221
FIGURA 30. Infográfico utilizado pelo jornal <i>O Globo</i> para apresentar dados sobre os usuários de estupefacientes nas ruas do Rio de Janeiro	222
FIGURA 31. Fotografias utilizadas pelo jornal <i>O Globo</i> em cobertura sobre crianças mortas por balas perdidas do Rio de Janeiro	223
FIGURA 32. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> em cobertura sobre troca de tiros em favela próxima a um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro	225
FIGURA 33. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> em cobertura sobre a presença do Exército na favela da Rocinha do Rio de Janeiro	228
FIGURA 34. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para falar sobre violência ligada ao tráfico de drogas na favela da Rocinha do Rio de Janeiro	228
FIGURA 35. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para falar sobre discussões por autoridades em relação às ações do tráfico e contra o tráfico no Rio de Janeiro	228
FIGURA 36. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para retratar do trabalho da polícia nas ações relacionadas ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro	229
FIGURA 37. Infográfico publicado pelo jornal <i>O Globo</i> para destacar trabalho de comissão de segurança Rio de Janeiro	230
FIGURA 38. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para retratar sepultamento de policial assassinado no Rio de Janeiro	230
FIGURA 39. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para retratar sepultamento de policial assassinado em ação do tráfico no Rio de Janeiro	234
	234
FIGURA 40. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para o trabalho de investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro	

FIGURA 41. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para o trabalho do Exército na vigilância das favelas da Maré no Rio de Janeiro	234
FIGURA 42. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar a vigilância eletrônica em rodovia no Rio de Janeiro	238
FIGURA 43. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para abordar os cortes orçamentários no governo do Rio de Janeiro	239
FIGURA 44. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para demonstrar a situação orçamentária no governo do Rio de Janeiro	240
FIGURA 45. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar integrante do governo do Rio de Janeiro	241
FIGURA 46. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar funeral de policial assassinado no Rio de Janeiro	245
FIGURA 47. Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro	245
FIGURA 48: Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar o ex-governador Rio de Janeiro, Luis Fernando Pezão	246
FIGURA 49: Infografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar os problemas orçamentários e de pessoal da segurança do Rio de Janeiro	247
FIGURA 50: Foto publicada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar o acompanhamento do debate sobre a segurança no Rio de Janeiro	249
FIGURA 51: Foto publicada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar o acompanhamento do debate sobre a segurança no Rio de Janeiro	249
FIGURA 52: Foto publicada pelo jornal <i>O Globo</i> moradora do Rio de Janeiro e vítima de violência	250
FIGURA 53: Infográfico utilizado pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar as interrupções de aula nas escolas devido à crise de segurança no Rio de Janeiro	251
FIGURA 54: Fotografia utilizada pelo jornal <i>O Globo</i> para ilustrar o debate da redução da maioridade penal no Brasil	257
FIGURA 55: Fotografia utilizada pelo jornal <i>Diário de Notícias</i> para ilustrar o consumo assistido de estupefacientes	269
FIGURA 56: Fotografia utilizada pelo jornal <i>Diário de Notícias</i> para ilustrar o consumo assistido de estupefacientes	269

FIGURA 57: Fotografia utilizada pelo jornal *Diário de Notícias* para ilustrar o cultivo de cannabis 270

INTRODUÇÃO

O tráfico de drogas está presente na pauta dos jornais de todo o mundo como reflexo das múltiplas relações que o tema exerce. Levando em conta conhecer esse evento e como ele se processa na imprensa, houve a busca de trabalhos anteriores com o intuito, também, de observar os enquadramentos mediáticos comuns ao fenômeno. Dessa forma, os achados apontam que material produzido reporta a questões relacionadas à integração com a pobreza (Zaluar, 2004); violência (Ratton, 2014; Lima *et al*, 2014); Dowdney (2002) e, invariavelmente, de uma perspectiva distorcida ao reafirmar contextos que reforçam preconceitos (Paiva e Dines, 2002). No discurso difundido pelos jornais há, ainda, a adoção de mitos que reforçam visões estereotipadas, como chamado poder paralelo (Barcellos, 2003). Já Robelo (2014, p.63) detalha que a cobertura da imprensa prioriza temas episódicos, que reportam eventos e operações policiais em detrimento de materiais de indução reflexiva, atribui responsabilidade pelos crimes ligados ao tráfico ao indivíduo e não a fatores macrossociais e, ainda, prioriza fontes burocráticas, estatais e policiais.

“Afirmção de que apesar do tráfico de drogas e crime organizado serem problemas complexos, multifatoriais e com raízes históricas, os meios de comunicação de frequência diária analisados - independentemente de seu setor e abrangência - publicaram maior proporção de notícias sobre o assunto. ações policiais e militares, crimes e violências que superam outros fenômenos (debates e posições) A obsessão com a violência e o crime obscuro por questões que são muito importantes para o cidadão entender a realidade e formar juízos e opiniões, como elaborar normas legais, políticas públicas para conter ou lidar com a violência, programas de cooperação internacional para atingir o mesmo objetivo, lobby e discussões para introduzir mudanças no arcabouço legal mexicano relacionado à segurança (nacional, pública, interna), justiça criminal e saúde, entre outras”. (Robelo, 2014; p.63).

Como resultado, o circuito noticioso pode levar ao mítico e ao sensacional, como avaliado por Bruck (2013) em estudo sobre matérias relativas ao crack em jornais de Minas Gerais. Conforme o autor, a discursividade da imprensa, muitas vezes, revela o mítico, o sensacional e o espetáculo em detrimento da informação esclarecedora (Bruck, 2013, p.190). Quanto a prioridade às fontes policiais, a relação pode induzir prejuízos à informação, reforçar a criminalização em especial de pessoas pobres e desconsiderar direitos básicos, como a presunção da inocência (Valois, 2015). E, sobre a cobertura, Dornelles e Modena (2019) apontam que os critérios de noticiabilidade aplicados invariavelmente pela grande imprensa, distorcem a cobertura diária em bairros.

O resultado é um tratamento discursivo que alimenta o imaginário, traduzido em diversas formas de preconceitos para a população e que, no caso da linha traçada entre a fronteira e a metrópole brasileira condiciona à projeção de um mero corredor para o transporte de armas e drogas (Correio, 2013, p.137). Para além de relacionamentos promíscuo entre fontes, ideias pré-concebidas e inabilidade para reflexão sobre o tráfico, o exercício da atividade jornalística também é impactado pelas idiossincrasias do tema, em especial na região fronteiriça brasileira. Na região, há jornalistas sob proteção policial após tentativas de suborno, ameaças e atentados promovidos por facções e assassinato de colegas (Filho, 2012; SPP, 2019¹; Knitht Center, 2011², 2012³, 2013⁴, 2013b⁵, 2014⁶, 2015⁷, 2016⁸, 2017⁹, 2018¹⁰, 2019¹¹).

Escolher analisar do discurso revelado pela imprensa a partir da cobertura do tráfico de drogas encontra também justificativa na relevância social do tema. Em 2018, o tráfico de drogas movimentou 25 milhões de euros (EUROPOL, 2018, 2017; UNODOC, 2018). Esse é um mercado sujeito aos pressupostos capitalistas, estando adequado a etapas que

¹ Cf.: <http://www.sindicatodeperiodistas.org.py/adherentes-politicos-agreden-a-periodistas-de-ciudad-del-este/>

² Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/carta-atribuida-ao-epp-ameaca-imprensa-paraguaia-um-dia-apos-ataque-canal-de-tv>

³ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-11659-emissora-de-radio-paraguaia-e-atacada-com-explosivos>

⁴ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-13856-jornalista-que-atua-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai-recebe-ameacas-de-morte-por-c>

⁵ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-13827-noticias-do-dia-assassinato-do-jornalista-paulo-rocaro-em-2012-teve-motivacoes-politic>

⁶ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-15577-nivel-de-liberdade-de-imprensa-nas-americas-e-o-mais-baixo-em-cinco-anos-diz-novo-rela>

⁷ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-16457-dia-internacional-pelo-fim-da-impunidade- apenas-um-em-cada-10-assassinatos-de-jornalis>

⁸ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-17535-minha-escolta-e-quase-familia-diz-jornalista-ameacado-de-morte-que-vive-ha-20-anos-com>

⁹ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-19107-justica-paraguaia-condena-mandante-de-assassinato-em-2014-do-jornalista-pablo-medina>

¹⁰ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-20298-30-jornalistas-foram-assassinados-nas-americas-ate-o-momento-em-2018-reportou-sip-em-s>

¹¹ Cf.: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-20927-jornalista-paraguaio-denuncia-legislador-por-suposta-tentativa-de-suborno>

incluem planejamento, rotinas produtivas, custo de produção, margem de lucro, marketing e atuação de colaboradores. A atividade pouco difere das lícitas, cujas etapas incluem custo de produção, distribuição e margem de lucro¹². Pela natureza ilícita da atividade, não há a cobrança institucionalizada e regulada de taxas e impostos, inerentes às atividades lícitas. Esses fatores, contudo, são substituídos pelos custos para cobrir riscos de apreensão de mercadorias, implosão de rotas de distribuição, além de lesões graves, de encarceramento ou de morte dos colaboradores.

Enquanto nos mercados lícitos as atividades governamentais abrangem a já citada carga tributária, fiscalização sanitária e aplicação de leis trabalhistas, para o narcotráfico o direcionamento governamental está na política de controle, que promove invariavelmente o encarceramento em massa. Como os colaboradores do tráfico não são meros funcionários, são considerados criminosos, a atividade foi responsável direta por 800 mil prisões, 700 mil delas somente nos países alvo dessa pesquisa. Os governos dos três países demandaram, ainda, 1,7 milhão de euros no suporte de tratamento de dependentes. Entre os temas relacionados ao tráfico, a violência pode ser considerada a principal consequência, havendo 120 mil mortes diretamente ligadas à atividade no ano de 2008 (UNODOC; 2018; CEPAL.¹³, 2018; EMCDA, 2018, DEA, 2018).

No campo social, a política proibicionista utilizada como forma de combate ao tráfico de drogas é o motor para a exclusão e fragilidade de comunidades de países pobres, em especial os da América Latina (Fraga, 2014). Hoje, a maioria dos países é signatária de acordos que enfatizam a política de tolerância zero, como será demonstrado ao longo deste estudo. Portugal, contudo, rompeu a norma do proibicionismo e mantém tratamentos para usuários de estupefacientes. Aqui é revelada a importância científica dessa pesquisa, demanda por escassos estudos que apontem o enquadramento mediático em diferentes cenários sociais revelados pelo tráfico de drogas. Ao olhar para o mercado transnacional de drogas, foram escolhidos periódicos que reproduzissem histórias colhidas nas etapas de produção, distribuição e consumo. Para observação da produção foi escolhido o Paraguai, considerado o principal produtor de maconha da América Latina e também é

¹² O mercado porque, como está explícito no relatório “Further insights into aspects of the EU illicit drugs market (2013) (Colocar no pé de página: insights sobre aspectos do mercado da droga ilícita da EU, 2013 - disponível em <http://eprints.bbk.ac.uk/21771/>

¹³ Cf.: https://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/5621/P5621.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl

utilizado com corredor de distribuição de cocaína para o Brasil. Dentro do Brasil há duas situações, a condução ou distribuição de estupefacientes ilícitos e o consumo e, por isso, o país atua como uma placa giratória.

Já a escolha de Portugal ocorreu porque o país, embora tenha o registro de consumo de estupefacientes, é alvo de inédita política de penalização do tráfico e despenalização do consumo. Foram então selecionados quatro jornais dos três países revelados. São eles, o *ABC Color*, o de maior circulação – portanto, o de maior influência – no Paraguai, onde é considerado um jornal de referência; o *Correio do Estado*, um periódico sul-mato-grossense, já que o Mato Grosso do Sul, na Tríplice Fronteira (fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia) funciona como um corredor de entrada da droga no Brasil; *O Globo*, do Rio de Janeiro, mas considerado como tendo expansão nacional, incluído pela sua condição de jornal de referência; e o *Diário de Notícias*, igualmente escolhido pela condição de diário de referência.

Neste trabalho, procurar-se-á compreender quais relatos são manifestados em diferentes etapas da cadeia do tráfico de drogas, precisamente a forma de discurso a partir de uma perspectiva comparativa entre periódicos distantes geograficamente e sob sistemas políticos, sociais, legais e jurídicos diferentes. Ou seja, o objeto do presente estudo são as manifestações dos sistemas jornalísticos de Paraguai, Brasil e Portugal sobre o tráfico de drogas. O objetivo é desvelar e comparar a cobertura sobre o tráfico de drogas dos quatro periódicos escolhidos, assinalando as diferenças entre eles. Em busca desse objetivo, também serão buscados os objetivos específicos que consistem em determinar a relevância da cobertura do tráfico de drogas no discurso dos periódicos selecionados; apurar quais são os temas estruturantes do discurso dos periódicos sobre o tráfico de droga nos periódicos selecionados, comparando o seu comportamento a este nível; detalhar quais são os temas da cobertura fotojornalística e infográfica do tráfico de droga nos periódicos selecionados, igualmente comparando o seu comportamento a este nível; especificar, comparando, quais são os gêneros jornalísticos a que os quatro periódicos selecionados lançam mão para cobrir o tráfico de droga, destacando, nomeadamente, as matérias opinativas e interpretativas; apurar e comparar, tendo em conta os temas, quais são as fontes a que os quatro diários recorrem; explicitar, comparativamente, os enquadramentos dados pelos periódicos às questões relacionadas com o tráfico de drogas, observando, em correlação, se o discurso informativo é “contaminado” por estereótipos (juízos pré-

concebidos) e outras formas de tentar direcionar a formação de correntes de opinião acerca deste problema social; quanto falam, de que falam especificamente e como falam quando abordam o tema tráfico de drogas.

Diante dos objetivos apresentados, as hipóteses a comprovar são as seguintes:

H1: Jornais do Paraguai e do Brasil, países onde existe mais violência associada ao tráfico de droga, dão mais atenção ao tema do que o jornal português, indiciando a atenção pública devotada ao problema em cada um dos países, permanecendo restritos à orientação para os acontecimentos e não para a problemática, devido ao imediatismo, em consideração ao pensamento de Traquina (2001, p. 98);

H2: Tendo em conta os critérios de noticiabilidade (Galtung e Ruge, 1965; Sousa, 2002; Traquina, 2008), as questões relacionadas com operações policiais e apreensões de droga são os temas mais abordados nos jornais, devido ao seu carácter espetacular e disruptor, sendo que a violência associada ao tráfico de drogas assume mais relevância nos periódicos brasileiros e paraguaio, já que são países mais afetados por ela, enquanto o periódico português reflete as estratégias de prevenção e descriminalização do consumo seguidas por Portugal, dando espaço, por exemplo, à recuperação e acompanhamento de toxicodependentes (como as salas de consumo assistido);

H3. A cobertura fotojornalística, coadjuvando o discurso verbal, enfatiza, nos três países, a cobertura das operações policiais e apreensões, sendo que a violência está patente, sobretudo nos periódicos brasileiros e paraguaios, porque, como aponta (Traquina, 2002, 2004), a violência é um valor-notícia de notabilidade. Há, ainda, a expectativa de que o fotojornalista capte o instante, o assunto de importância momentânea, como explica Sousa (2005, p.332-333; Sousa, 2004a).

H4. Entre os quatro jornais, o periódico português dá mais espaço ao discurso visual relacionado com a prevenção do consumo e com o acompanhamento e recuperação de toxicodependentes, em consonância com as políticas públicas e a realidade de Portugal, que descriminaliza o consumo e pune o tráfico (Cierco, 2003);

H5. A cobertura infográfica é usada em todos os jornais analisados, dadas as suas potencialidades específicas de apresentar a informação de maneira funcional, específica e com possibilidade de apreensão imediata, como aponta Sousa (2005, p. 302)

H6. A notícia é o gênero jornalístico mais usado na cobertura, devido à sua flexibilidade informativa e simplicidade (Traquina, 2004; Sousa, 2004b);

H7. As fontes burocráticas (policiais, judiciais e os governos) são o principal recurso utilizado pelos jornalistas, pelo fato de que a burocracia facilita o relacionamento e disponibilidade aos profissionais da informação, conforme sugere a literatura sobre teoria do jornalismo (Santos, 1997; Sousa, 2004b; Traquina, 2012);

H8. O discurso aponta que a problemática do tráfico é responsabilidade dos fornecedores e não possibilita a reflexão a partir de fatores macrossociais (Del Olmo, 2009);

H9. As questões relacionadas ao tráfico de drogas são apresentadas de maneira diferente em cada jornal, por conta das diferentes condições sociais, econômicas, políticas de cada país e pela postura governamental em relação ao tema, considerando a teoria na explicação de Sousa (2004b), de que a notícia é transorganizacional, transnacional, local e global.

Há perguntas necessárias para compreender como ocorre a cobertura sobre o tráfico de drogas nas diferentes etapas da cadeia e estabelecer uma perspectiva de comparação entre jornais de diferentes nacionalidades.

Em Paraguai e Brasil, nos jornais analisados predomina a cobertura orientada para o acontecimento não orientada para a problemática enquanto no periódico de Portugal ocorre o contrário?

Devido ao caráter de rompimento da normalidade, as matérias predominantes nos jornais de Brasil e Paraguai têm caráter episódico, com o relato de ações policiais, decisões do governo e situações de violência, enquanto em Portugal há textos que indicam questões relacionadas à saúde e liberdade do uso de drogas de maneira controlada?

Nos jornais de Brasil e Paraguai há maior espaço dedicado à cobertura fotográfica de eventos reveladores de violência enquanto em Portugal predominam as imagens de prevenção do consumo, acompanhamento de dependentes químicos e liberdade do uso de estupefacientes de maneira controlada? E a cobertura infográfica é usada, dadas as suas potencialidades específicas, para especificar, em todos os jornais, a violência ligada ao tráfico de drogas?

Considerando a possibilidade de prioridade aos temas episódicos, há prioridade do uso do gênero noticioso em detrimento da reportagem e do gênero opinativo?

Será que são privilegiadas as fontes oficiais das esferas governamentais em detrimento de organizações não-governamentais, institutos de pesquisa e da própria comunidade impactada pelo tráfico de drogas?

Se os jornais dão prioridade à cobertura episódica, é possível que responsabilizem o indivíduo e não fatores macroeconômicos, políticos e sociais pelos relatos revelados do tráfico de drogas?

É possível que o relato sofra influência direta das escolhas governamentais, das condições sociais, econômicas e políticas de cada país retratado?

Esta tese é composta por três capítulos. No primeiro deles é realizada a contextualização atual do tráfico de drogas no mundo e nos três países que integram este estudo. São explicadas a história de formação das bases legislativas atuais e a crítica de estudiosos sobre o modelo proibicionista adotado pela maioria das nações para combater a prática em contrariedade aos efeitos sociais por ela produzidos. Já o segundo capítulo analisa como é feita a cobertura do tema na imprensa a partir da crítica de autores como Del Olmo, Quintero, Murji, Zaluar, Figueroa e Moretzsohn, que identificam o reflexo na imprensa dos relatos gerados a partir da ação do tráfico de drogas.

. Consta, ainda, no segundo capítulo, o histórico dos códigos de ética profissionais adotados nos países alvo do estudo. A comparação entre os quatro diários é realizada no terceiro capítulo, onde também são apresentados os percursos históricos dos diários escolhidos e apresentada a base metodológica aplicada no presente trabalho. Nesse último capítulo

também estão inseridas discussões sobre semelhanças e diferenças encontradas nos periódicos avaliados.

CAPÍTULO I – Narcotráfico – proibicionismo, motivações e consequências

1.1. Mercados Transnacionais Ilícitos

Compreender a extensão do que ficou convencionado ser classificado como tráfico de drogas é importante para perceber, também, a dimensão da multiplicidade dos fatores que condicionam os relatos jornalísticos nas diferentes regiões geográficas abrangidas por esta pesquisa. Oliveira e Martins (2014, p.11) explicam que o tráfico de drogas é definido como um MIT (Mercado Transnacional Ilícito), com organização informal, de abrangência global e estrutura consolidada. É um empreendimento contínuo de fornecimento de bens e serviços ilícitos demandados pela sociedade, mas não tolerados pela opinião pública como o comércio de armas, de órgãos, de seres humanos, de animais, da prostituição e o terrorismo e que juntos movimentam o correspondente a 10% da economia mundial (Naim; 2006; Schütte *et al*, 2015; Albanese, 2019). Para Labrousse (2011, p.13) o conceito de geopolítica é inteiramente adequado ao mercado de drogas porque são usadas as mesmas rotas de drogas para outros produtos e serviços, como armas, pedras preciosas e seres humanos.

Em conjunto com as atividades citadas, o tráfico de drogas é ancorado no que convencionou-se denominar crime organizado, um conceito inacabado de um empreendimento econômico de atuação precisa, que utiliza moedas variáveis para trocas e relacionamentos clandestinos (Zaluar, 2001), que envolvem permanência, estrutura, segredo, hierarquia vertical rígida, disciplina, punição por transgressões (Bossard, 1990; Godson, 2003; Gilbert, 2007), maximiza lucros e minimiza custos (Kelly, 1986) ocorrendo de maneira

sistemática e com envolvimento operacional do estado (Courakis, 2001; Albanesse 2014; 2015)¹⁴.

A despeito da colaboração do Estado, o crime organizado não tem viés ideológico (Kelly, 1986; Abadinsky, 1990), mas depende de suporte estatal – seja ele executivo, legislativo ou judiciário – para a conduzir negócios e obter vantagens econômicas (Best e Luckenbill, 1994; Beirne e Meserschmidt, 2006) com o objetivo de fornecer bens e serviços considerados ilegais, mas que, como já afirmado, encontram demanda na sociedade (Demleitner, 1994). Ter, obter ou influenciar na estrutura estatal resume-se a indicativos da atividade escolhida, como explica Finckenauer (2005).

Os atributos das organizações criminosas que cometem crimes cometidos pelo crime organizado incluem sofisticação criminal, estrutura, autoidentificação e autoridade de reputação, bem como seu tamanho e continuidade. Essas organizações criminosas existem em grande parte para lucrar com o fornecimento de bens e serviços ilícitos na demanda pública ou fornecimento de bens e serviços legais de maneira ilícita. Mas eles também podem penetrar na economia legítima ou, no caso da máfia, assumir papéis quase governamentais. No entanto, eles escolhem fazê-lo e, seja lá o que escolherem, seu objetivo continua sendo o mesmo: ganhar dinheiro, tanto quanto puderem. Às vezes isso pode significar buscar poder político. (Finckenauer, 2005, p.81).

Qualquer grupo pode operar a oferta dos produtos diversificados ilícitos desde que obedeça a uma das regras básicas do crime organizado, que é o caráter monopolista/exclusivista podendo ou não limitar as atividades de produção e distribuição a uma área geográfica específica ou de amplitude transcontinental para garantir e maximizar lucros (Schelling 1971; Thomas e Hepburn, 1983; Albanesse, 2000; Grennan e Britz, 2006; Varese, 2001; Abandinsky, 2012;). Para assegurar esse ponto da estrutura, o monopólio e a exclusividade para a produção, distribuição de bens, serviços e o controle de colaboradores, a violência é o recurso instrumental para regulação de mercado (Lupsha, 1993; Kenney e Finckenauer 1995; Finckenauer, 2005; Varese, 2001; Labrousse, 2011; Abandinsky, 2012).

¹⁴ Jay Albanese (2015) elaborou um diagrama que simplifica o entendimento sobre o crime organizado: classificado pelo pesquisador como “um empreendimento criminoso contínuo que trabalha racionalmente para lucrar com atividades ilícitas. Sua existência contínua é mantida por meio do uso da força, ameaça, controle de monopólio e ou a corrupção de funcionários públicos”. O diagrama de Albanesse aponta o crime organizado é subdividido em três elementos de atividade: para cometer crimes (conspiração, associação criminosa e extorsão), fornecimento de bens ou serviços ilícitos (tráfico de seres humanos, drogas, falsificações, armas, animais, propriedades, lavagem de dinheiro e ciber crimes) e infiltração em negócios legítimos ou nos governos (uso coercitivo de empresas jurídicas ou agências governamentais, suborno, corrupção, extorsão, etc....). Cf.: <https://shoc.rusi.org/informer/what-organised-crime-describing-it-single-diagram>.

Essa é uma das faces perceptíveis das trocas que envolvem os mercados ilícitos transnacionais, porque a violência é a forma aplicada para garantir eficiência, controle sobre colaboradores (Von Lampe, 2015), comunidades (Jackson & Herdrink, 1996), disputas de gestão (Andvig, 2012), manutenção de hegemonia (Rhodes, 1984) e transpor as barreiras legais impostas aos produtos e serviços oferecidos e distribuídos de maneira ilegal (Courakis, 2001). As relações entre o crime organizado e a violência também estão descritas por órgãos internacionais e os sistemas de segurança de vários países¹⁵.

Os efeitos da violência como consequência da atuação dos mercados transnacionais ilícitos diferem conforme a atividade operativa. É o produto o agente definidor dos reflexos que estão na maneira da organização e forma como será percebida pela sociedade. Para exemplificar a informação pode ser comparada a exploração da prostituição, do contrabando e do tráfico de drogas. Os dois primeiros ensejam violação legal e não teriam êxito sem o emprego da violência, coação e corrupção estatal, mas é no tráfico de drogas que é percebido maior emprego de colaboradores e interferência social em consequência da necessidade de policiamento e da elevada demanda (Block e Chambliss, 1981; Chibulushi, 2006; Beirne e Mesershimidt, 2006; Varese, 2001; Albanesse, 2017).

Lupsha (1996, p.43) afasta o acaso das escolhas aleatórias feitas pelos operadores crime organizado, ou seja, ele não é episódico ou aleatório, mas reflexo de oportunidade de ganho. O instrumento oportuno ao lucro depende da demanda e a disponibilidade do produto, como explicado por definido Naim (2006) e outros¹⁶. Diante dessa condição, houve maior percepção de aumento da demanda e oferta por produtos estupefacientes a partir do início dos anos 1990, com o fim da guerra fria e a queda em 1989 do muro de Berlim e o fim da experiência socialista no leste europeu (Glenny, 2009; Kan, 2009).

A explicação para a maior percepção está no casamento entre o tráfico de drogas e a oferta de outro produto, as armas, cujo comportamento de mercado pode ser lícito, assegurado por acordos internacionais ou ilícito e que estaria ameaçado com o fim da corrida armamentista promovida pela guerra fria (Bockett, 1999). Já Phythian (2000) argumenta

¹⁵ As definições sobre o crime organizado e a íntima ligação com a violência estão também descritos pela Organização das Nações Unidas (1996), Conselho Europeu (2002), Interpol (1993), Federal Bureau of Investigations (2013).

¹⁶ Também explicam a lei da oferta e procura Silva (1958), Silva (2007), Dias (2016), Campos & Tadashi (2014).

que a produção de armas no período da guerra fria tinha entre as finalidades a política externa para relacionamento entre os dois lados do conflito, em especial durante a década de 1980. Com o fim do embate ideológico, houve mudança na matriz produtora, impactada com a disponibilidade de produtos, facilidade de acesso ao transporte e passagem de armas com apoio da corrupção estatal, bem como maior acesso de amadores ao tráfico por aparente redução de barreiras de acesso de traficantes de pequeno porte. Para Bockett (1999) esse é um debate sensível que rende críticas à forma como a própria ONU (Organização das Nações Unidas) é contraditória em relação à questão da proteção¹⁷ e como faz referência ao direito à legítima defesa.

“As nações têm o direito de portar armas, formar e equipar uma força de autodefesa e implantá-la contra ameaças a seus constituintes (...). Tornou-se agora necessário que a comunidade considere limites à produção e à transferência de armas, de modo que os requisitos legítimos de autodefesa ainda sejam atendidos” (Bockett, 1999; p.6).

O fim da guerra fria reduziu a demanda por armas, mas não fez cessar a oferta e a indústria armamentista agia para evitar o colapso (Bockett, 1999; Cooper & Pugh, 2002). Muitos países foram tomados de surpresa ao fim da corrida armamentista e viram-se com estoques de artefatos desnecessários ao novo ordenamento diplomático que o encerramento do embate ideológico ensejava (Holton, 2010, p.10). O excesso de oferta também foi consequência do incentivo das potências polarizadoras do conflito (Estados Unidos e União Soviética) para a produção, que ficou estagnada pela redução dos gastos militares pelos dos governos (Faltas e Paes, 2001, p.13). Nessa realidade, as empresas precisam fazer escolhas e, uma delas foi a de avançar com a venda dos artefatos ainda que por um preço menor, ainda que para o mercado negro. Seria outra opção destruir a produção o que, naturalmente, não aconteceu.

Assim, disseminar armas no pós-guerra passou a ser uma prioridade econômica para manter no mercado um produto de elevada competitividade, gerador de empregos e cuja demanda poderia ser transferida dos conflitos diplomáticos para as disputas internas, in-

¹⁷ O Art.º 51 da Carta das Nações Unidas tem a seguinte redação: Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros do exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais (Cf.: https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na_es_Unidas.pdf).

dependente das consequências e para a segurança pessoal (Brocket, 1999; pp.17 – 20; Cooper & Pugh, 2002, pp.5). Esse é um mercado com características de oligopólio, tratado como commodity e que rende anualmente US\$ 95 bilhões, sendo um terço do montante correspondente aos Estados Unidos, seguido de Rússia, da França, da Alemanha e da China¹⁸, que vendem 95% da produção para países de democracias fragilizadas, envolvidos em disputas sociais, tensões internas exacerbadas e com elevados níveis de insegurança (Brocket, 1999). Para abastecer os mercados domésticos houve mudança na matriz de produção, concentrada agora em artefatos leves, ligeiros e de baixo calibre, verdadeiras “armas de destruição em massa, que incluem granadas de mão, pistolas, fuzis e lançadores de foguetes portáteis (...) que representam obstáculo destacado para o desenvolvimento” (Faltas & Paes, 2001, p.7). Na avaliação de Chrysochou e Navy (2006, p.25), as armas não são um sintoma dos conflitos, não a causa.

1.1.1 Epidemia de consumo

A consolidação do mercado ilícito das armas sobras de guerra contou como braço forte da expertise do mercado de estupefacientes, cuja cadeia já estava em expansão contínua e necessitava de instrumentos para a defesa dos negócios, as disputas de território e o enfrentamento do equipamento de segurança dos estados (Misha, 2008; Bartolome, 2009; Oliveira e Martins, 2014).

Não só o lucro dos MTI das drogas viabilizou os outros mercados, mas também a sua estrutura de cadeias globais foi utilizada para viabilizar, de forma competente, os demais MTI. Até o processo de expansão dos mercados globais, apenas o MTI de drogas era realmente transnacional, desde pelo menos a década de 1960, pois as culturas das quais derivam as principais drogas (cannabis-maconha, coca-cocaína e crack; e papoula-ópio, morfina e heroína) somente são cultiváveis em biomas específicos (...). Assim, desde o primeiro momento, os operadores do MTI de drogas aprenderam a operacionalizar cadeias de produção, logística e financiamento, em nível global. Além de dominar o know how “químico” de produção das drogas e a expertise de network para operacionalizar cadeias criminais, os operadores precisavam estabelecer algum nível de domínio territorial sobre as áreas de cultivo, estocagem e negociação. Com isso, a partir dos anos de 1990, o MTI de drogas deu suporte para a expansão dos demais MTI, passando a fornecer narcóticos e alucinógenos por preços acessíveis a qualquer consumidor mediano (...). Na medida em que a epidemia de consumo ampliou exponencialmente a demanda, tais áreas precisaram também ser ampliadas e protegidas, o que exigia a posse de mais e melhores armas (como pistolas, fuzis e explosivos) em quantidade suficiente para intimidar o Estado (polícia e forças armadas) e dissuadir os concorrentes (Oliveira e Martins, 2014, p.15).

¹⁸ Dados do Instituto Internacional de Pesquisas da Paz (dados de 2018 disponíveis em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2019/global-arms-trade-usa-increases-dominance-arms-flows-middle-east-surge-says-sipri>).

A partir da década de 1990, a demanda por drogas resulta de uma epidemia de consumo, fundamental para a expansão do mercado (Oliveira e Martins, 2014) que vive uma curva ascendente verificada nos anos 2000. Projeção do UNODOC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) aponta que um a cada 20 adultos na faixa etária de 15 a 64 anos de idade fez uso recreativo de produtos ilícitos de origem vegetal, estimulantes sintéticos e substâncias psicoativas (medicamentos controlados) em todo o mundo em 2015¹⁹. A projeção de uso é elástica²⁰, indicando que entre 158 milhões e 350 milhões de pessoas consumiram substâncias ilícitas. Significa dizer que entre 3% a 7% da população mundial são considerados consumidores de alto risco. A expansão do tráfico de drogas permitiu a 5% da população global entre 15 e 64 anos, ou seja, 243 milhões de pessoas, a utilização de algum tipo de entorpecente em 2014. Há dez anos, a estimativa era de que 185 milhões de pessoas ou 3% da população mundial consumia drogas ilícitas. A demanda indica um mercado rentável, gerando lucros anuais estimados em US\$ 320 bilhões aos atores envolvidos, superando o comércio de falsificações, com rentabilidade anual de US\$ 250 milhões e o de seres humanos, na casa dos US\$ 32 milhões (UNODOC, 2010, 2012, 2018; Figueiroa, 2017).

Espetacular crescimento do MTI de drogas ocorreu através do aumento da demanda, deslocando a curva de demanda para a direita, primeiro nos países ricos, em razão da popularização das drogas (mudança das “preferências” e no “número de consumidores”), nas décadas de 1960 e 1970, depois nas economias emergentes dos anos 1980 e 1990, especialmente na América Latina (dada a mudança na renda, nas preferências e no número de consumidores). O resultado foi mais drogas disponíveis, com preço maior, aumentando a margem de lucro dos traficantes, ampliando assim as cadeias de produção, logística e financiamento (Oliveira e Martins, 2014, p.14).

A despeito da proibição, esse é um mercado emergente e de elevada demanda. Integrado por suporte de cultivo, fabricação, transporte, distribuição e comércio final de substâncias sujeitas às leis de proibição de drogas (Rolles, 2016; UNODOC, 2018). A cannabis²¹ é a

¹⁹ UNODOC- 2018

²⁰ Tamanha diferença nos dados resulta do método utilizado pelo UNODOC, que elabora os relatórios de consumo a partir de pesquisas e inquéritos dos estados membros da ONU (Organização das Nações Unidas). Há estados membros que não realizam pesquisas e inquéritos e outros apenas o fazem em períodos de três ou cinco anos. Essa situação é verificada, em especial, na Ásia e na África. Além da falta de precisão dos dados gerais, não são informados os usuários eventuais e os considerados policonsumidores, aqueles que lançam mão de uma ou mais substâncias concomitantemente. Para estimar a abrangência de consumidores e definir as políticas de combate, controle e tratamento, o UNODOC compara dados a longo prazo.

²¹ “A cannabis foi uma das primeiras plantas cultivadas pelo homem, aplicada para fins medicinais, recreativos e espirituais. A planta do cânhamo, cannabis sativa, das regiões temperadas e tropicais, foi utilizada 12.000 atrás como fonte de fibras para o fabrico de tecidos e cordoaria a partir do seu caule, dada a grande resistência”, José António Curral Ribeiro, UFP, 2014. É difícil conhecer a magnitude da produção da cannabis em escala mundial porque a planta responde a diferentes métodos de cultivo e pode crescer em

substância classificada como ilícita mais utilizada em todo o mundo e está na vanguarda da discussão sobre a face atual do proibicionismo (Rolles, 2016; UNODOC, 2018).

Estima-se que entre 128 milhões e 238 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos consumam esta substância anualmente (a prevalência estimada varia entre 2,7% e 4,9% da população adulta). As sub-regiões com maior prevalência anual de consumo de cannabis do que se refere à porcentagem da população foram, mais uma vez, a África Oeste e Central, América do Norte e Oceania. Foi relatado que, desde 2010, o consumo de cannabis, especialmente entre jovens, estabilizaram-se ou declinaram em países com mercados para cannabis estabelecida, como na Europa Ocidental e Central, América do Norte e partes da Oceania (Austrália e Nova Zelândia), mas esta tendência foi compensada pelo aumento do consumo em países da África e da Ásia. Embora tenha sido relatado que na Europa Ocidental e Central, o uso de cannabis continua a estabilizar em níveis altos, na América, África e Ásia aumentou consideravelmente (UNODOC, 2018).

Em segundo lugar na preferência do consumo estão as anfetaminas e metanfetaminas²². Ao menos 35 milhões de pessoas de 15 a 64 anos de idade fizeram uso de heroína e ópio em 2015²³, segundo o UNODOC (2018). Já a substância sintética conhecida como ecstasy²⁴ foi utilizada por grupos que podem variar de 9,3 a 34 milhões de consumidores em 2015. Na Europa Ocidental e Central e no Oriente Próximo e no Oriente Médio, a prefe-

ambientes diversos. Também é variável a escala de produção, desde plantas individuais, para consumo próprio, a extensos campos de cultivo, galpões ou florestas em todo o mundo. Derivada da maconha, a resina de cannabis é processada, principalmente, Afeganistão e Marrocos e outros países do norte da África (Secreção obtida por meio da pressão à folha e floração de cannabis. Consumida sob a forma de chá ou fumo (UNODOC, 2016; p.3).

²² Os dados indicam que metanfetaminas são preferência de consumo de 0,6% a 0,9% da população mundial. A demanda é elevada na Ásia, leste e sudeste da Europa. A estimativa do UNODOC (2018) é de que 37 milhões de pessoas em todo o mundo fazem uso dessas substâncias. A maioria dos consumidores está na América do Norte, onde quase 2% da população adulta fez uso dos produtos em 2015. As metanfetaminas têm preferência dos consumidores da Oceania (2,4% dos habitantes); pela América do Norte (0,9%) e Europa (0,7%). A esse produto é observado um tipo de comportamento específico, de uso em convívios e festas noturnas de jovens. Houve declínio da preferência ao ecstasy entre 2007 e 2012 e, partir de então, aumento do consumo (UNODOC, 2018).

²³ Nesse período é percebido aumento do consumo de opiáceos fármacos distribuídos de maneira ilícita na Europa central e ocidental. A maior parte da produção mundial de papoula de ópio está em campos do Afeganistão e Mianmar, com 80 e 95% do total. O acompanhamento do UNODOC aponta que o cultivo de papoula é variável. No período de 2009 a 2014, era registrado aumento anual do plantio. A área diminuiu em 2015 e, em 2016 voltou a cair. Em 2017, a papoula foi distribuída em 304.800 hectares. A área de plantio de papoula no Afeganistão estava presente em 24 das 34 províncias em 2017. Um ano antes, 13 províncias estavam isentas do cultivo da planta. A produção de ópio no Afeganistão chegou a 9 mil toneladas em 2017. O montante é 87% maior que as 4,8 mil toneladas do ano anterior. Entre as explicações para o aumento da produção estão a ampliação da área cultivada e melhores resultados de produtividade. Além do Afeganistão sudeste da Ásia, também são encontradas áreas de plantio de papoula no México, Colômbia, Equador e Guatemala. O rendimento médio passou de 23,8 kg/ha em 2016 para 27,3 kg/ha em 2017. Este foi o segundo aumento consecutivo no rendimento médio anual, o nível observado em 2017 e ainda consideravelmente inferior ao alcançado em 2012 (UNODOC, 2018).

²⁴ Metanfetamina sintética que age no sistema nervoso central (UNODOC, 2016, p.35).

rência é pelo *captagon*²⁵, cujo consumo também foi verificado na América do Norte, Austrália e Norte da Ásia a partir de 2010. Também foi observado que no período de 2010 e 2017, o abuso de medicamentos passou ser considerado um problema de saúde, induzindo à dependência e overdoses fatais²⁶.

Está na América do Norte e do Sul a maior quantidade de consumidores de cocaína (Kopp, 2010; Fraga, 2014; SENAD, 2015; UNODOC, 2017, 2018). Em todo o mundo, entre 13 milhões e 22,8 milhões de pessoas usaram cocaína em 2015. A tendência de consumo da substância oscila. O UNODOC (2018) apontada estabilidade do consumo na América Central, Sul e na Europa, em 2010 e aumento do uso em 2011 e 2012. Problema é o trânsito da mercadoria. No caso da cocaína, que é feita de parte da América Latina²⁷. O principal centro de para o processamento de coca para a forma de pasta base de cocaína está na Bolívia. O processamento, porém, está descentralizado, com atividades registradas em 2016 também na Argentina, em Honduras, no Paraguai, na Venezuela, no Canadá, na Espanha, na Grécia e na China (Hong Kong)²⁸.

²⁵ Captagon “era o nome comercial de uma preparação farmacêutica contendo fenetilina, um estimulante sintético. É a forma como os comprimidos de anfetaminas são tipicamente rotulados no Oriente Próximo e no Oriente Médio (fonte: UNODOC, 2017. Consultar Cf.: https://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_4_ATSNPS.pdf).

²⁶ Polissomptomistas, opioides sintéticos, benzodiazepínicos e estimulantes do sistema nervoso central.

²⁷ Fica na Bolívia, Colômbia e Peru a maior superfície de cultivo de coca do mundo. Juntos, os três países acumulavam 213 mil hectares de plantio de coca em 2016. O montante é 36% maior que o ano anterior, quando foram registrados 156,5 mil hectares da planta. O UNODOC aponta que, naquele ano, a área de cultivo foi a maior desde o ano 2000. A justificativa para o crescimento está, principalmente, na retomada do cultivo na Colômbia, onde as áreas foram ampliadas em 52%. A situação da Colômbia merece destaque no relatório devido à acelerada ampliação do plantio de coca. Os dados do governo daquele país ao UNODOC apontaram que em 2013, havia 48 mil hectares de plantio da planta no território colombiano. Em 2016, já havia 146 mil hectares de plantio. O crescimento do plantio não é a única justificativa para o aumento da oferta de coca. O relatório do UNODOC destaca a melhoria dos níveis de produtividade por hectare com a aplicação de técnicas que equalizam melhor desempenho da planta em menor área. O potencial da produção passou de 290 toneladas em 2013 para 866 em 2016.

²⁸ Nos dados é destacado o maior fechamento de laboratórios de processamento de coca para extração da pasta base de cocaína na Colômbia. Em dois anos, a quantidade de laboratórios encerrados cresceu 112,38%, passando de 2.172 em 2014 para 4.613 em 2016.

1.1.2 Proibicionismo: política de segurança?

Embora exista a demanda, produzir, comercializar e consumir substâncias que alteram a consciência são contravenções legais passíveis de abordagem punitiva (Rolles, 2016; Del Olmo, 2019). Essas ações são permitas apenas em ambientes controlados, com produção destinada a fins específicos, como pesquisa ou tratamentos médicos, tendo sido banido o uso recreativo (UNODOC, 2018). No atual cenário jurídico e político, desenhado a partir do início do século XIX, tais substâncias são tratadas como questões de saúde pública, sociais e de segurança, mas as raízes da proibição são mais profundas.

Em estado de clandestinidade, o comércio de algumas substâncias psicoativas, já movimentou oficialmente a balança comercial das nações imperialistas, mas nem sempre foram um fenômeno geopolítico (Naim, 2006; Del Olmo, 2009; Rodrigues, 2014). De acordo com Rodrigues (2014), o foco atual de tratamento às substâncias que alteram a consciência foi traçado no início do século XX, porque “a maioria das drogas psicoativas que hoje é negociada por traficantes e consumidas à margem da lei sequer era regulamentada, quanto mais proibida, o que significa que não havia ainda a definição da 'questão das drogas' como um problema" (Rodrigues, 2012, p.9).

Hoje, contudo, o atual arcabouço legal de controle do uso de estupefacientes é global (Rolles, 2016), extensivo a produtores, comerciantes e consumidores, e regula as políticas domésticas da maioria dos países em períodos diferentes a partir de uma combinação de três conferências (1961, 1971, 1988), comitês e tratados internacionais ajustados a um percurso histórico de quase cem anos e que têm como base a agenda de segurança dos Estados Unidos, mas não está restrito ao modelo norte-americano (Naim, 2006; Del Olmo, 2009; B.C. Labate *et al*, 2016; Rooles, 2016).

A legislação que regula, controla ou proíbe cerca de 300 substâncias psicoativas é compartilhada pela maioria das nações, em observação aos princípios do proibicionismo, um conjunto de políticas sociais, médicas, sanitárias, diplomáticas e militares envolvidas em práticas de abordagem que revelam ameaça ao tecido moral da sociedade para controle

coletivo ou individual que atravessam a história, como detalham T. Rodrigues & B.C. Labate (2016) a partir de vários autores²⁹.

“Proibicionismo” é o termo geral dado à inclusão nas categorias de saúde e criminais de certas categorias de drogas psicoativas (substâncias que causam alterações no sistema nervoso central para excitar, deprimir ou causar alucinações) a fim de regular seus usos e, em última análise, proibir completamente (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016, p.13).

Essa é uma estratégia de controle social que, para as substâncias psicoativas já foi aplicada largamente na história porque, o que segundo Carneiro (2019) é uma biopolítica porque representa a ação do estado sobre os hábitos íntimos das populações.

O proibicionismo vem sendo uma biopolítica totalitária de controle estatal das substâncias ingeridas ou consumidas pela população e que surgiu nos regimes absolutistas europeus e déspotas asiáticos e que subexiste hoje na forma hipertrofiada da “guerra às drogas” (Carneiro, 2019, p.52).

A biopolítica é um conceito explicado por Foucault que aponta a ingerência do estado nos problemas vividos pela população, como a saúde, a higiene, a natalidade, a longevidade e as raças. Trata para que os mecanismos da vida entrem no domínio de cálculos explícitos, como agente transformador (Foucault, 2009). Como tática de biopolítica, o proibicionismo vivenciado na restrição, controle e proibição de substâncias psicoativas é internacionalizado a partir do início do século XX.

Este padrão legal tornou-se universal após uma trajetória que começou em 1910 e foi apoiada pelos tratados da ONU da década de 1960. Sem dúvida, a internacionalização do proibicionismo deve muito à iniciativa diplomática dos EUA, mas não foi apenas a imposição dos EUA. Da mesma forma, a proibição das drogas não era uma parceria militar simplista e diplomática, produzida em escritórios, quartéis-generais e ministérios, mas foi formada em resposta a diferentes fontes que não são limitados a seus aparatos de segurança (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016, p.13).

No bojo do arranjo legal do proibicionismo de determinadas substâncias estupefacientes estão moralismo, monitoramento de conduta, racismo e protecionismo, manifestados de maneira individual para cada nação e que têm como fio condutor a política diplomática norte-americana em associar o hábito de consumir produtos psicoativos a específicos grupos étnicos minoritários ou de origem imigrante, evidente no século XIX, a partir da militância puritana protestante (Naim; 2006; Fraga, 2007; Rooles 2016; T. Rodrigues e B.C. Labate, 2016).

²⁹ Os autores citados por T. Rodrigues & B.C Labate são: Escohatto (1996) Provine (2007) e McAllister (2000).

Drogas controladas revelam como a proibição é algo que deve ser moldado ao unir argumentos de saneamento e princípios morais que se concentram especificamente em certos grupos e psicoativos (T. Rodrigues e B.C., 2006).

As restrições a determinadas substâncias ocorreram de maneira gradual e tiveram prioridade na agenda democrática norte-americana, de onde partiram pressões para outras nações (Rolles, 2016). Na agenda moral, essas associações são traduzidas como medo social e aversão da sociedade Estados Unidos às minorias, preconceitos que contaminaram a agenda política, obrigada a comportar o mal, os usuários, e o bem, os não usuários (Rolles, 2016). Pesam, ainda, os conflitos estruturais entre a classe média predominantemente branca e as minorias étnicas frente à crise do desemprego norte-americano (Del Olmo, 1989; Cloyd, 1985; Rodrigues, 2012; T. Rodrigues e B.C. Labate, 2016). Como resultado das incursões da classe média norte-americana, o Congresso reage com a leis antidrogas nos Estados Unidos a partir de 1909 e passa a desenhar internamente a política proibicionista a partir das políticas de controle da maconha (Bewlery-Taylor *et al.*, 2014).

A promulgação da lei de impostos sobre a maconha em 1937, resulta do controle sobre o crescimento da mão de obra mexicana quando os norte-americanos ainda sentiam os efeitos da crise de 1929. Já a comunidade negra era associada ao consumo de cocaína e foi alvo de controle para evitar o abandono à colheita do algodão, enquanto irlandeses e italianos eram associados ao uso de álcool e os chineses ao de ópio. Foram esses os ingredientes que, nos Estados Unidos, ajudaram a sustentar a Lei Seca³⁰, que durou de 1909 a 1933. Na prática, a proibição da venda de álcool, contribuiu para o fortalecimento de grupos ilegais que se dedicaram o tráfico e o modelo proibicionista estendido futuramente para outras substâncias (Del Olmo, 1989; Rooles, 2016).

Era a cristalização das atais normas legais que apoiam o proibicionismo em relação a determinadas substâncias psicoativas se inicia nos 1906 nos Estados Unidos, o documento "Food and Drug Act"³¹. Na sequência, a lei "Harrison Act", de 1914³², mais rígido e específico. Somente com a proibição total de um conjunto de drogas psicoativas é que a

³⁰ A Lei Seca corresponde a um conjunto de medidas dos estados norte-americanos e responde ao movimento organizado por mulheres puritanas, cristãs e anti-salão. A lei federal está Cf.: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/GPO-CRECB-1909-pt5-v44/pdf/GPO-CRECB-1909-pt5-v44-2.pdf>

³¹ Cf.: https://prescriptiondrugs.procon.org/sourcefiles/FEDERAL_FOOD_AND_DRUGS_ACT_1906.pdf

³² Cf.: https://www.naabt.org/documents/Harrison_Narcotics_Tax_Act_1914.pdf

questão sanitária se converteu, também, em problema de segurança pública (Rodrigues, 2012; p.17; Rodrigues 2016; Rolles, 2016). O marco das discussões internacionais sobre o consumo de substâncias psicoativas ocorreu em 1909, quando o governo norte-americano organizou a Conferência do Ópio, na cidade chinesa de Xangai e, já no ano seguinte quando utilizava capital diplomático para pressionar os países europeus. O objetivo era discutir o tráfico de ópio³³ entre as nações.

Participaram da conferência representantes dos governos da Alemanha, da China, da França, da Grã-Bretanha, da Itália, do Japão, da Holanda, da Pérsia, de Portugal, da Rússia e do Ceilão. Em acordo, os representantes dos 13 países que participaram da Comissão do Ópio de Xangai, ocorrida em 1909 e unificaram todos os tratados internacionais anteriores à 1.ª Guerra Mundial. A reunião resultou da observação sobre o elevado consumo de ópio³⁴ nos Estados Unidos da América, que justificou a medida como reação à consequência da intensa imigração chinesa (Del Olmo, 2009; Avelino, 2010; UNODOC, 2010; B.C. Rodrigues, 2012; OEA, 2013; Labate *et al*, 2016).

A Conferência de Xangai não conseguiu produzir medidas legais práticas para o controle de opióides, mas conseguiu gerar um movimento emocional dentro da comunidade internacional (...). Desde então, sob a liderança dos Estados Unidos, uma preocupação foi gerada, regulando a produção, o tráfico e o consumo de uma série de substâncias que alteram a consciência (...). O resultado tem sido a proliferação de convenções, acordos, protocolos e acordos internacionais, bem como múltiplas leis nacionais para implementá-las, em todo o século atual (Del Olmo, 2009).

Como maneira de expandir a rede controladora da produção e distribuição de narcóticos ilícitos, a ONU elaborou as três convenções que servem ainda hoje como base jurídica para os países signatários. A primeira delas, a Convenção Única sobre Estupefacientes, ocorreu em 1961³⁵, recebeu emendas em 1972, e traz o modelo atual repressivo ao tráfico das substâncias consideradas ilícitas, entre elas a maconha³⁶, a cocaína³⁷ e o ópio³⁸. O

³³ O comércio do ópio era legalizado e dominado, principalmente, por ingleses que recebiam o produto como pagamento pelas transações comerciais e ocupando o lugar da prata, escassa desde 1880. A droga saía da Índia, era revendida pelos chineses e chegou a representar a sexta parte dos recursos externos da economia inglesa no início do século XX. Da produção ao destino, o consumo do ópio foi considerado epidemia, levando à dependência um quarto da população chinesa masculina adulta em 1906, situação classificada pela ONU (Organização das Nações Unidas), então Liga das Nações, como a maior epidemia de abusos de estupefacientes por um país até então (UNODOC, 2010).

³⁴ Após a Comissão de Xangai, a produção de ópio caiu em 70% como resultado do maior controle dos países, principalmente ao fim da 1.ª Guerra Mundial (UNODOC, 2010).

³⁵ Cf.: https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf

³⁶ A partir da convenção de 1961, a maconha foi considerada uma droga perigosa e sem valor terapêutico.

documento prevê a coordenação de medidas preventivas e repressivas contra o tráfico ilícito no âmbito dos países signatários considerando seus sistemas constitucionais, jurídicos e administrativos, determinando pena de privação de liberdade aos contraventores. Prevê, ainda, intervenção conjunta em relação à produção, limitação da posse, uso, troca, dispensação, trânsito e distribuição de medicamentos.

A partir dessa política, os esforços de segurança dos Estados Unidos tiveram como eixo direcional as regiões produtoras do Sul Global, nomeadamente a América Latina, o Caribe e a Ásia, alvo da estratégia repressiva desenhada em Washington (Rolles, 2010; 2013; Fraga, 2014; B.C. Labate *et al.* 2016). As investidas diplomáticas norte-americanas passariam a conduzir as estratégias do proibicionismo e ganharam prioridade na agenda de segurança norte-americana, responsável por coordenar os esforços na vigilância da produção, trânsito e consumo (Bewley-Taylor *et al.* 2014). As discussões na Conferência de Xangai embasaram o primeiro acordo amplo internacional para controle de substâncias psicoativas, a Conferência de Haia de 1912³⁹. O assunto foi pauta da Liga das Nações⁴⁰, que passou a integrar a ONU em 1945.

Em seguida, veio o trabalho para a padronização e universalização do regime de controle de drogas, que acabou por acontecer com a assinatura da Convenção Única sobre Drogas, da ONU, em 1961. Esse documento estabeleceu listas de psicoativos organizadas a partir do critério para "uso médico: as drogas consideradas com alguma aplicação médica, ainda que potencialmente geradoras de adição química, teriam uso legal assegurado; para as demais, deveria valer o banimento. (Rodrigues, 2012, p.15).

Além da Convenção Única sobre Drogas de 1961, que integra o marco legal de referência para o controle de substâncias estupefacientes, os outros dois documentos são a Conven-

³⁷ O comércio de cocaína foi proibido a partir de 1971. Cf.: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Booklet_5_NEXUS.pdf.

³⁸ A Liga das Nações passou a controlar as áreas de plantio de papoula e designar as áreas de cultivo, emitindo licenças e autorizações. Todos os produtores foram obrigados a entregar a produção à Liga das Nações e a esperar por um prazo de quatro meses para a tomada de posse da terra e pagamento pela colheita. Passou à Liga das Nações o direito de coordenação da importação, exportação e processamento do ópio para fins medicinais (UNODOC, 1961).

³⁹ Cf.: https://treaties.un.org/doc/Treaties/1922/01/19220123%2006-31%20AM/Ch_VI_2p.pdf.

⁴⁰ Precursora das Nações Unidas e concebida após a Primeira Guerra Mundial, estavelecida em 1919 no escopo do Tratado de Versalhes para promover a cooperação internacional e alcançar a paz e segurança (Tradução livre, citação Consultar Cf.: <https://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/>).

ção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971⁴¹, que contou com 184 países participantes; e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988⁴², com adesão de 190 nações (UNODOC). Esse tripé legal ajustou o consenso internacional que aliaria o controle das drogas por parte de 188 países à criminalização dos traficantes. Usuários também foram criminalizados, embora o eixo legal os colocasse como vítimas. No texto da convenção de 1961, são padronizados os controles do comércio e processamento utilização de drogas (a partir de agora chamadas de ilícitas).

A partir de então, o controle da fiscalização passa ao UNODOC. Os 186 países participantes firmam compromisso com a fiscalização de seus respectivos territórios, bem como portos aeroportos e zonas francas. É reforçada a indicação para a fiscalização de pessoas e empresas suspeitas de envolvimento com o comércio de drogas ilícitas. Também instrui os participantes a "tendo em devida conta os seus regimes constitucionais, legais e administrativos (...) assegurar, em nível nacional, uma coordenação de ações preventivas e repressivas contra o tráfico ilícito" (UNODOC, 1961; Rooles, 2016).

O documento instrui, ainda, os signatários a definirem penas para quem tentar burlar o controle e, assim, produzir, comercializar, distribuir, transportar ou usar as drogas ilícitas. Determina que, conforme a constituição, regime jurídico e legislação, cada nação terá que definir quais serão as "penas de prisão e outras penas de privação de liberdade" (UNODOC, 1961). Além da concordância em aplicar as formas de controle, os países participantes também acordam a extradição dos cidadãos que cometerem o delito de tráfico de drogas. A diversificação da oferta de novos produtos é abordada pela primeira vez pela convenção de 1971. São definidas no documento as formas de controle de drogas sintéticas. Ainda no escopo da convenção de 1971, a ONU, reforçou o controle de drogas depressivas do sistema nervoso por meio da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (UNODOC, 1971).

Nessa edição, a convenção, ocorrida em Viena em 11 de fevereiro, previa a adoção de um protocolo sobre substâncias psicotrópicas e investigações sobre as anfetaminas. O documento, bem como como a convenção de 1961, determina o controle e punição ao tráfico, além das penas com restrição de liberdade. O aumento rigor em relação aos con-

⁴¹ Cf.: https://www.unodc.org/pdf/convention_1971_en.pdf

⁴² Cf.: https://www.unodc.org/pdf/convention_1988_en.pdf

traventores está entre as marcas do documento, que prevê a extradição de traficantes, uma das características da política que ficaria conhecida pela alcunha de “guerra às drogas”, um novo padrão de proibicionismo, cuja característica era a militarização e embate às organizações dedicadas ao tráfico de substâncias estupefacientes (UNODOC, 1971; B.C. Labate, *et al.*, 2016; Rooles, 2016). Já a convenção de 1988, reforça a necessidade de acordos bilaterais ou multilaterais para a condução penal dos envolvidos com o tráfico. Também amplia a fiscalização de meios de transporte da droga (ar, mar e terra). E, pela primeira vez, aborda a integração no sistema financeiro do capital gerado pelo tráfico e a corrupção da administração pública (UNODOC, 1988; Rooles, 2016).

Para além do percurso histórico dos acordos, as características mantem-se inalteradas: com atenção voltada à oferta em menor grau que a direcionada à procura e consolidando um modelo de aparato repressivo de arquitetura internacional (Rooles, 2016).

Isto corresponde à percepção tradicional do governo dos EUA de que o fenômeno interno do consumo e demanda de drogas é um problema externo, enraizada nos países produtores e, portanto, a responsabilidade de distribuidores e revendedores estrangeiros - e hoje, no caso concreto da cocaína, de cidadãos latino-americanos - que o introduzem naquele país. Ao considerar o diagnóstico de Washington que as origens do “problema” são encontradas no lado da oferta, isto é, nos centros de cultivo, processamento e transporte da América Latina e Caribe, a estratégia tem que ser a supressão da fonte. Ou seja, seguindo essa lógica, para eliminar o consumo, devemos começar pela eliminação da oferta (Del Olmo, 1994, p.127).

Essa característica não é, claro, casuística, e resulta de uma combinação de vários elementos como aumento da repressão estatal, interesses econômicos, geopolítica, protecionismo, moralismo, racismo e xenofobia e que juntos materializam o contexto atual do proibicionismo direcionado ao tráfico de drogas (Del Olmo, 2009; T. Rodrigues & B.C.; Bewley-Taylor *et al.* 2014; Labate, 2016; Rolles, 2016).

Da proibição de fumar ópio para a preocupação com o tráfico de drogas, há variáveis que não estão relacionadas aos com os aspectos farmacológicos das drogas, mas sim com as razões de política interna ou protecionismo externo, se não comercial (...). Pode-se mostrar que, inicialmente, a proibição das drogas estava relacionada com o racismo, mais tarde com rebelião da juventude e, atualmente com problemas de segurança nacional, problemas com as atividades econômicas da América Latina e com o tratamento externo dos Estados Unidos de que existem drogas boas e drogas ruins (Del Olmo, 1989, p.81).

T. Rodrigues & B.C. Labate (2016), Rolles (2016) e Bewley Teylor *et al.* (2014) explicam que o proibicionismo da maneira como é apresentado na condução do uso de substâncias psicoativas resulta desse processo, que é longo, não unitário, envolto em posicionamentos morais e julgamentos, permanecendo como responsável pelas políticas de psi-

coativos conduzidas pelos Estados Unidos e direcionado ao comportamento individual. É ainda, a face militarizada das políticas de segurança. “‘Drogas’, portanto, não são um problema em si, mas um “problema” historicamente construído que tem manifestações locais”. (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016). Já Del Olmo (2009) aponta como o assunto foi tratado na segunda metade do século 20, após o pós-guerra e tendo como base a visão norte-americana seguida ou imposta à maioria dos países.

Na década de cinquenta, o mundo da droga era visto como um universo misterioso, próprio de grupos marginais - aristocratas ou guetos - que consumiam heroína ou maconha. Predominava o discurso jurídico e concretamente um estereótipo moral que vinculava as drogas ao perigo. Com relação ao consumo, porque as vinculava ao sexo, e em relação ao tráfico porque as vinculava à Máfia, à chamada Cosa Nostra da época. Mas em linhas gerais não era um problema de grande produção. Na década de sessenta a situação muda nos Estados Unidos, que desde então vão estabelecer as pautas do novo discurso; o consumo (especialmente de drogas alucinógenas) chega à juventude de classe média, razão pela qual se reforma todo o discurso. A droga passa a ser sinônimo de dependência, a ser percebida em termos de uma luta "entre o bem e o mal" e a ser vista como um "vírus" contagioso. Cria-se assim um discurso médico-jurídico que define o consumidor como doente e o traficante como delinquente, e em consequência se criam dois estereótipos: o da dependência e o criminoso. As autoridades tratam o problema, e em especial a maconha, em termos de inimigo interno, de desafio contra a ordem, razão pela qual se lança uma violenta campanha de erradicação no México, de onde provinha em grandes quantidades (Del Olmo, 2009, p.77).

Após as convenções de 1961 e de 1971, o governo norte-americano redobra os investimentos monetário, político e diplomático como forma de combate ao comércio e uso ilegais de drogas (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016; Rooles, 2016). Os recursos seriam fundamentais para reforço da fiscalização, investir no treinamento de forças militares, aumentar a fiscalização, construir prisões, desenvolver novos equipamentos e exercer influência diplomática (Rolles *et al*, 2013; Rolles, 2016). Nesse contexto, o ex-presidente Richard Nixon (1913 a 1994), declara em 1972 a “War of Drugs”⁴³, um apanhado de políticas populistas, pressão geopolítica e manipulação mediática irracional (Rolles, 2016). Em carta⁴⁴ direcionada ao Congresso dos Estados Unidos em 17 de junho de 1971, Nixon requisita suplementação de recursos, com destaque para o controle do abuso de estupefacientes (US\$ 155 milhões) e pesquisa e desenvolvimento de herbicidas (US\$ 2 milhões). Também são solicitados recursos para o recém-criado Fundo Especial de Combate às Drogas da ONU (US\$ 2 bilhões) e para o UNODOC (US\$ 1 milhão). Nixon invoca, ainda, medidas para o tratamento de usuários e fortalecimento do combate ao

⁴³ Guerra às drogas em tradução livre.

⁴⁴ Cf.: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3048>

comércio de estupefacientes enfatizando que “o problema das drogas ultrapassa as fronteiras ideológicas e supera as diferenças nacionais” (Nixon, 1971).

De fato, os países signatários das já mencionadas convenções têm os mais diversos direcionamentos políticos e ideológicos. A carta de Nixon traduz a polarização que passaria a definir o mercado ilícito das drogas. De um lado, os países produtores, onde estaria concentrado o combate, do outro, os consumidores, “vítimas de agressões externas” (Bewley-Taylor *et al.* 2014; T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016). Mais do que uma convocação ao combate do comércio de drogas ilícitas e ao tratamento dos usuários nos Estados Unidos, Nixon revela quem seria a ameaça à América, ou seja, os países produtores.

Os prejuízos são contabilizados em US\$ 2 bilhões anuais para os cofres norte-americanos. A cifra, enfatiza o ex-presidente, resulta de usuários não tratados e que, para adquirir drogas, realizariam roubos e furtos (Nixon, 1971), além de representarem um problema de saúde convertido em segurança na narrativa simplista e perigosa, sem base científica e distorcida da realidade, embasada na captação de apoiadores políticos, ou seja, eleitores (Rooles, 2010). Conforme T. Rodrigues & B.C. Labate (2016), esse é o momento em que a fase militarizada das políticas de segurança ficam evidente, também há o reforço aos já existentes preconceitos étnicos e à xenofobia. A proibição criava de maneira oficial, um inimigo para os Estados Unidos.

Essa “guerra” vai além da guerra militarizada, e é empreendida para direcionar o comportamento individual, regular a dinâmica da vida e morte da população, controlar regiões de países e cidades. Fortalece as práticas de autocensura e monitorar a conduta de outros, além de fortalecer formas de intervenção dos EUA nas políticas internas de outros países; uma “guerra” que continua na política de drogas, segurança pública nacional e internacional, e que é renovada e atualizada sobre mentes e corpos (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016, p.17).

A carta de Nixon destaca a preocupação com as tropas norte-americanas no Vietnã, onde teriam acesso fácil à heroína.

No início da década de setenta, e em parte como consequência da perseguição à maconha, surge a epidemia da heroína, a ponto de o presidente Nixon qualificá-la de “primeiro inimigo público não econômico”. Surge assim o estereótipo político-criminoso, que é reforçado pelo discurso jurídico-político ao lado do discurso médico que criou com maior ênfase o estereótipo da dependência, pelo lugar destacado que tem na época o problema do consumo. Há um duplo inimigo: externo e interno. Enquanto isso, nos últimos anos da década, a cocaína entra no mercado norte-americano devido à instalação de sua indústria na América Latina e do declínio da heroína quando termina a guerra do Vietnam (Del Olmo, 2009, p.78).

Para o programa de recuperação dos veteranos da guerra do Vietnã, são solicitados US\$ 14 milhões. E realidade das tropas é o ponto fulcral classificado a partir de então como "a guerra contra as drogas", declarada pelo governo dos Estados Unidos.

Apesar do fato que o vício em drogas destrói vidas, destrói famílias e destrói comunidades, ainda não estamos nos movendo rápido o suficiente para enfrentar o problema de maneira efetiva. (...) A magnitude e a gravidade da ameaça atual não permitirão mais esse esforço fragmentado e burocraticamente disperso no controle das drogas. Se não podemos destruir a ameaça das drogas na América, então certamente nos destruirá com o tempo. Não estou preparado para aceitar essa alternativa (Nixon, 1971).

Por ser tratado como inimigo em uma guerra, o tráfico de drogas, que não se move sozinho, revela por meio do documento o lado protecionista da política de segurança do governo dos Estados Unidos. A proposta do ex-presidente dos EUA é dispor de fundos para a reabilitar os usuários e, precisamente, combater a oferta de estupefacientes.

Proponho medidas adicionais para atacar o lado da "oferta" da equação das drogas – para deter o tráfico de drogas, atacando os produtores ilegais de drogas, o cultivo das plantas de onde derivam as drogas e o tráfico, nessas drogas além de nossas fronteiras. A América tem o maior número de viciados em heroína de qualquer nação do mundo. E, no entanto, a América não cultiva ópio - do qual a heroína é um derivado – nem fabrica heroína, que é um processo de laboratório realizado no exterior. Este veneno mortal no fluxo de vida americano e, em outras palavras, uma importação estrangeira (Nixon, 1971).

No início da década de 1970, Nixon criaria ainda o DEA (Drug Enforcement Administrativo)⁴⁵ onde seriam centralizadas as operações de combate ao tráfico de drogas e de onde partiriam as atividades de monitoramento direto dos países parceiros dos Estados Unidos. O DEA conta com 222 escritórios domésticos divididos em 23 estados norte-americanos, além de 90 representações situadas em 69 países⁴⁶. Paralelo ao aparelhamento do DEA, com a compra de equipamentos, contratação de agentes e definição de edifício-sede, o governo norte-americano abre o primeiro escritório fora de seu território. Localizada em El Paso, no México, a filial do DEA foi aberta em 1974, sob

⁴⁵ Escritório de administração e repressão às drogas em tradução livre, criado em 1973.

⁴⁶ A missão do órgão estampa quem dita as determinações sobre o tratamento aos indivíduos considerados criminosos ou integrantes de organizações criminosas. Também integra a missão do órgão fazer cumprir as leis e regulamentos de substâncias controladas dos Estados Unidos e levar para o sistema criminal e de justiça civil dos Estados Unidos (...) organizações e membros das organizações envolvidos no cultivo, fabricação ou distribuição de substâncias controladas que aparecem ou são destinadas ao tráfico ilícito nos Estados Unidos (...). Responsabilidade, sob orientação da política do Secretário de Estado e dos Embaixadores dos EUA, por todos os programas associados às contrapartes de aplicação da legislação em países estrangeiros Cf.: <https://www.dea.gov/domestic-divisions>

a justificativa de aumentar o controle fronteiriço diante da crescente oferta de ópio dentro dos EUA⁴⁷. Os agentes do departamento centraram as ações no combate ao ópio, porque a cocaína e a maconha não eram ainda consideradas perigo para os norte-americanos.

No final dos anos 1970, uma inundação de cocaína entrou no país por Miami, sendo transportada para o norte, para a cidade de Nova York e para cidades e vilas ao longo da costa leste. A cocaína, no entanto, ainda não era considerada uma grande ameaça, porque muitos acreditavam que o seu uso estava confinado aos ricos (...). As estatísticas indicaram o contrário: em 1974, 5,4 milhões de americanos reconheceram tê-la experimentado pelo menos uma vez. Em 1979, o consumo de cocaína estava no auge (...). No início dos anos 80, cerca de 22 milhões de americanos admitiram ter experimentado cocaína. Doutor Peter Bourne, consultor de drogas de Jimmy Carter e assistente especial para questões de saúde, escreveu "a cocaína... e, provavelmente, a mais benigna das drogas ilícitas atualmente em uso generalizado (...). Tem atuação curta... não fisicamente viciante (DEA, 1970).

Bourne sugere, entretanto, a legalização da cocaína e da maconha, discurso que não ganhou eco junto ao aparelho repressivo⁴⁸. As operações do DEA, então, miram o tráfico de cocaína, já presente em Nova York e Miami, com faturamento de US\$ 150 milhões. Mais uma vez, o órgão de segurança aponta fatores externos como responsáveis pelo consumo da droga dentro dos EUA e destaca a atuação de traficantes colombianos, que expulsaram os cubanos do negócio. Os investigadores do DEA apontam que o processamento de 70% da cocaína distribuída no território norte-americano ocorre na Colômbia. E cabe a um norte-americano, contudo, o fortalecimento das operações do tráfico de drogas da organização que viria a ser conhecida como o cartel de Medellín⁴⁹.

George Jung (1942 -) atou como traficante de maconha para os Estados Unidos no decorrer da década de 70. Como forma de dinamizar o transporte, utilizava aviões civis particulares. Preso em 1979, Jung foi companheiro de cela do colombiano de ascendência alemã Carlos Enrique Lehder Rivas (1949 -), que cumpria pena por tráfico de cocaína. A prisão contribuiu para a parceria e os dois iniciaram o trabalho de transporte de cocaína para os Estados Unidos por tráfego aéreo. Sobre a dupla, o DEA atribui a Rivas a responsabilidade pela organização do contrabando de cocaína para o território norte-americano, como uma atitude unilateral.

Esta aliança de drogas foi concebida por Carlos Enrique Lehder-Rivas, que conheceu George Jung, um traficante de drogas, enquanto na prisão. Jung transportava toneladas de maconha em

⁴⁷ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1970-1975%20p%2030-39.pdf>

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ibidem.

aviões particulares. Observando o sucesso desse método de contrabando de maconha, Lehder argumentou que a cocaína também poderia ser movida em quantidades de toneladas. No final dos anos 1970, Carlos Enrique Lehder-Rivas começou a cooperar com outros traficantes baseados na Colômbia na fabricação, transporte e distribuição de toneladas de cocaína para os EUA e ao redor do mundo. A ideia de Lehder evoluiu para uma parceria lucrativa e mortal – o cartel de Medellín. Seus membros incluíam (...) Jorge Ochoa, Pablo Escobar, Griselda Blanco, Gustavo e Benjamim Herrera e José Rodríguez-Gacha (...). Esses traficantes, já ativos no comércio de maconha na década de 70, haviam estabelecido um monopólio virtual da distribuição de cocaína. A cidade andina de Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia, era o lar da maioria desses traficantes (DEA, 1970).

Os documentos que contam a história do DEA não voltam a citar o nome George Jung. E o órgão passa a descrever a influência do cartel de Medellín na Colômbia no início dos anos 80. Aos integrantes da associação são atribuídos crimes que vão de intimidação a assassinato de jornalistas e funcionários públicos. Sobressaem os relatórios que apontam, ainda, o aumento da violência contra a população colombiana e a corrupção dos setores públicos.

Em 1985, a Colômbia tinha a maior taxa de homicídios do mundo. Somente em Medellín, 1698 pessoas foram assassinadas e nos anos seguintes, esse número passou a 3.500. O cartel de Medellín foi, rapidamente se tornando o mais rico e temido sindicato do crime que o mundo já encontrou. Durante o período de 1980 a 1995, as máfias de Medellín entregaram aos EUA uma grande medida de violência no atacado e as suas atividades de tráfico de drogas haviam infligido seu país de origem (DEA, 1980).

Foram, contudo, as estatísticas de violência dentro dos Estados Unidos o motivo alegado pelo ex-presidente Ronald Reagan (1911 - 2004) para justificar o endurecimento das ações contra o tráfico nos países produtores. De acordo com o relatório histórico do DEA⁵⁰, em 1982, foram registrados 349 assassinatos no sul do Estado da Flórida. A mesma região registrou 621 em 1981 e, no ano seguinte, Reagan afirma que a "imigração maciça, a criminalidade desenfreada e o contrabando de drogas epidêmicas criaram sério problema" no sul da Flórida. Foi esse o gatilho – a violência no sul da Flórida - usado para o lançamento do Grupo de Trabalho sobre Repressão às Drogas no Crime Organizado, que ficou sob o comando do procurador-geral William French Smith⁵¹, sob a liderança do então presidente George Bush (1924 - 2018), mais um presidente a priorizar a via proibicionista e intervencionista (Fraga, 2007). O programa marca o início de uma nova abordagem norte-americana para a chamada questão das drogas e passa a envolver as

⁵⁰ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1980-1985%20p%2049-58.pdf>

⁵¹ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1980-1985%20p%2049-58.pdf>

famílias e a escola. Essa abordagem é justificada pela necessidade de redução da demanda por estupefacientes ilícitos e, não apenas, para a repressão à oferta.

Na década de oitenta se estabelece o discurso jurídico transnacional e se internacionaliza o controle das drogas, porque o fundamental é impedir que cheguem as drogas do exterior. Declara-se a guerra contra as drogas. O principal objetivo é controlar o tráfico e ao mesmo tempo a subversão que pode se originar da atual crise econômica e do problema da dívida, razão pela qual toda a atenção recai sobre a América Latina. Cria-se assim o estereótipo político criminoso latino-americano, já que o inimigo neste momento é o inimigo externo, convertendo-se as drogas em um problema de segurança nacional (Del Olmo, 2009, p. 78).

Em 1993, entra no cenário de combate ao uso de drogas o programa Drug Abuse Resistance Education, que passou a ser conhecido pelo acrônimo DARE. O programa, lançado pelo Departamento de Polícia de Los Angeles, utilizou o lema da ex-primeira dama Nancy Reagan (1952 – 2004), que afirmou em 1981 *Just say No*⁵². Por meio do programa, estudantes passaram a receber palestras preferidas por policiais treinados a partir de uma face humana⁵³. O foco da abordagem sobre as drogas ilícitas também resulta na alteração da Lei de Combate ao Crime, em 1984⁵⁴. Pela mudança, a penalização dos envolvidos com o tráfico é aumentada, bem como o confisco dos bens amealhados por meio da atividade e legalizados artificialmente (lavagem de dinheiro). Um ano antes, o governo Reagan havia anunciado a criação do Sistema Nacional de Interdição de Fronteiras contra Narcóticos, demonstrando que, embora haja reconhecimento sobre a necessidade de medidas para conter a demanda interna de drogas, a responsabilidade ainda é externa aos EUA⁵⁵.

É, contudo, o confronto com as ações departamento em território estrangeiro que acirra a chamada guerra às drogas. Em 1985, um agente do DEA, Enrique Camarena, é torturado e assassinado por traficantes mexicanos. O crime, cujo sucesso seria creditado à participação de funcionários do governo do México, “marcou um ponto de virada na guerra às drogas. Sua morte violenta colocou o público americano cara-a-cara com a cruel brutalidade do tráfico de drogas”⁵⁶. Como resposta, o Congresso dos Estados

⁵² É só dizer não – em tradução livre.

⁵³ Cf.: <https://dare.org/history/>

⁵⁴ Cf.: <https://www.congress.gov/bill/98th-congress/senate-bill/1762>

⁵⁵ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1980-1985%20p%2049-58.pdf>

⁵⁶ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1985-1990%20p%2058-67.pdf>

Unidos aprovou em 1986 a injeção de US\$ 6 bilhões nas atividades de educação para a redução da demanda por estupefacientes. Os congressistas também reformam o arsenal legal para a condução das atividades dentro e fora do território norte-americano⁵⁷. Para conter a demanda, foram definidas sanções aos países que não concordassem com as medidas anunciadas pelo governo norte-americano. “Na arena internacional, a lei de 1986, estabeleceu a exigência de que a assistência estrangeira fosse retirada dos países, se o presidente não pudesse certificar que havia total cooperação com os EUA”⁵⁸.

A alteração à legislação previa, ainda, a oposição do governo dos EUA à concessão de empréstimos internacionais por agências, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) aos estados que não colaborassem com as medidas. Exigia também que os Estados Unidos votassem contra assistência externa aos países "não certificados", com exceção à ajuda humanitária. Em conjunto com a pressão diplomática e econômica, no governo Reagan é acentuado o processo de militarização contra o tráfico. Nessa fase, a América Latina é declarada oficialmente alvo das diretrizes de segurança dos Estados Unidos. Por meio da Diretriz de Segurança Nacional 221⁵⁹ – Drogas e Segurança Nacional – Reagan aponta que as drogas são uma ameaça à integridade e democracia norte-americanas, também aponta que os países produtores são incapazes de gerir o próprio território em um assunto que passa à problema de segurança nacional (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016; Rooles *et al*, 2013; Rolles, 2016).

Deste modo se considera o problema em termos de narcosubversão, com um predomínio de consequências sobre o poder econômico para os Estados Unidos e sobre o poder político para a América Latina. Mas o discurso da droga esconde os aspectos econômicos e políticos do Continente que impedem a solução do problema, e que devem ser estudados com cuidado. Será a única forma de compreender porque milhares de habitantes do Continente se veem obrigados neste momento a fazer parte das operações transnacionais das drogas em seus diferentes níveis. Um exemplo que ilustra o que dissemos é o que ocorreu em Belize e Jamaica: Os projetos do presidente Reagan para promover estabilidade política e econômica, controlar a imigração ilegal e o tráfico de drogas foram afetados pelas contínuas restrições às cotas açucareiras desde 1982. A política norte-americana frente ao açúcar custou à região mais de 130 mil desempregados desde 1984, que não tiveram outro remédio senão converter-se em imigrantes ilegais ou em cultivadores de maconha para sobreviver. E o que está acontecendo com o café na Colômbia? (Del Olmo, 2009, p. 78).

⁵⁷ Cf.: <https://www.congress.gov/bill/98th-congress/senate-bill/1762> e <https://www.congress.gov/bill/100th-congress/house-bill/05210>

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Cf.: <https://fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-221.pdf>

A manobra para controle dos países produtores fica clara com a "certificação", que passou a ser conhecida a partir de então, contava com as informações do Relatório da Estratégia Internacional de Narcóticos, editado pela primeira vez em 1986⁶⁰. Rodrigues explica como a estratégia norte-americana resultou no processo de militarização do combate às drogas na América Latina:

A adesão dos países latino-americanos foi impulsionada por pressões diplomático-econômicas, com destaque para o processo de "certificação", pelo qual, a partir do governo Reagan, os presidentes estadunidenses passaram a publicar anualmente uma lista dos países que, na avaliação dos EUA, colaboravam ou não com a "guerra às drogas" no ano anterior, prevendo sanções econômicas e reprimendas diplomáticas aos descumpridores. Todavia, o acatamento da lógica punitiva e da militarização por Estados latino-americanos respondeu, também, a processos próprios a cada país que já era - à época das decisões de Reagan - signatários dos tratados proibicionistas e que já procediam, cada qual a seu modo, o combate às drogas como tática de governo e repressão seletiva sobre suas próprias populações (Rodrigues, 2012, p.20).

Embora conste a oferta de suporte econômico aos países que figuravam como produtores da droga consumida nos Estados Unidos, a prática é que a assistência ocorreria somente no campo militar. O apoio ficou centrado no fornecimento de armas e treinamento militar (Rodrigues, 2012, p.33). Entre as formas da aplicação da lei na perspectiva norte-americana, ainda estava prevista a extradição para os EUA de envolvidos com o tráfico de drogas nascidos em outros países. A mais marcante disputa sobre a extradição de nacionais para os EUA foi registrada na Colômbia. O governo colombiano extraditou nacionais, mas a prática foi proibida constitucionalmente a partir de 1991. Para o governo dos Estados Unidos, a medida prejudicou a atividade investigativa, a punição dos envolvidos com o tráfico e facilitou a expansão dos cartéis⁶¹. No início dos anos 2000, o combate ao tráfico de drogas na perspectiva norte-americana tem uma guinada. Os ataques combinados realizados no dia 11 de setembro de 2001, são definidos como resultado da atividade de terroristas armados, equipados e treinados com o dinheiro do tráfico de drogas. Surge, assim, o narcoterrorismo⁶².

O narcotráfico e os terroristas foram conectados durante séculos. Como vários governantes e organizações usaram os vastos lucros do tráfico de drogas para armar, equipar e treinar membros de seus violentos grupos. No entanto, foram os ataques terroristas em 11 de setembro de 2001, que trouxeram essa conexão à atenção do público norte-americano. Dinheiro de droga contribuído em parte, para a capacidade da organização Al Qaeda de realizar os ataques de 11 de setembro. O

⁶⁰ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1985-1990%20p%2058-67.pdf>

⁶¹ Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1990-1994%20p%2067-76.pdf>

⁶² Cf.: <https://www.dea.gov/about/history/1999-2003%20p%2091-118.pdf>

DEA define o narcoterrorismo como um subconjunto do terrorismo, em que grupos terroristas participam diretamente ou indiretamente do cultivo, fabricação, transporte ou distribuição de substâncias regulamentadas e recursos derivados dessas atividades (DEA, 2003).

Diante da nova postura, o governo dos EUA aponta que o envolvimento com o terrorismo ocorre para um terço das organizações ligadas ao tráfico de drogas. Dessa maneira são definidas organizações da América Latina FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), ELN e AUC, da Colômbia, e o Sendero Luminoso, do Peru. De acordo com as investigações do governo norte-americano, o elevado perigo das FARC – com franco acesso também à compra de armas de uso restrito militar - resultava, em especial, à orientação política do grupo. "As FARC são uma organização colombiana marxista, cujo objetivo é derrubar o governo colombiano. O departamento de Estado dos EUA chamou as FARC de grupo terrorista internacional mais perigoso baseado no hemisfério ocidental"⁶³. Não somente grupos paramilitares de orientação de esquerda são apontados como integrantes de redes narcoterroristas, segundo as investigações dos EUA. Entre os exemplos está a CUA, um grupo paramilitar de direita cujas atividades já foram encerradas e foi composto por 8 mil integrantes a quem foram atribuídas 2.601 mortes, somente em 2002. Também ao grupo foram atribuídos 182 sequestros⁶⁴. Em 2008, a área diplomática dos EUA é abalada pela decisão do presidente boliviano Evo Morales, que determinou a expulsão do departamento da Bolívia⁶⁵.

Hoje, a repressão ao crime de tráfico de estupefacientes é alvo de uma convenção específica da ONU, celebrada em 1988. A Convenção contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas estabelece diretrizes e as ações alvo de punição conforme a legislação dos signatários, embora estabeleça as etapas de remissão dos processos penais. As leis dos signatários devem prever punição aos contraventores envolvidos com crime organizado nacional e internacional; que se utilizem de armas; envolvam menores de idade e agentes públicos que atuem nas atividades criminosas.

⁶³ Idem

⁶⁴ Ididem

⁶⁵ Em agosto de 2008, Evo Morales foi reeleito como presidente da Bolívia. O presidente Morales era, anteriormente, o chefe do sindicato dos cocaleiros e a sua reeleição sinalizava a continuidade da legalização do cultivo de coca naquele país. Em 2 de novembro de 2008, uma nota diplomática foi entregue ao embaixador dos EUA em La Paz, Bolívia, declarando a expulsão do DEA daquele país no prazo de 90 dias, fonte: <https://www.dea.gov/about/history/2003-2008%20p%20118-153.pdf>

Na mesma convenção são ampliadas as determinações de extradição e estabelecidas medidas para contenção da lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas (UNODOC, 1988; Bewley-Taylor *et al.* 2014). Essa convenção apertou a camisa de força jurídica já imposta pelos dois documentos anteriores e mantém o proibicionismo que, anacrônico, não teve êxito em reduzir o mercado de oferta de estupefacientes, sobrecarrega os sistemas penais e criminais dos países signatários e fragiliza os sistemas de segurança (Blickman, 2014). Para pensadores como Chomsky (1995), a denominada guerra contra as drogas foi a maneira encontrada pelo governo norte-americano de desviar os interesses da opinião pública sobre as questões econômicas.

1.1.3 Violência na América Latina

O modelo punitivo marca o legado histórico de violência refletido no aumento da população carcerária dos países signatários ao proibicionismo⁶⁶ (Del Cerro, 2013). A resposta da privação de liberdade também é considerada o motor para a violação de direitos humanos e aumento da fragilidade de grupos étnicos vulneráveis e não tem interferência sobre a distribuição de narcóticos (Fraga, 2007; 2014; Ortíz, 2013).

A prisão é a expressão mais flagrante dos fracassos de políticas de drogas baseadas em proibicionismo: o fracasso em reduzir a demanda de drogas, apesar de 30 anos de estados punindo o consumo; a falha em reduzir o fornecimento de drogas e o poder da organização transnacional crime, apesar de um regime internacional de controle de drogas que existe há mais de um século. Acima de tudo, o encarceramento é o epítome do custo humano dessas políticas fracassadas. A população carcerária global disparou nos últimos três anos, em grande parte por causa do sistema repressivo estabelecido o regime internacional de controle de drogas e as leis nacionais que derivar disso (Dreifuss, 2019, p.5).

Em Dowdney (2003, p.30) percebemos que a ameaça da privação de liberdade é instrumento utilizado pelas redes criminosas para coagir integrantes de comunidades fragilizadas em atuar nas diferentes etapas de distribuição de estupefacientes ilícitos. E são as comunidades empobrecidas o território de disputas marcadas pela repressão do estado e as redes criminosas (Fraga, 2014; Ortíz 2013; Kopp, 2010), situação encontrada de maneira acentuada na América Latina. “A violência ligada ao tráfico de drogas converteu-se

⁶⁶ “Em setembro de 2018, havia uma estimativa de 10,74 milhões pessoas encarceradas em todo o mundo, incluindo aquelas em pré-julgamento detenção - prisões representando as instalações onde a maior muitas pessoas são privadas de liberdade em todo o mundo (...). Os 10 países com o maior número de encarcerados pessoas, sem contar com a detenção administrativa, são os Estados Unidos (2,1 milhões), China (1,65 milhões, sem incluir em prisão preventiva), o Brasil (690.000), a Federação Russa (583.000), Índia (420.000), Tailândia (364.000), Indonésia (233.000), Irã (230.000), México (204.000) e Filipinas (188.000)”, fonte: http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2019/06/ENG-PP2019_DeprivationLiberty_WEB.pdf

na linguagem da América desde que o ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declarou guerra aos narcóticos (Induza *et al*, 2011, p.21)”.

As políticas que preveem a proibição de substâncias estupefacientes diante de outros mercados legais e a como de armamentos, o resultado não poderia ser outro que não a violência (Naim, 2006). Resultam ainda em deslocamento dos centros produtores, em estigmatização do usuário e marginalização (Rolles, 2016). Pela insistência no proibicionismo, há indução à pobreza, incapacidade democrática, interferência diplomática voltados contra os países localizados na América Latina. Para Del Cerro (2013) é clara a diferença entre a atuação dos sistemas de segurança no combate à produção de estupefacientes na América Latina e Europa, ainda que o velho continente seja o principal produtor de drogas sintéticas.

O tráfico de drogas é um dos mercados ilegais mais violentos do mundo, devido à sua relação com o crime organizado. No entanto, nem todos os países onde drogas ilegais são traficadas sofrem ondas de violência como na América Latina. E nem todas as drogas que são ilegalmente traficadas geram violência, além disso, pode mercados ilegais totalmente pacíficos. O nível de violência relacionada ao trânsito A dependência de drogas, além de fatores socioeconômicos, depende da natureza do mercado, elemento consideravelmente influenciado pela resposta legal a ele (...) O fortalecimento das leis e a militarização das políticas América Latina coincidem com alta violência na América Central e na América Sul Contudo, na Europa, que é um importante produtor de ecstasy, a dimensão da violência que acompanha o seu tráfego internacional é insignificante em comparação com o fenômeno do tráfico de cocaína na América Latina. Existem Mercados de drogas ilegais, como o tráfico de cannabis do Marrocos a Europa, que não geram tais ondas de violência em sua cadeia de distribuição e vendas; coincidindo com a proibição e controle deste mercado na Europa têm um muito menos repressivo (Del Cerro, 2013, pp. 42-44).

Há de maneira clara, duas distinções entre as arenas onde a “guerra às drogas” foi travada, na Europa e Estados Unidos ela ocorreu nos tribunais, e os países da América Latina, nas áreas empobrecidas” (The Guardian, 2011). Sobre o assunto Fraga (2007) afirma que:

A América Latina é uma das regiões a sofrer mais contundentemente as consequências econômicas e sociais da política proibicionista (...). A questão da democracia na América Latina, hoje, tem como um dos pontos fundamentais de sua agenda a forma como os governos enfrentarão a questão da política de drogas interna e externamente ao seu território (Fraga, 2007, p. 70).

Isso significa dizer que, de falha clara, o modelo proibicionista é protecionista (Bewley-Taylor *et al*. 2014; Kopp, 2010; Ortíz, 2013) e contribuiu para o fortalecimento das redes criminosas de distribuição, a fragilidade das comunidades pobres, a corrupção de agentes públicos, a consolidação do mercado ilícito de outros produtos e serviços, desenvolvi-

mento de drogas mais potentes pelo mercado negro e melhoria na rentabilidade dos produtos (Ortíz, 2013; Fraga, 2014; Dreifuss, 2019).

Quando Nixon declarou guerra às drogas, a ilegalidade dessas “drogas ameaçadoras” tinha pouco mais de seis décadas. Nestes anos, o aumento do consumo de drogas psicoativas, como maconha, heroína e LSD, foram associadas a protestos de movimentos contraculturais que fizeram do uso de drogas um elemento importante de uma mudança comportamental que confrontou o consumismo, o militarismo e o moralismo do “american way of life”. O governo Nixon também começou a lutar contra os estados alterados de consciência. No entanto, não foi só nos Estados Unidos que o “problema das drogas” assumiu novas dimensões. (T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016, p.11).

Na perspectiva do cidadão, o encarceramento ainda é a principal resposta para solucionar a chamada “questão das drogas” e a busca por infratores ocorre, invariavelmente, em comunidades, resultando em elevadas taxas de homicídios. A América Latina exibe elevadas taxas de homicídio e encarceramento, mesmo com o maior rigor na busca por envolvidos com o tráfico, não houve redução (Mathieu & Niño, 2013). As taxas da região atingiram 24.182 assassinatos para cada grupo de cem mil indivíduos em 2017, quando a América do Norte exibiu 5.051 no mesmo período e base comparativa. Também no mesmo período e base comparativa, a Europa registrou 4.798 assassinatos (UNODOC, 2019). Não houve redução de tais taxas⁶⁷ e entre as associações para aumento estão as disputas por áreas de controle do tráfico de drogas, em especial a cocaína (UNODOC, 2019).

1.2 Repressão em Paraguai, Brasil e Portugal

Nenhum dos três países alvo deste estudo aderiu à convenção de 1961 na data de realização. O Brasil aderiu ao primeiro documento em 16 de maio de 1973, um ano após a revisão, seguido pelo Paraguai, em 20 de junho do mesmo ano. A adesão de Portugal foi registrada em 20 de abril de 1979. Nas reuniões seguintes, Paraguai e Brasil assinaram os documentos durante os encontros. Portugal aderiu à convenção de 1971 também em 20 de abril de 1979 e à de 1988, em 13 de dezembro de 1989⁶⁸.

No caso de Paraguai e Brasil, as atuais ações de segurança estão ajustadas ao projeto Bidal da OEA, cujo objetivo é orientar os países signatários para elaborar leis cuja previsão

⁶⁷ Em 1990, foram registrados 21.117 assassinatos para cada grupo de cem mil na América Latina; 15.993 nas Américas e 2.959, segundo o UNODOC (2019).

⁶⁸ United Nations - Database 2015.

inclua o confisco e venda antecipada de bens oriundos do tráfico de drogas. Prevê, ainda, a elaboração de ações de combate ao consumo de substâncias psicoativas, aumentar o controle econômico dos bens do tráfico, prevenir a lavagem de dinheiro e coordenar redes de investigação de patrimônio de narcotraficantes⁶⁹.

As cadeias do tráfico de drogas podem ter atividades limitadas ao âmbito nacional ou internacionais, quando ligadas à exportação, sendo mantidas por colaboradores com responsabilidade maior ou menor centralidade, conforme o estágio de atuação ancorada na demanda do consumidor (Koppa, 2010; Figueroa, 2017). As organizações atuam em diferentes posições ao longo da cadeia do tráfico de drogas até chegarem ao consumidor final. Dos países integrantes deste estudo, os colaboradores baseados no Paraguai agem como produtores e fornecedores (Figueroa, 2017); os que estão no Brasil trabalham nas ações de transporte, trânsito e atendem as demandas de consumo; quem está em Portugal atua como receptor, nas ações de atendimento à demanda e o trânsito a outras localidades da Europa. Na conexão entre produtor e consumidor, não podem ser desprezadas as influências culturais e sociais de cada ator (Figueroa, 2017).

1.3. Sistemas Legais e Policiais do Paraguai, Brasil e Portugal

O conjunto legislativo da Política Nacional de Drogas do Paraguai⁷⁰ é de caráter persecutório⁷¹, repressivo⁷², de combate frontal⁷³ e com tolerância zero⁷⁴, tendo ênfase na redução da oferta e demanda por substâncias controladas. Prevê, ainda, internação compulsó-

⁶⁹ Também integraram o Bidal os governos da Argentina, Chile, El Salvador, República Dominicana e Uruguai (OEA): http://www.cicad.oas.org/Main/Template.asp?File=/lavado_activos/bidal_spa.asp.

⁷⁰ A Política Nacional de Drogas que é apoiada na Convenção de drogas da ONU de 1971 e ratificada em 1972, na Carta da ONU de 1971 e a Convenção das Nações Unidas de 1988. As convenções são ratificadas pelas leis números 338 e 339 de 1971.

⁷¹ Redução da pena para o denunciante está prevista na Lei número 1.340 de 1988.

⁷² A Lei número 836 de 1988 do Código Sanitário reprime o tráfico com penas que variam de 5 a 15 anos de prisão, além de multa.

⁷³ A Constituição da República do Paraguai prevê no Artigo número 71 repressão à produção e tráfico de substâncias ilícitas e Lei número 386 de 1994 ampliou a ação da SENAD para controle, combate ao narcotráfico, prevenção, recuperação e controle de estupefacientes.

⁷⁴ O artigo 30 da Lei 1.340 de 1988 classifica como usuário o cidadão que for apanhado pelas autoridades policiais portando até 10 gramas de maconha, dois gramas de cocaína ou dois gramas de heroína.

ria para narcodependentes e dependentes de álcool⁷⁵, venda condicionada de medicamentos controlados à apresentação de receita médica⁷⁶ e atividades de prevenção apoiadas em campanhas educativas periódicas⁷⁷. Três subprogramas acompanham o plano nacional e preveem: combate ao crime organizado e tráfico ilícito; medidas judiciais contra o tráfico e a corrupção; redução da demanda por drogas e tratamento de usuários. A execução da política nacional de combate ao narcotráfico no Paraguai está a cargo da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD), que tem estatuto de ministério. O órgão centra a resposta institucional em três eixos: erradicação de lavouras de maconha; combate ao microtráfico e luta contra o crime organizado (SENAD, 2017; 2018).

Na amplitude da atuação do órgão as limitações não são escondidas e revelam a excessiva repressão e a associação do consumo de estupefacientes ilícitos à marginalidade. Considerações sobre limitações de pessoal também não ficam fora da autoavaliação da secretaria, que contava em 2017 com oito técnicos distribuídos no controle de demanda e fármacos para a cobertura total do território paraguaio. Enquanto os esforços do órgão são voltados em sua maioria para a repressão, o tratamento de usuários é considerado deficitário, disponível em 87 centros e 45 comunidades terapêuticas em 2013, a maioria (84% e 94% respectivamente) sob o controle da iniciativa privada (Garat, 2016; Figueiroa, 2017; SENAD, 2018). Como forma de alinhamento à política que determina a redução da oferta, as ações representam um desafio para a Polícia Nacional diante de dados da própria SENAD, que apontam aumento da disponibilidade de substâncias ilícitas⁷⁸, multiplicação das áreas de plantio⁷⁹ e refletem o fracasso da abordagem da política proibicionista (Garat, 2016).

⁷⁵ Medida prevista no artigo número 68 da Constituição da República do Paraguai com previsão mínima de um ano de internação e máxima de três.

⁷⁶ Lei número 1.119 de 1997 norma geral de que medicamentos sejam dispensados somente com receita médica.

⁷⁷ Lei número 1.032 de 1996 criou a Semana Nacional de Saúde.

⁷⁸ Esse tema se revelou um desafio, considerando a evolução da oferta. Em 2005, foram apreendidos 498.273 quilos de cocaína em solo paraguaio. Dez anos depois, as apreensões chegavam a 3.303.493. No período de nove anos, entre 2005 e 2014, o registro de apreensões de crack passou de 66.964.260 quilos 2005 para 149.575.960.181 quilos e as de crack, que não eram sequer registradas, chegaram a 149.275 quilos. Fonte: Política Nacional sobre Drogas del Paraguay, 2017.

⁷⁹ Em 1978, dois departamentos registravam o plantio de *cannabis* (Alto Paraná e Ambamay), em 2015, as áreas de cultivo estavam distribuídas em oito áreas: Amambay, Canindeyú, Concepción, São Pedro, Caagazú, Alto Paraguai, Caazapá e Itapúa.

Também como consequências do alinhamento com a política repressiva e tolerância zero⁸⁰, o Paraguai tem elevadas taxas de encarceramento⁸¹, em especial de mulheres⁸², e oferece poucas alternativas de desenvolvimento social e geração de renda (Garat, 2016). Tendo como prioridade o extermínio dos campos de plantio de *cannabis*, o governo paraguaio encontra resistência mesmo dentro da falta de alternativas propostas para os camponeses, mal remunerados pelas culturais tradicionais e atrelados a fracas cadeias econômicas como resultado da ausência de políticas agrícolas.

Motivados pela sobrevivência e suportando o risco do encarceramento, pelo menos 20 mil agricultores distribuídos nos municípios que fazem fronteira com o Brasil foram empurrados ao cultivo de maconha (SENAD, 2015; Mendoza e Marin, 2015; New York Times, 2017). Essa também termina por ser a saída para 90% dos jovens da região, que assistiu à chegada da semente de maconha (ao norte do Paraguai durante os anos 80, promovida por organizações criminosas no Brasil, destino atual de 80% da produção, a maior da cone-sul e a segunda maior do mundo (SENAD, 2015). Além do plantio, também são responsáveis pelo transporte da mercadoria em bicicletas até a fronteira, que entra no Brasil por avião ou caminhões (Mendoza, 2013; Mendoza e Marin, 2015).

Os jovens agricultores de cânabis (sic) padecem de muitas necessidades, mas não têm tantas esperanças de superar os problemas que vivenciam. Eles vivem em um meio social excludente em que possíveis alternativas de saída de produção da droga ilícita se tornam muito difíceis, uma vez que não dispõem de qualificação para realizar outro tipo de trabalho (Mendoza, 2013, p. 190).

Além da ausência de políticas econômicas e do risco de encarceramento pelo envolvimento com o tráfico, a jovem população paraguaia ainda suporta os elevados índices de violência da região fronteiriça. Há em curso, contudo um processo de dissociação ou independência dos produtores de medicamentos paraguaios das organizações brasileiras (Figueirosa, 2017, p.6; Garat, 2016, p.7). As disputas por território e hegemonia dos negócios relacionados ao narcotráfico pressionam os indicadores sociais de avaliação da

⁸⁰ A Lei número 1.340 de 1988 limita em 10 gramas para maconha e 2 gramas para cocaína ou heroína a quantidade mínima para que o cidadão seja considerado usuário, mas a interpretação é subjetiva, deixada a cargo do agente prisional responsável pelo exame clínico do cidadão (SENAD, 2017).

⁸¹ A população carcerária paraguaia passou de 2.974 indivíduos institucionalizados em 2005 para 15.174 em 2018. Isso significa que a taxa de encarceramento passou de 70 indivíduos para cada grupo de cem mil habitantes para 215, no mesmo período. Fonte: Mecanismo Nacional de Prevenção à tortura da República do Paraguai, Cf.: <http://www.mnp.gov.py/index.php/investigacion-social/2015-08-23-04-10-39/func-startdown/202/>

⁸² O enquadramento na lei das drogas é responsável por 47% dos encarceramentos de pessoas do sexo feminino no Paraguai. Cf.: *idem*.

violência registrada nos municípios da fronteira entre Paraguai e Brasil (SENAD, 2015; UNODOC, 2018;).

Apesar de figurar como o segundo maior produtor de maconha do mundo, o Paraguai apresenta índice de consumo de 0,4% (SENAD, 2015). E o posicionamento como importante produtor da erva, além das já explicadas questões como a pobreza, a falta de políticas agrícolas e a extensão da fronteira seca com o Brasil, é justificado no lucro gerado pela cadeia e suportado pela corrupção das instituições, situação que no Paraguai convencionou-se denominar narcopolítica. Esse é o processo de politização da atividade, revelada com a chegada das organizações criminosas aos círculos de poder (SENAD 2015; Garat, 2016; Figueiroa, 2017). O tráfico de drogas recebe e concede proteção às atividades ilegais promovidas nos níveis da política, da justiça e da polícia (Mendoza, 2013; ABC, 2014; Melgarejo, 2014). Há articulações com a polícia nacional, em esquemas legais fracos (Acevedo e Rojas, 2015; Figueiroa, 2017).

Foram esses os fatores que fizeram com que o proibicionismo fosse adotado sem questionamentos pelas demais nações. No Brasil, a legislação foi ajustada conforme os padrões de comportamento, tendo, da mesma maneira que nos Estados Unidos, o controle social a grupos populacionais específicos (Bewley-Taylor *et al.* 2014). A cannabis foi proibida no Brasil pela primeira vez em 1830, pela Câmara do Rio de Janeiro, que previa pena de três dias de prisão aos escravos flagrados fumando a erva⁸³. Leis semelhantes também foram registradas em 18 municípios, entre eles Caxias do Sul (1846), São Luís (1866), Santos (1870) e Campinas (1876). Todas as leis associam o uso da substância a grupos de escravos e preveem penas de restrição de liberdade de até uma semana para o descumprimento (Bewley-Taylor *et al.* 2014).

A partir da década de 20, o Brasil ratifica as principais convenções internacionais de criminalização de estupefacientes⁸⁴, ainda seguindo um recorte de controle social, principalmente de grupos de negros ou moradores de periferias (Bewley-Taylor *et al.* 2014; T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016; T. Rodrigues & B.C. Labate, 2016b). No caso brasilei-

⁸³ O cigarro de maconha era denominado “*pito do pango*(grifos nossos)”Cf.: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/pito-do-pango-na-decada-de-30-maconha-era-vendida-em-herbanarios-do-rio-13352181>

⁸⁴ http://arquivo.edemocracia.camara.leg.br/web/espaco-livre/forum/-/message_boards/message/989108?menuTopo=0

ro, Filho e Costa (1997) afirmam que o reflexo do privilégio à política repressiva resultou em aumento da atividade ilícita do tráfico de estupefacientes.

A legislação brasileira consagrou, nos anos setenta, este enfoque pautado na criminalização do consumo, dando pouca ênfase à prevenção e à contenção do tráfico interno. Este enfoque perdurou até meados dos anos noventa. Praticamente inexistiu até então uma política governamental articulada encarando o tema em suas diferentes dimensões. A este quadro de apatia por parte do Estado e da sociedade e aos fatores anteriormente mencionados, favorecedores da penetração e do crescimento do narcotráfico no Brasil, soma-se o pouco conhecimento disponível sobre o tema. Fora do domínio dos mecanismos de monitoramento e de repressão, vale dizer das estruturas policiais e de inteligência, com todas as limitações características, há pouca informação sistematizada para abastecer o processo de formulação de políticas e de tomada de decisões neste campo. São igualmente escassos, como se disse anteriormente, os estudos empreendidos nas universidades ou por organizações não-governamentais, embora se observe, a partir de 1994, maior interesse sobre o estudo do tema, talvez mesmo em razão de sua gravidade, no âmbito nacional e internacional, e de seus reflexos econômicos, políticos e sociais. Dada a deficiência de análise, tais reflexos não chegaram ainda a constituir aporte suficiente para a compreensão e definição de como encaminhar medidas e desenvolver mecanismos eficazes de resposta de controle. (Filho e Costa, 1997).

Ainda na avaliação dos autores, o modelo repressivo adotado pelo governo brasileiro é modesto para responder à altura da dimensão do narcotráfico. "Os mecanismos de prevenção, combate e repressão ao narcotráfico no Brasil são extremamente modestos frente à extensão do problema" (Filho e Costa, 1997). Embora tenha aderido à Convenção Única sobre Estupefacientes em 1973, a primeira lei brasileira a abordar o tema foi sancionada em 1976. Em um conjunto de três centenas de leis, decretos e medidas provisórias, a prioridade é a repressão. Legislações específicas para o tratamento de usuários são as mais recentes, de 2006 e 2010.

A formulação e a execução das políticas de combate aos estupefacientes ilícitos são de responsabilidade do Ministério da Justiça. Ao órgão está subordinado o DPF (Departamento de Polícia Federal). No âmbito das unidades federativas, o trabalho de repressão está a cargo das polícias militares e civis. As políticas de prevenção dos estados seguem as diretrizes do Ministério da Justiça⁸⁵. O equilíbrio entre as apreensões⁸⁶ nas três regiões demonstra o ápice da transformação da região Centro-Oeste como ponto de distribuição

⁸⁵ A pasta não escapou de sucessivos cortes no orçamento. Em 2015, o governo brasileiro determinou o corte de R\$ 69,9 bilhões, o equivalente a 20,60 bilhões de euros, das despesas orçamentárias gerais e deixou fora das prioridades governamentais o Ministério da Justiça, cujo orçamento passou de R\$ 4.633 bilhões para R\$ 3.183 bilhões.

⁸⁶ As apreensões de cocaína no Brasil pela Polícia Federal passaram de 7.199,380 toneladas em 2014, para 19.617,41 toneladas em 2008. No mesmo período, as apreensões de maconha passaram de 153.875,466 toneladas para 187.109,75 toneladas. Na região Sudeste do País foram apreendidas 1.230 toneladas de cocaína em 2008 e 6.897,35 toneladas de maconha. Naquele ano, a Polícia Federal apreendeu 1.221,83 toneladas de cocaína no Centro-Oeste e 12.603 toneladas de maconha. Ainda em 2008, foram apreendidas 7.762,00 toneladas de maconha na região Sul e 627 quilos de cocaína.

de drogas para o restante do País. O processo, conforme já é observado por Filho e Costa, 1997, no início dos anos 90, entre 1993 e 1996.

Tal fato resulta possivelmente da existência de malha de transporte interligada às outras regiões e da posição geográfica central. Grande número de pequenas pistas de pouso e facilidade de acesso aos grandes centros de distribuição, consumo e exportação de drogas contribuem para umbicar definitivamente o Centro-Oeste na rota das drogas. (Filho e Costa, 1997).

Para Induza *et al.* (2015) a política norte-americana de características protecionistas contra as nações sul-americanas resultou na consolidação da pobreza como forma de “manter recrutas” para o narcotráfico e imposição de estado permanente de miséria.

Em 1971, quando (Nixon) empenhou essa operação transnacional, a taxa de homicídios no continente era de oito para cada 100 mil habitantes. Hoje é de 14. Atualmente, 16 dos 25 países mais perigosos do mundo estão na América Latina. Tão somente na última década, os índices de violência aumentaram em toda a região, produto das mudanças do mundo do crime (Induza *et al.*, 2015, p. 36).

Os autores, que percorreram rotas de cocaína em todos os países da América enfatizam que o narcotráfico é “riqueza gerada a partir da miséria” e une a América Latina de maneira trágica, por meio da violência, que aumentou em toda a região

1.4. O narcotráfico em Paraguai, Brasil e Portugal

Embora a demanda pelo uso de drogas imponha ao narcotráfico caráter intercontinental (OEA, 2003, p. 17), Filho e Costa (1997), o cotidiano das populações depende de pré-disposições sociais, políticas e econômicas. Os níveis de desenvolvimento econômico e as estruturas institucionais, as prioridades políticas são diferentes entre os países, assim como os padrões de consumo de drogas, os aspectos de saúde e os efeitos da atividade da criminalidade organizada. Até mesmo em cada país, o problema apresenta-se de maneira diversa no âmbito rural e nas áreas urbanas (OEA, 2013, p. 17).

Para Filho e Costa (1997) e Fraga (2014), a dinâmica do narcotráfico molda-se às necessidades de mercado, à lei da oferta e demanda e à adaptação às transformações políticas e econômicas dos países.

O narcotráfico é um fenômeno essencialmente transnacional, sendo sua dinâmica ditada sobretudo pelas leis da oferta e demanda. Como tal, associa-se e nutre-se das transformações de ordem política e econômica que, sobretudo a partir dos anos setenta, levaram à intensificação do fluxo de

bens, capitais e de pessoas através das fronteiras nacionais. O fim da confrontação bipolar teve como uma de suas consequências a modificação das percepções de ameaças por parte das grandes potências, e em particular dos Estados Unidos, como também por parte de países em desenvolvimento. Em face do esvaziamento de ameaças tradicionais à segurança e do avanço do narcotráfico em praticamente todos os continentes, o mesmo passou a ser percebido como uma das mais importantes ameaças à segurança dos Estados, tendo se inserido na agenda política do continente americano de forma intensa, em razão de nele se situarem os principais produtores do maior mercado de cocaína, além de outras drogas ilegais. (Filho e Costa, 1997, p.99).

A OEA aponta que o caráter transnacional do narcotráfico afeta os pilares do desenvolvimento, a produção, a política, a sociedade, e o meio ambiente. O impacto ocorre em todos os elos, desde a produção, o tráfico, a venda e o consumo (OEA, 2013, p. 25). Na última década, o tema apareceu com maior frequência na pauta de discussões políticas por parte dos governos, conforme Filho e Costa (1997).

A maior atenção para com as dimensões dos problemas relacionados ao narcotráfico associa-se a três fatores básicos. Primeiramente, a relevância política e econômica que o tema assumiu no cenário internacional e regional. As drogas, afetando todos os países e projetando-se no território brasileiro, levam importantes parceiros, particularmente os Estados Unidos e a União Europeia, a desenvolverem políticas em relação às quais tanto o governo como diferentes segmentos da sociedade brasileira se viam instados a posicionar-se. Em segundo lugar, o narcotráfico associou-se e pôde nutrir-se das mudanças e dos problemas que acometem a sociedade brasileira, como por exemplo, o enfraquecimento do Estado, o aumento do desemprego, do subemprego com correspondente incremento e diversificação da economia informal em todo o País (...). A deterioração da condição econômica e social por parte da população, a marginalização crescente de segmentos sociais no processo de desenvolvimento, o intenso crescimento dos centros urbanos, tudo isso se atrela às drogas e aos elevados índices de criminalidade. Por último, a incorporação de camadas populares ao mundo do consumo de drogas anteriormente reservado principalmente a pessoas das classes média e alta. (Filho e Costa, 1997, p. 76).

Os fatores de globalização ou transacionalidade abordados deste estudo são indicados pela OEA e apontam os elos de produção, distribuição e consumo de estupefacientes ilícitos. Os três países alvo da pesquisa representam posições diferentes no mercado de produção, distribuição e consumo de substâncias psicoativas ilícitas, principalmente maconha e cocaína (UNODOC, 2017; 2018). O Paraguai divide com México, Estados Unidos e Colômbia e Canadá o posto de principal produtor de maconha do mundo. A maconha produzida no Paraguai abastece os países do Cone Sul e chega à Europa (OEA, 2003; pp. 32, 35, 50, 82). Embora esteja entre os primeiros países signatários das três convenções que norteiam as políticas relacionadas ao narcotráfico, o Paraguai iniciou em 22 de abril de 2015, o processo para a elaboração da Política Nacional de Drogas, sob a coordenação do escritório local do Unodoc e representantes de embaixadas⁵.

O Brasil ocupa posição estratégica na produção, distribuição e trânsito de maconha e figura nas principais rotas de destino de cocaína à Europa, África e Oriente Médio (OEA,

2013; p. 48, 49, 50). As condições geográficas configuram importante fator para a atual situação do País em relação ao mercado internacional de narcóticos ilícitos. Onze dos 27 estados da federação e 570 de 5.570 municípios estão na região de fronteira seca com 13 países (IBGE, 2013). As condições geográficas e os fatores sociais incidem diretamente sobre a posição do País em relação ao narcotráfico.

O Brasil processa, importa e exporta vários tipos de drogas. Tornou-se importante centro de produção e de consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de ter constituído em mais uma peça da engenharia do crime do narcotráfico internacional de drogas (Filho e Costa, 1997).

O país é marcado por um vasto território, 8.515.767,049 quilômetros quadrados, extensa costa marítima e, ainda, fronteira com os principais produtores de estupefacientes da América Latina, a Colômbia, Peru e Bolívia (UNODOC, 2018).

1.4.1 Portugal e a despenalização do consumo

Alternativas à ofensa criminal ou administrativa à posse de estupefacientes são registradas em diferentes níveis em diversas iniciativas. O mais sofisticado em termos de despenalização é o Uruguai⁸⁷, que prevê a redução da influência de redes criminais na exploração do plantio de maconha. Também foram regulados legalmente os mercados recreativos dos estados norte-americanos de Washington e Colorado a partir de 2012. Iniciativas de regulação de mercado semelhantes ainda não são encontradas na Europa, onde a posse é crime na maioria dos países, mas há diretrizes para reduzir o impacto criminal contra usuários na Alemanha, na Espanha e na Holanda. Na República Checa, a posse não é considerada crime, mas o porte em elevadas quantidades resulta em processos. Em nível europeu, a experiência de Portugal é considerada a mais pragmática e menos proibicionista para responder à procura pelo consumo porque prioriza a saúde por meio de políticas de redução de danos, reinserção social e tratamento de usuários (Bewley-Taylor *et al.*, 2014; Blickman, 2014):

Portugal tem sido, nos últimos anos, o melhor exemplo de como se pode lidar com o consumo de drogas. O seu modelo preserva a dignidade das pessoas que consomem, o bem-estar e a segurança de todos os membros da sociedade. No entanto, a descriminalização

⁸⁷ A Lei federal número 19.172 da República do Uruguai publicada em 20 de dezembro de 2013 tornou legal o mercado de cannabis no elo de comercialização e consumo. O controle da importação, da exportação e cultivo ficou sob responsabilidade do estado uruguaio. Essa foi a primeira experiência de legalização de um estupefaciente criminalizado após as convenções de ajustes negociadas na ONU.

do consumo [prevista no país desde novembro de 2001] deve agora evoluir”, ou seja, pensar na intervenção do Estado para a legalização das drogas (Branson, 2019).

Portugal ainda é considerado vanguarda no tratamento ao usuário e é apontado como o país europeu melhor posicionado em relação à política de drogas, mas está ficando para trás porque mantém a imputação de sanções aos usuários, o que representa apenas mais uma face do proibicionismo por utilizar a descriminalização como instrumento de partida e continua a ocupar a polícia (Dreyfus, 2019).

CAPÍTULO II - O tráfico de drogas pela lente da produção jornalística

2.1 Moralidade no discurso

O tráfico de drogas como objeto de produção jornalística tem linha argumentativa normalmente binária, moralista, repetitiva, negligente, estereotipada, restrita ao crime e ao episódio, emotiva, não informativa e com privilégio ao sensacionalismo (Bell, 1985; Murji, 1998; Zaluar, 1999; Del Olmo, 2009; Moretzsohn, 2002, 2003 e 2012; Ronzani *et al*, 2013). Como define Bell (1985) falta à cobertura atenção aos aspectos históricos, econômicos e industriais da produção e há preferência para as notícias apegadas às apreensões e denúncias ao crime organizado e, sem a oportunidade ao público da reflexão, há prevalência de passividade e alienação. Também são características da cobertura a dramatização, o exagero, o apelo à emoção, à percepção seletiva, à ausência de evidências racionais (Noto *et al*, 2003) e à propagação do pânico moral (Murji, 2008). Permanece, assim, a carência ao público de ferramentas usuais para interpretação ou desconstrução da imagem repassada pela mídia sobre o tema (Murji, 1988; Quintero, 1988). Del Olmo (2009) revela que a própria palavra droga encontra dificuldades semânticas de definições, prevalecendo o estereótipo indutivo à confusão.

Algo sim parece estar claro: a palavra droga não pode ser definida corretamente porque é utilizada de maneira genérica para incluir toda uma série de substâncias muito distinta entre si, inclusive em "sua capacidade de alterar as condições psíquicas e/ou físicas", que têm em comum exclusivamente o fato de haveram sido proibidas. Por outro lado, a confusão aumenta quando se compara uma série de substâncias permitidas, com igual capacidade de alterar essas condições psíquicas e/ou físicas, mas que não se incluem na definição de droga por razões alheias à sua capacidade de alterar essas condições, como por exemplo o caso do álcool. O importante, portanto, não parece ser nem a substância nem sua definição, e muito menos sua capacidade ou não de alterar de algum modo o ser humano, mas muito mais o discurso que se constrói em torno dela. Daí o fato de se falar da droga, e não das drogas. Ao agrupá-las em uma única categoria, pode-se confundir e separar em proibidas ou permitidas quando conveniente. Isto permite também incluir no mesmo discurso não apenas as características das substâncias, mas também as do ator consumidor ou traficante -, indivíduo que se converterá, no discurso, na expressão concreta e tangível do terror. Algumas vezes será a vítima e outras, o algoz. Tudo depende de quem fale. Para o médico, será "o doente", ao qual deve-se ministraram tratamento para reabilitá-lo; o juiz verá nele o "perverso" que se deve castigar como dejetos. Mas sempre será útil para a manifestação do discurso que se permita estabelecer a polaridade /entre o bem e o mal entre Caim e Abel- que o sistema social necessita para criar consenso em torno dos valores e normas que são funcionais para sua conservação. Por sua vez, desenvolvem-se novas formas de controle social, que ocultam outros problemas muito mais profundos e preocupantes (Olmo, 2009, pp. 22-23).

A ignorância sobre o assunto contribui para a manutenção de controle social informal e formal, reforçados na criação dos estereótipos médico, moral e cultural (Murji, 2008; Del Olmo, 2009). No âmbito do estereótipo médico está o controle sanitário, a indução ao pensamento sobre “doente”, “drogado”, “dependente”. Situados nos dois demais estereótipos estão os meios de comunicação, com a imposição e manutenção do discurso sobre o “dependente” e sua classe social, o incurso do “bem contra o mal” e a vigilância de conduta (Del Olmo, 2009). A partir dessa visão estereotipada, os usuários são definidos como vítimas assaltadas por traficantes do mal e escrúpulos (Murji, 2008). Os meios de comunicação também desenham e difundem a imagem dos agentes do tráfico, que na ilegalidade econômica é o invasor, o traficante, o narcoterrorista. Nessa visão, a imagem invocada é a de que o traficante pode ser um indivíduo, mas também pode ser um país (Olmo, 2009, p.23).

Colocar o “problema da droga” através destes diversos discursos só contribuiu para reforçar a confusão reinante e para ignorar suas reais dimensões psicológicas e sociais, assim como políticas e econômicas. Os estereótipos servem para organizar e dar sentido ao discurso em termos dos interesses das ideologias dominantes; por isso, no caso das drogas se oculta o político e econômico, dissolvendo-o no psiquiátrico e individual (...). A confusão é agravada quando se observa como se tenta difundir um mesmo discurso universal, atemporal e histórico sobre “o problema da droga”, como se a situação cada país e de cada droga fossem semelhantes. E mais, como se os condicionantes estruturais dentro de um mesmo país fossem estáticos e nada tivessem a ver com o tema. (Olmo, 2019, p.25-26).

Semelhante ao discurso utilizado pelo governo, com base conservadora e moral, o aplicado pela mídia também é dualista ao posicionar o bem, os guerreiros e legalizadores, ao mal, os traficantes (Murji, 2008). Essa oposição binária, do bem contra o mal, ecoa de maneira unidimensional e simplificada.

Ou, por outro lado, a cobertura midiática superior é vista como promovendo um falso consenso social que afasta aqueles com experiência com drogas e marginaliza os usuários. De ambos os pontos de vista, a mídia é construída como uma poderosa força social com efeitos determinados e indesejáveis (Murji, 2008, p.4).

Figuerola (2017) avalia que a cobertura está entrelaçada a interesses de grupos econômicos beneficiados pelo lucro gerado na prática do tráfico em detrimento da reflexão sobre as consequências do comércio ilegal de estupefacientes ilícitos. Induza *et al* (2015) alertam para a inércia dos meios de comunicação em relação ao tema. “O narcotráfico mobiliza governos, mutila e perverte vidas de milhões de pessoas, mas a maior parte do seu dano ocorre debaixo da atenção midiática”.

2.1.1 Usuários, demônios e marginais

Na avaliação de Murji (1988), a abordagem convencional da mídia tem como força-chave a demonização e marginalização dos usuários, em auxílio à disseminação de pânico moral indutor de respostas repressiva e punitiva. Mais ainda, revela haver excesso no método de pânico moral, que reforça as bases proibicionistas. Conforme a autora, a maneira como é desencadeada a cobertura sobre o tema contempla cinco critérios de pânico moral:

Um nível elevado de preocupação, maior hostilidade em relação aos associados com a atividade, um alto nível de consenso de que a atividade é uma ameaça real e séria, exagero da natureza da ameaça e volatilidade dos pânico morais. Nesta perspectiva, a mídia e os empreendedores morais auto-selecionados, em parceria com o governo, são vistos como transmitindo uma mensagem anti-drogas simplista que ignora o fato de que cada vez mais jovens estão usando drogas. Portanto, a realidade das drogas e seus efeitos são varridos para o tapete pela mentalidade proibicionista dominante (Murji, 1988).

O resultado é a influência direta na formação de opinião da população a partir de um contexto informativo incompleto e ausente de clareza. Ao transmitir mensagens sem bases claras, até mesmo achados científicos podem incorrer a interpretações errôneas, cujo resultado imediato é o recrudescimento ou a formação de crenças de influência negativa a amplas políticas públicas (Ronzani *et al*, 2013).

Há uma incompatibilidade entre o enfoque dado pela mídia e o perfil de consumo de drogas no Brasil, fato que pode influenciar não só as crenças que as pessoas têm sobre determinadas substâncias, mas também as políticas públicas sobre drogas no país, uma vez que a mídia pode ser também uma importante ferramenta às estratégias de prevenção ou promoção de saúde da população (Ronzani *et al*, 2013).

A necessidade de informação precisa à população também é destacada por Noto *et al* (2003) para quem:

Os recursos da mídia vêm sendo pouco estudados e explorados como instrumentos de prevenção e, portanto, merecem maior atenção, uma vez que a utilização de tais recursos, aliada a outras medidas de prevenção, pode representar uma interessante alternativa a ser considerada nos próximos anos (Noto *et al*, 2003).

Mal aplicadas, as informações relativas ao consumo criam mitos e alertas injustificáveis. Foi o que ocorreu com o caso do crack, apresentado ao público como epidemia sem apoio ou embasamento científico, mas com apelo sensacionalista, e utilizado para desviar o foco das discussões sociais importantes, como descrito por Romanini e Roso (2013).

Nessa linha, o discurso é recheado do contexto “antidroga”, judicializado e remete a efeitos de apoio a medidas repressivas.

Constatou-se que tratar de drogas na mídia brasileira significa, quase sempre, tomar como ponto de partida uma relação estreita com a violência urbana, levando o tema a adquirir proporções gigantescas, com reações da mesma ordem, traduzidas em ações cada vez mais repressivas (Romanini e Roso, 2013).

Quando o discurso percorre o caminho do preconceito, reforça ainda estereótipos, como o da violência como sintoma único do tráfico e uso de estupefacientes ilícitos. Os autores lembram que, a partir do entendimento de que a mídia cria e não apenas registra ou reproduz a realidade (Romanini e Roso, 2013) sonega aos interlocutores o olhar realista sobre o assunto. Usando de informações inconstantes e incompletas, a mídia ainda reforça o direcionamento a grupos sociais privilegiados socialmente. Da maneira como estrutura a informação e a agenda de divulgações, concede espaço para todos os grupos, mas nunca de maneira equivalente (Costa Oliveira *et al*, 2015). Nos relatos que em como eixo a violência, a imprensa mitifica inimigos e conflitos, como explica Moretzsohn (2003, 2012):

Entre nós ocorre algo semelhante, especialmente se considerarmos o noticiário sobre o combate à droga: diferenças de linha editorial, frequentemente tópicas ou casuísticas, se dissolvem quando se trata de definir o inimigo. Aí, todos se unem, assumindo acriticamente o discurso oficial. Assim, banalizam-se expressões como “guerra” e “cruzada”, contra um inimigo mitificado e demonizado – às vezes a própria droga, fetichizada no melhor sentido marxista, como se tivesse vida própria e pudesse, por exemplo, “invadir as universidades”¹⁵; às vezes o traficante, cuja identidade varia conforme as circunstâncias; às vezes o “tráfico”, tratado de maneira semelhante à “droga”. (Moretzsohn, 2003, p. 8).

Ainda na explicação de Moretzsohn (2012) o resultado do privilégio e da lógica binarista é o posicionamento de grupos marginalizados a lado do mal e do outro quem garante a segurança, o bem. É a justificativa para a criminalizar quem vive em áreas vulneráveis pelas ações do tráfico de drogas (Da Costa, 2015). Há, ainda, peso para as ações assistencialistas e promoção pelo bem dos pobres, desses mesmos marginalizados, de quem deve aceitar e não contestar.

Assim, ecoa sistematicamente o senso comum, que contesta os “direitos humanos dos bandidos” sempre que alguém acusa alguma arbitrariedade policial e lembra da necessidade de se respeitarem as garantias legais de todo cidadão: afinal, bandido não é gente, é bicho, ou, pior ainda, monstro, um ser desprovido de toda humanidade (Moretzsohn, 2012).

Envolta em uma aura de poder em funções de ofício da justiça da polícia, a imprensa busca reconhecimento para atuar em outros campos e, dessa forma, legitima o que apontar para a opinião pública.

A cobertura criminal na grande imprensa baseia-se em fundamentações de cunho positivista e se orienta por uma lógica que se estende à cobertura dos fatos relacionados às classes populares, servindo à disseminação do medo e à formulação e ampliação de políticas cada vez mais repressivas de segurança pública. Indicamos também que, embora predominante, o discurso repressor não é único, mas se completa com outro que aparentemente seria o seu contrário, evidenciando duas formas de se tratar a “questão social” – ora como “caso de polícia”, ora como “caso de política” (Moretzsohn, 2002b; p.2).

A lógica do discurso repressivo é assentada já na apuração, sem a abertura de questionamento às informações recebidas pelas fontes. Paiva e Dines (2002) alertam para que jornalistas e jornais ultrapassem a abordagem tradicional e busquem entendimento holístico do fenômeno do tráfico e os múltiplos efeitos que gera.

Faz-se necessário entender que, apesar da violência do tráfico de drogas, este é norteado por um conjunto de normas muitíssimo mais preciso e definitivo que a maleabilidade dos códigos oficiais em vigor. Trata-se de um conjunto de procedimentos normativos que toca de perto e fortemente o dia-a-dia das populações destinadas ao espaço físico onde se dá o comércio, muito mais que nos lugares onde se dá o consumo. Seria fundamental ainda que, superando a condição de mera fonte de informação, o jornalismo – investido no papel de articulador e propiciador de novas vivências sociais – fosse capaz de entender e demonstrar aos jovens que, apesar de serem considerados como magicamente orgiásticos os pontos de vendas de drogas, estes nada mais fazem do que repetir a lógica do consumo, reproduzindo a circulação de bens num circuito também bastante restritivo (...). É entristecedor constatar que o jornalismo atual não repara no que reproduz (Paiva e Dines, 2002, pp.38-39).

Essa seria uma das formas de o jornalismo superar o vício sectário e ingressar em um universo multifacetado de oferta da informação. Nesse universo completo, a base informativa também alcançaria outro patamar de credibilidade, porque da maneira como é utilizado atualmente ajuda a questionar a veracidade. Para Silvestre (2017, p.9), ao não questionar a natureza da informação recebida, o jornalista e os jornais terminam tão somente em favorecer interesses que não aqueles necessários ao interlocutor.

Em termos ideais, o discurso promovido na imprensa tem como característica fundamental fornecer informações; essa premissa, com base em sua natureza informativa, leva, em muitos casos, a não questionar a veracidade e objetividade do conteúdo publicado, para que, apesar de que os grupos sociais sabem que a própria imprensa constitui uma empresa, as informações publicadas são geralmente consideradas objetivas e ao serviço da comunidade. Os discursos mobilizados na imprensa expressam o conjunto de interesses dos seus proprietários, sejam políticos ou econômicos e, portanto, de investidores em mídia, é digamos, dos grupos hegemônicos. Esses grupos constroem discursos que favorecem seus interesses e que permitem manter a estabilidade dos sistemas criados por eles mesmos. O discurso o jornalista acaba sendo um meio e um fim em si mesmo, tornando-se uma ferramenta interação social ideal para reproduzir as ideologias do grupo dominante e, por sua vez, como um mecanismo de ação para gerar maneiras de interpretar a realidade.

de. Este conjunto de assuntos transportados pelo discurso jornalístico precisam ser revelados para reconhecer tanto os modos de interação, como os problemas sociais que advêm da desigualdade e do poder (Silvestre, 2017, p.9).

Preterir a reflexão sobre as informações recebidas não é apenas uma situação casuística, uma consequência, pode ser também uma opção e, neste caso, moral. Quintero (1988, p.4), que também trata sobre o dualismo nas matérias relacionadas ao tráfico de drogas, liga de forma direta a cobertura na perspectiva moral no tratamento da atividade e da violência a que está ligada. Para o autor, o maniqueísmo imposto pelo dualismo que criminaliza indivíduos e nações. Também há no discurso indutivo à polarização o pensamento de que o herói, ainda que erre, ainda que manifeste atos de corrupção, não deixa de ser herói porque está em combate ao mal maior, que é o tráfico de drogas.

O herói é definido por sua adaptação aos valores morais. Sua missão é precisamente combater as forças do mal. O herói é justo, bonito e, acima de tudo, é um vencedor. Não é permitido ao herói falhar, ou ele não seria 'herói'. Notícias triunfantes sobre as ações do exército e da polícia reforçam esse recurso. Mas todo herói tem seu "calcanhar de Aquiles" (...). A corrupção é esse pequeno vício, que paradoxalmente não parece alterar demais sua competência moral para agir contra o "mal" (Quintero, 1998, p.4).

No dilema dualista também é revelada a impotência nas nações, em especial as empobrecidas e que são utilizadas como ponto de produção, de reagir ao tráfico. Surge, então, a figura do poder supremo, do além. Quintero (1998, p.4) cita o caso da Colômbia e o expediente da extradição, aplicada por imposição norte-americana. Reflexão similar é passível de aplicação para a legislação proibicionista que, no texto jornalístico, é reproduzida sem os devidos questionamentos.

O herói usa armas mágicas para combater o inimigo: a extradição é essa arma mágica no caso colombiano. Somente com isso a rede de criminosos que constituem o narcotráfico pode ser desmantelada. O herói clássico não está interessado no poder, apenas na defesa da justiça. Os colombianos estão isentos dessa consideração de poder (Quintero, 1998, p.4).

Essa mesma lógica dualista, proibicionista, restrita e colonizante é aplicada para tratar no que ficou classificado como guerra às drogas. Os veículos abrem manchetes, estampam títulos, reforçam textos carregados com o termo guerra para tratar do saldo da violência e das atuações de traficantes e estado nas áreas de produção e venda de estupefacientes ilícitos. É uma aplicação errônea porque, a despeito da quantidade de vítimas, dos embates armados e, até mesmo da limitação de trânsito das populações, a ação do tráfico não é

considerada guerra sob o ponto de vista semântico⁸⁸, filosófico, sociológico e político. É ainda Quintero (1988) quem alerta para o diálogo utilitarista da guerra, onde estão escondidos os aspectos morais aplicados para estigmatizar nações, problema também levantado por Zaluar (1998 e 2009).

Como forma de melhorar a cobertura sobre o tráfico de drogas, evitar os exageros da falta de reflexão e possibilitar ao leitor a compreensão ampla do tema, Quintero (1988) sugere seis passos: pesquisar fontes legítimas e evitar boatos; evitar termos como guerra ou máfia; expandir o cardápio de fontes para além da política como forma de compreender as implicações sociais do tráfico de drogas; evitar preconceitos morais na abordagem do sujeito; propor alternativas aos conflitos apresentados e, por fim, propor novas abordagens que não apenas a do crime. Para a abordagem a partir do viés sensacionalista, reducionista, primário e estigmatizante, a utilização de fontes policiais é fundamental. Paimre (2015) destaca a necessidade de atender ao desejo da população do espetacular e da emoção, que termina por não ser informada sobre a amplitude do tema.

Colocar os aspectos sensacionais das questões relacionadas às drogas no centro do palco tem sido mais evidente no que diz respeito ao crime relacionado às drogas. Detenções, confiscos, condenações são dignas de notícia para a imprensa e parecem emocionantes para o público. A polícia tem sido uma boa fonte de informação e parceira da mídia na construção de drogas problema (...). A situação atual em que questões relacionadas às drogas além do crime recebem pouca atenção da mídia não parece corresponder às condições reais. O interesse da mídia por questões relacionadas a drogas parece depender mais dos valores das notícias, da atualização do problema, processos de definição de agenda, condições econômicas mais amplas etc. do que em indicadores do mundo real (...). Parece que a reportagem sobre problemas com drogas é mais voltada para a comercialização de notícias eventos que aparentemente têm precedência sobre servir ao bem comum, abordando questões sociais críticas. A cobertura de questões relacionadas a drogas é, em um grau considerável, ditada pelas ambições lucrativas do jornalismo caracterizadas pela maior consideração pela dignidade da notícia (Praime, 2015, p.46).

Nessa mistura aflora o que Figueroa (2015) classifica como manejo semântico que mitifica o tráfico de drogas, colocado em algum lugar entre ficção e realidade. Permanece, ainda, a vulgaridade do prefixo *narco*⁸⁹, como potencial de sensacionalismo, potencial de texto magnífico, receita ideal para a venda de jornais e aumento da audiência.

Hoje, o prefixo *narco* se tornou um elemento linguístico inconstante que deforma e não aprimora; o prefixo falha ao explicar, mas estigmatiza, colocando em uso uma nova, mas confusa definição de narco. O termo pode ser manipulado com tanta facilidade que qualquer transformação é

⁸⁸ Os dicionários Oxford e Webster definem o termo guerra como um estado de conflito armado entre dois estados. Do ponto de vista marxista a guerra é um instrumento político resultante da luta de classes. Para Rousseau, a guerra é uma disputa entre estado e estado.

⁸⁹ Griffos nossos

aceita nos contextos social, artístico e, acima de tudo, da mídia: *narco-mensagens*, *narco-satanista*, *narco-empresário*, *narco-políticos*, *narco-acadêmicos*, *narco-lojas*, *narco-animais* de estimação, *narco-policiais*, *narco-jornalistas*, *narco-graves*, *narco-violência*, *governo narcótico*, *guerra narcotráfico*, *narcotrilha*, *museu narcótico* e assim por diante. O glossário de *narco* pode também continuar indefinidamente, já que qualquer coisa pode ser anexada a esse prefixo magnífico, sensacionalista e vulgarizante. Portanto, artigos jornalísticos e acadêmicos e expressão artística ou literária adquirem um valor agregado que garante aos leitores, público e até admiradores, se apegados ao prefixo de ouro predominante: o *narco* (Figuerola, 2015).

Assim, além do sensacionalismo (Zaluar, 2009) e do privilégio ao espetáculo, a informação também é tolhida pela simplificação. Na coleta de informações, Figuerola (2015) classifica como boletineiros, os jornalistas cujas fontes privilegiadas estão na polícia, na informação oficial e na ausência de investigação. Na distorção da realidade apresentada ao leitor, também sofre o indivíduo em um processo denominado por Cierco (2003) de subalternização do sujeito, com reflexo direto na sociedade.

O facto da imprensa diária centrar os seus discursos não no indivíduo, mas no produto e no modelo jurídico - penal deve-se a meu ver a dois aspectos: um diz respeito à economia de tempo, o outro ao sensacionalismo (yellow - journalism, a imprensa tabloide). Como grandes temas, os jornais analisados, escolhem os modelos de prevenção. Em traços gerais foi ainda possível identificar outras características das notícias, em particular, nas de cariz criminal e judicial. Uma vez que é neste tipo de notícia que mais se evidenciam os heterocontroles, isto é, entregues pela sociedade ao aparelho repressivo e ao aparelho médico. No caso da associação estabelecida entre a droga e o crime, verifica-se um exponencial de situações relacionadas com o tráfico (Cierco, 2003).

Ao preterir o sujeito, o individual, o jornalismo repassa a lógica do interesse dos grupos majoritários, como enfatiza França (2018):

Assim, as representações sociais das drogas obedecem à lógica do interesse dos grupos que as forjam, transitando de uma pura associação com grupos subalternos, na qual estavam estreitamente vinculadas ao mundo do crime, até o exercício da cidadania, quando se tratou da juventude reivindicar seu direito à droga. Do mesmo jeito, o funcionamento diferencial do sistema de justiça criminal cumpre não apenas a tarefa de controle social, mas de produção do sujeito criminoso e de reprodução da criminalidade a partir da reincidência (...), trata-se de um processo de criminalização que frequentemente concorre para a constituição de uma carreira criminosa (França, 2008, p. 228).

Sierra (2011) atenta ainda para o fato de o tráfico de drogas ser um fenômeno complexo, com abrangência política, social, econômica e criminal e, a despeito disto, apenas a parte policial recebe cobertura de maneira abrangente pela imprensa.

As manchetes são para a contagem de corpos, apreensões de drogas e dinheiro, as capturas e mortes de criminosos notáveis e menos notáveis e a lista cada vez mais impossível de suas atrocidades, que acabam descritas na mídia (...). Como denunciar os corpos e mensagens dos assassinos quando estes são empilhados um após o outro em uma rotina sem fim diante de uma sociedade aterrorizada, que se defende do horror envolvendo-se na bolha da banalização? (Sierra, 2011, p.12).

Apenas banalizar o debate sobre o uso de drogas ou o narcotráfico é ampliar o espectro de danos que os temas revelam no cotidiano da população. Esses estão entre os motivos que elevam a necessidade de ampliar não somente a cobertura jornalística, mas a também a pesquisa em comunicação em que os temas estejam na base central. Teece e Makkai (2000) a mídia auxilia na disposição do debate e a qualificação pode ajudar na formulação de políticas de segurança.

A maneira como a mídia descreve drogas e crimes tem sérias implicações políticas. Além disso, a mídia é uma das principais fontes de informação sobre assuntos fora dos limites da experiência direta das pessoas. O crime relacionado às drogas, do tipo sério e excepcional o suficiente para divulgar as notícias, é um desses assuntos. As reportagens da mídia sobre drogas e crime, assim como sobre outros aspectos do desvio social, têm sido amplamente criticadas, tanto no discurso acadêmico quanto no popular, como uma representação limitada e distorcida. Alega-se que a mídia depende em grande parte de fontes limitadas e facilmente acessíveis - geralmente "autoridades" que "possuem" um problema - e, portanto, apresentam uma imagem unilateral. No entanto, existem poucos estudos empíricos sistemáticos sobre o retrato da mídia de drogas e crimes (Teece e Makkai, 2000, p.3).

Ainda em acompanhamento ao raciocínio dos autores, a maneira como a cobertura é colocada contribui para elevar na população as características de passividade, alienação e ignorância.

2.1.2 Códigos deontológicos de Portugal, Brasil e Paraguai em comparação

O estudo dos dos códigos de ética dos países que abrangem esse trabalho é necessário para tentar compreender o padrão de comportamento dos profissionais em relação à profissão. Também é importante para tomar conhecimento sobre a maneira que esse entendimento se manifesta no relato do jornalista. Por estar debruçado sobre três experiências diferentes há expectativa de que práticas jornalísticas resultantes de também diferentes acúmulos de cultura, tradições e formas de produção. De qualquer maneira, as diferenças culturais não superam a prática jornalística, regida pela obediência à ética regulada por meio de códigos. Porfírio (2011) define códigos de ética como constelação de critérios, princípios, normas e regras sistematizados para um determinado grupo profissional e representam requisito primário para o desempenho da atividade. Voltado para a prática jornalística, o autor explica que o código de ética:

Implica uma interpretação dos princípios gerais da profissão jornalística e atividades profissionais, isto é, implica a cristalização dos princípios a seguir para obter um comportamento correto e adequado para o bom trabalho do jornalista ou profissional de informação e comunicação. Com relação aos códigos deontológicos da profissão jornalística, podemos defini-los como um conjunto de “princípios e normas de conduta profissional dos jornalistas em relação aos seus direitos, deveres e responsabilidades”. Um código de ética jornalístico faz referência ao estabelecimento de princípios éticos destinados a servir de guias no exercício da profissão jornalística, adotados e controlados por A profissão em si (Porfírio, 2012, p. 141)

Conforme Traquina (2002), começaram no fim do século XIX as preocupações deontológicas no jornalismo, mas a consolidação da discussão ocorreu no século XX. Como explica Cristofolletti (2012a), o “jornalismo é uma atividade social que revela dados da realidade e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão humana”. A oferta desses dados, contudo, não pode ser feita ao sabor da percepção individual do profissional, mas a partir de contratos de mediação, ou seja, da ética (Abramo, 1999). Nesse ponto, Karan (2014), revela que a “informação implica ser medida por ética”. A ética é um dos princípios básicos de orientação da prática jornalística para assegurar o direito à informação (Abramo, 1988, Cazzamata, 2015). Em atenção à ética está a necessidade de separação entre o fato e a opinião (Traquina, 2004). É a ética que assegura que a mídia deve ser independente, informar os cidadãos e agir como vigilante do poder (Karam, 1997; Traquina, 2004). Sobre a ética na atividade jornalística, Karam ainda afirma que:

“É preciso reconhecer no jornalismo potencialmente uma forma de reconstrução diária do movimento humano para si mesmo, no qual os homens se tornam não somente reflexo, mas também projeção. O jornalismo não é só moralmente defensável. Ele é moralmente imprescindível (Karam, 1997, p.38-39).

Em contrapartida, o jornalista deve primar por uma cobertura comprometida com a verdade arcar com as consequências desse dever. Esse comprometimento, contudo, não é pessoal, ou seja, não são os indivíduos os responsáveis por seus próprios atos, mas o coletivo (Cazzamatta, 2015). Na esfera coletiva, a responsabilidade jornalística é regulada por critérios e normas necessárias ao cumprimento do compromisso com a veracidade dos fatos, a qualidade da informação, a liberdade de expressão e a regulação da profissão (Fidalgo, 2000). Essas normas são agrupadas em conselhos, códigos de conduta e códigos de ética.

De acordo com Traquina (2012), foi registrado nos Estados Unidos em 1889 o primeiro artigo de jornalismo em que constava a palavra ética já no título. Aparece, então, em

1890, um código de conduta para jornalistas, alguns anos após a publicação das 24 regras de conduta jornalística, no Philadelphia Public Ledger, em 1840.

No entanto, o primeiro código deontológico escrito data de 1900 e é sueco, mas seria apenas adotado em 1920. Em 1918, o Sindicato Nacional de Jornalistas francês aprova o primeiro código deontológico. A nível internacional, a Federação Internacional de Jornalistas adota um código de honra profissional em 1939 (Traquina, 2012, p.71).

O movimento de agrupar normas com códigos de conduta ocorre durante todo o século 20 (Porfírio, 2012), havendo registros como um documento adotado por um jornal do Kansas em 1910 e cujo modelo foi seguido durante a primeira conferência de imprensa ocorrida em 1926 em Washington (Fortner, 2011; Cazzamatta, 2015). O modelo foi confirmado em 1950 pela IAPA (Inter-American Press Association) em um movimento que marcou várias tentativas de implantação por outros órgãos de imprensa norte-americanos, como a International Federation of Journalists e a International Union of Press International até que, a partir de 1945, recebe apoio da UNESCO (Fortner, 2011). O início das investidas em códigos de ética marca, ainda, a consolidação da credibilidade e disciplina da profissão nessa fase da história, quando o jornalismo passa a questionar critérios sensacionalistas e passa a se estabelecer como sensor da sociedade em uma nova dinâmica (Bivins, 2014).

Os códigos de ética jornalística têm como função garantir a democracia, proteger a integridade profissional contra ingerências externas, conflitos de interesses e demonstrar a responsabilidade com a informação e o público (Cristofolletti, 2012b; Karam, 2004; Figalido, 2007; Ijuim, 2009). Estavam nos primeiros códigos noções e atenção à necessidade de atenção à ética, mas também à objetividade e independência do aparelho estatal (Fortner, 2011; Bivins, 2014).

Todo código deontológico é resultado de um processo de discussão coletiva, de definição de limites para o grupo ao qual é dirigido, e de sinalização dessas balizas para os demais agrupamentos sociais com os quais se têm relação. Assim, nenhuma regra de conduta ética é fruto de uma única cabeça. A comunidade identifica um papel social para sua atuação; projeta boas práticas; pontua atitudes condenáveis; demarca limites; observa prioridades; elenca valores que sustentem suas tomadas de decisão em situações de dilema ético; enfim, negocia um conjunto que ajudará a compor um modelo de atuação na área de sua competência. Esse processo de discussão coletiva tem sua própria dinâmica, mas suas etapas costumam se repetir independentemente dos grupos profissionais que o liderem (Cristofolletti, 2012; 94).

A construção dos códigos de ética de jornalismo engloba princípios que suportam a liberdade de expressão, a privacidade, a justiça, a preservação de fontes em texto e imagens, os conflitos de interesse comum, o direito à informação, a preservação da democracia e de indivíduos fragilizados em observação à responsabilidade social (Ijuim, 2009; Karan, 2014). Sobre a responsabilidade social, Ijuim (2009), lembra que:

A questão da responsabilidade social parece ser algo consagrado no meio jornalístico. A expressão, que carrega força e impacto, é comumente usada como bordão de campanhas institucionais e/ou mercadológicas de empresas de comunicação. Tal consagração talvez advenha do papel histórico da imprensa de ser tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade (Ijuim, 2009; p.32).

Dentro dos preceitos éticos devem ser enquadrados os objetivos do jornalismo, que historicamente incluem a interpretação de eventos, a vigilância do poder, a manutenção da informação ao público (Ijuim, 2009). Ou seja, a base ética do jornalismo está no argumento de que a informação é condição para ação social. Nessa perspectiva, Karam (2004) pontua que:

A formação e a produção jornalísticas exigem fundamentos epistemológicos, incluindo reflexões de ordem ética, técnica e estética. Os princípios morais da atividade reúnem, como síntese, um dever ser (deontologia) ancorado na busca pela realização profissional e pela resolução de fatos-problemas aos quais a humanidade reconhece como tais, de um acidente a um desvio de verbas públicas, de um atentando às razões dele ou sobre os interesses envolvidos em quaisquer conflitos ou guerras. A escolha técnica é também moral e vice-versa. Por isso, é na especificidade da temática ética que se dá a ponte para a universalidade das questões sociais. Esta é a razão de existir códigos que, em última instância, revelam as bases teóricas e os marcos teleológicos os quais se busca em uma profissão, na sociedade ou em todo o sistema midiático (Karam, 2004, p.124).

2.1.3 Regulação de Paraguai, Brasil e Portugal, semelhanças e diferenças

Aconteceu em 1915 o evento que teria como destaque a ideia de que cada país deveria elaborar o código de ética próprio para o jornalismo (Pina, 2000). A concretização ocorreu de maneira paulatina, com diversas versões a partir de debates, mas não sem a ingerência política nos três países. Os atuais códigos deontológicos dos países deste estudo resultam de debates político-históricos que levam a coincidências e diferenças de textos finais. Nos resultados, as principais semelhanças estão na operação dos códigos ao fim de ditaduras e como elementos marcantes de processos de redemocratização. Gómes e Zeid (2000) enfatizam que a liberdade de expressão é típica do estado democrático de direito e as ditaduras inibem as iniciativas dos meios de comunicação de desempenhar o papel

social de informante da sociedade. Nos códigos de ética analisados, a garantia desse direito à informação é explicitada de maneiras diferentes, mas todos a priorizam como um bem a ser preservado pelo jornalista. Quanto às relações de direitos e de deveres, apenas o código brasileiro coloca situações a serem seguidas pelo profissional e pela empresa que explora a atividade jornalística.

Em comum, os três códigos indicam a proteção do sigilo à fonte, mas somente o documento português estabelece limites aos casos de informações que não correspondem à verdade dos fatos. Também é o código português o que oferece maiores detalhes sobre a proteção ao cidadão e à divulgação de fatos ou imagens que envolvam cidadãos com idade inferior ao limite legal. O documento luso é enfático em relação à presenção de inocência até o trânsito em julgado. Somente no código paraguaio há indicativo ao jornalista no caso de modificação por terceiros de informações prestadas. Já o sensacionalismo é abordado nos documentos português e paraguaio como tendo de ser combatido. Também os códigos de Portugal e Paraguai são dirigidos a jornalistas, quando o brasileiro também abre referências para empresas. Na abrangência, o brasileiro, além de estender normas para empresas, também coloca o jornalista na posição de advogado de causas e grupos, fato também verificado por Cazzamatta (2015).

Código paraguaio:

Está em vigor desde 1999 o Código de Ética do Sindicato dos Jornalistas do Paraguai⁹⁰ (SSP), que com dez artigos e estabelece direitos e deveres do profissional. No documento paraguaio, a relação com a sociedade é colocada de maneira clara no primeiro artigo, onde é estabelecido o direito à informação e à opinião. Diante desse direito, está previsto que é dever do jornalista transmitir informações verdadeiras, justas e precisas. São também colocados como dever a divulgação de informações em benefício do senso comum, a rejeição à calúnia ou insulto e a contribuição para a democracia. Conforme o código de ética, o jornalista deve abster-se de justificativas à guerra, crimes, atos de violência, ódio e crueldade.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.sindicatodeperiodistas.org.py/wp-content/uploads/2018/07/Co%CC%81digo-de-E%CC%81tica-del-Sindicato-de-Periodistas-del-Paraguay.pdf>

O documento paraguaio assevera que é preciso clarificar a diferença entre informação, opinião e conjectura. Também destaca o dever e o direito do sigilo a fonte das informações prestadas. Dá particular destaque ao respeito aos direitos autorais de textos, de comunicações públicas e de imagens. Nessa última, aponta que a manipulação de imagens deve ser informada ao público. Impõe, anda, como contrárias à ética profissional as práticas de plágio, suborno, extorsão, sensacionalismo e discriminação. Veta o uso de imagens que atentem à dignidade humana e a identificação de vítimas de crimes sexuais ou pessoas com idade inferior à maioridade penal estabelecida.

Também é prevista atenção a propagandas como forma de garantir a independência profissional. O código veta o exercício simultâneo entre as atividades de relações públicas, porta vozes e assessoria em coberturas dirigidas com a intenção de atrair publicidade. Nesse código, é colocado como dever do jornalista perante a sociedade o respeito à privacidade do cidadão, exceto nos casos em que há interesse público. Está prevista, ainda, o direito do profissional de reivindicar que as informações prestadas não sejam deformadas ou sofram alterações substanciais injustificadas.

Código brasileiro:

Passou a vigorar em 2013 o código de ética dos jornalistas brasileiros⁹¹. O documento contém 27 artigos e está em vigor após aprovação em Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, fixa normas para a atividade jornalística e o relacionamento com a sociedade. O documento brasileiro estabelece as definições para a liberdade de informação e extrapola a vigilância da condução profissional ao jornalista, estendendo também diretrizes para empresas que exploram a atividade jornalística. Nos primeiros quatro artigos, o código brasileiro enfatiza as regras de precisão, veracidade da informação como dever dos meios de comunicação. Estende a norma às instituições públicas ou privadas cuja atividade produza efeito na sociedade. Essa prática é apontada como obrigação social e a obstrução, censura ou autocensura são considerados delitos contra a sociedade. A conduta profissional do jornalista é regulada entre os artigos sexto e nono com a utilização de imperativos. Estão aí as definições da atividade, como de natureza social e subordinada ao código de ética, e a necessidade do compromisso com a verdade, e apuração preci-

⁹¹ Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

são da informação e sigilo de fonte. Entre todos, o artigo nono é o mais longo e aponta o jornalista como militante e advogado ao apontar que cabe ao profissional defender a liberdade de informação, valorizar a atividade e defender a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Ainda no artigo nono do código de ética dos jornalistas brasileiros estão responsabilidades, como prestigiar entidades representativas e democráticas, combater e denunciar a corrupção. É apontado, ainda, o respeito à privacidade do cidadão, mas não são detalhadas ou apontadas faixas limites para a atuação profissional neste campo. Limites claros são, contudo, apontados no artigo dez, que veta ao jornalista concordar com práticas que fragilizem a atividade profissional, como receber abaixo do piso da categoria e desrespeitar os limites da divulgação de informação no caso de atuar em empresas e redações concomitantemente. Quando trata das informações divulgadas, o código prevê a possibilidade de edição e estabelece o limite para a responsabilidade por parte do jornalista, que acaba no caso de alteração de material por parte de terceiros. O código também veta a divulgação de interesses pessoais e expõe conselhos sobre a colheita de informações, quem ouvir, como e porque ouvir. Concede direito de resposta ao público, mas não aponta como o fazer no caso da entidade empresarial para o qual o jornalista estiver atuando no momento da divulgação considerada inequívoca. O documento revela que cabe ao jornalista atuar em favor da soberania nacional, preservar a língua e a cultura nacionais, ampliando assim o espectro da atividade. Entre os artigos 18 e 27 são detalhadas as atuações do código em caso de descumprimento por parte do jornalista e da atuação da comissão de ética.

O código de ética brasileira amplia o universo da atividade para o que define como defesa da soberania e da cultura, mas não estabelece limites para a atuação e estabelece advertências e suspensões, mas não a proibição de atuar, como ocorre com outras profissões (Cristofolletti, 2007).

Código português

A última versão do código deontológico dos jornalistas portugueses foi aprovada na ocasião do 4.º Congresso dos Jornalistas, ocorrido em 14 de janeiro de 2017, e foi confirma-

do por meio de referendo realizado nos dias 26, 27 e 28 de outubro do mesmo ano. O documento⁹² contém onze diretrizes que são estendidas a todos os jornalistas portugueses, independente da filiação em entidades sindicais. Entre os princípios do código português estão rigor e exatidão na interpretação dos fatos e a necessidade de separar os gêneros notícia e opinião para o público. O código coloca a cargo do jornalista o combate à censura e sensacionalismo. Também considera o plágio como falta grave, na mesma medida de acusações sem provas. Pelo documento, também são responsabilidade do jornalista a luta contra as restrições de acesso às fontes de informação e à liberdade de informação. Fica a cargo do profissional a atuação em favor do direito de informar e divulgar as tentativas de restrição a tais direitos.

São condenadas as ações que impliquem a obtenção de informações ou imagens em meios não considerados legais e, para tanto, o jornalista deve identificar-se. É priorizada a informação obtida por meios legais e só aceita quando houver impossibilidade de obtê-la desta maneira. Fica ainda sob a responsabilidade do profissional as informações que noticia e a retificação de notícias falsas ou sem a devida exatidão. O código ainda aponta de maneira subjetiva que o jornalista deve recusar práticas que violem a sua consciência, condição que relega a interpretação ao âmbito individual e não como norma coletiva. No tratamento às fontes, o documento estabelece que a identificação das fontes é critério profissional, mas assegura o sigilo, ainda que em juízo com forma de respeito a compromissos assumidos. Essa premissa não é atendida no caso de informações falsas.

O respeito ao cidadão recebe destaque no documento português, que prevê o respeito à presunção de inocência de arguidos até o trânsito em julgado da sentença. Também veta a identificação direta ou indireta de vítimas de crimes sexuais, bem como pessoas com idade inferior à maioridade penal em qualquer relação com o fato, sejam vítimas, autores ou testemunhas. Mais uma vez usando de critério subjetivo, o código deontológico português deixa a cargo do jornalista não humilhar ou perturbar a dor de pessoas ao afirmar que, nestes casos, o jornalista deve proibir-se de. No documento é estabelecido, ainda, a rejeição por parte do profissional de tratamentos discriminatórios e respeitar causas. Também destaca que é dever do jornalista recusar benefícios que comprometam o estatuto ou valer-se da condição profissional para noticiar temas de interesses próprios.

⁹² Disponível em: <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/>

Os três códigos apresentam mais pontos em comum que dissonantes e refletem o modo de agir e pensar das instituições que representam os jornalistas. Para Cazzamatta (2015), "os códigos de ética são, apesar das críticas em relação à efetividade dos mesmos, (...) os mecanismos mais difundidos de responsabilidade". A autora aponta que os documentos são uma forma de orientar a prática jornalística, estabelecer normas profissionais e evitar o abuso da liberdade de expressão (Cazzamatta, 2015). Os códigos de ética analisados apontam a blindagem do direito à informação e da liberdade de expressão. Atuam, ainda, como defensores do controle dos jornalistas e da necessidade de a classe posicionar-se em favor dos direitos elementares da pessoa humana. A proteção à verdade está na garantia do direito de resposta, na proteção à fonte e compromissos com causas (somente no caso brasileiro, como já citado). Estão claras, ainda, a independência do jornalista e da atividade. Sobre o conjunto de normas, Restrepo (1999) analisa:

Esses raciocínios se somam à experiência que demonstra que na prática o jornalista é um sujeito localizado que em todas as etapas do processo informativo escolhe e afasta sua atividade de uma posição asséptica e neutra. Ele faz a escolha do tema, como encobri-lo, quais fontes usar, editar, definir textos, concordar com a emissão ou edição, o local, a duração, o espaço e as características editoriais das informações divulgadas. Dados esses processos e considerações, os jornalistas latino-americanos tratam a "objetividade" como um mito e, no lugar dessa norma, impõem a obrigação de informar honestamente, sem consideração de interesses secundários e em obediência ao interesse público (Restrepo, 1999; 230).

Todos esses pontos, são, na avaliação de Joaquim Fidalgo (2000), fruto de uma preocupação individual que se manifesta publicamente.

Muitas destas preocupações de ordem ética – que são, em bastante situações, verificáveis apenas no âmbito restrito da consciência individual dos jornalistas – têm sido, ao longo dos últimos anos, discutidas, aprofundadas, clarificadas e coligidas em «códigos» ou «declarações de princípios», assumidos coletivamente pelo grupo profissional dos jornalistas e divulgados ao público como uma espécie de compromisso formal com a sociedade que é razão do seu trabalho (Fidalgo, 2000, p.320).

É, também, Fidalgo (2000) a apontar no mesmo texto que os códigos são resultado de auto-regulação e o impacto será sentido, diretamente, pelo público.

Este esforço de auto-regulação (pois, na generalidade dos casos, tais códigos são aprovados pelos próprios jornalistas e não têm necessariamente força de lei no enquadramento jurídico do país) permite que, para além da inalienável esfera pessoal, também o grupo dos profissionais partilhe um conjunto de regras básicas de conduta e, nessa ancoragem coletiva, encontre redobrada força para as cumprir e fazer cumprir. Simultaneamente, ganha outro impacto para o público consumidor esse conjunto de princípios que os jornalistas, no seu todo, voluntariamente se comprometem a

respeitar e por cujo incumprimento, naturalmente, aceitam ser responsabilizados (Fidalgo, 2000, p.320).

O autor aponta que a organização e sistematização de conjuntos de princípios estão no plano ético, mas têm, também, um propósito defensivo. Aponta, ainda que:

Mesmo quando o ambiente mediático geral sugere que «a ética não compensa» e que, pelo contrário, a ausência de escrúpulo é fonte de sucesso individual ou de audiências, o jornalista não deve encontrar aí alibi ou desculpa, pois continua a ter a indeclinável obrigação de respeitar a dignidade de todas as pessoas, fundamento primeiro de um comportamento ético (Fidalgo, 2000, p 327).

O entendimento da aplicação ou não dos preceitos éticos continua, de qualquer maneira, a ser uma decisão que parte do indivíduo. Sousa (2001) clarifica o entendimento dessa questão ao apontar que as leis e regras aplicadas ao jornalismo estão fundamentadas no binômio liberdade e responsabilidade.

A legislação que rege o jornalismo, bem como as regras deontológicas da profissão, fundam-se no binômio liberdade-responsabilidade. Pressupõe-se que uma pessoa é livre, dentro dos condicionamentos impostos pela vida em sociedade, e que tem de assumir a responsabilidade por aquilo que faz dentro dessa esfera de liberdade". E no âmbito da liberdade, prossegue, a maior delas é a liberdade de expressão (Sousa, 2001).

Os códigos de ética ou deontológicos foram editados em momentos diferentes e refletem também períodos diferentes em consonância com o momento histórico de seus países (Porfírio, 2012). São parte integrante da legislação, mas não a resumem. No caso do código de ética brasileiro, nem mesmo integra a legislação. Os detalhes sobre as legislações que tratam da imprensa nos países abordados por essa pesquisa serão apontados a seguir.

A legislação portuguesa

A legislação de imprensa portuguesa é assentada pelos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19⁹³, pela Constituição que regulamenta a Lei de Imprensa nº 2/99⁹⁴, de 13 de janeiro e o Estatuto do Jornalista⁹⁵ (Lei nº 1/99 de 13 de janeiro) - (Sousa, 2001). A liberdade de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social são garantias constitucionais asseguradas pelos artigos 37 e 38 da

⁹³ Disponível em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

⁹⁴ Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/196218/details/maximized>

⁹⁵ Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/196219/details/normal?p_p_auth=JxwibML7

Constituição da República Portuguesa (25 de abril de 1976). Já o primeiro Código Deontológico dos Jornalistas de Portugueses foi aprovado em 13 de setembro de 1976. O atual Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses foi aprovado no dia 4 de maio de 1993. A aprovação desse código ocorreu após consulta a toda a classe profissional.

A Lei de Imprensa de Portugal nº 2/99 de 13 de janeiro abrange 40 capítulos que tratam, entre outros pontos, da liberdade da imprensa; liberdade da empresa; periodicidade das publicações; organização das empresas jornalísticas; os direitos dos jornalistas; a competência do conselho; o direito à informação; o direito de resposta; a publicidade e o atentado à liberdade e a identificação do autor. Quando se trata da norma prática relacionada ao ato de comunicar, a Lei de Imprensa de Portugal aponta o caminho da responsabilização conjunta.

Legalmente, o Conselho de Redação tem também o direito de se pronunciar sobre a orientação editorial do órgão jornalístico, devendo colaborar com a Direção na elaboração do estatuto editorial e emitir pareceres sobre as alterações que lhe venham a ser introduzidas.

Tem também o direito de se pronunciar sobre a nomeação ou destituição dos elementos da Direção do órgão jornalístico. Quando solicitado, também tem o direito de emitir pareceres sobre a conformidade da informação produzida e da publicidade inserida na publicação com o estatuto editorial (Sousa, 2001).

Essa distribuição de responsabilidade é determinante para a boa prática informativa, na avaliação de (Cazzamatta, 2015). A autora estaca que,

Com o conflito entre as normas ideais e a realidade prática do jornalismo, parece plausível distribuir a responsabilidade entre todas as esferas, ou seja, indivíduo, instituições, corporações, profissionais e o próprio público (Cazzamatta, 2015, p.189).

Como forma de garantia da prestação do serviço informativo, o Estatuto do Jornalista é composto por quatro capítulos e 21 artigos que detalham a definição do jornalista; suas capacidades; incompatibilidades; o acesso à profissão, além de direitos e deveres. Sousa (2001) reforça que o Estatuto do Jornalista não tem apenas direitos, mas também deveres. Todos estão ligados à ética jornalística.

Não exercer atividades incompatíveis com o jornalismo, especificamente publicidade, marketing, relações públicas, assessoria de imprensa, consultoria em comunicação ou imagem, orientação ou concepção de estratégias comerciais, membro do Governo e dos governos regionais, presidente ou vereador em autarquia local, funções em organismos policiais e funções militares.

O autor assinala em primeiro lugar a incompatibilidade de atividades com o jornalismo, como é destacado no artigo 3º do referido estatuto.

A legislação paraguaia

No Paraguai, a lei de imprensa é definida primeiramente pela Constituição⁹⁶ (1992). A Carta Magna paraguaia estabelece nos artigos 27, 28, 29, 30 e 31 a liberdade de expressão e da imprensa e aponta que o uso dos meios de comunicação é de interesse público. Garante o pluralismo da mídia e a liberdade de acesso às fontes de informação. Já está na própria Constituição a garantia ao direito de resposta e o exercício da atividade jornalística sem qualquer autorização prévia. Embora a Constituição paraguaia contemple as garantidas da liberdade de expressão e o exercício profissional, a prática é diferente. Conforme Julia Varela e Frederico Larsen (2013), a situação dos trabalhadores de imprensa do Paraguai é precária e vulnerável por não existir um estatuto que regule a profissão e defina seus direitos e deveres.

Como primeiro ponto da cadeia de vulnerabilidade laboral que sofrem os jornalistas paraguaios, podemos apontar a ausência de um marco jurídico que regule a atividade profissional. E a esses elementos se soma um complexo emaranhado jurídico-empresarial (...). Outro elemento a destacar é que os trabalhadores e trabalhadoras da imprensa paraguaia não têm um estatuto que regula sua profissão, marque e delimite os direitos e obrigações sobre a atividade profissional.

Diante da lacuna, os chamados vazios profissionais são sanados de maneira precária por contratos coletivos de trabalho com base no Código de Ética (Varela e Larsen, 2013). Com a ausência de uma legislação direcionada diretamente à atividade regulamentando a Constituição, a prática jornalística no Paraguai ocorre com o suporte da autorregulação definida no Código de Ética. Além do que já foi apontado anteriormente, o referido documento destaca a necessidade de participação do jornalista como agente transformador da sociedade e não apenas um mero transmissor de mensagens.

A legislação brasileira

O percurso histórico da imprensa brasileiras sempre foi marcado por tensões sóciodiscursivas⁹⁷, como aponta Magalhães (2011).

⁹⁶ Disponível em: http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_pry_anexo3.pdf

⁹⁷ Decreto de D. Decreto Lei de 22 de novembro de 1823, Lei de 20 de setembro de 1830, Lei de 16 de dezembro de 1830, Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, Decreto n.º 24.776, de 14 de julho de 1937, Lei n.º 2.083, de 12 de novembro de 1953, Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Decisão do STF de 28 de fevereiro de 2008 e 30 de abril de 2009.

Tanto no período monárquico quanto no republicano, a legislação específica sobre a imprensa tornava patente os conflitos políticos e transformações culturais que o Brasil experimentava. (Magalhães, 2011, p. 178)

Leunroth (1987), quando trilha os caminhos que levaram à organização associativa dos jornalistas, aponta que essa não é uma tarefa fácil.

Os jornalistas (...) propagaram a necessidade de organização de todas as corporações, mas descuidavam da própria sorte. Por isso, as suas agremiações não figuravam no movimento inicial da vida associativa brasileira (Leunroth, 1987, p.57).

O autor aponta como motivos para a organização os baixos salários que levaram à criação de caixas de assistência, que ele define como beneficências. O objetivo era garantir o auxílio de alguns profissionais. Aos poucos, a organização deu espaço para a criação de núcleos recreativos e literários (Leunroth, 1987, p.58). Esse gérmen da organização jornalística brasileira é traduzido como tendo dupla feição de civil e sindical (Leunroth, 1987, p.59).

A Constituição brasileira (1988) é pouco clara em relação à regulação da imprensa. Aponta, em seu artigo 220, o direito à expressão e informação e aponta que os veículos não sofrerão restrições. Na Carta Magna brasileira, a imprensa é tratada mais como regulamentação econômica que como garantia de direito essencial. A mesma carta revela, porém, que a violação à liberdade de expressão pode levar o presidente a declarar estádio de sítio. A Constituição brasileira, os códigos Penal e Processual Civil são as balizas para a determinação da vigilância da atividade laboral jornalística após a revogação pelo STF (Supremo Tribunal Federal), em 30 de abril de 2009, da Lei de Imprensa (Lei Federal nº 5.250, 9 de fevereiro de 1957).

Neves (2012) revela que a decisão de revogar integralmente o texto teve como base o período histórico em que a lei foi editada, em plena ditadura militar. O autor, contudo, critica a decisão, que classifica como contraditória por remeter a solução dos conflitos relacionados à liberdade de expressão para o Código de Penal e Código Processual Civil.

Antes, caberia sempre observar quais os dispositivos seriam compatíveis com a nova ordem, especialmente aqueles que, naquela Lei de Imprensa, pudessem servir para a defesa dos cidadãos contra o poder das organizações empresariais que controlam a imprensa. A liberdade de expressão pertence aos cidadãos, não às organizações midiáticas (Neves, 2012, p.2).

Na falta de uma legislação específica e clara, o jornalismo brasileiro, é refém dos códigos de autorregulação. Os códigos são diversos para as mais diferentes especializações do jornalismo. Nessa situação, também é fragilizada a relação entre o profissional jornalista e o empresário de jornalismo. Enquanto o segundo atua no âmbito do mercado e no lucro da audiência, o primeiro usa a justificativa da sobrevivência para ser conivente. O resultado é o reforço a preconceitos, estereótipos e a criação do que classifica como confusão informativa.

Pode-se sobreviver, mas o respeito vai se reduzindo a pó. Pode-se defender o bolso do patrão, mas a legitimidade da actividade profissional se reduz à medida em que cresce a desconfiança com uma forma de fazer jornalismo nem que fatos são o que menos importam, já que o lucro vem da audiência, da venda de outros produtos conexos e do valor do mercado informativo baseado na especulação e na escolha cirúrgica de determinadas fontes. O cinismo, transformado em valor habitual, amplia a hipocrisia como valor universal. E ajuda a disseminar a má informação, a confusão informativa, a ideia de que jornalistas não servem, senão para fazer propaganda travestida de jornalismo, e que, a despeito dos fatos, a angulação e a narrativa final são dadas pelos centros do poder económico, pelas fontes beneficiárias de tal poder, pelos accionistas e pelos anunciantes. Há, com tal perspectiva, claros prejuízos ao esclarecimento público; aumentam os preconceitos e estereótipos. E preconceito e estereótipos são o suporte valorativo que dão margem ao linchamento moral generalizado e eventualmente físico. (Karan, 2015)

O autor ainda estabelece a definição sobre o resultado da relação citada como o “jornalismo que tem a hipocrisia como critério de noticiabilidade e o cinismo como valor universal”. Universal mesmo, contudo, deve ser a constelação de valores ensinada por Traquina (2004) e que deve conter, além de um conjunto de normas profissionais, a liberdade, a independência, a autonomia, a credibilidade e a objetividade.

Esta contelação de valores, à qual podemos acrescentar outros valores como o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância, muitas vezes consagrada com o conceito de objetividade, está consagrada nos códigos deontológicos que foram elaborados por jornalistas em inúmeros países (Traquina, 2004; p.70).

Assim, usado dos apontos dos autores aqui citados e pela análise dos códigos deontológicos dos países constituintes deste estudo, é possível avaliar que os valores na prática jornalística são imutáveis, devem atender ao rigor da verdade, a objetividade, o respeito ao direito à informação e a preservação da privacidade.

CAPÍTULO III – O que dizem os jornais sobre o tráfico de drogas? Uma comparação entre Paraguai, Brasil e Portugal

3.1. Metodologia

Para o conhecimento das informações divulgadas em periódicos distribuídos em países diferentes, foram considerados os estudos de Sousa (2002, p.10) que atestam a transmissão da notícia a partir de influências no processo de divulgação e são elas: força pessoal, força social, força ideológica, força cultural, força do meio físico, força dos dispositivos tecnológicos e força histórica. Em consideração às hipóteses e perguntas de investigação propostas e formuladas para realizar esta tese, os métodos de análise de dados escolhidos foram a teoria do enquadramento, embasada nos estudos de Goffman (2012) e de critérios noticiabilidade, detalhados e discutidos na obra de Galtung e Ruge (1965), Traquina (2004) e Sousa (2005).

Definir o valor-notícia é atividade inerente do processo criativo da profissão, como explica Sousa (2005, p. 30), para quem a seleção e a hierarquização são imprescindíveis na etapa de transformação dos acontecimentos em notícias. A divulgação ou seleção dos fatos ocorre a partir de critérios de noticiabilidade, que:

não são rígidos nem universais. Por outro lado, são, frequentemente, de natureza esquiva, opaca e, por vezes, contraditória. Eles funcionam como um processo de fabrico e difusão das notícias e dependem da forma de operar da organização noticiosa, da sua hierarquia interna e da maneira como ela confere a ordem aparente ao caos da realidade. Além disso, os critérios de valor-notícia mudam ao longo do tempo (Sousa, 2005, p.31).

Para Traquina (2002, p.173), os valores-notícia são:

o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são susceptíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo “valor-notícia” (Traquina, 2002, p.153).

Traquina (2004; p.39) percorre as mudanças temporais do que pode ser eleito como valor notícia, considerando a diversidade da informação, o conhecimento científico, as influências históricas e sociológicas. Em análise à obra de Galtung e Ruge (1965), pioneiros nos estudos dos critérios de noticiabilidade, o autor enumera os valores notícia propostos pelos pesquisadores: frequência, amplitude do evento, clareza, inesperado, continuidade, composição, referência, personalização e negatividade. Sousa (2005, p.31) atenta ao fato de que os valores-notícia propostos por Galtung e Ruge não eliminam a ação pessoal do jornalista, mas se sobrepõem a ela. Diz ainda Sousa (2005, p.32), que os estudos sobre os critérios de noticiabilidade abraçados por outros autores também consideram como valores-notícia:

a oportunidade, a proximidade, a atualidade, o provável interesse do público, o conflito ou a controvérsia, a negatividade, a frequência, a dramatização, a crise, o desvio, o sensacionalismo, a emoção, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade, a excentricidade a singularidade (Sousa, 2005, p.31).

Traquina (2004, p.186) sublinha o ponto principal na relação dos valores-notícias é a distinção entre seleção e construção, divididos por critérios subjetivos, como a avaliação direta do acontecimento, e objetivos, como a rotina produtiva traduzida no fator tempo. O autor não deixa escapar da atenção aos critérios de noticiabilidade a imposição das organizações jornalísticas porque:

A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através de sua política de suplementos e, sobretudo, de rubricas (Traquina, 2004, p.201).

Outro ponto que não pode ser desconsiderado é o uso das gratificações sob o ponto de vista econômico, alertado por Sousa (2005, p.33) que considerado o fato de:

o ser humano tende a interessar-se pela informação jornalística que lhe proporciona algum proveito. Por isso, a relação evento-notícia será, necessariamente, baseada, pelo menos em parte, numa lógica comercial: A valorização ou desvalorização dos acontecimentos resultaria, portanto, parcialmente, da submissão da ocorrência à lógica discursivo-comercial dos news media. As notícias precisam seduzir para, num ambiente concorrencial, funcionarem como uma mais-valia para um determinado órgão de comunicação social (Sousa, 2005, p.34).

Para este trabalho, serão avaliados os valores-notícias descritos na obra de Traquina (2002, 2004), a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância, o impacto, a novidade, o fator tempo (agenda), a surpresa, o conflito ou controvérsia (Traquina, 2002, p.187-196).

Também foi procedida a análise do enquadramento noticioso. Essa escolha é justificada em Sousa (2004, p.66), que explica que os discursos jornalísticos incidem sobre o real para concretizar a função informativa e, desta forma, apresentam enquadramentos sobre temas, que organizados dentro do próprio discurso direcionam como serão processados os significados.

A enunciação jornalística dá-nos igualmente uma visão de determinados aspectos da realidade, mas essa visão é contaminada pelos constrangimentos da linguagem, da enunciação, do enunciatador e do receptor, etc., à semelhança do que acontece quando observamos o exterior por uma janela. O tema de um discurso respeita a relação que esse discurso estabelece com a parcela da realidade a que se refere. Uma vez estabelecido o fenómeno a estudar, o analista do discurso deve atentar nos temas e subtemas dos discursos que abordam esse fenómeno. Os temas, os subtemas e a forma como são abordados definem os enquadramentos dos discursos (Sousa, 2004, p.66).

A análise aos enquadramentos patentes nos discursos é atribuída à abordagem sociológica originária dos estudos de Goffman (2012) e de Tversky e Kahneman (1981), respectivamente das áreas de sociologia e psicologia cognitiva. Goffman (2012) define o quadro (também definido como moldura) como uma experiência social que trata de ação e consequência. Ou seja, todo indivíduo passa a agir de acordo com a realidade interpretada. Dessa forma, em Goffman, são as estruturas sociais e as normas da sociedade os elementos responsáveis pela condução das interações sociais. Ervin Goffman é referência, mas foi Bateson (*apud* Gonçalves, 2005) que propôs inicialmente o conceito de enquadramento. Ao explicar sobre os estudos de Bateson que originaram o conceito, Mendonça e Simões (2012, p. 189) destacam que o enquadramento “permite identificar as regras e as instruções que orientam determinada situação e o envolvimento dos atores nela”.

Sempre presente, o enquadramento possibilita identificar as regras e as instruções que orientam determinada situação e o envolvimento dos atores nela. Importante salientar, ainda, que os quadros não são inventados pelos sujeitos, mas mobilizados na interação comunicativa, dependendo, pois, da existência de sentidos partilhados. Embora Bateson não enfoque a ideia de cultura nesse trabalho específico, seu conceito implica a existência de uma intersubjetividade fundante que permite a partilha do enquadramento e a definição da situação. É a atualização situacional de um conhecimento comum que permite que os sujeitos operem com um conjunto de regras e normas guiando suas ações. (Mendonça e Simões, 2012, p.189).

A partir das ideias de Bateson, Goffman passa à definição de frame (enquadramento em tradução livre) como o “conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e o nosso envolvimento sujeito neles (Goffman *apud* Mendonça e Simões, 2012). Verhoeven (1985), contudo, faz um apanhado crítico sobre a obra de Goffman e aponta inclinação constante no trabalho do sociólogo ao que passa a classificar como

frame na obra “Frame analysis: an essay on the organization of experience”. E Verhoeven destaca os pontos teóricos que serão utilizados pelo sociólogo como:

O que é considerado real depende da perspectiva, seja primária ou transformada, de quais ações são consideradas pelo ator (...). Ele (Goffman) aceita que cada ator age como se houvesse uma correspondência entre a percepção e a organização do que é percebido (...). A realidade sempre aparece para o ator de uma perspectiva particular. Essa perspectiva é dada pelo enquadramento que usamos a partir de organizações e experiências particulares” (Verhoeven, 1985, p. 73, 77, 79).

Verhoeven enfatiza que, para Goffman, seria “ridículo dizer que a realidade é totalmente criada pelos atores” porque, para ele, “o homem é considerado uma identidade pessoal contínua” (Verhoeven, 1985, p. 79). Em Entman (1989), o enquadramento possibilita uma forma de descrição do poder de um texto de comunicação e

envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade apercebida e os tornam mais salientes em uma comunicação, de modo a promover um problema específico de interpretação causal, avaliação moral e / ou recomendação de tratamento recomendado para o item descrito (Entman, 1989, p.52).

O conceito de enquadramento ganhou espaço no campo da comunicação também com outros autores, como Porto (2004), Matthes (2009) e D’Angelo (2002). Ainda assim, é um conceito que recebe críticas por não oferecer um esquema metodológico claro ou único, como afirmam Pozobom e Schaefer (2015). Os autores refizeram o percurso histórico das pesquisas sobre enquadramento e, a partir do trabalho, elaboraram um diagrama onde dispõem sobre as expectativas oferecidas para a aplicação e compreensão do enquadramento mediático. Os autores citam Walter Lippmann (1922), apontado como um dos pais da teoria e para quem o universo político com o qual a maioria das pessoas precisa lidar está fora do próprio alcance e, por esta premissa, grande parte do conhecimento político da população é fornecido pela mídia e não por experiências pessoais.

O diagrama elaborado por Pozobom e Schaefer (2015) subdivide quatro formas de entendimento e aplicação de estudos para o enquadramento a partir da análise de estudiosos do conceito. Assim, no entendimento dos autores, as pesquisas de enquadramento podem ser classificadas quanto à fonte de entendimento⁹⁸, onde ficam segmentados estudos de mídia e audiência; quanto ao modo de operacionalização⁹⁹, para onde são abertas possibi-

⁹⁸ Pozobom e Schaefer (2015) citam os estudos de Porto (2004), Vimieiro e Dantas (2009) como autores que classificam as pesquisas de enquadramento a partir de mídia e audiência.

⁹⁹ Os estudos de Pozobom e Schaefer (2015) identificaram Scheufele (1999) como estudioso do enquadramento a partir do modo de operacionalização.

lidades de estudos de enquadramentos de variáveis dependentes e independentes; quanto à aplicação do conceito¹⁰⁰, onde podem ser avaliados os critérios de escolha e exclusão; e, por fim, quanto aos temas investigados¹⁰¹, onde há possibilidade de avaliação dos enquadramentos específicos ou genéricos. E foi o esse último conceito, proposto por Entman *et al.* (2009) que aponta a avaliação do enquadramento a partir tema (o tema é o objeto) o instrumento escolhido para avaliar os textos selecionados neste estudo.

O autor explica que os quadros definem problemas, determinam o agente causal, diagnosticam causas, identificam a origem, avaliam o efeito e sugerem soluções (Entman, 1989, p.53). Revela ainda que:

os quadros têm pelo menos quatro localizações no processo de comunicação: o comunicador, o texto, as respostas, receptor e a cultura. O comunicador torna consciente ou inconsciente julgamentos estruturantes ao decidir o que dizer, guiados por quadros (geralmente chamados esquemas) que organizam seus sistemas de crenças. O texto contém quadros, que se manifestam pela presença ou ausência de certas palavras, frases de ações, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que fornecem grupos de fatos ou julgamentos que reforçam tematicamente compromissos. Os quadros que guiam o pensamento e a conclusão do receptor podem ou pode não refletir os quadros no texto e a intenção de enquadramento do comunicador. E a cultura é o estoque de quadros comumente invocados. De fato, a cultura pode ser definida como o conjunto empiricamente demonstrável de quadros comuns exibidos no discurso e pensamento da maioria das pessoas em um agrupamento social (Entman, 1989, p.53).

Os quadros podem iluminar alguns elementos do texto enquanto deixam outros obscuros, não ficando restritos apenas a jogos semânticos, mas ao exercício de influências (Entman, 1989, p.55). Conhecer o que é iluminado, salientado ou selecionado para levar o público depende da incidência no discurso dos temas apresentados. Sousa (2004, pp.66-67) revela que o analista pode determinar a incidência dos temas que definem os enquadramentos, observar como são enquadrados e, ainda, estabelecer uma hierarquia de protagonistas e cenários. De acordo com o autor,

Os enquadramentos podem ser mais ou menos explícitos. Nos textos interpretativos ou opinativos, os enquadramentos são, normalmente, bastante explícitos. Quando o enquadramento é político-ideológico e o discurso se molda aos cânones dessa ideologia política é fácil explicitar o enquadramento. Nos textos noticiosos, os enquadramentos podem ser implícitos, resultando, por exemplo, das perspectivas das fontes. É possível que um único texto proponha vários enquadramentos, às vezes em conflito uns com os outros. É o que acontece, por exemplo, quando se contrastam fontes em desacordo, que usam o espaço jornalístico como arena pública. Encontrar e desvelar os en-

¹⁰⁰ Conforme o diagrama de Pozobom e Schaefer (2015), o enquadramento avaliado a partir do conceito é contemplado nos estudos de Maia (2009) e Dantas (2009).

¹⁰¹ São os estudos de Entman *et al.* (2009) que reúnem a avaliação do enquadramento a partir dos temas investigados.

quadramentos é um passo relevante para desvelar a estrutura profunda dos discursos (Sousa, 2004, p.68).

Entre as possibilidades oferecidas pelo estudo do enquadramento no discurso jornalístico estão as revelações sobre as relações sociais e sobre as estruturas de poder. A análise também pode ser efetuada em uma combinação dos métodos quantitativo e qualitativo em simultâneo (Sousa, 2004, p.68). Trabalhos semelhantes e que usaram métodos combinados de análise já foram testados e aplicados por (Traquina, 2004) e Sousa (2004; 2006). Sousa (2004, p.48) aponta que há uma distinção sutil entre análise do conteúdo (quantitativa) e análise do discurso (qualitativa).

Essa discussão é inútil, pois uma análise do discurso pode ser, em alguns casos, deve ser, simultaneamente quantitativa e qualitativa. Embora a análise do discurso tenha nascido como um método quantitativo para analisar o conteúdo de jornais (por exemplo, a percentagem de notícias de política, desporto, etc. na informação total), tendo-se designado unicamente por análise de conteúdo, pode aplicar-se no geral a todas as áreas da comunicação (Sousa, 2004, p.48).

É preciso enfatizar que o método exige do pesquisador atenção ao detalhe e demanda rigor, independente da escolha quantitativa ou qualitativa (Sousa, 2006, p.343). No tocante à necessidade de conhecer o enquadramento, Sousa (2004, p.68) afirma que é possível aferir a quantidade de matérias, as frases distribuídas no discurso e, ainda, pôr em relevo as estruturas históricas. Por essa razão, antes do início da coleta foi realizada pesquisa para identificação prévia da realidade econômica, legal, política, e social nos três países onde os periódicos estão inseridos. Foram considerados, ainda, como pressupostos as influências geográficas e históricas de cada país. Os sistemas jornalísticos também foram adicionados, com a atenção de haver três países diferentes e, portanto, três legislações distintas de regulação da comunicação.

A explicação para essa tomada de decisão no âmbito da pesquisa vem de Sousa (2002; 2003; 2006) para quem “as notícias influenciam a sociedade, as pessoas e as civilizações, mas também as civilizações influenciam as notícias”. É ainda, Sousa (2005), quem aponta haver na notícia a informação sobre um “determinado momento histórico” e um “determinado meio sócio-cultural” porque a “construção de sentido para uma notícia depende da interação perceptiva cognoscitiva e, até, afetiva que os sujeitos com ela estabelecem”. Essa fase foi importante para sistematizar as ideias a partir do referencial teórico e do tema escolhidos e definir os pontos que seriam utilizados como marcos interpretativos das informações recolhidas.

Após conhecer a realidade dos países onde são publicados os jornais que integram o *corpus* do estudo agora apresentado, procedeu-se a coleta e organização de dados e, para tanto, foram percorridas as seguintes etapas adaptadas da proposta de Bardin (1977):

1. Leitura prévia ou flutuante para a sistematização das ideias, escolha dos documentos que seriam analisados e a formulação de hipóteses;

2. Exploração do material e tomada de conhecimento sobre a maneira como o tema foi exposto nos periódicos escolhidos;

3. Tratamento dos resultados: conhecimento dos critérios de noticiabilidade e interpretação dos dados sob a ótica da teoria do enquadramento.

Em consequência da quantidade de peças encontradas, foi necessária a delimitação do *corpus* aos meses de janeiro, abril, julho e outubro dos anos 2015 e 2017. A coleta do material ocorreu diretamente nos sítios dos periódicos, já citados:

- www.abc.com.py;
- www.correiadoestado.com.br;
- www.oglobo.com.br;
- www.dn.pt.

Como houve mudança no procedimento de publicação de dois periódicos, *ABC Color* (apesar de ainda circular dispõe gratuitamente todo o conteúdo) e *Diário de Notícias* (que circula em papel somente aos sábados, mas dispõe o conteúdo gratuitamente somente a partir de 2017), as peças citadas serão informadas no rodapé e, quando houver possibilidade, em anexo. Os jornais *Correio do Estado* e *O Globo* cobram pelas assinaturas de edições antigas e, por este motivo, as edições utilizadas neste estudo estão em anexo. A pesquisa ficou limitada aos cadernos principais e não foram considerados os suplementos, ainda que regulares, dos periódicos. A delimitação do *corpus* ocorreu por coerência e

também necessidade de fazer escolhas para a compreensão do discurso, como refere Frazoni (2013, p.167), apoiada na ideia de outros autores¹⁰². Diz, ainda, a autora que:

Da facilidade metodológica oferecida por um *corpus* construído como conjunto de dados prévios, feito de discursos em contraste, produto de condições de produção controláveis, a Análise do Discurso, passa a procedimentos de construção de sequências discursivas ligadas a uma “rede de memória”. (Frazoni, 2013, p.167)

Na fase de leitura prévia, as peças publicitárias foram excluídas. Foram, assim, considerados apenas os textos informativos a partir da leitura de gênero, na perspectiva de que são formas de discurso, de interpretação da realidade, passam por transformações, estão sujeitos ao momento histórico-cultural e decorrem da exigência do leitor (Sousa, 2001; Medina, 2001; Chaparro, 2008; Marcushi, 2008; Seixas, 2009). A leitura exploratória considerou ainda a compreensão da mensagem explícita, disfarçada, velada ou silenciosa. O interesse em interpretar o silêncio é justificado por Orlandi (2008) para a compreensão entre o vazio, o dizer e o não dizer. Já a análise dos gêneros jornalísticos não deixou de considerar o pensamento de Sousa (2005, p.168), de que as peças jornalísticas são sempre notícias se apontarem informação nova. Para o autor, a notícia como unidade discursiva, resulta da transformação pelo sistema jornalístico (Sousa, 2004, p. 106). Quanto à separação efetiva por gêneros, o autor revela que:

a realidade não contém notícias, entrevistas, reportagens, etc. Sendo uma forma de interpretação apropriativa da realidade, os gêneros jornalísticos são uma construção e uma criação. Obviamente que, uma vez criados, os gêneros jornalísticos passam, também eles, a fazer parte da realidade, que, paradoxalmente, referenciam (...). Os gêneros jornalísticos existem em determinados momentos e contextos sócio-históricos-culturais. Há, certamente, gêneros jornalísticos e técnicas de expressão jornalística que não têm a pretensão de serem entendidas como a verdade absoluta e exclusiva (Sousa, 2005, p.,168-169).

Para este estudo foi também escolhida a proposta de Melo (2003) que aponta ser o gênero “um conjunto de circunstâncias que determinam o relato”.

Que pela dinâmica própria do jornalismo, se vincula às especificidades regionais, mas incorpora contribuições dos intercâmbios transnacionais e interculturais. É a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real) sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura) (Melo, 2003, p.64).

¹⁰² Frazoni, 2013 cita: Demo (2009) e Santos (1989) para o conhecimento de parâmetros necessários a elaboração de um trabalho científico e Maingueneau (2008) e Mazière (2007) para tratar da delimitação do corpus como técnica de análise de discurso.

Melo (2003, 2008) classifica os gêneros jornalísticos hegemônicos e complementares. Para este estudo serão observados os gêneros hegemônicos, subdivididos em informativos (nota, notícia, reportagem e entrevista) e opinativos (carta, crônica editorial, coluna, resenha, caricatura, comentário e artigo) (Melo, 2010). Considerando os gêneros jornalísticos, para este estudo foi definida a observação de notícias, entrevistas, reportagens, editoriais, artigos opinativos, cartas do leitor, fotografias e infográficos.

Para Sousa (2004, p.107), as características das notícias são: “1) acontecimento discursivo; 2) têm uma dimensão ilocutória; 3) têm dimensão perlocutória; 4) podem ser definidas entre hard news e soft news, conforme a definição anglo-saxônica; representa informação nova, atual e de interesse geral, com fatos relatados na forma de descrição ou citações (Sousa, 2005, p.169). As notícias a seguir foram encontradas no decorrer da análise.

FUZILEIROS TOMAM NAVIO COM UMA TONELADA DE COCAINA

A ação foi ao estilo de um filme de Hollywood. A pedido da Polícia Judiciária, uma corveta da Marinha foi para o sul de Marrocos, em pleno Oceano Atlântico, entre Casablanca e Agadir, a 800 quilómetros de Portugal, transportando um grupo de operações especiais. Os fuzileiros saíram numa lancha rápida, aproximaram-se do cargueiro e escalaram o navio. Perante a entrada dos fuzileiros a bordo, os 17 tripulantes - indianos e paquistaneses - não ofereceram resistência, o que permitiu à equipa de combate ao narcotráfico da Polícia Judiciária entrar no cargueiro e fazer as detenções. Nenhum dos alegados traficantes estava armado.

A intervenção aconteceu na noite de quinta para sexta-feira passadas e o navio está agora apreendido pela PJ. A única carga que estava a bordo do impressionante cargueiro de 115 metros, com pavilhão das ilhas Comores (no extremo norte do canal de Moçambique), era 1130 quilos de cocaína com os pacotes a ostentarem o logótipo Hugo Boss. A droga estava escondida na parte de baixo do navio, num tanque de lastro vazio (normalmente recebem água de lastro para manter a estabilidade da embarcação).

"Foi a maior apreensão de cocaína deste ano pela Polícia Judiciária. Isto resultou também de uma troca de informações no quadro da agência MAOC-N - Maritime Analysis and Operations Centre-Narcotics, que tem sede em Lisboa", adiantou ao DN Joaquim Pereira, diretor da Unidade de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE) da PJ, que ontem explicou à imprensa a operação, ladeado pelos comandantes Carvalho Pinto, diretor do centro de operações marítimas da Marinha e Bernardo da Costa, porta-voz da Força Aérea (FA). A monitorização do navio foi feita por meios aéreos da FA.

A carga valeria perto de 50 milhões de euros (contas feitas a 45 euros a grama de cocaína) mas depois de tratada a cocaína valeria três vezes mais do que isso, adiantaram os responsáveis.

A Polícia Judiciária atuou para evitar que a carga desta droga entrasse em Portugal para daí abastecer o mercado europeu. "Eles terão carregado o navio a 600 milhas do Brasil, no vértice entre o Brasil e Suriname. Estavam a viajar no mar há semanas. Sabemos que em determinado ponto da viagem, se não os intercetássemos, fariam o transbordo da droga para uma embarcação mais pequena e rápida já mais perto de Portugal e Espanha", referiu Joaquim Pereira.

A origem da droga ainda está a ser apurada mas o mais provável é vir de um dos três destinos habituais: Bolívia, Colômbia ou Peru. "Há mil cargueiros a cruzarem as nossas águas por dia. É impossível fiscalizar a maior parte deles", concluiu o responsável da PJ. (Diário de Notícias, 2017)¹⁰³

¹⁰³ Cf.: <https://www.dn.pt/sociedade/fuzileiros-tomam-navio-com-uma-tonelada-de-cocaina-8886580.html>

O gênero entrevista é marcado pela utilização do método de perguntas e respostas para obter informações. Pode ou não ser dividida em blocos temáticos separados por intertítulos e têm como objetivo revelar a personalidade do entrevistado ou o ponto de vista do mesmo sobre determinado assunto (Sousa, 2004, p.172).

O exemplo seguinte está entre as peças encontradas e seleccionadas para este estudo e evidencia o que é uma entrevista e foi publicada em *O Globo* na edição do dia 20 de julho de 2017¹⁰⁴.

‘O JEITO É FICAR COM PEZÃO SANGRANDO ATÉ O FIM DE 2018’, DIZ ESPECIALISTA

Com soluções estruturais prejudicadas pela perda de poder político do governador, economista diz que resta ao estado injeção de verba para minimizar danos

Rafael Galdo

RIO - No momento em que é convocada mais uma reunião com representantes das esferas federal, estadual e municipal para tratar da situação do Rio, o professor de economia, finanças e gestão do Ibmecc, Ruy Quintans, avalia que, até agora, o estado tem fracassado sucessivamente nas soluções para a crise. Ele afirma que, nem nas respostas mais óbvias para aliviar a derrocada, o governo tem obtido êxito.

Para Ruy Quintans, o caminho mais curto seria limitar gastos e aumentar arrecadação. Faz-se necessário também o aporte de novos recursos nos cofres fluminenses. Mas, na conjuntura atual, o especialista não vê grandes saídas, sem a ajuda de Brasília.

No momento em que o Rio volta à mesa de discussão com a União, o que o senhor acredita que o governador Luiz Fernando Pezão já podia ter feito e não fez para resolver a crise?

Na realidade, depois que Pezão assumiu, a trajetória dele foi muito parecida com a da (ex-presidente) Dilma (Rousseff). Os governos anteriores fizeram o trabalho de demolição da economia do estado. No caso do (Sérgio) Cabral, não só com a corrupção, mas também por questões de gestão. Não justifica (a situação a que o estado chegou), mas Pezão podia fazer muito pouco. E ele ainda padece de mais um mal: politicamente, tem pouca força. Pegou os governos federal e estadual quebrados. Administrar o caos não revela nenhum tipo de competência. É tapar um buraco aqui, apagar um incêndio ali. Ele faz o óbvio: tentar gastar menos e arrecadar mais.

Mas ele tem tido sucesso nesse objetivo?

Não. O governo federal estabeleceu um teto de gastos, mas não conseguiu cortar comissionados, nem negociar os gastos do Legislativo. E o Pezão também não conseguiria fazer isso aqui por não ter força política nem econômica.

Ainda há tempo de reverter esse quadro?

Daria tempo. Mas cadê política para fazer isso? Cadê peito para fazer?

O senhor vê, então, alguma solução?

A situação é muito ruim. E não há uma solução de curto prazo que não seja um aporte de recursos. Mas o estado não pode se endividar, e a União também não tem dinheiro. O jeito é ficar com ele (Pezão) sangrando até o fim de 2018. Agora, é apoiá-lo no que for óbvio. É um estado que deve mais de R\$ 100 bilhões. Pode melhorar um pouco com uma recuperação da Petrobras. Mas os resultados não serão imediatos.

Essa situação pode durar por muito tempo?

Disse que o Brasil contratou uma década perdida. O Rio, talvez, um tempo ainda maior.

Enquanto isso, como fica a situação da folha de pagamento em atraso e dos servidores?

Pode ser que, para a questão da folha de pagamento, surja um suspiro por alguns meses. Mas é uma questão que não vai se resolver tão cedo. E nem o Judiciário nem o Legislativo têm contribuído.

Qual poderia ser a ajuda da União neste momento?

A ajuda da União seria dinheiro. Mas o governo federal também está suando para fechar as contas. Tem aí a solução da venda da Cedae (ao BNDES). Para mim, é uma lambança em termos de ges-

¹⁰⁴ Edição número 30.663, anexo 3.

tão da empresa. Mas poderia aportar algum tipo de recurso. É o que se tem para o momento. Mas esse dinheiro não dura muito.

Já o gênero reportagem pode conter elementos da entrevista, da notícia, da crônica, de artigos e análise (Sousa, 2004b, p.187). A reportagem tem predominância na narração, humanização do relato, texto impressivo, factualidade e narrativa, expõe causas e consequências de um acontecimento, interpreta e aprofunda um assunto (Sousa, 2004b, p.187). É estruturada entre fato principal, contexto e conclusão (Sousa, 2004b, 192). O exemplo a seguir ilustra o estilo reportagem encontrado no estudo e foi publicado no dia 12 de julho de 2015, no jornal *O Globo*¹⁰⁵:

NEM LEI CONSEGUE IMPEDIR TORTURA NO PAÍS

Dezoito anos após a criação de lei específica para punir a tortura, o crime (...).

O gênero jornalístico editorial é argumentativo, representa o posicionamento de um jornal sobre determinado assunto, é motivado assuntos tratados no periódico em observação ao estatuto editorial da empresa e está sob a responsabilidade da direção do veículo (Medina, 1968, p.68; Sousa, 2004b). Exemplo de editorial encontrado no estudo:

À BEIRA DO PENHASCO

O desaparecimento de uma carga de 252 quilos de cocaína da sede da polícia de Pedro Juan Caballero constitui um fato muito sério que deve ser esclarecido e os culpados punidos exemplarmente. O Presidente da República, como o primeiro responsável constitucional pela segurança do Estado e da sociedade, deve tomar vigorosas medidas administrativas e disciplinares no mais alto nível do comando institucional da Polícia Nacional. O papel do Estado é manter o crime sob controle e impedir que ele se torne uma ameaça à autoridade e aos cidadãos. Com a inserção do crime organizado nas estruturas dos principais partidos políticos, a "narcopolítica" surgiu com poderosos tentáculos nos três ramos do governo, com o que a justiça e a polícia passaram a servir mais os interesses da máfia do narcotráfico do que os da sociedade. Se o governo não reagir, a governança será árdua, comprometendo sua credibilidade internacional. Definitivamente, a corrupção e a narcopolítica estão empurrando o país para o precipício.

O misterioso desaparecimento de uma carga de 252 quilos de cocaína da sede da polícia de Pedro Juan Caballero, na madrugada de sábado, 17 de hoje, constitui um fato muito sério que deve ser esclarecido e os culpados punidos exemplarmente, ainda mais considerando que os guardiões dos mesmos, policiais, cuja missão institucional é justamente garantir o cumprimento da lei. O Presidente da República, como o primeiro responsável constitucional pela segurança do Estado e da sociedade, deve tomar vigorosas medidas administrativas e disciplinares no mais alto nível do comando institucional da Polícia Nacional, porque, conforme reconhecido pelo próprio Ministro do Interior, Francisco de Vargas ", é claro que há cumplicidade policial e não estamos falando de classificações inferiores,

O papel do Estado é manter o crime sob controle e impedir que ele se torne uma ameaça à autoridade e aos cidadãos. Com a inserção do crime organizado nas estruturas dos principais partidos políticos, a "narcopolítica" emergiu com poderosos tentáculos nos três ramos do governo, com os quais a justiça e a polícia passaram a servir os interesses dos a máfia dos traficantes de drogas diante dos da sociedade.

¹⁰⁵ O material, publicado na edição número 29.924 está distribuído entre chamada de capa e duas páginas internas, por este motivo, está em consulta no anexo 3.

Essa “narcopolização” da justiça e da polícia enfraqueceu as duas instituições hoje em dia, diante das organizações criminosas cada vez mais sofisticadas. De fato, pode-se dizer que a justiça não apenas permitiu que os crimes desfrutassem de impunidade por sua incompetência, mas, em alguns casos, foi “capturada” por criminosos, em particular por traficantes de drogas. A disfuncionalidade das instituições responsáveis por garantir a validade da lei e da ordem prejudicou suas estruturas e eficácia. Até certo ponto, parece que sim, que muitas vezes ouvimos reclamações de policiais de baixa patente reclamando sobre a corrupção prevalecente nos altos níveis burocráticos da instituição,

Como resultado da corrupção prevalecente na liderança da polícia, um policial honesto precisa lidar com uma hierarquia corrupta, que geralmente usa seus subordinados para subir os degraus da corrida ou cometer crimes que lhes tragam benefícios econômicos, como poderia. É o caso dos 17 policiais não comissionados investigados e três acusados do Grupo de Operações Especiais (GEO) agora preso em Pedro Juan Caballero por suspeita de entregar a carga de cocaína armazenada no arsenal da instituição.

Os juízes e promotores são talvez piores. Desde a época da ditadura mais forte, o Paraguai é listado como um “bastião da impunidade”. Nesse sentido, estima-se que em nosso país apenas um em cada cinco crimes seja totalmente investigado, e menos ainda são aqueles que terminam com uma sentença final e executória. Para pior, a maioria dos condenados são por assaltos e outros crimes menores, e não por crimes mais graves, como assassinato, tráfico de drogas, sequestro ou extorsão. Como um botão vergonhoso mostra que essa realidade infeliz é o caso do assassinato de nosso jornalista Pablo Medina e seu companheiro. Depois de mais de três meses desde o suposto crime,

O misterioso desaparecimento da grande carga de cocaína que o suspeito da polícia poderia pertencer a dois conselheiros departamentais de Amambay - Cesar Augusto Quevedo Isnardi (PLRA) e José María Luis Bogado Martínez (ANR) - tem implicações políticas e de segurança profundas. Por um lado, confirma que a narcopolítica não é um produto da imaginação das pessoas, como alguns argumentam, mas uma ameaça real à governabilidade democrática da República. Por outro lado, revela que o governo carece de uma política de segurança nacional que delineie as responsabilidades das agências de segurança do estado relacionadas à luta contra o crime organizado. Com o que aconteceu na capital de Amambay, o presidente Horacio Cartes enfrenta um sério desafio, talvez mais delicado do que sua própria estratégia do governo. Primeiro, deve exigir do Ministro do Interior o rápido esclarecimento do evento incomum, com identificação completa dos responsáveis pelo desaparecimento do transporte de drogas, tanto policiais quanto particulares. Segundo, você deve garantir que o procedimento usado pelo seu Ministro do Interior para lhe proporcionar um resultado rápido da investigação seja completo, justo, justo e transparente. Porque, caso contrário, o produto da investigação pode se tornar uma pedra no sapato do presidente, com piores consequências políticas do que o fato que a originou.

Uma vez esclarecido o crime, o Presidente da República terá necessariamente que reestruturar o comando institucional da Polícia Nacional para coibir a corrupção que nele prevalece. Bem, caso contrário, tudo permanecerá igual ou piorará. A governança democrática será árdua, comprometendo a credibilidade internacional em seu governo.

Definitivamente, a corrupção e a narcopolítica estão empurrando o país para o precipício. Se os Poderes do Estado não reagirem e os afastarem, acabarão caindo nele. (ABC Color, 2015)¹⁰⁶.

Textos com natureza interpretativa, explicativa e persuasiva são denominados artigos, que podem ser de opinião ou de análise (Sousa, 2004b, 215). O texto abaixo é um exemplo de artigo encontrado durante o levantamento do material alvo deste estudo na edição do dia 20 de julho de 2017, do *Diário de Notícias*¹⁰⁷:

DOIS TIPOS DE PARAÍSO

Alison Roberts

¹⁰⁶CF.: <http://web.archive.org/web/20150705200204/http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/editorial/al-borde-del-precipicio-1328297.html>

¹⁰⁷ Cf.: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/dois-tipos-de-paraíso-8649998.html>

Nesta semana, fui contactada pela enésima vez por um jornalista estrangeiro que queria realizar entrevistas e visitas para elaborar um relatório sobre a experiência de Portugal com a descriminalização de drogas ilícitas.

Ao longo dos anos, o assunto tem vindo a formar uma grande parte da imagem que as pessoas têm de Portugal no resto do mundo, numa dimensão muito maior do que a maioria dos portugueses imagina.

Uma pesquisa online em inglês pelas palavras "Portugal" e "reforma" faz aparecer dezenas de milhões de notícias e posts sobre a austeridade e o resgate da zona euro, mas geralmente há pelo menos um item sobre política de drogas na primeira página. E uma pesquisa pelas três palavras "Portugal", "lei" e "reforma" (ainda sem a palavra "drogas") não deixa dúvidas: a descriminalização da droga pelo país obteve uma cobertura enorme.

Mesmo antes de a mudança entrar em vigor em 2001, ela desencadeou um interesse imenso, particularmente noutros países europeus, muitos dos quais - cada um à sua maneira - suavizaram as suas leis sobre drogas ou as orientações para a polícia ao implementá-las.

Na época, no entanto, houve alguma ruidosa oposição interna à reforma. Paulo Portas, então no seu primeiro mandato como líder do CDS-PP, foi citado em jornais de todo o mundo dizendo que Portugal agora "promete sol, praias e qualquer droga que se quiser" e que "aviões carregados" de turistas em busca de emoções ilícitas aterrariam no país.

Acusado pelo governo socialista de "irresponsabilidade" e questionado pelo Público sobre os comentários - que foram feitos a um repórter do The Times que cobriu a história numa visita-relâmpago -, Portas recusou-se a recuar no que tinha dito. Mais, ele disse à BBC que temia que Portugal se tornasse um "paraíso para os toxicodependentes".

No entanto, em pouco tempo estava a evitar ativamente o assunto. Acompanhado pela BBC até ao Mercado de Olivais Sul durante a campanha para as eleições legislativas de março de 2002, ele estava claramente determinado a não dizer nada de controverso.

Quer por que acreditasse que a linha dura perderia mais votos do que ganharia quer por pressão interna do seu círculo social no que é, afinal, um país pequeno, o facto é que Portas nunca deixou escapar outra declaração sobre o assunto que pudesse fazer manchete.

Na altura, o PSD pensou claramente que havia um apoio público significativo para a reversão da despenalização: na mesma campanha eleitoral prometeu revogar a lei se ganhasse as eleições. Mas, quando chegou ao poder, deixou cair discretamente a ideia, deixando o Instituto de Drogas e Toxicodependência (IDT) implementar a reforma e as políticas relacionadas em paz.

Fernando Negrão, o ex-diretor nacional da PJ, que foi a escolha do novo governo para dirigir o IDT, resumiu: "Havia receios de que Portugal se pudesse tornar um paraíso da droga, mas isso simplesmente não aconteceu".

Durante alguns anos não havia dados suficientes disponíveis sobre os resultados da reforma, impedindo os visitantes de a avaliar. Mas o marcante relatório de 2009 do Instituto Cato de Washington resultou num renovado interesse pela experiência com a droga em Portugal, especialmente nos EUA, e, alguns anos depois, no 10.º aniversário da reforma, houve mais uma profusão de cobertura do tema.

Nessa altura havia já uma quantidade razoável de dados disponíveis, tornando possíveis avaliações mais objetivas. Mas, mesmo nessa data, o que impressionou os repórteres que perguntavam às pessoas em Portugal se concordavam com a lei foi a quantidade delas que nem sequer sabiam que ela tinha mudado, nem como.

Passada uma década, mesmo muitos toxicodependentes que tinham contacto regular com a polícia ainda não sabiam que não podiam ser criminalmente acusados simplesmente por possuir ou usar pequenas quantidades de droga.

Hoje, países de todo o mundo continuam a lidar com os seus próprios problemas de drogas e Portugal aparece em quase todos os debates políticos. É condenado por alguns, mas santificado por outros: no ano passado foi o tema central de um episódio de uma série de rádio da BBC chamada *My Perfect Country* (O Meu País Perfeito).

Quase duas décadas após a reforma, Portugal não se tornou conhecido como um paraíso da droga da forma como alguns previam. Em vez disso, é mesmo, para muitos, um "país perfeito" na forma como lida com ela.

Para Medina (1978, p.68), as “cartas do leitor são a voz corrente da participação dos leitores no processo”. Entre os achados no presente estudo, está a carta do leitor publicada na edição do dia 31 de outubro de 2017, na edição de *O Globo*:

A GUERRA NA ROCINHA

A guerra na Rocinha acabou. Tiroteios, infelizmente, fazem parte da comunidade. Lamentável, e desrespeitosa, a declaração do ministro da Defesa, Raul Jungmann. Tiroteios fazem parte da comunidade? Então é aceitável? A violência não é para ser combatida e corrigida? É esse o argumento que deve ser debatido com os moradores da amedrontada comunidade da Rocinha e do Rio de Janeiro? Inacreditável! Desanimador!¹⁰⁸

Devido à natureza do tema escolhido e da possibilidade de serem reveladas histórias que tratassem de violência, foi incluída na análise o uso da fotografia, em atenção aos estudos de Sousa (2004a, p.112-113) sobre a questão deontológica, quando elenca, entre os pontos para o debate ético relacionado ao fotojornalismo, a espetacularização, a descontextualização, o uso de imagens de arquivo sem a contextualização temporal, o respeito ao crédito e a cedência ao sensacionalismo.

Outro ponto que tornou imperativa a análise da imagem foi conhecer o contexto em que foi aplicada a fotografia como escolha editorial, porque esse recurso deve ser utilizado quando tem conteúdo informativo e é comunicativamente válido, não devendo ser apenas um aplicado para preencher espaço, como atenta Sousa (2004b, 290). Assim, foram catalogadas as fotografias como complemento do texto, a importância noticiosa (manchete ou interna) e a autoria (assinada ou não, arquivo assinada ou não, sem autoria especificada ou com autoria especificada). Essa observação também considerou os estudos de Traquina (2004, p.132). Entre as imagens encontradas neste estudo está a relacionada a seguir (Cf.: Figura 1), publicada no dia 18 de abril de 2017 pelo *Diário de Notícias*,

¹⁰⁸ Edição número 30.758, cf.: anexo 3.

Figura 1: Exemplo de material fotográfico divulgando no jornal Diário de Notícias e que exemplifica a importância do fotojornalismo

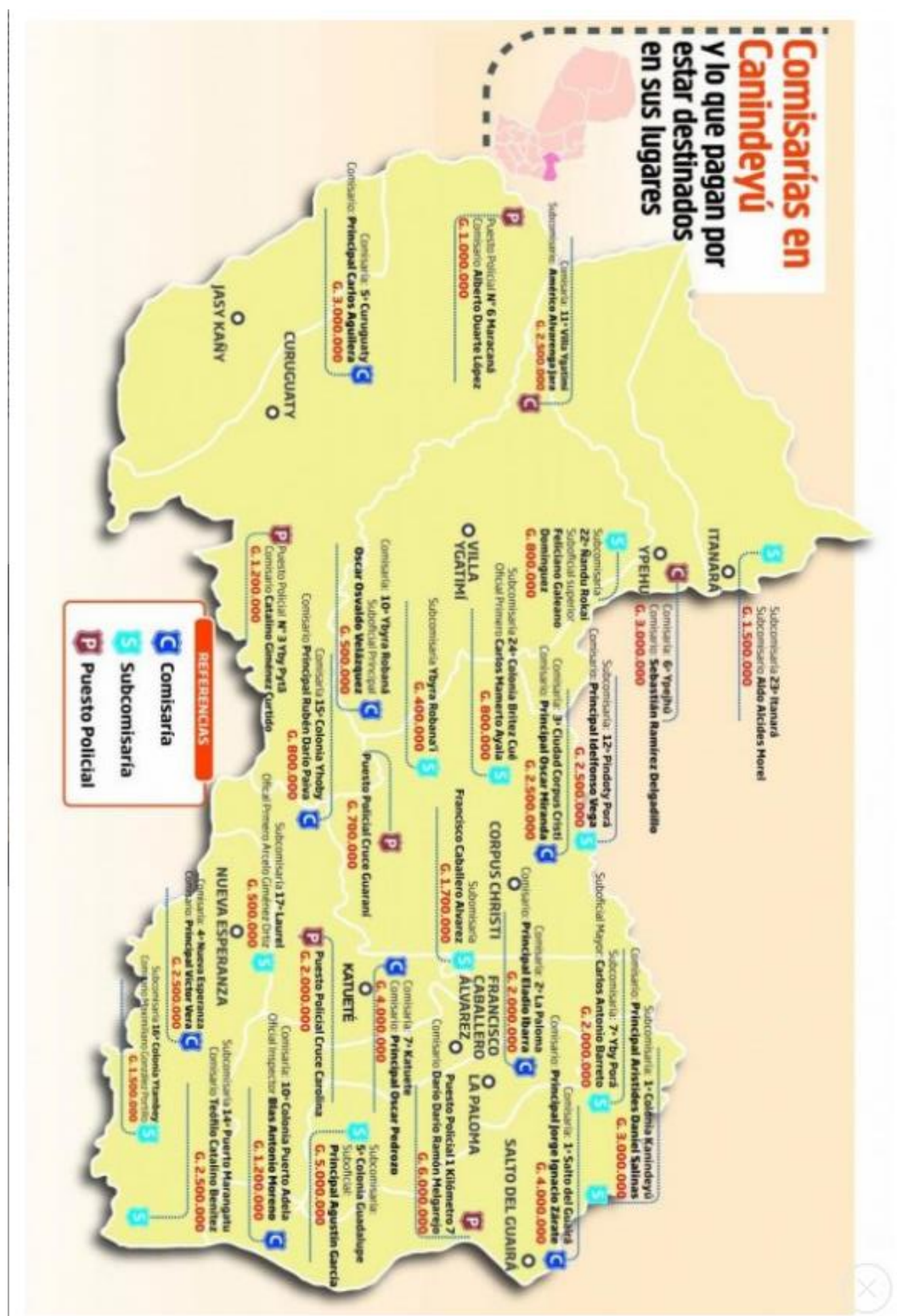


Crédito: *Diário de Notícias*, 18 de abril de 2017

Peltzer (1992) citado por Sousa (2004b, p.302) aponta que infográfico tem com característica a transmissibilidade, editabilidade, divusão e armazenamento e, por isso, pode ser utilizado jornalisticamente. Embora tenha critérios empíricos, o infográfico também é um gênero jornalístico porque proporciona ao público clareza, exatidão e agilidade da compreensão dos fatos, como evidencia Teixeira (2007, p.118). Exemplo de infográfico encontrado no jornal *ABC Color* (Cf.: figura 2), em publicação do dia 03 de janeiro de 2015¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Cf.: <https://web.archive.org/web/20150103052034/http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/comisarias-cobran-peaje-para-la-corona-1322475.html>

Figura 2: Exemplo de material infotográfico divulgado no jornal ABC Color e que exemplifica a importância da infografia como gênero jornalístico



Crédito: ABC Color, 2 de janeiro de 2015

Essa etapa de identificação também revelou a importância noticiosa dada ao tema pelos jornais, demonstrando que, apesar de extensa, a cobertura poucas vezes tomou conta das manchetes. Tranquina (2004) determina esse contexto de análise como “proeminência” dada pelos periódicos a um determinado tema.

Por proeminência, queremos dizer, acima de tudo, atenção na primeira página, mas também pode significar um editorial, um artigo de fundo na revista dominical do jornal, ou um suplemento especial. Através da questão da proeminência, e da atenção na primeira página, começamos (...) chegar aos <valores-notícia> que os jornalistas usam no seu trabalho (Traquina, 2004, p.141).

Após a recolha do material e em consideração aos estudos de Sousa (2004b, p.69) e Entman (1993) os cenários encontrados foram analisados a partir da seguinte estrutura temática para conhecimento dos enquadramentos: acontecimento principal (diagnóstico e acontecimentos secundários), causas (responsável pelo problema), julgamentos (consequências, efeitos) e soluções.

As causas fornecem o que interfere no concurso da situação. Ou seja, conforme Entman (1993) e Sousa (2004b), ajudam a perceber o que motivou o problema, o que o impulsionou.

Os julgamentos morais são explicados em Entman (1993) e indicam quais são efeitos do quadro estudado. As soluções são sugeridas em Entman (1993) como uma forma de prevenir os possíveis efeitos dos problemas.

Sousa e Entman apontam que um texto nem sempre apresenta todas as categorias e que os enquadramentos podem, até, entrar em conflito. Entman (1993) ainda recomenda tratamento para os elementos encontrados. Para melhor entendimento sobre as decisões editoriais, também foram analisadas as fontes de informação, considerando, segundo Sousa (2004, p.116) que as fontes não são iguais em posição, relevância social, poder de influência, nos meios que a recorrem, no volume de produção e nem na qualidade da mensagem que emitem.

O espaço público jornalístico é, essencialmente, um espaço ocupado por meia-dúzia de protagonistas, devido a esse acesso socialmente estratificado aos news media. Além disso, os poderosos tendem a ser representados em actividades “dignificantes”, enquanto as restantes pessoas – que se têm de fazer notar para terem acesso aos media – geralmente são notícias por actividades “menos dignificantes”, como crimes, manifestações, etc. (Sousa, 2004; p.116)

Sobre as fontes, Traquina (2004, p.137) destaca ser importante a ciência da desigualdade de acesso ao jornalista e do domínio dos informantes oficiais, mas também da dependência das fontes oficiais no processo produtivo por serem os definidores primários da notícia¹¹⁰. Assim, considerando o tráfico de drogas é o tema principal desta tese, foram buscados os temas dele originários e considerando Sousa (2004, p. 67), aqui serão denominados cenários.

3.2 Jornais estudados

3.2.1 ABC Color

O jornal *ABC Color* foi fundado em 8 de agosto de 1967, por Aldo Zuccolillo (1929-2018), com o lema “*Um jovem jornal com fé na pátria*”¹¹¹, no período da consolidação da ditadura comandada pelo coronel Alfredo Stroessner¹¹². A abertura do jornal representou inovação, vanguarda tecnológica, renovação editorial e uma nova forma de relacionamento entre proprietários da mídia e jornalistas paraguaios (Cuevas, 2017). O periódico foi o primeiro do Paraguai a contar com composição a frio na impressão, o offset e oferece escrita em castelhano e guarani. O sistema substituiu o linotipo e também introduzia a impressão em cores, que até então não era usada nos demais jornais de grande circulação do país. Como forma de dinamizar a leitura, o projeto gráfico era distribuído no formato tablóide. Já no primeiro ano, o jornal era distribuído para todo o Paraguai, por meio de uma tiragem de 10.000 exemplares, montante que chegou a 75.000 nos anos 70. Em 13 de março de 2016, a tiragem do *ABC Color* chegava a 460.000 exemplares¹¹³.

¹¹⁰ Traquina cita os estudos de Hall *et al.* (1978; p.58)

¹¹¹ Site do Jornal: edição comemorativa: <http://www.abc.com.py/abc-color/abc-color-renueva-el-periodismo-1359138.html>

¹¹² De acordo com Cabral Lopes (2016), a república do Paraguai viveu entre os anos de 1954 a 1989 a ditadura militar comandada pelo coronel Alfredo Stroessner (1912 - 2006) do Partido Colorado, legenda que permaneceu no poder por 35 anos. O autor explica as características que permitiram a permanência do regime por tanto tempo: aparência de democracia, violenta repressão, corrupção institucionalizada e ideologia nacionalista. (Cf.: <http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/829>)

¹¹³ Consulta averiguada no próprio jornal, Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/notas/abc-tiene-465000-lectores-diarios-y-2320000-seguidores-en-las-redes-1461332.html>

No âmbito do jornalismo como profissão, o *ABC Color* também representou um divisor de águas para a comunicação no Paraguai. Para satisfazer a escolha editorial do jornal, que privilegiou a imagem, a direção introduziu o profissional fotojornalista na redação, prática inédita até então. Também foi a partir do *ABC Color* que a profissão de jornalista no Paraguai passou a ter reconhecimento por parte do empresariado do setor de comunicação. A política editorial do periódico incluiu a exigência de capacitação e dedicação exclusiva dos profissionais¹¹⁴. Granis (2010) afirma que como garantia de trabalhar exclusivamente para o periódico, os jornalistas tiveram o incentivo de melhores salários, outra inovação para a época, diante do cenário da comunicação local. “Antes da *ABC*, os jornalistas no Paraguai trabalhavam em mais de emprego em decorrência dos baixos salários. Eles eram, portanto, suscetíveis a subornos, um fenômeno que o editor *ABC* Aldo Zuccolillo estava determinado a evitar”.

A história do *ABC Color* demonstra uma das páginas emblemáticas da imprensa sul-americana. Em 22 de março de 1984, o periódico foi fechado por decisão general Alfredo Stroessner. Dias antes, em 16 de março, o proprietário Aldo Zucolillo¹¹⁵ fora preso por não apontar as fontes utilizadas pelo jornalista Edwin Brítez, que fizera uma entrevista com o representante do partido colorado Miguel Ángel Gonzáles Casabianca. Felicitações em favor do encerramento das atividades do periódico ocorreram em todo o país, como descreve o próprio jornal na edição comemorativa de 2014. Entre elas manifestações de apoio a Stroessner, estão frases que apontam o periódico com merecedor da decisão por ser “parcial, mercantilista e agitar o povo paraguaio”. Somente em 1989, com a abertura democrática, as atividades do periódico foram retomadas.

Embora a edição comemorativa a constar na página do periódico na internet relembre o passado de combate ao ditador, estudiosos da mídia paraguaia contrapõem o posicionamento e ainda indicam apoio ao regime militar. Cazal (1984) classifica o encerramento das atividades do jornal como uma coincidência no jogo de cena entre o ditador e os opositores como forma de manutenção do regime em uma fachada de canal aberto ao contraditório e à democratização. Já Segovia (2010) afirma que o:

¹¹⁴ Cf.: <https://www.abc.com.py/abc-color/abc-color-renueva-el-periodismo-1359138.html>

¹¹⁵ Cf.: <https://www.abc.com.py/abc-color/nuestra-historia-382868.html>

ABC Color (...) nasce com elogios ao governo e, sobrevive até 1984, quando os planos do proprietário se contrapõem frontalmente à ditadura stronista, já decadente (...). Em 1989, o jornal foi reaberto, tendo o proprietário se autoproclamado como ícone da luta contra a ditadura (Segovia, 2010, p.37).

No emaranhado editorial do periódico, estão a liberdade de expressão, luta contra a ditadura, a corrupção no âmbito estatal, defesa da propriedade privada e do livre mercado. A postura editorial combativa não passaria de uma manobra para esconder as reais intenções do grupo, cuja diversificação nos negócios é alvo de críticas de estudiosos da comunicação paraguaia. O contraponto está em artigos e matérias de apoio ao ditador e cumplicidade ao regime, também manifestada na vida privada por meio de laços políticos com o Stroessner. Além do *ABC Color*, o grupo Zuccolillo é proprietário de empresas ligadas aos ramos de imóveis, de shoppings centers, de importação, da construção civil e das telecomunicações (Segóvia, 2010, Sanchez, 2009).

Uma revisão histórica do posicionamento ideológico do ABC dirá que ele próprio foi (e ainda é) um forte defensor de ditaduras latino-americanas; alinhado, na maior parte do tempo com o ditador Stroessner, financiou inclusive reuniões do Liga Mundial anticomunista, conforme registrado nos Arquivos do Terror do Paraguai (...). Os irmãos Zuccolillo ocuparam cargos públicos durante o governo Sternista e suas empresas forneceram, desde então, bens e serviços ao Estado paraguaio. Eles sempre foram abençoados pela Embaixada Americana em Assunção e recebeu financiamento do NED (National Endowment for Democracy) e a IAF (Fundação Interamericana). Até hoje continua sendo o braço ideológico mais poderoso da direita paraguaia, embora eles tentem compor seu caráter decididamente faccional, dando algum espaço para discordar em suas páginas (Segóvia, 2010, p.57).

Aldo Zuccolillo é acusado de usar no discurso editorial do *ABC Color* mensagens para manter aberto o leque empresarial e lançar mão do que (Segóvia, 2010) denomina como “links estratégicos” para influenciar na estrutura de poder do Paraguai. Os quatro links, conforme o autor, estão sustentados nos eixos: a oligarquia latifundiária, as multinacionais, a máfia (tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro) e a política. No âmbito dos setores citados, o proprietário teria aliados como general Lino Oviedo (1943 - 2013¹¹⁶), associações rurais, multinacionais norte-americanas e ainda teria conspirado para a queda de Fernando Lugo (Grimaldi, 2009, Segóvia, 2010). Segóvia (2010) revela as ligações de Oviedo com o crime organizado, tráfico de armas, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, situações desconsideradas pelo *ABC Color*.

¹¹⁶ Foi comandante do Exército paraguaio e permaneceu exilado no Brasil, mas retornou ao Paraguai, onde cumpriu pena.

Também, segundo o autor, estariam envolvidos com o tráfico de drogas e o crime organizado, integrantes da associação da Seita da Lua, a quem o periódico defenderia interesses. Em 2000, a organização adquiriu 700 mil hectares de terras no Chaco paraguaio, o equivalente a 2% do território nacional em uma área estratégica para a manutenção do trânsito de material ilícito porque abrange as fronteiras com o Brasil e com a Bolívia. O processo de aquisição foi alvo de várias denúncias à Justiça, questionamentos desconsiderados nas páginas do pelo *ABC Color*.

Zuccolillo também mantém uma ligação marcante com a Associação Rural do Paraguai (ARP), uma das organizações mais poderosas da oligarquia paraguaia. A riqueza de seus membros é baseada na posse da terra, na produção pecuária e, em alguns casos, nas atividades ilícitas de produção e tráfico de drogas (setor dos traficantes de drogas). É um grupo heterogêneo, mas boa parte deles é feita de fortuna durante o regime militar. Como afirmado nos relatórios da Comissão da Verdade e Justiça. A frequência de aparecimento do representante do ARP ou de mensagens e / ou estudos da Associação, é quase diariamente no *ABC Color*, o jornal é quase um porta-voz da instituição (Segóvia, 2010, p.54-55).

Ainda no pensamento de Segóvia (2010), interesses econômicos do grupo Zucolillo suplantariam os nacionais e, por esta razão, o editorial do *ABC Color* é claro na defesa de grupos multinacionais que se aliam às oligarquias paraguaias. Essa crítica é evidenciada na ligação do grupo com a UGP (União de Grêmios da Produção), que reúne proprietários de grandes áreas territoriais. O grupo também estaria ligado a multinacionais como a Cargill e Monsanto, esta última patrocinadora de formações aos jornalistas do periódico. Para o autor, Aldo Zuccolillo assumiu de maneira clara a posição em defesa do próprio capital e, por este motivo, interfere na agenda do governo paraguaio e influencia no posicionamento crítico da população daquele país, sem capacidade de questionar a qualidade da informação recebida¹¹⁷ diante de elevadas taxas de analfabetismo, baixa escolaridade, evasão escolar, currículo desatualizada e fragilidade na formação docente (Roesler, 2017).

O jornal *ABC Color* reúne a equipe jornalística mais especializada do país. Com uma produção diária que varia entre 30.000 e 60.000 cópias, é a maior circulação no território paraguaio. Embora o número não seja alto (1% da população nacional), deve ser esclarecido que há uma cultura de leitura muito baixa no Paraguai, e é por isso que uma grande parte do mercado de leitores é hegemônico por isso significa. Portanto, o jornal tem a capacidade de instalar permanentemente certas questões na agenda de todos os outros media, tanto escrita, rádio e televisão, e não apenas na mídia, mas nas câmaras do Parlamento e da sociedade em geral. Desta forma, pode influenciar

¹¹⁷ De acordo com o documento Encuesta Nacional de Demografía y Salud 1990, na primeira metade da década de 1980, o analfabetismo atingia 25% da população paraguaia, ao mesmo tempo em que 70% tinham nível primário. Consultar Cf.: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR30/FR30.pdf>

o despedimento e / ou nomeação de autoridades, no crédito ou no descrédito dá a certos atores sociais e políticos, pode afetar os resultados das eleições, entre outras coisas (Segóvia, 2010).

Na imprensa paraguaia existe uma denominação específica para a maneira como o periódico influencia na opinião pública: é o chamado “efeito *ABC Color*”, que traduz o posicionamento sobre o que deve ou não ser divulgado. Sanchez (2009) aponta que o conteúdo produzido pelo jornal é reproduzido todas as manhãs em rádios e canais de televisão. Assuntos considerados importantes são, assim, debatidos porque estão nas páginas do jornal e influenciam na maneira desigual em que a população paraguaia tem acesso à informação.

É a consequência de um dos principais problemas que afeta a sociedade paraguaia: desigualdade entre as pessoas no acesso médio de informação pública, resultado do acesso desigual a instrumentos econômicos e simbólicos de participação na vida social. Nessa desigualdade, o campesino encontra-se em uma situação de profunda desvantagem em relação aos proprietários de terra. (Sanchez, 2009).

A capacidade de influência do periódico resultaria como fiel da balança na queda do ex-presidente Fernando Lugo¹¹⁸. Entre os muitos assuntos relacionados ao ex-presidente nas páginas do periódico, está a acusação de conexões com o grupo paramilitar “Exército do Povo Paraguai”, ligado a conflitos rurais, assassinatos e sequestros. Sanchez (2009) aponta que a campanha editorial ligando Lugo ao grupo começa em 1999 indicando a “necessidade de impugnação do presidente”. A linha editorial do *ABC Color*, contudo, não foi sempre contrária a Lugo, mesmo tendo à frente do projeto governamental a reforma agrária, bandeira que o elegeu. Interesses econômicos que ligariam os proprietários do grupo *ABC Color* a Juan Carlos Wasmosy¹¹⁹, Horácio Cartes¹²⁰ e à instalação de empresas ligadas ao setor de telecomunicações e multinacionais influenciaram na mudança.

A agenda política de Lugo, que enviou ao Congresso projeto prevendo a proibição da instalação de empresas a 50 quilômetros da fronteira com o Brasil e a limitação do uso de

¹¹⁸ Fernando Lugo assumiu a presidência do Paraguai em 2008, eleito pela coligação Alianza Patriótica para el Cambio, rompendo seis décadas de poder do Partido Colorado. Foi o primeiro governo eleito democraticamente desde o fim da ditadura militar naquele país. Sem contar com o apoio do parlamento, Lugo não conseguiu aprovar as medidas propostas na campanha. O impeachment foi consolidado após conflito entre campesinos e policiais, no dia 15 de junho de 2012. Dezesete pessoas morreram e o presidente foi acusado de não conseguir manter a ordem democrática e desrespeitar a Constituição. A proposta de afastamento foi aceita pela Câmara e o Senado, sendo consolidada em 24 horas.

¹¹⁹ Integrante do Partido Colorado, foi presidente do Paraguai entre 1993 e 1998.

¹²⁰ Integrante do Partido Colorado, foi presidente do Paraguai entre 2013 e 2018.

produtos geneticamente modificados na agricultura também são apontados como raízes da campanha midiática contra o ex-presidente (Julia Varela y Federico Larsen; Stella Coloni, 2012; Grimaldi, 2012; Cardoso e Rosseto, 2017). Talavera (2015) aponta que entre as implicações sociais da interferência do grupo na política paraguaia está a perpetuação da pobreza, da desnutrição, da exploração de crianças e adolescentes e do abuso sexual infantil.

3.2.2 *Correio do Estado*

O jornal *Correio do Estado*, fundado em 7 de janeiro de 1954, pertencia a um grupo de políticos ligados à UDN (União Democrática Nacional). José Fragelli, Fernando Corrêa da Costa, Vespasiano Martins e José Moraes priorizaram linha editorial de ideário político, em defesa das ideias udenistas, instalando o periódico na cidade de Campo Grande, hoje Capital do Estado de Mato Grosso do Sul. O grupo permaneceu à frente do negócio por dois anos, quando o venderam para José Barbosa Rodrigues, antigo funcionário do Jornal do Comércio, onde passou de faxineiro a articulista. Barbosa permaneceu como único dono do periódico, que repassou para os filhos (Amim, 2008; Schwengber 2008; *Correio do Estado*, 2014; Crestani, 2014).

O jornal demonstrou explícita inclinação política nos primeiros anos, como resultado da criação a partir de um partido político, mas não abandonou a agenda conservadora de direita quando foi adquirido por José Barbosa Rodrigues (Crestani, 2014; Schwengber - 2008). A diferença é que o *Correio do Estado* “passou a acompanhar as mudanças tecnológicas e de conteúdo que ocorreram na imprensa nacional” (Schwengber, 2008). Sobre a inclinação editorial da publicação, a autora diz ainda:

Ao estudarmos a trajetória desse periódico, percebemos que as vinculações políticas, partidárias e ideológicas não foram abandonadas: apenas passaram a se mostrar menos explícitas, mas não menos comprometidas. O *Correio do Estado* permaneceu por pouco tempo sob propriedade do grupo que o formou. Após a eleição para o segundo mandato de Fernando Corrêa da Costa para 3 governador, em 1960, este político e os deputados e partidários da UDN responsáveis pela sustentação econômica do jornal deixaram de financiá-lo” (Schwengber, 2008).

A partir do jornal *Correio do Estado*, a família Barbosa ergueu um grupo de comunicação que inclui uma televisão, duas emissoras de rádio AM e FM e uma produtora de ví-

deos¹²¹. Schwengber explica que o principal responsável pelo crescimento tentacular do jornal *Correio do Estado* foi o filho de José Barbosa Rodrigues, Antônio João Hugo Rodrigues.

Quando José Barbosa foi trabalhar no *Correio do Estado*, este era editado apenas por colaboradores ligados aos políticos que o fundaram. Foi depois que assumiu a direção que os primeiros jornalistas foram contratados e os seus filhos foram envolvidos no jornal. José Maria e Marcos Fernando já são falecidos, mas Antônio João e Paulo de Tarso permanecem na empresa. Este último é gerente da gráfica do periódico. Foi por meio da participação administrativa de Antônio João que o jornal investiu pesado na modernização. O *Correio do Estado* foi pioneiro dentre os periódicos do antigo sul de Mato Grosso e também do já criado Mato Grosso do Sul a implantar algumas tecnologias, a exemplo das máquinas que agilizaram o processo impressão. Em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas. O investimento em tecnologia foi uma tendência da grande imprensa brasileira a partir da década de 1950, que o *Correio do Estado* acompanhou. As inovações que se implantavam nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo logo chegavam ao periódico campo-grandense, que sempre teve O Estado de São Paulo como seu paradigma (Schwengber, 2008).

Schwengber (2008) aponta ainda que a impulsão tecnológica do *Correio do Estado* resultou do alinhamento editorial à direita mantido pela direção do periódico e que pode ser exemplificado em dois importantes momentos históricos, a divisão geográfica do Estado do Mato Grosso¹²² e a ditadura militar no Brasil¹²³. É importante descrever a postura editorial do *Correio do Estado* mediante esses dois fatos para compreender a postura editorial ainda hoje aplicada pelo periódico em relação aos assuntos políticos e sociais, entre eles as vítimas de eventos diretamente ligados às ações do tráfico de drogas. O movimento divisionista do Mato Grosso tem raízes na República Velha e resultou da pressão de oligarquias, do coronelismo, do tenentismo e do sentimento regionalista dos habitantes do sul do Estado (Weingartner, 1995; Bittar, 2009; Macedo, 2016).

A divisão do Estado de Mato Grosso foi o resultado de um longo processo que durou cerca de um século de História. A região Sul e a região Norte do estado sempre estiveram em posições políticas opostas (...). Em função das circunstâncias reinantes, o tema da divisão surgia ou ressurgia com força (...). Sempre deixavam um rastilho de consequências políticas e sociais que foram se acumulando ao longo do tempo e contribuíram decisivamente para a divisão final (Macedo, 2016; p. 33).

¹²¹ Em 2010, o jornal iniciou a versão digital.

¹²² O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado a partir da assinatura pelo presidente Ernesto Geisel do Decreto de Lei Complementar n.º 31 em 11 de outubro de 1977 (DOU, 1977).

¹²³ A ditadura militar no Brasil ocorreu entre 1964 e 1985, como explica Napolitano (2014). O autor aponta que o período foi marcado pelo aumento das desigualdades sociais e aumento do aparato repressivo do Estado.

Com a divisão, a porção sul do Mato Grosso amealhou grande parte das riquezas geradas por meio de impostos gerados em favor do Estado em especial, a Campo Grande, alçada ao posto de Capital. Conforme Weingartner (2008), a cidade recebeu investimentos diretos do governo federal em decorrência da divisão, resultando em crescimento econômico, melhoria nos indicadores sociais e oportunidades de trabalho. Campo Grande e as demais cidades que passaram a integrar Mato Grosso do Sul ficaram com 80% do ICMS¹²⁴ do antigo estado e a pujança econômica seria mantida nos próximos anos.

A década de 1980 marcou a consolidação de Campo Grande como a Capital de Mato Grosso do Sul, assim como, foi caracterizada como um período de expansão econômica e consequente, de intenso processo de urbanização (...). Era um contexto promissor para aqueles que almejavam prosperidade e melhoria da condição de vida (Weingartner, 2008, p.106).

Não foram essas as considerações e constatações feitas pelo governador do Mato Grosso, Garcia Neto, conforme descreve Amedi (2014), ao tentar interromper o processo de divisão. A autora reproduz ofícios do ex-governador ao então presidente Ernesto Geisel onde são descritas as perdas econômicas advindas da separação territorial, falta de recursos para o custeio e aponta que o gestor acertara.

Algumas considerações feitas por Garcia Neto ao pós-divisão do Estado, como os transtornos na economia das duas unidades federativas, eram previsíveis. Apesar dos recursos federais, as receitas não foram suficientes para atender, em dia, ao pagamento do funcionalismo público das duas unidades. Em Mato Grosso, essa situação permaneceu até 1998, e, em Mato Grosso do Sul, até 2002. Para as obras de infraestrutura, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram que recorrer a empréstimos externos, com autorização do governo federal, cujo pagamento não conseguiu efetuar, tendo o Tesouro Federal de assumir a dívida, com débitos feitos mensalmente, aos dois Estados, parte importante do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A dívida do estado de Mato Grosso, em 2003, com o Tesouro Federal, era de cinco bilhões de reais e a do Mato Grosso do Sul chegava a seis bilhões de reais (Amedi, 2014).

Ponderações sobre perdas econômicas, porém, não ganharam as páginas do jornal. Os evidentes e positivos resultados econômicos da divisão do Mato Grosso seriam traduzidos em lucro para o *Correio do Estado* e a nova divisão político-administrativa também significaria hegemonia no setor de comunicações de Mato Grosso do Sul. Além disso, os proprietários permaneceriam ao lado dos grupos favoráveis à separação e, com eles, colhendo os frutos da decisão política.

O interesse do *Correio do Estado* era visível: ele se transformaria no maior veículo de comunicação impresso de Mato Grosso do Sul e estaria totalmente alinhado com o grupo político que sempre dominara na região, o que lhe renderia importantes investimentos governamentais em publicidade. Após a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, o hábito de divulgar aspectos positivos da

¹²⁴ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

economia local permaneceu no *Correio do Estado* e se estendeu para outros aspectos da sociedade (Schwengber, 2008).

Notas favoráveis ao movimento divisionista do Mato Grosso eram divulgadas de maneira recorrente, como é explicado na edição comemorativa do jornal, em 2014, sob os títulos: “1960 - Desenvolvimento representa impulso para a divisão de MT (Mato Grosso) e 1977 – Nasceu Mato Grosso do Sul: a principal manchete da década”.

O desenvolvimento de Campo Grande evidenciou-se pelo seu crescimento populacional. Logo no início da década, já ultrapassava Cuiabá, capital de Mato Grosso, em número de habitantes. Em 1968, por exemplo, eram 111.205 moradores, conforme dados do IBGE¹²⁵. O *Correio do Estado* acompanhava este progresso, também aprimorava suas edições. Em 1968, o jornal destacava em sua tradicional edição especial de aniversário os versos de Castro Alves que indicavam o destino de Campo Grande “... nascida para a grandeza, para crescer, criar, fulgir”. Novas ruas eram abertas e a administração municipal continuava com o desafio de levar água para todos os bairros. Nesta década, destacaram-se os investimentos nos primeiros cursos de nível superior na região, com a chegada da Universidade Estadual de Mato Grosso, a atual UFMS¹²⁶ (Edição do *Correio do Estado* de 7 de fevereiro de 2014).

O outro acontecimento histórico que demonstraria o alinhamento editorial do *Correio do Estado* à direita foi a ditadura militar no Brasil. Schwengber (2008) demonstra que a postura em favor desse evento e da divisão do Estado do Mato Grosso¹²⁷ tinham raízes econômicas. Essa postura foi apontada pela autora como indicativo de sobrevivência não somente econômica, com o repasse da verba publicitária, mas editorial, no período conhecido como “milagre econômico”¹²⁸.

Na década de 1970, boa parte do país recebeu investimentos do governo em infraestrutura. Foi o período conhecido como “milagre econômico”. Campo Grande foi uma das cidades do centro-oeste brasileiro que mais cresceu no governo militar, fato que repercutiu no crescimento do *Correio do Estado*, afinal, tanto o número de leitores como o de anunciantes aumentou. Naquele período, influenciado pela censura que impedia a publicação de qualquer tema que pudesse representar crítica ao governo, o jornal desenvolveu o hábito de pautar assuntos que levassem ao conhecimento do público as transformações econômicas positivas da região. Foram naqueles anos, tam-

¹²⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹²⁶ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

¹²⁷ Decreto de criação de Mato Grosso do Sul: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm

¹²⁸ O período 1968-1973 – em plena ditadura militar – é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos (Velooso *et al.*, 2008). Já Earp e Prado (2003) afirmam que “a expressão “Milagre Econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “Milagre Alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “Milagre Brasileiro” passou a ser usado como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 - e também como instrumento de propaganda do governo”.

bém, que a expansão agrícola começou a se tornar assunto importante para a imprensa sul-mato-grossense. O agronegócio que se fortalecia foi decisivo para que o *Correio do Estado* contratasse um correspondente em Dourados, em 1976, e posteriormente instalasse uma sucursal naquela cidade (Schwengber, 2008).

A postura editorial de muitos jornais foi mantida após o fim da ditadura militar. A sobrevivência econômica, porém, dependia agora do alargamento de opções de anunciantes e assinantes, porque a maior parte dos recursos publicitários era direcionado pelos governos, situação consolidada a partir dos anos 1950, que também marcaram o processo de industrialização dos jornais brasileiros (Chammas, 2012).

No caso do *Correio do Estado*, o crescimento econômico do setor privado e a tradição do posto de ser, até ali, o maior veículo sul-mato-grossense, contribuíram para o equilíbrio financeiro.

Se para a imprensa nacional o fim do regime significava liberdade de criticar as iniciativas governamentais, por outro representava menos favores do governo federal, a exemplo de isenções fiscais, publicidades e concessões. Mas a empresa privada que cresceu durante o regime se tornou a outra importante fonte de receita para os meios de comunicação. O setor privado também priorizou investir nos veículos de comunicação de maior circulação. Em função disso, os jornais brasileiros começaram a se preocupar em se tornar mais atrativos para conquistar um público maior. Uma das formas encontradas foi pautar assuntos que pudessem despertar o interesse do leitor para incentivá-lo a comprar suas edições. Outro fator que o periódico encontrou para se tornar mais atraente para o leitor foi a reforma gráfica, por meio da qual passou a imprimir todas as suas páginas em cores. O fato de ser colorido também passou a atrair mais publicidade, que se tornou 30% mais cara. (Schwengber, 2008).

O *Correio do Estado* também se adequou à realidade de Mato Grosso do Sul, um estado essencialmente agrário, mantendo editoria específica para o assunto, e aprimorou a cobertura dos assuntos da política local como forma de contemplar os leitores de Campo Grande, onde está a maioria dos leitores do periódico (Schwengber, 2008). Os critérios editoriais do Jornal *Correio do Estado* ainda são considerados conservadores por valorizarem temáticas políticas, ainda que não explícitas e que, aos olhos do leitor podem passar despercebidos. (Amim, 2008). Na pauta diária, o periódico ainda se mantém ao lado das oligarquias sul-mato-grossenses, como aponta Costa (2017) em estudo sobre a cobertura em conflitos indígenas e que o situa ao “lado dos fazendeiros”. Além das páginas do periódico, busca pelo estreitamento com as relações do poder também é observada na atuação política do atual presidente do grupo, Antônio João Hugo Rodrigues, que postu-

lou por três vezes uma vaga no Congresso Nacional, como senador ou deputado federal, sendo a última tentativa ocorrida nas eleições de 2018, desta vez pelo PTC¹²⁹.

Entre as investidas de Rodrigues, o mais perto que conseguiu chegar do Congresso foi a atuação como suplente do ex-senador Delcídio do Amaral, cujo mandato foi cassado¹³⁰ em 2016 após acusações de corrupção. O cargo de suplente foi dividido com a presidência do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)¹³¹. Crestani (2014) revela com clareza o posicionamento político do *Correio do Estado* e afirma que já José Barbosa Rodrigues descreditava na imparcialidade do jornalismo. A autora também cita uma possível lembrança que Antônio João tivera do pai e que serviria para justificar as escolhas editoriais.

Nunca acreditou que o jornalismo tivesse que ser imparcial. À época, muitos jornais foram criados por partidos políticos, como o *Correio do Estado*. Mesmo tendo se desvincilhado dos fundadores, o impresso mantinha a preferência por determinado grupo e esse posicionamento, na opinião de José Barbosa, teria de ficar claro aos leitores. “Se você é favor dessa pessoa, diga de forma clara ou dê indicativos que o jornal tem essa posição. Não engane o leitor dizendo que não tem lado”, resume Antônio João, sobre o ensinamento aprendido com o pai e que continua aplicando ao impresso (Crestani, 2014).

O *Correio do Estado* circula em 43 dos 79 municípios sul-mato-grossenses. Contava, em novembro de 2018, com 9.500 assinantes e distribuía 11.750 exemplares, conforme dados do departamento comercial¹³². Entre as cidades onde circula, quatro estão na fronteira com o Paraguai, sendo elas: Bela Vista, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas. Somente a fronteira com Porto Murtinho é marcada pelo Rio Paraguai, nas demais cidades, a fronteira é seca.

3.3.3 O Globo

¹²⁹ Antonio João Hugo Rodrigues concorreu em 2014 para uma vaga no senado (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/divulgacandcontas#/candidato/2018/2022802018/MS/120000624900>) (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/divulgacandcontas#/candidato/2018/2022802018/MS/120000624900>) PTC (Partido Trabalhista Cristão).

¹³⁰ Cf.: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=11/05/2016>

¹³¹ Foi presidente do PTB em Mato Grosso do Sul entre 2007 (<https://ptb.org.br/ptb-divulga-novas-comissoes-provisorias-regionais/> =).

¹³² Consulta realizada em 14 de novembro de 2018.

As atividades do jornal *O Globo* começaram em 29 de 1925, na cidade do Rio de Janeiro¹³³, durante o governo de Artur Bernardes (1875 - 1955)¹³⁴. São marcadas pela existência na maior parte em períodos de restrições democráticas brasileiros, que abrangeram o estado de sítio decretado por Arthur Bernardes¹³⁵ e o golpe de 64 (Sodré, 1999; Gomes e Matos, 2017). O jornal foi fundado por Irineu Marinho (1876 - 1925) e chegava às bancas em duas edições vespertinas, tendo o nome escolhido por um concurso popular¹³⁶. O periódico era o segundo fundado por Irineu Marinho, proprietário também do jornal *A Noite*, iniciado em 1915 e cuja cobertura era direcionada a assuntos “da cultura popular, aos problemas do cotidiano da cidade e ao noticiário policial atendo a novas faixas de público, fora do alcance do jornalismo belettrista praticado até então”. Foi a equipe de *A Noite* o embrião para o lançamento de *O Globo*, caracterizado como um “jornal essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços”. Cinquenta anos depois do lançamento, o periódico passou a ser matutino.

O Globo se autodeclarava independente, sem afinidades governamentais, empresariais, independente, isento e assumira a linha de fiscalizar o poder público. O jornal defendia o aumento nos vencimentos do funcionalismo público, combatia a carestia, criticava o abandono em que se encontravam certas ruas da cidade e acompanhava passo a passo as ações da Central do Brasil¹³⁷ e da Light¹³⁸. Ao contrário do que apregoava¹³⁹, o periódico já demonstrava no início das atividades a defesa ao capital estrangeiro ao defender as incursões de Henry Ford¹⁴⁰ para restabelecer a produção de borracha na Amazônia¹⁴¹.

¹³³ Cf.: Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil: <https://cpdoc.fgv.br/>

¹³⁴ Conservador, representante do Estado de Minas Gerais, foi presidente do Brasil no período de 1922 a 1926.

¹³⁵ Cf.: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>

¹³⁶ Fonte: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>

¹³⁷ Estação de trens metropolitanos e está localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro.

¹³⁸ Empresa privada que administra as atividades de geração, distribuição e comercialização de energia no Estado do Rio de Janeiro.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Industrial norte-americano, aplicou a linha de montagem em série de automóveis.

¹⁴¹ Cf.: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9834>

“Segundo o jornal, Henry Ford viera ao Brasil “para combater o preço extorsivo da borracha”, cujo mercado estava predominantemente em mãos inglesas. Desde o início, portanto, o jornal mostrou-se favorável ao ingresso do capital estrangeiro — sobretudo norte-americano — no país.

Conforme (Barbosa, 2007; Martins e Luca, 2013), *O Globo* defendia o aumento nos vencimentos do funcionalismo público, combatia a carestia, criticava o abandono em que se encontravam certas ruas da cidade e acompanhava passo a passo as ações da Central do Brasil.

Destaca Barbosa (2007, pp.95-96) que início das atividades, toda a estrutura de *O Globo* ocupava um andar na rua Bittencourt da Silva, 21, no antigo Largo da Carioca. O imóvel tinha espaço suficiente para abrigar redação, oficinas de gravura e composição, além de revisão e gerência. Era um jornal que nascia na era moderna da comunicação, já com o mercado informativo consolidado e muito próximo ao atual. Apresentava-se ao público como um diário com feitio europeu, desapaixonado e pouco propenso a formar correntes de opinião. A modernidade era traduzida também como isenção, rompimento com o estilo da notícia divulgada na forma de crônica e pregava a isenção e independência, termos que marcariam a retórica da imprensa brasileira (Barbosa, 2007).

Na prática, como acentua Bahia (2009), *O Globo*, bem como outros jornais que surgiram entre as décadas de 1920 e 1930 colhem a inquietação da sociedade com os acontecimentos que marcaram a Coluna Prestes e a Era Vargas. Também chega em um momento em que o Rio de Janeiro é a cidade mais importante brasileira¹⁴², ingredientes que também terão impacto no processo de expansão que se inicia nos anos 1940 e se acentua nos anos 1960 e 1970. Os jornais buscam reduzir os abismos de expressão, passam a lucrar com a venda avulsa, assistem à impulsão da publicidade e abraçam a diversificação na tecnologia de impressão (Ribeiro, 2003). Todas esses elementos resultariam em uma marca no processo de distribuição da informação no Brasil, os conglomerados de comunicação, no Sudeste e interior.

A expansão do jornalismo – e não só dos jornais, revistas, rádios e televisão, mas também do livro, do disco, da música, do teatro – estimula a formação de cadeias regionais de comunicação (...). As redes jornalísticas regionais subsidiam ca-

¹⁴² Cf.: <https://www.ibge.gov.br/>

deias ou redes nacionais, quando não são inteiramente independentes. Elas existem em praticamente todo o País, e a descentralização administrativa e política ditada pela mudança da capital federal para Brasília, já não têm sede exclusivamente no Rio ou em São Paulo (Bahia, 2009).

É ainda Bahia (2009) quem explicar haver razões fiscais para embasar a diversificação e no caso de *O Globo*, a visão terminou por formar um dos maiores influenciadores da comunicação no Brasil, o grupo *O Globo* (Sodré, 1998). A ampliação dos negócios foi possibilitada pela assinatura em 30 de dezembro de 1957 do decreto número 42.496 pelo presidente Juscelino Kubitschek e que permitiu a concessão para funcionamento da Rede Globo de Televisão. A emissora ainda foi beneficiada pela assinatura de outro decreto, no governo de João Goulart e que permitia associação à empresa norte-americana Time-Life, com quem firmou acordo tendo como contrapartida doação de US\$ 5 milhões, equipamentos e suporte financeiro para pessoal. Não ficaram claras as condições que estabeleceram o que seria oferecido em troca pelo grupo brasileiro. As relações entre a empresa e o grupo estrangeiro foram questionadas por infringirem o artigo 160 da Constituição da República do Brasil e viraram alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que não resultou em qualquer sanção porque a operação foi considerada legal pela PGR (Procuradoria Geral da República) e o ex-presidente Castelo Branco (Silva, 1985, p.31).

Tendo em suporte uma empresa que virou sinônimo de magnetismo e discurso popular, *O Globo* manteve-se como porta-voz da elite brasileira, em especial, a da zona sul do Rio de Janeiro, a tradução do que Pedroso (2001) define como imprensa industrial urbana. Colhia os frutos do período que ficou conhecido como milagre econômico brasileiro que se consolidou na década de 1970 e foi traduzido como investimento, definição do consumo de massa e organização publicitária (Gentili, 2004; Bailey e Barosa; 2008). Para manter o sucesso, conquistado por meio da burla à Constituição, era preciso alinhamento, intimidade e apoio editorial com o governo militar (Sodré, 1999; Guareschi, 2013; Barbosa, 2017). O posicionamento motivou em 2013 um pedido de desculpas público ao povo brasileiro em um texto que justificava, entre outros argumentos, a manutenção da democracia no Brasil.

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sentam contrariados lembrem que *O GLOBO* apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. *O GLOBO*, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para ci-

tar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais (...). À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (*O Globo*, 31/08/2013)

Costa (2015) rebate as intenções do editorial, que também foi lido no principal programa jornalístico televisionado pelo grupo, o *Jornal Nacional*. O autor aponta que o discurso utilizado pelos veículos do grupo *O Globo* eram eloquentes no jornal, defendiam os militares e inferiam ao perigo do comunismo – nunca instalado no país - e denominando o golpe como “revolução”. Era assim que o público era conduzido à crença de que os militares, ao invés de golpistas, eram defensores dos valores tradicionais e da pátria.

Nos anos 1970, as Organizações Globo eram, na prática, a empresa de comunicação do regime. Vários pesquisadores afirmam que os governos militares não apenas investiram na expansão da sua rede, como também lhe concederam privilégios, como o de receber publicidade institucional. Quando se diz que Roberto Marinho foi beneficiado com a ditadura, as Organizações Globo defendem-se citando as concessões obtidas fora do governo militar e esquivando-se da facilidade que tinham em conseguir equipamentos importados, do êxito na expansão tecnológica de seus negócios e liderança alcançada no jornal, rádio e TV graças à vantagem que esses recursos (financeiros e tecnológicos) que lhes proporcionavam (Costa, 2015, p.88).

Os apelos de *O Globo* e o reconhecimento do que classificou como erro, ocorreram ainda no contexto da eclosão do movimento que levaria ao afastamento da presidente Dilma Rousseff, aqui já citado. E, como é informado no editorial, os posicionamentos do jornal e do grupo *O Globo* não ficaram longe dos questionamentos de quem foi para as ruas. Internamente, o grupo vivia uma série de crises que nem mesmo a renovação editorial posta em prática um ano antes conseguiu aplacar¹⁴³. Para além das demissões esporádicas, o diário encerrou em 2015 de uma só vez, contratos de 40 pessoas, 20 delas eram colaboradas da redação¹⁴⁴. E, no ano seguinte, um dos diretores, Ascânio Seleme, explicou a uma plateia do RBS e do jornal Zero Hora, mudanças no diário que incluíam a concentração nas plataformas online após a implantação de novas rotinas e fluxos de recepção da informação. De qualquer maneira, o jornal ainda continuaria impresso¹⁴⁵, mesmo após a decisão de reduzir, agora em 30 profissionais a redação, e unir os unificar os trabalhos com o parceiro do grupo, o jornal *Extra*, cuja linha é considerada popular¹⁴⁶.

¹⁴³ Cf: <http://www.abi.org.br/o-globo-lanca-novo-formato-no-dia-29/>

¹⁴⁴ CF: <http://www.abi.org.br/o-globo-demite-ao-menos-40-redacao-e-a-mais-atingida/>

¹⁴⁵ Cf.: <http://www.abi.org.br/diretor-de-redacao-fala-sobre-apostas-de-o-globo/>

¹⁴⁶ Cf.: <http://www.abi.org.br/o-globo-e-o-extraunificam-redacao-e-demitem-30/>

3.3.4 *Diário de Notícias*

O primeiro número do *Diário de Notícias* foi publicado em 29 de dezembro de 1864. As atividades do Diário de Notícias se iniciam em um momento de transição da imprensa portuguesa, quando o movimento jornalístico se intensifica, com o nascimento de meia centena de periódicos e há a diversificação de gêneros (Sousa, 2002; Tengarrinha, 2013, p.848 – 849). Marcou e consolidou o modelo industrial de imprensa que vigorou até o Século XX e contribuiu para a profissionalização do jornalismo. O primeiro número do *Diário de Notícias* - também chamado número-programa - foi publicado em 29 de dezembro de 1864, sob a orientação de Eduardo Coelho (Sousa, 2008). É um jornal que nasce sob a égide da Regeneração, essencialmente noticioso e que colhe o abrandamento da tensão das lutas de facções, tendo, assim, a possibilidade de manter-se distante das parcialidades, elementos necessários para o embasamento do periódico como um negócio abrangido pelas leis do capitalismo: impressão em larga escala, preço baixo e subsídios advindos de anunciantes (Tengarrinha, 2013, pp. 849-850). É o que Garcia (2010, p.34) classifica como avanço para o capitalismo informativo, fruto da teoria liberal em que a informação e atualidade assumem o terreno da comunicação.

A apresentação do *Diário de Notícias* já começava destacada em relação aos demais periódicos da época na oferta de conteúdos e na diagramação (Sousa, 2008, p.17). Até o início das atividades do jornal, a imprensa portuguesa já havia conseguido sanar os problemas em acompanhar a evolução tipográfica dos Estados Unidos e demais países europeus. Começava, também, a agregar a gravura, a fotografia e apresentar soluções para o porte (Tengarrinha, 2013, pp.851-866). E Garcia (2010) destaca outro importante contributo, o telégrafo, que representou um salto para o negócio informativo. Traquina (2002, p.38) lembra que o telégrafo acelerou a ligação do jornalismo à atualidade, permitiu que os jornais funcionassem em tempo real, ajudou na formação de uma rede de produção de informações e introduziu alterações na escrita da notícia. Assim, chegava ao público o que Sousa (2008) classificou como um jornal diferenciado, com estilo claro, conciso e simples; paginado em quatro colunas, recheado de conteúdos noticiosos e interclassista – assinado pela Família Real e o povo comum. O autor também aponta que havia clara estratégia comercial, com a venda de assinaturas e anúncios. Esse ponto e a oferta para o

público de conteúdo eminentemente informativo influenciou diretamente a imprensa na época.

Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites) dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio, de resto, claras aos olhos dos investidores no projeto (...) Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial do jornalismo voltado para o negócio e não para a política, a ambição informativa da imprensa alastraram-se (...). Revela-se a intenção da factualidade e objetividade. Consolidou-se um fluxo internacional de informações espalhadas em todos os pontos do território (Sousa, 2008, pp. 17-21).

E não foi coincidência o *Diário de Notícias* ser divisor de águas na imprensa portuguesa, que passava à era industrial do jornalismo. O periódico teve como fundador Eduardo Coelho (1835 - 1889), tipógrafo, mas já familiarizado com os trabalhos jornalísticos, absorveu o momento de busca da imprensa e da sociedade portuguesa pela imparcialidade, independência e acessibilidade que o periódico viria a oferecer (Tengarrinha, 2013, p.874). Conforme Sousa (2008; 2011), a tipografia permitiu a Eduardo Coelho conviver com jornalistas, escritores e políticos, situação típica e que, no caso dele, ocorreu por conta da decisão do pai, João Gaspar Coelho, fundar em 1844 uma tipografia em Coimbra. As muitas experiências que viria a ter a partir da tipografia ajudaram a moldar o que viria a ser o *Diário de Notícias*, do qual foi diretor até a morte, em 14 de maio de 1889.

Por meio do *Diário de Notícias*, o público começou a conhecer um novo modelo de jornalismo, com informação precisa e fornecida em pontos distribuídos pelo país. Também chegavam os folhetins – sendo o primeiro de Eça de Queiróz - e anúncios a preços populares e que contribuíram para o sucesso da publicação. A popularização dos anúncios foi fundamental para o surgimento das empresas especializadas em publicidade. Figurou, ainda, como alternativa a rapazes pobres que passaram a vender jornais e, assim, conseguiam fugir da miséria (Sousa, 2011). Desde o início das atividades, o periódico separava os setores administrativo e da redação, ficando o primeiro sob a responsabilidade de Thomaz Quirino Antunes e o segundo a cargo de Eduardo Coelho. Também já apareciam divididos no primeiro ano de funcionamento, os responsáveis pelas sessões (Miranda, 2007, p.1517).

Após ser vendido para um consórcio financeiro, o periódico sofreria mudanças na estrutura administrativa a partir de 1919. Novos cargos foram criados, os serviços foram des-

centralizados e a hierarquia passava a priorizar de maneira diferenciada a redação e, por consequência, a informação, ganhando destaque também a figura do redator (Miranda, 2007; p.1521). Embora tenha ocorrido a venda, o *Diário de Notícias* consegue manter a essência dos fundadores e mantém a independência política. O cenário muda no período do Estado Novo (1926 - 1974), quando António Ferro publica uma série de entrevistas com Oliveira Salazar (1889 - 1970), Benito Mussolini (1883 - 1945) e Adolf Hitler (1889 - 1945). No período imediatamente subsequente à Revolução de Abril, houve intenso movimento interno para afastar diretores que colaboraram com o regime salazarista. O diário ainda não consegue ficar ausente das disputas políticas, com jornalistas e equipe de apoio em tensões marcadas pelo debate partidário e panfletário. Para inverter a situação, parte da redação foi demitida e a busca pelas raízes do jornal isento permaneceu (Gomes, 2012, p.380).

No atual estatuto editorial, o *Diário de Notícias* pouco louva o fato de ser centenário. Pertence ao conglomerado Global Media Group, em conjunto com outras 18 publicações, de jornais a revistas. As normas estão na manutenção do jornalismo como bem público, na observação à Constituição da República Portuguesa, ao Código Deontológico e no respeito ao cidadão. Refuta a censura e enfatiza dar destaque à diferença entre fatos e opiniões, sendo os primeiros “sagrados” e as segundas livres. Também deixa claro ser um periódico de opinião própria, destinando para tal o espaço editorial. Como forma de não apagar, mas tentar deixar de repetir as páginas do passado, o jornal estabelece as fronteiras ao que classifica como apriorismos ideológicos¹⁴⁷.

Se de um lado o *Diário de Notícias* investia na manutenção da visão autossuficiente, de outro precisava sobreviver como periódico. Para isso, implantou em 2018 a mais drástica mudança editorial desde a fundação, migrando para o formato digital e mantendo apenas a edição de domingo impressa. Da exclusividade do papel à tela do computador e ao aplicativo para telemóveis, o periódico, antes diário, passou a ser denominado semanal. Quatro revistas também foram incluídas: Ócio - revista lifestyle, luxo e coisas boas da vida, publicada na primeira semana de cada mês; Evasões 360º - com viagens, os percursos e o melhor de Portugal; Life - Uma revista dedicada ao lado mais íntimo da vida. Família, saúde, educação, psicologia, sexo, relações e a Insider - tecnologia e digital,

¹⁴⁷ Cf.: <https://www.dn.pt/estatuto-editorial.html>

novidades e internet off numa revista coordenada pelo Dinheiro Vivo. Sobre a nova configuração, o chairman do Global Media Group, Daniel Proença de Carvalho, apontou ser esta uma forma de “se adaptar à evolução da sociedade que a tecnologia digital proporcionou”.

Mais ainda, foi uma forma de evitar ter igual destino de outros periódicos, que aos poucos deixaram de existir diante das mudanças da perspectiva na comunicação, traduzidas tão somente pela baixa tiragem. No caso particular do *Diário de Notícias*, dados da Associação Portuguesa para o Controlo da Tiragem apontam queda de 24,47% na tiragem e 18,57% na circulação no comparativo entre o primeiro bimestre de 2015 e o primeiro bimestre de 2018. No primeiro período aqui identificado, a tiragem verificada foi de 28.600 exemplares e a circulação chegou a 16.023. Já no segundo período descrito, a entidade verificou no *Diário de Notícias* tiragem de 21.602 e circulação de 13.348¹⁴⁸. Nas palavras de Ferreira Fernandes, que abriu o editorial do dia 1 de julho de 2018 para explicitar os porquês das mudanças no periódico, o foco e o desafio continuavam a ser chegar ao leitor, desta vez em um momento de nova invertida na forma de receber a informação.

Hoje começa uma mudança no *Diário de Notícias*. O seu jornal centenário tem agora nova vida digital e em papel. Continua o *Diário de Notícias*, como desde o primeiro número a 153 anos, a ser acessível a todas as bolsas e inteligências, como escreveu Eduardo Coelho, o nosso fundador? Talvez nenhum jornal consiga sê-lo hoje em dia. Há tantas fontes de informação, tanta cacofonia de textos, sons e imagens. É também por isso que o jornal que tem na mão existe. Porque tendo o DN passado a sua edição diária exclusivamente para o digital, mantém-na ao domingo, em papel. Domingo é dia de leitura mais prolongada, de encontrar uma boa história, de tempo para ser curioso e perguntar: sabia que? E também dia de olhar para a atualidade com reco e análise. E é assim este jornal hoje. O novo DN, com grafismo renovado e novas secções. Para o dia-a-dia das notícias, para o corrúpio de informação, para as notícias, as investigações, as novidades, para tudo isso já se sabe que conta com o nosso site em dn.pt. E com a edição diária, no mesmo local, ou subcrevendo a nossa newsletter que sai às sete da manhã todos os dias. Em 1864, quando o DN foi lançado, custava dez réis e assim foi nos anos seguintes. Hoje passara a custar 3 euros. E alarga a sua oferta. Entre as reportagens e as notícias, em novas secções e nova opinião (*Diário de Notícias*, 2018).

Textos publicados em dois dos três anos que antecederam estas mudanças foram incluídos nesta análise. Havia já a premissa de menor número de textos relativos ao assunto tráfico de drogas ou MIT nas páginas do português *Diário de Notícias*. As expectativas formadas antes da composição da amostra estavam cercadas em três pressupostos sobre Portugal: os indicadores econômicos e sociais, maiores e melhores na comparação aos demais

¹⁴⁸ Cf.: <http://www.apct.pt/index.php>

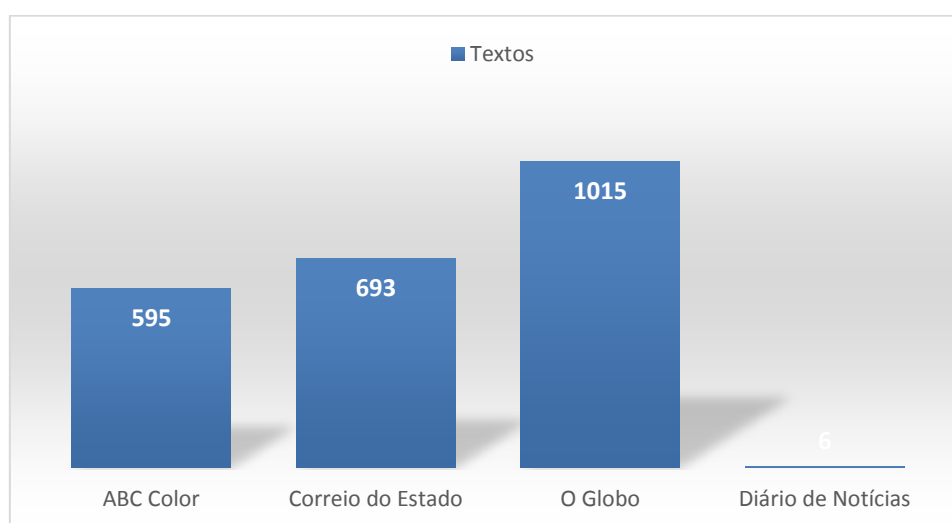
países componentes do estudo a posição geográfica, é rota de passagem, mas está situado longe dos pontos de produção e distribuição de estupefacientes em larga escala e, por fim e, talvez determinante, a já citada Estratégia Nacional contra a droga. Entre os objetivos deste estudo esteve o de buscar os efeitos no relato jornalístico da política portuguesa de descriminalização da posse de estupefacientes e que foi, inicialmente criticada, mas que hoje é colocada como modelo para reduzir os índices de violência ligados ao tráfico de drogas.

3.3. Resultados

3.3.1 Análise quantitativa

Os diários pesquisados localizados na América do Sul tiveram comportamento semelhante na quantidade na cobertura sobre o cenário tráfico de drogas, como é possível perceber no gráfico 1. Os fatores sociais, econômicos e de segurança já apresentados, bem como a densidade populacional dos três países envolvidos ajudam a explicar a menor oferta de episódios cobertos pelo jornal português. Também é possível perceber maior quantidade de achados em *O Globo* (1.015 peças) porque este foi o único periódico que explorou na totalidade os recursos editoriais abrangidos na pesquisa, percorrendo todos os gêneros, com destaque para as cartas ao editor, modalidade não encontrada nos demais veículos pesquisados em referência ao tema pesquisado, em destaque na tabela 1.

Gráfico 1. Total das matérias relacionadas com o tráfico de drogas e englobadas no estudo.



Fonte: elaboração própria.

O Globo manteve no período analisado maior número de articulistas, tanto contratados, como convidados. Os gêneros jornalísticos de caráter opinativo, artigos, cartas e editorial tiveram pouco ou nenhum espaço nos diários pesquisados, o que pode evidenciar a cobertura voltada para o imediato e, mesmo com um tema que levante tantas notícias, houve pouca disponibilidade para a cobertura reflexiva, além do episódio (Cf. tabela 1).

O infográfico também foi um recurso pouco utilizado nos jornais analisados. Embora demonstre maior facilidade para a compreensão da informação, a ferramenta não chegou a configurar prioridade em nenhum dos veículos estudados. Houve maior abertura à utilização pelo *O Globo*, mas ainda assim, pela quantidade de peças encontradas nesse veículo, é possível dizer que o recurso do infográfico foi subutilizado.

A tabela 1 também mostra como exemplos sobre como os diários observados abordaram de maneira geral o tema tráfico de drogas. Os valores notícias propostos por Traquina (2004) foram observados em todos os veículos estudados. Entre as explicações estão o imediatismo e a factualidade evidentes pelo tema.

Tabela 1. Critérios de noticiabilidade encontrados na cobertura sobre o tráfico de drogas.

	<i>ABC Color</i> Guerra mafiosa em Assunção	<i>Correio do Estado</i> Quatro pessoas executadas por pistoleiros em acerto de contas	<i>O Globo</i> Militares já plane- jam atacar arse- nais do tráfico	<i>Diário de Notícias</i> Detidos cinco suspeitos de tráfi- co de droga e apreendidos 32 quilos
Tempo		-	X	
Relevância	X	X	X	X
Notoriedade	-	-	X	
Novidade	X	X	X	X
Proximidade	X	-	-	-
Violência	X	X	X	-
Morte	X	X	-	-

Fonte: elaboração própria.

Traquina (2004, p. 108) enfatiza que a morte é um valor-notícia fundamental. A morte foi um critério de noticiabilidade destacado em três dos jornais pesquisados. O *ABC Color*, *Correio do Estado* e *O Globo*, noticiaram como frequência episódios de mortes. Entre os exemplos que podem ser apresentados:

ABC Color de 14 de julho de 2015¹⁴⁹
Luto duplo em família de oficiais mortos
Em 10 dias, a família Cândia velou e enterrou dois de seus membros (...).

¹⁴⁹ Cf.: <https://www.abc.com.py/nacionales/doble-luto-en-familia-de-suboficial-asesinado-1387618.html>

Correio do Estado de 17 de janeiro de 2017¹⁵⁰
Detento encontrado morto em cela de cadeia pública
O detento Pedro Paim, 35, foi encontrado morto (...).

O Globo de 01 de outubro de 2015¹⁵¹
Mortes em confronto voltam subir
Número de autos de resistência cresce 30% e especialistas cobram investigações

Para Traquina (2004, p.108-19) “todos nós seremos notícia um dia na vida” porque a notoriedade é um importante critério de noticialidade. Nos jornais analisados, a importância de autoridades ligadas ao tema tráfico de drogas ganhou a atenção na cobertura, considerando que o tema escolhido está ligado a segurança pública. Os exemplos a ajudam a compreender como a notoriedade foi tratada.

ABC Color de 20 de janeiro de 2015¹⁵²
Vargas fala em contraofensiva
O ministro do Interior disse ontem que o “retorno” dos 250 quilos de cocaína armazenados na sede de polícia de Amambai ocorreu com a alta cumplicidade policial com a narcopolítica (...).

Correio do Estado de 5 de janeiro de 2015¹⁵³
Municípios da fronteira terão atenção especial do governo
Municípios sul-mato-grossenses localizados na fronteira com o Paraguai e Bolívia e por causa das evidentes ações de traficantes (...).

O Globo de 21 de julho de 2017¹⁵⁴
Temer, Rodrigo Maia, Pezão, Padilha, Moreira e Jungmann não conseguem um só policial
Enquanto a violência no Rio não dá Trégua, com tiroteios (...).

Ainda como enfatiza Traquina (2004, p. 108), a “proximidade é um valor-notícia fundamental, sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais”. Isso equivale a dizer que um acontecimento, fato ou evento terá relevância para publicação caso esteja o mais próximo possível. Seguem demonstrações sobre a proximidade como critério de noticiabilidade:

ABC Color de 30 de julho de 2017¹⁵⁵

¹⁵⁰ Número 20.130, anexo 2.

¹⁵¹ Número 30.005, anexo 3.

¹⁵² Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/de-vargas-habla-de-una-contraofensiva-1328282.html>

¹⁵³ Número 76.953, anexo 2.

¹⁵⁴ Número 30.664, anexo 3.

Crescimento de quadrilhas de drogas na tríplice fronteira preocupa
O crescimento das quadrilhas armadas e canais de trânsito de drogas pela tríplice fronteira (Paraguai, Argentina e Brasil) é uma preocupação das forças de segurança do continente. Em Assunção, as estratégias foram analisadas (...).

Correio do Estado de 19 de janeiro de 2017¹⁵⁶
Ministro da Defesa estará em Dourados
O ministro da Defesa, Raul Jungmann, visita hoje, às 15h (...).

O Globo de 22 de julho de 2017¹⁵⁷
Facções criminosas já controlam UPAs no Rio
O tráfico já dita as ordens em unidades de pronto-atendimento do Rio. Em Costa Barros, só podem ser atendidos pacientes da favela da pedreira (...).

Diário de Notícias de 18 de janeiro de 2015¹⁵⁸
Mais de mil portugueses presos no estrangeiro por tráfico de droga
Já houve portugueses executados em países que punem com a morte o tráfico (...).

Tal como descreve Traquina (2004, p.108), “a relevância responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm impacto sobre a vida das pessoas”. Entre os achados que apontam a relevância como critério de noticiabilidade são destacados os seguintes:

ABC Color de 19 de julho de 2015¹⁵⁹
Reclamação unânime contra insegurança e narcopolítica
O assassinato dos cinco policiais em menos de sete dias nas áreas de Pacola e Yaguareté Forest, departamento de San Pedro, acionou novamente o alarme dos produtores e a questão da insegurança foi o nervo dos discursos de ontem. Anel central

Correio do Estado 1.º de abril de 2015¹⁶⁰
CCJ da Câmara aprova proposta que reduz maioria penal
A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos.

O Globo de 2 de julho de 2015¹⁶¹
Manobra de Cunha pode parar no Supremo
Depois de rejeitar, Câmara volta a discutir redução da maioria penal

¹⁵⁵ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/preocupa-crecimiento-de-bandas-de-droga-y-armas-en-la-triple-frontera-1617766.html>

¹⁵⁶ Número 20.132, anexo 2.

¹⁵⁷ Número 30.666, anexo 3.

¹⁵⁸ Cf.: <https://www.dn.pt/portugal/mais-de-mil-portugueses-presos-no-estrangeiro-por-trafico-de-droga-4348065.html>

¹⁵⁹ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/unanime-reclamo-contr-la-inseguridad-y-narcopolitica-1389243.html>

¹⁶⁰ Número 19.477, consultar anexo 2.

¹⁶¹ Número 29.914, consultar anexo 3.

Diário de Notícias de 26 outubro 2017¹⁶²

Políticas de droga de Portugal e outros seis países vão ser avaliadas

As políticas públicas de droga nos últimos 20 anos em sete países e os efeitos dessa legislação no terreno. Esse é o objetivo de um estudo europeu que se vai focar em Portugal, França, Itália, Holanda, Inglaterra Canadá e Austrália, sete países que vão ser avaliados a nível da legislação e da sua aplicação prática, num projeto desenvolvido pela Business School da Universidade Católica do Porto (...).

A novidade também é um importante critério de noticiabilidade, como explica Traquina (2004, p.108) porque o novo é essencial para o cidadão.

ABC Color de 15 de outubro de 2017¹⁶³

Narcopolítica cresce no país, alerta Fidel Zavala

O empresário e candidato a senador do Partido da Pátria Caro Fidel Zavala alertou que a maioria dos atos criminosos em nosso país está de alguma forma relacionada à narcopolítica.

Correio do Estado de 10 de abril de 2015¹⁶⁴

Mulher de 72 anos comandava ponto de venda de droga

Apelidada no meio policial como “Vovó do tráfico”, a aposentada Nadir Benites Ferreira, 72 anos, foi presa em flagrante, anteontem, comercializando maconha na casa onde mora, na Rua Visconde de Suassuna, no Jardim Tijuca, em Campo Grande.

O Globo de 18 de janeiro de 2017¹⁶⁵

Forças armadas serão usadas em presídios

Com mais de 130 mortos em guerra de facções nos presídios só este ano (...).

Diário de Notícias de 23 de outubro de 2017¹⁶⁶

75% dos consumidores de drogas mudaram os comportamentos

Estudo sobre comissões de dissuasão, em debate na Lisbon Addictions, mostra como muitos reduziram ou deixaram os consumos (...).

O tempo, explica Traquina (2004, p. 110) é o cabide que justifica falar sobre determinado assunto. Seguem achados no estudo e que revelam a preocupação com o fato tempo como critério de noticiabilidade:

¹⁶² Cf.: <https://www.dn.pt/sociedade/politicas-de-droga-de-portugal-e-outros-seis-paises-vaio-ser-avaliadas-8872367.html>.

¹⁶³ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/la-narcopolitica-crece-en-el-pais-advierte-fidel-zavala-1640751.html>

¹⁶⁴ Número 19.486, consultar o anexo 2.

¹⁶⁵ Número 30.490, consultar o anexo 3.

¹⁶⁶ Cf.: <https://www.dn.pt/sociedade/75-dos-consumidores-de-drogas-mudaram-os-comportamentos-8864810.html>

ABC Color de 16 de outubro de 2017¹⁶⁷

Passam-se três anos sem notícias de Edelio

Os pais do agente da polícia Edelio Morínigo se estabeleceram em frente à sede da Promotoria de Horqueta para exigir uma conversa com o promotor Joel Cazal. Eles afirmam que este 21 de outubro marca três anos do último teste da vida de seu filho.

Correio do Estado de 19 de janeiro de 2017¹⁶⁸

Militares iniciarão revistas em presídios em dez dias

Militares das Forças Armadas vão realizar inspeções nos presídios do Estado para evitar rebeliões. A ação deve começar em 10 dias. O procedimento tornou-se possível com a assinatura, ontem, do termo de cooperação com o governo federal, que teve a adesão de estados das regiões Norte e Centro-Oeste (...).

O Globo de 15 de janeiro de 2017¹⁶⁹

Homicídios crescem em 20 estados em 10 anos

A taxa de homicídios por 100 mil habitantes subiu em 20 estados entre 2005 e 2015 (...).

Diário de Notícias de 28 de janeiro de 2017¹⁷⁰

Salas de consumo. A solução "necessária" que em 16 anos de lei nunca avançou

Associações dizem-nas necessárias; vereador concorda mas diz que "ainda se está em fase de reflexão". É ano de eleições.

Tal como explica Traquina (2004, pp. 110-111), a notabilidade “é a qualidade de ser viável, de ser tangível”. E, pelo fator tempo, a cobertura está voltada para o acontecimento e não a problemática. O autor aponta três registros possíveis para a notabilidade, a quantidade pessoas envolvidas no evento, a inversão e a surpresa. As peças apresentadas a seguir indicam o uso do critério de notabilidade pelos jornais estudados¹⁷¹:

ABC Color de 13 de outubro de 2015¹⁷²

Família dedicada ao crime

Guerras contra famílias rivais, assassinatos, sequestros, desaparecimentos, mortes violentas, abusos (...).

Correio do Estado de 6 de outubro de 2017¹⁷³

Polícia desmonta tribunal que decidia execuções

Operação realizada ontem pela Polícia Civil de Três Lagoas desarticulou um tribunal do crime instituído pela facção do Primeiro Comando da Capital (...).

¹⁶⁷ Cf.: <https://www.abc.com.py/nacionales/piden-respuesta-al-fiscal-antisequestro-1641038.html>

¹⁶⁸ Número 20.132, consultar anexo 2.

¹⁶⁹ Número 30.477, consultar anexo 3.

¹⁷⁰ Cf.: <https://www.dn.pt/sociedade/a-solucao-necessaria-que-em-16-anos-de-lei-nunca-avancou-5633350.html>

¹⁷¹ Devido à quantidade de texto, o material completo onde poderá ser observado o uso das perguntas o que, como, quando, onde e porque nas peças selecionadas será colocado em anexo ou terão o link da fonte disponível em nota de rodapé.

¹⁷² Cf.: <https://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/familia-dedicada-al-crimen-1416563.html>

¹⁷³ Número 20.396, consultar anexo 2.

O Globo de 26 de abril de 2017¹⁷⁴

No Alemão, como na Síria

Em um conjunto de favelas que o governo do Rio chegou considerar pacificada (...).

Diário de Notícias de 5 de janeiro de 2015¹⁷⁵

Cinco pessoas por dia iniciaram tratamento contra a toxicodependência em 2013

Mais de cinco pessoas por dia iniciaram tratamento contra a toxicodependência em 2013, verificando-se uma tendência de aumento de pedidos de ajuda de pessoas cada vez mais jovens e por causa da cannabis, segundo um relatório hoje apresentado.

O conflito diz respeito à violência física, segundo Traquina (2004, p.112) e representa a ruptura da ordem social, a quebra da normalidade e a infração. Três jornais tiveram maior destaque na apresentação da violência como critério de noticiabilidade:

ABC Color de 16 de outubro de 2015¹⁷⁶

Áreas de violência e morte em Canindeyú

Há um ano, Pablo Medina e Antonia Almada passaram a fazer parte da longa fila e dos números frios de casos de mortes violentas na parte baixa do departamento de Canindeyú, onde o crime organizado prevalece com impunidade.

*Correio do Estado*¹⁷⁷ de 15 de abril

Usuário de drogas executado a tiros violência

O usuário de drogas Lyniker de Castro Figueiredo, 19 anos, foi perseguido e executado a tiros dentro da casa onde morava, na Rua Graúna, no Bairro Guanandi, na noite de anteontem (...).

O Globo de 1.º de abril de 2017¹⁷⁸

Violência tira vida de jovens e afeta educação

No dia seguinte à morte de uma estudante de 13 anos por quatro balas perdidas numa escola (...).

3.3.2 Cenários revelados na cobertura sobre o tráfico de drogas

Como já apontado, a análise à luz da teoria do enquadramento e dos critérios de noticiabilidade permitiu a observação de temas englobados no tema tráfico de drogas. A partir de agora, esses temas são denominados cenários, precisamente cenário segurança e cenário descriminalização das drogas. O primeiro cenário a ser tratado, será a segurança. Por ser a segurança um tema que desperta a ruptura da normalidade, havia a expectativa de grande quantidade de peças nos jornais da América do Sul. O *Diário de Notícias* também

¹⁷⁴ Número 30.578, consultar o anexo 3.

¹⁷⁵ Cf.: <https://www.dn.pt/portugal/cinco-pessoas-por-dia-iniciaram-tratamento-contr-a-toxicodependencia-em-2013-4327686.html>

¹⁷⁶ Cf.: <https://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/zona-de-violencia-y-terror-1417800.html>

¹⁷⁷ Número 19.491, consultar anexo 2.

¹⁷⁸ Número 30.553, consultar anexo 3.

noticiou em menor medida o assunto, que ficou categorizado em um macro cenário (Cf.: tabela 2). A evidência de ruptura da normalidade é comprovada pela identificação de maior número de notícias, em detrimento de outros gêneros jornalísticos. Isso equivale a dizer que as notícias relacionadas ao cenário segurança estão na esfera factual da rotina jornalística e, mesmo havendo o uso de outros recursos que vão além da notícia, foi este o gênero escolhido para demonstrar o leitor a realidade sobre o tráfico de drogas.

Embora a coleta de peças revele ampla cobertura pelos diários estudados, o uso de infográficos foi poucas vezes integrado ao planejamento editorial nas matérias relativas ao cenário segurança. O maior utilizador desse recurso o jornal *O Globo*. Mesmo dentro desse periódico e fazendo uma comparação apenas entre a quantidade de reportagens e notícias, os gêneros jornalísticos de opinião não foram explorados em grande medida.

Tabela 2. Gêneros jornalísticos identificados na cobertura observada no cenário segurança

	Notícia (N.º - %)	Reportagem (N.º - %)	Artigo (N.º - %)	Editorial (N.º - %)	Cartas (N.º - %)	Infográfico (N.º - %)	Total
<i>ABC Color</i>	584 (97%)	4 (1%)	2 (0%)	5 (1%)	0 (%)	4 (1%)	595
<i>Correio do Estado</i>	672 (96%)	3 (0,5%)	12 (2%)	6 (1%)	0 (0%)	2 (0,5%)	693
<i>O Globo</i>	660 (65%)	38 (4%)	79 (8%)	64 (6%)	132 (34%)	42 (4%)	1.015
<i>Diário de Notícias</i>	3 (50%)	2 (33%)	1 (17%)	X	X	X	6

Fonte: elaboração própria.

A tabela 3 demonstra que os jornais pesquisados concederam tratamento totalmente diferente à cobertura fotojornalística do tráfico de drogas, mas não deixaram de priorizar o recurso como forma de destacar o acompanhamento do tema. Enquanto a maioria da produção de *O Globo* e do *Diário de Notícias* é própria, o *Correio do Estado* utilizou o recurso mais como forma de preencher o espaço editorial, abusando de imagens com o cré-

dito divulgação ou reprodução sem conceder ao leitor a possibilidade de conhecer o autor das fotografias utilizadas. O *ABC Color* deu ênfase às fotos de arquivo, ainda que este dado não esteja inscrito na maioria das imagens, é possível perceber que foram produzidas sob a responsabilidade do periódico porque o crédito é sempre inscrito à primeira utilização.

Tabela 3. Origem das fotografias jornalísticas no cenário segurança.

	<i>ABC COLOR</i>	<i>Correio do Estado</i>	<i>O Globo</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Assinada (N.º - %)	130 (48%)	36 (11%)	187 (59%)	5 (71%)
Não assinada/mas própria (N.º - %)	74 (27%)	12 (4%)	23 (7%)	0
Arquivo/assinado (N.º - %)	36 (13%)	5 (2%)	28 (9%)	0
Divulgação (N.º - %)	6 (2%)	125 (39%)	14 (4%)	0
Reprodução/assinada (N.º - %)	-	74 (23%)	8 (3%)	0
Reprodução/não assinada (N.º - %)	27 (10%)	65 (20%)	27 (9%)	0
Agência (N.º - %)	-	6 (2)	30 (9%)	2 (29%)
Total	273	323	317	7

Fonte: elaboração própria.

Em análise ao comportamento editorial tanto do *ABC Color*, como do *Correio do Estado*, há a atenção às questões deontológicas relativas ao uso de imagem, como explica Sousa (2002b), não podem ser desconsideradas porque o direito do autor é imperativo.

Tabela 4. Conteúdo da cobertura fotojornalística observada no cenário tráfico de drogas.

	Ação da polícia	Ação do Estado	Autoridades	Violência	Consumo assistido	População	Sem nexos
<i>ABC Color</i>	126 (49%)	36 (14%)	47 (18%)	32 (13)	-	11 (4%)	0
<i>Correio do Estado</i>	215	35	24	15	-	34	27
<i>O Globo</i>	117 (37%)	79 (25%)	35 (11%)	35 (11%)	-	45 (14%)	6 (2%)
<i>Diário de Notícias</i>	3 (57%)	-	-	X	4 (43%)	x	-

Fonte: elaboração própria.

A partir da tabela 4 já é possível concluir que fotos de ações oficiais, seja a polícia ou o estado ganharam as páginas dos jornais sul-americanos analisados. Mesmo com esse dado, foi possível perceber que as imagens escolhidas para compor o material do *ABC Color* e *O Globo* usaram da rotina de mostrar a comunidade nas imagens, ainda que em cenas de violência. Já o *Correio do Estado* franqueou o espaço editorial à divulgação de imagens de ações diversas de eventos policiais. Foi percebida preocupação editorial do *Diário de Notícias* em utilizar de fotos que demonstrassem pacientes acompanhados pelo programa assistido de consumo, ainda que também, mesmo diante da pequena quantidade de peças encontradas, houvesse destaque para imagens de ações dos oficiais e autoridades.

Nota-se que para os diários pesquisados, a segurança está associada a ações policiais ou declarações de autoridades. Todos os jornais tiveram o mesmo padrão, provando que na pauta fotográfica, vale mais demonstrar a ação que a prevenção, quando o assunto é segurança pública nos diversos temas que compõem este cenário.

Tabela 5. Destaque editorial observado no cenário segurança.

	Manchete com foto	Manchete sem foto	Chamada de capa com foto	Chamada de capa sem foto	Texto com foto	Texto sem foto
<i>ABC Color</i>	27	12	38	67	414	179
<i>Correio do Estado</i>					230	340
<i>O Globo</i>	34	29	47	33	351	210
<i>Diário de Notícias</i>	1	0	0	0	4	3

Fonte: elaboração própria.

O tema tráfico de drogas foi valorizado e publicado com destaque por todos os periódicos sul-americanos, como era possível prever pela quantidade de peças encontradas e, ainda, pelas condições já assinaladas da realidade social da região (Cf.: tabela 5). Quando noticiado em Portugal, em uma faceta de realidade alternativa no que tange à legislação, o tema também foi valorizado, o que demonstra a importância editorial da questão e a abrangência, sempre destacados na rotina jornalística.

Por ter um caráter de rompimento da normalidade há a tendência de a cobertura sobre a segurança relacionada ao tráfico de drogas ser orientada para o acontecimento, como explicado na teoria jornalística e as consequências são de pequeno número de notícias investigativas (Traquina, 2014, p.132-144). Esse pormenor interfere na proeminência da cobertura e utilização do espaço editorial sobre o que vai ganhar destaque nas manchetes, chamadas, matérias com ou sem foto. Assim, observa-se que o assunto segurança ganhou destaque nos diários observados (C.f: tabela 6).

A tabela 6 demonstra, ainda, que as fontes oficiais foram o principal recurso para conseguir a informação divulgada pelos quatro diários analisados. Como o assunto indica, houve maior procura à informação fornecida pelas diversas divisões de polícias, que tanto no Brasil, como no Paraguai, apresentam o documento denominado boletim de ocorrência, onde são registradas toda natureza de contravenções à lei. Também teve força como recurso, a Polícia Militar e a Polícia Nacional, o que demonstra que são essas as duas forças onde há o primeiro contato do jornalista desses dois países.

Tabela 6. Tipos de fontes identificadas no cenário segurança.

	<i>ABC Color</i>	<i>Correio do Estado</i>	<i>O Globo</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Documento/ registro de ocorrência	43	140	93	0
Polícia Civil	0	43	51	0
Polícia Militar	0	72	46	0
Polícia Nacional	72	4	2	0
Polícia Rodoviária	0	68	3	0
Polícia Federal	0	25	18	0
Polícia Judiciária	0	0	0	2
Ministério Público	103	23	21	0
Judiciário	46	19	17	0
Legislativo	26	8	2	0
Executivo	41	98	165	0
Pesquisadores/ Ongs	0	4	52	0
Instituto de Toxi- dependência	0	0	0	3
Comunidades/ Representantes	0	3	13	7
Outros	14	7	86	0
Famílias	8	2	48	
Não especificada	9	25	55	0

Fonte: elaboração própria.

Embora como previsto pela literatura (Santos, 1997; Sousa, 2003; Traquina, 2002; 2004) a predominância das fontes oficiais, foi percebida que as comunidades ou pessoas envolvidas nos eventos não têm representatividade nos diários analisados. A baixa densidade da procura por outros informantes, como pesquisadores ou organizações não-governamentais pode ser um indicativo de resistência ou dificuldade na ação jornalística para abordar o tema tráfico de drogas. Também chama a atenção o fato de o *Correio do Estado* e *O Globo*, principalmente, não creditarem grande parte as informações publicadas, considerando que o crédito ou o anúncio de que a informação foi obtida de forma anônima é um dos preceitos do jornalismo.

Fica comprovado que a rotina produtiva dos diários pesquisados prioriza fontes burocráticas e também pouco varia a outras formas de informação, como a comunidade envolvida no tema e mesmo pesquisadores e outros profissionais que podem tratar da segurança pública na perspectiva multidisciplinar. Em um tema amplo, como o apresentado, é sugerido que jornalistas tentem e empresas permitam a ampliação do leque de fontes e o alargamento dos critérios de noticiabilidade (Sousa, 1998) como forma de garantia do exercício da informação democrática.

Tabela 7. Critérios de noticiabilidade encontrados na cobertura sobre o tráfico de drogas.

	<i>ABC Color</i> Menonitas submetidos ao EPP	<i>Correio do Estado</i> Gaeco e PM fecham cerco contra lideranças do PCC em presídio	<i>O Globo</i> Descaso e massacre	<i>Diário de Notícias</i> PJ apreende mais de uma tonelada de cocaína num navio
Tempo	X	-	-	-
Relevância	X	X	x	X
Notoriedade	X	X	X	
Novidade	X	X	X	X
Proximidade	X	-	X	X
Violência	X	X	X	-
Morte	X	-	X	-

Fonte: elaboração própria.

O cenário segurança que apresentou variação de temas, como pode ser verificado na tabela 7. É possível notar que a diversidade de cenários foi revelada nos diários analisados na América do Sul e indicam, majoritariamente, manifestações de violência. Mesmo os cenários que tratam de prevenção, como o trabalho das Unidades de Polícia Pacificadora e a intervenção militar federal na cidade do Rio de Janeiro, revelam a maneira como foram demonstradas as ações que envolvem a violência, nesses dois casos, a prevenção ou combate a ela.

Tabela 8. Cenários observados a partir do cenário principal segurança

Cenário	Fatos observados	<i>ABC Color</i>	<i>Correio do Estado</i>	<i>O Globo</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Corrupção	Milícias, corrupção policial	Vargas fala de contraofensiva ¹⁷⁹	—	Munição roubada na Guanabara ¹⁸⁰	—
Encarceramento	Sistema penitenciário, maioridade penal	Presos procuram recuperar vidas perdidas para as drogas ¹⁸¹	Polícia desmonta tribunal que decidia execuções ¹⁸²	Maioridade penal acirra debate entre ativistas no Congresso ¹⁸³	—
Política de Segurança pública	UPPs, intervenção federal, mudanças na legislação	-	Fronteiras abertas	Beltrame: ninguém fala sobre a morte de policiais	—
Interferência na comunidade	Tiroteios, encerramento de serviços, balas perdidas, mortes de policiais	Guerra da máfia em Assunção ¹⁸⁴	MS livre para o tráfico ¹⁸⁵	Guerra na Rocinha tem mais mortes e escolas fechadas ¹⁸⁶	—
Apreensões	Vigilância em rodovias e regiões metro-	Diretor mantém no cargo médico preso por micro-	Traficante abandona carga de 1,5	-	Fuzileiros tomam navio com mais de

¹⁷⁹ Cf.: <https://web.archive.org/web/20150125021148/http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/de-vargas-habla-de-una-contraofensiva-1328282.html>

¹⁸⁰ *O Globo* edição número 30.027.

¹⁸¹ Cf.: <https://web.archive.org/web/20150705191050/http://www.abc.com.py/edicion-impres/judiciales-y-policiales/presos-de-remar-buscan-recuperar-vidas-perdidas-a-causa-de-las-drogas-1328245.html>

¹⁸² *Correio do Estado* número 20.367.

¹⁸³ *O Globo* edição número 29.833.

¹⁸⁴ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/suplementos/judicial/guerra-mafiosa-en-asuncion-1645031.html>

¹⁸⁵ *Correio do Estado* número 20.288.

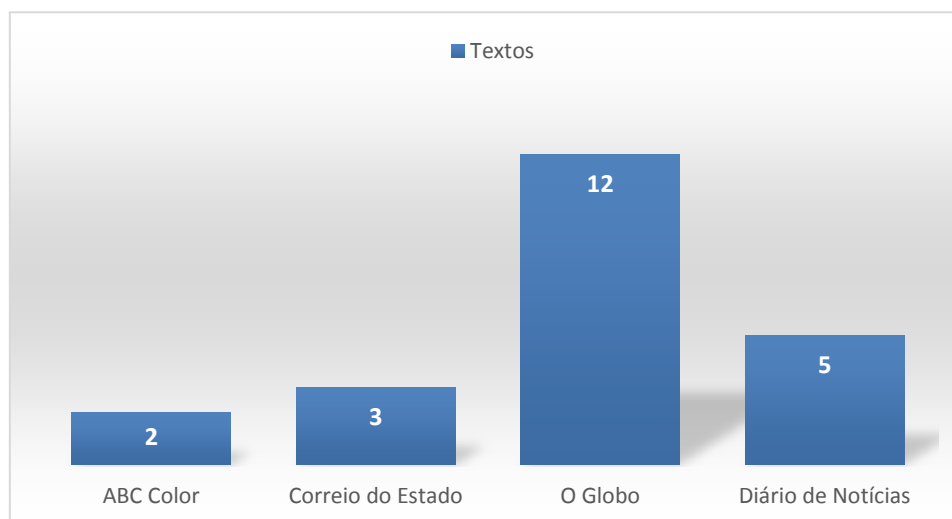
¹⁸⁶ *O Globo*: número 30.745.

	politanas	tráfico no Brasil ¹⁸⁷	tonelada de maconha ¹⁸⁸		uma tonelada de cocaína ¹⁸⁹
Liberdade de imprensa	Assassinato de jornalistas	Suprema Corte ordena prisão de Vilmar Acosta ¹⁹⁰	—	—	—
Guerrilha	Exército do Povo Paraguaio	Pais de Edelio sem resposta	—	—	—

Essa multiplicação de cenários, ou temáticas, representa a variação de um mesmo tema e o tratamento concedido por ele pelas autoridades, indica, ainda, a maneira como a mídia retrata as muitas faces de um mesmo assunto como se fosse único. Relatos relativos à violência ou qualquer fato transversal a ela são encontrados no periódico português no período escolhido para a observação que gerou o presente estudo.

O tema descriminalização, que será analisado abaixo, não apresentou variação de abordagens e foi agrupado em um cenário único.

Gráfico. 2 Total das matérias relacionadas ao cenário descriminalização das drogas.



Fonte: elaboração própria.

¹⁸⁷ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impresas/judiciales-y-policiales/director-mantiene-en-el-cargo-a-medico-apresado-en-el-brasil-por-microtráfico-1582988.html>

¹⁸⁸ *Correio do Estado* número 19.673

¹⁸⁹ Cf.: <https://www.dn.pt/sociedade/fuzileiros-tomam-navio-com-uma-tonelada-de-cocaína-8886580.html>

¹⁹⁰ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impresas/politica/tribunal-supremo-ordena-prision-de-vilmar-acosta-1343313.html>

É possível perceber que a descriminalização dos denominados estupefacientes ilícitos ainda não é alvo de ampla cobertura pelos diários sul-americanos presentes nesta pesquisa. Na proporção, o *Diário de Notícias* dedicou maior parte do material. A realidade de Portugal, já apresentada, está entre as explicações para a proporção da cobertura, mas pela quantidade de matérias colhidas nos jornais sul-americanos é possível dizer que o tema nessa região ainda não é prioridade editorial (Cf.: gráfico 2).

Tabela 9. Gêneros jornalísticos aplicados na cobertura do cenário descriminalização das de drogas.

	Notícia	Reportagem	Artigo	Editorial	Carta do Leitor	Infográfico	Total
<i>ABC Color</i>	2	X	X	X	x	x	2
<i>Correio do Estado</i>	3	X	X	X	x	x	3
<i>O Globo</i>	5	1	2	1	x	x	8
<i>Diário de Notícias</i>	2	2	1	X	x	x	5

Fonte: elaboração própria.

Diante da pouca produção relacionada ao tema na comparação da proporção de peças encontradas, era esperada a também pequena variedade de utilização dos gêneros jornalísticos no cenário descriminalização. Chama a atenção que mesmo um periódico de elevada agramência e circulação, que é *O Globo* tenha despejado pouco investimento na realização de reportagens relativas a descriminalização. A abordagem do *Diário de Notícias*, que, apesar da pequena quantidade de peças, indica não apenas a tendência de investimento em reportagens de fôlego, mas também a oportunidade editorial que o assunto oferece.

A cobertura dos jornais *ABC Color* e *Correio do Estado* demonstra a prioridade às notícias factuais, ausência ou deficiência de planejamento editorial. O fato de os gêneros opinativos não aparecerem praticamente no material levantado é mais um indicativo de que os diários reservam preocupação editorial para o episódio e desconsideram a utilização de outros recursos informativos e que podem ditar a agenda jornalística. Embora o tema tenha significativa abrangência, é a notícia dura a prioridade verificada nos diários pes-

quisados. O mesmo pode ser dito em relação ao material infográfico, cuja apresentação de dados é facilitada ao leitor, mas não concorre com a notícia em texto narrativo e corrido.

Tabela 10. Origem das fotografias jornalísticas na cobertura do cenário descriminalização das drogas.

	Assina- da	Não assina- da/mas própria	Arqui- vo/assassina	Arqui- vo não assina- da	Divulga- ção	Reprodu- ção	Agên- cia
<i>ABC Color</i>	-	-	-	-	-	1	-
<i>Correio do Estado</i>	-	-	-	-	-	-	-
<i>O Globo</i>	4	-	-	-	-	1	-
<i>Diário de Notícias</i>	8	-	-	-	-	-	4

Fonte: elaboração própria.

Também diante da pequena quantidade de peças encontradas, não houve surpresa com a quantidade, também pequena, de fotografias (Cf.: tabela 10). Os periódicos, contudo, investiram em coberturas fotográficas próprias, abrindo mão do uso de imagens aleatórias ou produzidas por agências, o que demonstra o interesse em, ainda que em menor número, apontar uma cobertura completa sobre o assunto.

Tabela. 11 Conteúdo da cobertura fotojornalística a descriminalização das drogas.

	Ação da polícia	Ação do Estado	Autoridades	Violência	Consumo assistido	População	Sem nexo
<i>ABC Color</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Correio do Estado</i>	0	0	0	0	0	0	0

<i>O Globo</i>	0	0	0	0	0	usou	0
<i>Diário de Notícias</i>	0	0	0	0	8	1	0

Fonte: elaboração própria.

Nesse cenário foi possível perceber a orientação da cobertura fotográfica para demonstrar outra face do consumo, que não o da violência, protagonista na maioria dos demais cenários. Os dois periódicos que divulgaram fotografias, investiram na produção de imagens que demonstravam a população ou o consumo assistido, apontando planejamento orientado para a cobertura.

Tabela 12. Destaque editorial concedido ao tema descriminalização das drogas.

	Manchete com foto	Manchete sem foto	Chamada de capa com foto	Chamada de capa sem foto	Texto com foto	Texto sem foto
<i>ABC Color</i>	0	0	0	0	0	2
<i>Correio do Estado</i>	0	0	0	1	1	0
<i>O Globo</i>	0	0	3	2	12	4
<i>Diário de Notícias</i>	0	2	0	0	3	2

Fonte: elaboração própria.

O destaque editorial observado no cenário descriminalização permite inferir, mais uma vez, que o cenário descriminalização teve cobertura orientada e planejada, como demonstrado na tabela 12. Havia expectativa de destaque no periódico português diante da realidade legal do consumo assistido e das medidas aplicadas para o controle, contudo o periódico *O Globo* também demonstrou priorizar dar destaque ao tema descriminalização, ainda que não o tenha feito na manchete¹⁹¹.

¹⁹¹ Em nenhum dos diários estudados foram encontrados infográficos relativos ao cenário descriminalização no período observado.

Tabela 13. Tipos de fontes usadas na cobertura sobre a descriminalização das drogas.

	<i>ABC Color</i>	<i>Correio do Estado</i>	<i>O Globo</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Documento/ registro de ocorrência	0	0	0	0
Polícia Civil	0	0	0	0
Polícia Militar	0	0	0	0
Polícia Nacional	0	0	0	0
Polícia Rodoviária	0	0	0	0
Polícia Federal	0	0	0	0
Ministério Público	0	0	0	0
Judiciário	0	0	0	0
Legislativo	0	0	0	0
Executivo	0	3	5	3
Pesquisadores/ Ongs	0	0	4	0
Comunidades/ Representantes	0	0	5	2
Profissionais de saúde	0	0	1	3
Instituto de Toxi- dependência	0	0	0	2
Outros	0	0	3	0
Não especificada	0	2	0	0

A prioridade às fontes oficiais como agente informante foi percebida em todas as peças coletadas na amostra. A tabela 13 demonstra, contudo, que os periódicos inseriram na cobertura os envolvidos na comunidade, pesquisadores e representantes de organizações não-governamentais para tratar do assunto. Esse é um indicativo importante e que demonstra democratização do acesso ao jornalismo, com acesso a grupos pouco explorados como fontes de informação e alargamento da participação cívica, como sugerido por Sousa (1998).

Tabela 14. Critérios de noticiabilidade observados na cobertura do cenário descriminalização.

	<i>ABC Color</i> Bolívia planeja exportar folha de coca para o Paraguai	<i>Correio do Estado</i> Anvisa aprova uso de canabidiol como medicamento	<i>O Globo</i> Uruguai: fila para comprar maconha	<i>Diário de Notícias</i> Salas de consumo assistido. A solução “necessária” que em 16 anos de lei nunca avançou
Tempo	-	-	-	X
Relevância	X	X	X	X
Notoriedade	-	X	-	X
Novidade	X	X	X	-
Proximidade	X	X	-	X

Pela tabela 14 é possível conhecer como foram observados e quais os critérios de noticiabilidade apareceram com frequência na cobertura sobre o cenário descriminalização. É possível aferir que mesmo passados 20 anos da vigência da lei da despenalização do consumo de estupefacientes em Portugal, o *Diário de Notícias* ainda aposta na cobertura do tema em observação à maioria dos critérios definidos como valor-notícia. A descriminalização ainda é abordada de forma rarefeita pelos diários latino-americanos e apenas no *O Globo* é revelada orientação para a cobertura.

3.4 Análise qualitativa

3.4.1. A cobertura do *ABC Color*

Três jornalistas foram assassinados no Paraguai em 2014¹⁹² (SPP, 2014; *ABC Color*, 2014). Entre os profissionais esteve Pablo Medina Velázquez, correspondente do *ABC*

¹⁹² Em 2014 também foram assassinados no Paraguai os jornalistas Edgar Fernández Fleitas e Fausto Gabriel Alcaráz. Carlos Manuel Artaza e Marcelino Vázquez foram mortos um ano antes, Salvador Medina (irmão de Pablo Medina) foi assassinado em 2001 e, além deles: Santiago Leguizamón (1991), Calixto Mendoza (1997), Benito Román Jara (2000), Yamila Cantero (2002), Samuel Román (2004), Ángela Acosta (2006), Alberto Tito Palma, (2007) Martín Ocampos (2009), Merardo Romero (2011), Carlos Manuel Artaza (2013) e Fausto Gabriel Alcaráz (2014). Todas as mortes estão relacionadas a coberturas sobre a ação de traficantes no Paraguai. Cf.: <http://www.pojaju.org.py/archivos/2873>

Color, no departamento de Canindeyú, assassinado em 16 de outubro de 2014, juntamente com Antonia Maribel Almada Chamorro, uma das assistentes da reportagem e que o acompanhava no momento em que foi abordado. Embora estivesse sob proteção policial, a escolta não estava presente quando a equipe foi atacada e atingida por disparos de pistola 9 milímetros (Periodistas, 2014). De acordo com as investigações, Acosta discordava das denúncias promovidas por Medina e era o prefeito da cidade de Ypejhú à época do crime.

Para as entidades representantes dos direitos de comunicadores do Paraguai e da comunidade internacional, o crime deveria ser utilizado como um ponto de viragem na questão da liberdade de imprensa na fronteira do país com o Brasil e na segurança para a cobertura sobre o tráfico de drogas (IFEX, 2014; SPP, 2014; UNESCO, 2015; *ABC Color*, 2015). Como resultado das incursões das entidades jornalísticas, os profissionais paraguaios passaram a contar a partir de 2017 com proteção policial¹⁹³. Vilmar Acosta foi sentenciado em 14 de dezembro de 2017 pela justiça paraguaia a 39 anos de prisão pelos assassinatos. O julgamento ocorreu após a extradição de Acosta, que havia fugido para o Brasil, mas foi extraditado em 2015 (Knight, 2017; IFJ, 2017; *ABC Color*, 2017).

O crime marcou as edições do *ABC Color* até a condenação de Vilmar Acosta, considerado pela justiça paraguaia o mentor intelectual do crime e cujas investigações apontaram o tráfico de drogas como motivação para silenciar o jornalista. No período compreendido pela pesquisa, as matérias demonstraram o acompanhamento da identificação, localização, prisão, extradição de Vilmar Acosta.

No dia 16 de abril de 2015, a edição trouxe seis matérias que explicavam o processo de extradição do ex-prefeito do Brasil para o Paraguai. No material é explicado de maneira didática o processo de extradição e como o governo paraguaio, por meio do embaixa-

¹⁹³ A resolução número 538 assinada em conjunto entre a Comissão Permanente de Regulamentos, o Sindicato dos Periodistas del Paraguay e o Foro de Periodistas Paraguayos. O documento representa segurança em casos de ameaças a jornalistas e proprietários de veículos de comunicação nos casos de ameaça em coberturas relacionadas ao crime organizado, ao narcotráfico, à corrupção e ao contrabando. Esse mecanismo só pode ser acionado em casos de concreta ameaça e não serve como base preventiva para investigações nos casos relacionados ao cerceamento do exercício do jornalismo. Cf.: <http://www.policianacional.gov.py/copeler/wp-content/uploads/sites/9/2017/09/RESOLUCION-N-538-POR-LA-QUE-SE-APRUEBA-EL-PROTOCOLO-DE-SEGURIDAD-PARA-PERIODISTAS-EN-SITUACION-DE-ALTO-RIESGO.pdf>

dor¹⁹⁴ no Brasil auxiliou os trabalhos do Ministério Público. Pelo material, o leitor é informado do prazo de 40 dias de tramitação diplomática em Brasília (DF).

O Ministério das Relações Exteriores enviou na sexta-feira de manhã ao Supremo Tribunal a nota em que o governo brasileiro, através do Itamaraty, informou sobre a prisão de "Neneco" Acosta, para fins de extradição, confirmou o ministro das Relações Exteriores Eladio Loizaga. Ele explicou que os documentos serão enviados ao Tribunal correspondente, que deverá preparar toda a documentação necessária, traduzi-lo para o português e enviá-lo de volta ao Ministério das Relações Exteriores para enviá-lo ao Brasil, por via diplomática (*ABC Color*, 2015).

No periódico é mantido o didatismo, ao explicar as diferenças entre extradição e deportação e a expectativa de que o governo brasileiro honrasse acordos de reciprocidade baseados em direito internacional e do Mercosul e utiliza exemplos de colaboração com o vizinho¹⁹⁵. Ao leitor é levado o conhecimento sobre o processo, as leis que o regem¹⁹⁶ e, até a necessidade de tradução para o português do pedido realizado pelo Ministério Público Paraguaio. O cuidado com o material demonstra o envolvimento com o caso e as demais matérias de apoio indicam que o evento teve impacto sobre a cobertura do periódico. Nessa linha, o jornal indica que o crime completa oito meses e indica quais matérias teriam motivado o descontentamento de Acosta e a perseguição e morte do jornalista Pablo Medina.

Em matéria com o título “As publicações de Pablo sobre tráfico e homicídios o levaram à morte”. Para embasar o material, o periódico utiliza dados do pedido de extradição, onde são detalhados os passos do jornalista até o departamento de Colonia Crescencio González, no departamento de Canindeyú, onde ocorreu o crime. O didatismo acaba nesse ponto. Ao comentar a forma de trabalho do correspondente, o *ABC Color* utiliza termos como “bando de assassinos” e “alma de gangster” para referir-se ao ex-prefeito e aos demais envolvidos no crime.

Pablo Medina, correspondente da *ABC Color* em Curuguaty, denunciava há muito tempo pelas publicações as aventuras de Vilmar Acosta, que - protegido por patrocinadores políticos - fazia o que queria na região. No entanto, as publicações começaram a mostrar ao político, que se deixou conquistar por sua alma gangster e ordenou a eliminação do jornalista, para cumprir a famosa frase: "Morte, cachorro, a raiva acabou". Mas como ele estava errado, já que o crime de Pablo foi o artigo não escrito que revelou quem era "Neneco". Acosta Marques teve que fugir com seu bando

¹⁹⁴ O embaixador que tratou do caso foi Manuel María Cáceres.

¹⁹⁵ O governo paraguaio expulsou o médico brasileiro Roger Abdelmassih, que respondeu por abuso sexual.

¹⁹⁶ Pela legislação brasileira, a deportação é regulamentada por meio dos artigos 57 e 64 do Estatuto do Estrangeiro no âmbito da Lei número 6.815, de 1980.

de assassinos composto por seus parentes mais próximos e começar uma história sem retorno. Foi o político influente que fez o que queria. Desde 16 de outubro, o ex-prefeito de Ypejhu se tornou outro fugitivo da justiça (*ABC Color*, 2015).

A linha do jornal *ABC Color* é detalhada, contudo, no editorial do dia 16 de outubro de 2015, data que marca os cinco meses do evento da morte de Pablo Medina e da assistente Antonia Almada. No texto, o editorialista fortalece a tese de que a morte ocorreu por ordem do ex-prefeito, que estaria envolvido e líder de uma rede de cultivo de maconha na região de fronteira do Paraguai com o Brasil. Conforme o texto, ainda que estivesse naquela data preso no Brasil¹⁹⁷, o ex-prefeito mantinha o controle sobre o cultivo de maconha e a produção, em laboratórios na região. Ainda segundo o texto, a estrutura é mantida e fortalecida por políticos paraguaios à véspera da disputa eleitoral. Pelo editorial são revelados os caminhos percorridos pelo tráfico de drogas no Paraguai e quais os destinos na estrutura de governo.

Hoje marca o ano do assassinato de nosso correspondente em Curuguaty, Pablo Medina, e de sua companheira, Antonia Almada, nas mãos de pistoleiros ligados ao clã político Acosta Marques, que lida com o tráfico de drogas negociado na área de fronteira com o Brasil. Neste primeiro aniversário, estamos diante de uma imagem sombria: embora o suposto autor intelectual do crime, Vilmar "Neneco" Acosta Marques, esteja detido no Brasil e na extradição, a estrutura política que prevalece na área de cultivo de maconha e de laboratórios de outras drogas mais pesadas permanece intacto e com vários de seus membros cada vez mais fortes na política ou concorrendo para a próxima eleição (*ABC Color*, 2015).

Por Acosta ser um prefeito e considerando os crimes ocorridos no Paraguai e ligados ao tráfico de drogas, o editorialista do *ABC Color* cobra ação diante do que classifica como indiferença das autoridades e do governo. Nessa edição, além de cobranças, são detalhados os nomes de integrantes do parlamento paraguaio que tiveram campanhas financiadas por traficantes. O jornal liga o tráfico também à estrutura do Ministério Público e a à Justiça, o que resultaria em elevado grau de insegurança e injustiça ao estado paraguaio.

O assassinato de Pablo Medina e Antonia Almada teve o efeito de despertar em nossa sociedade a consciência geral da magnitude que esse tipo de crime organizado alcançara e da impunidade com que agia. O protesto público e o escândalo manifestado por toda a mídia instalaram a questão e a introduziram nas esferas políticas, normalmente impermeáveis a esse tipo de preocupação. Alguns legisladores denunciaram que certas campanhas eleitorais foram financiadas com dinheiro da droga e vários senadores e deputados, bem como certas autoridades municipais, foram designados como pessoas associadas a traficantes de drogas. Em novembro do ano passado, um relatório apresentado pela Comissão de Combate ao Tráfico de Drogas, do Senado, identificou com nomes e sobrenomes vários legisladores (...). Obviamente, devido à gravidade da denúncia, o caso provocou indignação geral e uma equipe de promotores foi nomeada para a investigação. E, como sempre acontece, outros atos graves de corrupção enterraram os indiciados no esquecimento, que apa-

¹⁹⁷ Vilmar Acosta fugiu para o Brasil na ocasião do crime, foi preso no Brasil, em Mato Grosso do Sul e mantido sob custódia na cidade de Campo Grande até a data da extradição para o Paraguai.

rentemente foram um anel para os promotores, porque, quase um ano após esse fato, eles não apresentaram absolutamente nenhum relatório (*ABC Color*, 2015).

Para o editorialista, há envolvimento de uma legenda, em específico, o Partido Colorado¹⁹⁸, nas ações que legitimam o tráfico de drogas. Essa opinião expõe, além dos tentáculos do tráfico, os embates entre o *ABC Color* e a legenda.

Por seu lado, o Partido do Colorado, que é o com mais autoridades municipais e candidatos a governos locais com antecedentes ou queixas de pertencer a organizações criminosas, não fez nada além de declarações retóricas; não aplicou nenhuma sanção regulatória a ninguém. Eles dirão que "não têm provas", é claro; mas eles nem tentam. Pelo menos por mera suspeita, seria assumido que o tribunal de comportamento partidário deveria agir e exigir que seus membros do sindicato pedissem inatividade, silêncio e discrição do partido, até que seus casos fossem esclarecidos. Isso é o que toda parte séria faria, em que o cuidado com a imagem ética é uma prioridade. Longe disso, os candidatos de Colorado, suspeitos de serem ilícitos, que estão concorrendo a cargos eletivos, ou que já estão neles, se movem livremente dentro de seu partido, seu movimento, seu corte, sem diminuir seu perfil em um milímetro, e antes, querendo fazer com que todos vejam que são essenciais para pagar pelas campanhas eleitorais de seu partido e que, graças ao seu poder econômico, garantem o triunfo eleitoral e impunidade por suas ações (*ABC Color*, 2015).

Como forma de reafirmar a contrariedade ao partido, o editorialista também cobra posicionamentos do presidente Horácio Cartes. Embora não o acuse de maneira frontal de envolvimento com o tráfico de drogas, revela que o mandatário é visto na companhia de traficantes sem qualquer tipo de preocupação com a própria imagem ou a do Partido Colorado.

Mesmo o Presidente Cartes não parece ser afetado pelo notório crescimento dos “padrões do mal” que aparecem nos departamentos de Concepción, Amambay e Canindeyú. Longe de se preocupar com o fato de sua figura pública ser afetada por más companhias, ele é visto compartilhando reuniões políticas e sociais com pessoas marcadas por seus próprios vizinhos e vizinhos como traficantes de drogas ou membros de feixes relacionados a esse tipo de ilícito ou outros. Embora essas alusões e acusações não sejam formalmente demonstradas, a única suspeita deve ser suficiente para que o Presidente da República evite ser visto com essas pessoas. Mas Cartes não tem nenhum problema, como seu partido, ele não tem medo de que nada disso afete sua reputação. (*ABC Color*, 2015).

Nas ligações expostas e pela análise dos 12 meses que marcaram a morte do companheiro jornalista, o *ABC Color* aponta que o quadro político paraguaio já representa uma ameaça à democracia e adapta a junção do termo com a palavra narcotráfico, fazendo surgir a “narcodemocracia”.

Enquanto isso, a sociedade está se tornando mais bem informada, se interessando e se conscientizando da seriedade do progresso das organizações ligadas ao narcotráfico, de seu crescente poder econômico, de sua clara e profunda penetração na esfera política e do iminente perigo que paira sobre o sistema democrático como um todo. Ninguém em sã consciência gostaria de ser governa-

¹⁹⁸ Partido nacionalista fundado em 1887 e que apoiou a ditadura de Alfredo Stroessner.

do por líderes ou funcionários mantidos com o poder de organizações criminosas, quaisquer que fossem. Ninguém gostaria de permitir a formação de uma "narcodemocracia", na qual partidos e candidatos financiados por esses criminosos tinham chances muito melhores de ganhar eleições e cargos públicos do que pessoas honestas (*ABC Color*, 2015).

Após a condenação de Vilmar Acosta, o veículo é peremptório ao apontar a ameaça democrática a partir das ligações entre o crime e o presidente da República. O editorial publicado no dia 22 de dezembro 2017¹⁹⁹ enfatiza comemorações em relação à pena aplicada ao ex-prefeito e a classifica como “excelente em mais de uma maneira”. Conforme o texto, a ex-vice-prefeita, Cristina Villalba, era amiga do presidente à época do crime e o privilégio resultaria em sensação de impunidade.

A decisão que condenou 39 anos de prisão ao autor intelectual da morte de nosso correspondente Pablo Medina e à de sua companheira Antonia Almada, proferida pelo Tribunal de Justiça que compõe Ramón Trinidad Zelaya, Janine Ríos e Benito González, pode muito bem ser descrita como excelente em mais de uma maneira. O narcotraficante Vilmar Acosta Marques era prefeito de Ypejhú, próximo à vice Cristina Villalba, amiga do presidente da República, que atuava como senhor de vidas e fazendas. Ele acreditava que seu poder econômico e pertencer à classe política dominante garantiria a impunidade por duplo assassinato. Obviamente, é muito desejável que a sentença que aplaudimos estabeleça um precedente que leve agentes fiscais e juízes a processar e punir bandidos ligados ao poder político, mas é preciso enfatizar que é necessário um saneamento completo dos órgãos que fazem parte dele, e que isso requer uma ampla mobilização cidadã. Vilmar Acosta Marques não é o único expoente da narcopolítica (*ABC Color*, 2017).

O posicionamento do jornal foi de a condenação representar “triunfo contra a impunidade” diante de “criminosos instalados no aparato de poder estatal” (*ABC Color*, 2017). O periódico destaca a utilização pelo ex-prefeito de uma rede calcificada de narcotraficantes nas estruturas de poder do Paraguai, mas a sentença, de alguma forma, abalou a institucionalização da rede.

¹⁹⁹ Esse exemplo é utilizado aqui como citação para enfatizar o posicionamento do jornal em relação ao caso, considerando o fato de a condenação ter ocorrido fora do período escolhido para análise.

Figura 3. Imagem utilizada pelo jornal do ABC Color para retratar envolvido na morte de jornalista.



Crédito: ABC Color – 16 de abril de 2015

Figura 4. Imagem publicada pelo jornal do ABC Color para protesto em investigação sobre morte de jornalista



Vista de la protesta de hoy frente a la Embajada del Brasil / Marta Escurrea, ABC Color

Crédito: ABC Color – 16 de abril de 2015

Duas fotografias utilizadas nas matérias do dia 16 de abril de 2015 foram separadas para análise. A primeira, à esquerda, demonstra ação da polícia, que transporta o ainda acusado Vilmar Acosta, algemado. É uma demonstração de trabalho efetivo para solucionar e dar respostas sobre o caso, algemado, o ex-prefeito não ofereceria fisicamente perigo.

Essa foto não é assinada, o que demonstra ter sido utilizada em outra situação e sinaliza apenas a ilustração sobre o tema. A segunda foto foi produzida para o material e revela a indignação de familiares e amigos em relação ao crime.

Figura 5. Infográfico utilizado pelo jornal do ABC Color para apontar os envolvidos no assassinato de jornalista.



Crédito: ABC Color – 16 de abril de 2015

O infográfico (figura 5) utilizado para explicar o andamento do caso Pablo Medida utiliza uma linguagem dura. Sob o título: “esperando justiça para Pablo”, o recurso usa uma imagem recordada do acusado pelo crime, a vítima e os demais envolvidos. A imagem do ex-prefeito está recortada e circundada de amarelo, como forma de destaque. Também foi escolhida uma imagem do ex-prefeito já detido e não na condição de alcaide, demonstrando o objetivo de colocá-lo como alguém que responde por assassinato. Já as demais imagens, da vítima e envolvidos, demonstram apenas o rosto dos envolvidos e suas respectivas participações no evento.

Corrupção, o narcoestado, a narcopolítica, os narcojuízes e os narcopoliciais

O ano de 2017 foi marcado pela mudança no controle estatal sobre a origem do dinheiro para o financiamento de campanhas²⁰⁰ às eleições paraguaias. As discussões começaram em abril daquele ano, quando a Câmara dos Deputados recebeu o projeto com objetivo de aumentar o controle estatal sobre as doações e proibia doações aos candidatos. No cerne do projeto estavam as tentativas de impedir a lavagem de dinheiro do narcotráfico e o aumento do controle de políticos ligados ao crime organizado na estrutura de estado. Vetar a influência de grupos brasileiros, como o Primeiro Comando da Capital só seria possível com a aprovação do projeto da maneira como foi levado à Câmara dos Deputados, na avaliação do *ABC Color* (*ABC Color*, 2017).

Detalhes sobre a tramitação da Lei do Financiamento Político do Paraguai foram levadas ao leitor no dia 28 de abril de 2017, quando o *ABC Color* publicou material para explicar a atuação da consultoria colombiana KPB a partir de concurso promovido Banco Central. Por meio do trabalho da consultoria, a legislação seria aperfeiçoada de modo a permitir o acesso à população da prestação de contas dos candidatos às eleições paraguaias. Para o leitor, o material foi apresentado de maneira didática, sem o uso de adjetivos ou comparações à necessidade de regulamentação ou aperfeiçoamento da lei. As fontes ouvidas foram uma representante da consultoria colombiana e o presidente do Banco Central do Paraguai.

²⁰⁰ A discussão trata da regulamentação da Lei número 4.743/12, Cf.: <http://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/1198/regula-el-financiamiento-politico>

Nenhum representante do legislativo, contudo, foi ouvido para oferecer contraponto ou concordância ao assunto a ser discutido, mesmo havendo previsão na consultoria de treinamento a legendas partidárias. Quando o projeto é analisado pela Câmara, o *ABC Color* publica matéria no dia 4 de julho de 2017 e revela que o texto inicial sofreu diversas modificações. No fio explicativo da matéria é abordado o teto de US\$ 1 milhão para às contribuições privadas de campanha em comparação aos G. 392 milhões de guaranis²⁰¹ do texto anterior. Dois deputados são ouvidos e expõem como preocupação o fato de os grandes colaboradores de campanha terem recebido reforço e, assim, permanecerão em constante influência sobre os políticos eleitos.

O jornal, contudo, não ouviu nenhum parlamentar defensor da proposta de aumentar a colaboração ou o posicionamento da consultoria colombiana sobre a modificação do texto original. Embora esteja no material, não há fonte para contrapor o porquê da eliminação de um dos principais mecanismos de controle das doações, a auditoria das contas de campanha sobre contribuições particulares. Um dos deputados limita-se em dizer que o controle externo é vetado constitucionalmente, estando limitado aos órgãos de estado e não às contas de campanha. Com esse parecer, o leitor não é informado sobre o posicionamento da consultoria de manter o controle externo. Também não há contraponto à informação sobre o controle direto às doações de pessoas ligadas ao narcotráfico, lavagem de dinheiro e contrabando, ao que um dos deputados ouvidos aponta que estão proibidas as colaborações deste grupo, mas o leitor desconhece como seria o controle.

Críticas às mudanças no texto do controle sobre as colaborações de campanha são apontadas pelo *ABC Color* na edição do dia 5 de julho, quando são publicadas quatro matérias com detalhes sobre o posicionamento dos deputados frente à proposta e o impacto para as eleições. O tom da crítica é percebido já no título “deputados dão sinal verde a ‘narcotraficante’ em campanha” na matéria onde são apontados os posicionamentos dos deputados em relação ao aumento do teto colaborativo. Já no fio explicativo são colocados os nomes dos deputados responsáveis pela modificação dos pontos no texto alusivos ao controle externo das doações e ao aumento das colaborações. O texto revela as defesas da base de apoio ao presidente Horácio Cartes, denominados pelo periódico de “cartistas” e o veto à proposta de consulta à situação penal dos doadores como forma de excluir envolvidos com crimes de narcotráfico e de lavagem de dinheiro.

²⁰¹ US\$ 61.381,25.

Na redação final foi preservada a convicção de que os doadores não estariam envolvidos em tais crimes. Reveladora, a mensagem do *ABC Color* ao nominar os deputados e respectivos posicionamentos indica o governo de Cartes, com maioria na Câmara, o responsável por manter a doação de narcotraficantes na estrutura da política do Paraguai e, ainda, de impedir a fiscalização sobre os recursos injetados nas campanhas eleitorais. Ainda no mesmo dia, o periódico referenda o posicionamento ao publicar o posicionamento da ONG Semillas para a Democracia, que classificou o resultado da votação como plutocracia. As críticas não são amenizadas quando o jornal anuncia, ainda naquele dia, a suspensão por cinco dias da tramitação da proposta antes do envio ao Senado²⁰², sob a justificativa por alguns deputados de falta de conhecimento sobre o texto aprovado.

Seis fotografias foram utilizadas no material. Todas foram utilizadas a partir do arquivo e revelam que não houve produção para o tema exposto pelo jornal. Quatro delas serão incluídas neste estudo (as demais se repetem) além da primeira já colocada no quadro da análise inicial. As fotografias revelam o trabalho legislativo, com imagens genéricas de deputados nas cadeiras da Câmara. Uma das imagens é registro antigo da representante da ONG Semillas e a outra ilustra uma mesa de votação no período eleitoral já ocorrido.

Figura 6. Fotografia utilizada pelo jornal do *ABC Color* para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias.



Crédito: Arquivo - *ABC Color*

²⁰² Ver também: <http://www.senado.gov.py/index.php/noticias/noticias-comisiones/1500-comision-de-lucha-contra-el-narcotrafico-emitio-dictamen-2018-08-29-08-09-36>

Figura 7. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção de agentes públicos do Paraguai



Crédito: Arquivo - ABC Color

Figura 8. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias



Crédito: Arquivo - ABC Color

Figura 9. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção nas instituições públicas paraguaias



Crédito: Arquivo - ABC Color

O envolvimento das estruturas policial e judicial do Paraguai com o tráfico de drogas está entre as preocupações da SENAD (2015, 2017) e do Senado (2017). Para as três instituições são estendidos os termos narcopolítica, narcopolicía e narcoestado, popularizados pelo próprio Senado²⁰³ ao tratar do envolvimento de políticos²⁰⁴, juízes²⁰⁵, promotores²⁰⁶ e policiais²⁰⁷ com as atividades do tráfico de drogas e a respectiva corrupção. Dados da SENAD (2015) indicam rendimento médio anual de US\$ 7 mil para os policiais envolvidos com o tráfico nas atividades de proteção ao cultivo, ao processamento, ao transporte ou negociações com o tráfico de estupefacientes. Refém das ações tentaculares promovidas pela corrupção, a chamada guerra às drogas foi declarada fracassada pelo diretor da SENAD, Arnaldo Giuzzio, ao assumir a pasta em 2018, como noticiou o próprio *ABC Color*²⁰⁸. A cobertura fotográfica, contudo, fica restrita a fotos burocráticas (figuras 6 a 9).

Na cobertura do *ABC Color*, o envolvimento das instituições pode ser verificado em matérias publicadas entre os dias 02 e 09 de janeiro de 2015, quando o jornal revela o esquema de loteamento de delegacias, subestações e postos policiais distribuídos ao longo da fronteira com o Brasil. A primeira matéria, publicada no dia 02 de janeiro de 2015, aponta o uso do suborno por parte de funcionários das delegacias de Canindeyú como prática para assegurar a permanência nas áreas próximas ao cultivo de maconha. Por meio de pagamentos mensais aos superiores, os funcionários garantiam a ausência de remoções. O suborno, conforme a apurou o jornal, renderia até US\$ 400 milhões ao ano, amealhados em custos fixos e variáveis por chefes de polícia. Embora descreva de maneira detalhada as operações, a reportagem não indica a fonte e, ao menos, não aponta que seria anônima tendo a necessidade de preservação do sigilo.

²⁰³ Cf.: <http://www.senado.gov.py/www2/index.php/noticias-3/173372-la-narcopolitica-mas-que-nunca-es-un-asunto-a-encarar-como-estado-2015-12-28-09-17-08>

²⁰⁴ Cf.: <http://www.senado.gov.py/www2/index.php/noticias/175451-presidente-del-senado-apoya-denuncia-de-obispos-sobre-presencia-del-narcotrafico-en-la-politica-2016-11-10-14-30-45>

²⁰⁵ Cf.: <http://www.senado.gov.py/www2/index.php/noticias-2/177593-solicitan-investigar-a-jueces-que-favorecian-a-personas-condenadas-por-narcotrafico>

²⁰⁶ Cf.: <http://www.senado.gov.py/www2/index.php/noticias/171794-senadores-respaldan-proceder-de-giuzzio-y-wiens-y-cuestionan-inaccion-de-la-fiscalia-en-casos-de-narcotrafico-2015-06-09-19-05-44>

²⁰⁷ Cf.: <http://www.senado.gov.py/www2/index.php/noticias-2/176653-comision-de-lucha-contra-el-narcotrafico-constata-cantidad-de-droga-incautada-en-senad-2017-08-28-18-20-15>

²⁰⁸ Detalhes da entrevista estão em: <https://www.abc.com.py/nacionales/giuzzio-lucha-antidrogas-es-un-fracaso-1731760.html>

Ao longo do texto são descritas manobras, como a redução da fiscalização sobre o transporte de drogas à época em que Vilmar Acosta foi prefeito do departamento. Na cobertura, o periódico liga a atuação do suborno a pessoas ligadas ao presidente Horácio Cartes, mas a redação transcorre sem apresentação de provas, processos ou denúncias a qualquer instância policial e judicial do Paraguai. Críticas à atuação do ministro do Interior e do comandante da Polícia Nacional são reproduzidas no texto, mas nenhum dos representantes das duas instituições é ouvido. Ao fim, o material é assemelhado a um editorial, opinativo, frontal, contudo sem qualquer embasamento jornalístico. Apesar da matéria principal parecer uma ilação, a reportagem utiliza entrevista com um dos representantes do Senado e confirma os dados:

O senador Luis Alberto Wagner (PLRA) confirmou que existe um esquema de coimas para a polícia em Canindeyú e acrescentou que todo esse sistema não pode funcionar sem proteção política. Nesse sentido, ele apontou diretamente para o clã Villalba - os irmãos Cristina e Carlos - que administra a área. “Existe um mapa onde você coloca a delegacia, de acordo com os corredores, se é um corredor importante ou não, e as pessoas lá sabem tudo sobre as delegacias importantes. Nesse sentido, não é que um especialista em pesquisa saiba, os cidadãos sabem. É o que acontece: todo mundo sabe, todo mundo vê, mas ninguém age para reprimir, então, obviamente, há proteção do mais alto nível”, disse ele em contato com a rádio Cardinal na sexta-feira. Este jornal lançou hoje uma investigação que exige números dos valores pagos pelas delegacias, mas, segundo Wagner, esses números são “o retorno” de tudo o que corre, porque, na realidade, os valores são “fabulosos”. Ele disse que é impossível que, sem a proteção das mais altas esferas policiais e judiciais do narcotráfico, isso seja possível na área. Ele lembrou, por exemplo, o caso em que dois policiais que apreenderam uma carga de 500 quilos de maconha, em vez de serem premiados, foram imediatamente transferidos da área (ABC Color, 2015).

Além do senador, o *ABC Color* ouve o chefe de polícia do departamento de Canindeyú, de quem são cobradas providências em relação à denúncia. O material aponta que o policial desconhece o pagamento de suborno por ter assumido recentemente o posto, tendo saído da capital Assunção. Não são apontadas ironias ou cobranças por parte do jornal ao representante da polícia, sendo mantida a rotina jornalística de ouvir os envolvidos no assunto abordado. Apenas três dias após a primeira denúncia, o jornal ouve o representante do Ministério Público, de quem ouve a promessa de investigação.

O último material produzido pelo *ABC Color* sobre o assunto é registrado no dia 9, quando é apontada a contradição do Ministério Público que, embora tenha estado com o presidente Horácio Cartes, não trata do assunto e admite não ter aberto qualquer investigação, evento que revela o envolvimento de várias esferas de poder no Paraguai com as atividades do narcotráfico, como enfatiza o jornal.

Figura 10. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai



Crédito: ABC Color -janeiro de 2015

Figura 11. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.



El presidente del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) se hizo eco de las

Crédito: ABC Color -janeiro de 2015

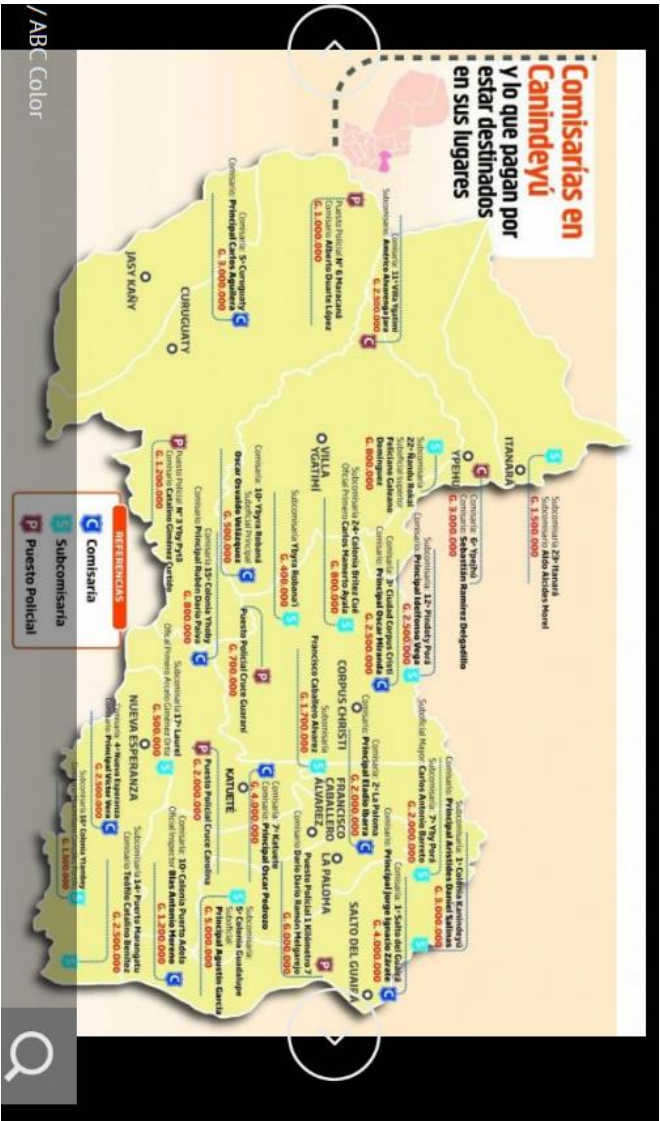
Figura 12. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.



As fotos (Cf.: figura 10; figura 11; figura12) da edição revelam o rosto dos entrevistados em um plano fechado. Parecem apenas ilustrar o material exposto. Também é utilizada a imagem de uma das delegacias do departamento citado na matéria. Não é demonstrada qualquer tipo de ação anterior ou prévia nas ilustrações escolhidas, demonstrando apenas a necessidade editorial de apresentar fotografias.

O infográfico (Cf.: figura 13) utilizado no material revela o mapa do Paraguai e a distribuição de todas as delegacias, subdelegacias e postos policiais. Em cada local é demonstrado o valor pago por policiais aos superiores. O valor, como é explicado, varia de acordo com a importância da unidade na atividade do tráfico de drogas.

Figura 13. Infográfico utilizada pelo jornal do ABC Color para exemplificar extensão da corrupção na polícia do Paraguai.



8. ¿Quién es Santiago Peña?

9. Chapas: controles más rigurosos

10. Asunción 2015, misérrima imagen

ABC COLOR EN FACEBOOK

Crédito: ABC Color -janeiro de 2015

Apreensões de drogas e o microtráfico

Notícias sobre apreensões de drogas, insumos para processamento e prisões de pessoas enquadradas na lei do narcotráfico são praticamente diárias nas edições do *ABC Color*. Nesse tipo de material, o jornal adota o modelo de relatório, informa nome dos envolvidos, ainda que não denunciados pelo Ministério Público são classificados como culpados, a quantidade de droga apreendida e as rotas utilizadas para o transporte. Entre os exemplos está o material publicado no dia 08 de abril de 2017, com o título “apreendida cocaína traficada do Paraguai”. O texto, escrito a partir da sucursal de Pedro Juan Caballero, na fronteira com Ponta Porã, no lado brasileiro, aponta que 51 quilos de cocaína foram apreendidos com um brasileiro. Todas as informações possíveis sobre o envolvido são fornecidas. Estão lá o nome, a cidade, idade e placa do automóvel utilizado no momento da abordagem policial.

Ao leitor é explicado o montante combinado para o transporte. Não há menção à procura da representação diplomática brasileira para falar sobre a condição da pessoa presa e quais trâmites serão seguidos a partir da privação de liberdade. Cobertura semelhante é aplicada no dia 20 de abril de 2017, quando outro cidadão brasileiro é preso na companhia de um paraguaio quando tentavam transportar um carregamento de 280 quilos de maconha para São Paulo. Mais uma vez o jornal fornece os nomes dos dois envolvidos, as condições em que foram detidos, mas não há menção a qualquer representante. A diferença entre as duas coberturas está na publicação da fonte de informação, o Ministério Público. O privilégio à informação fornecida pelo Ministério Público é mantido na cobertura publicada no dia 13 de julho de 2017, quando são apreendidos 120 tambores de acetona e ácido clorídrico, empregados no processamento de cocaína. Esse terceiro material também mantém o modelo de relatório.

Figura 14. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.



Crédito: ABC Color

A fotografia utilizada no cenário comentado (Cf.; figura 14) demonstra a ação da autoridade policial. No caso apresentado, no quadro principal, a ação policial é demonstrada com a droga pousada sobre a cobertura da viatura policial e cuja reportagem riscou de maneira grosseira a placa de identificação. Também é demonstrada a ação da polícia, com a prisão de um dos envolvidos, que teve o rosto exposto, ao lado de um banner da unidade responsável pela operação. As drogas também são pousadas ao lado.

Também integram a rotina editorial do *ABC Color* as matérias o retrato do chamado microtráfico, a venda de pequenas quantidades de drogas dentro do território paraguaio. As matérias seguem a linha de relatório e, quando há investimento em cobertura que vai além da rotina de apreensões e prisões, o jornal demonstra o posicionamento conservador. Entre as matérias publicadas está prisão de uma moradora de Assunção, denunciada por vizinhos por supostamente vender crack no bairro Roberto L. Pettit, uma das regiões pobres da cidade. O corpo do material segue a linha, com apresentação do caso, informação repassada pela polícia e material encontrado com a pessoa denunciada. A diferença está na primeira frase “Esta é²⁰⁹ ...”, indicando o que seria um texto legenda, mas trata da

²⁰⁹ O nome da pessoa citada na matéria, a idade e a identificação por meio da imagem serão omitidos como forma de preservar a privacidade.

condenação da pessoa. A interpretação ao leitor não é subjetiva: “esta é a mulher que vende drogas para jovens”. A mesma linha é seguida no material publicado no dia 03 de outubro de 2015, quando é descrita a prisão de dois jovens pela suspeita de vender estupefacientes em discotecas. No material, a foto dos homens é indicada com o texto “estes são²¹⁰...”. A apresentação para o leitor é, na verdade: esses são os homens que vendem drogas para jovens que vão a discotecas procurar diversão.

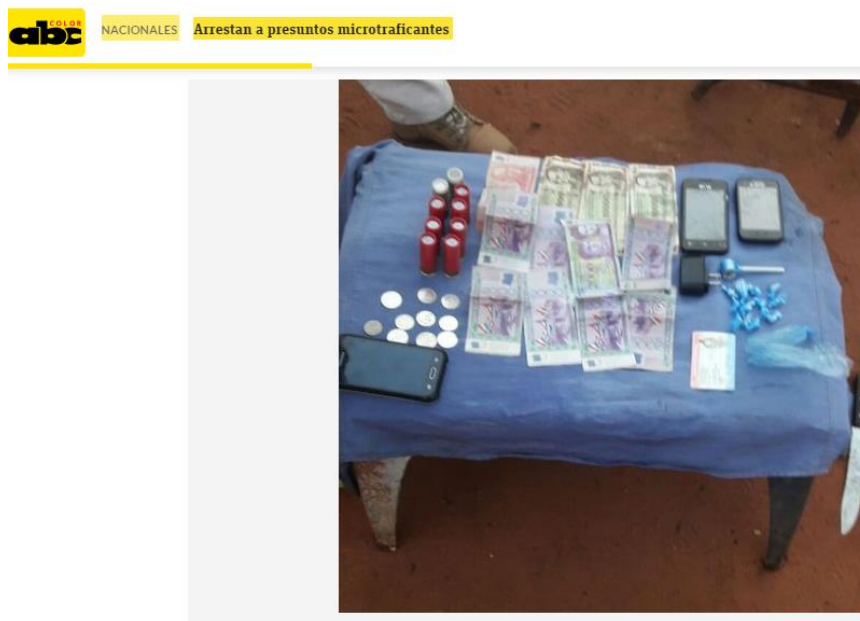
Quando amplia a cobertura sobre o microtráfico, o *ABC Color* aponta a preocupação com o consumo de estupefacientes em um texto editorializado. No material, publicado em 16 de janeiro de 2015, é criticada a suposta reação nas redes sociais quando há apreensões de pequenas quantidades de estupefacientes.

Um conceito usado na arquitetura expressa: "Menos é mais". Talvez seja isso que os antidrogas apliquem aos microtraficantes perseguidores que vendem pequenas doses de crack, cocaína ou maconha, o que lhes dá milhões de guarani por mês. Muitas vezes, as manchetes da mídia abalam a raiva de seus leitores quando veem, por exemplo, "Eles apreendem seis gramas de crack". As redes sociais são os espaços para cair com tudo sobre esse tipo de notícia; no entanto, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) anunciou em um relatório que o microtráfico movimenta um milhão de dólares por mês, são bilhões de guarani. Tendo esse número alarmante, no Senad foi decidido criar uma Unidade de Redução de Micro-Tráfego (*ABC Color*, 2015).

O material revela que discussões propostas para a reflexão sobre o uso de estupefacientes são propostas ainda de forma a julgar, sem haver apuração que justifique os dados apresentados. A cobertura é apoiada em um dado da SENAD, sem haver a procura ou menção sobre a procura por outras entidades governamentais e mesmo fora a esfera oficial para tratar os dados apresentados. Assim, a cobertura apoia a criminalização e não propõe aprofundamento sobre a proibição do uso de estupefacientes.

²¹⁰ Idem.

Figura 15. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para apontar cobertura sobre corrupção na polícia do Paraguai.



Crédito: ABC Color

Duas das três fotografias utilizadas para ilustrar as matérias tratadas retratam pessoas que foram presas sob a acusação de tráfico e, por isso, não serão reproduzidas neste estudo. Além do rosto, elas têm dados expostos e são posicionadas ao lado do material entorpecente apreendido. Estão em posições que lembram a vitória das incursões policiais sobre o tráfico, podem ser comparadas a troféus. A outra fotografia é genérica, utilizada com o intuito de ilustrar o material. Diferente da maioria das matérias produzidas pelo ABC Color, as que demonstram apreensão são factuais e produzidas para o texto que as cita.

Exército do Povo Paraguaio

As atividades da guerrilha Exército do Povo Paraguaio compõem a narrativa do ABC Color em crítica à forma de atuação do governo do país. O trabalho de combate ao EPP é centralizado na Força Tarefa Conjunta²¹¹, criada pelo presidente Horácio Cartes e acusa-

²¹¹ Criada pela Lei número 5036/13, conhecida como a Lei da Militarização, Consultar Cf.: http://www.codena.gov.py/archivos/documentos/Ley%205036_9d3vtq3y.pdf. A lei respalda o envio de tropas para áreas do campo sem a aprovação prévia do Legislativo.

da de criminalizar²¹² e torturar campesinos²¹³ como forma de obter bons resultados na missão de encontrar integrante da guerrilha²¹⁴. Com poderes de polícia e respaldo militar, à FTC é imputado o acirramento dos conflitos no campo, responsável por deixar os campesinos à mercê da guerrilha e da corrupção dos agentes públicos²¹⁵. No primeiro semestre de 2015, foram 15 investidas²¹⁶, duas delas na forma de sequestro e as demais como assassinatos de policiais militares ou civis. Nos relatos apresentados pelo *ABC Color*, a maneira de atuação do governo, com a utilização da FTC, é inócua e expõe a segurança dos campesinos, quando deveria garantir.

A despeito das críticas, à FTC é concedido espaço para divulgação dos envolvidos com o EPP e as atividades que realizam. Entre os exemplos está o material publicado no dia 17 de julho de 2015, quando são divulgados os nomes dos possíveis guerrilheiros incluídos na lista de procurados do governo paraguaio. O cartaz com as imagens, nomes e recompensa são divulgados no *ABC Color* com o título: “porta-voz da FTC: ‘estes são os responsáveis’”, em referência à morte dias antes de policiais na região norte do Paraguai. Naquela semana, cinco policiais foram assassinados, três deles na data de colagem do cartaz. A cobertura prioriza a versão do porta-voz oficial, com a acusação direta ao EPP, sem questionamentos apresentados pelo jornal.

No dia seguinte, em 18 de julho de 2015, o periódico publica dois materiais alusivos aos assassinatos dos policiais. O primeiro é a entrevista do ministro do Interior Francisco de Vargas, que classifica o EPP como “inimigo” da polícia, agente da instabilidade democrática e da quebra do estado. Todo o material é construído com base em entrevista coletiva concedida pelo representante do governo e, assim, o leitor desconhece quais as linhas investigativas a corroborar com a versão oficial sobre o evento. Ainda nesse dia, o jornal

²¹² Campesinos denunciam prisões arbitrárias, Consultar Cf.: <http://codehupy.org.py/victimas-de-la-ftc-exigen-derogacion-de-la-ley-de-militarizacion/>

²¹³ Os fatos foram acompanhados pelo Mecanismo de Combate à Tortura: <http://www.mnp.gov.py/index.php/repository/informes-especiales/func-startdown/171/>

²¹⁴ A denúncia sobre a forma de atuação da Força Tarefa Conjunta foi levada ao Senado: <http://www.senado.gov.py/index.php/noticias/noticias-generales/3778-senador-disertara-en-panel-sobre-agronegocios-y-criminalizacion-2019-08-08-18-49-17>

²¹⁵ Cf.: <http://www.serpajpy.org.py/como-comunidades-campesinas-de-paraguay-usan-la-comunicacion-para-rechazar-la-violencia-y-la-militarizacion/>

²¹⁶ Cf.: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/desde-el-secuestro-de-edelio-el-epp-ya-perpetro-otros-15-ataques-1395310.html>

publica uma matéria onde trata sobre os últimos três assassinatos, até então de policiais, no departamento de São Pedro. Os detalhes sobre a maneira como os policiais morreram foram repassadas por meio do relato de testemunhas e fontes oficiais. O EPP, contudo, não reivindica os assassinatos.

Para o *ABC Color*, as fontes oficiais permanecem como prioridade na cobertura da atuação do grupo. Não é percebido o trabalho investigativo, ainda que o periódico questione a atuação governamental. Exemplos de críticas estão na cobertura publicada no dia 20 de julho de 2015, quando responsável pelo comando da FTC aponta que US\$ 20 milhões anuais são insuficientes para o combate ao EPP. O comandante compara o orçamento com o utilizado pelo governo colombiano, de US\$ 900 milhões anuais para combater as FARC. Ao periódico, o responsável afirma que seria impossível a participação do EPP nos assassinatos dos três policiais por um detalhe que escapara dos jornalistas e da própria polícia: a quantidade de projéteis dispensados nas mortes, 150 no total.

Aos jornalistas, o comandante devolve o questionamento: “você acha que o EPP vai desperdiçar essa quantidade de projéteis? Considerando ser o EPP uma guerrilha pequena, não haveria recursos suficientes para os tais ataques, o que a cobertura do *ABC Color* não conseguiu revelar. Dessa forma, de acordo com a polícia, foram narcotraficantes os responsáveis pelos ataques. Dois fatores que indicam a falta de capital do EPP também são encontrados nas páginas do *ABC Color*, mas não confrontados. O primeiro é a escolta do transporte de maconha, como evidenciado na publicação do dia 25 de julho de 2015, e o segundo está relacionado aos sequestros promovidos pelo grupo. Os sequestros foram a forma encontrada pelo EPP garantir capitalização e negociação.

O mais longo dos sequestros começou em 2014, quando a guerrilha abordou o policial Edelio Morínigo²¹⁷. Até o início de 2019 ainda não havia evidências sobre o paradeiro do policial, cuja liberdade foi condicionada à troca por integrantes do EPP recolhidos no sistema penitenciário paraguaio. Documentos encontrados pela FTC em 2018 indicariam o assassinato do oficial²¹⁸, mas essa versão não confirmada. No decorrer do sequestro, o *ABC COLOR* permaneceu na cobertura, sempre ligado às fontes oficiais ou à família do

²¹⁷ Cf.: <https://www.ip.gov.py/ip/en-cumpleanos-de-edelio-morinigo-gobierno-ratifica-empeno-en-su-liberacion/>

²¹⁸ A investigação foi publicada pelo *ABC Color*, Cf.: <https://www.abc.com.py/nacionales/papeles-hablan-de-muerte-1692006.html>

oficial. O periódico também utilizou o episódio para levantar reflexões sobre a maneira de operação da FTC e da polícia, como na publicação do dia 25 de julho de 2015:

O ministro do Interior Francisco de Vargas, de tempos em tempos, geralmente lembra que os relatórios de inteligência confirmam que o policial ainda está vivo. O real e concreto é que desde meados de novembro não há mais dados sobre Edelio, já que seus captores eram chamados em silêncio. A Força-Tarefa Conjunta (FTC) é excedida em seu trabalho e as operações que montam quase não têm resultado (*ABC Color*, 2015).

As cobranças pela eficiência nas investigações sobre o sequestro de Edélio são colocadas de maneira frontal na edição do dia 10 de outubro de 2015, quando o periódico relata a falta de organização revelando que nem mesmo um porta-voz é designado para atender à imprensa no material com o título “executivo não informa não informa nada sobre a luta contra o EPI”:

O presidente Horacio Cartes se reuniu ontem com a liderança militar na sede do Comando Principal e recebeu um relatório detalhado sobre a luta contra o Exército Popular do Paraguai (PPE) e a Associação Camponesa Armada (ACA), segundo fontes militares. Como sempre, não havia porta-voz para relatar o que foi discutido na reunião de sexta-feira (*ABC Color*, 2015).

O tema da reunião alvo das críticas do jornal fora o sequestro de Edélio e do menonita Abrahán Fehr Banman. Sem respostas sobre os crimes, o jornal aponta de maneira irônica a entrevista de um dos integrantes da FTC, que infere terem sido necessários 50 anos para que a Colômbia pudesse resolver a situação com as FARC e, no caso paraguaio, não haveria prazo, mas o problema teria solução.

Figura 16. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguuaio.



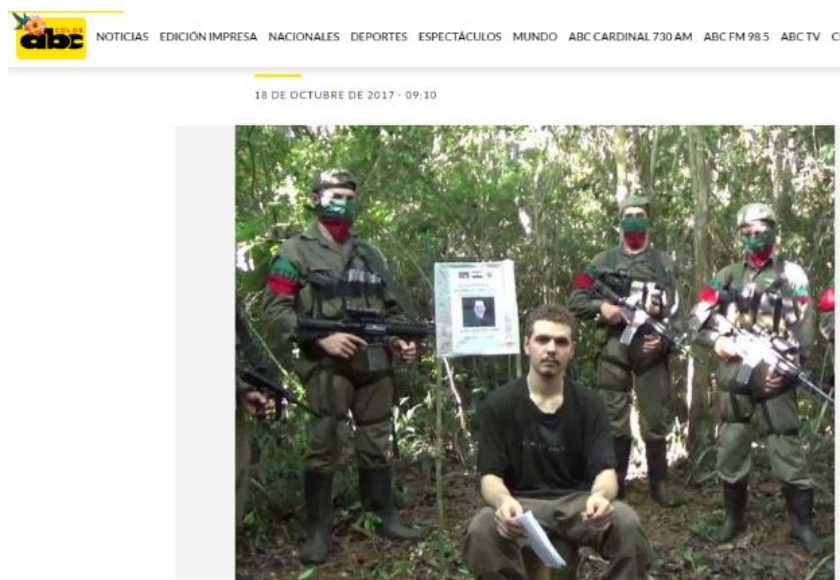
Crédito: ABC Color

Figura 17. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguuaio.



Crédito: ABC Color

Figura 18. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguaio.



Crédito: ABC Color

Figura 19. Fotografia utilizada pelo jornal do ABC Color para a cobertura das ações do Exército do Povo Paraguaio.



Crédito: ABC Color

As fotografias que retratam o cenário EPP são, em geral, de arquivo. Representam o que seria a atividade da guerrilha e, principalmente, pessoas que são indicadas como reféns. Em sentido horário: a família de um menonita reclama o fim do sequestro; camponeses discutem com a polícia estratégias de proteção contra o EPP; integrantes do EPP fazem exigências para liberar refém e, por fim, uma foto de arquivo do policial Edélio Morínigo.

As dinâmicas da cobertura do *ABC Color* parecem diferenciadas dos demais diários analisados, com a prioridade, sobretudo, às fontes com privilégio de acesso. Esse pode ser um dos elementos que explique os enquadramentos encontrados e que serão apontados a seguir:

Tabela 15 Enquadramentos encontrados nos cenários revelados pelo jornal *ABC Color*.

Cenário	Causas	Julgamentos morais	Solução
Liberdade de imprensa	Impedir denúncias, impunidade	Quem denuncia ações do tráfico corre risco de morrer, estado acoberta ações	Melhorar a segurança de jornalistas, mais ações contra o tráfico
Corrupção das instituições	Tráfico financia de campanhas políticas a postos privilegiados de comando	O narcotráfico está enraizado em todas as esferas de poder paraguaias, desorganiza a sociedade	Melhorar a fiscalização, punir envolvidos, mudar a legislação eleitoral.
EPP	Embate ideológico	EPP integra atividades do tráfico	Eliminar a guerrilha
Apreensões	Lucro fácil conferido pela atividade	O tráfico integra a cultura do país	Aumentar o rigor das leis que combatem a prática

Fonte: elaboração própria

A cobertura do *ABC Color* aponta o entranhamento do tráfico de drogas em todos os elementos do estado paraguaio, mais do que qualquer um dos demais diários. Também é o periódico que mais reflete o risco para a atividade jornalística, situação que merece maior investimento em pesquisas.

3.5 A cobertura no *Correio do Estado*

O jornal *Correio do Estado* circulou com 40 páginas onde foram distribuídas cinco editoriais – pela ordem de distribuição editorial: Política, Economia, Cidades Esportes e Correio B – no decorrer de 2015²¹⁹. As sessões destinadas à opinião da casa ficaram restritas a um editorial, publicado na página 2, espaço também reservado aos articulistas convidados. Ainda na página 2 do periódico era divulgada uma charge, cuja imagem refletia ou não a opinião manifestada no editorial. Dentro das matérias houve espaço para uma nota de publicação flutuante denominada “Saiba Mais”.

Apesar de classificado como um jornal diário²²⁰, o *Correio do Estado* tem a publicação suspensa aos domingos e também não circula em alguns feriados. No projeto editorial do *Correio do Estado* é reservado espaço para uma entrevista semanal, publicada em página inteira no primeiro caderno e com abordagem a privilegiar assuntos políticos. Foi possível identificar que o jornal sofreu redução a partir de 2017²²¹, quando passa a circular com 20 páginas, embora mantenha a mesma distribuição editorial. Como forma de contemplar todos os assuntos na gerência de menor espaço, o periódico une as editoriais Mundo e Brasil em uma página. Também reduz a quantidade de páginas dedicadas à editoria Cotidiano. As matérias também passaram a ocupar menor espaço e, em muitos casos, eram semelhantes a pequenas notas informativas, mesmo que assinadas.

Mato Grosso do Sul tem 1.180 quilômetros de fronteira com o Paraguai²²². Como já citado, as estreitas relações entre essa unidade da federação brasileira e o lado paraguaio também refletem na passagem de estupefacientes para o lado brasileiro. Pela análise do *Correio do Estado*, foi possível perceber que a movimentação das cargas de estupefacientes ilícitos pela fronteira influencia nos demais cenários encontrados no periódico.

²¹⁹ Referência: edição número 19.391, publicada em 05 de janeiro de 2015 e cuja capa foi reproduzida no anexo 2.

²²⁰ Consta nas definições do jornal.

²²¹ Referência: edição número 20.243, publicada no dia 15 de maio de 2017 e cuja capa foi reproduzida no anexo 2.

²²² Fonte: IBGE

Já o primeiro número do *Correio do Estado* a constar nesta análise, em 5 de janeiro de 2015²²³, aponta a tendência de reportar o fato sem que haja reflexão. Na capa do jornal, a chamada do material tem o título “Estado e União preparam plano para deter crime na fronteira”. Embora cite Estado e União, a fonte da matéria é centrada na figura do governador – que assumia naquele dia o cargo – Reinaldo Azambuja²²⁴, sem a menção de informações repassadas pelo governo federal ou, ainda, de menção à procura por esta esfera. Também não está retratado posicionamento do governo paraguaio ou mesmo a procura por qualquer entidade ou órgão que o representasse, considerando que o assunto trata-se também está relacionado à segurança na faixa de fronteira daquele país.

Nas edições subsequentes, o *Correio do Estado* não retoma o assunto para apresentar as versões dos governos do Brasil e do Paraguai. Quatro dias depois, contudo, a segurança na fronteira é o assunto principal de entrevista concedida pelo secretário titular da pasta de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul Sílvio Cesar Maluf²²⁵ ao periódico, como consta na edição 19.388), publicada no dia 05 de janeiro de 2015. Com o título “municípios da fronteira terão atenção especial do governo”, o material não faz menção à fala do governador, que foi utilizada dias antes, também não refere às estatísticas não apresentadas ao longo do texto. Constan ainda no material, citações do secretário sobre as condições de segurança da capital do estado, Campo Grande, e dos municípios situados na faixa de fronteira, Amambai, Coronel Sapucaia, Corumbá e Ponta Porã, sem o contraponto de nenhum representante das referidas cidades. Da maneira como foi apresentado no periódico, o material impede a compreensão pelo leitor sobre os fatores que resultam na insegurança, as respectivas consequências e o porquê da ligação com o tráfico de drogas.

Municípios sul-mato-grossenses localizados na fronteira com Bolívia e Paraguai, que, por causa das evidentes ações de traficantes, têm crimes como assaltos e furtos de certa forma menosprezados pela sociedade, terão atenção especial da nova gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Em entrevista ao Jornal *Correio do Estado*, o secretário Sílvio Cesar Maluf disse

²²³ Número 19.391 – consultar anexo 2

²²⁴ Reinaldo Azambuja foi eleito governador do Mato Grosso do Sul em 2014 (fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/MS/120000000022>) e reeleito em 2018 (fonte: TSE: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/MS/120000606863>).

²²⁵ Nomeado secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul em 2 de janeiro de 2015 (Diário Oficial de Mato Grosso do Sul – número 8.832) e exonerado em 1º de abril de 2016 (Diário Oficial de Mato Grosso do Sul – número 9136).

que assim como Campo Grande vivencia onda de violência contra patrimônios, cidades como Ponta Porã, Amambai, Coronel Sapucaia e Corumbá padecem do mesmo problema. E, que, o tráfico de drogas faz com que essa situação de insegurança passe por despercebido (sic). Por isso, pretende trabalhar para reduzir também essas estatísticas. O secretário ressalta que as cidades acabam em evidência nos noticiários por estarem situadas na porta de entrada para exportação de drogas como cocaína e maconha, mas que medidas serão adotadas no enfrentamento a crimes de outras naturezas. “Nossa preocupação é com municípios da fronteira, que merecem uma segurança como existem nas demais cidades do Estado. Não que tenha havido negligência do poder público. Mas a problemática deles continua sendo a mesma que dos outros. É o roubo de bicicleta, furto de celular, que causam estado de insegurança, às vezes maior que o próprio tráfico. A comunidade de fronteira clama por esse tipo de segurança. Quer proteção a integridade física, da mulher com relação à lei Maria da Penha”, pontuou (Correio do Estado, 2015).

Quando tratou do caso da negativa de extradição do ex-prefeito Vilmar Acosta Marques (cuja alcunha é Neneco Acosta, acusado no Paraguai de assassinato e tráfico de estupeficientes), o *Correio do Estado* manteve a linha de não explorar as possibilidades oferecidas pelo assunto. Essa situação é percebida na edição número 19.484, publicada²²⁶ no dia 8 de abril de 2015, quando o jornal publica nota com o título “Paraguai - STF nega anulação de extradição do ex-prefeito”. Embora a decisão tenha partido de uma corte brasileira²²⁷, a única fonte utilizada na matéria foi o jornal *ABC Color*, o que fez com o que o *Correio do Estado* publicasse o assunto dois dias depois do fato, demonstrando ausência de planejamento para acompanhar o sobre o assunto.

O caso de Neneco Acosta será explorado na análise sobre o jornal *ABC Color*. Nesse recorte, para o *Correio do Estado*, foi possível perceber que o leitor desse periódico não foi informado sobre a motivação alegada para a decisão do STF, que preferiu manter no Brasil o ex-prefeito da cidade de Ypéjhu – cidade gêmea de Paranhos²²⁸, no lado sul-mato-grossense – porque Marques tem cidadania brasileira e paraguaia. Reações do lado paraguaio à decisão da corte brasileira não foram registradas nos dias subsequentes à publicação do *Correio do Estado*. Dessa maneira, o leitor de informações que pudessem

²²⁶ Consultar o anexo 2.

²²⁷ O pedido de extradição número 1.394 feito pela República do Paraguai ao Supremo Tribunal Federal

²²⁸ De acordo com a Portaria número 125 publicada no Diário Oficial da União (ISSN – 1677 – 7042 – 21/03/2014) são “considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”. A referida portaria reconheceu 29 cidades brasileiras na citada condição, sendo seis em Mato Grosso do Sul e quatro delas na fronteira deste estado com o Paraguai (Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho).

levar à compreensão do caso e à preocupação revelada pelas forças de segurança e pela imprensa do Paraguai, como será explorado à frente.

Frente seca Brasil e Paraguai

Se a opção editorial verificada no *Correio do Estado* é o registro do fato após repasse por fontes primárias quando nos casos de notícias sobre a movimentação de cargas de estupefacientes no território brasileiro, com os crimes contra a vida ligados ao tráfico de drogas não é diferente. Esse é o caso registrado na edição do dia 20 de outubro de 2017²²⁹, quando o periódico noticia a morte de um homem na cidade de Paranhos.

Com o título o “Homem executado com cerca de 30 tiros em Paranhos”, o material indica que a possibilidade de ligação ao tráfico, mas a informação, que não é atribuída, deixa dúvidas e o assunto não é retomado nas edições subsequentes.

Motociclista ainda não identificado executou, com aproximadamente 30 tiros, Carlos Eduardo Oliveira Miranda, 26 anos. O crime aconteceu na noite de quarta-feira, no centro de Paranhos, na região de fronteira com o Paraguai. A vítima estava em uma rede, na varanda de casa, quando foi surpreendida pelo autor, que se aproximou perguntando endereço. Não é descartada suspeita de fronteira envolvimento com o tráfico de drogas. Conforme boletim de ocorrência, a primeira equipe a chegar no local foi a Polícia Militar, por volta das 20h30min. Os militares faziam rondas pela cidade, que estava sem energia, quando foram alertados sobre a ocorrência de disparos de arma de fogo na Rua Frutuoso Silveira da Cunha. No local, eles encontraram Carlos Eduardo já sem vida (*Correio do Estado*, 2017).

A nota, que não foi assinada e, pela ordem de descrição, teve como fonte o boletim de trabalho da Polícia Militar, exemplifica a maneira como a cobertura do *Correio do Estado* trata os crimes na região de fronteira. Invariavelmente as informações são repassadas pelas polícias presentes na região na forma de relatórios ou entrevistas atribuídas; o material não aponta caminhos para críticas ou reflexões e raramente é retomado na forma de suíte. Assim, o leitor que é informado pelo *Correio do Estado* é levado a crer que os casos noticiados no periódico são ao mesmo tempo isolados e corriqueiros. Isolados porque não há reflexão ou possibilidade de reflexão por meio de material analítico e de acompanhamento e corriqueiros devido à quantidade de casos noticiados.

²²⁹ Edição número 20.297, consultar o anexo 2.

Essa situação também é verificada na edição publicada no dia 21 de janeiro de 2015, quando o periódico noticia a extradição de Carlos Antonio Caballero, extraditado pela Justiça paraguaia para o Brasil, onde cumpria pena por tráfico de drogas, tráfico de armas, posse de explosivos e posse de armas. No material o leitor toma conhecimento de que Caballero teria ligações com a facção PCC, a fonte de informação é uma nota do Ministério Público do Paraguai e não há busca de outras fontes tanto do lado paraguaio, como brasileiro. Da maneira como o material foi construído, tendo retransmissão denominada “devolução”, o leitor não conhece os porquês da prisão e, tão pouco, da extradição. Essa última informação está limitada em dizer que a Justiça paraguaia atendeu pedido da Justiça brasileira. O assunto não foi novamente encontrado no jornal no âmbito das matérias relacionadas para esta análise.

Paraguai extradita traficante brasileiro ligado ao PCC devolução A Justiça do Paraguai extraditou, ontem, para o Brasil, o narcotraficante Carlos Antonio Caballero, conhecido como Capilo. A ordem de extradição foi assinada pelo juiz criminal Hugo Sosa Pasmor, que atendeu pedido do Judiciário brasileiro. Capilo, que estava cumprindo pena desde 2009, foi preso junto com outras quatro pessoas, uma delas o brasileiro Jarvis Chimenos Pavão, um dos traficantes mais procurados no Paraguai, em uma fazenda de propriedade do próprio Capilo na fronteira com o Brasil. Ele é apontado como representante da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no Paraguai. Segundo o Ministério Público do país vizinho, Capilo foi extraditado para responder a crimes como tráfico internacional de cocaína, posse ilegal de explosivos e armas de fogo e ainda tráfico de armas. Um médico forense examinou o extraditado, na presença de policiais brasileiros, antes do embarque no Aeroporto Internacional Silvio Pettrossi, em Assunção. Ele viajou direto para São Paulo, onde ficará preso (*Correio do Estado*, 2015).

Pelas páginas no *Correio do Estado*, o leitor não conhece quais são os pontos que determinam a atuação de brasileiros na transposição de drogas dos países vizinhos para o Brasil. Assim como ocorreu com a extradição de Caballero, outros casos foram noticiados pelo periódico de maneira isolada, sem apuração, retomada do assunto e a busca por estudiosos conhecedores da situação social da faixa de fronteira. No material recolhido para esta análise, as informações são reproduzidas na limitação de fatos e não há indicativo para eventuais ligações. Entre os exemplos está o da atuação da facção PCC, cujos materiais a seguir indicam a manutenção de relatório, sem oportunidade de reflexão.

Além do caso já citado, houve a notícia sobre a prisão de Mariano Tardelli, tratado pelo *Correio do Estado* como “chefão” do PCC preso na Bolívia. A ação ocorre após assalto que envolveu o roubo a um carro forte naquele país. Essa ligação, porém, é feita pela reportagem do jornal boliviano El Deber, utilizado como fonte do material. Em momento

algum o *Correio do Estado* utiliza informações de apuração própria e o material, difere da maioria que noticia, é cheio de detalhes noticiados pelo periódico boliviano.

Dez dias depois do roubo de US\$ 1,3 milhão a carro-forte na Bolívia, autoridades locais prenderam ontem o brasileiro Mariano Tardelli, um dos coordenadores da investida e principal conexão da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no sul do País vizinho. Ele ficou ferido durante troca de tiros com a polícia e foi capturado no distrito de Naranjo, em Puerto Suárez, no Departamento (Estado) de Santa Cruz de La Sierra, a 20 quilômetros da fronteira com o Brasil. O crime aconteceu na manhã do dia 30 março, em Roboré, e não era descartada hipótese de que Mariano e comparsas tentassem fugir para o Brasil. Por isso, a Polícia Federal de Corumbá passou a intensificar a fiscalização na linha internacional, a fim de impedir a entrada em território nacional. Como também existia possibilidade de que a organização pudesse atravessar de avião, até mesmo a Força Aérea Brasileira (FAB) colocou à disposição o aparato militar usado na Operação Ostium. Segundo o jornal boliviano “El Deber”, o brasileiro era conhecido no país vizinho como “Pablo Escobar do Sul”, pela participação ativa no controle do tráfico de drogas naquela região, bem como por ser generoso com moradores como forma de ganhar simpatia e apoio, assim como costumava fazer o barão da droga na Colômbia, Pablo Escobar. Mariano era dono da fazenda localizada em Santa Ana de Chiquitos, onde houve confronto entre policiais e assaltantes algumas horas após o assalto (...). Carro-forte modelo Nissan Patrol que pertence à empresa de transporte de valores Brinks era ocupado pelos agentes de segurança Fernando Sarsuri, Félix Magne, Fernando Íbáñez e Ronny Cuéllar, e seguia com destino ao Banco Mercantil Santa Cruz, de Puerto Aguirre, no último dia 30. Enquanto eles transitavam pela rodovia de Roboré, a 250 quilômetros de Corumbá, foram interceptados pelos criminosos em verdadeira ação de guerrilha. O ministro de governo Carlos Romero informou que a fazenda, além de ser usada como entreposto do crime organizado e depósito de drogas, também era palco de treinamentos de tiro e atividades físicas realizados pelo PCC. “A organização participou de ataques similares [ao de Roboré] a entidades financeiras do Brasil, especialmente em Mato Grosso. Por isso eles são procurados também no país de origem”, explicou, agradecendo apoio das forças de segurança brasileiras. “Mostraram disposição” (*Correio do Estado*, 2015).

Figura 20. Fotografia utilizada pelo jornal do *Correio do Estado* para a cobertura sobre as apreensões de drogas na fronteira do Brasil como Paraguai.



Crédito: *Correio do Estado*

Figura 21. Fotografia utilizada pelo jornal do *Correio do Estado* para a cobertura sobre as apreensões de drogas na fronteira do Brasil como Paraguai.



Crédito: *Correio do Estado*

Figura 22. Fotografia utilizada pelo jornal do *Correio do Estado* para a cobertura sobre as apreensões de drogas na fronteira do Brasil como Paraguai.



Crédito: *Correio do Estado*

As imagens encontradas no material comentado (Cf.; figura 21; figura 22; figura 23), demonstram que a fotografia utilizada pelo *Correio do Estado* é um recurso para preenchimento de espaço. Para além de uma foto de autoridade, as demais imagens não revelam intenção ou movimento, parecem ter sido escolhidas porque foram locais onde os fatos aconteceram, mas o contexto em si não chega a ser explicado para o leitor.

Facções de criminosos

Ao tratar sobre a influência das ações de cartéis ou facções na gestão do tráfico de estupefacientes e possíveis consequências, o *Correio do Estado*, novamente, priva o leitor de informações que possam permitir o conhecimento dos fatos e formação de opinião. Essa situação é verificada em matéria publicada na edição do dia 04 de janeiro de 2017 na editoria Brasil e Mundo com retranscrição “Traficantes da Fronteira” e título “Morte de Raa-fat pode ter dado início a guerra entre facções”.

O material foi publicado com o olho “Desde junho último, PCC e CV se enfrentam (Sai-ba é uma intervenção editorial que deve ser usada na análise). Além da condicional, “pode”, o material não é construído com base em fontes ou documentos. Se a narrativa do *Correio do Estado* permite ao leitor conhecer somente o fato sem todos os porquês e consequências, tão ou menos informativo revelou-se o espaço ocupado para a opinião independente. Entre os exemplos está o artigo do promotor de justiça aposentado Antônio Siufi, publicado no dia 14 de janeiro de 2017. Siufi, frequentador assíduo do espaço, tenta explicar o porquê da vulnerabilidade existente na fronteira brasileira com os demais países latino-americanos. Mistura a disputa entre portugueses e espanhóis à atuação de bandeirantes e os anúncios do ministro da Justiça Raul Jungmann²³⁰ sobre a participação do Exército na vigilância fronteiriça.

O nosso país nasceu sob a égide do acaso. Foi assim que resultou lavrada, nos anais da história, a chegada de Pedro Álvares Cabral em nosso território no dia 22 de abril de 1500. Em razão disso, abriu-se uma disputa acirrada entre Portugal e Espanha, pelas terras descobertas, a qual exigiu da Santa Sé a edificação do Tratado de Tordesilhas²³¹. Uma linha imaginária que nunca resultou cumprida pelos contratantes. Os bandeirantes paulistas foram os primeiros violentadores²³². O contrabando escancarado da nossa primeira riqueza econômica, o pau-brasil²³³, foi uma prática normal realizada pelos franceses, ingleses e holandeses (...). Com essa fase embrionária complicada que tivemos de protagonizar, fica difícil acreditar em discursos para resolvermos um outro grave problema que enfrentamos: a segurança das nossas fronteiras. Discursos não resolvem esse

²³⁰ Raul Jungmann foi ministro da Defesa do Brasil no período de 12 de maio de 2016 a 27 de fevereiro de 2018.

²³¹ O Tratado de Tordesilhas foi assinado em 7 de julho de 1494.

²³² Bandeirantes: integrantes de expedições exploratórias organizadas entre os séculos XVII e XVIII, no Brasil.

²³³ Primeiro artigo considerado valioso para a exploração comercial no período em que o Brasil era território ultramarino de Portugal.

drama. (...) Desta feita, foi Raul Jungmann quem nos brindou com afirmações avassaladoras. O local foi a nossa Campo Grande. Afiançou que o governo federal implementará novas tecnologias para o combate ao crime organizado nas regiões de fronteira (...). Discurso lindo, mas inócuo (...). Onde não existe trabalho digno para ser ofertado aos nossos chefes de família, o tráfico é o seu caminho (*Correio do Estado*, 2017).

Para além dos tropeços históricos, o artigo do promotor não aponta ao leitor a afirmação do título “Daqui 500 anos nossas as fronteiras serão vulneráveis”. Não há como contar com o óbvio na interpretação de um material escrito e a vulnerabilidade referida por Siufi também ganha pouco espaço como reflexão do *Correio do Estado*, que segue a narrativa de reprodução do fato de maneira isolada. Essa situação é, novamente, percebida em matéria divulgada na edição 29 de abril de 2017²³⁴, quando é reproduzido material com a retranscrição “Operação Malote” e o título “PF demonstra consórcio de maconha no sul do Estado”. Tendo como fonte única a assessoria de imprensa da Polícia Federal do Brasil, o material dá indicações das ramificações de ações de traficantes em diversas cidades e o envolvimento com as o PCC e Comando Vermelho.

Aproximadamente 200 policiais cumpriram 80 mandados judiciais, entre os quais, 29 de prisão preventiva, cinco de prisão temporária, 12 de condução coercitiva e 40 de busca e apreensão, no Paraná, em Mato Grosso do Sul, São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. Em território sul-matogrossense, 20 equipes buscaram os 25 alvos que estavam em Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Amambai, Dourados e Ponta Porã. Em Coronel Sapucaia, o vereador João Batista de Andrade foi preso e, em Naviraí, um policial foi detido (...). A partir de Amambai, a quadrilha autorizou o transporte de 24,5 toneladas de maconha apreendidas no dia 23 de novembro de 2015, no distrito de Porto Camargo, em Icaraíma (PR), às margens do Lago de Itaipu (...). A carga tinha como destino final a cidade de Paranavaí (PR). Ao longo de dois anos, investigações revelaram extensa rede de narcotraficantes dedicados à introdução, no território nacional, de grandes carregamentos de drogas. No período, foram retiradas de circulação 39 toneladas de maconha e 160 kg de cocaína (*Correio do Estado*, 2017).

Esse relato foi mais uma ocasião em que o *Correio do Estado* não retoma o assunto e não persegue as pistas indicativas sobre causa e efeito. Embora cite que um vereador eleito pela cidade de Coronel Sapucaia (MS) esteja entre os presos da operação juntamente com um policial da cidade de Naviraí, o periódico não aponta ao leitor o desenrolar dos fatos nas próximas edições. Não há menção à procura por advogados que tiveram os nomes divulgados, à Câmara de Coronel Sapucaia ou ao responsável pela polícia de Naviraí. Nesse caso está ainda colocado o agravante de que o leitor desconhece a origem do policial detido, se militar ou civil. Caso permanecesse apenas no primeiro parágrafo, o leitor do *Correio do Estado* não saberia pelas páginas do periódico das prisões do vereador ou

²³⁴ Número 20.230, consultar anexo 2.

policial, considerando que a edição priorizou informar no lead a infraestrutura utilizada pela Polícia Federal à Operação Malote.

Não há também nas edições subsequentes à que noticiou a Operação Malote, nota informativa, artigo de opinião ou, ainda, editorial que aponte de maneira crítica e leve o leitor a refletir sobre as ações no tráfico de drogas naquela área fronteiriça. Ao contrário, no mesmo dia em que o resultado do trabalho da Polícia Federal do Brasil foi noticiado, uma nota aponta a ação da Polícia Nacional em Pedro Juan Caballero, no lado paraguaio e cidade gêmea de Ponta Porã. Sem assinatura, a nota informa que um apartamento naquela cidade paraguaia seria utilizado como “entrepasto” do PCC. Pelo jornal é possível conhecer a localização exata do imóvel, mas essa pista para uma futura investigação jornalística é desconsiderada.

Uma foto de arquivo (Cf.: figura 23), utilizada como mera forma de ilustração foi a escolha editorial do *Correio do Estado* para tratar o material. A foto não tem autoria divulgada, também não há indicação de data, já o uniforme demonstra uma operação da Polícia Rodoviária Federal, e não Polícia.

Figura 23. Fotografia utilizada pelo jornal do *Correio do Estado* tratar da ação de cartéis de drogas em Mato Grosso do Sul.



Crédito: Correio do Estado de 29 de abril de 2017

Neste cenário foram concentradas as apreensões de estupefacientes noticiadas pelo *Correio do Estado*. Foi possível perceber que as notícias relativas às apreensões também ocorreram na forma de relatório. As matérias encontradas, apontavam relato de material

apreendido ou apontamentos sobre a gestão das estradas, também foram identificados editoriais e, ainda, artigos de opinião independente que abordaram o assunto. As notícias sobre apreensões de estupefacientes em rodovias de Mato Grosso do Sul, sejam federais ou estaduais, seguiram a linha editorial do *Correio do Estado* de divulgar o fato, sem haver indicativo para crítica, reflexão e compreensão de causa e efeito.

Entre as notícias identificadas nesta análise, está a sequência ocorrida em 2015, quando carregamentos de estupefacientes são descobertos pelas polícias naquele estado. Ao noticiar na edição do dia 7 de abril de 2015²³⁵ o resultado de operação policial realizada durante a Semana Santa pelo DOF (Departamento de Operações e Fronteiras), o jornal dá espaço a uma nota indicativa cujo modelo é seguido na maioria das notícias deste cenário.

Durante a Operação Semana Santa, deflagrada pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF), mais de 660 quilos de drogas e uma pistola foram apreendidos. Também foram recuperados dois veículos roubados e preso um homem procurado pela Justiça. No decorrer da ação, realizada ao longo da faixa de fronteira, nas divisas de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, foram vistoriados 1.300 veículos, sendo sete deles apreendidos por apresentar adulterações nos sinais identificadores e recuperados outros dois, com ocorrências de roubos. Os policiais do DOF ainda apreenderam uma pistola e mais 68 munições de calibre 9 milímetros, 653 quilos de macoña, oito quilos de cocaína e 13 quilos de haxixe (*Correio do Estado*, 2015).

Nota semelhante é utilizada para, na mesma edição e mesma página, apontar o balanço das atividades da PMRE (Polícia Militar Rodoviária Estadual de Mato Grosso do Sul), que anuncia a apreensão de 23 quilos de cocaína e uma prisão. A notícia, em um total de 110 palavras, segue o modelo e, até mesmo, parece uma cópia exata de um boletim de ocorrência elaborado pela polícia militar.

A Polícia Militar Rodoviária Estadual (PMRE) apreendeu, ontem, no início da tarde, cerca de 23 quilos de cocaína. Segundo a PMRE, a droga estava com Saulo Moraes Rodrigues, morador da cidade de Dourados. Ele viajava num VW Gol com placas de Dourados, quando foi abordado em uma fiscalização de rotina, em frente à base policial de Amandina. Durante a vistoria, em um compartimento embaixo do assoalho do portamalas do carro, os policiais encontraram 38 tabletes de cocaína que, na pesagem, totalizaram 23 quilos do entorpecente. Saulo Moraes foi preso em flagrante e encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Ivinhema, para as investigações complementares em torno do esquema de tráfico (*Correio do Estado*, 2015).

A análise permitiu verificar que, independente da quantidade de droga apreendida, o tratamento editorial de relatório continua a ser seguido pelo *Correio do Estado*. Exemplo da

²³⁵ Edição número 19.483, consultar anexo 2.

afirmação está na edição publicada no dia 8 de abril de 2015²³⁶. A matéria, “Polícia Barra quase duas toneladas de maconha”, tem 388 palavras, mas apenas o primeiro parágrafo, com 194 palavras trata do anunciado no título. O restante aponta a prisão de um homem que dirigia um caminhão carregado por maconha.

Quase duas toneladas de maconha foi (sic) barrada pela polícia em duas apreensões no interior do Estado, na segunda-feira. Na primeira delas, um carregamento de mais de 1,1 tonelada da droga foi apreendido e dois traficantes presos, em uma pousada na Rua Júlio Maia, centro de Água Clara. De acordo com a Polícia Civil, inicialmente policiais rodoviários federais abordaram um veículo Fiesta que serviria de batedor para o transporte da droga. Havia a suspeita de que ele acompanharia um Celta, um Duster e um Voyage. O Celta foi encontrado em um hotel da cidade, onde Felipe Diogo Fernandes Dias, 21, estava hospedado. Ele foi levado à delegacia, mas nada de ilícito foi encontrado no automóvel, por isso foi liberado. Entretanto, policiais ainda suspeitavam da participação dele no crime e estrategicamente passaram a monitorá-lo. Foi flagrado retornando ao hotel apressadamente e, com malas, seguindo para a pousada. Neste momento, policiais entraram no local e abordaram Luciano de Souza Martins, da mesma idade, que tentou fugir, mas acabou preso. No carro dele, Duster, havia 1,1 tonelada de maconha. Felipe foi preso em Ribas do Rio Pardo e os condutores que seguiriam nos demais carros não foram encontrados (*Correio do Estado*, 2015).

Para marcar a troca de assuntos, um intertítulo “mais maconha” é inserido na matéria, que descreve a forma de atuação da polícia, com detalhes que incluem o endereço e, até o comportamento da pessoa que presa. Como ocorre nos demais assuntos cobertos pelo *Correio do Estado*, a fonte policial é a única utilizada. Não há menção à procura de advogado ou representante da pessoa detida, cujo nome foi divulgado. Por ter um tratamento corriqueiro, o material não é alvo de suíte e fica impossível ao leitor saber o tratamento jurídico dado a pessoa detida.

Enquanto isso, policiais do Setor de Investigações Gerais de Dourados prenderam Paulo Geová Sena Nascimento, que dirigia veículo carregado de maconha na BR-163, na segunda-feira. No carro foram achados fardos de maconha, que pesaram 545 quilos. Após receber denúncia anônima sobre a chegada de um veículo em Dourados e que estaria carregado de droga, a equipe montou campana no trevo da bandeira localizado na rodovia, onde passou um veículo com as mesmas características. Os policiais fizeram acompanhamento do veículo, que foi deixado próximo da Avenida Marcelino Pires. O condutor se distanciou, ficando parado em um ponto de ônibus. Após algumas horas de monitoramento, os investigadores realizaram a abordagem do suspeito, identificado como Paulo. Ele confessou que teria pegado o veículo em um canavial próximo do trevo da bandeira e trazido até o local, onde aguardaria a chegada de uma pessoa com dinheiro do frete. Os policiais constataram que o carro utilizado para o transporte teria outra placa registrada e que ainda constava registro de furto em Uberlândia (MG) no dia 5 de março. A placa utilizada seria de uma GM S10, roubada em Campo Grande no dia 6 de janeiro deste ano (*Correio do Estado*, 2015).

O tratamento editorial de fato corriqueiro é mantido independente da quantidade de entorpecente apreendida, da localização da apreensão e dos envolvidos no transporte ilícito.

²³⁶ Edição número 19.484, consultar anexo 2.

Dois exemplos recolhidos nesta análise apontam essa forma de tratamento. No primeiro deles, o material divulgado no dia 10 de abril de 2015²³⁷, o *Correio do Estado* noticia a apreensão de duas toneladas de maconha na rodovia BR-267. Ao descrever o trabalho divulgado por patrulheiros da PRF e da Polícia Civil na cidade de Nova Andradina, o periódico utiliza 165 palavras para incluir a apreensão de drogas, munições, uma arma e a prisão de duas pessoas. Mais uma vez o nome de pessoas presas em uma abordagem primária foi divulgado. O material demonstra, ainda, ausência de cuidado editorial, por ter inserido no último parágrafo outra atividade policial, desta vez a apreensão de 48 quilos de maconha. Essa última apreensão resultou de trabalho do DOF (Departamento de Operações de Fronteira) e o relato jornalístico também aqui mantém o modelo relatório.

Tentativa de fuga acabou em perseguição e, na sequência, na apreensão de quase duas toneladas de maconha, além da prisão de dois traficantes. O episódio foi registrado na BR-267, altura do quilômetro 130, na cidade de Nova Andradina, distante 297 quilômetros de Campo Grande, na última quarta-feira. De acordo com informações registradas pela Polícia Civil, Sílvio Eduardo de Faria Mello, de 26 anos, e Rafael Souza da Silva, 24 anos, levavam a droga em um Nissan Frontier. Rafael, que estava na direção, foi orientado a parar, ao passar pelo posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF), mas desobedeceu e fugiu em grande velocidade. Houve perseguição e os jovens foram alcançados e cercados alguns quilômetros depois. No carro foram encontrados cerca de 1.850 quilos de maconha, bem como 1,05 quilo de haxixe, um revólver calibre 38 e 126 munições do mesmo calibre. Aos policiais, os presos informaram que saíram de Dourados com destino a Presidente Epitácio (SP) e que, pelo transporte, receberiam R\$ 20 mil. Na MS-455, região de Sidrolândia, policiais do Departamento de Operações de Fronteira apreenderam uma motocicleta abandonada com três sacos contendo 56 tabletes de maconha, totalizando 48 quilos da droga. O traficante abandonou o veículo com a droga ao perceber a presença dos policiais do Departamento de DROGA. Veículo apreendido com a carga de maconha Fronteira na rodovia (*Correio do Estado*, 2015).

Por manter a descrição do fato sem oferecer ao leitor a oportunidade de conhecer os porquês dos casos que relata, o *Correio do Estado* também ignora pistas oferecidas para ampliar a cobertura sobre a ação do tráfico de drogas com apoio de integrantes das instituições públicas brasileiras. Esse exemplo é observado no material publicado em 15 de abril de 2015²³⁸, quando é noticiada a apreensão de uma viatura pertencente à Embrapa²³⁹ carregado com 1,5 tonelada de maconha. O jornal informa que o relatório policial aponta o uso de um adesivo da empresa pública como forma de facilitar o trânsito dos envolvidos no caso e, embora descreva informações sobre uma nota da assessoria de imprensa da Embrapa indicando que o caso será apurado, o assunto não é novamente abordado.

²³⁷ Edição número 19.486, consultar anexo 2.

²³⁸ Edição número 19.491, consultar anexo 2.

²³⁹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Lei de criação número 5.851 de 7 de dezembro de 1972 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L5851.htm).

Veículo com adesivo da Embrapa levava 1,5 tonelada de maconha Caminhonete roubada, com placas de Campo Grande e com adesivo da Embrapa, foi apreendida com 1,5 tonelada de maconha. A apreensão foi feita pela Polícia Militar, em José Bonifácio (SP). A PM chegou ao local por meio de denúncia anônima. A droga estava em um galpão, na área urbana da cidade. Quatro homens foram presos e um menor, apreendido. De acordo com os policiais, o adesivo era usado apenas para despistar os policiais nas entradas de cada cidade e não tráfico chamar atenção em caso de blitz nas rodovias. Em nota, a Embrapa informou que a assessoria jurídica está analisando o caso. A droga estava embalada em tijolos e escondida na carroceria da caminhonete, que ostentava o selo da Embrapa, órgão federal. Foi o menor que levou a caminhonete com a droga até o interior paulista. Além da caminhonete, a polícia apreendeu dois outros veículos que davam apoio ao transporte da droga (*Correio do Estado*, 2015).

Também não há indicações referenciais sobre a apreensão de 9 toneladas de maconha pela PRF, noticiada no dia 31 de outubro de 2015²⁴⁰. No material é indicado que a polícia não aponta a origem da droga, chamada de “paraguaia”, mas não é apontada conexão sobre destino do produto, barrado em uma rodovia estadual de São Paulo. Limitado ao fato, o material não oferece a perspectiva de compreensão do trânsito de estupefacientes pelos territórios paraguaios, sul-mato-grossense e paulista. Não há menção a tentativa de entrevista ou procura nem mesmo de agentes policiais que atuaram no trabalho de apreensão, já que a matéria publicada está limitada ao modelo relatorial.

Carga de nove toneladas de maconha foi apreendida no início da noite de quinta-feira, na alça de acesso da Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo (SP-563), a Rodovia da Integração, em Teodoro Sampaio (SP). A droga paraguaia estava na carroceria de um caminhão, sob uma carga de farinha. A apreensão foi feita pela Polícia Rodoviária Federal, em ação conjunta com a Polícia Federal. O veículo, com placas de Marilene (PR), estava a caminho de Guarulhos Polícia apreende nove toneladas de maconha tráfico (SP), segundo informou o motorista. Ele não revelou, entretanto, a quem seria entregue a droga. A polícia também não revelou de onde, especificamente, teria partido a mercadoria, o que será objeto de investigações complementares. Na quarta-feira, um outro grande carregamento, de três toneladas de maconha, foi apreendido em Jaú (SP). A droga saiu do Paraguai e encontrava-se em fundo falso de um caminhão-tanque. Um motorista de Mato Grosso do Sul escoltava a carga (*Correio do Estado*, 2015).

Situação semelhante é percebida no dia 21 de abril de 2017²⁴¹, na edição número, quando é divulgada pelo *Correio do Estado* o resultado de trabalho da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Departamento de Operações e Fronteiras. O material trata da apreensão de 10,7 toneladas de maconha no intervalo de quatro dias pelas três entidades policiais em ocasiões e espaços geográficos diferentes. Todo o material persegue o modelo de relatório, com detalhes como a distribuição em tabletes das drogas apreendidas, as placas das viaturas utilizadas pelas pessoas presas o quanto estas receberiam para trans-

²⁴⁰ Edição número 19.690, consultar anexo 2.

²⁴¹ Edição número 20.223, consultar anexo 2.

portar os produtos. No início do texto há uma indicação sobre o porquê de a quantidade de drogas ser alcançada em período inferior a uma semana pelas polícias que atuam no Mato Grosso do Sul. A matéria aponta que as ações resultam de investidas das polícias para evitar a distribuição a “outros centros consumidores do país”, mas não atribui a informação e também não relaciona qual seria a área geográfica a que se destinavam o entorpecente.

Já o que seria uma nota informativa, a coluna “Saiba” é utilizada para tratar de uma adolescente “presa”²⁴² com drogas em situação não relacionada com o material principal. Mesmo por tratar de uma prisão em que um bebê está envolvido, o *Correio do Estado* não retoma o assunto. Tratamento semelhante tem o material que abriu a página como assunto principal.

As polícias que atuam em Mato Grosso do Sul apreenderam 10,7 toneladas de maconha em apenas quatro dias, no interior do Estado. A maioria das retenções, feitas pelas polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e pela Polícia Militar Rodoviária Estadual (PMRE), aconteceu em regiões próximas à fronteira com o Paraguai, porta de entrada da droga produzida no país vizinho. Para policiais que atuam naquelas regiões, o grande volume de apreensões em poucos dias reflete a ação intensificada do tráfico, tentando derrear mais maconha dentro de Mato Grosso do Sul, para redistribuição a outros centros consumidores do País (*Correio do Estado*, 2017).

A transposição de estupefacientes dos países vizinhos para o Brasil não é alvo de reflexão pelo *Correio do Estado* mesmo quando há divulgação dos chamados balanços, os relatórios policiais. Os dados, apresentados de maneira isolada, indicam a abrangência das atividades do tráfico de drogas, mas a falta de “tradução”, ou seja, apoio com indicações de falas de especialistas no assunto, material gráfico e mesmo matérias anteriores impede o leitor de conhecer o assunto e, a partir de então, formular opinião. O *Correio do Estado* opta pelo subsídio da informação apresentada no relatório policial, ainda que exiba entrevistas pontuais com responsáveis por setores das polícias que atuam no Mato Grosso do Sul. No dia 3 de julho de 2015, o jornal noticiou que o “volume (sic) de apreensões de maconha é 50% maior no semestre”. Relatório de uma única fonte policial, o Departamento de Informações e Fronteiras, revela que 21,2 toneladas de drogas foram apreendidas no território sul-mato-grossense. O montante, como indica o material, superou em 55% as apreensões ocorridas no mesmo período do ano anterior. Com a interceta-

²⁴² O regime jurídico brasileiro que trata da imputação de pena a pessoas com idade inferior a 18 anos não utiliza o termo prisão, mas apreensão (fonte: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/Policialprotegermenores/not002.htm>).

ção policial, indica o material, o prejuízo aos “narcotraficantes” chegaria a R\$ 22 milhões e, além das apreensões, 194 pessoas foram privadas de liberdade por envolvimento com o transporte de estupefacientes.

Nenhuma das variáveis apresentadas na matéria foi alvo de desdobramento. E o relatório teve a divulgação de uma das forças policiais que atuam em Mato Grosso do Sul. Ou seja, é possível supor que a quantidade de drogas apreendidas era maior, porque não foram mencionadas a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Além disso, outras divisões da Polícia Militar também atuam na apreensão de drogas, além do Departamento de Operações e Fronteiras. Por isso é possível apontar que a quantidade de material não corresponde à realidade no período mencionado na matéria do *Correio do Estado*.

Ainda que não tivesse acesso, a procura pelo relatório das demais polícias não foi mencionada. O jornal também não apontou quem eram as pessoas transportadas, apontando origem e destino, limitando-se em informar gênero e distinguir entre maiores e menores de idade. Faltou nessa matéria informações relativas ao significado do mencionado prejuízo de R\$ 22 milhões com as apreensões. Não é indicada a origem da informação, embora seja possível supor que tenha saído do próprio departamento, mas o leitor não compreende por falta de elementos sobre como foi estimado o prejuízo e o que isto significa em termos de atuação do mercado do tráfico de drogas para a região.

O volume de maconha apreendido pelo DOF (Departamento de Operações de Fronteira) em Mato Grosso do Sul chegou a 21,3 toneladas no primeiro semestre deste ano, número 55% maior do que o total retirado de circulação durante o mesmo período do ano passado. O prejuízo causado aos narcotraficantes passa de R\$ 22 milhões. Segundo a corporação, grande parte das apreensões ocorreu na região sul do estado, em cidades como Amambai, Coronel Sapucaia e Ponta Porã, que ficam na faixa de fronteira com o Paraguai, um dos maiores produtores de maconha. De acordo com o coronel Ary Carlos Barbosa, comandante do DOF, 194 pessoas foram presas por tráfico em 2015, sendo 103 homens, 50 mulheres e 41 adolescentes. A maioria delas apostava no tráfico formiguinha, aquele no qual a droga é transportada em pequenas quantidades fáceis de camuflar em fundos falsos de automóveis, em bagagens ou até mesmo para prender no corpo - nestas condições, se houver flagrante, o prejuízo é menor. “Nossas apreensões na maioria das ocorrências são de pequenos volumes de droga, que variam entre 10 e 60 quilos, em que se torna mais fácil camuflar e mais difícil de se encontrar. Apreensões como a que ocorreu nos na última semana em Amambai, com mais de cinco toneladas apreendidas são exceção, prova disso é o número de pessoas presas pelo tráfico, que nesse primeiro semestre chegou a 194 prisões”, diz Ary. Além da maconha, a quantidade de outros estupefacientes também cresceu, tal como a da cocaína, com 234 quilos - 20% a mais que em 2014 - e de haxixe com 41 quilos - 95% a mais que no ano passado. O comandante atribui este cenário positivo ao patrulhamento itinerante do DOF na fronteira, aliado às demais forças de segurança que também combatem diariamente o narcotráfico. “As técnicas usadas por nossos policiais, somadas à demanda da droga no Brasil e ao período da safra da maconha no Paraguai nos garantiram um número grande de apreensões, principalmente de maconha e de haxixe”. Com sede em Dourados, a corporação atua há 28 anos no território sul-mato-

grossense, cobrindo aproximadamente 1.500 km de fronteira com o Paraguai e com a Bolívia (*Correio do Estado*, 2015).

A mesma estrutura e as mesmas deficiências são mantidas ao longo dos meses no material recolhido para análise. Agora, em 5 de julho de 2017, o *Correio do Estado* apresenta os dados da Polícia Rodoviária Federal. No mesmo intervalo, de seis meses, a instituição apreende 103 toneladas de drogas e, conforme a matéria, a quantidade chega a 400 toneladas na contabilidade dos quatro anos anteriores. No material é utilizada a retranca “guerra”, condição distante do significado do termo. Nessa “guerra”, apenas apreensões de estupefacientes seriam utilizadas? Quais seriam os outros elementos necessários para a real aplicação do termo guerra? Nenhuma das questões será respondida na matéria do *Correio do Estado* porque é suposto que o termo tenha sido utilizado como forma de chamar a atenção do leitor.

E a atenção de quem procurasse o material poderia parar na retranca e no título “nos últimos quatro anos, volume (sic) de apreensões em rodovias passou de 400 toneladas”. Não há resposta sobre o casuísmo que leva a tamanha transposição de estupefacientes naquele território, as consequências da ocorrência e das ações policiais. Também neste material o *Correio do Estado* parece não conseguir responder às variáveis expostas no material e permanece a utilização do modelo relatorial das informações divulgadas pela polícia e somente por ela. Gestores, pesquisadores ou especialistas não chegam às páginas desse jornal para tentar fazer com que o leitor compreenda o porquê de o território sul-mato-grossense ser alvo de intensa transposição de estupefacientes. Pelas informações do jornal, essa seria somente uma condição geográfica, com desprezo às questões sociais e econômicas da região.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 103 toneladas de drogas em apenas seis meses, em Mato Grosso do Sul. A última grande apreensão aconteceu há uma semana, quando os policiais interceptaram carregamento de 4,3 toneladas de maconha na BR-163, região de Dourados. A droga estava em meio a uma carga de tijolos. Balanço da Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul, divulgado ontem, revela que, no primeiro semestre deste ano, os números são o triplo das apreensões no mesmo período de 2016, quando foram recolhidas 34,5 toneladas. No ano passado, a PRF havia registrado 119,9 toneladas, o maior volume anual de drogas retidas no Estado. Ainda de acordo com as informações, entre os anos de 2013 e 2016, a Polícia Rodoviária interceptou mais de 327 toneladas de drogas. De janeiro a junho deste ano, já apreendeu o equivalente a mais de 85% das drogas apreendidas em todo o ano anterior. As apreensões do semestre também já superaram em 31% toda a droga apreendida nos últimos quatro anos. No cômputo nacional, entre os anos de 2013 e 2016, o volume de apreensões de drogas registradas pela PRF foi de 671,4 toneladas. Em Mato Grosso do Sul, os números de apreensões no mesmo período representam aproximadamente 48% deste total (432 toneladas). Conforme a Polícia Rodoviária, neste semestre, também aumentou o número de prisões por tráfico de entorpecente. Foram presas 276 pessoas, en-

quanto no mesmo período do ano passado foram 195. A droga com maior incidência de apreensão em Mato Grosso do Sul continua sendo a maconha paraguaia. No semestre, são 102,4 toneladas dessa droga, contra 33 toneladas em 2016. As apreensões de cocaína no primeiro semestre já totalizaram 1,2 tonelada contra 1,4 tonelada apreendida no mesmo período e 2,9 toneladas em todo o ano anterior (*Correio do Estado*, 2017).

E mesmo as implicações geográficas que resultam nas apreensões e na ação do tráfico de drogas nas rodovias de Mato Grosso do Sul passam despercebidas no trabalho jornalístico do *Correio do Estado*. Como já exposto, essa constatação é possível mesmo quando os fatos, por si, indicam pistas para o investimento em trabalho investigativo. No caso exposto em 9 de abril de 2015²⁴³, o leitor é informado sobre um posto de observação instalado na rodovia federal BR-163. Conforme o material, o posto é instalado na rodovia na altura do município de Dourados e a 100 quilômetros de distância do Paraguai. Para o jornal, foi suficiente descrever a retirada do posto de observação a partir de informações sobre o trabalho divulgado pela PRF. Ouvido pelo jornal, o inspetor-chefe da PRF de Dourados, Ozanan Catelan, revela a importância do local como ponto estratégico para o transporte de entorpecente, mas o jornal limita-se a essa entrevista. Não são apresentados dados que possam apoiar um leitor desavisado, alguém que desconheça a realidade daquele ponto da fronteira. Ao jornal parece haver a certeza do entendimento e conclusões com a apresentação única do relato policial.

Ponto de espionagem improvisado em cima de árvore foi montado por quadrilha de criminosos para sondar movimentação policial, perto do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF), à margem da rodovia BR-163, na cidade de Dourados, a cerca de 100 quilômetros do Paraguai. O local havia sido descoberto há alguns dias, chegou a ser monitorado e anteontem foi desmontado. A suspeita principal é que a espécie de “observatório do crime” estivesse sendo ocupado por integrantes de quadrilha especializada em contrabandos de cigarros, já que este é um dos *modus operandis* (sic) que caracteriza ações deste segmento. A localização, perto da fronteira com o País que, além da exportação de maconha, é conhecido também pelo comércio do produto de origem estrangeira, é outro fator que colabora para suspeita, de acordo com informações do inspetor-chefe da Delegacia da PRF de Dourados, Ozanan Catelan. Segundo Catelan, a existência do abrigo foi avisada por rodovia condutores e moradores que passam pela região. O ambiente chegou a ser monitorado por alguns dias, com o objetivo de flagrar possíveis componentes do grupo criminoso, mas ninguém apareceu. “Acreditamos que alguém envolvido no esquema tenha percebido nosso trabalho de monitoramento e avisado aos espiões. Fazendo com que abandonassem o ponto”, destacou o inspetor-chefe. O acampamento havia sido estruturado entre folhas e galhos na copa de uma grande árvore frutífera, (mangas), em um ponto em que o posto de fiscalização da PRF podia ser observado. Para isso, criminosos utilizavam binóculos e, por meio de rádios comunicadores e telefones celulares, avisavam comparsas sobre a movimentação no posto e rota de viaturas. “Suspeitamos que seja estratégia de quadrilha de contrabandistas de cigarros. Esta é a maneira como costumam agir. Adotam a logística para observar postos policiais e avisar a condutores de carretas quando o efetivo sai para ocorrências (*Correio do Estado*, 2015).

²⁴³ Edição número 19.485, consultar ao anexo 2.

Como a opção editorial do *Correio do Estado* foi manter o modelo de relatório, as limitações ao trabalho policial indicado no material citado não são expostas no espaço dedicado às matérias. Esse tipo de questionamento aparece, contudo, no editorial publicado no dia 16 de abril de 2015²⁴⁴, quando o periódico cobra a realização da busca ativa por traficantes e contrabandistas pela polícia. Também aponta que o trabalho policial pela própria polícia está limitado às apreensões e não à investigação.

No texto, contudo, o editorialista assume que falta à polícia a autonomia que seria garantida pela aprovação da PEC 412/09²⁴⁵. O editorial ainda aponta que as incursões e investigações policiais relacionadas ao tráfico de drogas e contrabando deveriam se assemelhar ao modelo aplicado na própria política brasileira. Classificando como eficaz o trabalho da Polícia Federal do Brasil direcionado à classe política nos casos de suspeita de corrupção, o editorialista demonstra ponto de vista antagônico ou capacidade analítica limitada da proposta de emenda constitucional que defende.

O autor da proposta defende a autonomia funcional e administrativa da Polícia Federal como forma de prevenir e evitar a manipulação investigativa que poderia ocorrer como resultado da alternância no poder executivo. Também aponta o engessamento para a atuação na fronteira como resultado da ausência de autonomia gerencial. No editorial do *Correio do Estado*, contudo, somente o ponto de vista político é percebido e não é possível conhecer a real situação das investigações na faixa de fronteira, que não são de competência exclusiva da Polícia Federal. Quando compara a situação fronteiriça ao quadro político, o editorialista não cita, mas fala sobre a Operação Lava Jato²⁴⁶ e das opções políticas que a sustentaram. Diz que a Polícia Federal não dá aos demais crimes a mesma importância. Ou seja, peso político, justamente o que a proposta da PEC ataca. No editorial também são questionados os destinos de prisões em decorrência da apreensão de cargas de cocaína, mas não relaciona dados que possam contribuir com a percepção do leitor sobre as ocorrências.

²⁴⁴ Edição número 19.492, consultar ao anexo 2.

²⁴⁵ A PEC 412/09 de autoria do então deputado Alexandre Silveira (eleito para representar o Partido Popular Socialista de Minas Gerais) propõe alterar o artigo 144 da Constituição brasileira para conceder autonomia gerencial à Polícia Federal (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=453251>).

²⁴⁶ A Operação Laja-Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal (<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>) e contou com 400 policiais na primeira fase.

As diligências para desmascarar quadrilhas de traficantes e contrabandistas estão cada vez mais escassas. Limitam-se a apreensões e depois não sabemos mais das investigações editorial. Há um vergonhoso contrassenso entre os investimentos em segurança, principalmente na região fronteira, e a atuação de organizações criminosas que não encontram tantos obstáculos para trazer drogas ou produtos contrabandeados aos estados brasileiros. Não há dúvidas sobre a fragilidade da fiscalização, o que decorre, obviamente, da falta de investimento em policiamento, principalmente pelo governo federal (...). Ontem mesmo, durante reunião, policiais federais cobraram mais autonomia e dinheiro, voltando a defender a aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 412/09). O foco foi cobrar mais investimentos para apurar os casos de corrupção, propondo até a criação de uma delegacia especializada (...). Certamente, temos acompanhado os resultados positivos das investigações, que resultaram nas prisões de diversos políticos e empresários envolvidos em desvios de bilhões em recursos públicos. Desde o ano passado, por exemplo, novos desdobramentos nos mostram o gigantesco escândalo que ocorria na Petrobras. Todas essas denúncias corroboram para investimentos nesta área, mas é preciso verificar se a Polícia Federal não vem, em algumas ocasiões, deixando de dar a devida importância para outros crimes, que também fazem parte de suas atribuições e prejudicam os cidadãos brasileiros. Hoje, as diligências para desmascarar quadrilhas de traficantes e contrabandistas estão cada vez mais escassas. Limitam-se a apreensões e depois não sabemos mais dos desdobramentos das investigações (*Correio do Estado*, 2015).

A preocupação com a vigilância fronteira pela polícia é novamente manifestada na forma de opinião no dia 30 de outubro de 2015²⁴⁷, quando o *Correio do Estado* cobra atitudes da presidente Dilma Rousseff e do governador Reinaldo Azambuja. O editorialista cita apreensões recentes de estupefacientes e roupas contrabandeadas e, apesar de citar a Dilma Rousseff na primeira linha, somente o governador Azambuja é alvo das cobranças que incluem ação e divulgação do plano estadual de segurança.

Fronteiras abertas - Já passa da hora de a presidente Dilma Rousseff e de o governador Reinaldo Azambuja demonstrarem objetivamente a preocupação deles com a segurança na fronteira - Apreensões desta semana em rodovias de São Paulo e Mato Grosso do Sul comprovam que a fronteira da Bolívia e Paraguai com o Brasil está aberta e que o controle do que entra e do que sai do País, feito por policiais federais e servidores da Receita Federal, é deficiente. Também praticamente não existe trabalho da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) no sentido de combater, dentro de seus domínios e de sua competência constitucional, crimes próprios da região de fronteira, como narcotráfico e contrabando (...). No início de seu mandato, o governador Reinaldo Azambuja prometeu comprar aparelhos de raio-x (scanners) que identificam drogas em carros e caminhões. Cada equipamento custa em torno de R\$ 2 milhões. O governo, contudo, preferiu, por exemplo, gastar em torno de R\$ 35 milhões só com publicidade. A segurança pública da administração Reinaldo Azambuja, diga-se de passagem, é pouco divulgada. O secretário Silvio César Maluf prefere se fechar no gabinete e mostrar muito pouco a que veio (*Correio do Estado*, 2015).

Novamente a expressão “fronteiras abertas” é utilizada pelo *Correio do Estado* como retransmissão. Dessa vez, o editorialista critica os cortes de gastos para a região e aponta que o “a medida é necessária para chegar ao equilíbrio nas contas, porém, o contingenciamento pode ter efeitos colaterais (...)”. O material é acompanhado pela charge. Pela primeira vez em um editorial constante nesta análise, há informação documentada sobre a opinião

²⁴⁷ Edição número 19.660, consultar ao anexo 2.

que será emitida pelo editorialista do *Correio do Estado* e o texto cita o decreto número 9018/17²⁴⁸, que impôs corte no orçamento da União. Diferente dos termos utilizados quando o governo ainda era de Dilma Rousseff, dessa vez o editorialista enfatiza que a medida é necessária, demonstrando apoio ao governo de Michel Temer. Ainda assim, a opinião do jornal é de que a medida é “estrangeira” e de consequências “estrangeiras”. Para o leitor do periódico, o editorial é construído com base em dados do sindicato dos patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal, ouvido para matéria que figurou na mesma edição e tratou dos cortes de recursos.

O corte de gastos é estratégia adotada pelos governos em decorrência do agravamento da crise financeira. A medida é necessária para se chegar ao equilíbrio nas contas, porém, o contingenciamento pode ter efeitos colaterais, propiciando o agravamento (...). Sob esta ótica que precisa ser visto o anúncio da Polícia Rodoviária Federal, de suspensão de vários serviços. A medida é decorrente de decreto federal e, infelizmente, apenas comemorada pelo crime organizado. A lista divulgada pela PRF é estrangeira: por conta do decreto 9018/17 do governo federal, com contingenciamento orçamentário de 39%, a corporação decidiu suspender serviço de escolta, policiamento e resgate por meio aéreo, redução dos deslocamentos terrestres, desativação de unidades operacionais e mudança no horário do administrativo. Tudo para tentar se adequar ao valor de repasse hoje estipulado em R\$ 257,6 milhões. Haverá um cronograma para o fechamento dos postos, na tentativa de minimizar os efeitos das medidas. Porém, mesmo que feito a conta-gotas, as consequências são extremamente preocupantes. Para Mato Grosso do Sul não poderia ser pior: estado brasileiro fronteiro aos principais produtores de drogas e traficantes de armas, o trabalho de patrulhamento e fiscalização, que já era difícil, atingiu níveis de improbabilidade (...). Há aspectos graves que não podem ser ignorados, como o combate ao crime organizado. O Brasil vive momento de fragilidade extrema. Os índices da criminalidade estão em ascensão, enquanto as forças de segurança enfrentam sucateamento. Até que haja alguma solução, toneladas de drogas, armas e contrabando de remédios e cigarros, para citar alguns dos itens, já terão passado pelas estradas brasileiras. É praticamente um salvo-conduto para os criminosos. Para o policial fica a frustração de não conseguir desenvolver seu trabalho a contento; para a população, aumenta a sensação de insegurança e de que o País caminha para a anarquia (*Correio do Estado*, 2015).

As consequências do efeito do decreto que determinou cortes no orçamento da União e, por consequência na Polícia Rodoviária Federal foram abordadas em suíte publicada no dia 7 de julho de 2017²⁴⁹, quando o *Correio do Estado* ouve o secretário de Estado de Segurança Pública José Carlos Barbosa. Na matéria, o titular da segurança de Mato Grosso do Sul classifica o corte de verbas como “economia burra” e que o governo federal deveria “adotar medida inversa. Embora tenha procurado levar ao conhecimento do público os efeitos dos cortes de orçamento por um agente da gestão de segurança e, assim, fazer com que o leitor perceba como uma medida do governo federal influencia a população, o *Correio do Estado* só fez parte do trabalho. Faltou ao leitor a própria visão do

²⁴⁸ O decreto 9018 de 30 de março de 2017 foi assinado pelo presidente Michel Temer e impôs redução do orçamento de todos os poderes na República brasileira (Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9018.htm).

²⁴⁹ Edição número 19.575.

governo federal e, ainda, a dos gestores e as comunidades da faixa de fronteira afetadas pela menor oferta de recursos.

As consequências são indicadas na fala do secretário para comunidades distantes daquela área geográfica e seriam sentidas no “Rio de Janeiro” e “São Paulo” na morte de policiais e no uso de crack, respectivamente. Bancos de dados, como o que poderia ser oferecido pela Polícia Rodoviária Federal, das outras polícias atuantes na região de fronteira ou entidades estudiosas das comunidades locais não fizeram parte da rotina de apuração do jornal. Dados citados pelo periódico consideraram fatos divulgados dias antes pelas polícias e, em resumo, o leitor do *Correio do Estado* ficou sem conhecer o arco de consequências da redução dos recursos para a segurança, como se esse fator pudesse ser deduzido. Pela falta de dados, o periódico limita-se em apresentar adjetivos sobre fatos não comprovados, como “maior corredor de drogas” e “redução drástica”.

A alteração de rotina surge no momento em que Mato Grosso do Sul se consolida, de forma negativa, como maior corredor do tráfico de drogas da América do Sul (). “Veja bem, o Estado já opera no limite. O governo federal pauta seus investimentos escorado no Estado. Estamos cansados de sermos usados como bengala pela União. Não haverá como deslocarmos unidades como o DOF para patrulhar rodovias federais na fronteira, onde a PRF eventualmente não possa ir. Até porque isso nem é nossa atribuição”. Apesar de não ser responsável pela gestão da PRF, o secretário foi contundente e avaliou que, no final das contas, não haverá contenção de gastos, porque os recursos poupados com policiamento terão que ser aplicados em outras áreas que são indiretamente prejudicadas pelo aumento na criminalidade. “As armas que passam pela nossa fronteira são as mesmas que vão matar policiais no Rio de Janeiro. A droga que entra no Brasil, vinda de países vizinhos, é a mesma que vai piorar a situação das cracolândias em São Paulo. Isso deixa claro que o caminho adotado é o inverso do que deveria” (*Correio do Estado*, 2015).

A crítica à forma de atuação do governador Reinaldo Azambuja é novamente colocada em editorial publicado no dia 2 de outubro de 2015,²⁵⁰ quando o *Correio do Estado* aponta o classifica as medidas como tímidas e pouco visíveis. O editorialista faz um balanço sobre as ações do governo e direciona críticas, também, à Polícia Federal.

Passados nove meses do início da administração de Reinaldo Azambuja, mesmo em um cenário de crise econômica e dificuldade para arrecadar, o governo do Estado obteve êxito em algumas iniciativas, como, por exemplo, na área da saúde (...). Há um ano, durante sua campanha para governador, o tema “segurança” tinha destaque no plano de governo e nos programas de televisão e rádio do então candidato. Agora, as ações de policiamento e combate à criminalidade do governador, já no exercício do mandato, são muito tímidas e pouco visíveis. Um exemplo da timidez das ações da segurança pública estadual é o titular da pasta, o discreto secretário Silvio César Maluf. Ele pouco aparece, assim como toda a estrutura da secretaria de Justiça e Segurança Pública que comanda, a qual congrega a Agência Estadual do

²⁵⁰ Edição número 19.661, consulta ao anexo 2.

Sistema Penitenciário, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros (...). No combate ao tráfico de drogas, não há algum protagonismo das polícias estaduais nem tampouco da Polícia Federal. Apenas a Polícia Rodoviária Federal tem atuado de maneira mais contundente no combate aos estupefacientes. Quando Mato Grosso do Sul vira notícia sobre tráfico de drogas no Brasil é porque carregamentos que saíram do Paraguai e da Bolívia e passaram pelo Estado foram interceptados por polícias de outras unidades da federação, como, por exemplo, São Paulo, Paraná e Goiás. A apreensão aleatória desses carregamentos nos Estados vizinhos escancara a dura realidade local no enfrentamento às drogas: a de que o tráfico não é combatido, pois a grande maioria dos estupefacientes que abastecem as grandes cidades do Brasil e de outros países passa tranquilamente por Mato Grosso do Sul (*Correio do Estado*, 2015).

O editorialista do *Correio do Estado* fala diretamente ao governo federal na edição em 20 de janeiro de 2015²⁵¹, quando aborda o Sisfron²⁵². Com o título “Muita fama e pouco resultado”, o texto aponta os sucessivos anúncios realizados pelos ministros titulares da pasta da Defesa, Raul Jungmann e Aldo Rabelo. “Parece que a fama está superando a capacidade do produto”, diz o texto, que fala sobre a visita de Jungmann a Dourados, mas não explica ao leitor qual seria a importância daquele município como ponto estratégico para as ações do Sisfron. Também revela o investimento inicial anunciado pelo governo federal, R\$ 450 milhões e de maneira simplista aponta que “o sistema completo necessita de muito mais recursos”.

Da maneira como faz nas matérias diárias, o *Correio do Estado* não oferece aos leitores elementos para a formação crítica sobre o assunto, nesse caso a vigilância na fronteira. Embora aponte pontos-chave, como as sucessivas apreensões de estupefacientes na linha fronteira, a informação do editorial permanece na superfície, demonstrando falta de conhecimento sobre o tema e de investimento na busca de informações. A demonstração está no uso de adjetivos, como “grande”, “brilhante” e “complexo”.

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, esteve em Dourados, onde está instalada a base do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Entre as várias visitas, anúncios e até apresentação do projeto a estrangeiros, parece que “a fama está superando a capacidade do produto”, ao menos por enquanto. Sabe-se que, desde o começo, a previsão do governo federal era promover investimentos a longo prazo, em decorrência da dimensão do programa. Surpreende, porém, que passados mais de quatro anos, os resultados ainda não tenham surtido efeito esperado para diminuir a entrada de produtos ilícitos, como drogas e armas, pelas fronteiras do Brasil com Paraguai e Bolívia. Neste tempo em que tudo segue no patamar de planejamento, acompanhamos o avanço das organizações criminosas, que conseguiram se equipar em tempo bem mais célere. As fronteiras continuam desprotegidas e, todos os dias, dezenas de carregamentos de maconha e cocaína passam pelas estradas brasileiras, tendo Mato Grosso do Sul como porta de entrada. Há ainda o

²⁵¹ Número número 19.405, consulta ao anexo 2.

²⁵² Sisfron é abreviatura de Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Trata-se de projeto estratégico controlado pelo Epex (Escritório de Projetos do Exército Brasileiro) com previsão de implantação em dez anos, investimento de R\$ 12 bilhões e cuja base operacional foi instalada no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul (Cf.: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>).

agravante da “guerra” entre facções, que segue avançando, resultando nas recentes tragédias dentro dos presídios. Já passamos, há muito tempo, da fase de alerta (...). O Sisfron sempre foi divulgado como projeto que prevê investimentos de alta tecnologia, usando radares fixos e móveis, satélites, sensores óticos, câmeras de longo alcance e veículos aéreos não tripulados. Projeto brilhante e que corresponde ao necessário para monitorar nossas fronteiras. Entretanto, grande parte dos investimentos ainda não foi concretizada (...). No ano passado, o então ministro da Defesa, Aldo Rebelo, esteve em Dourados para apresentar o projeto à comitiva de representantes de países árabes. Na metade do ano, o novo titular da pasta, Raul Jungmann, esteve no Estado. Retornou ontem a Dourados. Desta vez, anuncia o investimento de R\$ 450 milhões. Sabe-se que o sistema completo necessita de muito mais recursos, mas, ao menos, há uma sinalização positiva que demonstra o interesse em executá-lo (*Correio do Estado*, 2015).

Figura 24. Fotografia utilizada pelo jornal do *Correio do Estado* tratar de apreensões de drogas.



Crédito: *Correio do Estado*

Figura 25. Fotografia publicada pelo jornal do *Correio do Estado* tratar de apreensões de drogas.



Crédito: *Correio do Estado*

Figura 26. Fotografia publicada pelo jornal do *Correio do Estado* ilustrar apreensões de drogas.



Crédito: Correio do Estado, 8 de abril de 2015

Figura 27. Fotografia publicada pelo jornal do *Correio do Estado* para demonstrar trabalho investigativo da polícia



Crédito: Correio do Estado, 8 de abril de 2015

Todas foram publicadas na edição do dia 8 de abril de 2015 e nenhuma foi produzida pelo jornal (Cf.: figura 24, figura 25, figura, figura 26 e figura 27). Entre as fotos, duas (figura 24 e figura 27) revelam violência clara, porque exibem cadáveres. Para além de revelar degradação humana, as fotos não acrescentam informação ao texto utilizado. Já as demais imagens (figura 25 e figura 27) apontam ação das forças de segurança, nomea-

damente a polícia, com a prisão do prefeito paraguaio ainda suspeito de assassinar o jornalista do *ABC Color*. Também não apresentam grande valor informativo, mas ao contrário das demais imagens, ajudam na compreensão da matéria.

Comunidade e os impactos do tráfico de drogas na visão do Correio do Estado

A ausência de reflexão sobre causa e efeito de fatos também foi percebida na análise das matérias do *Correio do Estado* incluídas no cenário interferência coletiva na comunidade. As matérias selecionadas para a composição da amostra registram fatos ocorridos nos municípios situados na área geográfica da fronteira de Mato Grosso do Sul e, também, em Campo Grande, capital do Estado. Por conta da amostra será possível perceber que as matérias apontam fatores que diferenciam as duas realidades, embora ocorram no mesmo estado e sofram a influência de um mesmo determinante, o tráfico de drogas. A escolha editorial do periódico, como nos demais cenários, permanece na reprodução única do fato, nem sempre retomado, nem sempre explicado e seguindo o modelo de relatório gerado a partir de dados, em especial, os fornecidos pelas polícias que atuam na região.

A notícia sobre ameaças a um vereador da cidade brasileira de Ponta Porã, cidade gêmea de Pedro Juan Caballero, no lado paraguaio, é uma demonstração das afirmações acima. No material, publicado no dia 9 de janeiro de 2015²⁵³, o leitor é informado sobre as investigações a respeito de quatro mortes ocorridas na cidade. Com o título “Mortes na fronteira atribuídas a disputa entre traficantes”, o jornal narra como fato corriqueiro os assassinatos e a maneira como foram encontrados os corpos das vítimas. A Polícia Civil, na voz do delegado responsável pelas investigações, é a fonte única da matéria, produzida também a partir da narrativa de “jornais da fronteira” e cuja especificação não é indicada.

Na narrativa estão fatores que tratam de questões diplomáticas entre Brasil e Paraguai, mas não há respostas e as indicações permanecem na voz do delegado, que descreve o sequestro de brasileiros e morte no país vizinho. Para o leitor fica a dúvida sobre a frequência da prática, a origem dos assassinos, o resultado das investigações. Embora o delegado aponte uma série de limitações e as atribui ao sistema jurídico paraguaio, ninguém daquele país é ouvido ou há menção da tentativa de fazê-lo. Ao leitor é informado, ainda,

²⁵³ Número 19.395, consultar 2.

sobre o tratamento às vítimas, encontradas com as mãos decepadas, mas sem explicação do porquê da prática. Não há busca de indicativos da forma de ação dos assassinados por especialistas e nem mesmo pelo representante da polícia ouvido para construir a matéria.

A polícia brasileira atribui as últimas execuções ocorridas na fronteira com o Paraguai a uma guerra entre traficantes da região. Quatro assassinatos ocorreram entre novembro do ano passado e este mês, na área de fronteira entre Ponta Porã e Paraguai. A suspeita inicial de que esses assassinatos fazem parte de uma disputa entre grupos criminosos é do delegado responsável pelas investigações, Harley Inácio de Souza, da 2ª delegacia do município sul-mato-grossense (...). Vítimas estão sendo sequestradas no lado brasileiro e executadas no Paraguai (...). A polícia descarta a possibilidade de os crimes estarem sendo praticados por supostos justiceiros (...). No final do mesmo mês, dois jovens que teriam passagens por delegacias de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero foram executados e tiveram as mãos arrancadas. Trâmites burocráticos com a Justiça paraguaia atrapalham o imediato esclarecimento dos crimes que se iniciaram em Ponta Porã, cidade brasileira, e se consumaram no Paraguai. Exemplos são os casos dos assassinatos de Ismael Pereira Carvalho, 30, e Richard Alfredo Gonzalez, 27. Segundo o delegado titular das investigações, Harley de Souza, a polícia fica dependente de documentos do país para dar andamento oficial às diligências. Mesmo que autores sejam identificados, sem a documentação que deve ser encaminhada pela Justiça paraguaia haverá falta de provas. Sem esses documentos, a conclusão dos inquéritos e, conseqüentemente, denúncia dos envolvidos pode levar mais de oito meses. “É difícil de solucionar. Temos dificuldade em obter informações. Parece fácil pelo país ser tão próximo, mas juridicamente é muito distante. Para se ter uma ideia, se eu encaminhar solicitação para averiguar somente se uma pessoa foi morta no país, mandam a resposta entre seis e oito meses. No caso de homicídios, dura ainda mais, pela necessidade de mais documentos”, criticou. Ainda de acordo com a autoridade policial, pessoas são sequestradas no Brasil e mortas no Paraguai porque criminosos sabem dessa diferença entre as Justças dos países. “Eles têm conhecimento. Sabem de toda essa burocracia” (*Correio do Estado*, 2015).

Novamente a prática de sequestros no lado brasileiro da fronteira é abordada pelo *Correio do Estado*, mas o periódico não busca explicações de qualquer autoridade paraguaia, dos gestores de segurança do Estado do Mato Grosso do Sul ou do governo brasileiro. O material é publicado no dia 13 de janeiro de 2015²⁵⁴ somente com os dados fornecidos pela Polícia Civil. O título “Mulher sequestrada por causa de guerra entre traficantes” não reflete o texto, sem embasamento para o conflito indicado e, ainda, não explica o porquê do sequestro, apenas supõe que seria como um recado de traficantes à vítima. Para ilustrar o material, o jornal utiliza uma foto de arquivo com imagem aleatória. Na mesma edição, uma submatéria aponta que o sequestro mencionado na matéria principal é o terceiro em circunstâncias semelhantes, mas não há explicações sobre datas, locais ou resultado das investigações dos demais crimes. Novamente o assunto não é retomado.

Guerra entre traficantes que agem na faixa de fronteira entre Ponta Porã e Paraguai pode ter motivado o sequestro de uma faxineira, de 31 anos, ocorrido na noite de anteontem, em Ponta Porã, fronteira com o Paraguai. A vítima foi sequestrada na cidade brasileira e levada ao país vizinho, onde permaneceu cerca de oito horas em poder de seis criminosos, sendo agredida fisicamente. Ao

²⁵⁴ Edição número 19.399, consulta ao anexo 2.

que tudo indica, segundo a polícia, o crime cometido contra ela teria sido para obter informações sobre o paradeiro e intimidar o irmão, que também foi sequestrado no ano passado e pode ter envolvimento no tráfico, segundo a polícia. Este é o terceiro caso de sequestro registrado em Ponta Porã, somente neste mês, em que as vítimas foram agredidas e, em dois episódios, mortas do lado da fronteira. Ao contrário da mulher, Richard Alfredo Gonzalez, 27 anos, Ismael Pereira Carvalho, 30, foram encontrados mortos. Conforme o delegado Harley Inácio de Souza, da 2ª delegacia do município, a vítima declarou que estava na esquina da casa onde mora quando foi dominada e colocada à força dentro de uma caminhonete Hillux, por volta das 21h de domingo. Seis homens com diferentes faixas etárias teriam participado do crime e a agredido fisicamente até as 5h de ontem. Depois do espancamento, a mulher foi abandonada em Ponta Porã. Ela conseguiu anotar a placa do veículo e passou a informação à polícia, que trabalha para identificar os autores. A mulher disse ao delegado que, no momento em que foi sequestrada, os criminosos a questionaram sobre o paradeiro do seu irmão, vítima do mesmo crime no ano passado. “Parece que queriam intimidá-lo com o sequestro da irmã. Pode ser que este caso esteja relacionado aos outros sequestros e o motivo seria a disputa por venda de drogas”, disse o delegado. Conforme os registros policiais, desde novembro, quatro pessoas teriam sido mortas na região em razão da guerra do tráfico (*Correio do Estado*, 2015).

Embora noticiasse crimes de abrangência coletiva, como assassinatos de várias pessoas em um único episódio, o *Correio do Estado* manteve a linha de priorizar a Polícia, seja ela civil ou militar, como fonte principal de informações. Não há reflexão ou indicativo de reflexão sobre os episódios, mas o jornal informa precisões de distâncias geográficas e o endereço onde os fatos foram registrados. Essa forma de atuação editorial foi repetida em matéria publicada no dia 2 de abril de 2015²⁵⁵, quando o periódico noticia o assassinato de quatro pessoas. Está na retranca a palavra tráfico, que seria a motivação para o crime. Já o título aponta que “Quatro pessoas executadas por pistoleiros em acerto de contas”. O jornal consultou duas outras fontes não oficiais, um comerciante e um morador da cidade de Caarapó, onde o crime foi registrado, mas não há, como em outras ocasiões, menção a gestores de segurança.

O jornal não relaciona os casos, não elabora esquema de apuração para apontar os porquês dos assassinatos e deixa de ouvir representantes das comunidades afetadas. Ao priorizar o relatório policial, o trabalho editorial do *Correio do Estado* impede a compreensão pelo leitor e, até mesmo por gestores, dos eventos evidenciados pela violência que circunda o trecho fronteiro de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e, como indica o periódico, resulta do tráfico de drogas. Novamente ao leitor é levada informação de maneira corriqueira, semelhante a fenômenos naturais, como estações do ano. Embora mesmo essas tenham explicações lógicas apoiadas pela ciência.

Quatro pessoas foram executadas em chacina ocorrida na noite de anteontem, em uma residência localizada na Rua 15 de Novembro, na Comunidade Santa Maria, município de Caarapó, distante

²⁵⁵ Edição número 19.478, consultar ao anexo 2.

273 quilômetros de Campo Grande. Morreram um dos moradores da casa, identificado como Ramão Roa Lima, 27 anos, e os amigos dele Sebastião Correia, 38 anos, Alessandro Pereira Bueno, 29, e Leoneia Vieira de Souza, 22 anos. Conforme apurado inicialmente pela polícia, há suspeita de que o crime esteja relacionado a acerto de contas por tráfico de drogas e que somente Ramão seria o alvo dos atiradores. As demais pessoas teriam sido mortas em queima de arquivo, por terem testemunhado o crime. A mãe e um irmão de Ramão também estavam na casa, mas não foram vistos e se salvaram. Segundo as informações, os assassinatos teriam sido cometidos por três homens, que chegaram ao local em um carro de cor escura (...). De acordo com investigadores, Sebastião não tinha passagem pela polícia e era um homem trabalhador. Inclusive, na ocasião em que foi assassinado, teria ido até a casa do amigo a fim de convidá-lo para trabalhar em uma empresa de abate de frangos. “Estava no local errado, na hora errada. Tivemos informação de que apenas um era o alvo”, resumiu um policial. A polícia investiga se as demais vítimas foram mortas por terem presenciado a execução principal. O policial contou ainda que, no momento do episódio, a mãe e o irmão de Ramão estavam no imóvel. Ouviram o barulho dos tiros e se esconderam, por isso também não foram executados. “Era para ser seis vítimas, mas a mãe e o irmão se esconderam debaixo de uma cama”, descreveu. Ainda segundo a polícia, Alessandro cumpria pena por crimes em regime semiaberto e Ramão tinha extensa ficha criminal. Por enquanto, não há confirmação sobre a motivação do crime. No entanto, suspeita-se que esteja relacionado ao tráfico de drogas. Nenhum suspeito foi identificado (*Correio do Estado*, 2015).

Matérias que documentam mortes violentas, contudo, são novamente publicadas pelo *Correio do Estado* e seguem o mesmo modelo editorial. Para o leitor não são informadas as circunstâncias que culminam com os assassinatos e o percurso investigatório após a publicação das notícias. Os jornalistas publicam declarações indicativas das polícias sobre o envolvimento do tráfico de drogas nos crimes, situação que, da maneira como é revelada ao leitor, pode ser comparada a uma suposição.

Esse é o estado de matéria foi publicada no dia 3 de abril de 2015²⁵⁶, o *Correio do Estado* limita-se em divulgar a informação da Polícia Civil que revela decreto de sigilo sobre o caso das quatro pessoas assassinadas na cidade de Caarapó. Mais uma vez, ninguém é ouvido para refletir sobre a situação e o assunto não é mais abordado. E na mesma edição o periódico permanece na linha de relatório e somente aponta o registro policial ao noticiar a investigação sobre um corpo alvejado por 15 tiros na cidade de Ponta Porã. A matéria indica a suspeita do envolvimento de traficantes de drogas como possíveis autores do crime.

²⁵⁶ Edição número 19.497, consulta ao anexo 2.

Figura 28. Fotografia publicada pelo jornal do *Correio do Estado* para abordar investigação sobre assassinato supostamente ligado ao tráfico de drogas



Crédito: *Correio do Estado*, 3 de abril de 2015

Mais uma vez, o *Correio do Estado* utiliza uma fotografia que demonstra violência explícita e não há acréscimo ou valor informativo na imagem publicada (Cf.: figura 28). O material, de abordagem sensacionalista, leva ao leitor um corpo sobreposto por um lençol sujo de sangue, também aponta o trabalho policial de investigação, sem que isto represente novas abordagens sobre o evento para o leitor.

Julgamentos sobre a condição de vítimas de assassinato também não ficam fora da agenda editorial do *Correio do Estado*. Foi assim no dia 15 de 2015²⁵⁷, quando o jornal noticiava o assassinato de uma pessoa de 19 anos. Já no título, “usuário de drogas executado a tiros”, o periódico indica o que poderia ser a motivação do crime pela condição da vítima. Ou seja, morreu porque era “usuário de droga”, embora o texto revele as informações policiais de que a pessoa foi perseguida e executada a tiros dentro da própria casa e que “ainda não é possível esclarecer qual foi o motivo para o assassinato, pois ele estava envolvido em diversos crimes de receptação de objetos roubados e furtados”. Todo o material é embasado nos depoimentos prestados à polícia. Na coluna “Saiba”, mais uma vez, o assunto não está relacionado.

Em Dourados, segunda maior cidade do Estado, o corpo de um homem, com aparência entre 40 e 50 anos, foi encontrado com sinais de espancamento, no início da manhã de ontem, na Rua Firmi-

²⁵⁷ Edição número 19.491, consulta ao anexo 2.

no Vieira, entre a Onofre Pereira de Matos e a Antônio Emílio de Figueiredo, região central. A vítima ainda não foi identificada porque não tinha documentos pessoais. Suspeita-se que seja moradora de rua. Peritos avaliaram o cadáver e constaram lesões principalmente na cabeça (*Correio do Estado*, 2015).

Assim, o editorial do *Correio do Estado* misturou dois fatos que não estão relacionados à mesma causa. Enquanto a matéria principal trata de uma pessoa que, pela descrição do jornal a partir dos elementos apontados pela polícia, morreu por um acerto de contas promovido pelo tráfico de drogas, no segundo é descrito outro assassinato. Dessa vez, nem mesmo elementos fornecidos pela polícia indicam o que poderia ter sido a causa da morte. Da maneira como os materiais distintos foram dispostos, houve necessidade de aproveitamento de espaço na página utilizada para a divulgação. Além disso, o jornal apontou dois acontecimentos distintos em causas e semelhantes somente no fim (a morte das pessoas) em duas cidades diferentes. Campo Grande, onde o primeiro fato registrado ocorreu, fica distante 240 quilômetros de Dourados, onde foi apontado o segundo. Como os dois fatos demonstram efeitos da violência, não há apontamentos editoriais que permitam a análise dos fatos em nenhuma das cidades. Essa prática, comum no material do *Correio do Estado* selecionado para esta análise é repetida na edição do dia 7 de julho de 2015²⁵⁸, quando uma matéria com a indicação de “especial” relata a rotina de usuários de crack no bairro Progresso, em Campo Grande.

A retranca, que revela “Progresso só no nome do bairro”, indicaria que a localidade pode ter parado no tempo, mas não, é um ponto deslocado no material onde há questionamento sobre a segurança dos moradores. Sob o título “Quem dá as cartas na Vila Progresso é quem mora nas ruas e não quem se tranca em casa”, a matéria aponta já no lead situações que ficarão sem resposta no desenrolar do texto. Conforme o material, por conta da frequência de usuários de crack, os imóveis daquela porção da cidade de Campo Grande ficaram desvalorizados. A matéria, contudo, não cita os moradores do bairro Progresso, mesmo que de maneira anônima para falar sobre a desvalorização imobiliária local.

A reportagem também não ouve representantes constituídos, como associações de moradores. Nenhuma imobiliária ou representante do setor imobiliário é ouvido para embasar o material. Nenhum indicador oficial utilizado para medir o mercado imobiliário é citado. Quando fala que Polícia Militar e executivo municipal não se entendem, apenas um representante da Polícia Militar é ouvido pela reportagem, mas não há indicativos sobre

²⁵⁸ Edição número 19.547, consulta ao anexo 2.

qualquer índice de violência demandada por usuários de crack na região retratada. A reportagem também não ouve representantes do município ou do governo do Estado para falar sobre as questões levantadas no material.

O outro ponto abordado é o de que o Ministério Público atende reclamações em decorrência de lacuna deixada pela segurança e o executivo e há perigo para os moradores por conta do elevado número de usuários de crack. A reportagem exhibe entrevista com uma moradora que afirma ter passado por uma situação de furto. Outros moradores não são citados, ainda que de forma anônima. A entrevista com a representante do Ministério Público aponta a abertura de seis inquéritos civis, direito que não é explicado no material. Embora a promotora cite o Conselho de Segurança da Comunidade, nenhum representante do órgão é ouvido e não fica claro ao leitor se o Ministério Público é um dos integrantes. A reportagem não cita prazos para pronunciamento das partes indiciadas no inquérito.

Em cracolândia da Capital, progresso só no nome do bairro Enquanto a Polícia Militar e o departamento de assistência social da Prefeitura de Campo Grande não se entendem, a Vila Progresso, bairro da Capital localizado perto do Terminal Morenã, tem um cenário oposto do sugerido por seu nome. Enquanto usuários de droga tomam conta das ruas, quem mora dentro das casas se queixa da desvalorização imobiliária e pede ajuda do poder público, que pouco tem feito (...). De um lado, a Polícia Militar avisa que o caso é de saúde pública e não policial, e ainda confirma que não há um trabalho permanente no bairro, apesar da demanda, e para o combate são realizadas rondas esporádicas e abordagens, entretanto, o uso de drogas ilícitas não é crime. “Levamos para a delegacia, eles se comprometem a fazer tratamento, mas voltam para as ruas em seguida”, informou o comandante metropolitano da Polícia Militar, coronel Ovelar. O militar explicou que a falta de iluminação pública na região e o baixo fluxo de carros são os principais fatores que levaram o bairro residencial a se tornar um dos pontos mais movimentados de compra e venda de drogas da Capital. Na falta de um entendimento entre Polícia Militar e o município, pelo menos seis moradores do bairro recorreram ao Ministério Público, que só neste ano já abriu seis inquéritos civis para investigar o abandono da região. Se nada for feito para melhorar a segurança do local e dar um destino aos usuários de droga, prefeitura e Estado podem ser alvo de ação civil pública. De acordo com a promotora de Justiça de Direitos Humanos, Jaceguara Dantas da Silva Passos, o município deveria oferecer acolhimento e serviços destinados à recuperação de moradores de rua e dependentes químicos que se abrigam na região, cerca de 150. Ainda segundo ela, os moradores fizeram uma reclamação no Conselho de Segurança da comunidade, e a denúncia originou a abertura dos procedimentos sobre a situação do bairro. Para comprovar as reclamações que se acumulam há anos, a comerciante Sebastiana Dias, 80 anos, que vive no bairro há 15 anos, mantém um bar em uma das esquinas onde é de costume a aglomeração de usuários, principalmente na madrugada. Ela conta que já teve seu estabelecimento furtado várias vezes. “A gente não tem segurança, a hora de dormir não é de tranquilidade”, desabafou. Projeto atende 200 pessoas Foi realizado ontem, na Vila Progresso, o programa “Consultório na Rua”, cuja intenção é ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para este grupo populacional em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. O objetivo é atender aproximadamente 200 moradores de rua, muitos deles usuários (...). O morador de rua Willian Correia dos Santos, 23 anos, foi um dos beneficiados na tarde de ontem. “Estou há oito meses nessa vida, e essa ação vai me ajudar bastante, vou melhorar meu visual, vai me ajudar a entrar no mercado de trabalho, vou fazer meus documentos.

Nunca precisei roubar, mas sempre peço alimento. A rua me abrigou de um jeito que eu não consigo mais sair. Quero voltar a trabalhar”, disse, emocionado (Correio do Estado, 2015).

O *Correio do Estado* retoma o assunto na edição número 19.575, publicada no dia 8 de julho²⁵⁹, no editorial. O editorialista do correio cita que a “região é marginalizada”, quando descreve as questões apontadas na matéria do dia anterior, critica a polícia e a prefeitura, mas cita dados que a reportagem levanta não comprova, como “altos índices de violência”. Da maneira como o texto foi construído, a indicação para o leitor é a de que fato de pessoas usuárias de crack aglomeradas em uma região da cidade causam prejuízo estético, o que não poderia ser classificado como crime. O jornal volta a citar a desvalorização imobiliária supostamente vivida pela região, mas nenhum dado é apresentado para apontar a questão, mais uma vez. Na resposta editorial aos leitores, o *Correio do Estado* deixa transparecer preconceito, não apuração jornalística.

Enfrentamento à criminalidade de Campo Grande e a revitalização de áreas tomadas por moradores de rua requerem ações duradouras, não apenas promoções paliativas, que mais parecem estratégia de marketing. Reportagem publicada ontem, pelo *Correio do Estado*, mostrou as faces do problema que existe na Vila Progresso, bairro da Capital que há décadas convive com bocas de fumo, e as ruas repletas de usuários de crack e cocaína, traficantes e profissionais do sexo. Enfim, quase tudo que é característico de um ambiente mais tenso, imprevisível e marginalizado está presente nas ruas do bairro, 24 horas por dia. Informações obtidas na Promotoria de Justiça Especializada em Direitos Humanos indicam que ao menos 150 pessoas perambulam pela Vila Progresso, todos os dias. A maioria delas mora nas calçadas, em casas abandonadas, ou em terrenos baldios (...). Enquanto nada permanente é feito, a população trabalhadora da Vila Progresso, que certamente é maioria no bairro, vê de perto a desvalorização de seus imóveis e convive com medo dos marginalizados que perambulam pelas ruas. Infelizmente, não há uma data para que tudo isto acabe (Correio do Estado, 2015).

Situações de violência que revelam risco de morte e morte são relatadas de maneira constante pelo *Correio do Estado*. Como exhibe modelo de divulgação do relatório policial, o jornal deixa de oportunizar debates que seriam preenchidos com apuração. Não há por parte do periódico trabalho com o jornalismo de dados sistematizados. Assim foi retratado, no dia 11 de julho de 2015²⁶⁰, o assassinato de uma travesti, de 35 anos. Com o título “Travesti esfaqueada em cracolândia morre na Santa Casa”, o jornal liga o crime ao tráfico de drogas.

Travesti esfaqueada em Cracolândia morre na Santa Casa. Este é o terceiro crime desta natureza neste ano. A travesti Bruna Toro, que tinha como nome de registro Renato Souza dos Santos, 35 anos, morreu na madrugada de ontem, na Santa Casa de Campo Grande, em decorrência de esfa-

²⁵⁹ Edição número 19.575, consulta ao anexo 2.

²⁶⁰ Edição número 19.578, consulta ao anexo 2.

queamento sofrido na noite de quinta-feira, em área de “cracolândia” na região do Vila Progresso. Este é o terceiro assassinato de travesti ocorrido somente neste ano, na Capital. A equipe da 4ª Delegacia de Polícia Civil (Moreninhas) já está trabalhando para esclarecer as circunstâncias e a motivação do crime. Ontem, as informações iniciais davam conta de um desentendimento entre a vítima e outras travestis que faziam “ponto” na Progresso, identificada por uma amiga como Flávio da Silva Correia, 25 anos, sendo este seu nome de registro. No entanto, a polícia descobriu que se tratava, na verdade, de Renato Souza dos Santos, 35 anos. A travesti pode ter sido identificada inicialmente com outro nome para tentar driblar a polícia, já que estava foragida. Segundo a delegada Célia Maria Bezerra, da 4ª Delegacia de Polícia, que atende casos desta região, a área onde Bruna foi assassinada é conhecida como “cracolândia”. Entre outras suspeitas, não é descartada a hipótese de que o crime tenha ligação com o comércio de estupefacientes (*Correio do Estado*, 2015).

O jornal aponta que o crime é ocorrido em uma área de “cracolândia”, mas esse parece ser um dado indicativo de área geográfica e não social sobre o assassinato. Aponta que é o terceiro assassinato de travestis somente naquele ano, mas não aponta a fonte de dados e não o utiliza como forma de construir outro material específico sobre esse crime, em específico. O lead da matéria leva à confusão pelo excesso de explicações sobre os nomes reais e sociais da vítima e envolvidos.

Bruna Toro recebeu sete facadas quando estava em uma área situada na Rua Estevão Capriata, esquina com a Rua Simon Bolívar. O local também é frequentado por usuários de drogas, traficantes e garotas de programa. Durante briga com colegas de programa, Bruna recebeu golpes de faca no tórax, na região lombar e na cabeça, sendo socorrida e levada para o Pronto Socorro da Santa Casa. Ela morreu no início da madrugada de ontem. Suspeitos de envolvimento no crime foram detidos e levados para a delegacia. Até o início da noite, a polícia não havia confirmado a participação deles (*Correio do Estado*, 2015).

A matéria aponta dados que não contribuem para a compreensão sobre a motivação ou investigação do crime. Ao apontar que recebeu “sete facadas”, e o endereço preciso do crime, frequentado por “usuários de drogas, traficantes e garotas de programa”, a reportagem não indica o que essas informações podem significar para a motivação do assassinato.

Dados da Secretaria de Segurança Pública indicam que, de 1º de janeiro deste ano até ontem, aconteceram em Mato Grosso do Sul 279 assassinatos. Em Campo Grande, ocorreram 55. Em igual período do ano passado, os números teriam sido maiores, segundo a Sejusp: 289 no Estado e 73 na Capital (*Correio do Estado*, 2015).

Os dados com indicativos de assassinatos utilizados pelo *Correio do Estado* em material de apoio parecem ser aplicados de maneira aleatória. Não há ligação específica com a morte relatada no material principal, embora haja nele o apontamento de que seria a terceira morte de uma travesti naquele ano. Esse ponto não é explorado pelo jornal, que não ouve fontes especializadas em análise de dados para indicar ou levantar pistas sobre o porquê de mortes da mesma natureza da relatada. As informações prestadas pelo *Correio*

do Estado são insuficientes para levar o leitor comum à compreensão de fatores sociais que levam à violência no contexto do tráfico de drogas, mais uma vez, quando são relatadas as mortes de nove pessoas no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul. No título aplicado em 1.º de outubro de 2015²⁶¹, o jornal aponta que “Nove presos em operação contra execuções e disputa por área de tráfico. “Grupo também tem ligações com chacina. A fonte de informações é a Delegacia Especializada de Fronteira, da Polícia Civil, e a Polícia Federal.

Agentes da Polícia Civil, Delegacia Especializada de Fronteira e da Polícia Federal realizaram operação na manhã de ontem, na cidade de Caarapó, próximo à fronteira com o Paraguai, para reprimir disputas por áreas de tráfico de drogas e também prender envolvidos em execuções na região. Treze mandados de prisão foram expedidos pela Justiça e durante a mobilização nove deles foram cumpridos. Conforme o delegado regional Lupércio Degerone, o grupo investigado é suspeito de envolvimento com uma quadrilha de traficantes de drogas que teria declarado “guerra a grupos rivais”, na tentativa de controlar a comercialização de drogas na região. A polícia atribuiu ao grupo pelo menos sete mortes em Caarapó e região. Investigações em torno de uma chacina, em março último e que resultou na execução de quatro pessoas, teriam motivado a operação de ontem, denominada “Operação Páles” (combate em grego) (...). As investigações trabalharam também com o assassinato de outras três pessoas e duas vítimas de tentativa de homicídio para se chegar aos acusados.

Para esta análise foram suprimidos, embora estejam dispostos em anexo, os nomes de todas as pessoas presas ou apreendidas na referida operação. O *Correio do Estado* não ouviu nenhum advogado ou representante legal das pessoas que foram privadas na condição de suspeitas. Ou seja, tiveram os nomes completos divulgados em operações relacionadas ao tráfico de drogas na fase inicial da operação policial, mesmo antes de virar inquérito. O jornal também aponta que as pessoas estavam envolvidas em “guerras a grupos rivais”, mas não indica o que exatamente significa essa informação. Seriam grupos de brasileiros, de paraguaios, de traficantes de drogas, de traficantes de outros produtos? Todo o material trata as pessoas como acusados, embora na fase processual ainda sejam suspeitos.

Todos, segundo a polícia, possuem algum tipo de participação nos crimes e foram levados ao 1º Distrito Policial de Dourados. No fim da manhã de ontem, ao fazer um balanço da operação, o delegado Lupércio Degerone afirmou que “a operação ocorreu da melhor forma e conseguimos tirar o grupo criminoso de circulação. Durante os trabalhos, duas pessoas acabaram presas em flagrante e os outros ocorreram em cumprimentos de mandado judicial. No primeiro momento, a disputa em Caarapó era por pontos de vendas de drogas, mas dentro da cidade, não como em forma e conseguimos tirar o grupo criminoso de circulação. Durante os trabalhos, duas pessoas acabaram presas em flagrante e os outros ocorreram em cumprimentos de mandado judicial. No primeiro momento, a disputa em Caarapó era por pontos de vendas de drogas, mas dentro da cidade, não como envio a outras localidades” (*Correio do Estado*, 2015).

²⁶¹ Edição número 19.660, consulta ao anexo 2.

O material foi embasado em uma única fonte policial, sem o ponto de vista dos envolvidos ou, ainda, gestores dos municípios citados. Também não foram ouvidos representantes da Polícia Federal, nem mesmo por meio de nota distribuída à imprensa, para elaborar a matéria. Não há dados sobre prisões e apreensões em períodos temporais específicos para indicar qualquer tipo de padrão, como forma de situar o leitor.

Policiais do DOF apreenderam quase 500 quilos de maconha ontem, durante fiscalização na MS156, entre Caarapó e Amambai. A droga, em mais de 300 tabletes, era transportada em uma Captiva. O motorista desobedeceu a ordem de parada e jogou o veículo em direção aos policiais. O carro foi abandonado à margem da rodovia (*Correio do Estado*, 2015).

O jornal aplica na coluna que seria utilizada para melhorar a compreensão do leitor sobre o assunto do material principal para despejar mais uma informação. Embora trate sobre o crime de tráfico de drogas, os dois materiais não estão relacionados.

A maneira de construção das matérias impede a compreensão ao leitor sobre ligações ou possíveis ligações com o tráfico de drogas, embora sejam desta maneira colocada. Essa situação pode ser percebida na edição publicada no dia 14 de outubro de 2015²⁶². Já no título, o periódico aponta que um “Jovem pode ter sido executado por causa de dívida de droga”. Essa informação, atribuída à polícia, não é sustentada ao longo do material.

Encontrado às margens do Rio Santa Luzia, em Nova Alvorada do Sul, na tarde de segunda-feira, Thiago Gregório de Almeida, 33 anos, foi morto com aproximadamente 20 golpes de objeto perfurocortante, provavelmente chave de fenda, segundo o delegado Christian Duarte Mollinedo. A vítima teria sido sequestrada na noite anterior, juntamente do amigo Dieilon Lopes Mattos. Este foi agredido com uma coronhada e escapou com vida. A polícia descartou, ao menos no primeiro momento das investigações, a hipótese de crime por desavença política, já que Dieilon foi candidato a vereador do município na eleição passada. Uma das principais linhas de apuração sugere que os amigos teriam se desentendido com outras pessoas, na noite de domingo, em um bar que frequentavam (...). Testemunhas relataram à polícia que os dois amigos estavam em um bar na noite de domingo, quando foram sequestrados por pessoas que ocupavam um carro branco. Thiago e Dieilon foram obrigados a entrar no veículo, por razões que ainda estão sendo apuradas, e então desapareceram. Ainda segundo o delegado, o único sobrevivente pode ter sido poupado porque não seria o alvo dos assassinos. No entanto, isso só será confirmado depois que ele for ouvido (referenciar).

Para além da morte, as informações reproduzidas pela reportagem com base na Polícia Civil podem ser comparadas a suposições. “isso só será confirmado depois que ele for ouvido”. Como, então, o delegado citado na matéria chegou às conclusões que apresen-

²⁶² Edição número 19.673, consulta ao anexo 2.

tou? Caso esse ponto tenha sido questionado pela reportagem, não chegou ser indicado no texto publicado.

“No dia em que foi morto, (Thiago) havia saído de um aniversário e ido para o bar. Apuramos que era frequentador de bares, onde sempre brigava”, disse o delegado, que busca analisar imagens de câmeras de segurança para tentar identificar os autores. Outra hipótese com a qual a polícia trabalha é que a vítima morta era usuária de drogas e estava em dívida com traficantes, que apareceram na noite de domingo para exigir o pagamento. Dieilon, por sua vez, ainda não foi ouvido pelos investigadores porque precisou ser encaminhado para Campo Grande, onde foi submetido a exames. Ele é considerado peça-chave para a solução deste quebra-cabeça (*Correio do Estado*, 2015).

Ainda na linha de suposições apresentadas pelo delegado, a matéria do *Correio do Estado* indica que a vítima “é” usuária de drogas e estava em dívida com traficantes. Mais uma vez o leitor é informado que qualquer resultado no inquérito policial depende do depoimento da outra pessoa encontrada com a vítima. E, novamente o material enfatiza na fala do delegado as suposições, sem haver preocupação com a imagem da vítima, caso nenhuma delas seja confirmada na investigação.

Traficante abandonou uma camionete Ford F-250 carregada com 1,5 tonelada de maconha, durante perseguição na noite de segunda-feira. O fato foi registrado na Rodovia MS-141, região de Amandina, em Ivinhema. O motorista do veículo conseguiu fugir através de um canavial. Conforme o registro policial, militares realizavam rondas na rodovia, quando, nas proximidades do quilômetro 75, deram ordem de parada para fiscalização a uma camionete com placas de Ituiutaba (MG) e que viajava de Naviraí para Ivinhema. Mas o motorista resolveu não atender e fugiu por uma estrada vicinal. Dois quilômetros à frente, o suspeito abandonou a caminhonete e fugiu a pé. Os policiais fizeram diligências pela região, mas não conseguiram encontrá-lo. O veículo carregava 1.240 tabletes de maconha, que pesaram 1,5 tonelada (*Correio do Estado*, 2015).

Não existe ligação entre os assuntos e o *Correio do Estado* informa de maneira corriqueira a apreensão de 1,5 tonelada de maconha em uma rodovia. Não há indicativos que apontem qualquer linha investigativa sobre o material, deixando ao leitor a impressão de que a matéria foi construída como cópia fiel ao relatório policial preliminar.

A Polícia de Corumbá está investigando a morte de um homem, cujo corpo foi encontrado em uma casa abandonada, na tarde de ontem. O dono do imóvel esteve no local e encontrou o corpo, que estava coberto por folhas. A Polícia Civil apura o caso, mas ainda não tem a identificação ou mesmo a causa da morte (*Correio do Estado*, 2015).

As únicas situações que aproximam o caso noticiado na matéria principal e a que ocupa a coluna “Saiba” são o fato de duas pessoas terem sido assassinadas. Não estavam na mesma cidade, não eram as mesmas condições, não há ligações aparentes a partir das informações da polícia e do relatório policial. Assim, mais uma vez, o *Correio do Estado* parece ter aproveitado o espaço na página para indicar um caso de assassinato que apurou.

As informações sobre o assassinato revelado na coluna “Saiba” seriam abordadas novamente no dia 15 de outubro²⁶³, na edição de número 19.675, quando é noticiada a idade da vítima e a possível ligação com o tráfico de drogas. Ao dar sequência ao caso, o periódico, contudo, deixa o leitor sem indicativos dos porquês do assassinato, ainda que tenha ouvido a polícia.

A Polícia Civil de Corumbá está investigando o assassinato de M.M.S., 33 anos, cujo corpo foi encontrado no quintal de uma casa abandonada, na tarde de terça-feira, no Bairro Borroski. Conforme levantou a polícia, a vítima era usuária de drogas e registrava várias passagens por unidades policiais, acusada de crimes como furto, roubo, porte de drogas, lesão corporal, ameaça e apropriação indébita (*Correio do Estado*, 2015).

Ao apontar que a vítima do assassinato era, conforme as informações da polícia, “usuária de drogas” e registrava passagens por crimes, o relato do *Correio do Estado* a criminaliza. Não há menção à tentativa de ouvir qualquer entidade ou pessoa sobre a vítima, que não a polícia. Como o jornal não retoma o assunto, não é possível ao leitor conhecer os resultados da investigação. Como prioriza a fonte policial para pautar os assuntos que noticia, o *Correio do Estado* impede que o conteúdo reflita os elementos resultados da atividade do tráfico de drogas. Durante a análise, foi colhida uma matéria que trata da atividade do consumo de estupefacientes. Como está na perspectiva da polícia, o material relata a prisão de um fornecedor de drogas para o que o jornal classificou como “elite”, na publicação do dia 16 de outubro de 2015²⁶⁴.

O traficante Luiz Roberto Bezerra Siqueira, de 33 anos, vendia cocaína pura para a ‘elite’ campograndense. O preço da droga chegava a R\$ 50 por apenas duas (sic) gramas. Ele foi preso por policiais da Denar (Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico), numa “boca de fumo” que mantinha na Rua dos Andes, no Bairro Marcos Roberto (*Correio do Estado*, 2015).

O material do *Correio do Estado* não leva o leitor a tentar ou compreender o mercado da venda de drogas no varejo na cidade de Campo Grande, onde ocorreu a apreensão noticiada. A prisão da pessoa, que foi identificada, é colocada como ponto principal, permanecendo o relato a partir das informações policiais. A pessoa presa foi nominada como “traficante” e teve o nome divulgado, bem como o endereço, antes mesmo de qualquer tipo de abertura de inquérito, considerando que a prisão ocorre antes da denúncia do Ministério Público.

²⁶³ Edição número 19.675, consulta ao anexo 2.

²⁶⁴ Edição número 19.675, consulta ao anexo 2.

A prisão foi efetuada depois que a polícia recebeu a informação de que ele seria um dos principais distribuidores da região. A equipe fechou o cerco na residência até realizar o flagrante. No local havia 29 papérolas de cocaína pura, a pistola com identificação raspada e R\$ 7.500 em espécie (*Correio do Estado*, 2015).

A matéria indica que uma pistola pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul, mas essa informação não é explorada na entrevista com o representante da Polícia Civil, representantes da Secretaria de Justiça e Segurança ou em uma suíte. Também há a informação de que a venda era de cocaína pura e não há explicação sobre como a droga nessa condição é vendida diretamente no varejo²⁶⁵. Na matéria não está esclarecida a origem da droga apreendida e não há indicativo de possível trajeto do entorpecente, linha que poderia levar o leitor a compreender eventuais polos de abastecimento na cidade.

Ainda que siga a linha de priorizar as fontes oficiais e o modelo relatorial nas matérias selecionadas para esta amostra, o *Correio do Estado* sugere apuração superficial. Nessa condição, situações que demonstram evidente abalo da normalidade são apresentadas como corriqueiras, como o que pode ser observado na edição publicada em 21 de outubro de 2015²⁶⁶. Na ocasião, o jornal retrata o assassinato de cinco pessoas na cidade de Paranhos. Ao periódico a Polícia Civil aponta que ao menos 100 tiros de fuzil foram disparados contra as vítimas, uma cena incomum, mas que é travestida de normalidade pela forma como foi tratada pela reportagem.

Ontem, Paranhos, a 467 quilômetros de Campo Grande e situado na divisa com a cidade paraguaia de Ypehú, amanheceu em silêncio e ainda tomada pelo medo. Na terça-feira, um grupo de amigos foi executado em frente a uma padaria, com aproximadamente 100 tiros de fuzis calibres 762 e 223 e também de calibre nove milímetros disparados por pistolas ou submetralhadoras. Mais de 20 policiais civis montaram operação com apoio da Polícia Militar e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), em busca dos assassinos (...). A chacina do início da noite de segunda-feira não foi a única que chocou os moradores de Paranhos. Em novembro de 2001, uma família brasileira foi assassinada na zona rural entre o município e Ypehú. Na ocasião, Zeni de Matos Gamarra, 24 anos, acabou morta a pauladas na sede de uma fazenda juntamente dos filhos de 11, sete e cinco anos. Dois suspeitos apontados por testemunhas morreram em confronto com a polícia. Um deles teve a mão decepada por disparos (*Correio do Estado*, 2015).

A reportagem indica para situações que não vai explorar. Moradores estão com “medo”, mas nenhum gestor de Paranhos ou da cidade do lado paraguaio é ouvido. Não há nem mesmo menção à tentativa de ouvir alguém. Não são ouvidos representantes das famílias,

²⁶⁵ É usual a distribuição de cocaína misturada para as vendas no varejo. Essa é uma das formas de melhorar o rendimento do material.

²⁶⁶ Edição número 19.680, consulta ao anexo 2.

como advogados. A matéria aponta que não seria essa a primeira vez que a cidade registrava um crime semelhante, portanto não é um fato corriqueiro, mas mesmo a história anterior é colocada sem que o leitor possa compreender o desfecho. O material cita o tipo de arma utilizado no crime, mas não há indicação para o leitor sobre o que a disposição desse tipo de artefato pode significar. Quem pode deter armas daquele porte e quais pistas sobre o porte poderiam indicar a origem dos assassinatos. Essas questões poderiam ter sido feitas ao delegado que concedeu a entrevista. Uma operação policial de grande porte é realizada para dar apoio ao caso, mas os resultados não são indicados na primeira matéria e nem mesmo na suíte, como será demonstrado a seguir.

Segundo o delegado Clemir Vieira, é muito provável que os executores tenham fugido para o lado paraguaio da fronteira (...). “A principal linha de investigação sugere que o crime tenha ligação com o tráfico de drogas. Mas, por enquanto, é apenas uma possibilidade que vem sendo trabalhada. Precisamos levantar as fichas das vítimas, bem como seus contatos. O trabalho de investigação está apenas no início. Existe a suspeita de que os autores tenham atravessado a fronteira. Por essa razão, esperamos contar com apoio da Polícia Nacional, até porque há cidadão paraguaio como vítima” (*Correio do Estado*, 2015).

Embora tenha o delegado ouvido pela reportagem que a motivação para o crime noticiado tenha sido o tráfico de drogas, apenas uma locução poderia levar o leitor à compreensão dessa informação “porque”. Não é indicado ou mencionado o porquê de ser esse crime uma ligação com o tráfico de drogas. Mesmo que o delegado, se questionado fosse, disse que essa linha de investigação surgiu a partir de evidências colhidas no local do crime e que não seriam indicados para não atrapalhar as investigações. No material é reproduzido que o delegado espera contar com o auxílio da polícia paraguaia, cuja procura pela reportagem não é mencionada pela reportagem. A matéria não deixa claro nem mesmo se o delegado brasileiro já fez algum tipo de contato com a polícia paraguaia.

Colegas de moradia se esfaqueiam até a morte por causa de marmita Júlio César da Silva, 34, e Maurício Mena Miranda, 67, levaram ao extremo um desentendimento por causa de uma marmita (...). Os dois discutiram, entraram em luta corporal e passaram a duelar com facas até se matarem – um ficou caído sobre o outro (*Correio do Estado*, 2015).

Claramente não pode ser tomado como norma a morte de duas pessoas na disputa por comida. A questão é que caso é noticiado dentro de uma matéria que cita uma chacina e não oferece nenhum elemento para o assunto principal, ficando deslocado.

Não é usual para o *Correio do Estado*, ampliar a cobertura de um assunto ligado à violência e, como noticiado pelo jornal, ligado ao tráfico de drogas. Essa quebra da normali-

dade é conhecida na edição publicada no dia 22 de outubro de 2015²⁶⁷. O jornal faz uma entrevista com o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, que comenta os assassinatos ocorridos em Paranhos. Não há, contudo, menções às tentativas de busca ou entrevistas com o governo brasileiro, alvo de críticas da parte de Azambuja.

O governador Reinaldo Azambuja cobrou, ontem, uma presença mais efetiva das forças federais de segurança nas regiões de fronteira, de forma a ajudar o Estado a reprimir a violência, como a chacina ocorrida na última segunda-feira, em Paranhos, quando cinco pessoas foram executadas na frente de uma padaria. Ele afirmou que as fronteiras estão abertas em decorrência da ausência de tropas da União. “Ultimamente, na fronteira, tivemos alguns crimes bárbaros que estão sendo investigados pelas forças de segurança e a maioria deles tem ligação com o narcotráfico. Mas a segurança na fronteira não pode ser remetida apenas aos estados” (*Correio do Estado*, 2015).

Como não ocorreu na primeira matéria sobre o crime, o *Correio do Estado* cita na mesma edição número 19.681, que a polícia brasileira quer ajuda da polícia paraguaia, a Força Nacional, para ajudar a solucionar o crime. E, como é prática do jornal, não há menção sobre a procura da entidade.

A Polícia Civil pediu apoio da Força Nacional do Paraguai nas investigações sobre a chacina ocorrida no centro de Paranhos, cidade que faz fronteira com a paraguaia Ypejhú. Segundo o delegado Fabrício Dias dos Santos, (...) autoridades do país vizinho foram acionadas e se mostraram bastante solícitas com a causa da Polícia Civil, até porque duas das pessoas mortas são de nacionalidade paraguaia e também porque existe forte suspeita de que os autores tenham fugido para a zona rural de Ypejhú (...). “Mantivemos contato com a Força Nacional e temos trocado informações importantes sobre o caso”, afirmou (*Correio do Estado*, 2015).

Ainda no mesmo material, a reportagem do *Correio do Estado* indica, pela fala do delegado, quais seriam as implicações para o crime e cita o envolvimento do PCC e do ex-prefeito de Ypejhú, Vilmar Acosta Neneco (já citado nesta análise). Essa informação não é contextualizada na fala do delegado e, para o leitor que desconhece a atuação dessa pessoa, fica impossível compreender as ligações.

Entre as hipóteses para a chacina estão a de guerra do narcotráfico e até mesmo de rixa pessoal com algum dos alvos. A linha de investigação mais sustentável no momento é a de que as facções do PCC (Primeiro Comando da Capital) e do ex-prefeito de Ypejhú Vilmar Acosta Neneco, traficante e contrabandista conhecido na região e que hoje encontra-se preso, estejam travando sangrenta disputa pelo controle do crime organizado naquela faixa de fronteira. Porém, nada foi confirmado ainda (*Correio do Estado*, 2015).

Também pela primeira vez nesta análise, o *Correio do Estado* revela como um crime é interpretado por um gestor de cidades que registram a violência como consequência do tráfico de drogas. Ainda que o tenha feito, não há menção sobre o contexto da violência

²⁶⁷ Edição número 19.681, consulta ao anexo 2.

na região e a entrevista aponta que o caso pareça ser pontual. Crimes na cidade, porém, são noticiados de maneira constante pelo jornal. Mais ainda, crimes que envolvem múltiplas vítimas também não fogem ao registro do periódico, que indicou caso semelhante na edição anterior, como já apontado nesta análise.

O prefeito Júlio César de Souza (PDT) declarou luto oficial de três dias em respeito às famílias. Alguns estabelecimentos comerciais fecharam as portas temporariamente depois que boato sugerindo que mais pessoas seriam executadas passou a circular na região. O delegado, no entanto, garantiu que as informações são infundadas. “Tudo leva a crer que a execução foi pontual. Surgiu a informação de que haveria, inclusive, uma lista com o nome dos próximos alvos, no entanto, não há indícios que comprovem isso. Com base no que foi colhido, até mesmo informalmente, afirmamos que a população de bem não precisa se preocupar com a possibilidade de novos ataques. É preciso prosseguir com as atividades cotidianas” (*Correio do Estado*, 2015).

Ainda na quebra de rotina de matéria relatório, o *Correio do Estado* elabora material especial, para tratar sobre os assassinatos ocorridos na cidade de Paranhos. O material é publicado no dia 25 de outubro de 2015²⁶⁸ e faz um apanhado do que classifica como “assassinatos coletivos” registrados na região de fronteira nos 14 anos anteriores. Todo o material é construído com base em informações fornecidas pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul e aponta duas razões para a ocorrência de tais crimes, o tráfico de drogas e o contrabando.

Mesmo com o aparato do infográfico e a inovação em permanecer em um assunto, o resultado cai, mais uma vez, na linha relatorial. Informações sobre resultado das investigações, busca ativa de fontes analíticas, impacto na comunidade e providências de gestores não são encontrados na matéria. É citado o Sisfron (já abordado nesta análise), mas não é feita menção sobre o estado do projeto como forma de atualizar o leitor para a importância à prevenção e à solução dos crimes transfronteiriços.

Nos últimos 14 anos, a guerra entre traficantes e contrabandistas resultou em pelo menos 40 mortos em chacinas de grande repercussão, além de outras ondas de execução por pistolagem que continuam a acontecer corriqueiramente (...). A área de fronteira de Mato Grosso do Sul tem 44 cidades que são portas de acesso para o Paraguai e Bolívia. DOF e PRE são responsáveis pelo policiamento. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) afirma que para reforçar a segurança nessas áreas a Sejusp mantém o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e também a Polícia Rodoviária Estadual (PRE). Além disso, o governo do Estado e o Ministério da Justiça estão desenvolvendo o projeto piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que prevê entre outras coisas a instalação de câmeras e aparelhos de raios x em pontos estratégicos da fronteira (*Correio do Estado*, 2015).

²⁶⁸ Edição número 19.684, consulta ao anexo 2.

Quando usa da forma relatorial e inviabiliza o modelo interpretativo de jornalismo, o *Correio do Estado* repassa ao leitor informações que podem distorcer, inclusive, a realidade legal. Essa situação foi percebida nas múltiplas operações realizadas pela Terceira Vara de Justiça Federal em Mato Grosso do Sul no combate à atividade de tráfico de drogas. O exemplo está na atuação do juiz Odilon de Oliveira, ex-titular daquela vara de Justiça e que foi candidato ao governo daquele Estado em 2018²⁶⁹. Ao noticiar os resultados da operação²⁷⁰ não há questionamentos sobre a legalidade das ações anunciadas pelo juiz pelo fato de ele ser um magistrado.

A Justiça Federal prepara para maio mais um leilão de veículos e de imóvel que pertenciam à quadrilha de traficantes desarticulada pela Polícia Federal no ano passado, em Campo Grande, durante a Operação Nevada (...). Os bens foram apreendidos pela PF e alienados mediante autorização do juiz Odilon de Oliveira, titular da 3.^a Vara da Justiça Federal na Capital, que tem como especialidade o combate a crimes contra o sistema financeiro, como lavagem de dinheiro ou ocultação de valores. Nesse aspecto, afirma Odilon, o principal objetivo é “causar prejuízo econômico ao tráfico internacional de drogas, impedindo que as atividades sejam mantidas ou que os envolvidos gozem dos lucros obtidos de forma ilícita”. Ao todo, foram sequestrados mais de 30 veículos, mas a maioria foi cautelada à polícia para uso em operações e investigações (...). Todo o dinheiro adquirido por meio do tráfico era lavado em nome de laranjas, por meio da aquisição de produtos como carros e imóveis. Conforme registro policial, o bando lavou R\$ 14 milhões somente entre os anos de 2010 e 2013 (*Correio do Estado*, 2015).

Na matéria apresentada não há a explicação sobre a existência de mecanismo legal que permita a venda de bens pertencentes a pessoas que respondam por crimes no Brasil. Pela maneira como foi construído, o material aponta entrevista com o juiz, mas o questionamento sobre a possibilidade legal da venda dos bens não aparece. A reportagem também cita regulados de investigações de 2010 e 2013, mas não aponta o resultado das investigações. Representantes legais das pessoas citadas no material não são apontados. Na edição que trata novamente sobre a venda de bens atribuídos a pessoas privadas de liberdade pelo crime de tráfico de drogas, o *Correio do Estado* traz nova entrevista com o juiz Odilon de Oliveira.

O material, publicado na edição do dia 6 de abril de 2017²⁷¹ traz o título “Juiz autoriza a venda antecipada de bens de quadrilha de traficantes” e o olho “São mais de R\$ 7,5 milhões em veículos do grupo de Gerson Palermo que serão leiloados”. Mais uma vez, o

²⁶⁹ Cf.: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/reinaldo-azambuja-e-juiz-odilon-vaio-ao-segundo-turno-no-mato-grosso-do-sul>

²⁷⁰ Edição número 20.206, consulta ao anexo 2.

²⁷¹ Edição número 20.209, consulta ao anexo 2.

Correio do Estado mantém fonte única, no caso o juiz, que não chega a ser questionado sobre o mecanismo legal que permite a venda dos bens. Não há indicativo de lei, decreto ou qualquer outro instrumento jurídico que trate do assunto para situar o leitor.

O juiz Odilon Oliveira, da 3ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande, autorizou a alienação imediata de R\$ 7,5 milhões em bens sequestrados da quadrilha especializada no tráfico internacional de drogas (...). Veículos como carros, camionetes e motos esportivas, bem como aeronaves, caminhões, imóveis e até mesmo um aeródromo, serão preparados para leilão. (...) embora haja a suspeita por parte da PF de que todas estas riquezas tenham sido oriundas do tráfico, ainda é necessário o encerramento do inquérito policial, já que o sequestro é uma decisão cautelar, e a perícia em cada um dos objetos da apreensão, a fim de garantir a legalidade da alienação. Os lotes serão encaminhados para a leiloeira responsável, que deverá preparar o edital de comercialização. “Alguns bens podem não ser leiloados. Isso acontece se o investigado estiver envolvido será depositado em contas na Caixa, à disposição da Justiça Federal. O montante permanecerá nas contas até o fim do processo. Se houver inocência dos envolvidos, o dinheiro será restituído. Em caso de condenação, o valor será revertido em favor da União (...)”, explicou o juiz (...). A lei penal estabelece como um dos efeitos da condenação a perda, em favor da União – e dos estados, nos casos de competência estadual –, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática de crimes como o de tráfico de drogas (*Correio do Estado*, 2017).

Embora o juiz afirme e isto está publicado, que há possibilidade de inocência dos envolvidos, afinal o inquérito policial não foi concluído, não é apresentado no material o mecanismo jurídico que permite a venda legal antecipada. Também neste caso, o jornal não apresenta a versão dos advogados das pessoas que tiveram nos nomes divulgados já com a indicação de crime de tráfico, mesmo antes do início das investigações. O *Correio do Estado* ainda indica que a lei penal aponta que “em caso de condenação” há a perda, mas não há a explicação jurídica que justifique a antecipação.

Há pontas soltas na apuração do *Correio do Estado* também quando trata sobre os chamados “tribunais de execução ilegais”, no mundo paralelo, em que pessoas seriam julgadas por grupos como o PCC. Em 6 de outubro de 2017²⁷², o jornal publica matéria com o título “Polícia demonstra ‘tribunal’ que decide execuções”. Trata-se registro de uma operação policial e, mais uma vez, a reportagem não reproduz a versão das pessoas citadas, de gestores ou especialistas que possam levar o leitor a compreender o assunto abordado.

Operação realizada ontem pela Polícia Civil de Três Lagoas desarticulou um “tribunal do crime” instituído pela facção Primeiro Comando da Capital (PCC) e responsável por execuções registradas recentemente no Estado. A partir de presídios, internos ligados ao grupo julgavam por meio de videoconferências feitas com celulares o destino de outros criminosos, que eventualmente se desarticavam ou descumpriam regras da facção. Por trás do esquema, estava João Luiz Moraes de Souza, 34 anos, o Dimas, tido como liderança regional do PCC e “juiz” do poder paralelo. Ele está no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande. A operação, batizada de Sintonia, foi reali-

²⁷² Edição número, 20.397, consulta ao anexo 2.

zada pelo Serviço de Investigações Gerais (SIG) e pela Delegacia Especializada de Repressão a Roubo a Bancos, Assaltos e Sequestros (Garra), em parceria com a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen). Os trabalhos tiveram início após investigações relacionadas à morte de Deivid Almeida de Oliveira, conhecido como Caveirinha, ocorrida em 19 de julho, em Três Lagoas. Ele foi encontrado degolado, amarrado com fios elétricos e um tapete. De acordo com o delegado regional de Três Lagoas, Rogério Fernando Faria, foram cumpridos mandados contra 11 pessoas (...). O líder regional do PCC também é investigado por estar relacionado com outras execuções ocorridas no Estado, principalmente de casos na Capital (*Correio do Estado*, 2017).

Movimentações sobre a forma de operação do tráfico de drogas também não são alvo de reflexão por parte da reportagem do *Correio do Estado*. Os relatos são minimizados pela cobertura restrita ao fato, ainda que os mesmos possibilitem a compreensão da dinâmica do tráfico. Dos exemplos de inércia em relação ao fato e que foram colhidos nesta amostra está a manutenção de laboratórios para processamento de cocaína, noticiada no dia 8 de outubro de 2015²⁷³ e tratada, mais uma vez, como um fato corriqueiro.

Paulo Jovani Lopes Rossato, 35, e Carlos Sarate Filho, 34, foram presos em um “laboratório” de refino de cocaína que funcionava em uma casa na Vila Bela, em Dourados. De acordo com policiais civis do Serviço de Investigações Gerais e do Núcleo Regional de Inteligência, responsáveis pela apuração do caso, a cocaína preparada no local abastecia vários pontos de venda de drogas da cidade. Na casa, os policiais encontraram uma balança de precisão, 15 porções de cocaína embaladas em pacotes plásticos, 21 papelotes prontos para a venda e uma pedra de pasta base. Também foram encontrados quatro sacos de um produto químico para ser misturado à cocaína. Os dois detidos no local são ex-presidiários foram flagrados embalando a droga.

A nota não oportuniza compreensão do funcionamento do tráfico de drogas na região noticiada, Dourados, por manter a dinâmica do corriqueiro. Não há indicações sobre a tentativa de conhecer por meio de questionamento à autoridade policial da origem da droga processada e destino. Também não é possível conhecer o tempo de funcionamento do laboratório e das investigações. Não é possível compreender porque a palavra laboratório foi colocada entre aspas, considerando que a estrutura descrita. Mais uma vez o *Correio do Estado* fornece nomes de pessoas detidas como suspeitas e não apresenta a versão da defesa ou menciona tentativa de procurar a defesa. Outra notícia sobre o funcionamento de um laboratório para transformação de cocaína foi publicada na edição do dia 10 de janeiro de 2017²⁷⁴, com o título “Denar desmonta laboratório de refino de droga no Guanandy”. O tratamento editorial de fonte única, ausência de contexto e investigação permanece.

²⁷³ Edição número, 19.667, consulta ao anexo 2.

²⁷⁴ Edição número 20.123, consulta ao anexo 2.

Denar desmonta laboratório de refino de droga no Guanandy Policiais da Delegacia Especializada em Repressão ao Narcotráfico (Denar) desativaram um laboratório de refino de drogas e apreenderam 7,5 quilos de cocaína. A ação aconteceu no fim de semana, no Bairro Guanandy, em Campo Grande. Três pessoas foram presas no local. Segundo as informações da Denar, foram detidos em flagrante Emerson Malta Ferreira, 38 anos; Elias Batista de Sá, 34; e Gilliard Pereira Magalhães, 32. Conforme a polícia, eles eram apontados como líderes do tráfico na região do Guanandy e bairros vizinhos. Em poder do trio, foram apreendidos, além dos 7,5 quilos de cocaína, R\$ 29 mil em dinheiro, uma caminhonete Hilux, um Ford Ka e duas motocicletas. No imóvel onde funcionava o laboratório, os investigadores encontraram vários insumos e petrechos para o refino da droga. A Denar realiza investigações complementares em torno do caso, em busca de outros envolvidos (*Correio do Estado*, 2017).

As duas notas são publicadas no espaço de dois anos. Não há contexto sobre a existência de laboratórios de processamento de cocaína no Mato Grosso do Sul, afinal as prisões foram registradas nas duas maiores cidades do Estado. Não há questionamentos ou menções a questionamentos sobre a origem e destino da droga processada. Não há questionamento ou menções a questionamentos sobre a possibilidade de mudança de campo operacional, da distribuição, para processamento de drogas nas cidades mencionadas. Não há indicativo sobre trabalho com os fornecedores de “insumos (sic)” apreendidos. Mais uma vez os nomes foram divulgados sem qualquer menção à defesa de pessoas que tidas como suspeitas e ainda não denunciadas pelo Ministério Público. No âmbito desta amostra, não foram registradas suítes nas matérias citadas.

Maioridade penal no discurso do Correio do Estado

A cobertura do *Correio do Estado* demonstrou ter postura favorável à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Neste cenário, a tendência do periódico foi apontada com ênfase nas sessões de opinião. Cabe apontar que o jornal indicou a pressão política para a aprovação do reenquadramento da maioridade penal de 18 para 16 anos como resultado de uma crise política que envolveu a presidente Dilma Rouseff e a presidência da Câmara dos Deputados. Como forma de influenciar na opinião do leitor, o *Correio do Estado* produziu matéria de página inteira no dia 12 de abril de 2015²⁷⁵. Já é possível perceber no título, olho e legenda da foto o enquadramento oferecido pelo jornal: “Cresce 18% envolvimento de jovens em crimes”; “em meio à discussão sobre redução da maioridade penal para 16 anos, adolescentes roubam mais; “tempo de internação de jovens de uns não passa de três anos”.

²⁷⁵ Edição número, 19.488, consulta ao anexo 2.

O número de furtos e roubos que envolve crianças ou adolescentes aumentou no início deste ano, em Campo Grande. Enquanto no primeiro trimestre de 2014 foram 115 ocorrências registradas, neste ano os casos subiram para 136 (aumento de 18%), nos primeiros três meses. Segundo a delegada de Atendimento à Infância e Juventude, Rôzeman Geise Rodrigues de Paula, os adolescentes envolvidos na prática destes delitos são, geralmente, usuários de drogas, bem como de famílias sem condições estruturais. “Entre os objetos subtraídos, temos aparelhos celulares e outros que são usados como moeda de troca por entorpecente”, afirma Rôzeman (*Correio do Estado*, 2015).

Já no lead da matéria, o *Correio do Estado* aponta estatística que revela o aumento do número de crimes que envolvem adolescentes em conflito com a lei. Não é informada a fonte de informação de maneira clara (Senasp). A fonte ouvida para o material, delegada de atendimento à infância no âmbito da Polícia Civil faz juízos de valor (geralmente usuários de drogas/famílias desestruturadas) sem apontar o que a leva a essas conclusões.

Os assaltos que envolvem adolescentes, na Capital, alimentam mais o debate sobre a proposta de redução da maioridade penal, que tramita no Senado Federal. Levantamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, mostra que os menores de 16 a 18 anos (faixa etária que mais seria afetada por uma eventual redução da maioridade penal) são responsáveis por 0,9% do total dos crimes praticados no Brasil. Porém, para a delegada, que lida diretamente com a situação, a redução da maioridade não será a única e, exclusiva, solução para as questões da criminalidade no País. “Isso envolve uma multidisciplinaridade de fatores e medidas a serem adotadas. Devemos rever nossos padrões educacionais, familiares e sociais”, avalia. Para Rôzeman, é preciso rever todo o sistema de cumprimento das medidas socioeducativas, tanto no âmbito estrutural como no modelo atual da legislação brasileira. A começar pela questão da ressocialização dos infratores. “O sistema atual não tem sido instrumento de real educação, a ponto de devolver pessoas melhores à sociedade”. A forma do regime e o tempo de internação também é outro ponto criticado pela delegada. Para ela, os autores de atos infracionais de maior gravidade deveriam ter o cumprimento de suas medidas de maneira diferenciada. “Hoje, o tempo de internação é de, no máximo, 3 anos ou ao completar 21 anos. Para Rôzeman, é preciso rever o sistema socioeducativo gera desconforto na sociedade e a tão falada sensação de impunidade”, pontua (*Correio do Estado*, 2015).

A reportagem utiliza o termo crime e contraria o Código Penal Brasileiro²⁷⁶. As falas escolhidas da fonte com fala apontam, em princípio, reflexão sobre a condição do adolescente que cumpre medida sócio-educativa no Brasil ao utilizar termos como “rever padrões educacionais, familiares e sociais”, mas o discurso é pela criminalização e não prevenção da chegada deste grupo populacional ao presídio. Ainda na fala da entrevistada é possível perceber que a linha editorial do *Correio do Estado* está alinhada na visão de que o encarceramento é uma resposta à população que desaprova a privação de liberdade ao máximo de três anos. O jornal não aponta o porquê de as medidas serem aplicadas da maneira como são e centra o discurso no adolescente privado de liberdade. Embora utilize a palavra “multidisciplinariedade” - de maneira limitada - deixa transparecer revan-

²⁷⁶ Código Penal Brasileiro – infração penal não é crime – criança e adolescente

chismo e vingança aos adolescentes, indicando e deixando sobressair somente dos muitos pontos de vista sobre a questão.

Alguns atos praticados por adolescentes surpreendem pela violência. No mês passado, por exemplo, uma estudante de 16 anos morreu depois de ser esfaqueada por outra adolescente de 17 anos, durante uma briga no terminal de ônibus. Apesar da gravidade dos fatos, no dia seguinte, a autora se apresentou na delegacia, foi ouvida e liberada para responder em liberdade. Conforme a delegada Rôzeman, a autora não foi encaminhada para internação por conta das leis brasileiras. Isso porque a legislação prevê que a internação somente pode ocorrer em estado de flagrante ou por determinação judicial. “Ela se apresentou espontaneamente em sede policial no dia seguinte ao fato [o que não permite o flagrante] e também não existia ordem judicial para a internação”, alega a delegada, que atendeu à ocorrência (*Correio do Estado*, 2015).

O *Correio do Estado* partiu de um fato violento atribuído a uma jovem para apontar um padrão de comportamento e, a partir dele, questionar a legislação brasileira em relação ao tratamento jurídico dispensado aos adolescentes em conflito com a lei. Reforça no discurso da delegada ouvida pela reportagem as deficiências legislativas como fatores determinantes para a violência. E, para demonstrar que a população apoia o discurso, aplica uma encuesta tão direcionada que todas as opiniões coincidem com a oferecida pela delegada.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, causa divergências na Câmara dos Deputados (...). Os calorosos debates também foram acompanhados por manifestantes favoráveis e contrários à PEC, durante a votação na CCJC. De um lado, mães de vítimas de violência cometidas (sic) por menores. De outro, estudantes que são contra a redução (*Correio do Estado*, 2015).

Ao pé da página, o *Correio do Estado* publica matéria onde tenta explicar a tramitação da mudança na lei sobre o encarceramento de adolescentes. O assunto é apresentado e citados representantes parlamentares favoráveis e contrários à medida. Ao fim, contudo, o desequilíbrio no discurso é percebido com a apresentação dos manifestantes. Estão de um lado as mães de vítimas de violência comentada por “menores” e, do outro, estudantes contrários. Tais estudantes teriam o que a perder com a aprovação? Por que estudantes e não ongs que estiveram na Câmara dos Deputados? Por que representantes de pais vítimas de violência que estiveram no local e se posicionaram contra a redução da maioridade penal não foram citados? Assim, mais uma vez no mesmo material, o periódico indica qual o posicionamento tem em relação ao assunto.

Em novo material produzido pelo *Correio do Estado* e selecionado para esta análise, a discussão do jornal chega à escola. No material divulgado no dia 2 de janeiro de 2017²⁷⁷ o topo da página aponta a visão do periódico: Retranca: educação – Título: Porte de drogas, violência e até fogo nas escolas públicas – Olho: “Apesar de pouco noticiados, casos de agressores, compra e venda de estupefacientes e outros problemas são comuns”. A visão do periódico é, mais uma vez, pela criminalização do adolescente, mesmo que seja estudante, mesmo que seja pouco noticiado porque não há dados – esse é o fato –, mesmo que haja outros problemas não informados pela reportagem. O material, apoiado em dados da Flasco, Ministério da Educação e Organização dos Estados Interamericanos, traz pela primeira vez nesta análise ao *Correio do Estado* o posicionamento de um especialista.

Casos de violência verbal, física e psicológica são comuns no dia a dia das escolas municipais e estaduais de Mato Grosso do Sul. Em Campo Grande, situações extremas aconteceram ao longo de 2016, como uso e porte de drogas dentro das unidades ou próximo a elas, alunos que atearam fogo em sala de aula, professor que teve o braço quebrado por um estudante, além de depredações às dependências das instituições e até aos veículos dos funcionários administrativos e professores. Pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI) – divulgada em março de 2016 – apontou que 42% dos alunos da rede pública sofreram algum tipo de violência no ambiente escolar em 2015. Os dados fazem parte da primeira edição da pesquisa, que, entre janeiro e novembro de 2015, ouviu 6.709 estudantes, de 12 a 29 anos – jovens entre o 6º ano e o Ensino Médio. Quatro em cada dez estudantes afirmam já terem sofrido violência física ou verbal dentro da escola no último ano. Em 65% dos casos, o agressor foi um colega, mas professores aparecem como autores em 15% dos relatos. A discriminação social, racial ou por orientação sexual também é uma realidade no ambiente escolar, quase um terço dos estudantes sofreu esse tipo de agressão. Para o doutor em Educação e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Paulo Duarte Paes, que atua diretamente com adolescentes que praticaram atos infracionais, a violência está diretamente ligada ao ambiente familiar. O problema pode levar inclusive ao abandono dos estudos. “São vários fatores, desde a sociedade, bullying, família, escola e trabalho. A maioria dos adolescentes que estão presos no País tem baixíssimo nível de escolaridade. Sabemos que os que passam pela escola, por mais crítica que seja, tem uma defesa maior”. (*Correio do Estado*, 2017).

A reportagem não aponta dados da área de abrangência geográfica que cita. No material é citado, ainda o ato de consumo e venda de “drogas”, mas não é indicado de que maneira as duas práticas influenciam no ambiente escolar – há problemas com traficantes, dívidas de drogas, cenas e atos violentos? A análise do especialista refere aos adolescentes já tratados por terem, em algum momento, entrado em conflito com a lei, mas não aponta sugestões à prevenção.

Na Escola Estadual Silvio Oliveira dos Santos, no Bairro Aero Rancho – o mais populoso da Capital e inúmeras vezes palco dos mais diversos crimes –, os relatos de violência são inúmeros, den-

²⁷⁷ Edição número, 19.478, consulta ao anexo 2.

tro e no entorno do local. O diretor da unidade, Leandro Colombo Pedrini, está na função há um ano e notou diferenças com a instalação do videomonitoramento no prédio. “Quando eu cheguei aqui, o monitoramento existia há 12 meses, foi uma conquista e melhorou muito o ambiente escolar”. Mas os problemas continuam dentro e fora dos portões. Recentemente, um dos bebedouros foi furtado, durante a noite, por um homem que pelas imagens não foi identificado; em outro relato, a lembrança é de um arrastão que vitimou uma aluna, que teve o celular roubado em frente à escola. “Antes das câmeras, também sumiam muitas lâmpadas. Não sei o que acontecia, mas era comum (...)”. Porém, os pequenos roubos e furtos não são tão relevantes para o ambiente escolar quanto casos de discriminação, ameaças e xingamentos, muitas vezes confundidos com brincadeiras, que também são consideradas atos violentos e podem evoluir para agressões mais graves. Todas elas contribuem para tornar o ambiente escolar hostil. Há alguns dias, até droga foi encontrada na mochila de uma aluna, ela tinha apenas 14 anos. Discussões coletivas e até agressões são mais esporádicas, mas também acontecem e, nesses casos, as câmeras ajudam a solucionar a confusão. “Podemos ver com mais nitidez quem participou e o que aconteceu. Ajuda bastante e inibi também, contém de certa forma”, afirma o diretor. As câmeras são, na verdade, um luxo muitas vezes inacessível para a maioria das escolas (*Correio do Estado*, 2017).

Embora tenha um lead apoiado em entidades e órgãos detentores de estatísticas, a reportagem utiliza citações como “inúmeros”, “divesos crimes” e “problemas continuam”. Não é possível ao leitor ter a partir desses termos compreensão sobre a proposta apresentada pelo *Correio do Estado* no que tange à violência nas escolas de Campo Grande. O periódico também aponta que os casos de roubo e furto são “pequenos” e “irrelevantes” no ambiente escolar. Também cita um caso pontual em que uma adolescente é flagrada com estupefacientes, mas não contextualiza se este seria um ato isolado. E, por fim, as falas escolhidas a partir da fonte ouvida incitam à criminalização dos estudantes e não à possível discussão, prevenção e solução para situações que geram ou podem gerar a violência, em seguimento à proposta da reportagem.

Alguns dos episódios relatados na reportagem aconteceram nesta escola, que não terá o nome divulgado. A unidade deverá sediar o programa Avanço do Jovem na Aprendizagem (AJA), que está em funcionamento desde 2015 em mais de 30 municípios do Estado, para atender estudantes entre 15 e 17 anos com defasagem de idade/série e que não concluíram o Ensino Fundamental. Em nota, a SED afirmou que a proposta de ensino é “diferenciada” e tem “como objetivo a formação de sujeitos ativos, participativos, em crescimento cultural e social, atendendo jovens estudantes com necessidades educacionais específicas, com o propósito de garantir a formação inicial para o mundo do trabalho e a efetiva participação social” (...). As escolas recebem os estudantes do AJA às 18 horas, com atividades e oficinas de acolhida. As aulas, em sala, começam às 18h40min e, além dos conteúdos da Base Nacional Comum, os estudantes contam com uma parte diversificada, como Língua Estrangeira Moderna, Desenvolvimento Social, Lazer e Informática, proporcionando aos jovens orientações para o mercado de trabalho e abordando as temáticas de crescimento pessoal e avanço para o Ensino Médio. De acordo com a realidade local, as oficinas podem ser de música, grafite, dança e práticas esportivas e os estudantes de todas as unidades têm apoio e acompanhamento de diretores, coordenadores, professores, psicólogos e assistentes sociais. Na prática, a escola acabou concentrando alunos violentos, que ameaçam e provocam tumultos diários. “O medo é constante para quem atua nesses locais. Muitos alunos já estiveram em internação nas Uneis [Unidades Educacionais de Internação]. Para diminuir o problema nas outras escolas, diminuir índice de violência, colocaram todos num mesmo lugar”, afirma uma servidora da SED, que pediu para não ter o nome divulgado (*Correio do Estado*, 2017).

A reportagem descreve um programa estadual cujo cerne é oferecer alternativa, acompanhamento pedagógico, prevenção social ao crime para adolescentes de uma das escolas citadas, mas de um momento para o outro, toda a descrição é trocada para o contraditório. Com a frase: “na prática, a escola acabou concentrando alunos violentos, (sic) que ameaçam e provocam tumultos diários”, a reportagem põe em dúvida qualquer tipo de trabalho preventivo para adolescentes e endossa o discurso da criminalização.

Se na reprodução de material nacional e na produção local o *Correio do Estado* demonstrou ser favorável à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos no Brasil, não foi o que teve registrado na coluna de opinião independente. O jornal não ouviu pesquisadores, juristas ou representantes de organizações não-governamentais entre outras fontes que pudessem repassar um cenário amplo sobre o encarceramento de adolescentes. Na coluna de opinião, porém, cinco artigos assinados por José Carlos de Oliveira Robaldo, que se apresentou como procurador de Justiça, advogado e mestre em direito universitário. Também publicou artigo de Rafael Britto²⁷⁸ advogado e pós-graduado em Direito Processual Civil. Os artigos demonstraram preocupação com a possibilidade de violação de princípios constitucionais na hipótese de aprovação da redução da maioridade penal, com as manobras políticas e com a ineficiência da medida diante do fim, ou seja, a redução da violência. O profissional aponta no artigo que:

a inclusão de jovens de 16 a 18 anos no sistema prisional brasileiro agravaria o caos de superlotação dos presídios, além de dificultar a ressocialização e a reinserção dos adolescentes na sociedade, já que os estabelecimentos prisionais se tornaram verdadeiras “faculdades do crime”. Há, ainda, quem defenda que o Brasil deveria alinhar sua legislação com países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde, na maioria dos estados, jovens de 16 anos podem ser submetidos a processos judiciais e ser responsabilizados, seja civil ou penalmente, da mesma forma que adultos. Porém, antes de qualquer comparação, devemos nos lembrar que no Brasil, segundo dados do IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2013, 486 mil crianças entre cinco e 13 anos eram vítimas do trabalho infantil e, no quesito educação, o País ainda conta com cerca de 13 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais (...). Estamos diante de um Estado reconhecidamente incompetente para lidar com a questão da violência e criminalidade e é certo que a redução da maioridade penal ainda afetaria, preferencialmente, uma parte da população já castigada por inúmeras razões sociais e políticas, ou seja, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que, segundo estudo da UFSCar, este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira. O debate é longo e a lista de argumentos para ambos os lados é interminável, mas, afinal, pode um Estado, que não possui políticas de educação, saúde, de lazer, que não conta com uma política de inclusão de jovens no mercado de trabalho, que não tem sistema para reeducar e ressocializar, diminuir a maioridade penal e tratar seus jovens menores como adultos? (*Correio do Estado*, 2015).

²⁷⁸ Aqui analisado o artigo do publicado no dia 5 de abril de 2015, na edição de número 19.481, consulta ao anexo 2.

O articulista contextualiza a situação da criminalização do adolescente, aponta quais seriam as motivações sociais, as consequências e como o Estado brasileiro trata a questão. Também revela que a medida debatida na Câmara dos Deputados não será eficaz. Embora estivesse nas páginas do *Correio do Estado*, não houve transposição da fala do articulista para a reportagem como forma de contrapor ou expor os posicionamentos apresentados. Quando se coloca como crítico ao governo de Dilma Roussef, o articulista aponta que o revanchismo político que orbita a aprovação da redução da maioridade penal pode ter consequências que não são claras pelos defensores da medida. Apontando a pressão da imprensa para a aprovação da medida, o procurador chama a defesa de enganação. A reflexão do procurador aposentado chega ao sistema penitenciário atual, classificado por ele como falido, e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que não é cumprido. Em outro artigo, desta vez publicado em 23 de abril de 2015²⁷⁹, o procurador questiona se a redução da maioridade penal é cláusula pétrea e alerta ao leitor para a necessidade de compreender o longo debate que virá a partir dos argumentos apresentados na Câmara dos Deputados.

A violação dos princípios constitucionais para a aprovação da redução da maioridade penal é, novamente, apontada por José Carlos Oliviera Robaldo como tendo efeito dramático, criando uma expectativa inútil e que, certamente, provocaria descontentamentos.

O *Correio do Estado* manteve o modelo de relatório de fatos na cobertura relacionada ao sistema penitenciário. Na amostra selecionada para esta análise não foram encontradas matérias de cunho analítico e que permitissem ao leitor a compreensão ampla ou mesmo restrita do assunto. Discussões sobre estratégias de gestão, políticas ou análises sociais também não foram identificadas. Ficaram fora do material recolhido a atuação do tráfico de drogas dentro dos presídios e efeitos na comunidade. Como mantém o modelo relatorial, o *Correio do Estado* não busca fontes que permitam a exploração sobre particularidades da ação do tráfico de drogas dentro dos presídios, como a corrupção de agentes, policiais e advogados. Outro aspecto não explorado é a violência registrada dentro das unidades prisionais.

A intenção é enfraquecer a facção criminosa, que tem atuado nas unidades penais do Estado Mandantes de dezenas de crimes como tráfico de drogas, roubos e até mesmo assassinatos registrados em Campo Grande e no interior do Estado, os integrantes da facção criminosa Primeiro Comando

²⁷⁹ Edição número, 19.599, consulta ao anexo 2.

da Capital (PCC) foram alvos de uma nova operação do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), órgão investigativo vinculado ao Ministério Público Estadual. A missão é desarticular ramificações da facção, que tem comandado delitos de dentro dos estabelecimentos penais, identificando seus líderes. Ontem pela manhã, em conjunto com a Polícia Militar e a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), o Gaeco desencadeou em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Aquidauana, Brasilândia e realizando nove vistorias em celas de presídios estaduais ocupadas por integrantes da facção criminosa. A operação executada pelo Gaeco recebeu o nome de “Livro Negro”, em alusão aos integrantes da facção, que por estarem em débito foram punidos ou mesmo excluídos da organização criminosa que age nos presídios do Estado.

No longo lead não é possível compreender o fato, que fica limitado ao relato sobre a ação de policiais. Da maneira como o material é construído, a ação do PCC está restrita aos internos do Sistema Penitenciário e não há indicação de colaboração dos demais integrantes da cadeia (agentes, policiais, integrantes do Ministério Público, advogados, etc...). Sem a reflexão, o jornal deixa imperar o que seria um mundo paralelo, totalmente isolado, em que facções e pessoas privadas de liberdade agem sem conexão. Esses pontos ficam ainda mais claros na segunda parte da matéria.

Comparsas de presos lançam drogas e celulares em penitenciárias. Já na manhã de quarta-feira, o flagrante também ocorreu nos fundos do Pavilhão 1, sendo interceptados cinco aparelhos celulares, quatro chips, 12 fones de ouvido e quatro carregadores para celular, além de três tabletes de maconha, também jogados para dentro da unidade, sobre a muralha. Segundo o diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, Ailton Stropa Garcia, o trabalho de vistoria em pavilhões, celas e entorno das áreas internas é realizado diariamente em presídios de todo o Estado. A intenção é impedir por parte dos detentos o uso de equipamentos e substâncias proibidas. “É uma batalha constante e demonstra a honestidade da maior parte dos nossos servidores, que estão empenhados nesta missão”, ressaltou. Outras apreensões, conforme a Agepen, foram registradas na quarta-feira, no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira, unidade penal masculina de regime semiaberto situada na região da saída para Sidrolândia. No total, foram encontrados 308 gramas de maconha em duas celas da unidade. A droga estava “camuflada” nas paredes dos banheiros. Dois internos admitiram a propriedade do entorpecente e foram indiciados. No dia anterior, os agentes encontraram várias porções de maconha e cocaína no Pavilhão “D”. A maior parte da droga estava sobre o telhado do presídio, provavelmente arremessada pelo lado de fora das dependências da unidade prisional. Com a vistoria, os agentes também apreenderam seis aparelhos celulares e carregadores (*Correio do Estado*, 2015).

A maneira como é descrita existência dentro de um presídio de drogas e outros equipamentos poderia suscitar dúvidas. O diretor aponta que os produtos são “lançados” para os telhados dos locais, afirmação que não parece ter encontrado questionamento por parte da reportagem. Mesmo a versão não é alvo de qualquer questionamento: se atiram do lado de fora, onde está a falha da vigilância do lado de dentro? E do lado de fora? Diante da possibilidade de falha da vigilância, quem seriam os responsáveis? O que será aplicado para que as situações não se repitam? Fissuras semelhantes na apuração realizada pelo *Correio do Estado* são encontradas novamente em material publicado no dia 1.º de outubro de 2015, com o título. “Agentes encontram drogas e celulares em presídio”. Uma

nota de pé de página revela ação de agentes que, além de drogas, localizam equipamentos eletrônicos em um presídio na cidade de Paranaíba, próximo à divisa com São Paulo. Sem qualquer reflexão, o assunto é tratado como mero registro.

E assim, como uma mera nota informativa, matérias que poderiam ajudar o leitor a compreender como e porquê há ação de facções criminosas nos presídios sul-mato-grossenses não demonstram apuração. O *Correio do Estado* publica no dia 10 de outubro de 2015²⁸⁰ matéria onde trata da ação do PCC em presídios de quatro estados brasileiros (Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins), mas somente a polícia de Mato Grosso do Sul é ouvida. E, seguindo o que é divulgado pela polícia, há a ligação entre advogados e as ações do PCC, mas não há menção a questionamento sobre outros elementos que poderiam participar.

Presidiários de MS comandavam célula do PCC em Brasília crime organizado Presidiários de Mato Grosso do Sul estavam comandando uma célula da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em presídio de Brasília, encomendando crimes em várias localidades, especialmente tráfico de drogas, assassinatos e roubos. As investigações em torno das atividades do grupo foram iniciadas há sete meses e permitiram, ontem, a realização de uma grande operação para o cumprimento de 49 mandados de prisão, 40 deles em presídios de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Presidente Bernardes (São Paulo), Palmas (Tocantins), Goiânia (Goiás) e na capital federal (...). De acordo com o delegado Sampaio, “era ele (Genilson) quem comandava e decidia tudo o que seria feito. Os integrantes se comunicavam com ele pelo celular e, a partir daí, planejavam os próximos passos”. Também ontem, duas advogadas de Brasília foram conduzidas coercitivamente para a delegacia para prestar depoimento e vários mandados de busca e apreensão foram cumpridos. Investigadores suspeitam que, para burlar a segurança nas penitenciárias, detentos estavam contando com a ação das duas advogadas, que prestavam papel de “mensageiras” dos criminosos, levando e trazendo informações do DF para estados de São Paulo, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Goiás (*Correio do Estado*, 2015).

Reflexões como posicionamento estratégico de Mato Grosso do Sul, população carcerária, política de segurança, ações do tráfico de estupefacientes e violência dentro dos presídios passam ao largo da apuração do *Correio do Estado*. Por conta dessas lacunas, matérias que apontam a interligação com o mesmo cenário no país parecem descontextualizadas. O periódico, mais uma vez, passa a informação de fatos isolados naquela unidade da federação. Essas situações podem ser observadas na matéria publicada no dia 8 de janeiro de 2017²⁸¹, que teve chamada de capa e recebeu o título “Tensão em presídios do Brasil começa a chegar no Estado”. O material resulta de nota divulgada pelo Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária de Mato Grosso do Sul e não conta com refle-

²⁸⁰ Edição número 19.669, consulta ao anexo 2.

²⁸¹ Edição número 20.121.

xão de outros atores para o esclarecimento ao leitor dos fatos apresentados, suas motivações e consequências.

As disputas entre facções criminosas que buscam “comandar” presídios de todo o Brasil têm gerado clima de tensão e medo em muitos estados. Depois das mortes de mais de 90 presos em unidades do Amazonas e Roraima, ligações interceptadas por serviços de inteligência de Mato Grosso do Sul revelam planos de ataque em Campo Grande. Ontem, sindicato que representa trabalhadores de presídios do Estado emitiu alerta. Nas gravações as quais o Portal *Correio do Estado* teve acesso e que já seriam de conhecimento das forças de segurança, bandidos integrantes de facções confirmam que o clima é de vingança depois das mortes ocorridas em Manaus e Boa Vista. Em um dos áudios, o criminoso alerta quem está do outro lado da linha que ataque pode ocorrer em dia de visita, provavelmente no domingo, na região do Bairro Noroeste, onde fica a Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande (...).

Em novo material, desta vez publicado em 11 de janeiro de 2017 (20.124), o *Correio do Estado* noticia que 22 detentos serão transferidos para presídios de Mato Grosso do Sul, mas não faz nenhuma relação com a matéria anterior.

Estado pede transferência de 22 detentos para presídios federais Diante de riscos de confrontos entre facções criminosas dentro de presídios de Mato Grosso do Sul, especialmente em Campo Grande e Dourados, o governo requereu ao Ministério da Justiça a transferência de 22 líderes de grupos para presídios federais. Por conta da crise penitenciária que atinge outras unidades da federação, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, informou que pedidos de auxílio feitos por segurança governadores de sete estados estão sendo atendidos. No caso de Mato Grosso do Sul, o estado pediu a transferência de 22 presos para estabelecimentos federais (Catanduvas/ Paraná; Campo Grande/Mato Grosso do Sul; Porto Velho/ Rondônia; e Mossoró/ Rio Grande do Norte. O Poder Judiciário deferiu sete dos pedidos, indeferiu quatro e ainda há 11 em análise. No caso dos pedidos indeferidos, o Estado informou que fará nova solicitação. As transferências serão feitas conforme a autorização da Justiça. Há temor de confrontos entre integrantes das facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), como ocorreu recentemente em Manaus, com dezenas de mortos. Numericamente, o PCC controla a massa carcerária de presídios de MS.

A reportagem relata, tão somente, áudios de presidiários em Mato Grosso do Sul e ainda informa que estão disponíveis no portal de notícias. Além da nota do sindicato dos servidores da segurança, não figuram outras fontes no material, que embora tenha no lead a possibilidade de conexão com a situação vivida no sistema penitenciário de outros estados brasileiros, não demonstra como a ligação pode ocorrer.

Com base na análise do *Correio do Estado* foi possível perceber maior quantidade de textos relativos à violência relacionada ao tráfico de drogas e, a partida, os enquadramentos do periódico, que são destacados a seguir na tabela 14.

Tabela 16. Enquadramentos revelados na cobertura do jornal *Correio do Estado*:

Cenário – acontecimento principal	Causas	Julgamentos morais	Solução
Comunidade	Violência nas regiões mais pobres e, sobretudo, na fronteira	Fornecedores e usuários movimentam o tráfico; polícia não age, governos não priorizam	Aumentar a segurança dos cidadãos.
Apreensões	Facilidade em obter drogas devido à proximidade com a fronteira, fragilidade na vigilância	Mato Grosso do Sul é apenas corredor de passagem das drogas que saem pelo Paraguai e entram no restante do Brasil	Aumentar a vigilância na região de fronteira
Sistema penitenciário	Maior envolvimento com o tráfico; maior envolvimento de adolescentes com o tráfico	Detentos são o motor do tráfico de drogas	Aumentar o rigor da legislação penal
Facções criminosas	Descontrole de Brasil e Paraguai sobre a segurança, mas sobretudo o Brasil. Necessidade de controle pelos cartéis da movimentação de drogas para dentro do Brasil e a produção no Paraguai	Traficantes estão em guerra contra a sociedade	Maior rigor penal contra traficantes, confronto direto com as facções criminosas.

Fonte: Elaboração própria

A tabela 16 demonstra que as questões ligadas à violência e à restrição de liberdade, que formam os enquadramentos do jornal *Correio do Estado*, dão à questão do tráfico o caráter apenas de ruptura da normalidade. As peças recolhidas demonstram a postura simplista de apenas reportar os acontecimentos e atribuir ao Estado soluções, quando a própria imprensa também pode elevar o debate e contribuir para a discussão das políticas que cercam a questão. Poucos adjetivos são notados nas peças recolhidas, bem como poucos artigos de opinião e editoriais, como já citado, o que aponta o periódico como mero repetidor de fatos.

3.6 A cobertura de *O Globo*

Em 2015, o jornal *O Globo* circulou com a média de 40 páginas no primeiro caderno e manteve nove editorias – País, Rio, Economia, Mundo, Cultura, Esportes e Ciência²⁸². O projeto editorial contemplou, ainda, múltiplos posicionamentos de opinião. Foram dois editoriais publicados no primeiro caderno, um sobre o outro, sendo o primeiro considerado o principal. Para enfatizar a importância da opinião do periódico sobre determinado assunto, o editorial ganhava o destaque de chamadas na capa. A manifestação editorial também foi contemplada na coluna “Tema de Discussão”, em que um convidado discoria sobre tema específico definido pelo *O Globo* e, depois o confrontava. O posicionamento do jornal também foi manifestado dentro de matérias em uma coluna com o nome “Opinião”.

Entre os jornais analisados, *O Globo* exibiu o maior número de articulistas, dez no total²⁸³. Assim como o editorial, as colunas dos articulistas também eram destacadas em chamadas de capa, conforme a importância conferida aos assuntos publicados. No periódico, uma página foi reservada para exibir a opinião de convidados e, ainda, meia página para manifestações de leitores. Essa última pode chegar a uma página inteira, dependendo do assunto abordado. E, por fim, a opinião do jornal era destacada pela charge, publicada no primeiro caderno e na capa, conforme a importância conferida ao assunto retratado. Estrutura semelhante foi mantida em 2017, mas *O Globo* chegava às bancas com a média de 28 páginas no primeiro e segundo caderno.

A segmentação das múltiplas formas de opinião apresentadas em *O Globo* aponta que o direcionamento editorial do jornal não cerceia o contraditório. Estão lá os leitores e os convidados a falar sobre os muitos fatos noticiados, ainda que haja contrariedade com a (a tratativa opinativa) de *O Globo*. É na prática diária que *O Globo* direciona as opiniões apresentadas como independentes para validar o próprio discurso. Esse fato foi verificado na forma como foram apresentados os múltiplos cenários derivados do tema estudado nesta tese. Nas páginas de *O Globo*, as questões relativas ao tema de estudo desta tese

²⁸² Ao longo da semana também circularam os suplementos e revistas: Baixada, Barra, Barra, Boa Chance, Boa Viagem, Carro etc., Direto do Forno, Ela, Ilha, Morar Bem, Negócios e Leilões, Niterói, Prosa, Revista da TV, Revista *O Globo*, Rio Show, Sul, Tijuca, Zona Norte e Zona Oeste

²⁸³ Escreveram como articulistas contratados de *O Globo* no período analisado: Aldir Blanc (demitido em 2017), Ancelmo Góes, Érico Veríssimo, Fernando Gabeira, Merval Pereira, Mirian Leitão, Ricardo Noublat, Zuenir Ventura, Dorrit Harrizim e Elio Gaspari.

foram abordadas de maneira político, ora pressionando o Executivo federal, ora validando por meio do discurso as medidas do Executivo ou Legislativo.

A comunidade afetada pelo tráfico na cobertura de O Globo

Todos os cenários analisados em *O Globo* resultam em interferência na comunidade de forma específica, tema recorrente nas páginas do jornal. As matérias que refletam tráfico de drogas são registradas na maioria das vezes, nas favelas. Ou seja, os cenários identificados em *O Globo* têm influência direta nas comunidades pobres do Rio de Janeiro e um deles (encarceramento) é de âmbito nacional e, ainda assim, restrito por tratar de pessoas em restrição total ou parcial de liberdade pelo cumprimento de penas. As matérias colhidas retrataram os casos de trocas de tiros em vias públicas, interrupção das aulas, serviços (postos de saúde), comércio fechado (por ordem de líderes do tráfico), veículos queimados, assaltos ou assassinato de pessoas externas à área de favelas (turistas, moradores da zona sul), o que demonstra clara interferência na rotina da comunidade carioca.

Os relatos sobre milícias, que vamos apontar adiante, estão limitados à ação da polícia corrupta nas comunidades do Rio de Janeiro, os respectivos prejuízos ao erário e a insegurança à população dessas localidades. O mesmo pode ser afirmado sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, modelo de gestão de segurança restrito àquela cidade. Também é específica do Rio de Janeiro a ação de intervenção militar iniciada em 16 de fevereiro de 2018 e conclusa em 31 de dezembro do mesmo ano por força do decreto número 9.288²⁸⁴. Embora a abrangência da análise não contemple o período da intervenção, o material recolhido indica os pré-cenários que nela resultaram.

Ao demonstrar a interferência do tráfico de drogas na comunidade, *O Globo* priorizou ouvir moradores e entidades representantes de moradores da zona sul do Rio de Janeiro. Entre os exemplos sobre o tratamento do periódico nas questões que envolvem a comunidade está a edição número 29.762²⁸⁵, publicada no dia 31 de janeiro de 2015. A capa do jornal traz na lateral esquerda duas chamadas. A primeira, para a página 10, por eleição de prioridade traz a retranscrição “rumo à Zona Sul” sobre o título “crack chega às praças de Ipanema”. Já para a segunda a retranscrição é “Mais de um caso por dia” e título “Rio tem a

²⁸⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm

²⁸⁵ Todas as páginas citadas em referência ao jornal *O Globo* estão no Anexo 3.

32.^a vítima de bala perdida”, a matéria está na página 16. No primeiro exemplo, a retranca da página 10 aponta “Novos pontos de consumo”, título “Crack Avança” e o fio “Grupos de dependentes migram de outras regiões para a zona sul”.

O material aponta que os usuários de crack são um problema visual e de segurança para os moradores da Zona Sul do Rio e é construído de forma a ignorar a humanidade das pessoas que estão nas chamadas cracolândias. As conclusões no início do material não apontam fontes para indicar que o preço da pedra de crack reduziu e, por este motivo, houve deslocamento de usuários para as áreas nobres da cidade, como é indicado.

Concentrado durante anos em algumas comunidades da Zona Norte, o consumo de crack vem ganhando terreno na cidade. Nos últimos meses, a droga passou a ser facilmente encontrada na Zona Portuária e às margens de trechos da linha ferroviária e da Avenida Brasil, e, agora, grandes grupos de usuários começam a se formar na Lapa e na Zona Sul. O avanço está chamando a atenção da população e de autoridades, que tentam traçar uma estratégia para contê-lo. O vício, impulsionado pelo preço baixo — uma “pedra” custa entre R\$ 3 e R\$ 5 —, chegou com força a bairros nobres do Rio, como Ipanema e Copacabana (*O Globo*, 2015).

No material é descrito que o trabalho do executivo municipal é direcionado a grandes proporções de usuários, mais de 300. O dado é alarmante, mas não é possível ao leitor saber qual a estimativa de pessoas reunidas em cracolândias no Rio de Janeiro e, menos ainda, o número desses locais. Há um indicativo de normalidade quanto ao dado e há contrariedade. Se há pressão aos moradores da Zona Sul, por que a prefeitura, por meio do órgão representado na matéria, aponta que são poucas pessoas nas cracolândias da região? O leitor é privado da resposta.

A Secretaria municipal de Desenvolvimento Social informa que seu trabalho de abordagem ainda tem como foco cracolândias que reúnem mais de 300 pessoas. Elas estão no Parque União e na Nova Holanda (no Complexo da Maré), em Manguinhos, no Jacarezinho, em Del Castilho, em Triagem, no Engenho Novo e, em menor escala, na Lapa. E foi justamente do bairro que é símbolo da boemia carioca que começou a migração de viciados para a Zona Sul, começando por Laranjeiras e Botafogo. Quase diariamente, um ônibus da secretaria é estacionado embaixo do Viaduto Santiago Dantas, que liga a Praia de Botafogo à Rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras. No entanto, segundo assistentes sociais, é pequeno o número de dependentes que se mostram receptivos às abordagens no local. Ainda em Laranjeiras, um outro ponto de consumo se formou sob o Viaduto Jardel Filho, a aproximadamente 200 metros do Palácio Guanabara, como informou Ancelmo Gois em sua coluna desta sexta-feira (*O Globo*, 2015).

Mais uma vez, embora apresente o problema como grave ao ponto de abrir uma página inteira com três fotos, *O Globo* aponta que o grupo de pessoas que utiliza crack nas ruas da Zona Sul do Rio de Janeiro é pequeno, chegaria a dez pessoas. É possível perceber

que o discurso higienista, por conta dos colchões espalhados sobre as calçadas, fezes e urina apontados na fala de uma aposentada ouvida pela reportagem. *O Globo* também deu voz a uma representante de associação, que destaca o fato de o crack também ser uma droga utilizada por moradores dos prédios da região, mas o incômodo está nas pessoas das ruas.

A situação também preocupa em Copacabana, onde pequenos grupos de usuários começaram a se reunir, de madrugada, nas ruas Barata Ribeiro, Bolívar e Leopoldo Miguez — nesta última, eles já têm o costume de espalhar colchões sobre as calçadas. Outro bairro onde a situação se agrava é Ipanema: segundo moradores e comerciantes, após as 21h, dezenas de jovens consomem crack nas praças General Osório e Nossa Senhora da Paz. — É preciso tomar providências logo. Depois que anoitece, o trecho da Praça Nossa Senhora da Paz mais próximo à Rua Barão da Torre fica perigoso. Sempre vejo um grupo de aproximadamente dez pessoas, entre homens e mulheres, consumindo crack por ali. Isso acontece desde novembro. Os dependentes passam a madrugada toda se drogando, e, quando amanhece, encontramos um cenário desolador, com fezes e poças de urina por todo lado — lamenta a aposentada Maria do Carmo. Para a presidente da Associação de Moradores de Ipanema, Maria Amélia Loureiro, a Praça General Osório já virou uma cracolândia. — Há muitas pessoas consumindo crack na praça. Estamos muito preocupados porque notamos que essa cracolândia não abastece somente dependentes miseráveis, moradores de rua. Ela também passou a ser frequentada por gente com dinheiro, que mora em apartamentos da região. É uma situação delicada, e queremos uma solução para conter esse avanço — disse Maria Amélia. Maria Ignez Barreto, coordenadora do Projeto de Segurança de Ipanema, faz coro às críticas: — Não tenham dúvidas de que o bairro está sofrendo uma invasão de usuários de crack. Na quinta-feira, às dez da manhã, havia um grupo consumindo a droga na esquina das ruas Maria Quitéria e Visconde de Pirajá. Temos ligado exaustivamente para a Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, agentes dos órgãos sempre nos atendem e vêm aqui, mas é um trabalho pontual. Os viciados retornam no dia seguinte. É preciso que as ações do órgão sejam feitas de forma permanente em Ipanema (*O Globo*, 2015).

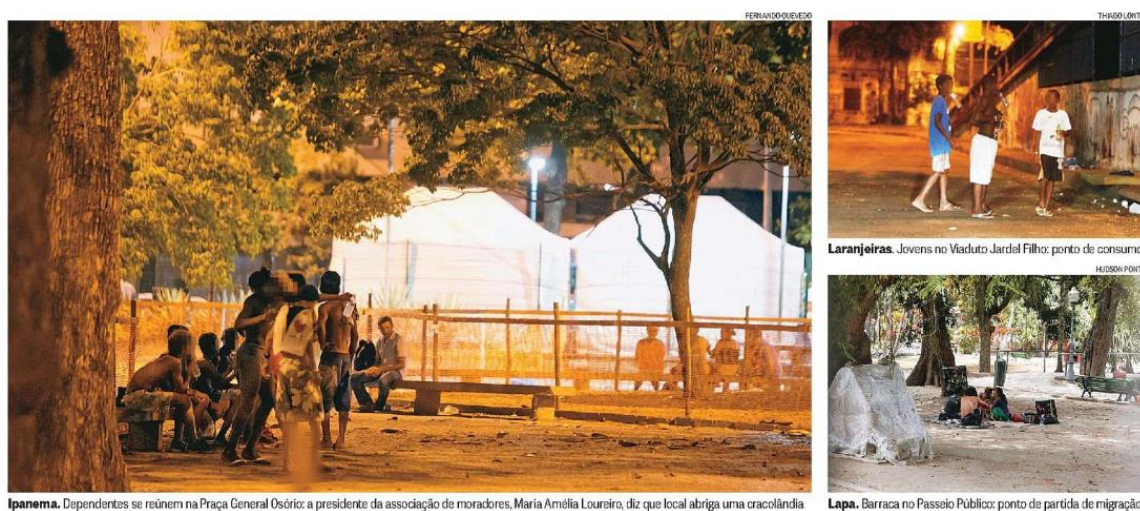
A matéria aponta novamente contradições sobre os usuários, colocados como moradores da Zona Sul, catadores de material reciclável ou usuários de cocaína que procuram o crack na falta da droga de preferência. Também revela que a solução é higienista, associa o uso da droga a pessoas de baixo poder aquisitivo e que incomodam a paisagem da região da Zona Sul do Rio de Janeiro. Pelo material é impossível ao leitor conhecer a real dimensão sobre o uso de crack na cidade, quais as implicações sociais, de segurança e como o executivo atua de maneira ampla. Ao fim, o material aponta que a droga é um produto utilizado por pessoas que sujam a cidade.

Adilson Pires, secretário municipal de Desenvolvimento Social, afirma que medidas estão sendo tomadas para conter o avanço do crack na cidade. Ele diz que o número de usuários na Lapa já caiu pela metade, e promete mais ações na Zona Sul. — A migração está acontecendo porque, nesta época do ano, os dependentes conseguem catar um número maior de latas na região, o que lhes dá dinheiro para sustentar o vício. Além disso, praticam pequenos delitos e recebem mais esmolas. Estamos chegando gradativamente à Zona Sul. O secretário destaca que agentes de sua pasta só abordam dependentes por meio do diálogo: internações compulsórias, como as realizadas em 2013 com usuários de crack retirados de áreas às margens da Avenida Brasil, deixaram de ser feitas. —

As abordagens passaram a ser feitas em cima de técnicas de convencimento e aproximação, de forma sensível e humana. As internações compulsórias provocaram uma grande polêmica, e dependentes se mostraram revoltados com a medida. Hoje estamos seguros de que ganhar a confiança é o melhor caminho para a reabilitação — afirma Pires, acrescentando que 2.776 usuários foram abordados no ano passado, sendo que 1.647 aceitaram tratamento ou algum tipo de apoio por parte da prefeitura. De acordo com Diana Ribeiro, que coordena o Proximidades, programa da secretaria voltado para usuários de crack, 63% dos dependentes abordados têm moradia na Zona Norte, e o restante, em sua maioria, seria da Zona Oeste e do Centro. Ela diz ainda não ter estatísticas precisas sobre o problema na Zona Sul, mas reconhece que a região virou motivo de preocupação: — A migração corresponde a um aumento do poder aquisitivo dos usuários. Identificamos, entre os dependentes, uma aeromoça que fala quatro idiomas fluentemente. Vemos também, diariamente, funcionários de empresas conhecidas procurando crack quando há escassez de cocaína em bocas de fumo (*O Globo*, 2015).

Ao fim, o material elenca cinco fontes: uma aposentada moradora da zona sul, representante da Associação de Moradores de Ipanema, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representante do Programa Proximidades. Nenhuma das fontes é representante dos usuários ou fala em valor do grupo, colocado apenas como um incômodo visual.

Figura 29. Fotografias utilizadas pelo jornal *O Globo* para ilustrar o uso de drogas em vias públicas na Zona Sul do Rio de Janeiro



Crédito: *O Globo* – 31 de janeiro de 2015

A figura 29 agrupa as três fotos que foram utilizadas para embasar o material. Nelas é possível ver jovens e que poderiam ser adolescentes a consumir estupefacientes. É um material fotográfico que demonstra ação, foi feito exclusivamente para o material por um fotógrafo do quadro de funcionários de *O Globo*. Não é indicada autorização das pessoas retratadas para aparecerem no material. As fotos apontam rostos desfocados, levando a

entender que não houve concordância para a publicação diante de usuários de estupefacientes em situação degradante e que podem ser menores de idade.

Figura 30. Infográfico utilizado pelo jornal *O Globo* para apresentar dados sobre os usuários de estupefacientes nas ruas do Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 31 de janeiro de 2015

O Globo utiliza um infográfico (Cf.: figura 30) de pouco mais de uma coluna ao centro do material para apontar o perfil dos usuários encontrados no decorrer do ano anterior à publicação da matéria (2015). Não é indicada a fonte ao leitor. Os dados indicam que do total de usuários, 2.776, a maioria, 63% é da Zona Norte da cidade, a área mais pobre do Rio de Janeiro.

Na matéria publicada na página 16, uma coluna policial, *O Globo* trata sobre uma troca de tiros entre as forças de segurança e assaltantes a uma paragem do transporte coletivo. Na ação, um homem é atingido. A vítima não é identificada e uma pessoa presa como suspeita de envolvimento no caso tem o nome divulgado. No texto, a reportagem afirma que há acusados, quando há pessoas que ainda não identificadas, investigadas, presas, denunciadas pelo Ministério Público. Em outro ponto, o jornal afirma que há suspeitos em uma demonstração de desconhecimento do Código Penal.

Para analisar as ocorrências denominadas por balas perdidas no Rio de Janeiro, entrevista o sociólogo Inácio Cano, representante do Laboratório de Análises de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que aponta a necessidade de haver revisão tática do trabalho policial para reduzir os casos de violência como a registrada na matéria. O so-

ciólogo é a única fonte que tem voz no material, cujos dados parecem colhidos da Polícia Civil, e não há o contraponto para as perguntas lançadas pela fonte como: é possível rever o treinamento policial? Há estratégias para reduzir as mortes e assassinatos no Rio de Janeiro? Quem pode ser envolvido? Sem as respostas, o espaço restante da matéria, um parágrafo, é utilizado para reportar as mortes de três pessoas. Uma delas é um marinheiro, cuja identificação não é colocada na matéria, e as demais fazem referência a duas crianças, vítimas de balas perdidas na Zona Norte da cidade.

Figura 31. Fotografias utilizadas pelo jornal *O Globo* em cobertura sobre crianças mortas por balas perdidas do Rio de Janeiro.



Cédito: *O Globo* – 31 de janeiro de 2015

Na figura 31 são demonstradas duas fotos das crianças que foram vítimas de balas perdidas dias antes do evento que motivou a matéria publicada por *O Globo* são posicionadas na parte central do material. Em uma coluna, as fotos têm duas retrancas: “fatal” e “dor”. O material parece incitar à emoção do leitor, porque as ocorrências não estão conectadas e não há acompanhamento sobre os dois casos.

Já na edição do dia 12 de outubro de 2017²⁸⁶, *O Globo* publica matéria com o título a “guerra se alastra” e atinge o Leblon pelo acesso da Cruzada de São Sebastião, um conjunto habitacional instalado no bairro, que fica na Zona Sul. A chamada da capa aponta que há “Guerra na Rocinha” a partir da retranca sobre o título “tiroteio fere três no Le-

²⁸⁶ Edição 30.746, consultar anexo 3.

blon”. A própria chamada, contudo, coloca que o efeito Rocinha é uma condicional, não há ligação estabelecida por essa chamada ao evento registrado no Leblon.

Na matéria interna, contudo, a partir de informações da polícia é reforçada a possibilidade, não a certeza, de relacionamento entre evento e Rocinha. Entre as fontes ouvidas está a presidente da Associação dos Moradores do Leblon, Evelyn Rosentweig, mas ninguém das comunidades é consultado. Embora a representante seja do Leblon, não são ouvidas pessoas da comunidade, representantes das vítimas ou a Defensoria Pública. O periódico também aponta como certo envolvimento de um traficante que, no momento do crime, cumpria pena em outro estado, Rondônia, a partir da prisão de um dos envolvidos. No geral, e em seguimento ao discurso da representante de moradores, o material aponta a impotência e vulnerabilidade diante das situações de violência e que assusta os frequentadores de um shopping no Leblon.

A presidente da Associação de Moradores do Leblon, Evelyn Rosenzweig disse que o clima de medo do bairro e vulnerabilidade de inocentes diante das ações criminosas preocupam: - O que aconteceu hoje não é nada bom. Apavora moradores e as pessoas que circulam por aqui. Tráfico em qualquer lugar já é um absurdo, mas algo assim acontecer tão perto de uma delegacia e de um batalhão é uma afronta. É uma impotência muito grande o que nos sentimos (*O Globo*, 2017).

Dentro do material, além da longa descrição sobre o caso, o leitor desconhece como pode ter havido os crimes, embora as causas sejam imputadas à uma disputa de traficantes, não é explicado que uma ação no morro da Rocinha, que é citada no texto, teria empurrado o tráfico para a região. A outra fonte ouvida a falar na reportagem foi o comandante do controle de segurança da Polícia Civil. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública também foram utilizados para apresentar o balanço das atividades do Exército na Rocinha.

Na mesma edição, *O Globo* publica matéria onde é denunciada a possibilidade de tortura de dois jovens e do assassinato de uma mulher, mãe deles, por integrantes da Polícia Militar. O material é reproduzido do parceiro *Extra* e, por isso, será apenas mencionado. Dada a natureza da matéria, as testemunhas do evento não são identificadas, contudo o jornal não faz menção à tentativa de ouvir representantes da Polícia Militar sobre o caso e o delegado que investiga o crime é citado de maneira indireta. No mesmo material, o jornal dedica grande parte à participação de um cão no velório da vítima.

Figura 32. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* em cobertura sobre troca de tiros em favela próxima a um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 12 de outubro de 2017

As imagens escolhidas para a cobertura (Cf: figura 32 e figura 33) revelam o que pode ser o retrato do dualismo do bem contra o mal nas páginas de *O Globo*. Na primeira fotografia, o periódico ilustra os efeitos na população após a troca de tiros, muito próximos ao bairro Leblon, com a ação da polícia logo após o evento. Já a segunda revela a ação das forças armadas dentro da comunidade da Rocinha. Ou seja, ao leitor é repassada a impressão de que o combate ao tráfico está ocorrendo na origem, a zona pobre da cidade, para não chegar à rotina da zona privilegiada economicamente.

Figura 33. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* em cobertura sobre a presença do Exército na favela da Rocinha do Rio de Janeiro



Crédito: *O Globo* – 12 de outubro de 2017

E edição publicada no dia 10 de outubro de 2017²⁸⁷, quando a manchete de *O Globo* traz a guerra na Rocinha, mortes e escolas fechadas, escolhe para foto de capa uma imagem da agência Estadão Conteúdo, que traz mães a cobrir os rostos dos filhos e a desviar de corpos alvejados por balas e distribuídos nas vielas da favela enquanto são observadas por homens do Exército brasileiro armados com fuzis.

A imagem é de conteúdo chocante, demonstra vielas em uma comunidade pobre, crianças uniformizadas em um indicativo de que, apesar de tudo, a vida continua. Aponta que as vendas colocadas pelas mulheres nas crianças é um indicativo de que a situação foge à normalidade, o que não é acompanhado pela cobertura de *O Globo*. A chamada mistura a rotina de violência da favela em meio a uma reunião burocrática, embora aponte o cenário com expressões como “clima de medo” e “guerra”.

Moradores da Rocinha viveram ontem o terceiro dia seguido de tiroteios na comunidade. De manhã, dois homens foram mortos, totalizando nove vítimas em três semanas. Por causa do clima de medo na guerra entre traficantes, nove escolas suspenderam as aulas para três mil alunos. O presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, decidiu criar uma comissão de juristas, coordenada pelo ministro Alexandre Moraes, do STF, para propor alterações na legislação sobre o combate ao tráfico de drogas e de armas. O grupo deve apresentar um anteprojeto de medidas investigativas, processuais e de regime de cumprimento de pena (*O Globo*, 2017).

²⁸⁷ Edição número 30.755, consultar anexo 3.

Também na mesma capa e no mesmo espaço é diagramada uma chamada de artigo de opinião que trata sobre o desejo do fim da guerra. Estão, contudo, nas páginas internas, as discrepâncias de cobertura sobre o tema que, ao ser demonstrado na capa, representaria quebra de normalidade. Enquanto na manchete, como forma de apoiar também a foto, o assunto principal é a violência registrada na favela da Rocinha, no interior do jornal o assunto é aberto pela proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia²⁸⁸, de criar a comissão de juristas.

O assunto ocupa toda a página, é produzido por um repórter da casa baseado em Brasília (DF). Ao leitor é facilitada a compreensão sobre o funcionamento da comissão com a publicação de todos os oito nomes, origens e respectivos cargos de quem a irá integrar. Nenhum dos participantes representaria a comunidade e esse fato não é questionado por *O Globo*. No material, distribuído em seis colunas, somente a visão do presidente da Câmara é apresentada e não há questionamentos sobre as situações que resultam em violência, tráfico de drogas e armas. Em momento algum, há menções sobre o fechamento das escolas e as incursões de polícia e traficantes no morro da Rocinha.

A comissão veio com esse foco no tráfico de drogas e armas, porque são elas que geram violência. A gente sabe que a violência da Rocinha é patrocinada pelo tráfico de drogas e armas. As armas são usadas em vários crimes, e são as drogas que os financiam. O crime transnacional tem impacto nos nossos bairros — explicou ontem o presidente da Câmara, acrescentando que o texto que estabelece a criação do grupo deve ser publicado hoje no Diário Oficial da União (*O Globo*, 2017).

Quando vai abordar o assunto da manchete, que tratou diretamente sobre violência, *O Globo* não desloca equipe própria ao local e utiliza dados do parceiro o *Extra* para retratar os fatos ocorridos naquela ocasião na Rocinha. Toda a cobertura é feita com base nas informações repassadas pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. A matéria de *O Globo* aponta que nove pessoas foram mortas nos últimos dias na favela da Rocinha e tiveram os corpos distribuídos em vielas e, por isso, as mães cobriram os corpos. Embora mostre crianças a trajar uniformes com escudos do ensino público do Rio de Janeiro, não estão disponíveis os posicionamentos do governo do Estado, da Secretaria de Estado de Educação ou qualquer representante da comunidade. É possível perceber que houve tentativas de ouvir pessoas da comunidade, mas não há indicativos do porquê de não estarem identificadas. Para o leitor, as suposições permanecem na necessidade de autopreser-

²⁸⁸ Rodrigo Maia, deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente da Câmara Federal (mandato iniciado em 14 de julho de 2016).

vação das fontes diante de um cenário violento, mas isto não é descrito. Na mesma edição, *O Globo* publica um artigo independente do jornalista Edu Carvalho, pertencente ao portal Favela da Rocinha, em que questiona a existência de 500 policiais atuantes no policiamento da comunidade sem qualquer efeito prático para a segurança.

Figura 34. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para falar sobre violência ligada ao tráfico de drogas na favela da Rocinha do Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 10 de outubro de 2017

Figura 35. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para falar sobre discussões por autoridades em relação às ações do tráfico e contra o tráfico no Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 10 de outubro de 2017

Figura 36. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para retratar do trabalho da polícia nas ações relacionadas ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

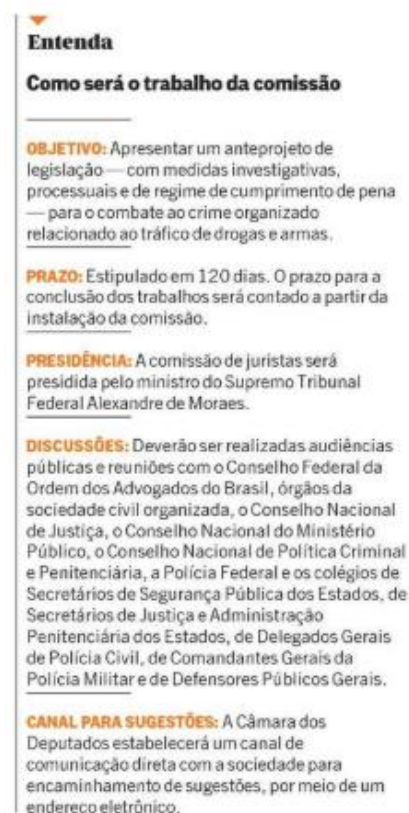


Crédito: *O Globo* – 10 de outubro de 2017

Três fotografias foram utilizadas para ilustrar o material distribuído em duas páginas (C.f: figura 34, figura 35, figura 36). A primeira foi publicada na capa e foi comprada da agência Estadão Conteúdo. É ela quem aponta o que houve na Rocinha e como as crianças estão sem aula. Nas páginas internas, o assunto é minimizado, tratado em uma sub-matéria e sem a forte de informações sobre a interrupção de aulas das crianças da rede estadual de ensino. A segunda imagem foi escolhida no arquivo de *O Globo* foi produzida dias antes e retrata o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre Moraes.

É clara a intenção do periódico em ilustrar em quatro colunas as pessoas que iram salvar a questão da segurança do Rio de Janeiro. Já a terceira foto produzida pelo *O Globo* é da prisão de um suspeito de tráfico de drogas que não está relacionado aos fatos descritos no material e cuja detenção ocorreu em outro município, Nova Iguaçu. O material demonstra a atividade da polícia contra bandidos.

Figura 37. Infográfico publicado pelo jornal *O Globo* para destacar trabalho de comissão de segurança Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 10 de outubro de 2017

Também é publicado um infográfico (Figura 37) onde é possível ao leitor entender os objetivos, os prazos a serem cumpridos, a composição da presidência, as discussões que a comissão irá abrir e um canal de sugestões de contato direto com a Câmara dos Deputados. O material detalha todos os passos para o funcionamento da comissão em Brasília (DF), distante da realidade a que está proposta, ainda que seja governo federal, mas sem qualquer indicativo de alguém que fale pela comunidade atingida.

A crise na segurança e a violência

Em setembro de 2007 *O Globo* dá partida à série “Diário da Violência” e que duraria até a edição do dia 28 de outubro de 2017²⁸⁹, quando aborda a morte de um coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Nessa edição, *O Globo* mobiliza grande parte do aparato

²⁸⁹ Número 30.765.

editorial, destaca três profissionais para a cobertura, além de um fotógrafo, ocupa a coluna interna “Por dentro de *O Globo*”, seleciona cartas do leitor e o segundo editorial. Na página interna do jornal, o contexto sobre a cobertura da violência na cidade do Rio de Janeiro é utilizado na coluna “Por Dentro de *O Globo*”, com a descrição do trabalho do jornal. O objetivo é demonstrar como os profissionais do veículo realizam a cobertura e, no material, o indicativo é de que não os detalhes não devem ser deixados de lado e a comunidade precisa ser ouvida. Embora tente passar para o leitor a necessidade de ouvir a comunidade e como o veículo prioriza o relato dos moradores, o texto deixa claro que a motivação da cobertura especial é a morte de uma turista espanhola dias antes em uma incursão da Polícia Militar. No material são fornecidos nome, sobrenome, nacionalidade e circunstâncias do assassinato. O jornal, porém, não oferece o mesmo tratamento ao falar sobre o assassinato de uma adolescente carioca na comunidade e que foi citada na coluna. Para o leitor, a jovem permanece anônima.

Sempre diagramada no topo da página, a série “Diário da Violência” relata um fato ocorrido nas comunidades e que nem sempre está relacionado ao que será noticiado no restante da página. Nunca há assinatura no texto, na foto e nem sempre há indicativo da fonte de informação. Na versão do dia 28 de outubro é abordada ação conjunta da Polícia Militar e Forças armadas para prender 20 pessoas. Ao tratar do assunto registrado como manchete, *O Globo* comete contradições. Enquanto na capa aponta uma pessoa suspeita da morte do Polícia Militar retratada no material, na página interna, o apresenta como acusado, no fio e ao longo da matéria. A própria matéria aponta que a pessoa que teve o nome divulgado não teve denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual e não chegou ser preso até a publicação. Ou seja, o veículo divulgou o nome de uma pessoa ouvindo somente o delegado. Não é mencionada a tentativa de ouvir alguém em favor da pessoa ou o posicionamento da Defensoria Pública.

O cabo Nei, baleado numa perna, foi categórico ao reconhecer Matheus como um dos homens com quem trocou tiros, disse o diretor da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, delegado Rivaldo Barbosa. Isso levou a PM a mobilizar, no fim da madrugada de ontem, cerca de 300 homens para uma operação no Complexo do Lins, onde vive o acusado. Foi justamente ali que ele foi preso pela última vez, no dia 20 de dezembro do ano passado, por agentes da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Matheus estava com um radiotransmissor, 73 trouxinhas de maconha e 193 tubos com cocaína. A prisão preventiva foi revogada no dia 1º de junho pela 26ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio. Na ocasião, a soltura de Matheus foi justificada pelo fato de ele não ter cometido um crime violento. O Ministério Público estadual manifestou posição favorável à medida (*O Globo*, 2017).

Para elaborar o material, *O Globo* priorizou o relato do delegado, mesmo para indicar a fala de uma testemunha do caso, cuja fala está no depoimento da autoridade policial ao jornal. O veículo também ouve o comandante da Polícia Militar e contextualiza a violência contra policiais como insolúvel, excetuando-se na condição de ter auxílio das Forças Armadas, administradas pelo governo federal. A fala do comandante é semelhante à da mãe cujo filho policial foi morto e descrito na matéria. Aponta incapacidade e impotência diante da violência registrada.

O prefeito Marcelo Crivella e o comandante-geral da PM, coronel Wolney Dias, que, no dia anterior, sugeriu que o governo do estado peça ajuda às Forças Armadas para o combate ao crime na região do Méier, também compareceram. — O que está acontecendo não é normal. Estamos aqui enterrando um companheiro e, amanhã, teremos o sepultamento de mais um — disse Dias, referindo-se ao cabo do 41º BPM (Irajá) Djalma Veríssimo Pequeno, de 36 anos, também assassinado na quinta-feira, ao tentar impedir um assalto a uma joalheria no Shopping Guadalupe. Mãe de Djalma, Gilma Veríssimo, fez um desabafo ontem, após liberar o corpo do PM no Instituto Médico-Legal: — Estou dilacerada. Ele, agora, é mais um na estatística. Daqui a pouco será outro. Hoje, quem entra na PM tem que comprar logo um caixão (*O Globo*, 2017).

O reforço à incapacidade de gerir a segurança e reduzir os índices de violência registrados no Rio de Janeiro é explicada pelo governador Luiz Fernando Pezão em matéria de apoio com o título: “Pezão diz que não dá para conter violência no Estado só com ‘forças policiais’”. O texto também aponta a necessidade de integração entre os governos estadual e federal:

— Não dá para nós sonharmos, principalmente no Rio de Janeiro, de combater o crime organizado, que se divide em três facções, mais a milícia, só com as nossas forças policiais — disse Pezão na presença de 20 governadores e quatro ministros: Raul Jungmann (Defesa), Sérgio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional), Torquato Jardim (Justiça e Segurança Pública) e Aloysio Nunes Ferreira Filho (Relações Exteriores). Ao agradecer aos ministros pelo envio de forças federais ao estado, o governador do Rio voltou a lembrar que depois da chegada de tropas ao Rio, o roubo de carga diminuiu. — Depois que o ministro Torquato (Ministro da Justiça, Torquato Jardim) enviou a Polícia Rodoviária Federal para o Rio, tivemos uma queda de cerca de 30% no número de roubos de carga. Por isso nós clamamos e pedimos essa ajuda. E sempre tenho pedido que os resultados sejam divulgados — disse Pezão. O governador informou também que as forças estaduais de segurança do Rio já recolherem 400 fuzis com os traficantes este ano no estado. — O fuzil é uma arma de guerra. Não é fácil para a Polícia Militar enfrentar um bandido armado com um fuzil. Um bandido assaltando uma lanchonete, assaltando um transeunte, com uma arma de guerra. Em qualquer país do mundo isso seria classificado como um ato terrorista, com mobilização das Forças Armadas — afirmou o governador do Rio (*O Globo*, 2017).

No aparato editorial de *O Globo* durante a cobertura e tratamento do caso também estão sete cartas do leitor selecionadas como forma de manifestação em relação à violência no Rio de Janeiro. As cartas apontam que as soluções para findar o estado de violência estão na mudança da legislação e, até, da Constituição. Também revelam intolerância do leitor

com direitos humanos e demonstram conhecimento sobre a falta de preparo dos policiais militares do Rio de Janeiro na comparação com traficantes. É, porém, no segundo editorial, que o periódico aponta os desejos em aumentar o policiamento das comunidades cariocas por meio da integração entre os governos estadual e federal. Com o título “Rio precisa de um plano integrado de segurança”, reforça a impotência citada pelo governador para solucionar a crise na segurança, mas o texto editorial é retomada a referência à morte da turista espanhola e às de policiais. Os riscos vividos pela comunidade não são esquecidos, mas minimizados, enquanto a turista em nome e sobrenome, uma adolescente de 12 anos, morta a tiros quando saía de uma igreja na Rocinha é mantida no anonimato.

Figura 38. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para retratar sepultamento de policial assassinado no Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 28 de outubro de 2017

Figura 39. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para retratar sepultamento de policial assassinado em ação do tráfico no Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 28 de outubro de 2017

Figura 40. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para o trabalho de investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 28 de outubro de 2017

Figura 41 . Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para o trabalho do Exército na vigilância das favelas da Maré no Rio de Janeiro.



Crédito: *O Globo* – 28 de outubro de 2017

As imagens escolhidas pelo *O Globo* indicam desespero, mas passam a sensação de que, apesar dos problemas, algo é feito pela ação das forças armadas e da polícia do rio de Janeiro. A primeira fotografia selecionada (figura 37) indica que a Polícia Militar chora, aponta desespero. O texto da legenda da foto da capa utiliza termos como “emoção”, “luto” e estabelece rotina devido ao elevado número de policiais mortos em serviço naquele ano na cidade do Rio de Janeiro (113, diz a legenda). Também aponta que a pessoa suspeita de cometer o crime noticiado estava em liberdade há menos de cinco meses. A legenda aborda, na verdade, duas mortes. Na página interna, uma foto em uma coluna retrata homens do Exército a observar um morro pelo topo. Não há indicativo de qual ação é realizada, porque os soldados aparecem perfilados apenas.

A foto da matéria principal retrata o cortejo que leva o caixão do policial morto em ação (Cf.: figura 38). Homens da Polícia Militar fardados carregam o caixão e são seguidos por pessoas com roupas de civis em uma clara indicação de que é a força policial que está morrendo, que está sendo assassinada. O cortejo caminha em meio a um corredor de policiais armados e cujo equipamento é colocado em sinal de homenagem a quem está no caixão, coberto por uma bandeira do Brasil. A foto mostra homens claramente alterados, a olhar para o chão e com expressões de abandono. Na terceira foto utilizada pelo *O Glo-*

bo no material, um policial cola o cartaz do suspeito de matar o militar personagem da matéria principal (Cf.: figura 39) e quer dizer que a polícia, apesar de tudo, não deixa de agir. A legenda aponta que a pessoa no cartaz é acusada, mas pela cronologia dos acontecimentos, ele ainda não era denunciado pelo Ministério Público e, portanto, deveria ser tratado como suspeito. Imagem do suspeito e nome foram divulgados antes da denúncia e antes de sentença transitada em julgado, o que fere a presunção de inocência. Mais uma vez é apontada a ação, a intervenção policial diante da crise da segurança com a imagem representada na figura 40, da vigilância do Exército à favela de onde, claramente na opção editorial de *O Globo*, estão os traficantes e se origina a insegurança do Rio de Janeiro.

Intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro na cobertura de O Globo

Quando a violência resultante da prática ou do combate ao tráfico, *O Globo* direciona a cobertura de maneira a influenciar nas decisões dos gestores. Essa prática é verificada nos editoriais, artigos próprios, independentes e na opinião dos leitores. Diante dos fatos, o periódico aponta soluções, como a intervenção militar. Sucessivas chamadas de capa ou retrancas apontam que a cidade do Rio de Janeiro vive em guerra. *O Globo* usou os termos: guerra, guerra contra o tráfico, caos, ecos da guerra, efeitos da guerra e tragédia. Para *O Globo*, contudo, a guerra estava declarada, vinha das comunidades pobres do Rio de Janeiro (inimigos) e do outro lado do combate era preciso haver quem defendesse o restante da cidade. Era preciso o Exército brasileiro. Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro foi alvo de uma inédita intervenção militar no País depois do início do processo de redemocratização, em 1985. Com a duração de 11 meses, a medida foi implementada por meio de decreto, como já citado.

Até que fosse concretizada a intervenção, uma série de acontecimentos sociais e políticos marcaram o Rio de Janeiro. O estado foi o primeiro a ter dois governadores presos, Sérgio Cabral²⁹⁰ e Luiz Fernando Pezão, este último permanecia no poder no decorrer desta análise e apoiou a medida, como retratado nas páginas de *O Globo*. Antes do decreto uma série de medidas que incluiu a participação do Exército na manutenção de segurança do

²⁹⁰ Sérgio Cabral foi deputado, senador e, por fim governador do Rio de Janeiro entre 1º de janeiro de 2007 e 3 de abril de 2014. Segundo a edição número 30.419 de *O Globo*, publicada no dia 17 de novembro de 2016, foi preso pela Polícia Federal por desviar R\$ 224 milhões e manter um esquema de propinas para o pagamento de joias, lanchas e vestidos de luxo.

Rio de Janeiro foi aplicada. Matérias sobre a intervenção militar federal alvo deste estudo no Rio de Janeiro começam a publicadas em *O Globo* tendo como pano de fundo a realização das Olimpíadas de 2016, promovidas pelo Comitê Olímpico Nacional.

Após passar por um teste de segurança durante as Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro passa a ser alvo de uma série de ações das Forças Armadas. As atividades são intensificadas com o decreto de Garantia da Lei e da Ordem²⁹¹, aplicada em 2017 e também denominada intervenção branca. A narrativa a pleitear a intervenção federal teve, ainda, o componente da incredulidade sobre a manutenção da ordem por parte do governo do Rio de Janeiro. Os anos escolhidos para a análise culminaram com o início da prisão do ex-governador daquele estado, Sérgio Cabral Filho²⁹², sob a acusação de corrupção. Já o governador atuante nos anos escolhidos para a análise, Luiz Fernando Pezão, também seria preso²⁹³ em uma ação inédita no decorrer do mandato. Desestabilizado e com falta de recursos, o Rio de Janeiro é prejudicado em direto e a segurança seria impactada.

O periódico traz na edição do dia 2 de janeiro de 2015²⁹⁴, material apontando a atuação das forças armadas em ações de combate ao contrabando em estradas. A ação conjunta, tratada como megaoperação, conta com a participação das Forças Armadas, da Polícia Federal e das polícias estaduais para reforço da vigilância das divisas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O material fotográfico é claramente ilustrativo, mostra um patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal a monitorar radares de vigilância, mas a entidade não é citada na matéria.

A matéria é feita a partir da posse do governador Luiz Fernando Pezão e indica as ações que serão tomadas para reduzir a violência na cidade do Rio de Janeiro. Na mesma edição, ao tratar da posse, o governador anuncia uma sequência de cortes orçamentários, mas a única referência na edição à questão da segurança está na fala do mandatário, que promete poupar a pasta. Já a matéria interna reforça que é preciso haver parcerias com

²⁹¹ O plano Garantia da Lei e da Ordem foi decretado no dia 28 de julho de 2017 e tinha como previsão o término em 31 de dezembro de 2018. Previa o apoio das Forças Armadas em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança no Estado do Rio de Janeiro. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14485.htm

²⁹² Cf.: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-17/ex-governador-rio-sergio-cabral-presos-operacao-lava-jato>

²⁹³ Cf.: <https://www.conjur.com.br/2018-nov-29/stj-manda-prender-peza-barrar-crimes-iniciados-cabral>

²⁹⁴ Número 29.733.

outros estados da federação e forças de segurança para reduzir a crise na cidade. Em resposta a questionamentos sobre equipamento para instalação de bases policiais, o governador afirma que busca solução, mas a Polícia Militar, alvo da promessa, não é ouvida, nem mesmo associações representantes dos policiais.

Figura 42. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar a vigilância eletrônica em rodovia no Rio de Janeiro.



Crédito *O Globo*, 2 de janeiro de 2015.

A imagem escolhida para ilustrar o material é de arquivo e não está relacionada com o assunto principal (Cf.: figura 42). Um patrolheiro da Polícia Rodoviária Federal manipula um equipamento da ponte Rio-Niterói, mas essa força policial não é citada no corpo da matéria. É, de maneira clara, uma escolha não editorial, mas circunstancial, para preencher espaço e demonstrar uma imagem qualquer da polícia, da vigilância, da ação da força policial.

O governo do Rio de Janeiro começa, em 2015, a ser pressionado para dar respostas sobre a crise de segurança, mas vive, ainda, queda de arrecadação em impostos e que iria impactar em direto o setor. Em 6 de janeiro de 2015²⁹⁵, começa a traçar a incredulidade com a publicação sobre o corte no orçamento do governo, durante a posse dos secretários.

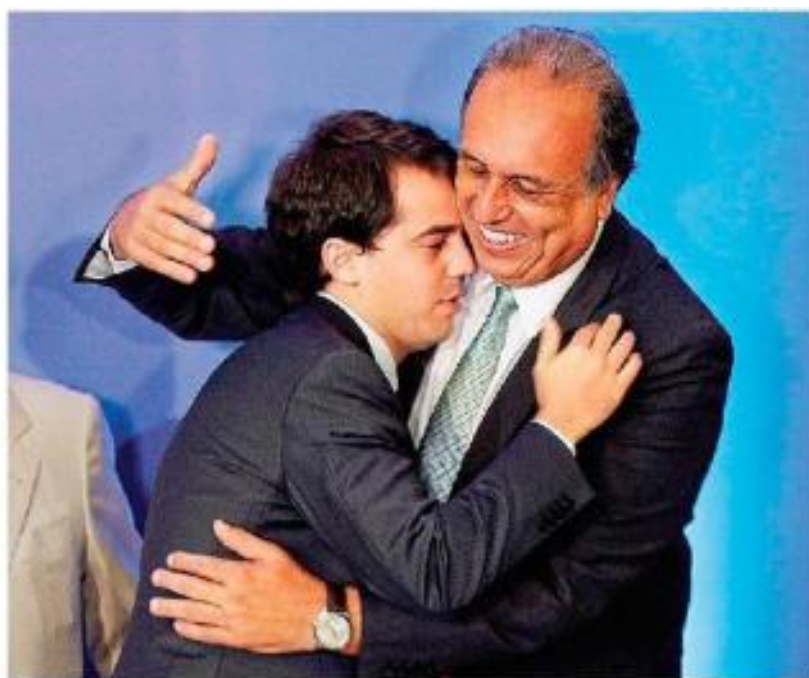
²⁹⁵ Número 29.737.

O governador Luiz Fernando Pezão anunciou, na manhã desta segunda-feira, durante a posse de seu secretariado para o segundo mandato, uma redução de R\$ 1,5 bilhão por ano nos gastos de custeio e pessoal nas pastas e em outros órgãos da administração direta do estado. Os cortes de 25% a 35% deverão atingir contratos de telefonia, transporte, alimentação e serviços terceirizados, além de gratificações especiais de servidores. Também haverá enxugamento de cargos comissionados.

Embora abra um intertítulo para falar sobre segurança, *O Globo* mistura outros quatro assuntos, mobilidade, saúde, parcerias e posses, quando trata dos cortes do governo do Rio de Janeiro para a gestão de 2015. Ao leitor, não é possível compreender o que os cortes representarão na rotina da cidade e como será a gestão dos problemas com a segurança já existentes. Quando trata dos cortes, o governador reafirmar que não há possibilidade de tratar dos assuntos do Rio de Janeiro apenas no âmbito do governo, é preciso buscar parcerias público-privadas e com o governo federal. Um olho de destaque é utilizado para dizer que a segurança será o mantra da gestão que se inicia. Dependem, da segurança, na fala do governador, o desenvolvimento econômico, a tranquilidade da população e a melhoria da economia. Não há no texto outra fala que revele como a pasta vai lidar com a crise noticiada de maneira constante pelo periódico.

O governador voltou a dizer que pretende lançar mão de parcerias público-privadas e concessões para trazer investimentos para o Rio. E garantiu ainda que, apesar dos cortes, investimentos já contratados ou em andamento estão mantidos, como as obras da Linha 4 (Zona Sul-Barra) e Linha 3 (Niterói-São Gonçalo) do metrô, além da expansão do abastecimento de água para a Baixada Fluminense: — Temos uma pauta extraordinária, entregar o que já estamos fazendo. Teremos um programa audacioso de PPPs e concessões. Temos que usar o mercado. Não queremos começar nada novo antes de entregar o que já estamos fazendo. Pezão disse ainda que a segurança pública continuará a ser o carro-chefe do governo. E anunciou que quer ampliar a atuação do programa federal Mais Médicos no Rio: — Segurança continua a ser nosso mantra. Sem segurança pública, não há desenvolvimento econômico, empresário que venha para este estado, professor que entre para dar aula em comunidade e nem médico atendendo. Na Saúde, queremos perseguir a atenção básica. Usar o Mais Médicos. Achei que muito poucos vieram. Temos um potencial imenso para atrair mais (profissionais). Só temos 380 de um total de 12 mil médicos (do programa). Temos que ver onde está esse gargalo. Na sexta-feira, ele pretende fazer uma grande reunião com secretariado (*O Globo*, 2015).

Figura 43. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para abordar os cortes orçamentários no governo do Rio de Janeiro.



Novo governo Direção e administração: Marcos Antônio Cabral, secretário de Economia

Crédito: O Globo, 6 de janeiro de 2015

Figura 44. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para demonstrar a situação orçamentária no governo do Rio de Janeiro.



Crédito: O Globo, 6 de janeiro de 2015

Figura 45. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar integrante do governo do Rio de Janeiro



Crédito: O Globo, 6 de janeiro de 2015

Três fotos acompanham o material (Cf. figura 43, figura 44 e figura 45). A primeira imagem é publicada na capa e, nela, aparecem o governador a abraçar o secretário de Esportes do governo do Rio de Janeiro, indicando que, apesar da crise na segurança, o governador persegue as próprias escolhas, ainda que questionadas pela mídia. A segunda foto revela a pose oficial dos secretários de governo do Rio de Janeiro empossados no início da gestão de 2015, revelando que serão aquelas as pessoas responsáveis pela condução do governo e que ficará a cargo delas a solução para as crises institucionais. Todos os secretários estão em pé, perfilados, logo após o anúncio do corte de gastos que o governo terá que enfrentar. A única foto que faz alusão à segurança é publicada no pé da página, em um recorte. Aparece na imagem o ex-comandante da Polícia Militar que, na gestão a se iniciar, terá a responsabilidade de conduzir os trabalhos do Departamento de Transporte e, mais uma vez, indica a opção de *O Globo* de dar destaque a quem represente a segurança. Qualquer secretário poderia ser escolhido e destacado, mas este, além de ter passado pela segurança, também usa farda policial, um indicativo de envolvimento explícito com a ordem.

As sucessivas entrevistas concedidas pelo governador Pezão ao periódico, contudo não relacionam os problemas financeiros do governo do Rio de Janeiro e seus respectivos impactos à segurança aos episódios de corrupção e desvio de recursos já aqui citados. Ao contrário, o governador aponta a queda de repasses federais e, tal como a narrativa de *O Globo*, terceiriza a responsabilidade pela segurança do estado. Entre os exemplos está a edição do dia 20 de julho de 2017²⁹⁶, em que a manchete “Números mostram descaso com aumento da violência” recebe o chapéu “sem pulso forte”.

Ou seja, é preciso haver uma força maior para garantir a segurança aos cariocas, algo que Pezão, pelo material, já não oferece. O texto da manchete, contudo, critica os cortes promovidos pela União para o governo do Rio de Janeiro e o acúmulo de decisões que resultou em menores repasses para os cofres do estado. O jornal provoca o governador, que a despeito da crise, estava em um spa. Desta forma, a manchete resume as impressões editoriais sobre a crise da segurança: um estado abandonado pelo governo local e pela União.

A necessidade da força maior é justificada pela fragilidade da cidade, inserida na matéria da página oito, cujo título “O cofre vazio da segurança” exhibe o chapéu “Rio sem lei”, que será utilizado durante toda a cobertura. Nessa página, uma coluna colocada no topo questiona: “Violência: qual é a saída?”. Em resposta, o presidente da ONG Rio da Paz, Antônio Carlos Costa, utiliza o adjetivo “imperiosa” para definir a necessidade de ajuda do governo federal e a “injustiça” em imputar à Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro o “peso da responsabilidade”. Já a matéria principal traz a relação das perdas orçamentárias para a pasta da segurança impostas pelo Ministério da Justiça no decorrer de 2016. No mesmo período, conforme a matéria, as taxas de homicídio são maiores e cresce a quantidade de assassinatos de policiais.

O material é construído a partir de levantamentos disponibilizados por duas legendas políticas, Rede e PSDB²⁹⁷. Para sustentar os dados, *O Globo* ouve parlamentares representantes dos partidos, um estudioso sobre violência, utiliza dados do Ministério da Justiça e questiona Secretaria de Estado de Segurança. O jornal utiliza o termo “descaso da

²⁹⁶ Número 30.663.

²⁹⁷ Partido da Social Democracia Brasileira.

União” para abordar o estudo sobre o envio de mais recursos para a Força Nacional de Segurança²⁹⁸ para promover mais ações no Rio de Janeiro e aumentar o efetivo. Agentes da Força Nacional e um policial federal são ouvidos para comentar a crise de segurança sob a condição de anonimato. Já os presidentes da Federação dos Policiais Federais e do Sindicato dos Policiais Rodoviários respondem sobre o impacto da queda orçamentária nas ações e na falta de pessoal.

A página 9, da sequência, abre com uma pequena matéria distribuída em três colunas sob o título: Em dois anos, efetivo da PM perdeu 3.085. O material aponta que a redução da força ocorreu por múltiplas questões, como aposentadoria, incapacidade para a atividade e morte, mas não discrimina cada uma das causas. Ao leitor não é indicado o percentual das mortes de policiais, tema da matéria, no impacto da redução do efetivo da Polícia Militar. A fonte utilizada é o comandante da Polícia Militar, presente no sepultamento que aparece na página 8.

Em matéria de apoio, o comandante defende a prisão perpétua como pena nos casos de assassinatos de policiais e que as mortes representam o caos. No penúltimo parágrafo, a submatéria tem oito, é retratada a reação do policial cuja foto do sepultamento abriu em seis colunas a página anterior. Utilizando informações da Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira, a reportagem aponta que a pessoa responsável pela morte foi identificada e o classifica como acusado, uma situação juridicamente imperfeita porque não é indicada abertura de inquérito e posterior denúncia do Ministério Público. Somente no último parágrafo *O Globo* informa a quantidade de policiais mortos, 146 em 2016.

As cobranças ao governo do Rio de Janeiro em relação à crise da segurança são tratadas em uma matéria que evidencia a distância do governador com a questão. Com o título “Pezão deixará spa para encontro com Temer” *O Globo* evidencia que, apesar dos problemas, o estado está sem gerência. O governador não é ouvido, mas uma alusão a informação obtida por meio de um dos colunistas do periódico abre o material. A fonte usada na matéria é o presidente da Câmara dos Deputados Federais Rodrigo Maia, que aponta perda “completa” do controle da segurança no Estado do Rio de Janeiro.

²⁹⁸ Programa de cooperação federativa. Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5289.htm

Para analisar a crise na segurança, *O Globo* ouve um economista que reforça o quadro de inabilidade do governo do Rio de Janeiro. As questões colocadas para o entrevistado incluem termos como “fracassado sucessivamente” e “sem saída sem ajuda de Brasília”. Já o entrevistado compara o governo de Pezão ao de Dilma, que a esta altura já havia sofrido um golpe parlamentar que afastara da Presidência da República. Também aponta que o governo é “fraco politicamente” e que não tem “peito²⁹⁹” para reverter o quadro do Estado, que o governo Pezão vai ficar “sangrando” até o fim de 2018 e a solução seria vender uma estatal.

Sete cartas do leitor foram selecionadas para a mesma edição e mantêm o tom de que a instabilidade na segurança ocorre por conta da incompetência do governo do Rio de Janeiro em gerir sozinho a crise na segurança pública. Entre os termos utilizados nas correspondências estão “abandono”, “poderio dos traficantes”, “Rio abandonado pela União”, “assassinato de pessoas de bem”, “insegurança total”, “sujeira”, “convulsão social”, “Polícia Militar despreparada e mal treinada” e “necessidade de treinamento com tática de infantaria para a polícia”. *O Globo* utiliza o espaço do segundo editorial para tratar do impacto da falta de segurança para a indústria turística carioca.

Para demonstrar preocupação e prejuízo dos empresários, o periódico utiliza os termos: “sensação generalizada de insegurança”, “estrago”, “bombardeio”, “negligência” e “atoleiro”. O articulista ainda manifesta preocupação com o assalto a estrangeiros nas praias da Zona Sul e da ausência de planejamento da polícia para evitar o risco a turistas.

²⁹⁹ Expressão coloquial que significa ter coragem.

Figura 46. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar funeral de policial assassinado no Rio de Janeiro



Crédito: *O Globo*, 20 de julho de 2017

Figura 47. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro



Crédito: *O Globo*, 20 de julho de 2017

Figura 48. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar o ex-governador Rio de Janeiro, Luis Fernando Pezão



Crédito: *O Globo*, 20 de julho de 2017

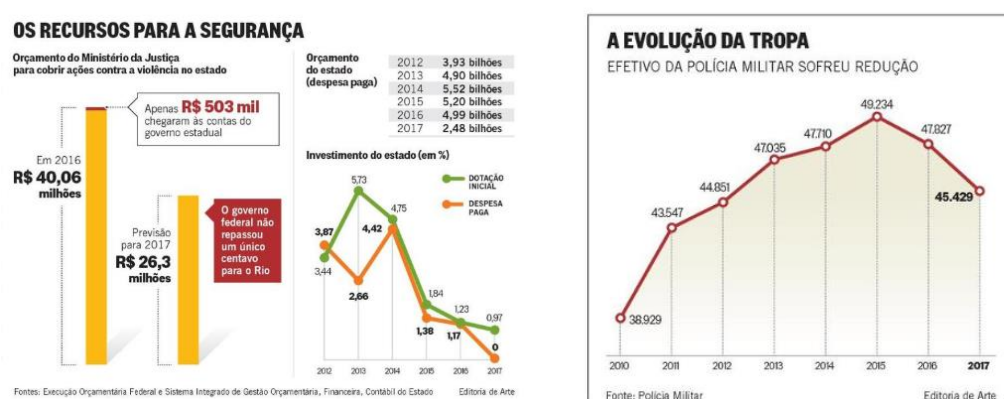
Para enfatizar o abandono e a falta de “lei” na cidade, *O Globo* escolhe a imagem do funeral do 89.º policial militar morto durante combate no ano de 2017 até o dia anterior à publicação. A legenda a iniciar com o substantivo “comoção” relata que a família e amigos despedem-se de mais um policial morto, neste caso, na favela da Rocinha (Cf.: figura 46). Na imagem, distribuída em seis colunas, uma mulher é amparada por outras duas e parece claramente chocada, com dificuldades de locomoção dentro de um corredor formado por militares armados, igualmente chocados.

Ela usa uma camiseta em que um homem brinca com uma criança. Não é explicado e fica para o leitor tentar interpretar que a pessoa pode ser a mulher e na fotografia o policial morto a brincar com a filha. A foto abre margem para interpretações também de uma irmã e a criança pode ser uma sobrinha. Ou seja, não há clareza suficiente para interpretar a imagem. Além da fotografia, esta é a única alusão em toda a página aos assassinatos de policiais. Da imagem, não foram colhidas entrevistas. Parece claro que a fotografia foi utilizada como forma de impressionar o leitor para a questão da fragilidade do Rio de Janeiro frente à segurança.

O *Globo* escolhe utilizar a foto do comandante da Polícia Militar para ilustrar a página, que trata da morte de policiais e cita um caso em concreto (Cf.: figura 47). Na imagem, o militar aparece com as mãos para o alto, em sinal de oração durante o sepultamento do policial morto no caso retratado. Com a cabeça voltada para o céu, o comandante parece clamar por ajuda, o que faz com que a imagem demonstre fragilidade. Atrás do comandante há outro policial, esse também com as mãos em posição de oração, mas olhando para baixo, em clara apatia e impotência.

A imagem escolhida para ilustrar o material demonstra o governador Pezão retirando malas de um carro enquanto sorri para a câmera (Cf.: figura 48). Com ar despreocupado, como alguém alheio à crise da segurança no Rio, o governador aponta o dedo para o fotógrafo. Essa imagem, contudo, foi registrada em 1.º de maio de 2012, ou seja, cinco anos antes e não é apontado o contexto em que foi registrada. A legenda, porém, indica que o governador partia para conversar com o ex-presidente Michel Temer com o intuito de discutir a crise. A fotografia indica por parte do governador: postura relaxada, sinal para o campo de visão da câmara, observa malas em um carro. Uma reprodução de imagem de televisão é utilizada na entrevista que foi colocada na página 12 somente como elemento para identificação do entrevistado.

Figura 49. Infografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar os problemas orçamentários e de pessoal da segurança do Rio de Janeiro



Crédito: *O Globo*, 20 de julho de 2017

Para embasar o material, *O Globo* utiliza um infográfico com dados da Execução Orçamentária Federal e Sistema Integrado de Gestão do Orçamento, onde é apontado que o Rio de Janeiro recebeu 1,2% dos R\$ 40,06 milhões destinados ao estado para o ano fiscal

de 2017. Entre os termos utilizados pela reportagem para classificar a situação estão “descaso” e “abandono”. Há clara indicação de abandono do executivo sobre o tema segurança, menos dinheiro, menos homens e, em consequência, maior vulnerabilidade da população. O infográfico indica que há mais crimes porque há menos policiais e menos dinheiro para a segurança.

Na edição seguinte, 21 de julho de 2017³⁰⁰, *O Globo* critica todas as esferas de governo e mantém o tom da cidade frágil diante da falta de respostas para a segurança pública por meio da manchete “Temer, Rodrigo Maia, Pezão, Moreira e Jungmann³⁰¹ não conseguem um só policial”. O tom é mais áspero na interna, com o título “Uma reunião para nada”, escolhido para a matéria publicada na página 9 e que mantém o chapéu “Rio sem lei”. Esse material revela o direcionamento para uma solução maior e definitiva, que seria a participação do Exército no restabelecimento da segurança da cidade do Rio de Janeiro, o que ocorreria nos próximos dias. Tendo como fonte com maior espaço de falas, do ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional de Michel Temer, general Sérgio Etche-goyen. O caminho para a intervenção militar federal na cidade do Rio de Janeiro começa a ser pavimentado. Além do tom da reportagem, a intervenção militar federal é apoiada por meio da maior disposição de *O Globo* em publicar cartas do leitor e artigos independentes.

Ao delinear a narrativa que defende a intervenção militar para solucionar os problemas de segurança em um estado falido, sem que os gestores tenham condições de administrar o erário, *O Globo* repete a fórmula de exclusão dos representantes das comunidades pobres do Rio de Janeiro. Tal como o Estado, que não teria capacidade de gestão, as comunidades das favelas, na narrativa de *O Globo*, não têm capacidade de falar por si. Mais uma vez, representantes não figuram ou raramente figuram entre as fontes ouvidas pelo periódico. As consequências da insegurança são descritas na próxima página (11), que prossegue com a retransmissão “Rio sem Lei”. Nessa página há descrição de assaltos ocorridos em hospitais e escolas. No primeiro caso há detalhes da ação de ladrões a pacientes a partir do relato das vítimas. Elas são as únicas fontes relatadas. Já no material que descreve o prejuízo ao calendário escolar da rede pública, são utilizados dados do Unicef, da Cruz Vermelha e da Secretaria municipal de Educação e Esporte. É mencionada no mate-

³⁰⁰ Número 30.664.

³⁰¹ Raul Jungmann, ministro da Defesa do governo de Michel Temer.

rial a procura à Secretaria de Estado de Educação, que não respondeu ao questionamento da reportagem. Um artigo assinado pelo pesquisador Daniel Serqueira, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas o leitor é informado que o quadro de segurança do Rio de Janeiro segue um modelo falido, mas que é possível mudar, o que não está ocorrendo.

Figura 50. Foto publicada pelo jornal *O Globo* para ilustrar o acompanhamento do debate sobre a segurança no Rio de Janeiro



Crédito, *O Globo*, 21 de julho de 2017

Figura 51. Foto publicada pelo jornal *O Globo* para ilustrar o acompanhamento do debate sobre a segurança no Rio de Janeiro



Crédito, *O Globo*, 21 de julho de 2017

Figura 52. Foto publicada pelo jornal *O Globo* moradora do Rio de Janeiro e vítima de violência



Crédito, *O Globo*, 21 de julho de 2017

Mais uma vez, *O Globo* indica por meio de imagens que não há solução para a crise no Rio de Janeiro, nem mesmo por parte do governo federal e, em consequência, quem vai sofrer é a população que fica distante das decisões de gabinete. Essa é a avaliação que resulta da figura 50, da figura 51 e da figura 52. A primeira dela, escolhida para estampar a manchete desse material dá ilusão de confusão ou dispersão por parte dos governantes do Rio de Janeiro e Brasil em reunião ocorrida em Brasília. Em seis colunas, as pessoas estão em pé, parecem tentar encontrar um lugar para sentar, não apontam concentração para resolver um problema sério, como a segurança do Rio de Janeiro.

A terceira imagem, desta vez a mostrar a reunião entre governantes, e a impressão de confusão e de encontro aleatório persiste. Já a fotografia em uma coluna escolhida para a página 11 foca nos olhos de uma vítima de assalto. É claro que a mulher parece ter chorado muito e transmite semblante de alguém sem esperança.

Figura 53. Infográfico utilizado pelo jornal *O Globo* para ilustrar as interrupções de aula nas escolas devido à crise de segurança no Rio de Janeiro



Crédito, *O Globo*, 21 de julho de 2017

As condições de vulnerabilidade do ensino público carioca em consequência da violência são apresentadas pelo *O Globo* por meio do infográfico reproduzido na figura 53. O material aponta um mapa onde estão localizadas as escolas do Rio de Janeiro afetadas pela crise da violência e consegue informar o leitor sobre o real impacto da crise da segurança. É possível ao leitor saber quantos dias cada região teve as aulas interrompidas por conta de embates entre a polícia e criminosos.

Estão ali quantas unidades escolares foram atingidas e o como os episódios de violência prejudicam o calendário escolar. No infográfico são informados fonte e validade dos dados, um indicativo de preocupação editorial com a veracidade da informação prestada. É um claro e eficiente exercício do uso de dados, no entanto, as observações ficam para as cores escolhidas. O vermelho em destaque em pontos circulares lembra buracos que san-

gram após serem atingidos por projéteis. Ou seja, o periódico demonstra que a insegurança está ferindo a balas as escolas do Rio de Janeiro.

O dia subsequente ao início da intervenção militar no Rio de Janeiro foi marcado por uma edição especial de *O Globo* distribuída em oito páginas. O material contou com artigos produzidos pela casa, por convidados e por jornalistas que atuam na cobertura cotidiana do jornal. Embora extensa, a cobertura, contudo, pode ser considerada restrita. Nela é explicada o funcionamento de decreto do governo federal que estabelece a ação das forças armadas que passam, no âmbito do documento, a ter poder de polícia. Entre as atribuições das Forças Armadas explicadas na matéria estão a garantia de entrada nas favelas, a possibilidade de revistas e a realização de prisões. A página de abertura da cobertura contextualiza a quantidade de homens que estarão nas ruas e o cenário dos crimes registrados na cidade do início do ano até a data de publicação. Ninguém é ouvido nessa abertura e as fontes das informações não são atribuídas.

Já a segunda página da cobertura é utilizada para detalhar o funcionamento do projeto de Lei de Garantia e Ordem e as fontes atribuídas foram os ministros da Justiça, Raul Jungmann, da Defesa, Torquato Jardim, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Roberto Sá e um general do Exército responsável pela operação. Ainda é o ministro Jungmann a fonte principal da matéria que abre a página subsequente, a terceira da cobertura. Na mesma página, que trata sobre a fiscalização nas fronteiras, a reportagem não questiona o porquê de não haver previsão para a vigilância da fronteira com Mato Grosso do Sul, ainda que, como explicado ao longo deste estudo, seja considerada a principal via de entrada de maconha para o Brasil.

Na mesma página, a reportagem utiliza citações anteriores do governador Luiz Fernando Pezão para delinear o caminho percorrido para o ingresso no território brasileiro de armas. Em uma matéria de apoio, *O Globo* retrata a recepção dos trabalhos das Forças Armadas por parte dos moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro. Dois profissionais, um técnico mecânico e um engenheiro são ouvidos e demonstram apoio aos trabalhos do Exército. Em destaque, distribuídos em uma coluna com foto direta, o periódico utiliza uma enquete, recurso utilizado poucas vezes na cobertura diária. Nela estão distribuídos um advogado, um economista e duas publicitárias que também avaliam a operação. Ainda como forma de reforçar a opinião, *O Globo* decide utilizar uma página inteira, a quarta

inteira, para expor a opinião de seis profissionais, três deles jornalistas da casa. Os demais convidados a falar foram um representante de instituto de economia, um sociólogo e uma representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Embora todos, em níveis diferentes, critiquem a forma como as decisões dos governos estadual e federal foram tomadas, não há referência sobre a invasão às favelas garantida pelo decreto presidencial. O jornal prossegue a cobertura que avança na quinta página, essa utilizada à metade, ainda sem questões que determinem como serão as ações, de fato na favela. Ao chegar a esse ponto da cobertura, os repórteres de *O Globo* utilizam declarações do ex-presidente Michel Temer, do governador Luiz Fernando Pezão e do presidente da Câmara dos Deputados Federais, Rodrigo Maia.

Os possíveis ganhos econômicos com o aumento da vigilância na cidade são avaliados por um economista representante da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira. Mais uma vez, ao avançar a cobertura, o jornal prioriza fontes oficiais. Na sexta página utilizada, com material distribuído em ¼ do espaço, há um contexto sobre a experiência da ocupação das ruas do Rio de Janeiro pelas Forças Armadas pela ocasião da conferência Rio-92³⁰². A matéria, onde não há citação de fontes de informação, faz um relato histórico da operação na ocasião.

Para essa cobertura, *O Globo* definiu a publicação de oito cartas do leitor. Todas exaltam a funcionalidade e necessidade da operação realizada pelas Forças Armadas. Na avaliação dos leitores do jornal, o trabalho deve ser intensificado também nos morros para evitar a expansão da criminalidade. O mesmo tom é mantido no editorial, que cita crimes registrados na cidade e experiências anteriores do Exército, como a presença nas Olimpíadas de 2016. É avaliado exagero nas expectativas dos trabalhos, justamente pela citação das demais incursões das Forças Armadas na cidade, cujas falhas não são citadas no editorial e ao longo da cobertura. A falibilidade da atividade é lembrada pela coluna de Zuenir Ventura, que fecha a cobertura em tom de alerta para que a operação não fracasse.

³⁰² Cimeira promovida pela ONU e que tratou sobre o meio ambiente e a integração com desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Consultar Cf.: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>

O articulista cita reações anteriores de moradores do Rio de Janeiro e compara a cidade à Aleppo, onde havia, de fato, uma guerra entre forças divergentes. Em todo o texto noticioso e de opinião não é expressado o ponto de vista dos moradores da comunidade. Por meio da cobertura, *O Globo* consegue consolidar o trabalho editorial em favor da intervenção no Rio de Janeiro, que, pela análise dos textos do periódico, não tem condições de sozinho gerir a própria segurança.

Conforme o percurso editorial do jornal nessa e nas demais matérias analisadas, a insegurança é um problema que fala mais alto na Zona Sul e nela representa prejuízos que precisam de soluções de grande porte, como uma intervenção em todo o município do Rio de Janeiro, ainda que já existam iniciativas dentro de comunidades, cuja narrativa ficou fora dessa reportagem.

Sete fotografias foram utilizadas para ilustrar o material. Da maneira como foram distribuídos, é repassado ao leitor a prioridade visual para a cobertura sobre a ocupação pelo Exército das ruas do Rio de Janeiro. As imagens aparecem abertas entre seis e quatro colunas, deixando pouco espaço para texto. Embora haja a permissão no decreto governamental para a ação do Exército nas favelas, nenhuma das imagens retrata as comunidades. As imagens representam ações ocorridas na Linha Vermelha (capa), Aterro do Flamengo, Rodovia Washington Luiz com a Duque de Caxias, Praia de Copacabana, Ipanema e Tijuca. Nas fotos há homens, sempre armados em posição de alerta, e equipamentos militares, em especial os tanques.

Para demonstrar aprovação da população, as imagens revelam pessoas entre soldados e tanques ou a tirar fotos. São utilizados, ainda, quatro fotos posadas em uma enquete e seis ilustrativas para articulistas da casa e convidados. As primeiras trazem pessoas sorridentes a oferecer a opinião ao jornal e as demais parecem meramente ilustrativas, considerando que *O Globo* costuma pôr a foto dos articulistas próprios e neste caso estendeu a medida também para três convidados.

Uma margem superior especial foi desenhada para acompanhar a cobertura, que durou seis páginas. À esquerda foi colocado o título “Força contra o Crime”. À direita foi colocada uma foto que mostra soldados de costas aparecem enfileirados, como se estivessem prontos para a guerra. Como forma de explicar o funcionamento das atividades das For-

ças Armadas, um infográfico de ¼ de página posicionado do rodapé explica as ações, modelos seguidos e fase da operação.

Encarceramento – maioria penal, reforma do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Na discussão sobre o encarceramento, *O Globo* mobilizou o corpo editorial, direcionou fontes, artigos independentes e fotografia para validar o discurso em que defendia a necessidade de redução da maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos e a reforma do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como forma de salvaguardar a segurança da população.

O debate sobre a maioria penal em 2015 apontou uma das principais derrotas da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados Federais, sob a liderança do ex-deputado Eduardo Cunha³⁰³. Após ser derrotado no plenário da Câmara, Cunha protagonizou manobras legislativas e o resultado foi revertido. Questionamentos sobre a imputabilidade penal aos 18 anos, à Constituição e ao ordenamento jurídico brasileiro estiveram de maneira constante nas páginas de *O Globo*. O periódico traçou linhas editoriais em favor da redução da maioria penal a partir de análises, dados e entrevistas que apontam o envolvimento de pessoas com idade inferior a 18 anos em crimes e relacionou com os índices de insegurança registrados, em especial, na cidade do Rio de Janeiro.

O posicionamento editorial do jornal é claro a partir da aprovação, no fim de março de 2015, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados Federais de Proposta de Emenda Constitucional que muda a idade mínima de 18 para 16 anos. Após a decisão, o jornal publica no dia 2 de abril de 2015, matéria de página inteira e utilizada dados do UNICEF sob o título: “UNICEF estima em 1% os homicídios cometidos por menores no Brasil”. O título que abre a página difere daquele escolhido para a chamada de capa: “Menores cometem 1% dos homicídios”. Com certeza que está na capa e a possibilidade grafada na página interna, *O Globo* constrói para o leitor a base para convencê-lo de que a criminalidade tem como parcela de responsabilidade a lei e os adolescentes por ela beneficiados. Em primeiro lugar, o jornal coloca em dúvida os dados fornecidos

³⁰³ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

pela fonte escolhida e indica que a estatística é de 2012, ou seja, na data de publicação do material poderiam ser diferentes.

Hoje esses números já são bem maiores. *O GLOBO* fez um levantamento nos cinco estados com maior população de adolescentes apreendidos (SP, PE, MG, PR e RJ) e, juntos, eles representam mais da metade (56%) dos menores infratores no país. Somente nesses locais os adolescentes com mais de 16 anos somam 14.359. Apesar do debate sobre a maioridade penal ganhar força, não existem dados oficiais sobre o número de homicídios praticados por adolescentes no Brasil. *O GLOBO* procurou as secretarias nacionais de Direitos Humanos e de Segurança Pública, ligadas à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, respectivamente. Ambas informaram não ter esse tipo de estatística. O cálculo de 1% feito pelo Unicef é uma estimativa com base em relatórios de violência divulgados pelo governo e por estudiosos entre 2002 e 2012. Segundo o Unicef, 2,8% dos assassinatos teriam sido cometidos por menores, sendo 1% por jovens entre 16 e 17 anos (*O GLOBO*, 2015).

Embora coloque dúvida sobre os dados, *O Globo* indica que dá espaço ao contraditório, quando ouve uma integrante da Comissão de Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, que defende a implantação do plano de medidas socioeducativas. O jornal não explica ao leitor que medida socioeducativa é o termo utilizado para promover a adequação social de um adolescente envolvido em infração penal. Ao contrário, após a fala da representante, dá voz a um juiz, alguém com poder de decisão e que aprova a redução da maioridade penal. Dispõe, ainda, dados de que há países que implantaram a medida e registraram redução da violência, mas não diz quais foram, em que período foram avaliados e quem os avaliou. Toda a construção textual também leva o leitor a crer que menores cometem crimes, uma incorreção não apenas semântica, mas jurídica. Pessoas com idade inferior à estabelecida para a maioridade não cometem crimes aos olhos da lei brasileira, mas atos infracionais.

Ao escolher o termo menor e não adolescente e crime e não ato infracional, *O Globo* reforça no imaginário do leitor que criminosos não são punidos pelos crimes que cometem. E para deixar claro o posicionamento editorial, o jornal utiliza o recurso de inserir dentro da matéria box opinativo onde indica que a medida, aprovada pela comissão dias antes, deve “tramitar sem obstrução para que o país adeque a legislação penal ao que acontece nas ruas” (*O Globo*, 2015). No mesmo recurso editorial, o jornal aponta concordância com a possibilidade de alteração constitucional indicada por um dos ministros do STF. Detalhes sobre a concordância são colocadas em matéria de apoio sob o título “Maioridade penal não é cláusula pétrea, diz ministro”.

Além da fonte principal, o ministro Marco Aurélio Melo, o jornal ouve o governador Luiz Fernando Pezão, que aponta concordância com a modificação constitucional para possibilitar o encarceramento de adolescentes. Cinco cartas de leitores que trataram do assunto maioridade penal foram exibidas nessa edição. Delas, quatro trataram de apoio à redução como forma de, também, reduzir a criminalidade. As cartas demonstram para o leitor que o tema não é consenso, mas conta com aprovação da maioria e, neste caso, mais de 50% querem reduzir a maioridade. Entre os argumentos apresentados pelos leitores estão a necessidade de maior rigor da lei e, até a instituição da pena de morte.

Figura 54. Fotografia utilizada pelo jornal *O Globo* para ilustrar o debate da redução da maioridade penal no Brasil



Crédito: *O Globo*, 2 de abril de 2015

Uma fotografia de arquivo, produzida em 13 de dezembro de 2006, revela uma criança do sexo masculino a ser conduzida por um agente de segurança. O menino, negro, caminha com as mãos para trás e tem pousada sobre os ombros a mão do agente, um homem também negro. Chama a atenção o fato de o menino parecer estatura pequena, o que indica ser mesmo uma criança. A mensagem repassada pela fotografia ao leitor é de que ele não deve se enganar porque, apesar do tamanho, aquela criança pode representar perigo porque, afinal, está em uma unidade de internação, e bandidos representam perigo, independente da idade penal. Não é indicado o local onde a imagem foi registrada e, menos ainda, as circunstâncias. Sobre o jovem, a legenda aponta que praticou assalto, mas não há a fonte da informação.

Em cobertura que demonstra a manipulação de plenário da Câmara dos Deputados Federais para a redução da maioridade penal no Brasil, *O Globo* reforça o posicionamento em favor da medida. A edição do dia 2 de julho de 2015 descreve como o ex-presidente da casa, Eduardo Cunha, atuou em favor da aprovação da alteração da Constituição e atropelou normas regimentares. O processo de aprovação foi descrito de maneira clara na edição, mas as diferenças de textos, as fontes escolhidas para tratar do assunto, as cartas do leitor e o editorial deixaram claro que, para *O Globo* era importante alterar a lei. Dois clichês marcaram a edição. Diferenças sutis foram encontradas nos dois materiais. O primeiro traz o título “Perdeu, vota de novo” e o segundo “Maioridade Penal é reduzida”. Ambos trazem os seguintes fios respectivamente: “manobra de Cunha de analisar proposta novamente, no mesmo dia, pode acabar no STF” e “24 horas após derrota, Cunha manobra e, Câmara aprova punição para crimes hediondos aos 16 anos”. Os dois textos apontam como o ex-deputado³⁰⁴ manipulou o plenário até chegar ao resultado que desejava.

O jornal aponta que, para obter apoio da maioria dos deputados, uma aglutinação de propostas resultou no texto final, cuja redação exclui o tráfico de drogas e roubo qualificado. Estão nos dois clichês o posicionamento contrário do governo federal, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que considera a medida uma falácia, porque no Brasil, tráfico de drogas é considerado crime hediondo, previsto no texto aprovado. Também é apontada pelo ministro a interpretação individual de magistrados sobre a imputação do crime de tráfico e, desta maneira, mesmo usuários podem receber condenações. Apenas o segundo clichê, contudo, revela que a mesa diretora da Câmara respaldou a manobra regimental. O jornal publica matéria em forma de relatório com as reações da oposição, que classifica como golpe a atuação para aprovar a medida e ocupa um terço de uma das páginas da cobertura para tratar de um deputado que caiu após manifestantes contrários à redução da idade penal. Na mesma cobertura, uma análise de *O Globo* aponta a falta de estatísticas para definir o impacto da medida e quantos adolescentes na faixa de 16 aos 18 anos seriam encarcerados e cumpririam pena como adultos. E, o tráfico é o principal responsável pelo recolhimento de adolescentes, cita o material com apoio de dados dos governos de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

³⁰⁴ Eduardo Cunha foi condenado a 14 anos por corrupção e lavagem de dinheiro. Fonte: <https://www.conjur.com.br/dl/condenacao-eduardo-cunha-13-vara.pdf>

Também é citado posicionamento contrário do STF³⁰⁵ ao encarceramento de adolescentes por tráfico. Ainda assim, o material aponta que todas as medidas para a exclusão do tráfico e do roubo do texto vai resultar menos adolescentes recolhidos porque estes são os principais atos infracionais em que se envolvem.

O que se pode dizer, por enquanto, é que se a emenda aprovada no início da madrugada de hoje virar lei – excluindo da lista os delitos que levariam um menor a ser julgado como adulto, casos de roubo qualificado e, possivelmente, o tráfico de drogas – a redução da maioridade penal será aplicada a uma parcela menor de adolescentes em conflito com a lei (*O Globo*, 2015).

A análise oferece uma prévia do que seria o editorial, que questiona o ponto relacionado ao tráfico de drogas. Para o editorialista, a “questão da maioridade continua está em aberto (*O Globo*, 2015). No texto, termos como delinquência juvenil e defesa da sociedade são misturados ao que é classificado como a necessidade de reforma legislativa para reduzir a criminalidade. Está no início do editorial, contudo, o ponto que demonstra que a pauta expõe, ainda, as fraturas entre o presidente da Câmara e o governo federal à época. O texto aponta que manobras para obter a votação desejada foram colocadas em prática para aprovação de projetos sobre financiamento de empresas e campanhas políticas. Nenhuma das manobras é questionada pelo articulista, o que demonstra concordância com a forma como as matérias foram tratadas.

UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora

Nesta análise as UPPs foram separadas em um cenário específico devido à quantidade de matérias registradas nesses locais, no Rio de Janeiro. As Unidades de Polícia Pacificadora³⁰⁶ foram criadas entre janeiro de 2008 e dezembro de 2012 em 19 comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2009, o governo do Rio de Janeiro lançou a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a partir de uma experiência piloto no Morro Santa Marta, em Botafogo. Os policiais, ao invés de invadirem periodicamente, ficaram dentro da comunidade, com a intenção de retomar o controle do território e evitar os confrontos armados. O contingente policial era composto por policiais recém-formados, inspirados pela doutrina da polícia comunitária ou de proximidade. Os resultados divul-

³⁰⁵ A súmula n.º 492 prevê que “na hipótese, o ato infracional cometido pelo adolescente – equiparado ao crime de tráfico ilícito de drogas – embora seja socialmente reprovável, é desprovido de violência ou grave ameaça à pessoa”. Consultar Cf.: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1287.html>

³⁰⁶ As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) foram criadas e geridas por meio das seguintes legislações: Decreto-lei no. 41.650 de 21 de janeiro de 2009; Decreto-lei no. 41.653 de 22 de janeiro de 2009; Nota número 0202 do Boletim da Polícia Militar de 5 de fevereiro de 2009; Decreto-lei no. 42.787 de 6 de janeiro de 2011.

gados pelo governo e pela imprensa foram positivos: fim quase total dos tiroteios e perda do controle sobre o território por parte dos grupos armados. Pesquisas de opinião pública mostraram apoio social e a iniciativa privada começou, pela primeira vez, a se engajar significativamente num projeto desta natureza. A escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 multiplicou a visibilidade nacional e internacional do projeto e a sua importância estratégica, tornando-se o carro-chefe da política de segurança do estado (Cano *et al.*, 2012p.8,9).

Cano *et al.* (2012), apontam ainda que a opinião pública, manifestada por meio da mídia, esteve na preocupação imediata dos gestores das UPPs. Os autores concluíram que, “a se julgar pela cobertura da imprensa, durante um tempo pareceu que as UPPs talvez poderiam realizar o sonho de superar a cidade partida e deixar para trás a suposta “guerra urbana”, liderando, finalmente, a cidade maravilhosa (Cano *et al.* 2012; p.3). A preocupação midiática esteve no cerne dos projetos de gestão das UPPs. Em entrevistas aos pesquisadores, policiais gestores apontam a necessidade de interferir, entre outros pontos, na aparência física dos moradores das favelas no que classificaram como “projeto moral”. Os efeitos de tal projeto teriam repercussão imediata na mídia, mesmo que não fosse alegadamente este o objetivo.

Uma questão intimamente ligada à da regulação autoritária das relações sociais é a existência de um projeto moral que embasa parte das intervenções policiais. Assim, podemos concluir que os policiais não estão apenas regulando os conflitos existentes entre moradores, mas também promovendo um certo padrão moral, do qual eles seriam exemplo, padrão que inclui também elementos da esfera privada. Esta é uma questão universal, que afeta desde a formulação dos Códigos Penais ao comportamento das agências de segurança pública, mas ela se manifesta de forma particular nas favelas cariocas, em função da sua história e das suas relações com os agentes do estado. Entre os componentes deste projeto moral local, podemos citar, o tipo de música (o fim do funk e dos proibições), a abstinência em relação às drogas, um tipo de lazer ‘bem comportado’, o cabelo curto, e a valorização do trabalho e do estudo. Observe-se que a polícia não tem nem a possibilidade nem o plano de tentar impor este projeto moral aos jovens de classe média-alta, em boa parte fora do seu alcance, mas sonha com fazê-lo em relação aos jovens das comunidades populares (Cano *et al.*, 2012; p. 173-174).

No estudo, policiais apontam que tomam as atitudes para “valorizar” a comunidade ou revelam a tentativa de resolver os problemas internos das comunidades para que não “parem na mídia (Cano *et al.*; 2012: p. 174). Não parar na mídia ou não buscar mídia revela a perspectiva do que seria julgamento pela mídia. O julgamento, contudo, ocorreu de maneira sistemática em *O Globo* que, conforme a atual análise, decretou a falência do modelo de UPPs, a despeito das necessidades para o pleno funcionamento do modelo apontadas em entrevista concedida pelo secretário José Mariano Beltrame³⁰⁷ ao próprio *O*

³⁰⁷ José Mariano Beltrame foi secretário de Segurança do Rio de Janeiro no período de janeiro de 2007 a outubro de 2016.

Globo em 2011³⁰⁸. Para o secretário, somente investimentos sociais poderiam garantir a eficiência do projeto das UPPs no campo da segurança pública. A reportagem de *O Globo* apontou a angústia de Beltrame diante da falibilidade do trabalho que àquela altura, alcançava 17 comunidades cariocas e abrangia a vida de 300 mil habitantes.

Se não houver investimentos maciços na dignidade dos cidadãos, na geração de perspectivas para aquelas pessoas, não digo que o programa vá dar errado, mas não é a polícia que vai garantir o sucesso de tudo isso. A UPP criou um ambiente para a sociedade começar a pagar a dívida que todos temos com essas áreas até então excluídas (...). Eu acho que nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil na entrada de uma favela que vai segurar, se lá dentro das comunidades as coisas não funcionarem. É hora de investimentos sociais (*O Globo*, 2011).

A reflexão apontada por Beltrame, porém, não surtiu efeito nas matérias presentes nesta análise. No material, publicado em 7 de abril de 2015, *O Globo* critica o modelo, mas fica limitado ao relato dos pontos, ao factual. A análise permitiu aferir que, para o periódico, o modelo de UPPs não teria êxito no combate à criminalidade, ao tráfico e à insegurança registrados na cidade do Rio de Janeiro.

PRIORIDADE TEM QUE SER REOCUPAR O ALEMÃO

O programa de pacificação do governo fluminense obteve resultados positivos desde a sua implantação. As ações de resgate de regiões colocadas à margem da cidadania pelo jugo de quadrilhas do crime organizado, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), foram movimentos fundamentais para melhorar os indicadores de violência e reduzir a criminalidade em áreas conflagradas e adjacências. Esse é um perfil que se mostra em números estatísticos. Entre 2008 e 2014, o número de homicídio no estado caiu quase 15%(...). o programa emite sinais de fadiga de material (...) E, adicionalmente, o programa permanece generalizadamente ineficaz em seus aspectos sociais, uma falha que levou o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, a avocar para si também a responsabilidade pela implantação desse complemento da pacificação (*O Globo*, 2015).

As fontes privilegiadas nas matérias de *O Globo* são, em especial, as que representam a segurança no Estado do Rio de Janeiro. Diretamente impactada pela ação das UPPs, a população ou representantes tiveram pouco espaço no material produzido pelo jornal. Entre os exemplos está o material publicado no dia 1.º de abril de 2015, com o título: PM chega hoje à Maré para instalar quatro UPPs. O material trata da troca da vigilância, antes feita por 3 mil homens do Exército por 220 policiais militares. Embora o assunto trate de impacto à grande parte de moradores das comunidades, a fonte de informação privilegiada, e única a aparecer no material, foi a Polícia Militar.

Tabela 17. Enquadramentos encontrados nos cenários revelados no jornal *O Globo*:

³⁰⁸ <https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-quer-prensa-em-investimentos-sociais-pos-upps-nada-sobrevive-so-com-seguranca-2764060>

Cenário – acontecimento principal	Causas	Julgamentos morais	Solução
Corrupção	Envolvimento de gestores em todos os níveis; compensações oferecidas pelo tráfico; descontrole das instituições.	O tráfico é um estado paralelo, que abraça as instituições; inércia e incompetência administrativa dos gestores.	Melhorar a fiscalização aos gestores; implantar políticas de combate à corrupção; melhorar os salários dos funcionários públicos.
Encarceramento e maioria penal	Envolvimento de pobres com o tráfico; leis brandas para adolescentes; poucas vagas em presídios.	Adolescentes entram para o tráfico como alternativa de trabalho; adolescentes gostam do tráfico; adolescentes cometem crimes porque legislação os torna inimputáveis ou semi-imputáveis; sedução do tráfico aumenta população carcerária; populismo penal.	Mais rigor legal contra adolescentes; reduzir a maioria penal; criminalizar adolescentes; aumentar as penas a quem se envolver com o tráfico.
Política de segurança	Violência, insegurança, fragilidade institucional; pouco dinheiro destinado à segurança; inabilidade política dos gestores.	Há uma guerra contra o tráfico e a comunidade pobre é um efeito colateral; não há solução para a violência gerada pelo tráfico; descaso e incapacidade do Estado	Aumentar efetivo das polícias, aumentar presença de forças armadas nas favelas; garantir a segurança das áreas mais ricas da cidade; melhorar o treinamento policial; aumentar os recursos para a segurança.
Interferência na comunidade	Disputa entre traficantes; disputa entre traficantes e milícia; controle das áreas empobrecidas pelo tráfico e pelas milícias; fragilidade na garantia de segurança da população.	A comunidade da Zona Sul é atingida pelas escolhas de quem mora na favela. A violência gerada pelo tráfico de drogas deveria estar restrita à favela. Usuários sujam a imagem dos bairros mais ricos.	Aumentar o efetivo da segurança em toda a cidade, prender traficantes.

Fonte: elaboração própria

A tabela 17 demonstra que os enquadramentos do jornal *O Globo* demonstram que o periódico trata o tráfico de drogas, na totalidade, de maneira simplista. O jornal manteve a cobertura orientada ao fato, embora haja o registro de reportagens e o percurso por todos os gêneros jornalísticos, a dualidade do bem, os cidadãos e em especial os das zonas privilegiadas economicamente, contra o mal, os traficantes e, em alguma proporção, os moradores das áreas empobrecidas. O periódico também apostou na cobrança da presença física do equipamento nacional ou estadual de segurança, concedendo pouco espaço ao debate profundo sobre a insegurança em confronto com o tráfico de drogas.

3.7 A cobertura do *Diário de Notícias*

A maior parte das notícias relacionadas a apreensões de estupefacientes pelo *Diário de Notícias* é, com já demonstrado, replicações da agência Lusa. Ainda assim, o periódico reportou produções sobre o período deste estudo.

Das matérias publicadas, foram selecionadas as que tratam sobre apreensões dentro e fora do território português. Entre elas está a publicada no dia 21 de outubro de 2015, com o título “‘correio’ trouxe 340 mil euros em cocaína em duas mochilas”. O texto aborda o desembarque no aeroporto de Lisboa de um passageiro cujo embarque havia ocorrido em São Tomé e Príncipe. Além da rota, os dados sobre a pessoa detida estão limitados à nacionalidade e local de nascimento. Para o leitor é revelada, ainda, a condição em que o passageiro se encontrava no momento da detenção, como a quantidade de mochilas e o conteúdo.

Entre aspas o *Diário de Notícias* aponta tratar-se de uma pessoa utilizada como correio. Não são indicadas, contudo, as bases para a informação sobre o valor correspondente ao montante de droga transportada. Ou seja, o jornal aponta custos e diz que fez as contas, mas não revela onde apurou o valor do produto e qual é a fonte exata do preço utilizado para chegar ao valor final divulgado no título da matéria. Já as informações sobre a prisão foram divulgadas pela Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes. Para o leitor, o diário adianta que a polícia vai investigar as condições da pessoa detida e possíveis receptadores do produto apreendido. O leitor também é informado que a rota utilizada não é habitual, informação que revela haver preocupação em extrapolar o modelo de relatório.

Narrativa semelhante é mantida em matéria publicada no dia 31 de outubro de 2015, quando o *Diário de Notícias* divulga a apreensão de 1 tonelada de cocaína acondicionada em um taque de navio que partira da América do Sul. Na ocasião o periódico narra a detenção de 17 tripulantes e foram preservadas quaisquer informações alusivas à identificação de qualquer um deles, além da nacionalidade. Por meio do texto é possível perceber a quebra de normalidade a partir da apreensão, promovida por fuzileiros navais.

A ação foi ao estilo de um filme de Hollywood. A pedido da Polícia Judiciária, uma corveta da Marinha foi para o sul de Marrocos, em pleno Oceano Atlântico, entre Casablanca e Agadir, a 800 quilômetros de Portugal, transportando um grupo de operações especiais. Os fuzileiros saíram numa lancha rápida, aproximaram-se do cargueiro e escalaram o navio. Perante a entrada dos fuzileiros a bordo, os 17 tripulantes - indianos e paquistaneses - não ofereceram resistência, o que permitiu à equipa de combate ao narcotráfico da Polícia Judiciária entrar no cargueiro e fazer as detenções. Nenhum dos alegados traficantes estava armado. A intervenção aconteceu na noite de quinta para sexta-feira passadas e o navio está agora apreendido pela PJ. A única carga que estava a bordo do impressionante cargueiro de 115 metros, com pavilhão das ilhas Comores (no extremo norte do canal de Moçambique), era 1130 quilos de cocaína com os pacotes a ostentarem o logótipo Hugo Boss. A droga estava escondida na parte de baixo do navio, num tanque de lastro vazio – normalmente recebem água de lastro para manter a estabilidade da embarcação (*Diário de Notícias*, 2015).

O jornal também informa ao leitor quais serão as possibilidades de investigação e as linhas que serão seguidas a partir da apreensão. As fontes privilegiadas foram a Polícia Judiciária por meio da Unidade de Combate ao Tráfico de Estupefacientes. Também é a polícia quem informa o valor base de rendimento para a carga apreendida e a possível origem. As dificuldades na fiscalização são informadas ao leitor, firmadas no excesso de cargueiros a cruzar o Atlântico. Nesse e no primeiro material citado não há, contudo, referência à defesa das pessoas apreendidas, em que situação serão mantidas, como serão tratadas e quais providências diplomáticas serão tomadas a partir do momento em que têm a custódia assumida pelo sistema penal português. Não são reportados, ainda, estatísticas reveladoras sobre tendências de transporte de estupefacientes, como queda ou aumento. Para o *Diário de Notícias* há quebra na rotina da cobertura policial no âmbito das situações descritas, mas a cobertura, ainda que possa oferecer possibilidades para a compreensão das tendências relativas ao narcotráfico, transporte, rotas e linhas de investigação, permanece presa ao modelo de relatório. Ocorre, reporta e não oferece ao leitor perspectivas de reflexão sobre o assunto.

Além de optar pela cobertura de um modelo semelhante a relatório de acontecimentos nas questões relacionadas às apreensões de estupefacientes, o jornal ainda oferta textos

que permanecem na linha da curiosidade, sem qualquer possibilidade de reflexão. Foi assim na cobertura exibida no dia 24 de janeiro de 2017, com o título “comprou Nesquik, mas levou para cada 13 mil euros em cocaína”. Todo o texto aponta para a curiosidade sobre uma lata de achocolatado ser preenchida com cocaína, sem que ao leitor sejam transmitidas informações que levem à compreensão do *modus operandi* do tráfico na região reportada, no caso, a Espanha. Em outra oportunidade, o jornal repete a cobertura em modelo de relatório e leva ao leitor o fato como curiosidade, no dia 21 de abril de 2015, com o título “robô preso por comprar drogas na Internet já foi liberado pela polícia suíça”. A narrativa revela a programação por um grupo de artistas a um robô para a compra de estupefacientes e outros produtos falsificados com o objetivo de levantar debates sobre liberdade artística. Ninguém é ouvido e a matéria é apenas um claro repasse de informações. Ou seja, gerou curiosidade e foi noticiada.

Na narrativa do *Diário de Notícias*, os apontamentos relacionados à despenalização do consumo de estupefacientes revelam acompanhamento da rotina, de avanços e entraves para o cumprimento integral da medida. Entre as investidas está a publicada no dia 28 de janeiro de 2017, quando a reportagem analisa a rotina de usuários de estupefacientes em Lisboa. A partir do título “isto é uma coisa um bocado estúpida” será possível ao leitor imaginar um texto conservador, com a existência de juízos de valores e questionamentos particulares de quem o escreveu. Essas situações são confirmadas na narrativa, em terceira e primeira pessoa. Em destaque, o texto indica que será preciso à autarquia discutir a abertura de salas de consumo tendo em conta o aumento do número de usuários, embora seja este um ponto previsto na legislação e não colocado em prática de maneira integral, como a própria reportagem vai indicar.

Já muito que a toxicodependência já não é a preocupação número um dos portugueses. Mas 18 anos depois da intervenção no Casal Ventoso e da generalização dos programas de substituição com metadona persiste o consumo de rua de heroína e - sobretudo - cocaína, fumadas e injetadas. O número dos que consomem na rua terá até aumentado desde 2013, levando a autarquia a relançar a discussão sobre salas de consumo assistido - previstas na lei desde 2001. Roteiro de lugares de consumo e perplexidades (*Diário de Notícias*, 2017).

Como o questionamento é a falta de salas para usuários, no texto é revelado o ambiente utilizado para a distribuição dos itens aos integrantes do programa de redução de danos. Há, ainda, a descrição física dos usuários, levando ao leitor a concepção de que um utilizador de estupefacientes precisa ter determinada aparência e os abordados pelo jornal não corresponderiam a ela. Conversas com as pessoas atendidas pelo programa, rotinas e o

histórico de consumo também são revelados. A partir deles, o leitor é informado que o usuário é, normalmente, um desempregado ou empregado de baixo rendimento. Em alguns pontos a reportagem indica que os usuários são pessoas educadas e não revelam agressividade, mesmo os que recusam colaborar com a realização do trabalho jornalístico. Dramas pessoais, questionamentos sobre a vida amorosa e profissional estão entre as revelações, das quais também não escapam os valores aplicados para o consumo diário.

No fim, a prata usada há de juntar-se a outras, no chão. Carlos, ironia, trabalha - quando trabalha - na recolha de resíduos. Mas aqui ninguém recolhe nada, além das seringas usadas. Que ele nunca usou: "Nunca piquei, não gosto. Só fumo. Comecei na cocaína mas agora estou a usar heroína." São três da tarde e já gastou 70 euros. Como os arranjou? "Acha que lhe vou dizer o que fiz hoje? Não matei ninguém. E já chega, está bem?" Só para terminar: gostava de ter um local para consumir com mais condições? "Gostava era de sair desta merda" (*Diário de Notícias*, 2017).

Toda a primeira parte da reportagem ocupa duas páginas e revela a preocupação com a vida pessoa e a aparência dos usuários. O material indica preocupação em tratar diretamente com os atendidos pelo programa de redução de danos, não havendo prioridade aos gestores e trabalhadores da autarquia. Nomes, quando solicitado, profissões, imagens e outros meios de identificação dos usuários são preservados. O jornal, porém, estende dois grandes parágrafos escritos em primeira pessoa em que aponta contrariedade à permanência dos usuários no local a partir do subtítulo "já não dá o prazer que dava":

O impulso de dizer, de revelar. Estas pessoas, como todas, têm uma história e querem dizê-la - sobretudo, que alguém oiça. Contadas, as histórias iluminam cada um destes rostos, redimem-nos da indistinção do "tipo" - mesmo se é possível achar que estamos a ouvir sempre a mesma, que em 20 e tal anos de reportagens sobre o assunto já conhecemos todo o catálogo dos discursos. Mas cada um é diferente do anterior; cada um é alguém. Alguém como nós, por mais que à partida, de longe, parecesse impossível. Nunca mais, por exemplo, passar nas ruas do Intendente sem tentar perceber se Carlos e Luís estão ali, no meio dos grupos de capuz dos que vendem ou dos que sentados nas soleiras das portas fumam crack, chinesas ou procuram uma zona menos concorrida para picar. Nunca mais esquecer que Luís, de 43 anos, andou por aquelas ruas, enquanto faz tempo para ir a Santa Apolónia, às 18, buscar a dose diária de metadona, a refletir filosoficamente, solidariamente, sobre o fenómeno de que faz parte e a fazer o tour da venda e do consumo: "Aqui nestas escadas costuma haver gente a picar, vês?" E aponta os restos: embalagens vazias de seringas, garrafinhas de água destilada (*Diário de Notícias*, 2017).

No corpo do texto é revelada a necessidade da abertura das salas de consumo também a partir de dados concretos, repassados por uma das entidades atuantes com os usuários. Pelo comprovado aumento do consumo, aponta o material, urge a medida.

Mais uma sala ao ar livre das que a equipa da Crescer na Maior identifica nas cinco zonas-chave da cidade - além desta, Casal Ventoso, Penha de França (Quinta do Lavaradio, Picheleira), Beato (Xabregas) e Intendente. Em 2015, apesar de todas as recolhas efetuadas, juntos dos consumidores, pelas equipas de rua, a associação contabilizou 1260 seringas apanhadas no chão. "Isto é um total

contrassenso. Damos kits às pessoas para se injetarem na rua. É ridículo. E ainda me irrita mais porque Portugal lá fora é muito bem-visto. Somos apontados como exemplo, por causa da descriminalização do consumo, dos programas de substituição, da baixa da taxa de infecção do VIH/sida. Mas há muitos países que não descriminalizaram o consumo e têm salas de consumo há anos." Magda Ferreira, 44 anos, é uma das "pares" do IN-Mouraria, uma estrutura do GAT (Grupo de Ativistas em Tratamentos) para apoio de PUD (Pessoas que Usam Drogas). Ser "par" significa que é alguém que usou ou usa drogas, e que por ter essa experiência tem uma maior capacidade de comunicar com quem usa, de empatizar. E Magda empatiza: sabe o que é ter de procurar um beco, um prédio abandonado, uma casa de banho de café para usar: "Como é que uma coisa que está prevista na lei não avançou ainda? Têm medo de quê, dos vizinhos?" (*Diário de Notícias*, 2017).

Por meio da reportagem, o leitor passa a compreender as contradições do programa de redução de danos e pode ser auxiliado a refletir sobre o assunto. São abordados os mecanismos que revelam não haver a necessidade apenas de um local seguro para o uso de produtos estupefacientes e estar nas ruas, mas do cumprimento do programa e oferta de opções de alojamento da cidadania dos usuários.

O que seria, então, um local para consumo assistido? As propostas das associações passam todas por um espaço polivalente, onde além de divisões para consumo - a Crescer na Maior propõe dois, um para injeção e outro para fumo - e a habitual troca de materiais se disponibilizariam outros serviços, desde os médicos e de enfermagem (com rastreio de VIH/sida e hepatites), aos cuidados de higiene, passando por oferta de roupa e de snacks, gabinete de emprego, apoio jurídico, etc., além de espaço de convívio. Justamente o que oferece o IN-Mouraria, onde Magda trabalha. Um lugar de encontro, seguro e caloroso, com dois turnos: no primeiro, das 14 às 16, faz-se rastreio de doenças infecciosas e troca-se material de consumo; no segundo, entre as cinco e as oito, oferecem-se sandes (120 por dia, duas por cabeça), café, chá e sumos e um filme. Os serviços incluem ainda receção de correio (para quem não têm morada certa, acesso à net, apoio médico e psicossocial, entrega de roupa. E ouvidos. "Somos os amigos deles, da classe deles", diz João Santa Maria, 46 anos, o "par" mais antigo. "Temos pessoas sem abrigo, imigrantes, de um modo geral pessoas de "fim de linha". (*Diário de Notícias*, 2017).

Respostas às questões levantadas pelo *Diário de Notícias* foram respondidas e quem as forneceu também foi questionado. De maneira frontal, o periódico indica já no fio como será conduzida a matéria de apoio para o título "salas de consumo. A solução 'necessária' que em 16 anos de lei nunca avançou". Diz, assim, o fio "associações dizem-nas necessárias; vereador concorda, mas diz que "ainda se está em fase de reflexão". E é ano de eleições".

"Não podemos fechar os olhos à realidade. Há um aumento do consumo de droga na rua. Vamos ver se esta solução que existe na lei pode ser posta em prática. Acho que é uma solução necessária em algumas zonas da cidade." Quem ouça João Afonso, vereador dos Direitos Sociais da Câmara de Lisboa, falar assim sobre os espaços de consumo assistido fica com a ideia de que vão finalmente avançar. Mas, logo a seguir, o autarca matiza: "Estamos na fase de reflexão." Em novembro, João Afonso foi o anfitrião de uma sessão organizada pela autarquia para isso mesmo: refletir. Participaram especialistas estrangeiros da área de redução de riscos, com experiência em salas de consumo assistido, e foi pedido aos participantes, que incluíam todas as associações que trabalham no terreno, que apresentassem ideias. Ainda não existe o relatório final, mas há, por parte das associações, a sensação de que, mais uma vez, se está a empatar (*Diário de Notícias*, 2017).

A colocar o contraponto da informação, o *Diário de Notícias* indica não ser aquela a primeira cobrança para a aplicação integral da lei, com apoio de uma fonte, uma das entidades a reclamar pelo cumprimento da legislação. Também é confrontado o SICAD, o que expõe a integralidade de acesso às fontes necessárias para a construção da reportagem. Já nesse material de apoio, o jornal opta por não aplicar a narrativa em primeira pessoa ou as expressões que indiquem juízo de valor aos usuários. O contrário não é aplicado à autarquia a quem é imputada a demora ao já citado período eleitoral e repressão, considerando por esse segundo ponto estudos consolidados sobre áreas para a implantação dos espaços de consumo em Lisboa.

Em matéria publicada no dia 19 de julho de 2015, o *Diário de Notícias* revela o interesse do partido ecologista australiano em levar para aquele país o modelo português de despenalização do consumo de drogas. O material é construído a partir de declarações de um dos representantes do partido para o jornal *The Sydney Morning Herald National*, e inclui uma declaração da fonte àquele periódico. Além da reportar de maneira genérica o modelo português, o periódico australiano indica a inexistência da legalização do consumo. A matéria, mais comparável a uma nota informativa, é restrita.

Assim, o leitor desconhece quais seriam os motivos que levaram uma legenda australiana a defender a despenalização do consumo de estupefacientes aplicado em Portugal. O *Diário de Notícias* limitou-se em manter mero relato, sem informar qual seria a situação da Austrália perante o modelo proibicionista de estupefacientes. Teria, assim, o leitor que supor haver urgência ou não. Também não há indicação de procurar ouvir mesmo as autoridades portuguesas sobre quais países já teriam adotado o modelo nacional.

Figura 55. Fotografia utilizada pelo jornal *Diário de Notícias* para ilustrar o consumo assistido de estupefacientes



Crédito: Diário de Notícias, 28 de janeiro de 2017

Figura 56. Fotografia utilizada pelo jornal *Diário de Notícias* para ilustrar o consumo assistido de estupefacientes



Crédito: Diário de Notícias, 28 de janeiro de 2017

Figura 57. Fotografia utilizada pelo jornal *Diário de Notícias* para ilustrar o cultivo de cannabis



Crédito Diário de Notícias: 16 de janeiro de 2017

No material fotográfico analisado nas publicações do Diário de Notícias é possível perceber que, ao contrário das três demais realidades apresentadas, a criminalização não é a única via para tratar sobre o assunto estupefacientes (Cf.: figuras 55 e 56). A legislação ajuda, certamente, mas há também exploração editorial que contempla tema de maneira ampla (figura 57). Houve peças, como demonstrado, que revelaram apreensões, tão comuns nos jornais da América Latina. Ainda assim, embora suporte o peso de uma realidade branda, na comparação com os demais periódicos analisados, o *Diário de Notícias* explorou o fotojornalismo além do hard news.

Tabela 18. Enquadramentos encontrados no jornal *Diário de Notícias*.

Cenário	Causas	Julgamentos morais	Solução
Apreensões	Consumo e oferta.	Fornecedores da América do Sul; estratégias para mascarar o tráfico prejudicam o combate	Maior rigor na fiscalização da entrada de mercadorias e pessoas na Europa.
Descriminalização	Tratar usuários	Usuários são o retrato da degradação humana; usuários necessitam de tratamento; o vício é um estigma pessoal, mas o tratamento é de responsabilidade coletiva.	Aplicar a legislação que trata o usuário na totalidade.

O jornal *Diário de Notícias* permaneceu na cobertura do fato, mas foi o periódico que, proporcionalmente, mais conseguiu trabalhar a problemática do tráfico de drogas. Os enquadramentos, revelados na tabela 18, demonstram que a cobertura do diário coloca o usuário como alguém que necessita de ajuda e que este auxílio depende do estado e não de ações individuais. Essa compreensão é patente no material recolhido. Quanto às apreensões de estupefacientes, o material recolhido não permitiu conhecer a orientação do diário, se é um divulgador de fatos ou se procura repassar aos leitores a totalidade da problemática do tráfico de drogas.

Comparação entre os enquadramentos encontrados nos diários analisados

Os jornais analisados apontaram enquadramentos semelhantes em relação ao tráfico de drogas e, também de maneira semelhante, também trataram o contido oferecido ao leitor. Foi possível perceber na cobertura a polarização, o bem contra o mau, e que para o leitor deixa de oferecer o conhecimento do universo representado pelo tema tráfico de drogas.

Tabela 19. Como são os enquadramentos sobre o cenário global tráfico de drogas nos diários analisados.

Cenário – acontecimento principal	Causas	Julgamentos morais	Solução
Segurança	Fornecedores, pobreza da AL, punição branda ou inexistente, envolvimento de comunidades, ineficiência dos governos, corrupção em todas as esferas de poder	Comunidades pobres colaboram com o tráfico, fornecedores aliciam comunidades, tráfico tem maior vantagem que o trabalho; poder paralelo do tráfico	Maior rigor nas penas e leis, mais policialmente, mais armamentos, isolamento do tráfico nas comunidades, criminalizar adolescentes, combater a corrupção.
Descriminalização	Necessidade de tratar o usuário de pequenas quantidades, garantir acesso a medicamentos	Usuário é um doente e não um criminoso. Pesquisas são prejudicadas pela política proibicionista.	Aumentar o tratamento aos usuários, descriminalizar, investir em pesquisas.

Fonte: elaboração própria

A tabela 19 demonstra a predominância de julgamentos que colocam usuários e comunidades pobres como responsáveis pela engrenagem do mercado ilícito. A cobertura analisada demonstra que o tráfico resulta da pobreza e não cessa porque há fornecimento de produtos. Foi percebida pouca reflexão em relação à demanda por drogas e os efeitos das políticas que determinam a proibição de substâncias que alteram a consciência.

CONCLUSÕES

Nesta tese, procurou-se compreender as manifestações jornalísticas nas diferentes etapas da cadeia do tráfico de drogas nos sistemas do Paraguai, Brasil e Portugal por meio da comparação da cobertura dos jornais distantes geograficamente e sob sistemas políticos, sociais, legais e jurídicos diferentes. Tendo como objeto as manifestações dos sistemas jornalísticos de Paraguai, Brasil e Portugal sobre o tráfico de drogas, estiveram entre os objetivos desta tese determinar a relevância da cobertura sobre o tema nos periódicos selecionados; apurar os temas estruturantes no discurso; detalhar a cobertura jornalística, fotográfica, infográfica; especificar os gêneros jornalísticos utilizados, com destaque para os gêneros opinativos, tendo em conta os temas; conhecer as fontes privilegiadas pelos quatro diários e os enquadramentos dados à cobertura com a observação da existência ou não de estereótipos no discurso, como juízos de valor, para direcionar a opinião pública; e, ainda, o que falam os jornais quando, especificamente, relatam o tema tráfico de drogas.

Para alcançarmos os objetivos, utilizamos como recurso metodológico a teoria do enquadramento, a partir dos estudos de Goffman (2012), Entman (1989) e detalhada por Sousa (2005). As ferramentas de análise utilizadas têm suporte nos estudos de Traquina (2002;2004) e Sousa (2004). Neste ponto da investigação e considerando a análise realizada, é possível responder às questões expostas e proceder-se a algumas conclusões. Relembrando as perguntas formuladas no início deste trabalho – Em Paraguai e Brasil, nos jornais analisados predomina a cobertura orientada para o acontecimento não orientada para a problemática enquanto no periódico de Portugal ocorre o contrário? Devido ao caráter de rompimento da normalidade, as matérias predominantes nos jornais de Brasil e Paraguai têm caráter episódico, com o relato de ações policiais, decisões do governo e situações de violência, enquanto em Portugal há textos que indicam questões relacionadas à saúde e liberdade do uso de drogas de maneira controlada? Nos jornais de Brasil e

Paraguai há maior espaço dedicado à cobertura fotográfica de eventos reveladores de violência enquanto em Portugal predominam as imagens de prevenção do consumo, acompanhamento de dependentes químicos e liberdade do uso de entorpecentes de maneira controlada? E a cobertura infográfica é usada, dadas as suas potencialidades específicas, para especificar, em todos os jornais, a violência ligada ao tráfico de drogas? Considerando a possibilidade de prioridade aos temas episódicos, a prioridade do uso do gênero noticioso em detrimento da reportagem e do gênero opinativo? Será que são privilegiadas as fontes oficiais das esferas governamentais em detrimento de ongs, institutos de pesquisa e da própria comunidade impactada pelo tráfico de drogas? Se os jornais dão prioridade à cobertura episódica, é possível que responsabilizem o indivíduo e não fatores macro econômicos, políticos e sociais pelos relatos revelados do tráfico de drogas? É possível que o relato sofra influência direta das escolhas governamentais, das condições sociais, econômicas e políticas de cada país retratado? – responde-se que:

A investigação permitiu observar que a cobertura dos jornais do Paraguai e do Brasil é orientada para a reprodução de fatos, ainda que com a exploração de um modelo textual semelhante a um relatório. Isso permite dizer que, embora esteja de maneira constante nas páginas dos diários analisados, o tema é apresentado ao leitor sem a oportunidade para reflexão, o que só seria possível com uma cobertura voltada à problemática e não apenas ao problema nos diários da América do Sul analisados no decorrer deste trabalho. Também foi possível concluir que não há reflexão sobre o tema na maioria das matérias identificadas para o tema no periódico português que, embora de maneira mais abrangente, também reproduz os fatos na medida em que acontecem. Dessa forma, a primeira conclusão é que o fato e o episódio predominam na cobertura de todos os jornais analisados e há pouco ou nenhum espaço para a reflexão da problemática do tráfico de drogas, o que resultaria de planejamento editorial e avaliação sobre como o tema é manifestado na sociedade, o que nos leva à confirmação da hipótese 1 proposta para esta investigação.

Entre as peças recolhidas, foram observados textos que revelaram referência a operações policiais, apreensões de drogas e prisões de envolvidos com o tráfico de substâncias estupefacientes nos quatro periódicos analisados, mas os diários da América Latina dedicaram maior cobertura a matérias que tratassem desses temas. Houve, ainda, destaque para os efeitos de fatos que revelavam o rompimento da normalidade em áreas afetadas

por disputas de agentes do tráfico nos relatos de *ABC Color*, *Correio do Estado* e *O Globo*, o que leva à confirmação da hipótese 2 proposta por esta investigação.

No *Diário de Notícias* foi observado maior espaço ao discurso visual com ênfase à reflexão sobre o consumo assistido de entorpecentes. Ao leitor ficou claro o posicionamento editorial consoante à legislação, que trata o usuário de drogas como um doente, mas criminaliza o tráfico de drogas. As peças recolhidas no periódico português incitavam à reflexão sobre o tema, à necessidade de cumprimento dos direitos dos usuários e à cidadania. Essa observação permitiu a confirmação da hipótese 4 proposta no início desta tese.

Na cobertura não foi observado o uso de infográficos como recurso informativo predominante. Esse gênero jornalístico não foi encontrado no jornal *Diário de Notícias* no período definido para a análise, o que não permite concluir por meio desta investigação, como o periódico tem utilizado o recurso. Também na amostra recolhida nos demais periódicos trabalhados, o uso do infográfico foi pequeno, quase nulo, totalizando 16 peças no período de oito meses de observação. Dessa forma, não foi confirmada a hipótese 5.

O gênero jornalístico notícia predominou na cobertura, em confirmação à hipótese 6 proposta. A maioria das peças selecionadas pôde ser enquadrada nesse gênero e demonstra que, para os quatro jornais analisados, houve maior facilidade de trabalhar com a notícia em detrimento de outras formas de apresentação dos fatos, com a reportagem.

Para os jornais analisados, houve espaço maior dedicado às fontes burocráticas, em especial as que representaram as fontes policiais. A utilização do recurso da fonte policial como meio de informação foi observada, em especial, nos jornais *ABC Color*, *Correio do Estado* e *O Globo*, onde também foram registradas maior número de notícias relacionadas ao tráfico de drogas. Proporcionalmente, nesses três diários, a busca por fontes alternativas, como institutos de pesquisa ou organizações não-governamentais foi menor. No *Diário de Notícias* também foi observado o privilégio concedido para as fontes burocráticas, mas como a cobertura não permaneceu voltada para eventos policiais, o registro foi menor. Não foi observado nos jornais da América do Sul a busca por conceder espaço às manifestações discursivas das comunidades atingidas por eventos relacionados ao tráfico.

Ao contrário, foram registradas manifestações de atores não relacionados, muitas vezes às comunidades.

Foi possível observar no discurso dos quatro periódicos analisados a tendência em responsabilizar o tráfico de drogas como um fenômeno controlado pelo fornecimento de drogas ilícitas e, não, pelo consumo. A cobertura revelou haver pouca oportunidade para o leitor compreender que o narcotráfico é um evento multifactorial e de consequências macrossociais. Essa observação confirma a hipótese 8 proposta.

Os jornais analisados apontam que há diferentes manifestações relacionadas ao mesmo tema tráfico de drogas e que todas indicam a incidência de também diferentes condições sociais, económicas e políticas. No percurso da investigação, as diferentes realidades foram denominadas cenários, tendo o tráfico como um mesmo protagonista e que revelou-se diferente em cada um dos jornais analisados. Houve a observação de diferentes cenários mesmo dentro de um só país, que foi o caso do Brasil. Dois jornais brasileiros foram analisados, um é o *Correio do Estado*, diário de referência e de influência na região próxima à fronteira com o Paraguai, e o outro é o *O Globo*, da cidade do Rio de Janeiro. Por meio da análise, ficou patente que há diferenças de manifestação e tratamento sobre o tema tráfico de drogas e essas discrepâncias também influenciam no discurso jornalístico. A comparação permitiu conhecer como é manifestado também no discurso a penalização e a despenalização do tráfico, revelando no *Diário de Notícias* a cobertura em que o usuário é, como já apontado, um cidadão e não um criminoso.

Em observação às hipóteses propostas e em como elas foram reveladas durante essa investigação é possível dizer que os objetivos propostos por esta tese foram concluídos. Foi possível conhecer os diferentes discursos relacionados ao tema tráfico de drogas em jornais de três países diferentes, quais foram suas fontes privilegiadas, os gêneros jornalísticos e, ainda, como a cobertura foi influenciada pela evidente diferença entre os territórios retrados. Foi, ainda, possível identificar o enquadramento mediático que apontou a ainda insuficiente reflexão sobre o tema, tratado na esfera da criminalização ou criminalidade e quase exclusiva na esfera da segurança.

Os dados permitem concluir menor possibilidade dos jornais em ultrapassar o fato, buscar fontes alternativas e alargar os critérios de noticiabilidade. É possível, ainda, concluir

que as limitações observadas na cobertura dos diários analisados não podem ser apenas um indicativo de mau jornalismo. Todos os jornais analisados apresentaram mudanças na forma de apresentação ao público, um evidente indicativo de menor disposição de recursos e busca ou privilégio de outras formas de apresentação ao público, como o eletrônico. Como apontado durante o trabalho, os brasileiros *Correio do Estado* e *O Globo* apresentaram redução de páginas nos dois anos de observação; o *ABC Color* privilegia o modelo eletrônico em detrimento do impresso e o *Diário de Notícias*, passou a circular somente uma vez por semana, mas mantém a edição diária na internet. No modelo do diário português há o sinal para o jornalismo de análise ainda inexistente no *ABC Color* e no *Correio do Estado*, mas observado de maneira robusta em *O Globo*.

O tráfico de drogas não é um tema recente no jornalismo, mas a assuntos que, como este, não envelhecem. Ao contrário, ganham novas dimensões, proporções e contornos que devem e podem ser acompanhados pelo jornalismo. A observação permanente de um objeto como o tráfico de drogas a partir da imprensa é a forma mais básica do exercício de cidadania proposto pela atividade jornalística. É a partir dela que poderão ser esclarecidos e discutidos os modelos de segurança que afetam de maneira direta toda a sociedade. Relatos sobre a prática podem ser colhidos em jornais de todo o mundo todos os dias, o que demonstra a abrangência e relevância do tema. Por essa constatação e pela gênese do jornalismo, há a necessidade de ajudar a sociedade a compreender fenômenos e como é afetada por seus contornos históricos, econômicos, políticos, culturais e, no caso do tráfico de drogas, até diplomáticos. Entre as conseqüentes manifestações do tema tráfico de drogas estão as bases legais, apoiadas no modelo proibicionista e que tratam o usuário como criminoso. O apoio ou não a esse modelo de incursão de segurança merece reflexões por parte do jornalismo, que não pode ficar refém da cobertura induzida, do registro do fato, da reação ao imediato. É papel do jornalismo oferecer ferramentas para a construção da opinião e permanecer de um lado ou outro da discussão não contribui para o alargamento das opções de conhecimento de um tema que é transversal na sociedade.

Chegados a este ponto, podemos, pois, responder à questão crucial de todo o relatório de investigação científica: o que esta tese traz de novo ao conhecimento científico? Para o caso, o que esta tese traz de novo ao conhecimento do Jornalismo? E, por acréscimo, levando em conta o tema que aborda, o que traz de novo ao conhecimento (e o que pode trazer à ação) de um tema com tanta relevância social como o tráfico de droga?

Respondemos que é possível conhecer realidades diferentes sobre um mesmo tema contribui para o melhor esclarecimento sobre causas e, principalmente, auxilia na condução de soluções. Para esse ponto, o jornalismo sempre se fez fundamental. Discutir um mesmo objeto e efeitos colaterais diferentes conforme a região de influência também não pode ser uma atividade solitária ao jornalismo. Esse trabalho demonstra que a integração entre outras áreas do conhecimento e comunicação é bastante necessária para levar ao cidadão o entendimento amplo das situações que o afetam. Pode parecer óbvio, mas se houvesse maior acesso e laços entre o jornalismo e outras disciplinas, as matérias sobre tráfico de drogas sairiam em definitivo da esfera episódica e teriam a condução para a compreensão da problemática.

Tendo em consideração o exposto, é possível afirmar que investigações posteriores ainda são necessárias como forma de compreender as ações multifactoriais do tráfico de drogas na mídia e, ainda, as limitações sobre a cobertura em jornais da imprensa tradicional. Para este tema, nunca serão suficientes as investigações que tratem sobre a liberdade de imprensa, tênue, como demonstrada ao longo deste trabalho. Também entre as possíveis investigações que poderão ser aplicadas no futuro estão as limitações econômicas dos jornais de referência no trabalho de apuração de temas de importância social; as contribuições do jornalismo de dados para expor temas de interesse e abrangência social, como o tráfico de drogas; a utilização de agências noticiosas na investigação de temas macrosociais e a colaboração com jornais de referência. Também são necessárias pesquisas que tratem da população ou representantes como fonte informativa em temas que a afetam de maneira direta. Em assuntos como o tráfico de drogas, que podem revelar a insegurança da exposição na mídia, há possibilidade de busca às fontes alternativas, como institutos, organizações não-governamentais e mesmo associações, que podem ser consolidadas como forma oferta informativa para a mídia. Como forma de compreender a construção do discurso, também seriam interessantes investigações que tratassem sobre a atualização do jornalista enquanto profissional em temas de ampla abrangência social, como o tráfico de drogas.

BIBLIOGRAFIA

Abramo, C., 1988. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. Editora Companhia das Letras.

Albanese, J. (2004). North American Organised Crime. *Global Crime*, [em linha] 6(1), pp.8-18. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1744057042000297945> [Acessado em 22/02/2019].

Almendra, D. (2014). As UPPs, as Elites e a Imprensa: militarização e consumo no processo de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, [em linha] (35 (126), pp.61-89. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/696> [Acessado em 14/10/2018].

Amendi, N. (2014). *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso (1977-1985)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Amengual, F., Ayala Amarilla, O., Otazú Melgarejo, V. and Quiroga, L. (2014). *Violencia e impunidad hacia el pueblo Paï Tavyterã-Kaiowa*. 1st ed. [Asunción: Terraviva a los Pueblos Indígenas del Chaco].

Amim, V. (2007). *Um estudo dos gêneros discursivos: o processo identitário de dois jornais impressos de Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Andrade, D. (2016). *O surgimento da imprensa em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul*. Iviporã.

Andrade, V. (2015). "A cobertura dos jornais *Correio do Estado*, de *Campo Grande*, e o *Estado de Mato Grosso*, de *Cuiabá*, na criação de *Mato Grosso do Sul*: uma análise de conteúdo.. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Andvig, J. (2012). Public procurement and organized crime—illustrated with examples from Bulgaria, Italy and Norway. *NUPI Working Paper, Department of International Economics*, [em linha] 3(813), pp.1-36. Disponível em: <https://nupi.brage.unit.no/nupi-xmlui/bitstream/handle/11250/277541/NUPI-WP--813-Andvig.pdf?sequence=3> [Acessado em 15/12/2018].

Asenjo, P.B., 2011. Códigos de deontología periodística: análisis comparativo. *Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, (15), pp.141-176.

Barbosa, M. (2007). *Historia cultural da imprensa*. 1st ed. Rio de Janeiro, Brasil: Mauad.

Barcellos, C. (2003). *Abusado*. 1st ed. São Paulo: Record.

Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. 4th ed. Lisboa: Edições 70.

Bartolomé, M. (2009). Situación del Crimen Organizado en América Latina. *Ágora Internacional*, [em linha] 4(10), pp.16-20. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu>. [Acessado em 4/02/2019].

Beirne, P. and Messerschmid, J. (2006). *Criminology*. 4th ed. Los Angeles: Roxbury Publishing.

Beirne, P. and Messerschmidt, J. (2011). *Criminology: A sociological approach*. 6th ed. Oxford - USA: Oxford University Press.

Bell, P. (1985). Drugs and the media. *Drug and Alcohol Review*, [em linha] 4(2), pp.235-242. Disponível em: <https://emlinhalibrary.wiley.com/doi/abs/10.1080/09595238580000401> [Acessado em 3/02/2019].

Bewley-Taylor, D., Blickman, T. and Jelsma, M., 2014. The rise and decline of cannabis prohibition. The history of cannabis in the UN drug control system and options for reform. Amsterdam/Swansea: Global Drug Policy Observatory/Transnational Institute.

[em linha]. Disponível em: https://www.tni.org/files/download/rise_and_decline_ch4.pdf [Acessado em 18 jan. 2019].

Bittar, Marisa, (1999). *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande/MS: Editora da UFMS.

Bivins, TH, 2014. A linguagem da virtude: o que podemos aprender com os primeiros códigos de ética do jornalismo. *A ética do jornalismo: influências individuais, institucionais e culturais*, pp.165-184.

Blickman, T., 2014. Cannabis policy reform in Europe. Bottom up rather than top down." Series on Legislative Reform of Drug Policies. *Series on Legislative Reform of Drug Policies*, 28, pp.1–24. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/dlr28.pdf> [Acessado em 01/02/2019].

Chambliss, W.J., 1989. State-Organized Crime: The American Society of Criminology, 1988 Presidential Address. *Criminology*. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=120164> [Acessado em 3/02/2019].

Bockett, D., 1999. *Export or expire: the political economy of the post-Cold War conventional arms trade*, Palmerston North, N.Z.: International Pacific College New Zealand.

Bossard André, 1990. *Transnational crime and criminal law*, Chicago Ill: Office of International Criminal Justice University of Illinois.

Brown, M.E., 2003. *Grave new world: security challenges in the 21st century*, Washington, DC: Georgetown Univ. Press.

Bruck, M.S., 2013. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). *Brazilian Journalism Research*, 9(1), pp.174-193.

Best, J. and Luckenbill, D.F., 1994. *Organizing Deviance*. New Jersey: Englewood Cliffs.

Cardoso, F.S. & Rosseto, L.P., 2017. *Concentração de mídia e discurso hegemônico: a queda de Lugo segundo editoriais dos jornais ABC Color e Folha de S. Paulo* 40.^a edição., Curitiba, PR. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0055-1.pdf>.

Carneiro, C.P., 2012. Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: transfronteirização através do crime. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, 2(16), pp.84–101.

Carneiro, H., *Drogas, a história do proibicionismo* 1st ed., S.l.: Autonomia Literária.

Cazal, A., 1984. Paraguay: Un país hipotecado. *Nuso- Nova Sociedad*. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/1185_1.pdf [Acessado em 23/08/ 2018].

Cazzamatta, R., 2015. Uma análise comparada dos códigos de ética jornalística nos países da América do Sul. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 12(1), pp.186-201.

Chammas, E. Z, 2001. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Chaparro, M.C., 2008. *Sotaques da quem e além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*, São Paulo, SP: Summus Editorial.

Chibelushi, C., Sharp, B. and Shah, H., 2006. ASKARI: A crime text mining approach. In *Digital Crime and Forensic Science in Cyberspace* (pp. 155-174). IGI Global. [em

linha] disponível em: <https://www.igi-global.com/chapter/askari-crime-text-mining-approach/8354> [Consultado em 23/02/2019]

Chomsky, N., 1995. La guerra contra (algunas de) las drogas. *Revista Rebelión, Colombia*. [em linha] disponível em: [http://oer2go.org/mods/es-bibliofilo/content/Chomsky,%20Noam%20\(1928XXX\)/Chomsky,%20Noam%20-%20La%20guerra%20contra%20\(algunas%20de\)%20las%20drogas.pdf](http://oer2go.org/mods/es-bibliofilo/content/Chomsky,%20Noam%20(1928XXX)/Chomsky,%20Noam%20-%20La%20guerra%20contra%20(algunas%20de)%20las%20drogas.pdf) [consultado em 25/02/2019]

Chrysochou, L.G. & Havy, H., 2006. *Examining in parallel arms control and the arms trade in the Post-Cold War era: A guide to the new security challenges, implications and perspectives of conventional arms control*. dissertation. Beadford, AC.

Cierco, G.B.R., 2003. Um retrato da droga na imprensa escrita portuguesa. *Repositório Aberto da Universidade do Porto*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10905> [Acessado em 03/10/ 2018].

Cloyd, J.W., 1985. *Drogas y control de información: el rol del hombre en la manipulación y el control del tráfico de drogas*. Buenos Aires, AR: Tres Tiempos.

Cooper, N. & Pugh, M., 2002. *Security-sector transformation in post-conflict societies*, London: Conflict, Security & Development Group, Kings College London.

Correio, A.C.M.S., 2013. Periferias e ambivalência comunicacional: imaginário e cobertura jornalística sob a mão forte do Estado. *Logos*, 20(1). [em linha] disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/7715> [consultado em: 12/12/2017]

Costa Oliveira, F., Gianordoli-Nascimento, I.F., dos Santos, T.L.A. and de Freitas, J.C., 2015. Fronteiras e pertencas: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010). *Psicologia e Saber Social*, 4(2), pp.277-297. [em linha] disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/psi-sabersoci/article/view/24756> [consultado em: 16/03/2019]

Courakis, N., 2001. Financial crime today: Greece as a European case study. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 9(2), pp.197-219. [em linha] disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1011205313398> [consultado em 28/01/2019]

Crestani, M, 2014. Perfil do jornalista José Barbosa Rodrigues, *Vozes da Literatura*. Campo Grande, MS, editoria Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Christofoletti, R., 2012a. *Ética no jornalismo*. Editora Contexto.

Christofoletti, R., 2007. Código de ética dos jornalistas: revisão bem-vinda, mas insuficiente. *Intervoses.com.br*.

Christofoletti, R., 2012b. Para uma abordagem virtuosa do jornalismo. *Em Questão*, 18(1), pp.93-107.

Dea.gov. (2018). Drug Facts | DEA. [em linha] Disponível em: <https://www.dea.gov/factsheets> [Consultado em 17/08/2018].

Del Cerro, A.T., 2013. *El sistema internacional de regulación de drogas: las políticas antinarcóticos en Colombia*, Dissertação de doutorado, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

Demleitner, N.V., 1994. Organized crime and prohibition: What difference does legalization make. *Whittier L. Rev.*, 15, p.613. [em linha] disponível em https://heinonline.org/hol-cgi-bin/get_pdf.cgi?handle=hein.journals/whitlr15§ion=31 [consultado em 23/01/2019]

Dornelles, B. e Modena, S., 2007. Critérios de noticiabilidade distorcem a realidade de bairros que recebem cobertura da imprensa diária. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, (33), pp.97-105. [em linha] disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550189013.pdf> [consultado em 18/07/2019]

Dowdney, L., 2003. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: 7letras.

Dreifuss, R. (2019). Drogas: "Cuidado, Portugal, não se demorem muito na vanguarda". [em linha] disponível em <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/drogas-cuidado-portugal-nao-se-demorem-muito-na-vanguarda-11044612.html> [consultado em 03/07/2019]

Earp, F.S. e Prado, L.C., 2003. O “milagre” brasileiro crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. *O Brasil Republicano*, 4. [em linha] disponível em http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf [consultado em 10/10/2017]

Emcdda.europa.eu. (2018). EMCDDA home page | www.emcdda.europa.eu. [em linha] Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/> [Consultado em 17/09/2018].

Entman, R.M., 1989. How the media affect what people think: An information processing approach. *The journal of Politics*, 51(2), pp.347-370. [em linha] disponível em <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.2307/2131346> [consultado em 23/10/2018].

Europol. (2018). Drug Trafficking. [em linha] Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/crime-areas-and-trends/crime-areas/drug-trafficking> [Consultado em 12/09/2018].

Faltas, S. e Paes, W.C., 2001. *The Problem of Small Arms in Developing Countries: The Current International Debate and Recommendations for Development Cooperation, in Particular Technical Cooperation*. GTZ, Division 43.

Fidalgo, J., 2000. A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas.

Fidalgo, J. (2007). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas* (Doctoral dissertation).

Fortner, R.S. and Fackler, P.M. eds., 2011. *The handbook of global communication and media ethics*. John Wiley & Sons.

Gómez, H.A. and Zeid, F.A., 2000. *Deontología y autorregulación informativa: ensayos desde una perspectiva comparada*. Universidad Iberoamericana.

Figueroa, P. 2015. Narcotráfico, realidade que transcende la prensa mexicana. *Noria Network and Researchs*, 1(02), p.10. [em linha] disponível em <https://www.suspecta.mx/app/download/3672203/FIGUEROA%2C+2015.Narcotr%C3%A1fico%2C+realidad+que+trasciende+la+prensa+mexicana.pdf> [consultado em 19/12/2018]

Finckenauer, J.O., 2005. Problems of definition: what is organized crime?. *Trends in organized crime*, 8(3), pp.63-83. [em linha] disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s12117-005-1038-4> [consultado em 08/12/2018]

Foucault, M., 2009. *Nacimiento de la biopolítica: curso del Collège de France, (1978-1979)*, Madrid: Akal.

Fraga, P.C.P., 2007. A geopolítica das drogas na América Latina. *Revista Em Pauta*, (19), pp.67-88. [em linha] disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/187/210> [13/03/19]

Fraga, P.C.P., 2010. *Crimes, drogas e políticas*, Ilhéus, Bahia: Editora da UESC.

França, R.D.S., 2018. *Entre viciados e criminosos: discurso antidrogas, controle social e biopolítica em Salvador (1970-1990)*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. [em linha] disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27976> [consultado em 26/06/2019]

Franzoni, S., 2013. A delimitação do *corpus* na pesquisa em jornalismo: o interdiscurso como método. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 10(1), pp.165-182. [em linha] disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p165> [consultado em 23/12/2017]

Galtung, J. e Ruge, M.H., 1993. A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, pp.61-73.

Garat, G., 2016. Paraguay: la tierra escondida. Examen del mayor productor de cannabis de América del Sur. *Policy*. [em linha] disponível em https://www.tni.org/files/publication-downloads/paraguay_fes_final.pdf [consultado em 08/09/2017]

Gentili, V., 2004. O Jornalismo Brasileiro do AI-5 à Distensão: o “milagre econômico”, a repressão e a censura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1(2), pp.87-99. [em linha] disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2075> [consultado em 20/09/2017]

Glenny, M., 2019. *McMafia: seriously organised crime*, London: Vintage Books.

Godson, Roy (2003), Transnational Crime, Corruption, and Security, in: Michael Edward Brown (ed.), *Grave New World: Security Challenges in the 21st Century*, Washington DC: Georgetown University Press, pp. 259-278.

Goffman, E., 2012. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes.

Gomes, A.S.T. and Matos, A.S.D.M.C., 2017. The state of exception in Brazilian Republic. *Revista Direito e Práxis*, 8(3), pp.1760-1787. [em linha] disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662017000301760&script=sci_arttext&tlng=pt [consultado em 13/12/2017]

Gomes, P.M., 2012. A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), pp.368-382. [em linha] disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p368> [04/01/2018]

Gonçalves, T., 2005. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, (5/6). [em linha] disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268> [consultado em 10/11/2018]

Grannis, E.R., 2010. *Hard Pressed: The Paraguayan Media and Democratic Transition, 1980s-1990s* (Doctoral dissertation, Ohio University).

Grennan, S. e Britz, M., 2006. *Organized crime: a worldwide perspective*, Upper Saddle River, NJ: Pearson/Prentice Hall.

Grimaldi, I.M., 2012. Monsanto golpea en Paraguay: Los muertos de Curuguaty y el juicio político a Lugo. *Paraguay: PVP*. [em linha] disponível em http://viva.org.co/cajavirtual/svc0309/pdfs/articulo334_309.pdf [consultado em 15/09/2017]

Holtom, P., Bromley, M., Wezeman, P.D. and Wezeman, S., 2008. International arms transfers. *SIPRI yearbook 2010*, p.287. [em linha] disponível em <https://www.sipri.org/sites/default/files/YB08%20293%2007.pdf> [consultado em 19/10/2018]

Interpol.int. (2018). The International Criminal Police Organization. [em linha] Disponível em: <https://www.interpol.int/> [Consultado em 15/09/2018].

Ijuim, J.K., 2009. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. *Em questão*, 15(2), pp.31-43.

Inzunza, A., Pardo, J. and Ferri, P., 2015. *Narcoamérica: de los andes a Manhattan, 55 mil kilometros tras el rastro de la cocaína*, México, D.F.: Tusquets.

Jackson, J.L. e Herbrink, J.C.M., 1996. *Profiling organised crime: the current state of the art*, Leiden: NSCR.

Jiménez Figueroa, A. (2017). "Políticas y cadena de valor de narcotráfico en países. Gestión de gobierno como factor de eficacia en su implementación: Paraguay, Argentina, Bolivia y Chile (2013 - 2016)". Tese de doutorado. Universidad de Santiago de Chile (USACH).

Karam, F.J.C., 2014. *Jornalismo, ética e liberdade*. Summus Editorial.

Karam, F., 2004. Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo. *estudos em Jornalismo e Mídia*, 1(1), pp.118-130.

Karam, F., 2015. A Hipocrisia como critério de noticiabilidade. *Observatório da Imprensa*, edição 846.

Kan, P.R., 2009. *Drugs and contemporary warfare*, Washington, D.C.: Potomac Books.

Kelly, R.J., 1986. Criminal underworlds: Looking down on society from below. *Organized crime: A Global Perspective*, pp.10-310.

Kenney, D.J. & Finckenauer, J.O., 1995. *Organized crime in America*, Belmont, CA: Wadsworth Pub. Co.

Kopp, P., 2010. Un análisis económico del tráfico de drogas y las políticas públicas. *Drogas y prohibición: una vieja guerra, un nuevo debate*, p.105.

Labrousse, A., 2010. *Geopolítica de las drogas*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Trilce.

Lampe, K.von, 2015. *Organized crime: analyzing illegal activities, criminal structures and extra-legal governance*, Los Angeles: SAGE.

Leuenroth, E., 1987. *A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951*. Editora COM-ARTE.

Lima, R.S., Ratton, J.L. e Azevedo, R.G., 2012. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Contexto.

Lupsha, P.A., 1981. Individual choice, material culture, and organized crime. *Criminology*, 19(1), pp.3-24. [em linha] disponível em <https://em.linha.library.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1981.tb00401.x> [consultado em 13/07/2017].

Magalhães, A.S., 2011. Nascimento e morte da lei de imprensa no Brasil: representações discursivas de autoria em jornalismo. *ALFA: Revista de Linguística*, 55(1).

Melo, J.M., 2003. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira.

Melo, J.M., 2008. *O campo da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Marcuschi, L.A., 2009. *Produção Textual: análise de Gêneros e Compreensão*, São Paulo: Parábola.

Mathieu, H. e Niño, C., 2013. Aspectos de la situación actual de las drogas ilegales y propuestas de reforma. *Juan Carlos Campero et al.: De la represión a la regulación: propuestas para reformar las políticas contra drogas, Bogotá: FES*, pp.21-64.

Medina, C., 1988. *Notícia: um produto a venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, São Paulo (SP): Summus.

Medina, B., 2001, January. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In *Revista Symposium* (pp. 45-55). [em linha] disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF> [consultado em 04/11/2018].

Méndez Grimaldi, I., 2009. Batalla contra el imperialismo, la oligarquía y la corrupción. *Gobierno Lugo: Herencia, gestión y desafíos*. Edited by Luis Rojas Villagra. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, pp.25-42.

Mendoza, S., 2013. *Juventude Rural e Produção de Cannabis na Fronteira Seca Brasil-Paraguai*, tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Miranda, M., 2008, Maio. As origens do jornalismo profissional em Portugal: uma incursão pelas estruturas empresariais (1865-1925). In *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da SOPCOM* (pp. 1511-1531). [em linha] disponível em <http://revistacomsoc.pt/index.php/5sopcom/article/download/139/135> [consultado em 08/08/2017].

Moretzsohn, S., 2002. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. *Discursos Sediciosos: Revista Instituto Carioca de Criminologia, Rio de Janeiro, Revan*, (12), pp.291-317. [em linha] disponível em <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/moretzsohn-sylvia-tim-lopes.pdf> [consultado em 09/09/2017].

Moretzsohn, S., 2003. Imprensa e criminologia: o papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. [em linha] disponível em <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf> [consultado em 12/09/2017].

Moretzsohn, S., 2012. O combate ao que está “fora da ordem”: ética, mídia, Estado policial e senso comum. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. [em linha] disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-o-combate-ao-que-esta-fora-da-ordem.pdf> [consultado em 16/09/2017].

Murji, K., 1998. The agony and the ecstasy: Drugs, media and morality. *The control of drugs and drug users: Reason or reaction*, pp.69-85. Amsterdam: British Library.

Neves, M., 2012. Abuso de princípios no Supremo Tribunal Federal.

Quevedo Sgarbi, N.M.F. and Amin, V., Discurso Jornalístico e Acontecimento: imersão nos gêneros reportagem e notícia. *Maio/Setembro-2012 Suplemento: Anais do IV SINE-FIL*, p.181. [em linha] disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/53/10.pdf> [consultado em: 12/08/2019]

Naím, M., 2006. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Napolitano, M., 2014. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo, SP: Editora Contexto.

New York Times (2017). *El pueblo que quiere dejar de cultivar marihuana en Paraguay*. [em linha] Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2017/10/12/el-pueblo-que-quiere-dejar-de-cultivar-marihuana-en-paraguay/> [Acessado em 18/07/ 2018].

Noto, A.R., Baptista, M.C., Faria, S.T., Nappo, S.A., Galduróz, J.C.F. and Carlini, E.A., 2003. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, pp.69-79. [em linha] disponível em https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100008 [consultado em 25/09/2019].

Oliveira Pozobon, R. Schaefer, R., 2014. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 16(3), pp.157-168. [em linha] disponível em <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.163.02> [consultado em 28/04/2018].

Oliveira, E.N. Martins, J.H., 2014. Globalização e mercados transnacionais ilícitos na América Latina. *Conexão Política*, 3(2), pp.11-26. [em linha] disponível em <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/4293> [consultado em 12/05/2017].

Orlandi, E.P., 2008. Silêncios: presença e ausência. *ComCiência*, (101). [em linha] disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=en&nrm=iso [consultado em 28/08/2019].

Ortíz, C.H., 2003. La guerra contra las drogas es contraproducente: un análisis económico de equilibrio general. *Lecturas de Economía*, (58), pp.47-68. [em linha] disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4833995> [consultado em 14/05/2017]

Paimre, M., 2015. Mapping Trajectories of Attention to Drug Related Issues in Estonian Main Dailies. *Advances in Journalism and Communication*, 3(02), p.39. [em linha] disponível em https://www.researchgate.net/profile/Marianne_Paimre/publication/282801977_Mapping_Trajectories_of_Attention_to_Drug_Related_Issues_in_Estonian_Main_Dailies/links/5c136ec892851c39ebeb332/Mapping-Trajectories-of-Attention-to-Drug-Related-Issues-in-Estonian-Main-Dailies.pdf [consultado em 05/10/2017].

Paiva, A.P., 2013. *A interatividade no jornalismo em linha para o conteúdo das notícias. O perfil interativo dos jornais de língua portuguesa: Folha de São Paulo (Brasil) e Público (Portugal)*, Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Paiva, R. e Dines, A., 2002. *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad Editora Ltda.

Pina, S. and Andringa, D., 1997. *A deontologia dos jornalistas portugueses: estudo comparado dos códigos deontológicos de 1976 e de 1993*.

Pinto, P.A., 2012. O Reposicionamento da Mídia Regional no Sistema Midiático Brasileiro. *Encontro Nacional da ULEPICC-Brasil*, 4. [em linha] disponível em http://www.rscomunica.com.br/ulepicc/pdf/gt1/PINTO_o_reposicionamento_da_midia_regional_no_sistema_midiatico_brasileiro.pdf [consultado em 15/07/2016].

Phythian, M., 2000. The illicit arms trade: Cold War and post-Cold War. *Crime, law and social change*, 33(1-2), pp.1-52. [em linha] disponível em <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008321001956> [consultado em 23/07/2016].

Ponte, C., 2002. Cobertura jornalística da infância: definindo a "Criança Internacional". *Sociologia, Problemas e Práticas*, (38), pp.61-77. [em linha] disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000100005 [consultado em 12/11/2017].

Quintero, CG, 1998. Jornalismo e moral: uma abordagem ao discurso da imprensa sobre o tráfico de drogas na Colômbia. *Revista Latina de Comunicação Social*, (6), p.4.

Ratton, J., Galvão, C. e Fernandez, M., 2014. O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco. *Instituto Igarape, Artigo Estrategico, August*. Recife, PE.

Resende, GB, 1970. Um retrato da droga na imprensa escrita portuguesa. *Repositório Aberto da Universidade do Porto: Home*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10905> [Acesso em 20 de maio de 2019].

Traquina, N., 2002. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Varela, J. and Larsen, F., 2013. El trabajo periodístico en Paraguay: el Golpe de Estado de 2012 y los modos de resistencia al discurso hegemónico. *Oficios Terrestres*, 1.

Traquina, N., 2004. *A tribo jornalística: uma comunidade transnacional*.

Restrepo, J. D. *Latin America: Dead letter codes*. KUNCZIK, M. (Ed.). *Ethics in journalism : a reader on their perception in the Third World*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1999. pp. 225-244

Rhodes, R.P., 1984. *Organized crime: crime control vs. civil liberties*. New York: Random House.

Ribeiro, A.P.G., 2003. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, 1(31), pp.147-160. [em linha] disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186> [consultado em 23/05/2016].

Rodelo, F.V., 2014. El tráfico de drogas y la delincuencia organizada en medios mexicanos de distinto alcance y sector. *Global Media Journal México*, 11(21). [em linha] disponível em [javascript:void\(0\)](javascript:void(0)) [consultado em 17/05/2015].

Rodrigues, T. e Labate, B.C., 2016. Brazilian drug policy: Tension between repression and alternatives. In *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas* (pp. 187-208).

Rodrigues, T. e Labate, B.C., 2016. Prohibition and the war on drugs in the Americas: An analytical approach. In *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas* (pp. 11-32). Springer, Cham. [em linha] disponível em https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-29082-9_2 [consultado em 27/05/2017].

Roesler, P.S., 2017 A educação paraguaia: quatro marcos históricos decisivos. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), pp.136-150. [em linha] disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/23054> [consultado em 25/04/2018].

Romanini, M. and Roso, A., 2012. Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação?. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(1), pp.82-97. [em linha] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n1/v32n1a07> [consultado em 23/04/2015].

Romanini, M. and Roso, A., 2013. Mídia, ideologia e cocaína (crack): produzindo "refúgio humano". *Observatório do Cuidado*. [em linha] disponível em <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/handle/handle/383> [consultado em 27/04/2015].

Ronzani, T.M., Fernandes, A.G.B., Gebara, C.F.D.P., Oliveira, S.A., Scoralick, N.N. and Lourenço, L.M., 2009. Media and drugs: a documental analysis of the Brazilian writing media between 1999 and 2003. *Ciencia & saude coletiva*, 14(5), pp.1751-1761. [em linha] disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000500016&script=sci_arttext&tlng=pt [consultado em 14/09/2015].

Sánchez, J.T., 2009. El campesino paraguayo es pobre porque es ignorante. El discurso legítimo de los medios escritos de comunicación y la lucha por la tierra. *Criminalización a la lucha campesina, Asunción-base-is/Fundación Rosa Luxemburg*, pp.103-133. [em linha] disponível em https://www.alainet.org/images/Discurso%20mediatico%20y%20lucha%20por%20la%20tierra-2008-2009_Sanchez.pdf [consultado em 16/12/2016].

Santos, R., 1997. *A negociação entre fontes e jornalistas*. Coimbra: Minerva.

Schelling, Thomas C. (1971), What is the Business of Organized Crime?, *Journal of Public Law*, Vol. 20, No. 1, 71-84. [em linha] disponível em <https://www.jstor.org/stable/41209902> [consultado em 25/02/2018].

Schütte, S.A., Jennett, V., Messick, R.E., Albanese, J.S., Gramckow, H. and Hill, G., 2015. Corruption risks in the criminal justice chain and tools for assessment. *U4 Issue*. [em linha] disponível em <https://open.cmi.no/cmi-xmlui/handle/11250/2475058> [consultado em 16/01/2018].

Scwengber, I.D.F., 2008. Aspectos históricos do jornal Correio do Estado. 6º Encontro. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, UFOP. Ouro Preto, Minas Gerais. [em linha] disponível em <https://ppgcom.ufms.br/files/2016/01/A-cobertura-dos-jornais-Correio-do-Estado-de-Campo-Grande-e-O-Estado-de-Mato-Grosso-de-Cuiab%C3%A1-na-cria%C3%A7%C3%A3o-de-Mato-Grosso-do-Sul-uma-an%C3%A1lise-de-conte%C3%BAdo.pdf> [consultado em 23/11/2014].

Segovia, D., 2010. *Comunicación y Democracia: El rol de los medios en la construcción del discurso político ciudadano*. BASE Investigaciones Sociales.

Seixas, L., 2009. Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação. *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*, pp.1-463. [em linha] disponível em <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/509> [consultado em 16/07/2019].

Sierra, Á., 2008. Cobertura do Tráfico de Drogas e do Crime Organizado na América Latina e no Caribe. *Cobertura transfronteriza del narcotráfico entre México e Estados Unidos* - pp.9-14. [em linha] disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo> [consultado em 06/12/2017].

Silvestre, C.R. and Upegui, E.P.V., 2017. La desaparición de los 43 normalistas en México: una aproximación al análisis crítico del discurso en la prensa. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, 8(2), pp.334-371. [em linha] disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6048091> [consultado em 10/11/2018].
Springer, Cham. [em linha] disponível em https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-29082-9_11 [consultado em 23/05/2017].

Sousa, J.P., 1998. Diários portugueses: que espaço para o cidadão comum. *Biblioteca Em linha de Ciências da Computação*. Porto. [em linha] disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-diarios-portugueses1.html> [consultado em 10/09/2019].

Sousa, J.P., 2002. Construindo uma teoria do jornalismo. *Covilhã: Universidade da Beira Interior, Biblioteca Em linha de Ciências da Comunicação. BOCC*. [em linha] disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf> [consultado em 12/09/2019].

Sousa, J.P., 2002. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, pp.01-17. [em linha] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf> [consultado em 17/09/2019].

Sousa, J.P., 2002. Jorge Pedro. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis, SC: Argos.

Sousa, J.P., 2002b. *Fotojornalismo Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto. [em linha] disponível em <http://repositorio.asc.es/handle/123456789/1690> [consultado em 01/09/2019].

Sousa, J.P., 2003. *A reacção da imprensa de referência portuguesa ao Golpe de Estado de Julho de 2003 em São Tomé e Príncipe*. [em linha] disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-imprensa-golpe-estado.pdf> [consultado em 23/07/2019].

Sousa, J.P., 2004a. *Fotojornalismo Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Sousa, J.P., 2004b. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Sousa, J.P., 2004c. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Sousa, J.P., 2008. *História do Jornalismo em Portugal até 1974*. Porto: UFP. [em linha] disponível em <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1163> [consultado em 05/07/2019].

Sousa, J.P., 2011. *Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista—O caso do Diário de Notícias. Jornais, jornalistas e jornalismo—séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, J.P., 2018. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2.º Edição revista e ampliada. Porto: UFP.

Talavera, C., 2015. *Socios del silencio Maís*, pp.30-31. [em linha] disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/51460> [consultado em 02/12/2016].

Teece, M. and Makkai, T., 2000. Print media reporting on drugs and crime, 1995-1998. *Trends & issues in crime and criminal justice*, (158), p.1. [em linha] disponível em <https://www.questia.com/library/journal/1P3-1653845261/print-media-reporting-on-drugs-and-crime-1995-1998> [consultado em 22/06/2015].

Teixeira, T., 2007. A presença da infografia no jornalismo brasileiro-proposta de tipologia e classificação como gênero jornalístico a partir de um estudo de caso. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 9(2), pp.111-120. [em linha] disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5847> [consultado em 16/04/2019].

Tengarrinha, J., 2013. *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates.

Thomas, C.W. e Hepburn, J.R., 1983. *Crime, criminal law, and criminology* (pp. 428-38). Whashington: Brown.

Traquina, N., 2008. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2 ed.

Traquina, N., 2001. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.

Traquina, N. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.

Unodc.org. (2018). World Drug Report 2017. [em linha] disponível em: <https://www.unodc.org/wdr2017/> [Consultado em 30/11/2018].

Valois, L. (2015). Jornalismo de porta de cadeia. empório do direito. [em linha] disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/jornalismo-de-porta-de-cadeia> [Consultado em 15/11/ 2018].

Varela, J. and Larsen, F., 2013. El trabajo periodístico en Paraguay: el Golpe de Estado de 2012 y los modos de resistencia al discurso hegemónico. *Oficios Terrestres*, 1. [em linha] disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/33602> [consultado em 22/11/2014].

Varese, F., 2005. *The Russian mafia: private protection in a new market economy*, Oxford: Oxford University Press.

Veloso, F.A., Villela, A. and Giambiagi, F., 2008. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, 62(2), pp.221-246. [em linha] disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402008000200006&script=sci_arttext&tlng=pt [consultado em 12/12/2015].

Vivarta, V., 2005. Mídia e Drogas: o perfil do uso e do usuário de drogas na imprensa brasileira. *Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)*

Weingartner, A., 1995. Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul. *Porto Alegre: Edições Est.*

Weingartner, G., 2008. *A construção de um sistema: Os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Yegros Cuevas, L.C., 2017. *O brasiguiaio en la prensa: período de Fernando Lugo Méndez (2008-2012)*. [em linha] disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2976> [consultado em 08/11/2018].

Tversky, A., & Kahneman, D. (1981). The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, 211, 453-458.

Unodoc, Dataunodc.un.org. (2018). Drugs data | Statistics e Data. [em linha] disponível em: <https://dataunodc.un.org/drugs> [Consultado em 10/09/2018].

Zaluar, A. e Alvito, M., 1998. *Um século de favela*. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora.

Zaluar, A., 1999. *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização*. São Paulo em perspectiva, 13(3), pp.3-17. [em linha] disponível em [consultado em 27/05/2015].

Zaluar, A., 2004. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora.

ANEXO 1

Imagens e textos do jornal ABC Color

NOTICIAS EDICIÓN IMPRESA NACIONALES DEPORTES ESPECTÁCULOS MUNDO ABC CARDINAL 730 AM ABC FM 98.5 ABC TV CLASIWEB AULA D

Los sangrientos crímenes que se suscitaban con frecuencia en la frontera con el Brasil, en el marco de una "guerra" entre mafiosos, ahora se trasladaron a Asunción de la mano de la narcopolítica y ya se cobran vidas de inocentes.

POR BLAS LOPEZ, ABC COLOR
30 DE OCTUBRE DE 2017 · 04:10



• • • • •

Toda la ciudadanía se vio sobresaltada el miércoles último cuando pistoleros de la mafia acibillaron con ráfagas de ametralladora una camioneta, en el residencial barrio Madame Lynch de la capital, y le volaron la cabeza a un niño de apenas cinco años, hecho que luego obligó a su padre, Willian Giménez Bernal, de 28 años, el blanco del ataque, a quitarse la vida con otro tiro en la sien.

Esto comenzó a todas, pero solo porque esta vez ocurrió en Asunción, a la vista



01
JUDICIAL
La reposición de Ríos Avalos, firme: Fallo de Corte debe cumplirse

02
JUDICIAL
Monto se calcula según el salario del alimentante

03
JUDICIAL
Análisis del Control Constitucional en el Paraguay

04
JUDICIAL
Sala penal rechazó demanda

05
JUDICIAL
Tragedias escolares: ¿En quiénes recae la responsabilidad?

NOTICIAS EDICIÓN IMPRESA NACIONALES DEPORTES ESPECTÁCULOS MUNDO ABC CARDINAL 730 AM ABC FM 98.5 ABC TV CLASIWEB AULA

**CARGÁ NAFTAS ADITIVADAS**

JUDICIAL

Autor moral se expone a 40 años de cárcel

A un año del asesinato del periodista Pablo Medina, hecho en el que también murió Antonia Almada, el caso está esclarecido aunque resta que el autor intelectual Vilmar Acosta Marques, exintendente de Ypejhú, sea puesto a disposición de la justicia paraguaya y que además sean capturados su hermano Wilson Acosta Marques y su sobrino Flavio Acosta Riveros. El primero de ellos fue plenamente reconocido como uno de los sicarios. El 16 de octubre de 2014, a las 14:32 se producía el mortal atentado, en un camino rural de la colonia indígena Itanaramí, 10 kilómetros antes de llegar al centro de Villa Ygatimí.

POR OSVALDO CÁCERES ENCINA
19 DE OCTUBRE DE 2015 - 02:10



Pablo Medina, en ese momento conducía una camioneta Mitsubishi L-200, y a su lado iba Antonia Maribel Almada. Atrás estaba Juana Ruth Almada, hermana de Antonia.

CORREIO DO ESTADO
SEGUNDA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 2015

CIDADES

SEGURANÇA

Municípios da fronteira terão atenção especial do governo

O foco agora é tentar reduzir a criminalidade nas cidades de fronteira, e não somente reforçar fiscalização

**LAURA HOLSBACK
THIAGO GOMES**

Municípios sul-matogrossenses localizados na fronteira com o Paraguai, que, por causa das evidentes ações de traficantes, têm crimes como assaltos e furtos de certa forma menosprezados pela sociedade, terão atenção especial da nova gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Em entrevista ao jornal *Correio do Estado*, o secretário Silvío Cesar Maluf disse que assim como Campo Grande vivencia onda de violência contra patrimônios, cidades como Ponta Porã, Amambai, Coronel Sapucaia e Corumbá padecem do mesmo problema. E, que, o tráfico de drogas faz com que essa situação de insegurança passe por despercebido. Por isso, pretende trabalhar para reduzir também essas estatísticas.

O secretário ressalta que as cidades acabam em evidência nos noticiários por estarem situadas na porta de entrada para exportação de drogas como cocaína e maconha, mas que medidas serão adotadas no enfrentamento a crimes de outras naturezas. "Nossa preocupação é com municípios da fronteira, que merecem uma segurança como existem nas demais cidades do Estado. Não que tenha havido negligência do poder público. Mas a problemática deles continua sendo a mesma que dos outros. É o roubo de bicicleta, furto de celular, que causam estado de insegurança, às vezes maior que o próprio tráfico. A comunidade de fronteira clama por esse tipo de segurança. Quer

proteção a integridade física, da mulher com relação à lei Maria da Penha", pontuou.

Apesar de citar a necessidade do investimento na segurança para inibir outros atos criminosos, além do tráfico de entorpecentes, o secretário Silvío Cesar Maluf não esclareceu se a estratégia que deverá ser seguida pela polícia foi ou não definida. Acrescentou, ainda, que continuará com operações de reforço que vinham sendo desenvolvidas nos últimos meses pelo ex-secretário Wantuir Jacini.

Entre as estratégias para reforçar a segurança nos municípios da fronteira, está o aumento do efetivo e da estrutura nas cidades ao lado do Paraguai e da Bolívia. Em alguns casos, por exemplo, há apenas uma viatura da Polícia Militar, e quatro policiais, para atender toda a cidade. A ideia da nova administração é de que o aumento do policiamento ostensivo cotidiano aumente a sensação de segurança da população destas cidades e, indiretamente, ajude a inibir o crime organizado.

Até então, as ações de policiamento na fronteira eram realizadas somente pela Polícia Federal, Exército e Força Nacional de Segurança Pública, tendo pouco resultado prático no cotidiano dos moradores das cidades ao lado dos países vizinhos.

PROTESTO
Assim como citado pelo novo secretário de Segurança, não é de hoje que a população de fronteira vem clamando por ações mais energéticas na repressão da criminalidade. Em agosto do ano passado,



INTERIOR. Em Ponta Porã, população queixa-se da falta de segurança nas ruas, e da pequena presença do Estado na cidade fronteiriça

moradores e comerciantes de Ponta Porã foram às ruas em protesto, cobrando mais efetivo policial e solução para banir elevado índice de roubos.

Estabelecimentos comerciais permaneceram quase toda a manhã com portas baixadas e faixas que estavam frases, como: "Fechado por mais segurança".

Para chamar atenção das autoridades, a reivindicação ocorreu justamente no dia em que o então secretário, Wantuir Jacini, reuniu-se com representantes da cidade, para tratar sobre o assunto. Promessas de melhoria foram feitas, mas o problema com a insegurança permanece constante.



Crime recente

No mês passado pai e filha foram dominados e feitos reféns por assaltante quando chegavam a casa onde moram, em Ponta Porã. As vítimas estavam em uma caminhonete Hilux e o proprietário foi ordenado a dirigir até o Paraguai, onde ele e a filha foram abandonados e o bandido fugiu com o veículo



SECRETÁRIO. Silvío Cesar Maluf disse que vai reforçar ações de segurança

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Adolescente de 17 anos assassinado nas Moreninhas

Suposto desacerto com integrantes da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) teria motivado o assassinato do adolescente Marcos Vinicius da Silva Barbosa, 17 anos, ocorrido no final da noite de anteontem, na Rua Irineu Machado Cardoso, no Bairro Novo Século, região das Moreninhas, em Campo Grande. De acordo com informações da Polícia Militar, a vítima morreu em decorrência de um tiro nas costas e, quando era socorrida, chegou a dizer que o atentado era acerto de contas com o referido grupo criminoso.

O caso é mais um que contribui para o aumento da estatística de crimes desta natureza. Este foi o terceiro assassinato ocorrido nos três primeiros dias do ano e o nono em todo o Mato Grosso do Sul, conforme estatísticas da Secretaria de Justiça e Segu-



NOVO SÉCULO. Crime ocorreu na Rua Irineu Machado Cardoso

rança Pública (Sejusp).

Conforme a polícia, Vinicius foi baleado no meio da via pública e chegou à casa de uma mulher, ferido, pedindo socorro. A testemunha contou que estava reunida com fami-

liares, por volta das 22h20min, no momento em que o adolescente chegou com sangramento nas costas. Equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) chegou a socorrê-lo e encaminhá-

lo ao Pronto Socorro da Santa Casa, mas ele não resistiu e morreu minutos depois de receber os primeiros atendimentos médicos.

AUTORIA

A polícia não tem informações sobre suspeitos. Apurou-se, inicialmente, que o crime teve o envolvimento de três pessoas. Testemunhas disseram que viram um automóvel de modelo Cross Fox se afastando da cena do atentado, com três homens dentro. O caso está sob investigação.

A mãe do menor esteve ontem pela manhã na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) da Vila Piratininga, onde o caso foi registrado e se recusou a falar com a imprensa. Apenas expressou sentimento de revolta. "Mataram meu filho. Não sei quem foi, mas vou descobrir", disse a mulher que saiu da unidade policial apressadamente, sem dizer o nome.

As investigações serão feitas na 4ª Delegacia de Polícia, do Bairro das Moreninhas. (LH)

CRIME

Polícia investiga ameaça a vereador de Ponta Porã

EDUARDO MIRANDA

A Polícia Civil investiga a origem das ameaças de morte dirigidas ao vereador de Ponta Porã, Caio Augusto César de Souza Moraes, ocorridas na madrugada do último sábado. "Você tentou me denunciar, e agora vai morrer", disse o interlocutor do vereador, durante um telefonema anônimo. Caio acredita que a ameaça está diretamente ligada ao seu

trabalho como parlamentar, uma vez que tem denunciado várias irregularidades na cidade como a falta de manutenção em alguns bairros de Ponta Porã, atrasos constantes no serviço de coleta de lixo, além do sumiço de soja de cooperativas do Assentamento Itamarati.

Os policiais que investigam o caso já solicitaram a quebra do sigilo telefônico e também a gravação da conversa à companhia telefônica.

CONTRABANDO

DOF apreende 1.370 pacotes de cigarro em Maracaju

O Departamento de Operações de Fronteira (DOF) apreendeu mais 1.370 pacotes contrabandeados do Paraguai neste fim de semana, perto de Maracaju, na BR-267. Os dois carros seguem para a Capital.

FOGO

Incêndio atinge loja de telefones celulares no centro

Uma loja de telefone celulares, no cruzamento das ruas 15 de Novembro e Rui Barbosa foi parcialmente destruída ontem à tarde. Os bombeiros levaram 20 minutos para controlar o fogo. A polícia vai investigar.

GUERRA

Mortes na fronteira atribuídas a disputa entre traficantes

Vítimas estão sendo sequestradas no lado brasileiro e executadas no Paraguai

LAURA HOLSBACK

A polícia brasileira atribui as últimas execuções ocorridas na fronteira com o Paraguai a uma guerra entre traficantes da região. Quatro assassinatos ocorreram entre novembro do ano passado e este mês, na área de fronteira entre Ponta Porã e Paraguai. A suspeita inicial de que esses assassinatos fazem parte de uma disputa entre grupos criminosos é do delegado responsável pelas investigações, Jarley Indio de Souza, da 2ª delegacia do município sul-mato-grossense.

O último homicídio ocorreu na noite de anteontem. Ismael Pereira Carvalho, 30 anos, teria sido sequestrado na cidade brasileira e executado a tiros na estrada rural Poteroí Colônia, a cerca de mil metros da divisa com Mato Grosso do Sul. Segundo noticiários da região, ele tinha várias perfurações e a arma usada no crime foi uma pistola nove milímetros.

De acordo com o delegado, a série de homicídios que levanta a suspeita de que esteja havendo "guerra entre traficantes", por disputa na venda



Saiba

Não são "justiceiros"

A polícia descarta a possibilidade de os crimes estarem sendo praticados por supostos justiceiros. Em setembro passado, um grupo autointitulado "Justiceiros Sem Fronteira", utilizando o WhatsApp, anunciou que pessoas envolvidas com roubos, furtos e assaltos nas cidades da fronteira seriam mortas e suas mãos, cortadas. No final do mesmo mês, dois jovens que teriam passagens por delegacias de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero foram executados e tiveram as mãos arrancadas.

de drogas, iniciou-se em novembro, com a morte de Tiago Alves Brandão, de 24 anos. O crime ocorreu na Rua Livorno, no Bairro Jardim Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Ponta Porã. O automóvel dele,



VIOÊNCIA. Uma onda de assassinatos vem sendo registrada na região de fronteira

modelo Saveiro, foi encontrado posteriormente em território paraguaio, com aproximadamente R\$ 10 mil dentro. Fato que reforça a suspeita de que traficantes estejam cometendo assassinatos em tom de recado. "Não levaram o di-

neiro para mostrar que não é pelo dinheiro, e sim pela disputa na venda de entorpecentes", disse a autoridade. Ainda conforme Jarley, os autores dos crimes podem ser tanto brasileiros quanto paraguaios, já que o tráfico de ma-

conha, especialmente, é forte no país vizinho, tudo como um dos maiores produtores da droga no mundo.

MAIS MORTES

Três das séries de assassinatos ocorreram nesta última

semana. Além de Ismael, que foi encontrado morto ontem, no Paraguai, depois de ser sequestrado em Ponta Porã, Richard Alfredo Gonzalez, 27 anos, que era morador na mesma cidade, foi assassinado da mesma maneira, no dia anterior.

Outra morte, cuja motivação recai sobre a guerra declarada entre traficantes, é a do comerciante do ramo de serralheria Valdoir de Ávila, 36, morto com 10 tiros de pistola 380, na segunda-feira.

A suspeita de que as mortes estejam relacionadas ao tráfico de drogas se deve a ligação entre as vítimas e modo como os executores agiram. Além da vida luxuosa que alguns deles ostentavam, "Ismael, Tiago e Valdoir eram amigos. Inclusive, Valdoir tinha sido testemunha no inquérito sobre a morte de Tiago. Os dois tinham excelente situação financeira, sendo que a profissão deles gera renda incompatível com patrimônio que tinham", enfatizou.

Por enquanto, nenhum suspeito de autoria nos crimes foi identificado.

Trâmites burocráticos entre os dois países dificultam andamento de investigações

Trâmites burocráticos com a Justiça paraguaia atrapalham o imediato esclarecimento dos crimes que se iniciaram em Ponta Porã, cidade brasileira, e se consumaram no Pa-

raguai. Exemplos são os casos dos assassinatos de Ismael Pereira Carvalho, 30, e Richard Alfredo Gonzalez, 27. Segundo o delegado titular das investigações, Jarley de

Souza, a polícia fica dependente de documentos do país para dar andamento oficial às diligências. Mesmo que autores sejam identificados, sem a documentação que de-

ve ser encaminhada pela Justiça paraguaia haverá falta de provas. Sem esses documentos, a conclusão dos inquéritos e, consequentemente, denúncia dos envolvidos po-

de levar mais de oito meses. "É difícil de solucionar. Temos dificuldade em obter informações. Parece fácil pelo país ser tão próximo, mas juridicamente é muito distante. Para se ter uma ideia, se eu encaminhar solicitação para averiguar somente se uma pessoa foi morta no país, mandam a resposta entre seis e oito meses. No caso de ho-

mocídios, dura ainda mais, pela necessidade de mais documentos", criticou.

Ainda de acordo com a autoridade policial, pessoas são sequestradas no Brasil e mortas no Paraguai porque criminosos sabem dessa diferença entre as Justças dos países. "Eles têm conhecimento de toda essa burocracia", destacou. (LH)

TRÊS LAGOAS

Segurança atende facção e remove presos ameaçados

THIAGO GOMES

A Secretaria de Segurança Pública acabou atendendo o pedido de integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e removeu do Presídio de Três Lagoas 46 detentos acusados de crimes sexuais. Eles foram retirados da Penitenciária de Segurança Média e levados para delegacias da região, após outros detentos terem promovido um motim na quarta-feira, exigindo que esturpadores e pedófilos fossem transferidos da unidade, caso contrário, seriam mortos.

Informações iniciais dão conta de que a mobilização dos presos, com ameaças de quebra-quebra, teria iniciado na cela três, pavilhão dois, por detentos pertencentes ao crime organizado. A ordem para o movimento teria partido do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande.

Ontem, a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário informou que os presidiários foram removidos, reiterando que se tratava de medida preventiva, no sentido de manter a tranquilidade no local e garantir a integridade física de internos presos por crimes sexuais.

Também ontem, a Agepen realizou uma operação pen-



NOVO. Tenente-coronel Figueiredo assumiu a direção da Agepen

fino na penitenciária, ação que contou com o apoio de homens da Tropa de Choque da Polícia Militar, que procedeu a contenção dos internos para que os agentes penitenciários promovessem revistas nas celas. Durante a vistoria, foram apreendidos materiais de uso não permitido no presídio. O balanço de apreensão não foi divulgado, conforme protocolo de segurança adotado pela Secretaria de Segurança e Agepen.

No final da manhã, a Agepen também realizou a transferência de 20 detentos da unidade de Três Lagoas. São internos considerados líderes negativos. Dez foram transferidos para Penitenc-

ária de Segurança Máxima de Campo Grande e outros dez para a penitenciária de Dourados.

NOVO DIRETOR

Enquanto isso, o tenente-coronel da Polícia Militar Pedro César Figueiredo de Lima tomou posse na direção da Agepen, ontem pela manhã, em lugar do coronel Deusdete Oliveira, que assumirá o comando da PM. O governador Reinaldo Azambuja aproveitou a solenidade, na Acadepol, para destacar que a segurança pública é prioridade de governo e a gestão será feita de forma integrada e moderna.

PRIORIDADE

Delegado-geral assume falando em integração das polícias

O novo delegado-geral da Polícia Civil, Roberval Maurício Cardoso Rodrigues, tomou posse, no final da tarde de ontem, falando em integração das polícias Civil e Militar, como forma de melhorar e reforçar a segurança pública em Mato Grosso do Sul. A solenidade de posse foi realizada no auditório da Academia de Polícia, no Parque dos Poderes, e contou com a presença do governador Reinaldo Azambuja e do secretário de Justiça e Segurança Pública, Sílvio Maluf, além de várias autoridades.

Roberval, que teve a sua aposentadoria, publicada em dezembro último, tornada sem efeito por desistência para poder ser nomeado para o cargo de delegado-geral, disse que a sua prioridade será o estabelecimento des-



POSSE. Delegado Roberval Rodrigues assumiu a DGPC

sa integração. "Ainda que cada uma tenha papéis distintos, é possível um trabalho integrado, como operações, por exemplo, além de outras ações em conjunto", destacou, adiantando que já manteve contato com o futuro comandante-geral da Polícia Militar, coronel Deusdete Oliveira, para tratar do assunto. (TG)

INSEGURANÇA

Ladrões fazem arrastão em restaurante

Quatro homens armados roubaram vários clientes de um restaurante, na noite de quarta-feira, gerando pânico no local. O assalto aconteceu na Vila Sobrinho, em Campo Grande. Segundo as informações, um dos assaltantes

permaneceu na entrada do estabelecimento, enquanto três invadiram o local. Os bandos levaram vários objetos dos clientes, tais como bolsas, carteiras e telefones celulares. Cerca de 30 pessoas teriam sido vítimas do roubo. Segundo

uma testemunha, o autor que dava cobertura, estava armado com uma pistola, já os outros portavam revólveres. O caso foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário Centro. (TG)

FRONTEIRA

Mulher sequestrada por causa de guerra entre traficantes

Os bandidos estavam em busca de informações sobre o paradeiro do irmão da vítima

LAURA HOLSBACK

Guerra entre traficantes que agem na faixa de fronteira entre Ponta Porã e Paraguai pode ter motivado o sequestro de uma faxineira, de 31 anos, ocorrido na noite de anteontem, em Ponta Porã, fronteira com o Paraguai. A vítima foi sequestrada na cidade brasileira e levada ao país vizinho, onde permaneceu cerca de oito horas em poder de seis criminosos, sendo agredida fisicamente.

Ao que tudo indica, segundo a polícia, o crime cometido contra ela teria sido para obter informações sobre o paradeiro e intimidar o irmão, que também foi sequestrado no ano passado e pode ter envolvimento no tráfico, segundo a polícia.

Este é o terceiro caso de sequestro registrado em Ponta Porã, somente neste mês, em que as vítimas foram agredidas e, em dois episódios, mortas do lado da fronteira. Ao contrário da mulher, Richard Alfredo Gonzalez, 27 anos, e

Ismael Pereira Carvalho, 30, foram encontrados mortos.

Conforme o delegado Jarley Inácio de Souza, da 2ª delegacia do município, a vítima declarou que estava na esquina da casa onde mora quando foi dominada e colocada à força dentro de uma caminhonete Hillux, por volta das 21h de domingo. Seis homens com diferentes faixas etárias teriam participado do crime e a agredido fisicamente até as 5h de ontem. Depois do espancamento, a mulher foi abandonada em Ponta Porã. Ela conseguiu anotar a placa do veículo e passou a informação à polícia, que trabalha para identificar os autores.

INTIMIDAÇÃO

A mulher disse ao delegado que, no momento em que foi sequestrada, os criminosos a questionaram sobre o paradeiro do seu irmão, vítima do mesmo crime no ano passado. "Parece que queriam intimidá-lo com o sequestro da irmã. Pode ser que este caso esteja relacionado aos outros

Saiba

Adolescente assassinado

J.C.V., 17, foi morto a facada, na madrugada de ontem, nas proximidades do início da MS-164, em Ponta Porã. O corpo foi encontrado por populares. A vítima seria usuária de drogas e teria sido morta por um jovem conhecido como "157", num suposto acerto de contas

sequestros e o motivo seria a disputa por venda de drogas", disse o delegado.

Conforme os registros policiais, desde novembro, quatro pessoas teriam sido mortas na região em razão da guerra do tráfico. Além de Ismael e Rihar, foram executados a tiros o dono de serralheria Valdoir de Ávila, 36, e Tiago Alves Brandão.



VIOÊNCIA. Um dos corpos encontrados este ano, no lado paraguaio da fronteira

TRÊS LAGOAS

Assaltantes levam cofre com R\$ 80 mil de posto de combustíveis

Em ação audaciosa, dois assaltantes fizeram três pessoas reféns e levaram um cofre com aproximadamente R\$ 80 mil de posto de combustíveis localizado na rodovia BR-262, em Três Lagoas. O crime aconteceu na madrugada de ontem.

De acordo com informações da Polícia Civil, o episódio ocorreu por volta das 3h15min, quando dois frentistas e um funcionário da borcharia que funciona no local estavam reunidos, conversan-

do. Dois assaltantes chegaram anunciando o crime, já exigindo que mostrassem o lugar onde ficava o compartimento com dinheiro. Os bandidos escondiam o rosto debaixo de toucas ninjas e um deles estava armado, aparentemente com revólver.

As vítimas tiveram as mãos amarradas com abraçadeiras plásticas e lhes foi ordenado que permanecessem com a cabeça abaixada, senão seriam mortas. Foram mantidas

sob a mira da arma por um dos criminosos, enquanto o outro pegou o cofre que estava no escritório do posto de combustíveis.

Os funcionários declararam à polícia que, no compartimento, havia cerca de R\$ 80 mil, referentes a vendas do final de semana. Eles não souberam explicar o tipo de veículo usado pelos assaltantes na fuga. No local, há monitoramento de segurança e as imagens poderão

colaborar na investigação.

Um colega de trabalho das vítimas, que teve o nome preservado pela polícia por segurança, reclamou que a cidade está violenta e a sensação de insegurança é permanente. "Falta mais policiamento preventivo. Como ficamos na BR, polícia quase não passa aqui. Se chamamos, eles vêm rápido, mas precisamos de ações para inibir assaltos. Neste início de ano, é o segundo no posto", criticou.

CAMINHÃO

Já em Campo Grande, marginais arrombaram um caminhão-baú e furtaram cerca de R\$ 4 mil em produtos alimentícios de propriedade de uma empresa distribuidora. O roubo foi denunciado à polícia na madrugada de ontem, quando o funcionário que trabalhava com o veículo foi vistoriado e notou o furto, isso por volta das 2h30min.

Ele relatou à polícia que estacionou o caminhão em fren-

te de casa, no Conjunto Habitacional Coophavilla II, região da saída para Sidrolândia, por volta de meio-dia de domingo. Na madrugada, constatou que o baú estava arrombado e do seu interior foram furtadas mercadorias diversas, como embalagens de bebidas, doces, biscoitos, sardinhas e outros produtos. O crime foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário da Piratininga. (LH e TG)

Casal passou seis horas em poder de ladrões no Itatiaia

Psicólogo de 28 anos e uma mulher de 26 foram sequestrados e mantidos em portamalas de veículo, durante cerca de seis, em crime de roubo, ocorrido por volta das 23h30min de anteontem, na

saída de um bar, localizado na Rua Bráulio de Souza, no Jardim Itatiaia, em Campo Grande.

Segundo informações apuradas pela polícia, o psicólogo, dono de um automóvel

130, havia saído recentemente do estabelecimento, acompanhado de uma amiga. Eles estavam dentro do carro quando dois assaltantes chegaram, batendo no vidro com uma arma. O rapaz

foi colocado no banco de trás, acompanhado por um dos bandidos e o outro assumiu a direção, permanecendo com a jovem ao seu lado.

Cerca de 10 minutos depois de saírem do local, desceram e colocaram as vítimas no porta-malas. Transitaram por quase seis horas pela cidade. Nesse período, retornaram ao local em que o assalto foi

anunciado e roubaram o Uno da garota que havia sido deixado estacionado.

O casal foi abandonado próximo ao posto de saúde do Bairro Tiradentes e pediu ajuda a um amigo. Nenhum suspeito foi preso.

CAMINHONETE

Caso semelhante ocorreu em Anastácio. Marido e mulher

foram dominados por três assaltantes quando chegavam à casa onde moram, em uma caminhonete S10. Foram amarrados e levados para um matagal. Foram feitos reféns durante 20 minutos e liberados com a fuga dos criminosos. Os ladrões foram presos no Lampião Aceo, em Corumbá, a caminho da Bolívia. (LH)

MARACAJU

Ex-presidiário executado e a suspeita é de vingança

O ex-presidiário Everton Gomes França, 19 anos, foi executado a tiros, na noite de anteontem, na Rua Luiz Porto Soares, Vila Margarida, na cidade de Maracaju. Segundo a polícia, ele assassinou um adolescente (17 anos), integrante de grupo rival, no final de 2013.

Desde a ocorrência do homicídio, Everton vinha sendo ameaçado de morte. Por isso, suspeita-se de vingança. Ele também já esteve preso por tráfico de drogas.

Segundo a polícia, o ex-presidiário foi encontrado morto, por volta das 23h30min de domingo, por moradores das imediações, em meio à

vegetação à margem da via pública. Peritos encontraram quatro perfurações nele, provenientes de tiros. O corpo foi encaminhado para exame necroscópico, junto ao serviço de medicina legal.

Para a polícia, o rapaz pode ter sido morto em acerto de contas com traficantes ou em decorrência do homicídio de 2013. Ele sofreu tentativa de homicídio dois dias depois do crime. Por enquanto, nenhum suspeito foi preso e o caso segue em investigação.

ÍNDIGENA

Enquanto isso, Simona Romero, 82, foi morta na aldeia Jaguapiré, em Tacuru, na ma-

nha de ontem. De acordo com a polícia, a indígena estava em casa e teria sido golpeada na altura da nuca, morrendo momentos depois.

Ainda conforme os registros policiais, um filho da indígena, de 30 anos, é apontado como principal suspeito, já que se encontrava na casa quando o crime ocorreu. Em decorrência da suspeita, ele foi detido por vizinhos e mantido na escola da comunidade até a chegada da polícia, que investiga as circunstâncias em que se deu a morte. O caso foi registrado como homicídio doloso. (LH e TG)

BALANÇO

Polícia barra mais de uma tonelada de maconha

Ações do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira, na fronteira com o Paraguai, nos últimos cinco dias, barraram 1,1 tonelada de maconha. O maior carregamento foi barrado na MS-289, em Amambai. Cerca de 640 quilos eram levados em uma caminhonete. Também em Amambai foram apreendidos outros 300 quilos. Ele desrespeitou abordagem policial, tentou fugir, mas acabou capotando o veículo em que estava. (LH)

CAPITAL

Ladrões com pedras nas mãos atacam em ponto de ônibus

Armados até com pedras, ladrões agem em pontos de ônibus de Campo Grande. No Jardim Macaíba, por exemplo, na noite de domingo, um usuário de transporte coletivo foi assaltado por três jovens que usaram pedras para ameaçá-lo. A vítima foi obrigada a entregar aos marginais a carteira com documentos, mochila e celular. Têm sido frequentes ocorrências de roubo em pontos de ônibus da Capital, havendo casos até mesmo de "arrastões", com várias pessoas sendo assaltadas ao mesmo tempo, geralmente por usuários de drogas. (TG)

MUDANÇA

Novo comandante da PM toma posse na manhã de hoje

O coronel Deusdete Souza de Oliveira Filho assume, nesta terça-feira, o Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. A solenidade de passagem de comando acontece a partir das 9h no quartel do Comando-Geral, no Parque dos Poderes, em Campo Grande. Deusdete assume o comando da PM, depois de ter sido diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Agespen) por seis anos. O governador Reinaldo Azambuja deverá participar da solenidade. (TG)

Mundo

CONDENADO

Brasileiro é fuzilado na Indonésia

Marco Archer Cardoso Moreira, 53, foi preso após tentar entrar no país com 13,4 kg de cocaína em 2003; presidente negou pedido de clemência de Dilma

SÃO PAULO

O carioca Marco Archer Cardoso Moreira, 53, foi executado por fuzilamento às 15h30min de ontem, horário de Brasília, na Indonésia. A confirmação foi dada por Tony Spontana, porta-voz da Procuradoria-Geral do país asiático. A execução ocorreu às 0h30min de domingo (18) pelo horário da Indonésia, dentro do complexo de prisões de Nusakambangan, em Cilacap, a 400 km da capital Jacarta. Um médico atestou a morte, que foi confirmada oficialmente à 0h45min do horário local (às 15h45min em Brasília).

Marco foi o primeiro cidadão brasileiro na história executado por pena de morte. Ele havia sido preso em 2003 e condenado em 2004 por tráfico de drogas. Além dele, outras cinco pessoas foram executadas. Na véspera da morte, o brasileiro recebeu a visita da tia, Maria de Lourdes Archer Pinto, 61, e de dois funcionários da embaixada brasileira em Jacarta. A tia havia levado doce de leite e mel para o sobrinho.

Ela chorava muito desde o início da manhã, diante do fuzilamento iminente. "O Marco não merece isso." Marco também chorou na despedida da tia e a "beijou muito", disse Maria de Lourdes.

Doze policiais de um destacamento especial se postaram diante de Marco e, ao sinal do líder do pelotão, dispararam. Nem todas as armas estavam carregadas - os atiradores



NA QUARTA-FEIRA. O carioca Marco Archer Cardoso Moreira, que tentava reverter seu fuzilamento

não sabiam quais das armas estavam carregadas ou não, de modo que ninguém saiba quem deu o tiro fatal.

O corpo de Marco será cremado na Indonésia e levado para o Brasil. Os custos correrão por conta da tia do brasileiro; o Itamaraty não pode pagar por funeral de cidadãos no exterior.

SEM PERDÃO

Preso em um país que impõe pena capital a traficantes, sem direito a recurso na Justiça e depois que dois presidentes indonésios haviam lhe negado

perdão, o carioca Marco Archer Cardoso Moreira, 53, fazia planos para o futuro. Em todo o período preso, Marco jamais achou que fosse ser fuzilado.

O olhar para a frente também aparecia em conversas com amigos e a tia, única familiar com quem teve contato após a morte da mãe em 2010. O pai já havia morrido, e ele não tem mulher nem filhos. Voltar ao Rio, onde nasceu, era uma menção recorrente em suas conversas.

Mas, embora sonhasse com liberdade, nunca esteve perto dela desde que foi preso, há

11 anos. Para os padrões da Indonésia, país com o maior contingente de muçulmanos no mundo, seu crime havia sido grave demais.

Em 2003, o brasileiro tentou entrar com 13,4 kg de cocaína nos tubos de sua asa delta no aeroporto de Jacarta, capital do país, ciente da pena de morte para traficantes.

A investida ajudaria a pagar uma dívida de hospital contraída após acidente de parapente em 1997, em Bali.

Flagrado, aproveitou a distração dos guardas e escapou, até ser recapturado duas sema-



Saiba

Revertério

Por um período, o governo brasileiro chegou a dar como certo que Marco não seria morto. Era um compromisso firmado informalmente com Susilo Bambang Yudhoyono, presidente da Indonésia de 2004 a 2014. Marco não seria solto, mas tampouco fuzilado. Quando Joko Widodo assumiu a Presidência, no ano passado, o pacto ruiu. O novo mandatário quis usar a morte de traficantes como símbolo da guerra às drogas

nas depois, longe dali. Traficante de drogas por anos na rota Rio-Amsterdã-Bali, ele nunca havia sido pego.

A fuga e a captura foram parar em jornais e na TV, tanto pela ousadia do brasileiro como pela quantidade de droga apreendida, entre as maiores até hoje para traficantes. Na Indonésia, condenados à morte já tiveram a pena reduzida a 20 anos de cadeia. Mas o simbolismo do traficante brasileiro que desafiou as autoridades indonésias enterrou as suas chances.

FRANÇA

País pede que seus cidadãos no Níger evitem sair às ruas

A embaixada da França em Niamey convocou ontem seus cidadãos a evitar sair às ruas, após as manifestações violentas na capital nigerina contra a publicação da charge de Maomé no jornal francês *Charlie Hebdo*, que foi alvo de ataque terrorista na semana passada. "Agir com grande prudência, evitar qualquer saída", escreve a embaixada em seu site. Vários locais da empresa francesa PMU e do operador telefônico francês Orange foram saqueados ontem na cidade, constatou a AFP.

PARIS

Terrorista é sepultado em túmulo anônimo em Reims

Autoridades da cidade de Reims, no norte da França, informaram ontem que Said Kouachi, um dos dois terroristas que atacaram o jornal *Charlie Hebdo*, foi enterrado em uma sepultura anônima em um dos cemitérios da cidade. O sepultamento aconteceu na noite de sexta-feira (16), em um cemitério cujo nome não foi divulgado, na presença de alguns membros da família e sob vigilância policial.

AJUDA

Japão dará milhões a países que lutarem contra o EI

O primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, advertiu ontem que o mundo sofreria uma "perda imensurável" se o terrorismo se espalhasse no Oriente Médio e prometeu cerca de 200 milhões de dólares em assistência não militar para os países que lutam contra o Estado Islâmico. A ameaça da militância islâmica entrou em foco fora do Oriente Médio depois que homens armados mataram 17 pessoas, em três dias de violência em Paris, que começaram em 7 de janeiro com um ataque aos escritórios do *Charlie Hebdo*.

BÉLGICA

País recruta tropas do Exército para proteger alvos de terrorismo

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Após o ataque de uma célula islamita, a Bélgica está recrutando centenas de tropas para proteger possíveis alvos de terrorismo, incluindo locais judaicos, como o Museu Judaico (que foi alvo de ataque em maio de 2014) e missões diplomáticas, segundo informou ontem o ministro da Defesa, Steven Vandeput.

Cerca de 300 militares ficarão a postos em locais como as embaixadas dos Estados Unidos e de Israel, em Bruxelas, a sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e instituições europeias.

"É muito importante dizer que isso não foi uma decisão fácil, mas necessária. Em tempos em que a polícia está sobrecarregada, o exército entra com o papel de apoio", declarou Vandeput.

Tropas vão reforçar o policiamento, pelo menos, até a quinta-feira, quando autoridades vão rever o nível de ameaça nacional - que foi fixado em três nesta semana, numa escala que vai até quatro.

O governo aumentou o nível de ameaça após um ataque na cidade de Verviers na quinta-feira passada, na qual a polícia matou a tiros dois homens armados. Autorida-



VERVIERS. Policiais vigiam acessos de rua bloqueada na cidade

des disseram que a célula islâmica estava preparando um ataque contra a polícia. Também haverá soldados na Antuérpia, segunda maior cidade do país e que concentra boa parte da comunidade judaica.

"Na Antuérpia, está a maior ameaça", disse Vandeput, referindo-se à comunidade judaica. "É também onde a população está mais assustada", complementou. As tropas armadas ficarão posicionadas do lado de fora de escolas judaicas, na Antuérpia, enquanto em Bruxelas os soldados protegerão instituições europeias.

IRÃ

Proibida circulação de jornal com expressão 'Je suis Charlie'

FRANCE PRESSE

A justiça iraniana proibiu a distribuição do jornal *Mardom Emruz* por ter utilizado a expressão "Je suis Charlie" em sua capa, informaram ontem as agências Irna e Fars.

"O tribunal encarregado das questões culturais e dos meios de comunicação emitiu uma ordem de recolhimento da publicação, porque considerou um título e uma foto do jornal ofensivos", declarou Ahmed Sattari, diretor do veículo, citado pela agência oficial Irna.

O jornal *Mardom Emruz*, em circulação há três semanas, publicou a expressão "Je suis Charlie" acompanhando uma foto do ator americano George Clooney. "Je suis Charlie" é a expressão criada por um cartunista francês imediatamente depois dos atentados jihadistas contra o jornal satírico *Charlie Hebdo*, que deixou 12 mortos. Cartazes com essa frase, traduzida em diversos idiomas, inundaram as manifestações de apoio a *Charlie Hebdo* no mundo inteiro.

VENEZUELA

Nicolás Maduro retorna ao país após ausência de 12 dias

FRANCE PRESSE

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, retornou ontem a Caracas, depois de um giro internacional iniciado há 12 dias em meio à crise econômica vivida pelo país e a rumores de que estava adiando a volta por causa da instabilidade de seu governo.

Ainda no aeroporto Simón Bolívar, Maduro afirmou a simpatizantes chavistas que chega "revigorado", vai "prestar contas a quem for preciso"

e se prepara "para a grande vitória de dezembro", o que foi visto como um recado à oposição, pois as eleições parlamentares estão previstas para o fim do ano. Do aeroporto, Maduro seguiu para o Palácio Miraflores, sede do governo. Lá, também foi recebido por apoiadores do governo.

No início do mês, Maduro disse que visitaria China, Arábia Saudita, Irã e Argélia, mas incluiu no périplo Qatar e Rússia - esta, por duas vezes.

FILIPINAS

Mulher morre em acidente logo após visita do papa Francisco

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Uma voluntária filipina de 27 anos morreu ontem em Tacloban, pouco depois de o papa Francisco visitar a cidade, ao ser atingida por um andaime que tinha sido colocado ao lado do palco onde o pontífice oficiou uma missa de manhã.

Kristel Mae Padadas, morreu por volta das 14h (local, às 4h em Brasília) no Hospital de São Paulo de Tacloban, informou a ministra da Saúde, Janette Garin. A vítima, que trabalhava para o Serviço de

Assistência Católica em Tacloban, após a passagem do tufão Haiyan pela cidade em novembro de 2013, morreu de um traumatismo craniano, indicou Garin. O andaime, que carregava um dos alto-falantes, caiu por causa dos fortes ventos causados pela tempestade Mekkhala, que se dirige para a região e que obrigou o papa a encerrar em quase quatro horas a visita à cidade. Outras três pessoas ficaram feridas após serem esmagadas contra uma barreira.

MUNDO

PENA DE MORTE



SEM CLEMÊNCIA. Traficante, o brasileiro Marco Archer (centro) foi morto por fuzilamento

Indonésia cobra respeito às suas leis sobre execução

Família de traficante brasileiro executado manda cremar corpo

JACARTA

O procurador-geral da Indonésia, Muhammad Prasetyo, cobrou, ontem, respeito às leis do país em resposta às críticas pela execução de seis réus, entre eles cinco estrangeiros, informou a imprensa local. Os condenados - o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, de 53 anos; uma indonésia, um holandês, dois nigerianos e um vietnamita -, todos eles por tráfico de drogas, foram fuzilados depois da meia-noite local em duas penitenciárias no centro da ilha de Java.

"Podemos entender a reação do mundo e dos países que têm cidadãos que foram executados. No entanto, cada país deve respeitar as leis que se aplicam em nosso país", disse Prasetyo.

O procurador-geral reite-

rou a defesa da pena capital como medida dissuasória na luta contra o tráfico de drogas e delitos relacionados com o narcotráfico, que insistiu que vão continuar sendo castigados na Indonésia. "Acho que se compreenderá que a pena de morte está vigente na Indonésia", disse.

EXECUÇÃO

O brasileiro Marco Archer foi executado com um tiro no peito, segundo Tony Spontana, porta-voz da Procuradoria-Geral da Indonésia. De acordo com Spontana, o brasileiro foi o segundo, de um total de seis prisioneiros, a ser executado. Após ser amarrado em um tronco, Archer levou um tiro à 0h30min, 15h30min no horário de Brasília. Dez minutos depois, um médico fez a confirmação da morte do

✱ Saiba

Cinzas trazidas ao Brasil

O corpo de Marco Archer foi cremado na Indonésia e as cinzas serão trazidas para o Rio de Janeiro, pela advogada Maria de Lurdes Archer Pinto, tia dele. Única parente ainda viva do brasileiro, Maria de Lurdes esteve com Marco Archer antes da execução. Ele deve retornar a Jacarta hoje com as cinzas e o certificado de óbito indonésio. A partir desse certificado, o setor consular da embaixada brasileira expedirá um atestado de óbito.

DIVAGACÃO

brasileiro. A vice-cônsul da Embaixada do Brasil na Indonésia, Ana Coimbra, foi até a Ilha de Nusakambangan, mas não acompanhou a execução. Quatro horas após ser morto, o corpo de Archer foi cremado.

PROTESTO

A presidente Dilma Rousseff manifestou sua "consternação" e "indignação" depois de confirmada a execução de Marco Archer e após ter pedido na sexta-feira clemência em um telefonema a seu colega, o presidente Joko Widodo. Logo após o fuzilamento do brasileiro, Dilma Rousseff convocou para consultas o embaixador do Brasil em Jacarta. A Holanda também chamou o seu embaixador de volta. No meio diplomático, a medida representa uma espécie de agravo ao país no qual está o embaixador. Já o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse que a execução causa "uma sombra" na relação entre o Brasil e a Indonésia.

Em nota, a organização não governamental Anistia Internacional considerou um "retrocesso" a execução dos demais traficantes. Eles são os primeiros presos executados desde que o presidente Widodo assumiu o cargo. "Este é um retrocesso grave e um dia muito triste. A nova administração tomou posse prometendo fazer dos direitos humanos prioridade, mas a execução de seis pessoas vai na contramão desse compromisso", disse o diretor de Pesquisa sobre a Região do Sudeste Asiático e do Pacífico da Anistia Internacional, Rupert Abbott.

Widodo, considerado por muitos ativistas como uma esperança de mudança no país, optou pela linha dura na luta contra o narcotráfico, e no final de ano anunciou que não haveria clemência para os condenados por estes delitos.

O procurador-geral indonésio anunciou a aceleração da segunda fase de execuções, que deverá acontecer logo.

MAIS

ISLAMISMO

El liberta prisioneiros de minoria Yazidi no Iraque

O Estado Islâmico libertou centenas de membros da minoria Yazidi do Iraque, deixando-os em segurança em Kirkuk, cidade curda do norte do país. Quase todos os libertados eram idosos, pessoas com deficiência ou doentes, incluindo várias crianças com doenças graves. Eles estavam sob o controle do EI há cerca de cinco meses. Militantes do Estado Islâmico atacaram os yazidis no noroeste do Iraque no verão passado, matando ou capturando e escravizando milhares de pessoas do grupo minoritário. Aqueles que conseguiram fugir

para a região autônoma do Curdistão, onde muitos estão vivendo em campos, juntamente com outras minorias étnicas e religiosas, bem como muçulmanos sunitas deslocados pelos militantes islâmicos. Um dos yazidis libertados, com cerca de 70 anos de idade, disse que os combatentes do Estado Islâmico lhes ordenaram entrar nos ônibus neste sábado, e que muitos temeram ser executados. Os yazidis, de etnia curda e com religião baseada no zoroastrismo, são um dos alvos do EI por serem

ISRAEL

Netanyahu afirma que protegerá soldados do TPI

O primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu afirmou que a decisão de instalar um Tribunal Penal Internacional (TPI) no país, para investigar possíveis crimes de guerra, é "absurda" e "hipócrita". E acrescentou que não permitirá que nenhum soldado israelense seja julgado nesse TPI. Ele lançou um ataque frontal contra o tribunal por seu anúncio na sexta-feira de que investigará as atividades de Israel nos territórios palestinos. Sua posição foi divulgada em comunicado em que afirma ser uma loucura uma democracia como Israel ser acusada, enquanto o "grupo terrorista Hamas é quem está fazendo as acusações". Para o primeiro-ministro, o anúncio da procuradora Fatou Bensouda de abrir

um exame preliminar para investigar possíveis crimes "dá legitimidade ao terrorismo internacional". "Não permitiríamos que soldados do exército israelense enfrentem (um julgamento) em tribunais internacionais. Quero também dizer que estes passos não nos impedirão de seguir fazendo o necessário para defender o Estado de Israel e seus cidadãos", disse Netanyahu, ao abrir ontem a reunião semanal do Conselho de Ministros. O anúncio da procuradora do TPI aconteceu duas semanas depois de os palestinos solicitarem sua adesão a este tribunal internacional e reconhecerem sua jurisdição para crimes cometidos a partir de abril do ano passado.

VIAGEM

Papa reúne 6 milhões em missa

MANILA

Seis milhões de pessoas participaram, ontem, da missa celebrada pelo papa Francisco em Manila, um recorde mundial para uma congregação papal, indicou à agência AFP um funcionário da capital. "Temos seis milhões" de pessoas, disse o presidente da Autoridade de Desenvolvimento de Manila, Francis Tolentino. Em visita às Filipinas, o papa Francisco criticou o que

chamou de sociedade machista, que não deixa espaço para a mulher. O discurso foi proferido durante encontro com milhares de fiéis na Universidade São Tomás de Manila.

"Às vezes somos muitos machistas e não deixamos lugar para a mulher, mas a mulher é capaz de ver as coisas com olhos diferentes dos olhos dos homens", afirmou, lamentando também a pequena presença feminina na cerimônia.

Na ocasião, lembrou ainda

de uma pergunta que lhe foi feita por uma ex-menina de rua. Ela o teria interrogado sobre o porquê de as crianças sofrerem. "Ela hoje fez a única pergunta que não tem resposta", destacou.

Esta é a primeira visita de um pontífice às Filipinas em 20 anos, depois que João Paulo II esteve no país em janeiro de 1995. "Quando vier o próximo papa às Filipinas que haja mais mulheres", pediu Francisco.



VISTA. Missa celebrada pelo papa Francisco bateu recorde de seis milhões de pessoas

DIVAGACÃO

NIGÉRIA

Atentado à bomba em estação de ônibus deixa quatro mortos

POSTISKUM

Um atentado de natureza suicida registrado em uma estação de ônibus da cidade de Postiskum, na Nigéria, deixou quatro mortos (incluindo o suicida) e ao menos 35 feridos. O episódio ocorreu na manhã de ontem, quando um carro carregado com dezenas de explosivos se jogou contra outros veículos, confirmou a polícia local.

Conforme os registros, o atentado ocorreu por volta das 10h30min (local, 7h em Brasília) em uma estação nos arredores da cidade, capital econômica do estado de Yobe, um dos mais assolados pelo grupo jihadista Boko Haram.

O veículo conduzido pelo atacante abasteceu no posto junto à estação e, quando parecia que sairia dali, se jogou contra outros carros que recolhiam passageiros.

OUTROS CASOS

No domingo da semana passada, uma dupla explosão em um mercado popular na mesma cidade causou pelo menos sete mortes.

O ataque mais grave foi em 10 de novembro, quando 48 pessoas morreram na explosão de uma bomba em uma escola de ensino médio. Embora ninguém ainda tenha reivindicado o atentado da manhã de ontem, todas as suspeitas apontam a autoria para a milícia radical Boko Haram, cujo nome significa em línguas locais "a educação islâmica não é pecado". Ela aparece como autora de múltiplos ataques no norte do país.

O grupo, que luta para instaurar um estado islâmico na Nigéria, mantém uma sanguinária campanha no país que deixou mais de três mil mortos só em 2014.

MAU TEMPO

Acidente com avião militar mata 35 soldados sírios

Pelo menos 35 soldados sírios morreram na queda de um avião militar por causa do mau tempo, informou ontem o Observatório Sírio de Direitos Humanos. Segundo a ONG, o avião caiu após tocar um fio de alta tensão na província de Idlib, devido à má visibilidade por causa da neve. O grupo Frente Al Nusra afirmou em uma mensagem que havia derrubado a aeronave, mostrando fotografias do avião destruído e dos corpos das vítimas.

Os veículos de comunicação informaram sobre o acidente, mas não ofereceram balanço das vítimas. "Um avião de carga de porte médio caiu na última noite no momento do pouso no aeroporto militar de Abu Duhur devido às más condições atmosféricas e à neve espessa", disse a agência Sana. O aeroporto de Abu Duhur é uma das últimas posições do regime na província de Idlib, conquistada em sua maior parte pelo Al Nusra.

BRASIL

CONSTITUIÇÃO

CCJ da Câmara aprova proposta que reduz maioria penal

Comissão de Constituição e Justiça decidiu que PEC poderá tramitar; texto ainda terá de passar por comissão especial e plenário da Câmara

BRÁSILIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos. Trata-se do primeiro passo para o andamento da proposta na Casa, no qual os deputados avaliam que o texto está de acordo com a própria Constituição. O placar da votação na CCJ foi de 42 deputados favoráveis à PEC e 17 contrários.

O texto permite que jovens com idade acima de 16 anos que cometerem crimes possam ser condenados a cumprir pena em uma prisão comum. Hoje, qualquer menor de 18 anos que comete algum crime é submetido, no máximo, a internação em estabelecimento educacional.

Para avançar, a proposta agora precisa passar pela análise de uma comissão especial de deputados, que analisam o mérito (conteúdo) da PEC. Essa fase deve durar 40 sessões, que leva apro-



CCJ. A sessão de ontem teve também a participação de manifestantes favoráveis à PEC em pauta

ximadamente dois meses. Se aprovada na comissão, a proposta vai ao plenário, onde são exigidos 308 votos, do total de 513 deputados, para aprovação, em duas votações. Depois, a proposta precisa passar pela CCJ do Senado e mais duas votações no plenário, onde são exigidos 49 votos entre os 81 senadores.

A PEC foi apresentada em agosto de 1993 e ficou mais de 21 anos parada. Neste ano, a CCJ da Câmara retomou as discussões, encerradas nesta terça após várias tentativas de adiamento por parlamentares contrários, em minoria na comissão.

Ontem, deputados do PT, PCdoB e PSOL, os maiores críticos, tentaram mais uma vez impedir a votação, por meio de manobras para alterar a ordem dos trabalhos da CCJ. Como estavam em minoria, no entanto, foram derrotados nas votações desses pedidos.

Na sessão também estavam presentes manifestantes contrários e a favor da PEC. Eles carregavam faixas e cartazes

e gritavam palavras de ordem. Não houve tumulto.

AÇÃO AO SUPREMO

Após a aprovação da admissibilidade, parlamentares do PT, contrários à proposta, disseram que vão preparar uma ação a ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal para impedir o andamento da proposta no Congresso.

Com base em decisões anteriores da Corte, eles citam trecho da Constituição que impede que seja "objeto de deliberação" proposta tendente a abolir direitos e garantias individuais. "Ainda temos tempo de fazer um mandato de segurança e o faremos. E temos apoio de importantes juristas, como Dalmo de Abreu Dallari, Alexandre de Moraes e José Afonso da Silva", disse Alessandro Molon.

DISCUSSÃO

A liderança do governo se manifestou contra a PEC, mas boa parte dos deputados de partidos formalmente aliados ao Planalto votou a favor. Os

líderes do PRB, PSD e PR, por exemplo, orientaram os deputados a votarem a favor da PEC. Na oposição, pediram votos pela admissibilidade da proposta líderes do PSDB, DEM e SD. PMDB, PDT e PROS liberaram a bancada. Votaram contra PT, PCdoB, PSOL, PPS e PSB.

Falando pelo governo, o deputado e ex-ministro do Esporte Orlando Silva (PC do B-RI) tentou convencer os colegas a votar contra a redução da maioria. "70% dos países do mundo têm a maioria penal a partir dos 18 anos. Uma modificação causará estranheza por parte dos países mais avançados, das democracias mais maduras, que aprenderam a respeitar os direitos humanos. O sistema penitenciário brasileiro é uma escola do crime. 70% dos que passam pelo sistema prisional voltam a cometer crimes. Quando falamos do sistema infracional, a reincidência é de 20%", argumentou o ex-ministro.

MAIS

ESTUDO

Governo Dilma reduziu em 72% verba de proteção à Amazônia

Levantamento divulgado ontem pelo portal InfoAmazônia apontou que no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff houve queda de 72% no investimento em medidas de combate e prevenção ao desmatamento na Amazônia. A comparação é em relação ao segundo mandato de seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre 2011-2014, primeiro governo de Dilma, foram investidos R\$ 1,77 bilhão para ações de ordenamento fundiário, monitoramento e

controle ambiental, além de fomento às atividades produtivas sustentáveis - eixos de trabalho do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), criado em 2004. Entre 2007 e 2010, segundo período governado por Lula, o montante aplicado para as mesmas atividades foi de R\$ 6,36 bilhões. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a política de combate ao desmatamento continua a ser prioridade do governo federal.



PESQUISA

No Brasil, 75% das adolescentes que têm filhos estão fora da escola

Pesquisa revela que a realidade no Brasil é de que, pelo menos, 309 mil adolescentes estão fora da escola, segundo levantamento do movimento "Todos pela Educação", com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013. A Pnad mostrou que o Brasil tinha 5,2 milhões de meninas de 15 a 17 anos. Destas, 414.105 tinham pelo menos um filho. Neste grupo, apenas 104.731 estudam. As outras 309.374 estão fora da escola. Um pequeno grupo só trabalha (52.062).

A maioria dessas jovens (257.312 adolescentes) não estuda nem trabalha. É o caso de Sheila Andrade, 16 anos, que depois do nascimento de Brayan teve de parar de estudar e trabalhar. "Quero concluir o Ensino Médio e conseguir um emprego", diz Sheila. As garotas que já são mães, mas ainda não terminaram o ciclo básico de ensino, abandonaram os estudos e estão desempregadas são um desafio para o poder público, que tem até 2016 para matricular todos os e as adolescentes de 15 a 17 anos na escola.

Saiba

Contra

O relator da proposta, Tadeu Alencar (PSB-PE), também contrário, argumentou que a idade de 18 anos prevista pela Constituição para a maioria penal é uma cláusula pétrea, isto é, uma regra que não pode ser mudada pelo Congresso. "Trata-se de uma garantia individual, que assegura ao adolescente ser considerado inimputável", afirmou Alencar.

MUDANÇA

Banco oficial não vai mais emprestar dinheiro com taxa vantajosa

A era de empréstimos de bancos públicos (como BNDES) para empresas com taxas baixas e "vantajosas" acabou. A afirmação foi feita pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, durante sua exposição ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O ministro elogiou as políticas sociais e de incentivo da economia adotadas até agora pelo governo federal, mas disse que as condições mudaram, e agora o país não tem mais como sustentar isso. Segundo o ministro, nos últimos anos os bancos públicos concederam empréstimos a empresas de "R\$ 460 bilhões com taxas muito vantajosas, abaixo da inflação para muitos setores".

REMÉDIOS

Reajuste dos preços poderá ser de até 7,7%

AGÊNCIA BRASIL

Desde ontem, os medicamentos podem ser reajustados em até 7,7%. A resolução foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União. Os medicamentos foram divididos em três faixas, com reajustes de 5%, 6,35% e 7,7%. O reajuste é

menor para os remédios considerados de baixa concorrência. Medicamentos genéricos estão no grupo ao que se aplica o percentual máximo por serem tidos como de alta concorrência. O grupo que terá aumento de 5% concentra medicamentos de alta tecnologia e de maior custo, como a ritalina (trata-

mento do déficit de atenção e hiperatividade) e a stelara (para tratamento da psoríase). No grupo dos 6,35% estão os antibióticos. Podem chegar ao teto de 7% categorias que têm medicamentos como o omeprazol (tratamento de gastrite e úlcera) e a risperidona (antipsicótico).

NOTA DE FALECIMENTO

ALDO CONGRO BASTOS

Os familiares comunicam com pesar o seu falecimento ocorrido dia 28/03/2015 em Florianópolis (SC). E convida para missa em intenção de sua alma no dia 05/04/2015 (DOMINGO) às 9:00 horas na Paróquia São José. Rua Pedro Celestino, 1.446 - Centro.

MISSA DE 1º ANO

ANTONIO ARCANGELO * 28/03/1941 - 01/04/2014

A família convida parentes e amigos para a missa de 1º Ano de falecimento, que será celebrada dia 01/04/2015 (hoje), às 19 horas, na Paróquia São José - Pedro Celestino, 1.446, Centro. Aos que comparecerem, a família desde já agradece.

TRÁFICO

Quatro pessoas executadas por pistoleiros em acerto de contas

Mãe e irmão de uma das vítimas conseguiram se esconder e escaparam da morte

LAURA HOLSBACK

Quatro pessoas foram executadas em chacina ocorrida na noite de ontem, em uma residência localizada na Rua 15 de Novembro, na Comunidade Santa Maria, município de Caarapó, distante 273 quilômetros de Campo Grande. Morreram um dos moradores da casa, identificado como Ramão Roa Lima, 27 anos, e os amigos dele Sebastião Correia, 38 anos, Alexandro Pereira Bueno, 29, e Leonéia Vieira de Souza, 22 anos. Conforme apurado inicialmente pela polícia, há suspeita de que o crime esteja relacionado a acerto de contas por tráfico de drogas e que somente Ramão seria o alvo dos atiradores. As demais pessoas teriam sido mortas em queima de arquivo, por terem testemunhado o crime. A mãe e um irmão de Ramão também estavam na casa, mas não foram vistos e se salvaram.

Segundo as informações, os assassinos teriam sido cometidos por três homens, que chegaram ao local em um carro de cor escura. Dois des-

ceram e atiraram primeiramente em Ramão e Sebastião, que conversavam na frente da residência. Sebastião foi atingido no peito e nas costas, morrendo no local. Baleado, Ramão tentou correr para o lado de dentro da casa, mas foi alcançado e executado. Peritos examinaram o corpo e constataram nele uma perfuração de bala na cabeça e outras nas costas.

Leonéia estava dentro do imóvel e foi morta com três tiros na cabeça e um nas costas. Alexandro, que dormia no sofá da sala, também foi atingido com três disparos na cabeça.

Pelo menos três armas de diferentes calibres teriam sido usadas na chacina. Tratam-se de pistola e revólveres calibres 22 e 38.

QUEIMA DE ARQUIVO

De acordo com investigadores, Sebastião não tinha passagem pela polícia e era um homem trabalhador. Inclusive, na ocasião em que foi assassinado, teria ido até a casa do amigo a fim de convi-



TRAGÉDIA. Duas pessoas morreram dentro da casa, na Comunidade Santa Maria

empresa de abate de frangos. "Estava no local errado, na hora errada. Tivemos informação de que apenas um era o alvo", resumiu um policial. A polícia investiga se as demais vítimas foram mortas por terem presenciado a execução principal.

O policial contou ainda que, no momento do episódio, a mãe e o irmão de Ramão estavam no imóvel. Ouviram o barulho dos tiros e se esconderam, por isso também não foram executados. "Era para ser seis vítimas, mas a mãe e o irmão se esconderam debaixo de uma cama", descreveu. Ainda segundo a polícia,

Alexandro cumpria pena por crimes em regime semiaberto e Ramão tinha extensa ficha criminal. Por enquanto, não há confirmação sobre a motivação do crime. No entanto, suspeita-se que esteja relacionado ao tráfico de drogas. Nenhum suspeito foi identificado.

Saiba

Números atualizados de homicídios

De 1º de janeiro até ontem, em Mato Grosso do Sul, a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) registrava 149 assassinatos. Em Campo Grande, no mesmo período, os iguais levantamentos apontavam 29 ocorrências. Apesar de elevados, os números são inferiores ao mesmo período do ano passado, quando o Estado computava 151 homicídios e a Capital, 51. Em se tratando de tentativas de homicídio, conforme dados da Sejusp, neste ano, já são 267 ocorrências em Mato Grosso do Sul e 67 somente em Campo Grande

Violência deixa a população em pânico

O episódio de quatro pessoas assassinadas na mesma circunstância provocou pânico na população de Caarapó. Na avaliação de um comerciante de 50 anos, o tráfico está dominando a cidade,

apesar de haver também a prática de outros crimes, como roubos e furtos. Para ele, o problema está generalizado, ou seja, em todo o Brasil, e nem mesmo a polícia tem sido capaz de enfrentá-lo.

"Policiais tentam, mas não conseguem conter a criminalidade. Estamos assustados com essa situação. É uma cidade pequena e a gente nunca tinha ouvido falar de uma coisa dessa", comentou.

Outro morador diz que a insegurança vem crescendo na medida em que o município se expande.

"Moro aqui desde que nasci. Há 36 anos. Antes, o problema era em razão de brigas

de gangues. Hoje, é com o tráfico. Nossa região é de risco, porque estamos na fronteira e muitos traficantes passam por aqui. A cidade está repleta de pessoas desconhecidas. Depois dessa, teremos que redobrar os cuidados com nossa segurança. Já tinha medo, agora mais ainda", destacou. Nenhum dos entrevistados

quis ter o nome divulgado. A cidade de Caarapó está no sudoeste de Mato Grosso do Sul e faz parte da microrregião de Dourados. Há cinco anos, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o último Censo Demográfico, o município tinha cerca de 28 mil habitantes. (LH)

INSEGURANÇA

Assaltantes explodem caixas eletrônicas em Bataguassu

Quadrilha de assaltantes fortemente armados fez funcionar reféns e explodiu dois caixas eletrônicos dentro do restaurante do posto de combustíveis, à margem da BR-267, em Bataguassu, na madrugada de ontem. Os criminosos fugiram com grande quantidade de dinheiro. O valor exato não foi divulgado.

De acordo com informações apuradas por investigadores, o crime ocorreu por volta das 2h30min. Pelo menos seis funcionários estavam dentro do restaurante quando o grupo, composto por cinco assaltantes, chegou. Todos estavam encapuzados. Com armas de grosso calibre e me-

diantes ameaças, colocaram as vítimas do lado de fora, perto das bombas de abastecimento, enquanto parte da quadrilha montava explosivos e detonava dois terminais bancários, sendo um do Banco do Brasil e outro do Bradesco.

Os bandidos fugiram levando as gavetas das caixas, em que são armazenadas notas de dinheiro. Outra parte ficou esparramada pelo chão. O valor levado não foi divulgado.

Ação durou menos de cinco minutos, conforme a polícia. As vítimas presenciaram o momento em que os bandidos fugiram em um Civic, no sentido Campo Grande.

Além de destruir os termi-

nais bancários, a explosão danificou também parte da estrutura e móveis do restaurante. Proprietários ainda apuram o valor do prejuízo. Peritos recolheram vestígios para identificar o tipo de artefato que fora utilizado. Houve informações de que os criminosos estivessem usando roupas da Polícia Civil, o que foi negado pela instituição. Imagens do circuito interno de segurança gravaram o roubo e são analisadas.

As investigações contam com a colaboração do Grupo Armado de Resgate e Repressão a Assaltos e Sequestros (Garra), da Capital. Ainda não há suspeitos. (LH)



PREJUÍZOS. A explosão dos caixas eletrônicos deixou rastro de destruição no posto de combustíveis

PONTA PORÁ

Traficante flagrado com oito quilos de cocaína em carro

Morador da cidade de Natal (RN) foi preso, na madrugada de ontem, em Ponta Porá, com carga de cocaína avaliada em, pelo menos, R\$ 120 mil. João Paulo e Souza Fernandes, 29, levava cerca de oito quilos da droga no tanque de combustíveis de um Gol. Ele foi abordado por policiais do DOF, na BR-463, em barreira de fiscalização,

por volta das 4h30min. Segundo a polícia, João Paulo levantou suspeita ao ser entrevistado sobre a viagem e demonstrar nervosismo. Foram feitas buscas no carro e policiais encontraram dentro do tanque de combustíveis sete tablets de cocaína, que pesaram cerca de oito quilos. Também havia 310 esferas de haxixe. (LH)

CORUMBÁ

Mulher baleada pelo ex dentro de posto de saúde

A agente de saúde Josiane Rodrigues da Silva, 27, foi baleada na cabeça pelo ex-marido, dentro do posto Pedro Paulo I, na Rua Tenente Melquiedes, centro de Corumbá. A vítima trabalhava no local. O autor foi apontado como Rafael Ramos, 27, que teria agido por não aceitar o fim do casamento. No momento da confusão, ele também

teria ferido a tiro outro funcionário. Segundo as informações, Rafael chegou à unidade de saúde em uma moto e se dirigiu à recepção, na qual chamou por Josiane. Ao vê-la, iniciou uma discussão, surpreendendo-a com um disparo no rosto. Josiane está internada em estado grave. Rafael conseguiu fugir do local. (LH)

JULGAMENTO

Acusado de assassinato e tentativa pega 17 anos

Luciano Arcanjo Vicentini, 21, foi condenado a 17 anos de reclusão, em regime fechado, pelo Tribunal do Júri de Campo Grande, acusado da morte de Nair Medina Marques, 33, sua ex-sogra, numa discussão por causa da filha de um ano e meio. O crime ocorreu em fevereiro de 2011, no Jardim Colorado. Luciano também baleou Nadir Marques, irmã

da primeira vítima. Ele viveu com uma adolescente de 14 anos, filha de Nair. Com a separação, Luciano foi à casa da ex-sogra para discutir a situação da filha do casal. Houve desentendimento o que desencadeou o tiroteio. Ele foi julgado ontem pela manhã, na 2ª Vara do Júri de Campo Grande, presidida pelo juiz Aluízio dos Santos. (TG)

REAÇÃO

Acusado de envolvimento em assaltos é morto pela polícia

Com apenas 20 anos de idade, ele acumulava várias passagens policiais por roubo e furto

LAURA HOLSBACK

Auro Teófilo de Alencar, 20 anos, integrante de quadrilha especializada em assaltos, foi morto por policiais militares do Batalhão de Choque, em confronto ocorrido na noite de anteontem, depois de ter cometido dois roubos em comércios na região sul de Campo Grande. A troca de tiros aconteceu em uma estrada vicinal, próximo ao anel viário, no Bairro Moreninhas IV. Segundo a polícia, ele agia em crimes juntamente a Thiago Jefferson Livaldo, 29 anos, que foi preso na mesma noite, em um bar comemorando o sucesso das ações criminosas.

De acordo com informações da polícia, o primeiro assalto envolvendo a dupla ocorreu na tarde de quarta-feira, em um supermercado localizado na Rua Elvira Pacheco Sampaio, no Universitário. Armados, Auro e Thiago dominaram o dono do estabelecimento e o irmão dele, e fizeram uma limpa no caixa. Fugiram, levando também um telefone celular. Por volta das 18 horas, invadiram outro comércio. Desta vez, na Rua Kama Nakazato, no Jardim

Saiba

Roubos continuam aumentando

No primeiro trimestre deste ano, ocorreram 1.610 assaltos em Campo Grande. O número representa média de 17 casos por dia. Ainda, 35% a mais que no mesmo período do ano passado, quando foram registrados 1.191 crimes desse tipo. No Estado, foram 2.489 roubos. Os dados são da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

Itamaracá, de onde também levaram dinheiro. O montante levado nas duas ações foi de aproximadamente R\$ 600.

Ainda segundo informações policiais, os bandidos agiam em um automóvel Fiat Uno, furtado na semana passada. O carro pertence a um soldado da PM, lotado em Siderlândia. Características do veículo e dos criminosos, as quais fo-



INSEGURANÇA. O primeiro assalto aconteceu em um supermercado na Rua Elvira Pacheco Sampaio

ram informadas à polícia pelas vítimas, ajudaram no esclarecimento dos casos. Cerca de duas horas após o segundo assalto, militares do Choque faziam policiamento pela região das Moreninhas, em busca dos criminosos, quando se depa-ram com o Uno, que era ocupado somente por Auro.

Conforme a polícia, foram

dados sinais de alerta sonoros e luminosos para que ele parasse, mas desobedeceu e fugiu. Houve perseguição e, em uma estrada vicinal, próximo da BR-163, ainda na região das Moreninhas, ele desceu atraindo contra a equipe policial, que revidou com outros disparos. Auro foi atingido com dois

tiros no tórax e chegou a ser levado com vida, pelo próprios policiais, ao posto de saúde do Universitário, onde morreu cerca de 10 minutos depois de receber os primeiros atendimentos médicos. Com ele, foi apreendido um revólver com três cápsulas deflagradas e três intactas. No automóvel, havia, ainda,

um simulacro de pistola.

Era de praxe Auro e Thiago comemorarem os roubos que cometiam. Tanto que Thiago foi preso em uma dessas comemorações. Ele recém havia sido deixado pelo comparsa em um bar, para gastar com bebidas a parte do dinheiro que havia recebido dos dois roubos cometidos no dia. O preso confessou a participação e indicou onde estavam outras duas armas usadas em assaltos. Uma espingarda foi encontrada na casa dele, na Rua Marurê, Moreninhas III. A outra, um revólver 32, estava escondida no imóvel de um amigo dele, na mesma região; Thiago havia pago R\$ 50 pelo esconderijo.

Conforme apurado pelo delegado Hoffman D'Ávila Candido, plantonista da Depac da Vila Piratininga, a dupla fazia parte de uma organização criminosa que vem agindo em assaltos pela Capital. Há suspeita do envolvimento de Auro e Thiago em pelo menos outros três crimes ocorridos neste ano. O assaltante morto, segundo a polícia, já tinham histórico criminal por furtos e roubos.

Em menos de um mês, dois casos de morte por policiais

No mês passado, também em Campo Grande, investigadores da Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico (Denar) mataram Marcelo Aparecido da Silva, 38, acusado de envolvimento com o tráfico de drogas. Ele foi morto a tiros, ao reagir abor-

dagem policial, na região da saída para São Paulo. Assim, são dois episódios de mortes em enfrentamento com a polícia, em menos de um mês, somente em Campo Grande.

Marcelo e mais duas pessoas foram abordados por policiais da Denar, como sus-

peitos de serem os responsáveis pelo recebimento de 300 quilos de maconha recém-apreendidos em uma chácara. Eles estavam na saída para São Paulo, e o homem foi o único a fugir da abordagem.

Informações divulgadas à época davam conta que a

equipe realizava diligências na região, verificando pontos de possível entrega da carga apreendida na chácara.

Marcelo e os comparsas foram abordados em uma residência na saída para São Paulo, havendo indícios de que eram re-

ceptadores da maconha.

Em meio à abordagem, porém, o homem resolveu tentar fugir e, por pouco, não causou acidente com o veículo que dirigia. Ele foi perseguido por aproximadamente três quilômetros, até abandonar o automóvel e entrar em

uma empresa, onde se abrigou. Os policiais entraram no local, e o suspeito atacou e feriu um deles com uma facada. Diante do ataque, os demais investigadores revidaram, e Marcelo foi baleado duas vezes, morrendo ainda no local. (TG)

PONTA PORÃ

Homem executado com 15 tiros e polícia suspeita de traficantes

José Durval de Souza Garcia, 43 anos, foi executado a tiros de pistola nove milímetros, e a Polícia Civil suspeita que o crime tenha sido praticado por traficantes que agem na região da fronteira com o Paraguai. O assassinato ocorreu no início da noite de anteontem, quando a vítima se preparava para entrar em seu veículo, que estava no estacionamento do Parque dos Ervais, localizado na Rua Comandante Cardoso, no Bairro da Granja, em Ponta Porã.

Segundo relatos da mulher de José Durval, que conversava com ele do lado de fora do carro, no momento do crime, e viu o marido ser morto, um homem que estava em um Gol de cor branca apareceu no local, desceu perto da vítima e, sem dizer nada, descarregou uma pistola de calibre nove milímetros contra José Durval.

INVESTIGAÇÕES

Conforme o delegado Jarley Inácio, de Ponta Porã, a vítima foi atingida com pelo me-

nos 15 tiros, por todo o corpo, inclusive na cabeça.

O suspeito de ter cometido a execução é M.L.R., 26 anos, mas isso ainda está sendo apurado. A ocorrência foi registrada como homicídio doloso e será investigada pela equipe da 1ª Delegacia de Polícia Civil do município.

Ainda segundo o delegado Jarley, José Durval tinha passagem pela polícia, por tráfico de drogas. Por isso, trabalha-se com a suspeita de que ele tenha sido morto em acerto de contas. (LH e TG)



VIOLÊNCIA. José Durval foi assassinado quando se preparava para entrar num carro com a mulher

RODOVIA

Federal apreende 13 quilos de cocaína em operação contra o tráfico

A Polícia Federal apreendeu 13 quilos de cocaína, durante fiscalização na BR-463, próximo a Ponta Porã. No local, os federais abordaram para vistoria um veículo Fox, ocupado por três pessoas, e um Fusion, também com três ocupantes. Conforme a PF, no Fox vermelho, estavam L.V.S., 50 anos, E.M.R., 63 anos, e A.B., 36 anos, que, ao serem interrogados, confessaram que transportavam uma

mochila com droga, no banco traseiro do carro. Outra equipe foi acionada para abordar o Ford Fusion, pouco antes. No Fusion, viajavam E.R., 36 anos, L.L.L., 42 anos, e M.L.S., 32 anos – entre os quais, duas pessoas são de São Paulo. Ainda conforme a polícia, no total, os agentes apreenderam 13 quilos de cocaína, cinco quilos de substância química não identificada

e os dois veículos usados no transporte. Todos os envolvidos foram encaminhados à delegacia da Federal de Ponta Porã, onde foi lavrado o auto de prisão em flagrante. Os traficantes foram colocados à disposição da Justiça. Agora, a PF realiza investigações complementares para identificar outros possíveis envolvidos no tráfico de entorpecente. (TG)

CAARAPÓ

Investigações sobre chacina colocadas sob sigilo

Investigações sobre a chacina ocorrida na noite de terça-feira, em Caarapó, foi colocada sob sigilo. Segundo o delegado Benjamin Lax, informações apuradas depois do episódio não serão anunciadas, a fim de não atrapalhar o inquérito. No local, morreram Ramão Roa Lima, 27, Sebastião Correia, 38, Alessandro Pereira Bueno, 29, e Leonela Vieira, 22. (LH)

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Autor de assassinato na Capital é preso em Pernambuco

O motorista Roberto César Pereira de Oliveira, 32, acusado de "pedir licença" para invadir a casa de vizinhos e matar a tiros a esposa, Suellen Pereira da Costa, 28, em fevereiro deste ano, em Campo Grande, foi preso em Araripina (PE). Para a fuga, ele viajou 2.565 quilômetros. Em trabalho conjunto com a 1ª Deam, Roberto foi preso na última quarta-feira e deve ser trazido à Capital. (TG)

CORUMBÁ

Autor de dupla tentativa de homicídio se entrega

Rafel Ramos, 27, acusado de balear a ex-mulher, a agente de saúde Josiane Rodrigues da Silva, 27 anos, na quarta-feira, dentro do posto de saúde Pedro Paulo I, na Rua Tenente Melquiades, em Corumbá, já está sendo encaminhado ao presídio. Ele se apresentou à polícia. Rafel também baleou Ricardo Romualdo Apontes, 29, funcionário do posto em que Josiane trabalhava. (TG)

EDITORIAL

Período de prevenção

A população tem o principal papel para combater a dengue. Entretanto, é importante também que o poder público não aguarde apenas o aparecimento de casos para, enfim, adotar providências

O período é de alerta. Nos primeiros três meses deste ano, Mato Grosso do Sul já teve 8 mil casos notificados de dengue, número que praticamente se iguala à quantidade de registros do ano passado. Por mais que, a partir de maio, tenhamos diminuição no volume de chuvas e dias mais frios (condições que não são tão propícias para a proliferação do mosquito que transmite a doença), os cuidados devem ser mantidos com os mesmos parâmetros. Já tivemos, diversas vezes, as lições sobre os graves prejuízos ao deixarmos para resolver questões tão importantes apenas em cima da hora. Sucessivas campanhas já passaram orientações básicas aos moradores, mas ainda não foram suficientes para conscientizá-los. Basta percorrer alguns bairros de Campo Grande ou de cidades do interior para encontrarmos terrenos cheios de lixo e quintais sujos. Não são raras as vezes em que o perigo mora dentro de casa, como na água acumulada no prato debaixo da planta.

Neste ano, temos um fator agravante: a febre chikungunya, transmitida pelo mesmo mosquito da dengue. Em entrevista ao *Correio do Estado*, o médico Rivaldo Venâncio da Cunha, mestre e doutor em Medicina Tropical pela Fundação Oswaldo Cruz, esclarece que, daqui uns 5 ou 10 anos, a dengue será coisa do passado, tendo em vista os resultados positivos com a vacina, que, inclusive, foi testada em estudantes de Campo Grande. A solução deve aparecer em breve, mas foram necessários 70 anos de pesquisa. Surge, então, a chikungunya, apontada pelo especialista como "infinitamente mais grave". Além de dor, ela causa inflamação nas articulações, o que impede o paciente de desenvolver atividades básicas do cotidiano. Caso se crônifique, a pessoa pode passar até um ano com tais problemas, gerando sérias consequências para as áreas da saúde, social e econômica, tendo em vista que será necessário paralisar trabalho e estudo.

As explicações técnicas do médico Rivaldo Venâncio devem, portanto, servir como mais um alerta para que a população não deixe para depois os cuidados básicos a fim de evitar a proliferação do mosquito. Todos terão muito a ganhar mantendo a limpeza em casa. É algo simples, fácil e que pode salvar vidas, mas infelizmente ainda negligenciado. Sem dúvida, a população tem o principal papel para combater a dengue. Entretanto, é importante também que o poder público não aguarde apenas o aparecimento de casos para, enfim, adotar as medidas preventivas, seja com campanhas, gincanas ou até mutirões que percorram residências para verificar os problemas e passar orientações. Caso as soluções sejam ignoradas, é imprescindível apelar às penalidades, com multas aos proprietários.

Infelizmente, ainda padecemos do mal da falta de planejamento. Esse mesmo princípio da organização e mais conscientização também nos ajudaria a evitar outros problemas, seja com as obras antienchentes sempre proteladas, a imprudência no trânsito que faz vítimas todos os dias ou a violência. Precisamos fazer mais e parar de ignorar os alertas que já se mostraram tão importantes. Afinal, em alguns casos, pode ser tarde demais para resolver os problemas.



OUTRAS OPINIÕES

A literatura brasileira acabou?

ALANA REGINA SOUSA DE MENEZES

Acadêmica de Direito da UFMG Três Lagoas e mestranda em Literatura, História e Sociedade (alanareginasm@hotmail.com)

Semanalmente, nas listas dos mais vendidos de renomadas livrarias, figuram livros – em maioria – estrangeiros. O jogo publicitário aliado à indústria cinematográfica muitas vezes coloca nas principais prateleiras livros que funcionam como propagandas para o ganho de bilheteria. Enquanto isso, livros didáticos utilizados em diversas escolas brasileiras chegam, no máximo, ao século 20 da literatura brasileira.

Nossa literatura acaba em Carlos Drummond de Andrade? O que você conhece da literatura brasileira do século 21? Felizmente, ela não acabou. Infelizmente, pouco figura nas principais estantes das livrarias em geral. Somente um público mais específico, oriundo de estudos acadêmicos também específicos, talvez, consiga passear por essas estantes mais escondidas e

menos chamativas para o leitor.

Enquanto os estudiosos esforçam-se para dar a devida atenção à literatura brasileira contemporânea, grande parte da população brasileira tem seu olhar conduzido à literatura estrangeira com cada vez mais frequência. Livros muito bem midiáticos, quase sempre divididos em séries, recheados com inúmeras páginas que dão a ilusão de que se está lendo muito. Normalmente, o público jovem – principalmente – é levado a pensar que está se formando em excelentes leitores pelo simples fato de ler "um livro grosso". O que acontece é que a leitura de fácil compreensão, cheia de clichês e pouco filosófica é, logicamente, fluida.

A lógica aqui não é (e não deve ser) a de que para que uma leitura seja boa ela tenha de ser difícil. O problema central é que aquela

leitura considerada difícil é, geralmente, a leitura que faz pensar. A preguia que temos da filosofia, da sociologia e da antropologia talvez seja uma das causas da nossa tão grande dificuldade de conviver, de resolver nossos próprios problemas e quem sabe o motivo dos conflitos que se espalham mundo afora. O civil não conhece a si mesmo, por isso não progride a civilização.

Por sorte, a literatura que se produz no Brasil atualmente e que vem circulando com maior força nas universidades é texto com ricas qualidades reflexivas. A literatura brasileira (que, ao contrário do que parece na escola, não acaba onde acaba o livro didático) está bem servida com Marçal Aquino, Cristóvão Tezza, Ana Miranda, Paulo Henriques Brito, Bernardo Carvalho, entre tantos outros nomes.

Que essas palavras não soem como uma defesa nacionalista sem precedentes. O que está em pauta é, somente, o quanto o mercado tem sido capaz de manipular identidades de leitores. Até que ponto abrem-se possibilidades de escolha de leitura para o público em geral e até que ponto esse público é coagido por forças alheias à literatura para o consumo desenfreado de best-sellers? Em que estantes está a literatura social? A literatura que emancipa, que liberta, que faz conhecer (seja ela brasileira ou mundial). Por que se apresentam livros como luzes de natal que, repentinamente, todo mundo tem? Para que se ter um livro? O que significa a literatura para mim?

Essas reflexões podem ser úteis, inclusive, para que passemos a olhar mais para o que tem sido feito da representação do nosso País no meio do caso do século 21, no auge da nossa pseudomodernidade. Pode ser, quem sabe, o primeiro passo de uma jornada urgentemente necessária.

A redução da maioridade penal: diminuição da criminalidade ou tapar o sol com a peneira?

RAFAEL BRITTO

Advogado e pós-graduado em Direito Processual Civil

Na terça-feira (31/3/2015), a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda Constitucional que visa à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Contudo, o caminho da PEC ainda é longo: agora, o projeto será discutido por uma comissão especial da Câmara, que ao fim apresentará um parecer, que será posto em votação no plenário da Casa. Só depois de discutida na comissão especial, de ser votada por duas vezes na Câmara e de passar pelo Senado, também em dois turnos, é que a proposta poderá virar lei. Por fim, a alteração da maioridade penal ainda pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal.

Com o tema em voga, a população se divide entre aqueles que são a favor e os que se manifestam contra a redução da maioridade penal, e de fato ambos os lados apresentam argumentos convincentes, porém, segundo pesquisa realizada pelo instituto CNT/MDA, no ano de 2013, 92,7% dos brasileiros são a favor da medida. No mes-

mo ano, pesquisa do instituto Datafolha realizada no município de São Paulo, indicou que 93% dos paulistanos são a favor da redução.

Os resultados das pesquisas demonstram indignação de uma população cansada de ver a impunidade a jovens aliciados pelo crime organizado, que tem consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos, por isso continuam a cometer crimes de toda espécie. Todavia, há de ser analisado se a redução da maioridade penal seria de fato eficaz ao fim que se destina, ou seja, a diminuição da criminalidade, ou seria apenas uma medida imediatista que não atingiria o cerne do problema.

A pressão existente para a redução da maioridade penal parece ser baseada em casos isolados e não em dados estatísticos. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no País. Se forem considerados os homicídios e tentativas de homicídio,

esse número cairia para 0,5%. E mais, a inclusão de jovens de 16 a 18 anos no sistema prisional brasileiro agravaria o caso de superlotação dos presídios, além de dificultar a ressocialização e a reinserção dos adolescentes na sociedade, já que os estabelecimentos prisionais se tornaram verdadeiras "faculdades do crime".

Há, ainda, quem defenda que o Brasil deveria alinhar sua legislação com países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde, na maioria dos estados, jovens de 16 anos podem ser submetidos a processos judiciais e ser responsabilizados, seja civil ou penalmente, da mesma forma que adultos. Porém, antes de qualquer comparação, devemos nos lembrar que no Brasil, segundo dados do IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2013, 486 mil crianças entre cinco e 13 anos eram vítimas do trabalho infantil, e no quesito educação, o País ainda conta com cerca de 13 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais. Diante disso, o Brasil não pode se espelhar em

nações desenvolvidas, já que seu investimento em educação e políticas públicas está muito aquém do ideal.

Estamos diante de um Estado reconhecidamente incompetente para lidar com a questão da criminalidade e é certo que a redução da maioridade penal ainda afetaria, preferencialmente, uma parte da população já castigada por inúmeras razões sociais e políticas, ou seja, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que, segundo estudo da UFSCar, este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

O debate é longo e a lista de argumentos para ambos os lados é interminável, mas, afinal, pode um Estado, que não possui políticas de educação, saúde, de lazer, que não conta com uma política de inclusão de jovens no mercado de trabalho, que não tem sistema para reduzir e ressocializar, diminuir a maioridade penal e tratar seus jovens menores como adultos?

CORREIO DO ESTADO

"Servir o povo de nossa terra, informando-o, indagando dos seus problemas, empenhando-se na sua solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses"

Correio do Estado, Ano I, Número 1, 7 de fevereiro de 1954



Serviço de Atendimento ao Leitor 0800-674141 das 8h às 18h

correiodoestado.com.br @correio_estado Correio do Estado

DIRETORES Ester Figueiredo Gameiro e Marcos Fernando Alves Rodrigues

DIRETORES RESPONSÁVEIS

CAIA: Milena Crestani e Silva Pires
editor@correiodoestado.com.br
OPINIÃO: Milena Crestani
pontodivulga@correiodoestado.com.br
ECONOMIA: Rosana Siqueira
economica@correiodoestado.com.br
Cidades: Eduardo Miranda
cidades@correiodoestado.com.br
POLÍCIA: Thiago Gomes
policial@correiodoestado.com.br
NACIONAL/INTERNACIONAL: Cristina Medeiros
brasil@correiodoestado.com.br
POLÍTICA/JUSTIÇA: Adilson Tindade
politica@correiodoestado.com.br
CORREIO: Oscar Rocha
correio@correiodoestado.com.br

REPORTERS: Jackson Pereira
reporter@correiodoestado.com.br
CORREIO INFORMÁTICA: Cleidson Lima
informatica@correiodoestado.com.br
CORREIO RURAL: Maurício Hugo
rural@correiodoestado.com.br
CORREIO VEÍCULOS: Cristina Medeiros
veiculos@correiodoestado.com.br

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Av. Caligéria, 356 - CEP 79004-901, Campo Grande, MS.
Fone: 67 3323-6090 Fax: 3323-6059
ASSINATURAS: CAMPO GRANDE Fone: 67 3323-6100.
PUBLICIDADE LOCAL, CLIPPING ADMS - R. 26 de Agosto, 28A,
Fone: 3320-9023, Av. Caligéria, 356 - Fone: 3323-6090

REPASSEMENTO SÃO PAULO - FTP | Inteligência em regionalizado
End. Alameda Maracatins, n. 508, CEP 40890-011, São Paulo-SP, Tel: (11) 2178-8700 - www.ftpi.com.br

PREÇOS R\$ 1,30 (venda avulsa) e R\$ 2 (número atrasado)

ASSINATURAS R\$ 237 (6 meses) e R\$ 472 (1 ano)

CNPJ 03.119.724/0001-47

INSCRIÇÃO ESTADUAL 28.222.911-6
A Redação não se responsabiliza por artigos assinados ou de origem difusa. Mesmo quando não publicados, os originais não serão devolvidos.

REAÇÃO

Polícia mata quarto acusado de crimes em suposto confronto

PM alega que criminoso vinha promovendo onda de assaltos em motéis de Campo Grande

LAURA HOLSBACK

Assaltante que vinha promovendo onda de assaltos em motéis de Campo Grande foi morto a tiro em confronto com policiais da Força Tática do 10º Batalhão, no início da madrugada de ontem. Este foi o quarto caso de acusados de crimes morto pela polícia em supostos confrontos. O fato ocorreu dentro de um dos estabelecimentos atacados pelo criminoso, na Rua da Candelária, Vila Ipiranga, região próxima ao Hospital Universitário. Era o terceiro motel alvo de ações de bandidos desde o dia anterior, segundo a polícia.

O indivíduo morto não portava documentos e foi identificado somente como Jhony. Ele agia com Gilson Aparecido da Silva, 23 anos, que foi preso em flagrante e indicou, ainda, o envolvimento de um terceiro comparsa, que dava apoio aos crimes do lado de fora, e que está foragido.

De acordo com informações da Polícia Militar, a sua equipe foi acionada para atender a denúncia de assalto no motel e na chegada ao endereço sur-

preendeu o bandido com um revólver de calibre 38 apontado para funcionários. Foi dada ordem de prisão, momento em que o assaltante fez menção de que atiraria contra policiais. Um dos militares reagiu com um disparo, acertando o assaltante na altura do pescoço.

Policiais do Batalhão de Choque foram chamados para dar apoio à ocorrência e socorreram o baleado, levando-o ao Hospital Regional, onde acabou não resistindo e morreu cerca de dez minutos após receber os primeiros atendimentos médicos. Foi identificada em uma das pantufilhas dele uma tatuagem de palhaço, que no meio criminoso faz menção a morte de policiais.

Ao perceber a intervenção policial, Gilson, que havia invadido o motel com Jhony, tentou fugir saltando o muro para o lado de fora, mas acabou cercado e preso. Ele confessou que outro integrante do grupo havia permanecido em frente ao estabelecimento para dar suporte à fuga e avisá-los caso houvesse imprevistos, e que ele havia fugido. O dinheiro que pretendiam

★ Saiba

Quatro casos

Esta foi a quarta morte ocorrida na Capital desde o mês passado, em confronto com policiais. Marcelo Aparecido da Silva, de 33 anos, foi morto no dia 11 de março por investigadores da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (Denar) ao reagir a prisão. No dia 28, adolescente de 17 anos morreu em troca de tiros com a PM após cometer um roubo no centro da cidade. No último dia 1º, foi morto Auro Teófilo de Alencar, 20 anos, apontado como integrante de quadrilha de assaltantes.

levar, cerca de R\$ 5 mil, segundo a polícia, foi recuperado. A arma do assaltante morto foi apreendida e encaminhada à Delegacia de



DIVULGAÇÃO

FLAGRANTE. Dinheiro e outros materiais apreendidos em poder dos assaltantes

Pronto Atendimento Comunitário (Depac), onde o caso foi registrado.

ONDA DE ROUBOS

No imóvel de Gilson, nas imediações, policiais militares encontraram uma lista com nomes de dois motéis que haviam sido assaltados.

Os crimes ocorreram na madrugada de domingo. No primeiro deles, na Vila Progresso, fizeram um disparo contra uma funcionária que não se feriu e levaram aproximadamente R\$ 500, celulares, televisão e computador.

No outro roubo, ocorreu no Jardim Leblon, passaram-

se por clientes. Instantes depois anunciaram o crime para a recepcionista e seguiram com ela como refém para o quarto do dono do motel, que reside no estabelecimento, de onde levaram uma quantia em dinheiro, cujo valor não foi divulgado.

VIOLÊNCIA

Servente interfere em briga e acaba assassinado a facada

O servente de pedreiro Nivaldo Pereira dos Santos, 39 anos, foi assassinado com uma facada nas costas ao interferir em briga de casal, na noite de anteontem, em um hotel na região central de Campo Grande. Segundo a polícia, o crime foi cometido por Rodney Garceis Reis, de 28 anos, preso em flagrante.

De acordo com informações de testemunhas, Rodney ingeria bebida alcoólica com um irmão e a namorada. Por razões de ciúme, começou uma discussão com a jovem,

ameaçando-a com uma faca.

Nivaldo, que era frequentador do hotel, por isso conhecia o casal, estava próximo e decidiu interferir na briga. Ele iniciou uma confusão com Rodney que se estendeu para o lado de fora do hotel. O servente de pedreiro acabou morto esfaqueado no cruzamento entre as Ruas Dom Aquino e Calógeras.

Rodney voltou ao quarto de hotel dizendo: "Já era. Já era", e tentou fugir, mas foi encontrado por policiais militares perto do Hospital do Câncer,

na Rua Marechal Rondon.

Segundo apurado pela polícia, Nivaldo e Rodney tinham histórico de desentendimentos anteriores.

A faca utilizada para cometer o homicídio foi apreendida e mede 17 de lâmina. O acusado foi preso em flagrante por homicídio doloso e tentativa de homicídio. Ele também teria passagens por furto e ameaça. O caso foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) do Centro. (LH)

Ex-policial rodoviário executado a tiros na porta de bar

O ex-policial rodoviário federal Carmelito Pereira do Nascimento, 62 anos, foi executado a tiros, na noite de anteontem, em um bar localizado na Rua Bruno Mariano Farias, no Bairro De Lourdes, em Paranaíba, distante 407 quilômetros de Campo Grande. Investigações iniciais dão conta de que o crime teve motivação passional. Segundo as informações, o caso, há alguns dias a vítima havia se desentendido com uma ex-namorada e o atual namorado dela.

Conforme testemunhas, Carmelito havia estado no comércio por volta das 20h, e saiu depois de receber um telefonema. Algum tempo depois, retornou e, quando desceu do carro, foi surpreendido pelo atirador, que ocupava uma motocicleta, com cinco disparos.

A Polícia Civil investiga se a pessoa que havia ligado para Carmelito tem envolvimento no crime e se ele foi vítima de emboscada. O idoso foi socorrido por moradores e levado para o hospital, mas não

resistiu. Até o momento nenhum suspeito foi identificado ou preso. O caso foi registrado como "homicídio doloso".

Carmelito foi demitido pela instituição federal, depois de ter sido preso na Operação Diamante Negro, deflagrada em 2008 para desarticular quadrilha ligada a exploração ilegal de carvão de vegetação. À época, foram cumpridos 34 mandados de prisão, entre eles, cinco contra o policiais rodoviários federais. (LH)

INVESTIGAÇÕES

Tentativa de latrocínio esclarecida pela Derf

Policiais da Delegacia Especializada em Repressão a Roubos e Furtos (Derf), de Campo Grande, após dois meses de investigações, identificaram Márcio Leão Cavalcante, 32, Ivan Domingues da Silva e dois adolescentes com idades entre 16 e 17 anos, como autores de uma tentativa de latrocínio ocorrida em uma fazenda na zona rural da cidade de Nova Alvorada do Sul, no dia 26 de janeiro desse ano.

Segundo a polícia, apurou-se que, na madrugada do crime, Márcio, Ivan e os adolescentes seguiram de Campo Grande em um veículo Corsa até a fazenda da vítima, local em que os menores, na posse de uma pistola e um revólver, renderam o capataz da fazenda e ajearam com disparos de arma de fogo. Após renderem as outras vítimas, subtraíram duas armas de fogo do proprietário e o carro

do capataz, um Fiat Siena, trazido para Campo Grande e queimado no Bairro das Moreninhas.

O grupo pretendia roubar também uma caminhonete Hilux do dono da fazenda, entretanto, ele não se encontrava no local. Ivan vendeu as armas para uma pessoa de nome Evandro Escobar, que, por sua vez, revendeu para Daires Câmara e André, respectivamente uma espingarda calibre 28 e um revólver calibre 22.

Foi apurado também que a espingarda calibre 28 que estava na posse de Daires foi utilizada por seu irmão, Francimar Câmara.

No ocasião, o mesmo usou a arma para praticar um homicídio em uma escola de informática, localizada na Rua Maracaju, no centro da Capital, no dia 16 de março deste ano. (TG)

FERIADÃO

DOF barra mais de 660 quilos de drogas

Durante a Operação Semana Santa, deflagrada pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF), mais de 660 quilos de drogas e uma pistola foram apreendidos. Também foram recuperados dois veículos roubados e preso um homem procurado pela Justiça. No decorrer da ação, realizada ao longo da faixa de fronteira, nas divisas de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, foram vistoriados 1.300 veículos, sendo sete deles apreendidos por apresentar adulterações nos sinais identificadores e recuperados outros dois, com ocorrências de roubos. Os policiais do DOF ainda apreenderam uma pistola e mais 68 munições de calibre 9 milímetros, 653 quilos de maconha, oito quilos de cocaína e 13 quilos de haxixe. (TG)

FLAGRANTE

PM apreende 23 quilos de cocaína em rodovia

A Polícia Militar Rodoviária Estadual (PMRE) apreendeu, ontem, no início da tarde, cerca de 23 quilos de cocaína. Segundo a PMRE, a droga estava com Saulo Moraes Rodrigues, morador da cidade de Dourados. Ele viajava num VW Gol com placas de Dourados, quando foi abordado em uma fiscalização de rotina, em frente à base policial de Amandina. Durante a vistoria, em um compartimento embaixo do assento do porta-malas do carro, os policiais encontraram 38 tabletes de cocaína que, na pesagem, totalizaram 23 quilos de entorpecente. Saulo Moraes foi preso em flagrante e encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Ivíñema, para as investigações complementares em torno do esquema de tráfico. (TG)

ANASTÁCIO

Mulher diz ter sido sequestrada e estuprada

Um homem de 48 anos, acusado de sequestro e estupro, foi preso pela Polícia Rodoviária Federal, na BR-262, em Anastácio, no domingo, durante a Operação Semana Santa. Conforme a PRF, o motorista, que mora em Anastácio e que não teve o nome divulgado, tentou fugir da fiscalização na rodovia, mas os policiais acabaram abordando o veículo Fiat Siena Preto. No momento da abordagem, uma mulher de 20 anos de idade saiu correndo de dentro do veículo, pedindo por socorro. Ela denunciou aos policiais que tinha sido sequestrada e que havia sofrido abuso sexual, o que foi negado pelo motorista. A vítima e o condutor foram encaminhados para a Delegacia de Polícia Civil de Anastácio para a apuração do caso. (TG)

PERDA

Ex-delegado-geral da Civil sepultado em Campo Grande

O ex-delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul Pedro Antônio Pegolo foi sepultado ontem à tarde, no Cemitério Parque das Primavera, em Campo Grande. O seu falecimento ocorreu no domingo e a causa não foi informada. Pedro Pegolo ocupou diversos cargos de chefia na Instituição Polícia Civil, chegando a delegado-geral, cargo que ocupou de 31 de janeiro de 1995 a 30 de dezembro de 1998. Também foi presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul (Adepol) e diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI). Também foi delegado regional em Aquidauana, corregedor-geral do Departamento de Trânsito. Pegolo foi ainda o primeiro coordenador da Guarda Municipal de Campo Grande. (TG)

REAÇÃO

Morto pela PM era menor e não tinha passagem pela polícia

Militares alegam que o adolescente participava de assalto e apontou arma para a equipe

LAURA HOLSBACK
ETHIAGO GOMES

Acusado de assalto morto em suposto confronto com policiais militares da Força Tática do 10º Batalhão, na madrugada de segunda-feira, na região da Vila Ipiranga, em Campo Grande, era um adolescente de 16 anos. Na ocasião do fato ele não portava documentos pessoais e foi identificado pela mãe, no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (Imol). Trata-se de D.P.M.A. que, de acordo com informações da Polícia Civil, não tinha histórico anterior de envolvimento em crimes.

A morte do adolescente foi a quarta ocorrida na Capital desde o mês passado em alegados confrontos com policiais. Marcelo Aparecido da Silva, 33 anos, foi morto no dia 11 de março por investigadores da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (Denar) ao reagir à prisão.

No dia 28, um outro adolescente, 17 anos, morreu em troca de tiros com a Polícia Militar após cometer um

roubo no centro da cidade. No dia 1º de abril, foi morto Auro Teófilo de Alencar, 20 anos, apontado como integrante de quadrilha de assaltantes que estaria agindo na cidade.

ASSALTO

No último episódio, registrado na segunda-feira, o adolescente D.P.M.A. morreu atingido por um tiro, depois de promover uma série de roubos em motéis de Campo Grande. Ele estaria agindo com Gilson Aparecido da Silva, 23, que foi preso em flagrante e indicou, ainda, o envolvimento de um terceiro comparsa, que dava apoio aos crimes do lado de fora do estabelecimento e se encontra foragido.

Durante o assalto ao motel, na região da Vila Ipiranga, ao perceber a intervenção policial, Gilson tentou fugir saltando o muro para o lado de fora, mas acabou cercado e preso. Ele confessou que outro integrante do grupo havia permanecido em frente ao estabelecimento para dar suporte à fuga e avisá-los

caso houvesse imprevistos. O dinheiro que pretendiam levar, cerca de R\$ 5 mil, segundo a polícia, foi recuperado. A arma do assaltante morto foi apreendida e encaminhada à Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac), onde o caso foi registrado.

Por ocasião do roubo, D.P.M.A. teria reagido à voz de prisão e, conforme sustenta a polícia, feito menção de que atiraria contra equipe de militares. Um dos PMs o enfrentou com um disparo, atingindo-o no pescoço. O adolescente chegou a ser socorrido, mas morreu instantes após dar entrada no Hospital Regional. Apesar de oficialmente não haver registro policial anterior em nome do menor, conforme a polícia, foi constatada em uma das pernas dele uma tatuagem de palhaço, que no meio criminoso faz menção a morte de policiais.

Com as investigações preliminares da Polícia Civil, descobriu-se que os criminosos carregavam uma lista de vários motéis que preten-



FLAGRANTE. Além do menor morto, um assaltante foi preso

diam assaltar. Mas, por ocasião da prisão, nenhum dos estabelecimentos listados, especialmente localizados

em bairros como Jardim Panorama, Jardim Paulista, Vila Jacy e Marcos Roberto, havia sido alvo de roubo.

Saiba

MPE vai para o enfrentamento

O Ministério Público Estadual (MPE), seguindo orientação do Conselho Nacional do Ministério Público, deverá adotar ações de enfrentamento às mortes decorrentes de intervenção policial. A medida visa efetivar o desempenho da instituição na relevante atribuição consistente em exercer o controle externo da atividade policial. Também objetiva combater o "auto de resistência seguido de morte", por meio de iniciativas que garantam que toda ação estatal que resulte em óbito tenha a sua específica investigação.

TRÁFICO

Polícia barra quase duas toneladas de maconha

Quase duas toneladas de maconha foi barrada pela polícia em duas apreensões no interior do Estado, na segunda-feira. Na primeira delas, um carregamento de mais de 1,1 tonelada da droga foi apreendido e dois traficantes presos, em uma pousada na Rua Júlio Mala, centro de Água Clara. De acordo com a Polícia Civil, inicialmente policiais rodoviários federais abordaram um veículo Fiesta que serviria de batedor para o transporte da droga. Havia a suspeita de que ele acompanharia um Celta, um Duster e um Voyage.

O Celta foi encontrado em um hotel da cidade, onde Felipe Diogo Fernandes Dias, 21, estava hospedado. Ele foi levado à delegacia, mas nada de ilícito foi encontrado no automóvel, por isso

foi liberado. Entretanto, policiais ainda suspeitavam da participação dele no crime e estrategicamente passaram a monitorá-lo. Foi flagrado retornando ao hotel apressadamente e, com malas, seguindo para a pousada. Neste momento, policiais entraram no local e abordaram Luciano de Souza Martins, da mesma idade, que tentou fugir, mas acabou preso. No carro dele, Duster, havia 1,1 tonelada de maconha. Felipe foi preso em Ribas do Rio Pardo e os condutores que seguiriam nos demais carros não foram encontrados.

MAIS MACONHA

Enquanto isso, policiais do Setor de Investigações Gerais de Dourados prenderam Paulo Geovál Sena Nascimento, que dirigia veículo carregado

de maconha na BR-163, na segunda-feira. No carro foram achados fardos de maconha, que pesaram 545 quilos.

Após receber denúncia anônima sobre a chegada de um veículo em Dourados e que estaria carregado de droga, a equipe montou campanha no local e abordaram Luciano de Souza Martins, da mesma idade, que tentou fugir, mas acabou preso. No carro dele, Duster, havia 1,1 tonelada de maconha. Felipe foi preso em Ribas do Rio Pardo e os condutores que seguiriam nos demais carros não foram encontrados.

Os policiais fizeram acompanhamento do veículo, que foi deixado próximo da Avenida Marcelino Pires. O condutor se distanciou, ficando parado em um ponto de ônibus. Após algumas horas de monitoramento, os investigadores realizaram a abordagem do suspeito, identificado como Paulo. Ele confessou que teria pegado o veículo em um canaliz próximo do



CERCO. Maconha apreendida na região de Dourados

trevo da bandeira e trazido até o local, onde aguardaria a chegada de uma pessoa com dinheiro do frete.

Os policiais constataram que o carro utilizado para o transporte teria outra placa

registrada e que ainda constava registro de furto em Uberlândia (MG) no dia 5 de março. A placa utilizada seria de uma GM S10, roubada em Campo Grande no dia 6 de janeiro deste ano. (LH e TG)

BATAGUASSU

Adolescentes fazem assalto em rodoviária

Assaltantes com 14 e 17 anos aterrorizaram funcionária e atiraram contra um policial civil de folga, em roubo na noite de anteontem, na agência da Viação Motta, no terminal rodoviário de Bataguassu, à margem da BR-262. Eles chegaram a pé e um anunciou o roubo à funcionária que estava no caixa. Com a arma apontada para a cabeça da mulher, recolheu cerca de R\$ 100. O comparsa esperava do lado de fora. A ação foi flagrada pelo policial, que tentou intervir, mas o ladrão fez dois disparos em sua direção. O policial estava desarmado. A dupla conseguiu fugir e foi presa na madrugada, na casa de um deles, no Bairro São Francisco. (LH)

PARAGUAI

STF nega anulação de extradição de ex-prefeito

O Supremo Tribunal Federal negou um pedido de suspensão do processo de extradição do ex-prefeito paraguaio Vilmar Acosta, acusado em seu país de planejar o assassinato de um jornalista e de sua assistente. Também conhecido como Neneco, ele foi detido no dia 4 de março, em Naviraí (MS), após cinco meses foragido da Justiça paraguaia.

O ministro José Antonio Dias Toffoli, responsável pelo caso, negou o pedido da defesa, que alega que Acosta também tem nacionalidade brasileira, o que impediria sua extradição. Acosta, ex-intendente da cidade de Ypohú, é acusado de ser o autor intelectual dos assassinatos do correspondente do jornal paraguaio "ABC Color" Pablo Medina e de sua assistente, Antonia Almada, em outubro

de 2014, além de produção, posse e tráfico de maconha. Medina era conhecido por suas investigações jornalísticas no departamento de Canindeyú, principal região de produção de maconha e tráfico de cocaína do Cone Sul.

Ao ser preso, Acosta apresentou um documento de identidade brasileiro, com o nome Vilmar Marques Gonzales e local de nascimento em Paranhos (MS), mas a polícia acredita a identificação é falsa. A questionada data de nascimento brasileira é de 1988, 13 anos depois da que consta em seus documentos paraguaios, que estabelecem seu nascimento em 1975, em Ypohú.

O governo paraguaio solicitou formalmente a extradição de Vilmar Acosta na semana passada.



DETIDO. Neneco foi preso em Mato Grosso do Sul

SATURACÃO

Polícia prende 11 pessoas e revista 135 em operação

Onze pessoas foram presas e 135 revistas durante a operação da Polícia Militar denominada "Saturação Lagoa", deflagrada no fim de semana em seis bairros de Campo Grande. A ação, de natureza preventiva, foi feita por policiais do 1º Batalhão, com auxílio

também de militares do trânsito. Conforme o tenente-coronel Amável Brandão Júnior, o objetivo do trabalho foi garantir a segurança na região do Lagoa, compreendida pelos bairros Jardim Leblon, Antártica, Bonança, Tijuca, Tarumã e São Conrado. (LH)

JUSTIÇA

Negada revisão criminal para anulação de julgamento do Juri

Desembargadores da Seção Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul indeferiram pedido de revisão criminal proposto por R.R.S. contra sentença que o condenou por homicídio qualificado por motivo fútil. Ele pediu a nulidade do julgamento

pelo Tribunal do Juri por considerar a qualificadora de motivo fútil impropriedade, uma vez que foi cúmplice do motivo do crime. Ele não aceitava o fim do relacionamento que mantinha com a ex e com o fato de ela ter iniciado novo relacionamento. (TG)

INVESTIGAÇÕES

Projetores furtados iriam para o Paraguai

THIAGO GOMES

O lote de 121 projetores de cinema importados da Bélgica, avaliado em mais de R\$ 24 milhões e furtado em fevereiro último, no Rio de Janeiro, seria entregue a receptadores no Paraguai. Pelo menos esta é avaliação inicial da delegada Ana Cláudia Medina, da Delegacia Especializada em Combate ao Crime Organizado de Mato Grosso do Sul (Deco), que na terça-feira apreendeu parte

dos equipamentos em Vitória (ES). Três pessoas estão presas e devem ser transferidas para Campo Grande com o material apreendido. Uma parte da carga foi encontrada em Minas Gerais, no começo de fevereiro, e uma outra na Capital, no dia 2 de março.

O furto dos equipamentos de alta definição e com acessórios importados dos Estados Unidos ocorreu no dia 1º de fevereiro, em um depósito em Vigário Geral, no subúrbio do

Rio. Alguns dias depois, parte dos equipamentos foi encontrada em Minas Gerais. Com o início das investigações da Deco, em parceria com a polícia do Rio de Janeiro, no dia 2 de março, parte da carga foi encontrada em um galpão no Jardim Itamaracá, em Campo Grande. Os kits de projetores localizados na Capital estão avaliados em R\$ 5 milhões.

Houve desdobramento das investigações, e na terça-feira, no contexto da operação "Pro-

jeção", a delegada Ana Cláudia Medina apreendeu em Vitória mais uma parte do material furtado.

O lote foi achado em Colatina, no noroeste do Espírito Santo. Foram presos, em Viana e Cariacica, na Grande Vitória, acusados de envolvimento no furto, Célio Andrade de Barcelos, 37 anos, Luís César Andrade, 35, e Antônio Cláudio Barbosa, 38. Oito carretas e três carros também foram localizados e a suspeita é de que

tenham sido usados no transporte da carga.

A delegada informou que nove pessoas são suspeitas de participar do grupo criminoso, mas apenas quatro mandados de prisão foram expedidos pela Justiça. Os acusados presos devem responder pelos crimes de organização criminosa especializada em roubo e furto, e recepção de cargas de alto valor. As diligências vão prosseguir, em busca dos demais envolvidos.

Saiba

Destinação dos equipamentos

Os projetores roubados seriam distribuídos para salas de cinema do sul do País e também para o interior de São Paulo, substituindo os analógicos.

RODOVIA

Bandidos espionavam posto da polícia



ESCONDIDOS. Na árvore, o ponto de observação dos bandidos

LAURA HOLSBACK

Ponto de espionagem improvisado em cima de árvore foi montado por quadrilha de criminosos para sondar movimentação policial, perto do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF), à margem da rodovia BR-163, na cidade de Dourados, a cerca de 100 quilômetros do Paraguai. O local havia sido descoberto há alguns dias, chegou a ser monitorado e antenamente foi desmontado.

A suspeita principal é que a espécie de "observatório do crime" estivesse sendo ocupado por integrantes de quadrilha especializada em contrabando de cigarros, já que este é um dos modus operandis que caracteriza ações deste segmento. A localização, perto da fronteira com o País que, além da exportação de maconha, é conhecido também pelo comércio do produto de origem estrangeira, é outro fator que colabora para a suspeita, de acordo com informações do inspetor-chefe da Delegacia da PRF de Dourados, Ozanan Catelan.

Segundo Catelan, a existência do abrigo foi avisado por

condutores e moradores que passam pela região. O ambiente chegou a ser monitorado por alguns dias, com o objetivo de flagrar possíveis componentes do grupo criminoso, mas ninguém apareceu. "Acreditamos que alguém envolvido no esquema tenha percebido nosso trabalho de monitoramento e avisado aos espies. Fazendo com que abandonassem o ponto", destacou o inspetor-chefe.

O acampamento havia sido estruturado entre folhas e galhos na copa de uma grande árvore frutífera (mangas), em um ponto em que o posto de fiscalização da PRF podia ser observado. Para isso, criminosos utilizavam binóculos e, por meio de rádios comunicadores e telefones celulares, avisavam comparsas sobre a movimentação no posto e rota de viaturas. "Suspeitamos que seja estratégia de quadrilha de contrabandistas de cigarros. Esta é a maneira como costumam agir. Adotam a logística para observar postos policiais e avisar a condutores de carretas quando o efeito sai para ocorrências.

INSEGURANÇA

Ladrões aterrorizam família em residência

Três assaltantes promoveram limpa em casa e aterrorizaram família na noite de anteontem, na Rua Antônio Rodrigues, no Conjunto Residencial Recanto dos Rouxinóis, em Campo Grande. Um casal, a filha, uma amiga e uma criança de quatro anos permaneceram reféns dos criminosos por cerca de meia hora. O trio fugiu levando joias, veículos e outros pertences das vítimas.

De acordo com informações da Polícia Civil, os bandidos invadiram o imóvel por um portão dos fundos. Dois deles estavam armados e dominaram as cinco vítimas. Entre elas, uma menina de apenas quatro anos, que chorou em determinado momento e chegou a ter

uma das armas apontada para a cabeça.

Uma das moradoras contou à polícia que apesar da reação violenta de um dos assaltantes, um outro se mostrava educado e pedia para que os comparsas não maltratassem as vítimas. Ela foram amarradas com cordas e permaneceram por cerca de 30 minutos trancadas no banheiro da casa. Nesse tempo, os ladrões fizeram uma limpa. Roubaram joias, aparelhos eletrônicos, documentos, telefones celulares, uma motocicleta Biz e um automóvel modelo Up Take.

As vítimas pediram socorro para vizinhos logo que perceberam a fuga dos criminosos. (LH)

TROCA INTELIGENTE CHEVROLET

TROQUE SEU CARRO POR UM CHEVROLET NOVO, E RECEBA DE VOLTA ATÉ R\$10 MIL PARA USAR COMO QUISER.

FIND NEW ROADS / PASSE EM UMA CONCESSIONÁRIA E CONFIRA.

NAÇÃO CHEVROLET
CAMPO GRANDE - AV. CORONEL ANTONIO
(07) 3362-7000

PERKAL
CAMPO GRANDE - AV. ZAHARA
(07) 3346-7000

PERKAL
DOURADOS (07) 3416-6600
PONTA PORÁ (07) 3457-2222

PERKAL
NOVA ANDARAIA (07) 3441-0900
NAVIRAIA (07) 3467-3344

ASEMOTORS
CORUMBÁ (07) 3234-4111

TAVEL
COXIM (07) 3229-7710

CHEVROLET

SERVIÇOS FINANCEIROS

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

TRÁFICO

Mulher de 72 anos comandava ponto de venda de droga

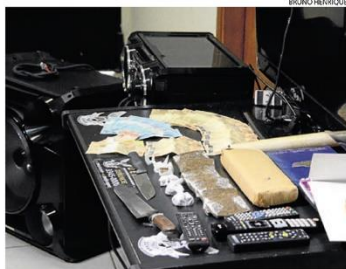
Ela alegou que a aposentadoria era insuficiente

LAURA HOLSBACK

Apelidada no meio policial como "Vovó do tráfico", a aposentada Nadir Benites Ferreira, 72 anos, foi presa em flagrante, anteontem, comercializando maconha na casa onde mora, na Rua Visconde de Suessuna, no Jardim Tijuca, em Campo Grande.

De acordo com informações do delegado João Paulo Sartori, adjunto da Delegacia Especializada na Repressão ao Narcotráfico (Denar), investigadores monitoraram o imóvel e, no momento em que Nadir chegou, pediram a ela autorização para revistar a casa. A entrada dos policiais foi permitida e foi encontrado cerca de 1,6 quilo de maconha, distribuído em 18 porções; segundo o delegado, cada uma com 30 gramas - era vendida a R\$ 50. Também foram apreendidos R\$ 2.080, provenientes da venda da droga.

A maneira como a idosa separava o entorpecente, segundo a polícia, mostra que ela agia organizadamente. Visto



FLAGRANTE. Dinheiro e drogas apreendidos com a idosa

que são comuns apreensões de pequenas porções, que, geralmente, são vendidas a R\$ 10. Em depoimento, confessou estar envolvida nessa modalidade criminosa há cerca de seis anos e nunca havia sido presa. Alegou, ainda, que apenas a aposentadoria não era suficiente para sobreviver e que paralelamente vendia entorpecente para se alimentar. O delegado não soube di-

zer como ela iniciou o tráfico de drogas, mas alegava que o dinheiro da aposentadoria era insuficiente.

Somente objetos que eram usados para preparar as porções, a droga e o dinheiro foram mostrados ontem pela polícia.

NOVA ANDRADINA Enquanto isso, em Nova Andradina, ao diligenciar pa-

Saiba

Traficante presa em ônibus

Na manhã de ontem, por volta das 7 horas, em bloqueio na MS-164, região de Ponta Porã, policiais do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) apreenderam um quilo de cocaína. Eles abordaram um ônibus que fazia a linha Ponta Porã/Campo Grande e, na vistoria aos passageiros, encontraram a droga, distribuída em três volumes, junto ao corpo de M.H.E. Na checagem, foi constatado que M.H.E. tinha contra si um mandado de prisão, expedido pela 1ª Vara Criminal de Porto Alegre (RS).

ra apreender adolescente, suspeito de envolvimento em assalto a residência com roubo de veículo, policiais civis chegaram a um ponto de venda de drogas e prenderam em flagrante Lucas Bezerra da Silva, 19, por ser o responsável pelo tráfico no local.

Com Lucas foram encontradas 52 gramas de maconha prontas para serem embaladas e comercializadas, além de certa quantidade de dinheiro em notas de baixo valor, provenientes da venda de entorpecentes.

LADÁRIO

Quinto suspeito de crimes morto pela polícia

THIAGO GOMES

Dorinei Alves Vilalva, 35 anos, suspeito de participação em crimes, foi morto pela Polícia Militar em suposto confronto, na noite de quarta-feira, em Ladário. Este é o quinto episódio de morte em intervenção policial, em menos de um mês no Estado. A série de episódios fatais começou com Marcelo Aparecido da Silva, de 33 anos, morto no dia 11 de março por investigadores da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (Denar), na Capital.

No dia 28, um adolescente, de 17 anos, morreu em troca de tiros com a Polícia Militar, após cometer roubo no centro da cidade. No último dia 1º, foi morto Auro Teófilo de Alencar, 20 anos, apontado como integrante de quadrilha de assaltantes que estaria agindo na cidade. Na última segunda-feira, D.P.M.A., 16 anos, foi morto pela Polícia Militar, na região da Vila Ipiranga, em Campo Grande, em meio à ocorrência de um assalto a motel.

ÚLTIMO CASO

No quinto episódio, na noite de quarta-feira, em Corumbá, após perseguição, Dorinei Vilalva, que ocupava uma motocicleta na companhia de um menor, foi morto no Bairro Alta

Floresta, em Ladário. A PM alega que a equipe mandou que ele parasse, o que não foi atendido, dando-se início à perseguição, que terminou em Ladário, onde, conforme a polícia, Dorinei teria atirado contra a guarnição, que revidou. O suspeito morreu no local e o menor foi detido. Com ele, teriam sido encontrados 27 papetes de cocaína e um revólver calibre 38. O corpo foi removido para Instituto Médico Legal. O caso foi encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil e ontem a delegada plantonista, Paula Ribeiro dos Santos Oruê, tomou o depoimento dos militares envolvidos na ocorrência e do menor que se encontrava em companhia de Dorinei.

ACOMPANHA

O Ministério Público Estadual (MPE) ainda não informou quais as medidas que adotará para acompanhar as ocorrências policiais envolvendo mortes. Há uma orientação geral do Conselho Nacional do Ministério Público para que nos estados seja adotado um enfrentamento rigoroso a esse tipo de episódio. O que se quer evitar é que tais casos fiquem sem regular apuração.

DOURADOS

Presos comandavam roubos de carros de dentro da cadeia

Esquema de roubo de carros que era comandado de dentro do Penitenciário Estadual de Dourados foi desmontado por policiais do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) anteontem, a partir da prisão de três mulheres que tinham a função levar veículos até o Paraguai. Bruna Cristina, 21, Aliane Roberta, 24, e Ana Carolina, 20, foram presas em uma Ranger, roubada em Brasília (DF), em abordagem na MS-386, em Amambai.

Segundo a polícia, Bruna era quem dirigia a caminhonete e, inicialmente, disse que pertencia ao pai dela. No entanto, os dados do motor do veículo

foram consultados no sistema policial, já que as placas eram falsas, e identificado que se tratava de um bem tomado em assalto, na capital federal, em dezembro do ano passado. As mulheres disseram que agiam a mando de um presidiário de Dourados, cidade onde residem e haviam recebido a caminhonete de um desconhecido.

O destino seria Coronel Sapucaia. Elas indicaram onde seria a entrega e o receptor, que não teve o nome divulgado, foi preso em flagrante. O quarteto foi preso por associação criminosa e receptação. (LH)

RODOVIA

Carga de quase duas toneladas de maconha barrada na BR-267

Tentativa de fuga acabou em perseguição e, na sequência, na apreensão de quase duas toneladas de maconha, além da prisão de dois traficantes. O episódio foi registrado na BR-267, altura do quilômetro 130, na cidade de Nova Andradina, distante 297 quilômetros de Campo Grande, na última quarta-feira.

De acordo com informações registradas pela Polícia Civil, Sívio Eduardo de Faria Melo, de 26 anos, e Rafael Souza da Silva, 24 anos, levavam a droga em um Nissan Frontier. Rafael, que estava na direção, foi orientado a parar, ao passar pelo posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF), mas desobedeceu e



DROGA. Veículo apreendido com a carga de maconha

fugiu em grande velocidade. Houve perseguição e os jovens foram alcançados e cercados alguns quilômetros depois. No carro foram encontrados cerca de 1.850 quilos de maconha, bem como 1,05 quilo de haxixe, um revólver calibre 38 e 126 munições do mesmo calibre.

Aos policiais, os presos informaram que saíram de Dourados com destino a Presidente Epitácio (SP) e que, pelo transporte, receberiam R\$ 20 mil.

Na MS-455, região de Sídrolândia, policiais do Departamento de Operações de Fronteira apreenderam uma motocicleta abandonada com três sacos contendo 56 tabletes de maconha, totalizando 48 quilos da droga.

O traficante abandonou o veículo com a droga ao perceber a presença dos policiais do Departamento de Fronteira na rodovia. (LH)

SILICONE

Identificada a ossada achada no Taveirópolis

A ossada humana encontrada no mês passado, em uma fossa desativada em uma empresa no Bairro Taveirópolis, em Campo Grande, é de Marília Débora Caballero, filha de Marília Débora Caballero, recebiu da Silimed (empresa fabricante de implantes de silicone) um documento em que confirma que o implante

silicone encontradas junto aos ossos.

Ontem, o delegado Messias Pires dos Santos Filho, da 6ª Delegacia de Polícia, recebeu da Silimed (empresa fabricante de implantes de silicone) um documento em que confirma que o implante

mamário de número de série 1669460 estava registrado em nome de Marília Débora Caballero.

A nota fiscal da compra desses implantes foi emitida pela Silimed em 29 de agosto de 2003. A Silimed destacou que a identificação foi pos-

sível graças ao sistema de rastreabilidade da empresa.

O namorado de Marília, que morava junto com ela na época e no endereço onde a ossada foi encontrada, é o principal suspeito do sumiço e morte da jovem, mas ele morreu em 2011. (TG)

CIGARROS

PRF desmonta ponto de distribuição de contrabando na 163

Por meio de ações de vigilância e monitoramento com helicóptero, equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) desmontou um entreposto de cigarros contrabandeados que vinha funcionando na Chácara das Mansões, próximo ao quilômetro 453 da BR-163, em Campo Grande.

De acordo com as informações, a quadrilha recebia grande quantidade de cigarros contrabandeados do Paraguai e utilizava pequenos furgões (Fiat Fiorino) para distribuição do produto em Campo Grande e no interior do Estado.

Ainda segundo a PRF, o trabalho envolveu as equipes de solo e da Divisão de Operações Aéreas da Polícia Rodoviária Federal. Além do contrabando, foram presos quatro homens que trabalhavam na distribuição da mercadoria.

A ocorrência foi encaminhada para Delegacia de Polícia Federal de Campo Grande. As demais circunstâncias do crime ainda estão sendo apuradas. Em 2014, foram apreendidos 1.227.622 pacotes, em 2015 já foram apreendidos 307.119 pacotes. (TG)

INVESTIGAÇÃO

Presos mais envolvidos em assaltos a motéis

Mais três acusados de envolvimento em assaltos a motéis de Campo Grande foram presos e apresentados ontem, na Delegacia Especializada de Repressão a Roubos e Furtos (Derf). Segundo a investigação, além de Gilson Aparecido da Silva, 23, preso na últi-

ma segunda-feira pela Força Tática da Polícia Militar, também estariam Michael Tales Alves da Cruz, 25, Rodrigo Ferreira da Conceição, vulgo Boi, 25, e Elton Pereira da Silva, 32 anos.

Um outro acusado, um adolescente de 16 anos, mor-

reu baleado durante confronto com a Polícia Militar, em assalto a um motel na Vila Ipiranga, imediações do Hospital Universitário.

Conforme a polícia, a quadrilha analisava a rotina dos estabelecimentos antes de cometer os roubos e utilizava

um táxi como suporte para fuga.

O delegado Carlos Delano, da Roubos e Furtos, investiga a participação de uma quinta pessoa no "esquema" e que seria responsável por trocar os objetos roubados por drogas. (TG)



REGIME. Na Unidade Educacional de Internação (Unei) Dom Bosco, em Campo Grande, adolescentes já têm cotidiano semelhante aos dos presidiários das unidades penais de segurança máxima

CRIMINALIDADE

Aumenta o número de delitos cometidos por menores de 18 anos

Em meio à discussão sobre redução da maioridade penal para 16 anos, adolescentes roubam mais

RAFAEL BUENO

O número de furtos e roubos que envolve crianças ou adolescentes aumentou no início deste ano, em Campo Grande. Enquanto no primeiro trimestre de 2014 foram 115 ocorrências registradas, neste ano os casos subiram para 136 (aumento de 18%), nos primeiros três meses.

Segundo a delegada de Atendimento à Infância e Juventude, Rôzeman Geise Rodrigues de Paula, os adolescentes envolvidos na prática destes delitos são, geralmente, usuários de drogas, bem como de famílias sem condições estruturais.

"Entre os objetos subtraídos, temos aparelhos celulares e outros que são usados como moeda de troca por entorpecente", afirma Rôzeman.

Os assaltos que envolvem adolescentes, na Capital, alimentam mais o debate sobre a proposta de redução da maioridade penal, que tramita no Senado Federal (ver box). Porém, para a delegada, que lida diretamente com a

situação, a redução da maioridade não será a única e, exclusiva, solução para as questões da criminalidade no País.

"Isso envolve uma multidimensionalidade de fatores e medidas a serem adotadas. Devemos rever nossos padrões educacionais, familiares e sociais", avalia.

Para Rôzeman, é preciso rever todo o sistema de cumprimento das medidas socioeducativas, tanto no âmbito estrutural como no modelo atual da legislação brasileira.

A começar pela questão da ressocialização dos infratores. "O sistema atual não tem sido instrumento de real educação, a ponto de devolver pessoas melhores à sociedade".

A forma do regime e o tempo de internação também é outro ponto criticado pela delegada. Para ela, os autores de atos infracionais de maior gravidade deveriam ter o cumprimento de suas medidas de maneira diferenciada.

"Hoje, o tempo de internação é de, no máximo, 3 anos ou ao completar 21 anos. Isso



DELEGADA. Para Rôzeman, é preciso rever o sistema socioeducativo

gera desconforto na sociedade e a tão falada sensação de impunidade", pontua.

VIOLÊNCIA

Alguns atos praticados por adolescentes surpreendem pela violência. No mês passado, por exemplo, uma estudante de 16 anos morreu depois de ser esfaqueada por

outra adolescente de 17 anos, durante uma briga no terminal de ônibus.

Apesar da gravidade dos fatos, no dia seguinte, a autora se apresentou na delegacia, foi ouvida e liberada para responder em liberdade.

Conforme a delegada Rôzeman, a autora não foi encaminhada para internação por

0,9%

DOS CRIMES
Levantamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, mostra que os menores de 16 a 18 anos (faixa etária que mais seria afetada por uma eventual redução da maioridade penal) são responsáveis por 0,9% do total dos crimes praticados no Brasil

conta das leis brasileiras. Isso porque a legislação prevê que a internação somente pode ocorrer em estado de flagrante ou por determinação judicial.

"Ela se apresentou espontaneamente em sede policial no dia seguinte ao fato [o que não permite o flagrante] e também não existia ordem judicial para a internação", alega a delegada, que atendeu à ocorrência.

Alteração na legislação ainda gera polêmica

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, causa divergências na Câmara dos Deputados. Entre polêmica ou não, o fato é que a PEC foi aprovada no dia 31 de março pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da casa.

Agora, uma comissão especial analisa as alterações para apresentar o texto final, dentro de até três meses, para votação no Plenário. Depois, o projeto deve ainda passar novamente por apreciação no Senado.

Favorável à emenda, o deputado Marcos Rogério (PDT-RO) afirma que a redução da maioridade penal "tem como objetivo evitar que jovens cometam crimes na certeza da impunidade".

Já o deputado Alessandro Molon (PT-RJ) lamentou o resultado. "Estamos decidindo mandar para um sistema falido, com altíssimas taxas de reincidência, adolescentes que a sociedade quer supostamente recuperar".

Os calorosos debates também foram acompanhados por manifestantes favoráveis e contrários à PEC, durante a votação na CCJC. De um lado, mães de vítimas de violência cometidas por menores. De outro, estudantes que são contra a redução. (RB)

Enquete

Você é favorável que menores de 18 anos idade tenham a mesma punição que os adultos?



SIM: "Acho ótimo, já deveriam ter feito isso há anos. Hoje, as crianças fazem o que querem e ninguém coloca limite, esta medida deve diminuir a violência"

Cristiane Andreia dos Santos, 30, comerciante



SIM: "Sou a favor da redução da maioridade penal. Se um jovem de 16 anos pode votar para presidente, ele tem condições de responder pelos atos que comete"

José Dorival, 50 anos, cobrador do transporte coletivo



SIM: "Deve baixar o limite da maioridade penal sim. Se fizer alguma coisa errada, tem que saber que vai pagar. Assim creio que muito pensariam antes de cometer algum delito"

Nathalia Rita, 17 anos, estudante



SIM: "A pessoa com 16 anos tem que assumir responsabilidade. Com esta idade, sendo considerado menor, ele pode aprontar até a maioridade"

Matheus Farias, 17 anos, servente



SIM: "É bom. Com 16 anos, o jovem já pode responder e pode pagar pelo que faz. Com esta idade, já pode ser considerado responsável"

Paulo Roberto Borin, 49 anos, motorista

VIOLÊNCIA

Usuário de drogas executado a tiros

A vítima, que conversava com um amigo na porta de casa, ainda tentou correr para dentro

LAURA HOLSBACK

O usuário de drogas Lyniker de Castro Figueiredo, 19 anos, foi perseguido e executado a tiros dentro da casa onde morava, na Rua Graúna, no Bairro Guanandi, na noite de anteontem. Segundo apurado pela polícia, por meio de informações de testemunhas, ainda não é possível esclarecer qual foi o motivo para o assassinato, pois ele estava envolvido em diversos crimes de receptação de objetos roubados e furtados. Além disso, tinha desentendimento com várias pessoas. Inclusive, o imóvel onde foi morto já havia sido alvo de atentado.

Conforme a polícia, a residência é da mãe de um amigo do rapaz, que também é dependente químico e tinha participação em crimes de receptação. No momento da execução, estava no ambiente, mas fugiu ao notar que o amigo era perseguido. A polícia investiga se ele também estaria no alvo dos atiradores.

A mulher contou que Lyniker estava na rua quando dois homens desceram de um automóvel, modelo Uno, de cor

vermelha. Ambos estavam armados e a vítima tentou fugir da mira correndo para dentro da casa, onde foi alcançada e morta com dois tiros dentro de um dos quartos. Próximo da porta do cômodo, investigadores da Polícia Civil apreenderam duas cápsulas intactas de pistola ponto 40.

A dona do imóvel disse que o rapaz era amigo de seu filho e vinha morando com eles de favor. Contou que a vítima usava drogas e que o filho também é viciado. Disse ainda que ambos estavam envolvidos em receptações e têm intrigas com muitas pessoas. Segundo ela, há alguns dias, a casa havia sido atingida por tiros, em tom de ameaça.

O crime está sob investigação. Por enquanto, não há informação sobre suspeitos nem o motivo do crime.

DOURADOS

Em Dourados, segunda maior cidade do Estado, o corpo de um homem, com aparência entre 40 e 50 anos, foi encontrado com sinais de espancamento, no início da manhã de ontem, na Rua Firmino Vieira, entre a Onofre

Saiba

Número de assassinatos está crescendo

Com mais este caso, sobe para 35 o número de homicídios dolosos ocorridos na Capital neste ano, representando média de quase três mortes por dia. Em todo o Estado, foram 174 crimes dessa natureza até anteontem, de acordo com estatística da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (Sejusp). (LH)

Pereira de Matos e a Antônio Emílio de Figueiredo, região central. A vítima ainda não foi identificada porque não tinha documentos pessoais. Suspeita-se que seja moradora de rua. Peritos avaliaram o cadáver e constaram lesões principalmente na cabeça.



HOMICÍDIO. Residência em que ocorreu o crime, na região do Bairro Guanandi

Motorista morto no Inferninho pode ter sido vítima de latrocínio

O motorista José Ferreira Dias Sobrinho, 50 anos, encontrado morto com um tiro no tórax no último domingo, na cachoeira do Inferninho, região da saída para Rochedo, pode ter sido vítima de latrocínio (roubo seguido de morte). A hipótese passou a ser considerada pela polícia desde que familiares da vítima a identificaram na segunda-feira.

De acordo com o delegado Gustavo Bueno, da Delegacia Especializada de Furtos e Roubos de Veículos (Defurv),

José Ferreira estava desaparecido havia uma semana e o corpo já apresentava sinais de decomposição. Na ocasião em que saiu de casa, quando de seu desaparecimento, o motorista ocupava uma motocicleta, modelo Titan, cor vermelha, segundo relatos de familiares. O veículo ainda não foi encontrado, por isso existe a suspeita de que a vítima tenha sido assassinada durante roubo.

A família não sabe que destino José Ferreira tomou

quando saiu da residência, no Bairro Vida Nova. G.J.B., de 46 anos, fazia a escalada na cachoeira do Inferninho, quando viu o corpo, que estava no leito do rio. A polícia constatou no tórax da vítima uma perfuração proveniente de disparo de arma de fogo. Ele não portava documentos pessoais e foi identificado por familiares no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (Imol). Investigadores estão empenhados em esclarecer o crime. (LH e TG)

TRÁFICO

Casal flagrado com 28 kg de cocaína

Nelson Almeida da Silva, 34 anos, que viajava em companhia de uma mulher, também de 34 anos, foram presos em flagrante, na tarde de segunda-feira, transportando 32 tabletes de cocaína, que pesavam 28 quilos. A apreensão aconteceu no quilômetro 18 da BR-267, região de Bata-guassu.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), durante fiscalização, os policiais abordaram um veículo Citroën/C4 20GLAX5, placa de Dourados, conduzido por Nelson. Em entrevista preliminar, condutor e a passagei-

ra afirmaram que estariam indo para Presidente Prudente (SP), onde procurariam um caminhão para compra.

Os policiais realizaram vistoria do veículo com uma cadela farejadora pertencente ao Grupo de Operações com Cães, K-9 "Bella". Ela indicou entorpecente no assento externo do veículo, onde foi feita vistoria e foram localizados dois compartimentos ocultos no assento. Nos "escondi-tos" foram achados 32 tabletes de cocaína, totalizando 28 quilos. Eles estavam embalados a vácuo e com papel laminado.

O traficante afirmou que



RODOVIA. Cadela farejadora ajudou a detectar a droga no carro

pegou a droga em um posto de combustíveis em Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, sendo que iria entregá-la no Castelo Branco, em São Paulo. Ele declarou, ainda, que, pelo serviço, re-

ceberia o valor de R\$ 5 mil.

O casal e o entorpecente foram encaminhados para a sede da delegacia de Polícia Civil de Bataguassu, onde foi lavrado o auto de prisão em flagrante. (TG)

Veículo com adesivo da Embrapa levava 1,5 tonelada de maconha

Caminhonete roubada, com placas de Campo Grande e com adesivo da Embrapa, foi apreendida com 1,5 tonelada de maconha. A apreensão foi feita pela Polícia Militar, em José Bonifácio (SP). A PM chegou ao local por meio de denúncia anônima. A droga estava em um galpão, na área urbana da cidade. Quatro ho-

mens foram presos e um menor, apreendido. De acordo com os policiais, o adesivo era usado apenas para despistar os policiais nas entradas de cada cidade e não

chamar atenção em caso de blitz nas rodovias. Em nota, a Embrapa informou que a assessoria jurídica está analisando o caso.

A droga estava embalada em tijolos e escondida na carroceria da caminhonete, que ostentava o selo da Embrapa, órgão federal. Foi o menor que levou a caminhonete com a droga até o interior paulista. Além da caminhonete, a polícia apreendeu dois outros veículos que davam apoio ao transporte da droga. (TG)

INSEGURANÇA

Caminhoneiro assaltado ao descansar em posto de combustíveis

Caminhoneiro do Rio Grande do sul, que estava de passagem por Campo Grande, foi assaltado ao parar para descansar em um posto de combustíveis na BR-163, região da Chácara Mansões, por volta das 21h de anteontem. A vítima, de 36 anos, contou à po-

lícia que recentemente havia estacionado o caminhão, no momento em que foi surpreendida por três criminosos, anunciando o roubo.

Um deles estava armado e o mandou abrir a porta do veículo e entregar os pertences que tinha. Foram levados do-

cumentos pessoais, roupas, tênis, GPS e telefone celular.

Ainda segundo a vítima, o estacionamento do posto de combustíveis não tem iluminação, o que pode ter colaborado para a ação dos criminosos. O trio vestia roupas escuras e usava bonés. Por conta

da escuridão, o caminhoneiro não conseguiu identificar outras características. Os três fugiram a pé.

CAPITAL

Enquanto isso, também em Campo Grande, um homem de 31 anos procurou a polícia

e disse ter sido assaltado na manhã de ontem, na Rua 26 de Agosto, centro. A vítima declarou ter sido abordada por homens que, mediante ameaças de morte, feitas sob mira de revólver, roubaram o seu carro, um VW Gol. No momento do assalto, a vítima

deixava o apartamento da sogra.

De 1º de janeiro até ontem, somente em Campo Grande, dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) já apontavam para o registro de 1.826 casos de roubo. (LH e TG)

INVESTIGAÇÃO

Quadrilha de traficantes presa pela Denar

Cinco homens acusados de fazer parte de uma quadrilha que planejava promover furtos em bancos em Mato Grosso do Sul para comprar drogas foram presos pela equipe da Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico (Denar).

O delegado João Paulo Sartori destacou que a prisão do grupo deu-se como resultado de um mês de investigação.

Foram presos André Atílio de Castro Ribeiro, 33 anos; Diogo Vasconcelos Cândido, 20 anos; Patrick Januário Souza, 28 anos; Manoel Aparecido Costa, 36 anos; e Fernando Ferrari Neto, 32 anos.

Em poder da quadrilha foram apreendidos um equipamento utilizado para furtar caixas eletrônicos, R\$ 4,2 mil em dinheiro e 317 quilos de maconha. Também foram re-

colhidos um Corsa e um Honda Fit, que seriam utilizados para levar a maconha para São Paulo.

ENVOLVIMENTO

Conforme o delegado Sartori, Fernando já era conhecido das autoridades policiais por envolvimento no tráfico. Na casa dele, no distrito de Indubrasil, os policiais encontraram o carregamento de 317

quilos de maconha. Patrick era responsável por intermediar a compra da droga de Fernando.

Ainda conforme o delegado da especializada, o grupo planejava realizar furtos a bancos em Mato Grosso do Sul e o dinheiro arrecadado seria utilizado para comprar drogas que seriam enviadas para o Estado de São Paulo. (TG)

JÚRI POPULAR

Réu condenado a quatro anos por homicídio simples

Em júri realizado ontem, pela 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande, o réu Ivan Lopes de Andrade, 36 anos, foi condenado a quatro anos de reclusão, em regime aberto, pelo crime de homicídio simples. O julgamento faz parte do mutirão da 2ª Semana Nacional do Tribunal do Júri. Pela denúncia do

Ministério Público, no dia 13 de março de 2005, por volta das 23h30min, na Rua Salamanca, Bairro Bonanza, o réu e um comparsa mataram Wallace Cardoso de Carvalho. O comparsa teria sido o executor do tiro, ao passo que o réu prestou-lhe auxílio no momento do fato. (TG)

EDITORIAL

Policiamento limitado

As diligências para desmascarar quadrilhas de traficantes e contrabandistas estão cada vez mais escassas. Limitam-se a apreensões e depois não sabemos mais das investigações

Há um vergonhoso contrassenso entre os investimentos em segurança, principalmente na região fronteira, e a atuação de organizações criminosas que não encontram tantos obstáculos para trazer drogas ou produtos contrabandeados aos estados brasileiros. Não há dúvidas sobre a fragilidade da fiscalização, o que decorre, obviamente, da falta de investimento em policiamento, principalmente pelo governo federal. Foram lançados os planos de Gestão Estratégica, Gabinete de Gestão Integrada e diversos outros programas com intuito de "barrar" a entrada de produtos ilícitos. Entretanto, tivemos poucos avanços até agora.

Ontem mesmo, durante reunião, policiais federais cobraram mais autonomia e dinheiro, voltando a defender a aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 412/09). O foco foi cobrar mais investimentos para apurar os casos de corrupção, propondo até a criação de uma delegacia especializada. A discussão foi baseada em pauta nacional, com esse mesmo enfoque. Certamente, temos acompanhado os resultados positivos das investigações, que resultaram nas prisões de diversos políticos e empresários envolvidos em desvios de bilhões em recursos públicos. Desde o ano passado, por exemplo, novos desdobramentos nos mostram o gigantesco escândalo que ocorria na Petrobras.

Todas essas denúncias corroboram para investimentos nesta área, mas é preciso verificar se a Polícia Federal não vem, em algumas ocasiões, deixando de dar a devida importância para outros crimes, que também fazem parte de suas atribuições e prejudicam os cidadãos brasileiros. Hoje, as diligências para desmascarar quadrilhas de traficantes e contrabandistas estão cada vez mais escassas. Limitam-se a apreensões e depois não sabemos mais dos desdobramentos das investigações. No dia 25 de fevereiro deste ano, foi apreendida 1,4 tonelada de cocaína em Corumbá. A carga estava em uma carreta com placa de São Paulo. As prisões ficaram restritas ao dono do depósito e ao motorista da carreta. Não sabemos, por enquanto, nada sobre os verdadeiros donos da carga. O mesmo ocorre com outros grandes flagrantes feitos no fim do ano passado, quando cerca de 700 quilos de cocaína foram apreendidos em duas ocasiões distintas. Numa delas, o entorpecente estava em uma carreta destinada a combustível e, na outra, em um carregamento de minério de ferro.

Precisamos que as investigações sejam aprimoradas também para desmascarar esses criminosos. A entrada de drogas no País causa efeitos devastadores nas áreas da saúde e segurança. Contrabando e descaminho impactam na nossa economia, tirando até mesmo as chances de competitividade dos empresários brasileiros. Temos, portanto, efeitos danosos que precisam ser priorizados junto do combate à corrupção, principalmente, considerando peculiaridades regionais, a exemplo da fronteira de Mato Grosso do Sul com Paraguai e Bolívia. O governo federal precisa cumprir com sua obrigação e ampliar os investimentos, mas não é aceitável que setores importantes, a exemplo da fronteira, acabem comprometidos.



OUTRAS OPINIÕES

Terceirização ainda que tardia

JOÃO JOSÉ DE SOUZA LEITE

Advogado trabalhista

Há um fato social que milhões de trabalhadores estão envolvidos e não está regulado por lei, no caso, a terceirização. Para se entender o tema: via de regra o empregador contrata diretamente seu empregado; mas no contrato terceirizado existe o tomador de serviço, a empresa prestadora de serviço e o trabalhador contratado por esta, posto a serviço daquele; diz-se, assim, que o trabalhador é "terceirizado".

Modelo clássico para se compreender a terceirização é o serviço de segurança nas agências bancárias. Este, ao lado do trabalho temporário (leis 6.019/74 e 7.102/83), é exemplo de algumas poucas atividades em que a terceirização é normalizada. A administração pública (Decreto-Lei 200/67) prevê a terceirização no seu âmbito (atividades de apoio, como transporte, limpeza, operação de elevadores, entre outras).

O Projeto nº 4.330/2004, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, supera os conceitos de atividade-meio e atividade-fim ao terceirizar o processo produtivo (tais conceitos, hoje, trazem mais embaraços do que esclarecimentos: o envolvimento de pacotes de café, em uma torrefação, é atividade-meio ou atividade-fim?). O tomador de serviço deve se cercar de uma série de garantias para que o terceirizado não seja fraudado, garantindo o efetivo depósito e/ou pagamento das verbas trabalhistas, sociais e previdenciárias (art.

15 e 16 do projeto) e não poderá discriminar o terceirizado de seu quadro de empregados (art. 12). Outro aspecto positivo: a empresa que oferecer trabalho terceirizado deve ter objeto social único e qualificação técnica. Os sindicatos de trabalhadores têm desempenho relevante (art. 2º, § 4º; art. 3º, § 3º; art. 7º). Estão fora do alcance do projeto aqueles que já têm regulamentada a intermediação (além do que já foi citado, o trabalho doméstico, avulso e das cooperativas).

Hoje, o vazio legislativo quanto à terceirização é surpreendente no Brasil, onde, dizem os teóricos, há excesso de normas. Mas este vazio não impede que o Judiciário julgue a questão, porque em nosso

País o juiz tem a obrigação de julgar, mesmo inexistindo lei, não podendo deixar do mesmo tamanho aquele que buscou socorro na Justiça. Mas entre julgar e substituir o Legislativo, como fez o Tribunal Superior do Trabalho - TST, ao editar a Súmula nº 331 ("contrato de prestação de serviços - legalidade"), que regulamenta o trabalho terceirizado, há uma enorme distância. Dita súmula, portanto, é inconstitucional.

Contra o projeto poucos se colocam desfavoráveis, como o PT e a CUT, que, antes, deveriam explicar o porquê de seu governo terceirizar tanto, bastando citar a Petrobras, que tem 80 mil concursados para 300 mil terceirizados.

Redução da maioria penal: até que enfim estou com Dilma

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA ROBALDO

Procurador de Justiça aposentado, advogado, mestre em Direito Penal e professor universitário (j.robaldo@terra.com.br)

Redução da maioria penal é tema polêmico. E tanto a dona Dilma como o seu partido (PT) já se posicionaram contra a diminuição. Nesse ponto, conquanto com argumentos distintos e sem nenhum vínculo ideológico, estamos com Dilma e com o PT e não abrimos.

Pelo andar da carruagem, a sua aprovação, no atual contexto, é certa (78,8% dos deputados são favoráveis). É uma decisão política em que as vozes das ruas têm grande influência. A imprensa tem divulgado que a maioria da população, ainda que iludida, é pela redução da maioria. Talvez, até mesmo, a baixa aprovação do governo Dilma e a repulsa ao seu partido tenham influenciado nessa tomada de posição. Hipótese que não pode ser desprezada. É uma pena, pois uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, como se diz popularmente.

Já nos posicionamos a respeito desse tema por diversas vezes e, inclusive, já havíamos prometido que não retornaríamos à sua abordagem. Contudo, diante da recente aprovação da redução pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e dos inúmeros debates

palpantes que daí surgiram, decidimos, por mais uma vez, descurar a promessa. Ao menos na nossa avaliação, a seriedade do assunto justifica o descumprimento da palavra.

Bem, vamos lá. A justificativa (base teórica) da nossa legislação, inclusive da própria Constituição, para a inmutabilidade do menor de 18 anos está lastreada na sua total incapacidade de discernimento. Ou seja, pessoas compreendidas nessa faixa etária não saberiam e não poderiam separar o certo do errado. O que, em pleno século 21, é um absurdo. Logo, esta justificativa não pega, não convence. Mas é o que está previsto no ordenamento jurídico.

Contudo, o "buraco é mais embaixo". Nossa discordância quanto à redução da maioria penal, no atual contexto, é pela sua inutilidade. Nem a violência nem a impunidade vão diminuir, é mais uma mentira que está se "vendendo". Ou seja, mais um "estelionato", que, além de decepcionar a população, vai lhe custar caro.

A propósito, é oportuna a seguinte comparação. A redução da maioria penal e o impea-

chment de Dilma são temas completamente distintos, mas que guardam um ponto em comum, que é a sua ineficácia. Tanto um quanto o outro não trará o resultado desejado. Ou seja, a redução da maioria penal não trará a diminuição da violência que todos desejam e tão pouco o impeachment de Dilma resolverá o caos gerado pelo seu governo anterior, associado à herança catastrófica deixada pelo segundo mandato de Lula.

A solução do problema relacionado com a segurança pública não está na redução da maioria penal. O "x" da questão está na falência do sistema penitenciário. Temos mais de 700 mil presos (3ª maior população carcerária do mundo), para pouco mais de 200 mil vagas, sem considerar os milhares de mandados de prisão sem cumprir (fala-se em número superior a 300 mil). Isso tudo aliado à inexistência de acompanhamento do preso ao deixar o sistema prisional (egresso). Ou seja, o Estado não dá conta dos infratores a partir de 18 anos. É incapaz de administrar os infratores acima dessa faixa etária. Com efeito, baxar a idade mínima só vai recrutar o problema.

Na linha da comparação, em relação ao menor, na nossa despretensiosa avaliação, a solução seria aumentar a sanção prevista no ECA para os crimes mais graves, para um patamar superior a três anos, associado a outras políticas públicas, entre elas mudança radical nos estabelecimentos de recolhimento dos menores infratores. O ECA precisa ser cumprido, o que não aconteceu até hoje, salvo, em raríssimas localidades da federação. Antes, porém, impõe-se um sistema de ensino integral que funcione.

Já em relação ao governo Dilma, apenas para concluir a comparação, a saída está na autocrítica, reconhecer os seus erros (que são muitos) e com humildade, não só para conseguir a vida eterna (Papa Francisco, António Guterres, o "Prefeito" 'Igreja' a bares...), *Correio do Estado*, p. 2, de 13.4.2015), mas, sobretudo, para governar o País, encontrando soluções políticas e de gestão plausíveis.

Chega de enganagem, a redução da maioria penal não é a solução.

CORREIO DO ESTADO

"Servir o povo de nossa terra, informando-o, indagando dos seus problemas, empenhando-se na sua solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses"

Correio do Estado, Ano I, Número 1, 7 de fevereiro de 1954



Serviço de Atendimento ao Leitor 0800-674141 das 8h às 18h

correiodoestado.com.br @correio_estado Correio do Estado

DIRETORES Ester Figueiredo Gameiro e Marcos Fernando Alves Rodrigues

EDITORES RESPONSÁVEIS

CAIA: Milena Crestani e Silva Pires
editor@correiodoestado.com.br
OPINIÃO: Milena Crestani
pontodivulga@correiodoestado.com.br
ECONOMIA: Rosana Siqueira
economica@correiodoestado.com.br
Cidades: Eduardo Miranda
cidades@correiodoestado.com.br
POLÍCIA: Thiago Gomes
policial@correiodoestado.com.br
NACIONAL/INTERNACIONAL: Cristina Medeiros
brasil@correiodoestado.com.br
POLÍTICA/JUSTIÇA: Adilson Trindade
politica@correiodoestado.com.br
CORREIO: Oscar Rocha
correio@correiodoestado.com.br

REPORTERES: Jackson Pereira
reporter@correiodoestado.com.br
CORREIO INFORMÁTICA: Cleidson Lima
informatica@correiodoestado.com.br
CORREIO RURAL: Maurício Hugo
rural@correiodoestado.com.br
CORREIO VEÍCULOS: Cristina Medeiros
veiculos@correiodoestado.com.br

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Av. Calógeras, 356 - CEP 79004-901, Campo Grande, MS.
Fone: 67 3323-6090 Fax: 3323-6059
ASSINATURAS: CAMPO GRANDE: Fone: 67 3323-6100.
PUBLICAÇÃO: LOCAL: CLAYTON ADRIEN - R. 26 de Agosto, 284,
Fone: 3320-9023. Av. Calógeras, 356 - Fone: 3323-6090

REPRESENTANTE SÃO PAULO - FTP | Inteligência em regionalizado
End. Alameda Maracatins, n. 508, CEP 40890-01,
São Paulo-SP; Tel: (11) 2178-8700 - www.ftpi.com.br

PREÇOS R\$ 1,30 (venda avulsa) e R\$ 2 (número atrasado)

ASSINATURAS R\$ 237 (6 meses) e R\$ 472 (1 ano)

CNPJ 03.119.724/0001-47

INSCRIÇÃO ESTADUAL 28.222.911-6

A Redação não se responsabiliza por artigos assinados ou de origem definida. Mesmo quando não publicados, os originais não serão devolvidos.



"Colocaram a cabeça de Júlio no vaso sanitário e acionaram diversas vezes a descarga. Por fim, obrigaram-no a ingerir cera quente"

Trecho de relatório do MP, que investiga PMs da Rocinha

CONSTITUI CRIME DE TORTURA:

I - CONSTRANGER ALGUÉM COM EMPREGO DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, CAUSANDO-LHE SOFRIMENTO FÍSICO OU MENTAL:

A) COM O FIM DE OBTER INFORMAÇÃO, DECLARAÇÃO OU CONFISSÃO DA VÍTIMA OU DE TERCEIRA PESSOA;

B) PARA PROVOCAR AÇÃO OU OMISSÃO DE NATUREZA CRIMINOSA;

C) EM RAZÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU RELIGIOSA;

II - SUBMETER ALGUÉM, SOB SUA GUARDA, PODER OU AUTORIDADE, COM EMPREGO DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, A INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO OU MENTAL, COMO FORMA DE APLICAR CASTIGO PESSOAL OU MEDIDA DE CARÁTER PREVENTIVO.

TRECHO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997

ANTÔNIO WERNECK, BARBARA MARCOLINI E VERA ARAÚJO
grandierio@oglobo.com.br

Após passar por um posto da PM na Rocinha, Júlio (nome fictício), de 18 anos, aperta o passo e, com a cabeça, aponta a unidade. Foi ali, numa tarde de junho de 2013, que o jovem diz ter sido submetido a uma sessão de espancamento e humilhação por quase seis horas. Júlio conta que, até hoje, sente o estômago arder devido à cera quente empurrada goela abaixo, depois de receber choques elétricos e tapas na cara. No final, acrescenta, policiais ainda enfiaram sua cabeça num vaso sanitário cheio de fezes. Nas outras duas vezes em que foi detido por suspeita de envolvimento com traficantes, os castigos, afirma, se repetiram. Ele garante que, na mais recente, há cerca de um ano, policiais civis marcaram a ferro e fogo as iniciais de uma facção criminosa em seu braço esquerdo.

Dois anos após a promulgação da lei 9.455/97, que pune o crime de tortura, casos como o de Júlio ainda são frequentes. Nem todos, porém, chegam à Justiça, porque muitas vítimas têm medo de fazer denúncias. E, quando os casos vão aos tribunais, muitos são julgados como lesão corporal ou maus-tratos, que têm penas menores. Levantamento inédito, feito pelo GLOBO nos arquivos do Tribunal de Justiça do Rio, revela que, entre 2005 e 2015, foram instaurados 699 processos por tortura, em que são acusados tanto agentes do Estado como milicianos, traficantes e cidadãos comuns. Desse, 219 foram julgados até agora, com 197 (90%) condenações em primeira instância.

Outra pesquisa, coordenada pela ONG Conexão e pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, mostra que o Rio foi, no país, o estado com o maior número de decisões em segunda instância envolvendo casos de tortura, entre 2005 e 2010. Dos 75 casos levantados, apenas 22 envolveram agentes públicos. Do total, dez foram absolvidos.

— Em direito, existe o que chamamos de cifra oculta, que é a diferença entre os casos que efetivamente ocorrem e os que existem no Poder Judiciário — explica o presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-RJ, Breno Melaergo. — No crime de tortura, existe uma dificuldade prática de se apurar a ocorrência. No caso de agentes públicos, eles estão protegidos pela própria autoridade que o cargo lhes confere. A tortura pelo Estado ainda é grande, principalmente em locais com situação socioeconômica menos favorecida.

Hedlond, inafastável e sem direito a anistia, o crime é punido com pena de até 21 anos e quatro meses de prisão. Depois do que sofreu, Júlio deixou o morro onde cresceu. Com três passagens pela 2ª



Na pele. Jovem com marcas de tortura que ele diz ter sofrido nas mãos de outros internos de uma unidade do Degase

Via da Infância e da Juventude por associação ao tráfico, ele jura que "sempre é embuchado" ou seja, acusado injustamente pela polícia. E se lembra, com detalhes, de cada vez em que foi detido.

— Perguntaram de onde eu era e respondi: Rocinha — diz, sobre quando foi levado para uma delegacia da Zona Sul. — Al disseram que eu era de uma facção. Pegaram um ferro, espancaram com o isqueiro e me marcaram. Na outra vez, foram 12 PMs. Chamavam a sala do posto de quartinho da saúde. Tinha de tudo: chave de fenda, alicate, pedaço de pau e fio solto, que dava choque.

Na mesma Rocinha onde, há dois anos, o ajudante de pedreiro Amarildo de Souza desapareceu após uma sessão de tortura, Rodrigo (nome também fictício), de 18 anos, diz que não consegue esquecer o que passou sob o poder de PMs.

— Cheguei em casa, e eles já estavam na sala, sentados num sofá, com a minha esposa ao lado. Eles me levaram para fora e me colocaram contra a parede. Esfregaram a mão com uma luva de couro no meu peito, me deixando sem ar — conta Rodrigo, que ficou com uma marca no peito.

Uma pesquisa feita pela Anistia Internacional em 2014 mostrou que 80% dos brasileiros temem ser torturados em caso de prisão. O país ficou em primeiro lugar no vergonhoso ranking

à frente de México, Turquia e Paquistão.

— Muitas vezes, a vítima teme retaliação. As pessoas têm medo de denunciar, principalmente se a tortura é causada por um agente público — afirma o assessor de Direitos Humanos da Anistia, Alexandre Cicconello.

A tortura também está marcada na pele de Marcos (nome fictício), de 19 anos. Em 2013, enquanto cumpria sua segunda internação numa unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), ele foi acusado por colegas de alojamento de ter delatado um interno. Marcos conta que foi espancado do meio-dia às 16h. Nenhum agente teria percebido o que estava acontecendo.

— Foram sete ou oito jovens, e o resto ficou vigiando. Eles me deram soco, chinelada, choque, mergulham minha cabeça na privada. Não gritei porque estavam me enforcando. Desmaiei quatro vezes — diz ele, que teve as iniciais de uma facção criminosa e a palavra "X9" (informante) marcadas no peito e nas costas com uma lâmina de barbear.

Dois anos depois, Marcos move uma ação contra o Estado em que pede uma cirurgia plástica para remover as cicatrizes. A integridade física de internos sob a tutela do poder público é responsabilidade dos seus agentes. Aqueles que estavam de plantão no dia do espancamento de Marcos poderiam ter

sido punidos por omissão, mas, na corregedoria do órgão, consta apenas uma sindicância para apurar dano ao patrimônio e lesão corporal contra os próprios funcionários. Seis adolescentes foram acusados pela tortura, mas absolvidos por falta de provas.

Também não faltam denúncias contra agentes do Degase. Em 2013, três internos entre 15 e 17 anos relataram a defensores públicos o castigo habitual no Educandário Santos Dumont, na ilha do Governador e a "bailarina". As jovens contaram que, algemadas a grades acima de suas cabeças, eram obrigadas a ficar nas pontas dos pés enquanto apanhavam. Uma delas foi levada à delegacia para registrar o caso, mas omitiu o detalhe crucial ao depor.

Segundo anotações da Defensoria Pública, as internas teriam batido nas grades do alojamento para pedir aos agentes que se occurssem uma delas, que passava mal. Como estava de noite, os funcionários teriam se irritado com o barulho e decidiram puni-las. Uma das adolescentes relata ter ficado das 20h às 3h na posição da "bailarina" num cômodo escuro, infestado por baratas e lacraias.

EM BANGU IO, ESPANCAMENTOS SERIAM DIÁRIOS

As violações de direitos humanos em prisões e unidades do Degase são monitoradas desde 2011 pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. O órgão, ligado à Merj, identificou indícios de tortura em quase todas as 50 visitas que fez em 2014. O caso mais crítico é o de Bangu 10, onde, segundo presos, há espancamentos diários.

— Pessoas privadas da liberdade estão em situação mais vulnerável. Elas falam muitas coisas, mas ninguém quer ir além. A tortura está institucionalizada e banalizada no sistema prisional — afirma a coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado, Roberta Frenkel.

Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), das 12 sindicâncias abertas para investigar tortura entre 2012 e 2014, só três estão em curso — as demais foram arquivadas. A Seap e as polícias Militar e Civil informaram que suas corregedorias investigam todos os casos de que tomam conhecimento. Nos últimos cinco anos, a PM abriu 15 procedimentos, envolvendo 91 policiais, inclusive os 25 que respondem pelo desaparecimento de Amarildo. Desde 2010, 18 PMs já foram expulsos por causa da prática de tortura. Já o Degase afirmou que qualquer denúncia "é prontamente apurada", com abertura de sindicância pela corregedoria. ■



AS PENAS E OS CRIMES

21 ANOS TORTURA SEGUNDA DE MORTE
Pena máxima prevista na lei 9.455/97 (que tipificou o crime), quando há agravantes

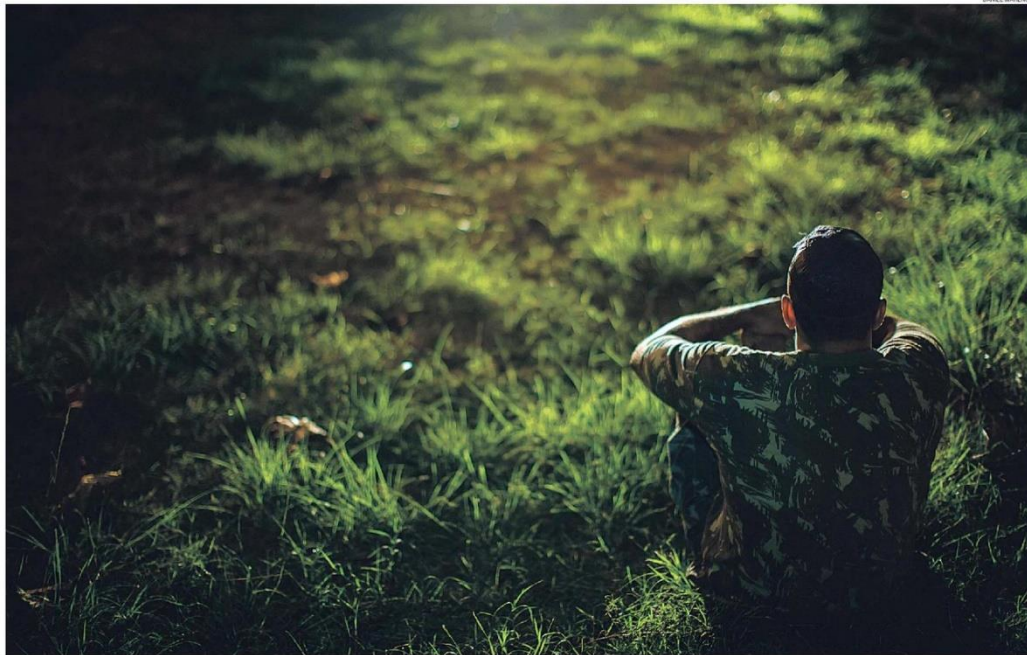
13 ANOS TORTURA COM LESÃO CORPORAL
Tempo máximo de reclusão, de acordo com a lei 9.455/97, quando acontece lesão corporal grave

12 ANOS LESÃO CORPORAL COM MORTE
Pena máxima de reclusão. Lesão corporal sem agravantes, 1 ano. Se deixar sequelas, vai de 5 a 8 anos



"Os choques eram aplicados no pescoço, na língua, nas costas, nas nádegas e nos testículos com um pequeno aparelho colocado dentro de uma meia verde"

Trecho da denúncia da Procuradoria de Justiça Militar



DANIEL MARINHO

Trauma da caserna. Um soldado do Exército morador da Zona Oeste que, por três meses, foi torturado num quartel. A violência incluiu choques na língua e no corpo molhado: "Apanhei muito. Eles (os instrutores) pareciam estar doídoes"

NOS QUARTÉIS, SESSÕES DE CHOQUES E ESPANCAMENTOS

Numa casa pequena num bairro da Zona Oeste do Rio, o soldado do Exército mostra uma cicatriz pequena perto do pulso esquerdo e outra na cabeça, que deixa uma falha mínima no cabelo. São marcas visíveis. As invisíveis, ele vai revelando aos poucos, com dificuldade, com a ajuda do pai, que está ao seu lado na sala minúscula. Tem crises nervosas, passou a sangrar pelo nariz, desenvolveu cálculo renal e descobriu uma malformação no cérebro (a síndrome de Dandy Walker), que nunca tinha se manifestado. Sono tranquilo, nunca mais: os pesadelos não deixam. Acorda gritando, pedindo socorro. Até hábitos simples, como sair à noite para tomar um sorvete na esquina, viraram um suplício. Ele tem medo.

As sequelas, segundo o soldado, são testemunhas de uma violência solitária dentro de uma unidade militar no Rio. O caso, que lembra o período mais sombrio da ditadura militar, aconteceu no Centro de Operações do Exército, em Deodoro. Não é o único: um levantamento do GLOBO nos processos da Justiça Militar do Rio revela que, de 2005 a junho deste ano, 299 casos foram julgados. São relatos graves de maus-tratos e lesão corporal nos quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Todos praticados por instrutores durante treinamentos.

O soldado morador da Zona Oeste e mais 16 colegas de farda, todos recrutados, foram submetidos a espancamentos por três meses. Passaram por sessões diárias de choques, muitas vezes aplicados quando os militares estavam com o corpo molhado. Algumas vezes, de calças abertas, recebiam descargas elétricas nos testículos e nas nádegas. Em outras, forçados a abrir a boca, recebiam choques na língua, além do pescoço, das costas e das orelhas. As quintas-feiras, que os superiores apelidaram de "Dia sem fim", as torturas duravam o dia inteiro.

Parte da violência foi registrada num vídeo de pouco mais de dois minutos gravado pelos torturadores: um tenente, dois sargentos e um cabo. Eles deveriam ministrar um curso básico, preparando o recruta recém-alistado para os primeiros passos na carreira militar. Nas imagens, obtidas pelo GLOBO, parecem se divertir com o

sofrimento alheio. Enquanto aplicam choques usando um pequeno aparelho, gargalham. Um deles encosta a geringonça no pescoço dos recrutas e pede que repitam uma frase qualquer, tarefa que parece impossível para as vítimas.

— Apanhei muito. Eles pareciam estar doídoes. Hoje tenho muita vergonha. Eu só aprendi violência, só recebi pancada. Não aprendi mais nada — desabafa o militar, que está afastado do quartel para se tratar. — Estávamos ali para aprender a manusear armas, adquirir conhecimentos básicos. Virou um inferno.

O soldado move atualmente uma ação civil na 8ª Vara Federal do Rio. Espera uma sentença em breve. Pode reparação financeira à União, tratamento médico do Exército e baixa remunerada da corporação. Na esfera criminal, o caso foi desclassificado na Justiça Militar da União, que julga os crimes cometidos nas Forças Armadas. No lugar de uma acusação por tortura, que levaria o processo para a Justiça Federal, os instrutores responderam por violência contra inferior e ofensa aviltante, dois artigos do Código Penal Militar que resultaram em penas

brandas (três deles receberam nove meses de detenção e o quarto foi condenado a um ano e seis meses).

Os promotores da Procuradoria da Justiça Militar do Rio bem que tentam enquadrar casos semelhantes como tortura. No ano passado, o promotor Ailton José da Silva, entendendo que havia elementos para denunciar pelo delito um tenente e quatro cabos, instrutores do 20º Batalhão Logístico Paraquedista, em Deodoro, pediu o envio do processo à Justiça Federal, que julga esse crime nas Forças Armadas. Quatro soldados tinham sido espancados barbaramente.

"Além das agressões, humilhações, desrespeito e apologia à rotina de torturas, os autos também comprovam a existência de uma prática absurda, digna dos tempos dos grilhões da escravidão", escreveu Ailton nas suas alegações. Sua tese foi recusada. "Há gravidade nas condutas apuradas na fase de inquérito, porém não há, no caso, o crime de tortura. Pode-se falar, em uma análise primária, no cometimento, em tese, dos delitos de violência contra inferior, lesões corporais", respondeu o

juiz Carlos Henrique Silva Reiniger Ferreira na sentença. O promotor recorreu ao Superior Tribunal Militar, onde os ministros também recusaram a denúncia. O caso será julgado agora como maus-tratos, crime punido com pena de dois meses a um ano de detenção. Hoje, na Justiça Federal do Rio, só há dois processos por tortura, que tramitam há mais de uma década.

— Eu não sei dizer por que aconteceu tanta violência nos treinamentos nos quartéis. Mas é algo recorrente em vários processos — afirma Ailton.

TENENTE SOFREU PARADA CARDÍACA

A impunidade também atormenta um tenente de 26 anos, filho de um general, barbaramente agredido durante um curso no Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército, também em Deodoro. Levado às pressas para o hospital, sofreu parada cardíaca, foi ressuscitado e ficou com uma ferida profunda nas costas, provocada pela violência dos golpes. Sete militares foram denunciados: três maiores, três capitães e um sargento. No julgamento, no ano passado, o caso não foi enquadrado como tortura, mas como maus-tratos. Todos foram absolvidos. A família do tenente recorreu ao STF; mas a corte trancou a ação penal. Ninguém foi punido.

Em nota, o Exército informou que a profissão militar exige "elevados níveis de adestramento" e "um intenso treinamento". A corporação frisa, porém, que essas instruções são "rigidamente controladas", inclusive para evitar riscos à integridade física dos militares. Ainda segundo a nota, "maus-tratos, violência contra inferior ou lesão corporal não fazem parte do treinamento militar" e, se acontecerem, serão fatos isolados. O Exército diz que "repudia de forma veemente" casos como esses e, se ocorrerem, "tomará todas as providências necessárias" para investigá-los e punir rigorosamente os responsáveis. ●

▶ SÉRIE: TORTURA, UM MAL QUE

PERSISTE

AMANHÃ:
A crueldade do poder paralelo

Palavra de especialista

A VISÃO DE: Margarida Pressburger, integrante do Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU e da Subsecretaria de Estado de Política para as Mulheres

A CERTEZA DA IMPUNIDADE

"A ONU entende por tortura ações praticadas por agentes do Estado: policiais, militares das Forças Armadas e agentes penitenciários. Outros casos são considerados maus-tratos. A tortura foi implantada no Brasil com a chegada de Pedro Álvares Cabral. A Corte portuguesa trouxe os escravos, que também foram torturados. Dali para frente, essa cultura persistiu e ficou mais clara nos anos de chumbo. Em plena democracia, ainda encontramos nas delegacias, em presídios e em locais de privação de liberdade a mesma situação. A certeza da impunidade leva muitos agentes a continuarem com essa prática. Hoje ela acontece, sim, às escondidas. Uma pessoa privada da liberdade tem medo de apanhar. Mas o agente do Estado que inflige os maus-tratos também precisa ter medo de ser punido pela lei. Quando o espancamento acontece numa comunidade, as testemunhas têm medo. O revanchismo existe. Como podemos proteger a testemunha? Pode-se tirá-la do local de trabalho, levá-la para lugar ignorado e até mudar sua identidade. Mas, até que isso aconteça, os algozes poderão encontrá-la e lhe fazer uma 'visita'. É uma situação macabra."

Memória

PRÁTICA ERA COMUM NOS TEMPOS DA DITADURA

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, concluído no ano passado, revelou que 377 pessoas foram responsáveis diretas ou indiretas pela prática de torturas e assassinatos durante a ditadura militar. O documento foi o resultado de dois anos e sete meses de audiências públicas, coleta de documentos e depoimentos de

militares e civis. De acordo com a comissão, 224 pessoas foram assassinadas durante a ditadura. Além disso, 210 são consideradas desaparecidas.

A tortura foi usada sistematicamente contra adversários do regime que eram presos. Mas não foi a única violência perpetrada pela ditadura. Logo após os militares terem assumido o poder, em 1964, foi editado o Ato Institucional número 1 (AI-1), que permitia ao governo modificar a Constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por dez anos e demitir ou aposentar qualquer opositor do regime. O ato também determinou o fim das eleições diretas.

ADEUS A MARIA EDUARDA



"Estou sem chão. Mataram o meu bebê, a minha caçula. Os policiais acabaram com o sonho da minha filha"

Rosilene Alves Ferreira
Mãe da estudante

"De mim, saiu um pedaço. Saiu um pedaço precioso da minha vida. Sumiu, acabou. Mas aquele lá de cima vai cobrar de quem fez isso"

Antônio Alfredo da Conceição
Pai da adolescente

2017, o ano que começa trágico

Em janeiro e fevereiro, número de homicídios é o mais alto desde 2013

Flagrantes de um dia que começou feliz. Fotos da menina de olhos sonhadores e cachos negros estão no alto desta e das próximas páginas, e ficarão para sempre na memória dos pais. De uniforme, Maria Eduarda, de 13 anos, se despediu da vida, deixando seus últimos momentos ao lado de amigos da Escola Municipal Daniel Piza, em Acari, registrados na câmera do celular que ganhou um dia o nome de morrer durante um confronto entre policiais e traficantes. Retratos de uma adolescência marcada pelas incertezas de uma cidade que enfrenta a violência. O Rio teve recorde de letalidade nos primeiros dois meses deste ano: os números de homicídios dolosos e de mortes em intervenções policiais foram os mais altos dos últimos cinco anos.

A dor, que não está nas estatísticas, pontua cada palavra da mãe de Maria Eduarda, que falou ontem sobre o crime. — Estou sem chão. Mataram o meu bebê, minha caçula. A gente morava em uma comunidade, mas ela sempre foi tratada com muito carinho. Acabaram com o sonho da minha filha — disse Rosilene Alves Ferreira, de 53 anos, que é acompanhante de idosos e estava trabalhando em um hospital quando recebeu a notícia do assassinato da filha.

Maria Eduarda, segundo relatos, foi atingida por quatro tiros — nas nádegas e no pescoço. As balas perdidas não são contadas, mas a escalada dos crimes é nítida nos dados oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP). Os homicídios dolosos, por exemplo, passaram de 786 no primeiro bimestre de 2013 para 978 no mesmo período este ano, um aumento de 24,4%. Já os autos de resistência (mortes durante inter-

venções policiais), que somaram 58 casos em janeiro e fevereiro de 2013, chegaram a 182 este ano — 213,7% a mais.

Só a investigação poderá determinar de qual arma partiram os tiros que atingiram Maria Eduarda, mas, para especialistas, há inegáveis excessos no uso da força por parte da polícia.

— Morte produzida pela polícia puxa outros indicadores, é quase como se fosse um alarme. Olhe a área do 41º BPM (Irajá, batalhão dos policiais envolvidos nos confrontos). É campeã de roubos de veículos e roubos a transeuntes. Quando a polícia mata muito e fora de controle, como nessa região, há toda uma dinâmica de violência, mas também de corrupção — analisa a pesquisadora Sílvia Ramos, da Universidade Cândido Mendes, acrescentando que, além da crise do estado, a política de segurança também é vítima do enfraquecimento dos projetos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

PM CRITICA FALTA DE RECURSOS

As UPPs pretendiam instituir uma nova polícia comunitária no lugar da que chegava na favela atirando. Mas o pai de Maria Eduarda, Antônio Alfredo da Conceição, de 62 anos, perdeu a fé. Ele criticou a Polícia Militar, de onde saem as tropas para este policiamento comunitário: — A PM tirou uma parte da minha vida. Assassinaram a minha filha. Não tenho mais palavras. A polícia chega atirando.

Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Guaracy Mingardi concorda que a crise nas UPPs merece atenção. Ex-secretário de Segurança de Garulhos, em São Paulo, ele vê na morte do ajudante de pedreiro



Dor sem fim. Os pais de Maria Eduarda se desesperam ao lembrar da menina, morta durante um confronto entre policiais militares e traficantes em Acari

ONDE MARIA EDUARDA MORREU

ESTUDANTE LEVOU QUATRO TIROS DENTRO DE ESCOLA



Amarildo de Souza, em 2013, um dos episódios que mais pesaram para a polícia perder o apoio da opinião pública. Mingardi acha que é hora de rever a estratégia da segurança pública: — O Rio tem optado por disputar território com os bandi-

dos, mas precisa buscar outras formas de ir atrás. Eles produzem a cocaína no morro? Não, mas ela chega lá. Para combater o crime há dois caminhos: você tem que ir atrás do dinheiro que as quadrilhas conseguem com a venda de drogas e cortar a co-

nexão dos criminosos com o estado. Sem dinheiro e sem conexão com o estado, essas organizações definham. Só depois é que se disputa território. A Secretaria estadual de Segurança não quis comentar os índices de criminalidade. Já a

Polícia Militar, em nota, afirmou que, a cada mês, tem perdido recursos humanos e materiais. "Nossa mobilidade tem sido comprometida, dificultando o serviço preventivo, e a consequência direta é um maior enfrentamento. Somam-se a isso, os mais de 30 mil mandados de prisão em aberto não cumpridos no estado, e as audiências de custódia que têm colocado em liberdade, pessoas que são reiteradamente presas pela Polícia Militar".

O aumento do poder de fogo do tráfico também foi ressaltado pela PM. Este ano, já foram apreendidos mais de cem fuzis. "Mais fuzis que dias no ano. Esses dados refletem um cenário que não depende apenas de nós para ser revertido", diz o comunicado da corporação.

O sepultamento de Maria Eduarda, Alves da Conceição será hoje, no Cemitério Jardim da Saudade, em Mesquita, na Baixada Fluminense. •

978

homicídios dolosos foram registrados no primeiro bimestre de 2017

786

homicídios dolosos aconteceram, segundo dados do ISP, nos dois primeiros meses de 2013

182

autos de resistência (mortes em confrontos) foram registrados no primeiro bimestre de 2017

58

mortes em confronto foram contabilizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2013

Não vendemos por atacado e reservamos-nos o direito de limitar por cliente a quantidade dos produtos vendidos. De acordo com essa promoção: 5 unidades/kg por produto alimento e 2 unidades para não alimentos. Ofertas válidas neste sábado, 01/04/2017, enquanto durarem nossos estoques.

ADEUS A MARIA EDUARDA



"Imagina o colégio onde a menina morreu. Será preciso um trabalho psicológico de duas semanas para que as crianças retomem as aulas"

Andréa Ramal
Educadora

"Vi a menina morta, as amigas gritando. Tenho medo de voltar para a escola, não quero mais. Minha mãe vai vender a casa para a gente sair de lá"

X.
Aluna de 12 anos da Escola Jornalista Daniel Piza



Lágrimas. Colegas de Maria Eduarda na Escola Daniel Piza choram e usam camisetas pintadas de vermelho: manifestação reuniu moradores em Acari, que protestaram contra a morte da menina

Um projeto ambicioso em meio a enorme pobreza

Cercada de favelas, escola onde menina foi morta tem boa infraestrutura

A Escola Municipal Jornalista Daniel Piza fica em Acari, próximo aos complexos da Pedreira e do Chapadão, região que tem o sexto pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) do Rio, segundo dados do portal Geo Rio, da prefeitura: 0,443 é o número. Quando foi inaugurado, em 4 de julho de 2012, uma quarta-feira, o colégio tinha como endereço Rua Projetada s/nº. O nome da rua era como o de muitas outras em comunidades cariocas, mas a proposta para a unidade batizada em homenagem ao jornalista e escritor Daniel Piza, que morreu precocemente aos 41 anos vítima de um acidente vascular cerebral (AVC), era ambiciosa: ser uma escola relevante numa área de extrema pobreza, mergulhada em conflitos violentos. Construída numa área ocupada por quilombos no passado, foi erguida com arquitetura arrojada, 13 salas de aula, laboratório de ciências e de informática, auditório, quadra poliesportiva coberta e um amplo refeitório para atender cerca de 600 alunos do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano).

IDEIA ABAIXO DA META

Desde sua criação, a escola ganhou endereço com nome e sobrenome — Professora Sá Lessa, mas aquele projeto ambicioso do começo de tudo teve muitas vezes a violência atravessando seu caminho. Em dois anos, as aulas foram suspensas 31 vezes por falta de segurança para professores e alunos. O reflexo disso também pode ser medido em números que saem das estatísticas de segurança pública e chegam à esfera da educação. O último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos finais do ensino fundamental da escola, em 2015, foi 3,9, abaixo da meta estabelecida pelo Ministério da Educação, que é de 4,1. Para eleito de comparação, o melhor Ideb em 2015 (entre os colégios municipais) foi o da Escola Ary Barroso, em Cordovil: 6,8. O mais baixo, o da Jornalista Assis Chateaubriand, em Vila Isabel, foi 2,0. ■

Um dia depois, 39 escolas fecham

Alunos de unidades em linhas de tiro têm aprendizado prejudicado, alertam educadores

A consternação com a morte da menina Maria Eduarda se reflete na situação das escolas que estão na linha de tiro na Zona Norte do Rio. Só ontem, 39 unidades da Secretaria municipal de Educação, onde estudam 13.007 crianças e adolescentes, fecharam as portas por causa da violência. Vinte e nove delas ficam na região onde a estudante foi assassinada (Fazenda Botafogo, Costa Barros, Coelho Neto, Acari e Pavuna). Mas colégios e creches em Mangueiras, Jacarecinho e Benfica também não funcionaram ontem.

Um dia e meio depois, o diretor da Escola municipal Daniel Piza, Luiz Mezzes, onde Maria Eduarda estudava, lamenta que o aprendizado em escolas em áreas conflagradas é comprometido. — Às vezes nos cobram rendimento no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) igual ao da Zona Sul. Mas como? Eu paro as aulas com frequência, porque não consigo fazer com que as crianças fiquem na sala de aula. E quando estão em sala, num clima como esse, como é que vão estudar? A cabeça está longe de uma aula de matemática, português, geografia, história... Sou obrigado a fechar a escola. Como uma criança vai se motivar a estudar se, a todo momento, temos que paralisar nossas atividades, solicitar que se protejam em casa,



Rutina de pânico. Alunos deitam no chão em Ciep na Maré: aulas suspensas devido a tiroteios

pedir que os funcionários se protejam?

O medo está estampado em foto no Ciep Vicente Mariano na Maré, onde crianças estão deitadas no corredor. Antontem, 16 unidades de ensino do complexo, com 3.925 estudantes, fecharam as portas. — Moro no Morro do Cajueiro, em Madureira. Vivo esse cotidiano, que me choca sempre — revela o escritor e publicitário Bruno Rico, que compartilhou a foto no Facebook. — Como se estuda assim? Escolas fecham, atrapalha o ano letivo. É pre-

ciso haver equilíbrio de estratégia para que se exerça o direito à educação.

Para a educadora Andréa Ramal, não há como dissociar a violência da dificuldade no aprendizado:

— Para aprender, a criança precisa estar com a mente preparada, atenta, tranquila. Aquelas que vivem em áreas com conflitos, muitas vezes ficam distraídas, tensas. Algumas desenvolvem até síndromes de pânico e de ansiedade.

Diante da morte de Maria Eduarda, o

prefeito Marcelo Crivella anunciou que vai implementar um projeto para blindar, com armadura especial, os muros de escolas em linha de tiro. A ideia foi mal recebida pelo gerente de Conteúdo do Todos pela Educação, Ricardo Falzetta:

— A blindagem é tapar o sol com a peneira. Não se pode transformar escola em bunker. É aceitar uma situação extrema e virar as costas para o problema, sem pensar nas causas reais — diz ele, observando que medo é real. — As crianças já sabem que precisam se proteger e ir para debaixo da cadeira quando há tiroteio. A situação é traumática, precisa ser olhada com cuidado pelo poder público.

Secretário municipal de Educação, César Benjamin reconhece que casos como o de Maria Eduarda são uma tragédia também para a educação:

— Eu não tenho palavras. Desde ontem só choro, como se fosse minha filha. Isso não pode acontecer. As coisas estão se agravando. É um colapso do governo do estado, colapso da segurança.

Graduada em Letras, Sarah Cantrell lembra do estígio que fez, em 2015, em uma escola do Jurema:

— As crianças se abaixavam, desesperadas, por medo de bala perdida. Aquilo era a realidade delas, mas ninguém se acostuma com isso. ■

NA JULIO BOGORICIN É FACIL.

VOCÊ ENCONTRA EM QUALQUER LOJA O IMÓVEL DOS SEUS SONHOS.

COMPRA e VENDA de IMÓVEIS RESIDENCIAIS e COMERCIAIS.

LOJAS ABERTAS
Domingo
Domingo

ARFENSO PIZA
2187-4650

BARROSA
2187-4350

BOTAFOGO
2187-4800

CACHOEIRA
2187-3300

CAMPUS GRANDE
2187-4900

COPIACABANA
2187-4100

FLAMENGO
2187-4300

IGARÁ
2189-4000

ILHA
2187-4550

INDEPENDÊNCIA
2187-3650

LANCAMENTOS
2187-4000

LAZARILLO
2187-4750

LAZARILLO
2187-4750

Fale primeiro com a gente!
JULIO BOGORICIN
julio bogorcin.com

ADEUS A MARIA EDUARDA



"Com ela, morreram seus sonhos e a esperança de diversas crianças, que experimentaram ódio e desejo de vingança pela covardia sofrida"

Alcibécio Oliveira Júnior
Professor da escola onde Maria Eduarda estudava

"A escola ganhou quase todas as competições que disputou. Ela era uma das principais atletas do time de basquete"

Leonardo Bruno da Silva
Professor da escola onde Maria Eduarda estudava

SONHOS DE UMA ATLETA

A vida breve de uma campeã que colecionava medalhas

Íntima das câmeras, Maria Eduarda, de 13 anos, gostava de tirar fotos, mas sua paixão maior era o basquete. Projeto da menina era entrar para um time dos Estados Unidos



Divertida e enturmada. Duda, como era chamada, adorava estar com as amigas



Futuro nas quadras. Um dos irmãos de Maria Eduarda mostra as medalhas que a adolescente ganhou jogando basquete em competições colegiais: prática esportiva garantiu a ela uma bolsa em escola particular de Jacarepaguá

Em 13 anos de vida, a menina Duda já tinha muita personalidade. Seu cabelo *black*, armado com estilo, formava a moldura perfeita para o seu rosto em selfies que, como todo adolescente, gostava de publicar em redes sociais. Apesar da intimidade com as câmeras, a garota de sorriso fácil tinha paixão mesmo pelas quadras. Jogando basquete com as colegas da Escola Municipal Daniel Piza, ela ajudou o time a vencer um campeonato contra colégios públicos e privados. Ao longo do tempo, vinha colecionando medalhas. Era uma campeã. E já começava a sonhar bem mais alto: queria, um dia, fazer parte de um time nos Estados Unidos. O projeto de futuro da menina sonhadora acabou anteontem, durante um intervalo de uma aula, justamente de educação física.

Duda, batizada como Maria Eduarda Alves da Conceição, já estava com quase 1,70m de altura e calçava sapatos de número 40. Corpo esguio, tinha o tipo físico perfeito para se destacar no esporte preferido e realizar um outro desejo: dar um lar mais confortável para a família.

"PESSOAS MUITO HUMILDES"

Grças aos bons resultados em competições escolares no ano passado, Duda tinha conseguido uma bolsa parcial para estudar num colégio particular em Jacarepaguá, até concluir o ensino fundamental. Era uma chance e tanto para uma estudante pobre, mas a família teve que recusar a oferta. Segundo Leonardo Bruno da Silva, professor de história da Daniel Piza, faltava dinheiro para o potencial de Maria Eduarda:

— São pessoas muito humildes. A escola ofereceu bolsa de 90%, mas eles não tinham recursos para pagar os 10% restantes. Isso foi no fim do ano passado. Ela era uma das principais atletas do time de basquete.

Caçula em uma família de quatro filhos, Duda tinha um jeito infantil e nem dava os problemas típicos da adolescência. A mãe, Rosilene Alves Ferreira, lembra que ela tinha hábitos muito simples e gostava de aconchego. Enfeitava mais as bonecas do que a si própria.

— Meu bebê se foi. Era grande para a idade, mas dormia juntinho comigo. Coletava bonecas, adorava enfeitá-las. Comprei o celular novo de presente para ela, ficou toda feliz — recorda-se, já usando o verbo no passado, o que lhe traz tanta dor.

A mania de fotografar tudo e todos era típica da idade. Duda sorria, abraçava-se com amigos, fazia caretas. Ela sempre sucesso garantido. Além de ter a beleza elogiada, publicava pensamentos, que, às vezes, lembrava dramas juvenis. Ela estava crescendo. "Atropelou sonhos, venci as míseras, convivi com os fracassos, suportei os falsos" foi uma de suas postagens mais recentes. Também era provocativa. "Migona, quando for falar mal de mim, me chame! Sei coisas terríveis a meu respeito", debochava. Em sua última publicação aberta ao público no Facebook, no entanto, com data do último dia 22, ela deixava um recado curto, como se adivinhasse o futuro: "Fui... acompanhado apenas de dois desenhos: um coração partido e um emoji com lágrimas nos olhos."

No dia 19 de março, ela fez questão de dar parabéns ao seu "amor", o cantor Justin Bieber, que tinha feito show no Rio, na véspera de sua morte. Ontem, os amigos de Duda a homenagearam



"Meu bebê se foi"

Rosilene Alves Ferreira
Mãe de Maria Eduarda

"Atingida por bala direcionada e morreu"

MV Bill
Rapper

"Até quando Brasil?!"

Leticia Spiller
Atriz, no Twitter

"Essa é razão para que se pare o trânsito todos os dias na Av. Brasil"

Vivi Salles
Poetisa

no Twitter, trocando seus nomes pela expressão "Duda Vive" ou "Eduarda Vive". Todos estavam de luto.

O sentimento de perda, no entanto, ultrapassou a fronteira da amizade e da região de Acari, onde a menina vivia. Artistas, ativistas culturais e intelectuais também usaram as redes sociais para prestar solidariedade à família da estudante. O rapper MV Bill se manifestou, ontem pela manhã, no Twitter: "Estava na escola em Acari. Na aula de educação física. Atingida por bala DIRECIONADA e morreu". A atriz Leticia Spiller também usou sua conta para perguntar: "Até quando Brasil?!"

UM CRIME DE PARAR O TRÂNSITO

O documentarista e agitador cultural Marcus Faustini foi ao Facebook para dizer que "só uma mudança na política de drogas poderá reverter o imenso número de mortes nessa guerra insana. Sem a legalização e o controle do consumo, sem tratarmos isso como questão de saúde pública, mortes e crimes derivados continuarão destruindo vidas de todos os lados".

A revolta provocada pela morte da estudante ganhou as ruas e fechou a Avenida Brasil anteontem. Para a poetisa Vivi Salles, que tem um projeto cultural na Cidade de Deus, assassinatos como o de Duda têm que parar o trânsito: "Maria Eduarda Alves da Conceição morreu aos 13 anos dentro da escola no Morro da Pedreira, e esta é razão para que se pare o trânsito todos os dias na Avenida Brasil. Até que um dia a gente entre num consenso de que a vida das pessoas é mais importante que o trânsito". O crime repercutiu na Academia Brasileira de Letras (ABL). Num poema dedicado a Duda, o imortal Carlos Nejar se despede da menina: "Dorme, Maria Eduarda".

DESPEDIDA

Responso pela menina Maria Eduarda Alves da Conceição

Maria Eduarda, quando a bala vai distinguir entre a menina e o bandido? Que a morte não quer ouvir, apesar dos estampidos, ou pressa de andar voando.

Quatro balas desferidas. Asas criaram, não rosas. Tiros, pétalas de brisa, rosa no fogo desperto, execução consumada. É vida nenhuma, nada.

Dentro da escola, alvejando, ao alar-se no alfabeto. Mas as letras miram certo, sem ter gatilho. E o bando das balas vai descalçado pelo corpo, já deserto.

Dorme, Maria Eduarda! A roseira se abre ao peito do sangue que o caule acaalma. Se as balas não possuem alma, teu sono tem alma dada.

Carlos Nejar é escritor e membro da Academia Brasileira de Letras

MEDO NAS RUAS

Uma torre de problemas

Especialistas em segurança dizem que estrutura blindada põe fim à pacificação no Alemão

GISELLE OUCHANA e GUSTAVO GOULART
grandorio@oglobo.com.br

Ela pesa quatro toneladas, tem seis metros de altura e foi construída para resistir a disparos de fuzis e explosões de granadas. Motivo de intensos tiroteios que deixaram quatro mortos e cinco feridos desde a última sexta-feira, a torre blindada da PM instalada ontem na Favela Nova Brasília, uma das 13 do Complexo do Alemão, virou um marco, segundo especialistas em segurança pública. Um marco de ruptura, já que sua estrutura de guerra representa a antítese do conceito de proximidade, inspiração do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

A torre, que ficava na Linha Amarela, foi levada de caminhão para o Largo do Samba, no alto da favela, onde moradores não acreditam mais em pacificação, justiça ou proximidade. Com visão de 360 graus e orifícios nos quais um PM pode enfiar o cano de sua arma para abrir fogo, ela foi colocada num ponto considerado extremamente violento da comunidade, conhecido pela constante venda de drogas. Ali nunca foi um lugar muito frequentado pelas equipes das UPPs que chegaram ao Alemão em 2010. Agora, a impressão que se tem é de que a convivência vai ser à bala.

— Aquela estrutura simboliza a perda de legitimidade. Para instalar a torre, a polícia se sentiu no direito de ocupar casas de moradores. PMs balearam e foram baleados. Que proteção é essa?

A política de segurança do estado perdeu totalmente o sentido — critica a socióloga e pesquisadora Sílvia Ramos.

A rotina de confrontos no Complexo do Alemão torna difícil o relacionamento entre policiais e moradores, avalia o antropólogo Paulo Storani, ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da PM. Para ele, já não dá mais para o estado apostar no conceito de polícia de proximidade na região. Segundo o especialista, a instalação da torre blindada se faz necessária porque “abandonar o terreno não é a melhor saída”, principalmente pelo fato de o Complexo do Alemão ser um conjunto de favelas estratégico para o tráfico.

— A polícia de proximidade só é cabível quando há possibilidade de uma atuação de forma diferenciada. Acredito que a PM não quer abrir mão do Alemão; sair de lá seria permitir que criminosos retomem um lugar que, devido à localização e ao tamanho, sempre foi o principal ponto de distribuição de drogas e armas no estado. A torre blindada, então, chega para dar segurança ao efetivo que reside no complexo — afirmou Storani.

O sociólogo Ignacio Cano, coordenador do Laboratório de Análises da Violência da Uerj, pensa diferente. Para ele, instalar uma torre blindada na Nova Brasília, favela que conta com uma UPP, “é inverter a lógica”, já que “o principal objetivo de qualquer ação policial deve ser proteger as pessoas”.

— A iniciativa vai contra a política de redução de confrontos. Estão colocando uma torre para trocar tiros? Por mais blindagem que ela tiver, os traficantes vão atirar com tudo que



Polêmico. A prova de rajadas e explosões: o equipamento da Polícia Militar instalado no Largo do Samba

A PEQUENA FORTALEZA DA POLÍCIA

LOCALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DA ESTRUTURA



CONHEÇA A TORRE

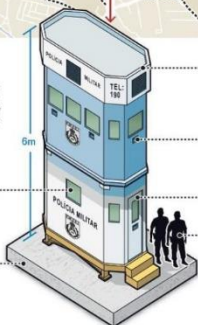
O espaço possui dois pavimentos, ar-condicionado, banheiro, água e visão de 360 graus

Blindagem

As paredes e janelas são resistentes a tiros de fuzil e explosões de granadas

Fundação

A torre tem pilares de um metro e meio que ficam dentro de uma base de concreto



Peso

Quatro toneladas

Seteira

Também chamada de escotilha, é usada para disparos. Há pelo menos cinco

Banheiro

Fica no 1º pavimento

A torre

comporta dois policiais

Rotas de fuga e acesso

É possível chegar com rapidez à Avenida Brasil e, por meio dela, alcançar as rodovias Presidente Dutra (Rio-São Paulo), Washington Luís (Rio-Petrópolis), Rio-Santos e Ponte Rio-Niterói por meio de vias que cercam o complexo, como:

- 1 Estrada do Itararé
- 2 Rua Uranos
- 3 Avenida Itacoba

puderem para derrubá-la. É um alvo, um convite ao confronto.

A UPP Nova Brasília completou cinco anos de inauguração na semana passada. A presença de policiais, no entanto, não inibiu ataques de criminosos. Foi perto da unidade que Elizabeth de Moura Francisco morreu, dentro de casa, ao ser atingida por dois disparos, em 2015. Um ano antes, o capitão Uanderson Manoel da Silva, que comandava a UPP, também foi assassinado durante um confronto. Diante desse cenário, o sociólogo José Augusto Rodrigues, professor da Uerj, considera a situação atual uma “sinuca de bico”.

— Há realmente uma contradição muito grande. A ideia de polícia pacificadora é a de uma PM com ações comunitárias, de proximidade. Se você põe uma torre blindada, significa que está perdendo o controle. O custo moral de sair do Complexo do Alemão seria muito alto, mas, ao mesmo tempo, a permanência da tropa num contexto de confronto permanente, sem contar com a simpatia da comunidade, também é ruim. É algo que não causa só desgaste político; provoca a perda de vidas, de horas nas escolas, de atividades econômicas. As pessoas estão inseguras. Criou-se uma situação de impasse.

UM PEDIDO DA TROPA

Além da torre recém-colocada no Largo do Samba, a PM tem três equipamentos fortificados na favela: duas cabines blindadas, no Largo da Vigi e no Campo da Torre, e uma estrutura com cimento preparado para absorver grandes impactos, na localidade da Alvorada. A instalação de mais uma base resistente a rajadas e explosões foi um pedido da tropa que atua no Complexo do Alemão, destacou o porta-voz da corporação, major Ivan Blaz. Este ano, 58 policiais foram mortos e 189 ficaram feridos no estado.

— A colocação dessas estruturas no ponto mais alto da comunidade impede que criminosos fiquem transitando de um lado para o outro. A torre foi uma solicitação dos próprios policiais. À medida que iam avançando terreno, os bandidos buscavam outras rotas — afirmou Blaz. Ontem, para concluir a instalação da torre, o Comando de Operações Especiais da PM fez uma grande operação na região. Quatro suspeitos foram presos, e policiais apreenderam uma grande quantidade de drogas.

— Para chegar até aqui (ao Largo do Samba), precisávamos trocar tiros durante mais de três horas com bandidos. Eles ficavam escondidos num beco e atiravam em tudo; paredes, janelas de casas de moradores, lojas... Era um sufoco. Há três meses, tomamos esse lugar. Uns três traficantes já morreram nesta área durante confrontos. Precisamos da torre — disse, sem se identificar, um PM que participou da operação.

Centenas de marcas de tiros comprovam que a área do Largo do Samba é mesmo perigosa. Há um portão com mais de 50 perfurações a bala. Até a fachada da 45ª DP (Alemão) está repleta de buracos feitos por disparos. Tanta violência vem afetando a rotina de estudantes: desde fevereiro, 12 escolas e creches municipais da região fecharam as portas oito vezes, isso sem contar os dias em que, por medo, pais preferiram deixar seus filhos em casa. Ontem, 4.415 alunos ficaram sem aulas. •

SUPERMERCADOS

GUANABARA

Tudo por você!

4ª Inteligente

frutas e legumes

Tomate kg **2,59**

Cenoura kg **1,99**

Banana-Preta kg **3,99**

Limão kg **2,59**

Inhame kg **1,99**

Abacate kg **2,59**

Mandi Gula kg **3,29**

Uva Itália kg **6,99**

Morango kg **3,99**

Tangerina Pêra kg **3,78**

Cajote Forno kg **2,99**

Melão Americano kg **2,89**

TODA QUARTA QUITANDA A PREÇO DE CUSTO!

Kalunga

EPSON

Kalunga

+160 lojas

AMÉRICA SHOPPING Av. das Américas, 15.500

BANCO SHOPPING Rua Francisco, 146

BARRA DA TIJUCA (SHOP METROPOLITANO BARRA)

Av. Engenheiro Alberto Bressi, 1.100

CACADUÁ Av. Dom Hélder Câmara, 5.700

BIC

Kalunga

+160 lojas

PARK SHOPPING CAMPO GRANDE

Estrada do Marquês, 1.000

PARK SHOPPING LULAC

Rua Marquês Fátima, 3.100

SHOPPING MOURA RIBEIRO

Rua Barão de São Francisco, 238 - Jd. 2

Viaje pelo Brasil e pelo mundo com a CVC

Tô de férias. Tô de CVC

VIAJE PELO BRASIL VIAJE PELO MUNDO - É VERÃO NO CARIBE

FORTALEZA

O pacote de 7 dias inclui passagem aérea vôo LATAM, transporte aeroporto/hotel/ aeroporto, 6 diárias de hospedagem com café da manhã no **Ponta Mar Hotel ******, passeio pela cidade com a praia de Cumbebu.

A vista R\$ **1.548**

ou **12x** sem juros **129** reais

Preço publicado válido para saída 6 e 13 novembro

JOÃO PESSOA

FÉRIAS 12 DE OUTUBRO

O pacote de 4 dias inclui passagem aérea vôo G4, transporte aeroporto/hotel/ aeroporto, 3 diárias de hospedagem com café da manhã no **Hotel Manaira ******* e passeio pela cidade.

A vista R\$ **1.584**

ou **12x** sem juros **132** reais

Preço publicado válido para saída 13 novembro

ARUBA

O pacote de 5 dias inclui passagem aérea vôo AVIANCA e 4 diárias de hospedagem com café da manhã no **Hotel Brickell Bay Beach ******.

A vista R\$ **2.724**

ou **12x** sem juros **227** reais

Preço publicado válido para saída 13 novembro

CUBA - HAVANA E VARADERO

O pacote de 5 dias inclui passagem aérea vôo COPA AIRLINES, transporte aeroporto/hotel/ aeroporto, 7 diárias de hospedagem, sendo 2 diárias em Havana com café da manhã no **Iberostar Habana Riviera ******* e 5 diárias em Varadero com sistema Tudo Incluído no **Iberostar Laguna Azul *******.

A vista R\$ **4.596**

ou **12x** sem juros **383** reais

Preço publicado válido para saídas entre setembro e dezembro 2017

CANCÚN

CRUZEIRA GRÁTIS NA HOSPEDAGEM

O pacote de 7 dias inclui passagem aérea vôo AVIANCA, transporte aeroporto/ hotel/ aeroporto e 6 diárias de hospedagem com sistema Tudo Incluído no **Resort Paradisus Cancun - Trade Hotel *******.

A vista R\$ **5.316**

ou **12x** sem juros **443** reais

Preço publicado válido para saída 13 novembro

ENCONTRE A CVC MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ NO WWW.CVC.COM.BR/LOJAS, CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS OU ACESSE O SITE.

INDEPENDÊNCIA SHOPPING IDF (02) 3031-8030	SHOPPING PÁTIOMIX - ITAGUAÍ (26) 2484-4622	MIGUEL PEREIRA (24) 2484-4622	BARRA SHOPPING I (71) 2126-8100
ILHA DO GOVERNADOR 2462-3388	BOULEVARD RIO SHOR. VILA ISABEL 7520-4996	ITABORAÍ 1785-8632	ARARUAMA (22) 2667-2825
BOFOTÓ PRAIA SHOPPING (35) 4664-6646	RESENDE (24) 3135-485	GUADALUPE 3978-8872	SHOPPING NOVA IGUAÇU (23) 8775
CAMPOS WALMART (22) 2725-5885	RIO DAS OSTRAS (27) 2764-9092	NILÓPOLIS 3039-0061	TAQUARA 3598-7645
PETROPOLIS (24) 2247-9844	AMÉRICAS SHOPPING 7442-9540	TIJUA II 9264-0317	PÁTIÓ ALCANTARA 1857-7812
DÔCE DE CARLOS 3772-1058	PARK SHOPPING SULCAP 3107-8227	SÃO GONÇALO SHOPPING 2607-0438	ITAPERUNA (22) 3822-9221
COPACABANA II 2511-5814	CENTRO II 3553-1593	PLAZA SHOPPING NITERÓI 7156-9900	

Prezado cliente: preste atenção, com hospedagem em apartamento duplex, com saída aérea do Rio de Janeiro, Preços, datas de saída e condições de pagamento sugerido a respeito de disponibilidade. Condições de pagamento dos pacotes: parcelamento 0-10 sem juros e 12x sem juros com juros de cartão de crédito de 18% (taxa bancária). Cartão de crédito CVC: aceite o prazo de validade e o prazo de anuidade pelo banco emissor. Preços calculados com o câmbio (paridade CVC/US\$ 1,00 = R\$ 3,31). Preços base: Aruba US\$ 1.584, Cuba US\$ 1.588, Resort Paradisus Cancun US\$ 1.646. Ofertas válidas para compras até o dia 04 e a publicação deste anúncio. Todos os valores das pacotes CVC são publicados já incluindo taxa de serviço, 05% sobre os valores sugeridos anteriormente. Não inclui incluído: impostos sobre serviços, taxas de embarque, taxas de embarque cobradas pelos aeroportos, "Proteção Criação 2017" válido apenas em 82 países no mesmo pagamento. Consulte nossa lista, quantidade de crianças e bebês participantes da promoção com nossos valores.

sempreComCVC
cvc.com.br/lojas

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2015 ANO XC - Nº 29.737

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO globo.com.br

Ações em queda

Petróleo desaba e já é ameaça ao pré-sal

O barril do petróleo fechou cotado a US\$ 50 em Nova York e a US\$ 53 em Londres, menor valor em seis anos, acendendo uma luz amarela nos investimentos da Petrobras e de seus parceiros. O preço está muito perto do mínimo necessário para a viabilidade da exploração do pré-sal. As ações da Petrobras recuaram mais de 8% ontem na Bovespa. Nos dois dias úteis de 2015, a queda atinge 14%. PÁGINA 17

Escândalos na Petrobras

Planalto escolheu parceiros chineses

Embora a Petrobras diga que não controlava a empresa criada para construir gasoduto, o então presidente Lula admitiu em 2010 que o próprio Planalto decidiu pela parceria com os chineses e que a escolha teve motivações ideológicas. PÁGINA 5

Contas abertas

TSE acaba com sigilo de partidos

Os partidos políticos, por determinação do TSE, terão que abrir três contas bancárias. E os bancos deverão repassar os extratos dessas contas mensalmente à Justiça Eleitoral. PÁGINA 4

Após elogiar o nazismo

Comandante do Choque é exonerado

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, exonerou ontem o coronel Fábio de Souza, titular do Batalhão de Choque. O oficial é acusado de enviar mensagens a policiais defendendo o nazismo. PÁGINA 9

Desvios na Saúde

PF investigará máfia de próteses

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou que a PF investigue denúncias, feitas pelo "Fantástico", de fraude no comércio de próteses em hospitais públicos e particulares do país. PÁGINA 4

ACERTO DE CONTAS

Levy anuncia reequilíbrio fiscal e 'ajuste de impostos'

Núcleo da Fazenda era ligado a Palocci

Ministro elogia austeridade pré-Real

Economistas veem time técnico e coeso

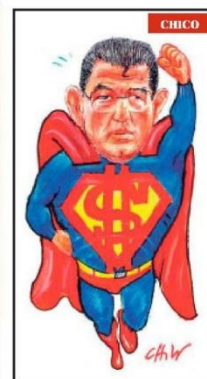
Em seu discurso de posse, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, mostrou que a condução da economia no segundo mandato de Dilma será mais parecida com a do período em que Antonio Palocci era o titular da pasta, no primeiro governo Lula. Levy falou pela primeira vez em "ajuste em alguns tributos", prometeu cortar gastos e fortalecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que os "benefícios sociais se tornem melhores". Também elogiou o equilíbrio fiscal adotado antes do Plano Real. A uma plateia de empresários e economistas, anunciou: "O reequilíbrio fiscal já começou." Numa crítica à equipe anterior, defendeu o fim da concessão de crédito subsidiado farto e afirmou que não haverá adiamento de repasses a bancos públicos para pagar benefícios sociais. Com Levy, Jorge Rachid volta a chefiar a Receita. Tarcísio Godoy será secretário executivo da Fazenda, e Marcelo Sainito comandará o Tesouro. Os três, como Levy, eram ligados a Palocci. PÁGINAS 15 e 16

Na balança comercial, 1º rombo em 14 anos

Com a queda de preços de minério de ferro e soja e a desaceleração mundial, a balança comercial teve déficit de US\$ 3,93 bilhões em 2014, primeiro resultado negativo em 14 anos. O novo ministro do Desenvolvimento já prevê medidas para estimular exportações. PÁGINA 17



Austeridade. Joaquim Levy na sua posse, quando falou em mexer nos impostos



MÍRIAM LEITÃO

AS LIGAÇÕES DE LEVY

Ministro liga PT à escola de Chicago. Une FH, Lula e Dilma, junta equilíbrio fiscal a desenvolvimento. PÁGINA 16

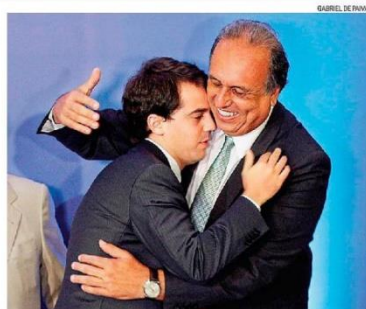
MERVAL PEREIRA

DILMA E A QUEDA DE BRAÇO

Ao desautorizar o ministro do Planejamento, presidente mostra não estar disposta a ceder. PÁGINA 4

Pezão ordena economia de R\$ 1,5 bilhão

O governador Luiz Fernando Pezão anunciou ontem, durante a posse de seu Secretariado, no Palácio Guanabara, que fará cortes de R\$ 1,5 bilhão em despesas de custeio e pessoal este ano. Segundo ele, haverá redução de 25% a 35% em gastos com telefonia, transporte, alimentação e serviços terceirizados, além de gratificações especiais e cargos comissionados. Pezão disse que até mesmo Segurança, Saúde e Educação terão de renegociar contratos. PÁGINA 7



Novo governo. Pezão cumprimenta Marco Antônio Cabral, secretário de Esporte

Ao menos 14 estados farão cortes

Nos primeiros dias após a posse, pelo menos 14 governadores já anunciaram cortes para enxugar despesas. As iniciativas afetarão servidores, em especial os de cargo comissionado. Parte deles será demitida em estados como Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As novas gestões estão auditando contratos, suspendendo licitações e proibindo atos gastos com papel. PÁGINA 3



Em Jerusalém. A Torre de Davi, sob a qual está a ruína

SOCIEDADE

Descoberta O PALÁCIO DE HERODES

Arqueólogos dizem ter achado o palácio de Herodes, onde Jesus teria sido condenado. PÁGINA 18

CONTRA HEPATITE C

A Anvisa aprovou o dactetavir, potente droga contra hepatite C. O SUS o distribuirá. PÁGINA 20

SEGUNDO CADERNO

'Bilac vê estrelas' NA TRILHA ORIGINAL DO MUSICAL



Estreia. Peça com canções novas de Nei Lopes reacende discussão sobre escassez de repertório inédito em espetáculos



QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2015 ANO XC - Nº 29.829

Irinen Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

SwissLeaks
AS CONTAS SECRETAS NA SUÍÇA

Rachid vê 'interesse do Fisco' em 100 nomes

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, disse que já foram identificados 100 nomes na lista de contas do HSBC na Suíça que são de "interesse do Fisco" porque não teriam declarado os valores. Uma missão do órgão está na França para obter os dados de forma oficial. **PÁGINA 4**

Ambiente criminoso

Delegacia do Rio movida a propina

O titular da Delegacia de Meio Ambiente, Fernando Reis, e mais 9 policiais são acusados de achacar e sequestrar empresários, exigindo até R\$ 1 milhão em resgates. **PÁGINA 9**

Corrupção em Itaguaí

Ex-prefeito tinha até helicóptero

A PF apreendeu ontem um helicóptero de R\$ 4 milhões que seria do ex-prefeito de Itaguaí, acusado de corrupção. Ele tinha uma Ferrari. **PÁGINA 15**

Ocupação da Maré

Sem UPP, 'vamos para o buraco'

A frase é do coronel Frederico Caldas durante a chegada à Maré da PM, que substituirá o Exército gradualmente. **PÁGINA 10**

Maioridade penal

Menores cometem 1% dos homicídios

Dados do Unicef indicam que 1% dos homicídios registrados no país foi praticado por jovens entre 16 e 17 anos. **PÁGINA 6**

PÁSCOA DA CRISE

Mercados fazem saldaço

PÁGINA 23

Copa do Brasil

Vasco vence, mas terá jogo da volta

PÁGINA 31

EXCLUSIVO: LAVA-JATO

Nova delação leva escândalo ao setor de transportes

Presidente da Camargo Corrêa confessa que pagou propina na Ferrovia Norte-Sul

Em prisão domiciliar, executivo diz que desvios na obra seguiram esquema usado na Petrobras

No depoimento dado em sua delação premiada, o presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini, confessou o pagamento de propina para executar obras na Ferrovia Norte-Sul, informa RENATO ONOFRE.

O modelo, segundo Dalton, que está em prisão domiciliar desde segunda-feira, é similar ao que foi usado para os desvios na Petrobras, incluindo a formação de um cartel. Na Norte-Sul, a empreiteira assinou

em 2010 contratos de R\$ 1 bilhão com a Valec, estatal que administra as ferrovias brasileiras. Ligada ao Ministério dos Transportes, a Valec disse não ter sido notificada sobre o conteúdo da delação. **PÁGINA 3**

PAUSA NAS NEGOCIAÇÕES



Respiro. O secretário John Kerry na janela do seu quarto em Lausanne, de onde pode ver o Lago Genebra

Sem acordo no horizonte

Os negociadores do P5+1 (EUA, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha) decidiram prorrogar por

mais um dia as conversas na Suíça em busca de um acordo nuclear com o Irã. "Estamos a poucos metros da li-

nha de chegada, mas os últimos são sempre os mais difíceis", disse o chanceler francês, Laurent Fabius. **PÁGINA 29**

ALÍVIO DA ÁSIA

Petrobras recorre a banco chinês

Com dificuldades de obter dinheiro no mercado devido ao escândalo da Lava-Jato, a Petrobras terá um empréstimo de US\$ 3,5 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China. Segundo a empresa, é o primeiro passo de um acordo de cooperação com o banco estatal chinês que vai vigorar até 2016. Para analistas, o negócio deve incluir o fornecimento de petróleo à China. **PÁGINA 21**

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Petrobras já está sendo privatizada. **PÁGINA 18**

Projeto propõe que estatal deixe de ser operadora exclusiva do pré-sal **PÁGINA 21**

Queiroz Galvão demite em obra da Rio 2016

Investigada na Lava-Jato, a Construtora Queiroz Galvão demitiu 70 operários do Complexo de Deodoro, uma das principais instalações dos Jogos de 2016. Outros mil, que trabalham na mesma obra, receberam aviso prévio. **PÁGINA 11**



Entrevistando os cinquenta tons de Dilma:

CHICO

— Por que essa diminuição se eu não fiz nada???

SOCIEDADE

Autismo SEM PERDA DE TEMPO

Médicos alertam para importância do diagnóstico precoce no tratamento do autista. **PÁGINA 26**



SEGUNDO CADERNO 'Pega' em ritmo de saudade PAUL WALKER VIVE

Manobras mil permitiram a conclusão de "Velozes e furiosos 7", que estreia hoje, com o ator que morreu num acidente em 2013.

BOA VIAGEM



Grand Canyon. Nevasca cobre toda a vegetação e as montanhas de paredes avermelhadas

ARIZONA DE NORTE A SUL, DO CANYON AO DESERTO

Bomba fiscal

Aumento do Judiciário é criticado até no STF

Ministros do STF criticaram a aprovação do reajuste de até 78% para servidores do Judiciário num momento de crise econômica. Para Edson Fachin, a hora é de "contenção". A presidente Dilma disse que o aumento é "insustentável" e deve vetá-lo. Segundo o governo, os reajustes dados em dez anos superam a inflação. **PÁGINA 6**, Merval Pereira e Miriam Leitão

Dilma perde mais apoio

Ibope: só 9% aprovam governo

Apenas 9% consideram ótimo ou bom o governo Dilma, segundo pesquisa Ibope encomendada pela CNI. O desempenho só não é pior que o de Sarney em 89. **PÁGINA 7**

Depois da Lava-Jato

Petrobras quer vender fatia da BR

Petrolífera confirma que estuda abrir o capital da subsidiária na Bolsa, mas afirma que outra opção é buscar sócio estratégico para a empresa. **PÁGINA 23**

Tensão pré-referendo

Grécia e UE em duelo retórico

Premier grego divulga carta em que aceita parte das condições dos credores, que rejeitam apelo. A espera do referendo, gregos e líderes europeus trocam acusações. **PÁGINA 21**

Degelo EUA e Cuba

Reaproximação com ressalvas

Em meio ao anúncio de que reabrirão embaixadas em julho, Cuba e EUA indicaram haver ainda muitas diferenças a superar. **PÁGINAS 29 e 30**

Campeonato Brasileiro

Vasco conquista segunda vitória

PÁGINA 34



Dupla exposição. Cunha: derrotado na madrugada de ontem, ele causa polêmica com nova tentativa

MAIORIDADE PENAL

Manobra de Cunha pode parar no Supremo

Depois de rejeitar, Câmara volta a discutir redução da idade penal

Presidente da Casa obtém apoio para votar, mas enfrenta forte reação de deputados contrários à proposta e que ameaçam recorrer ao STF

Menos de 24 horas após a Câmara rejeitar a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade em casos de crimes hediondos e delitos graves, uma manobra do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), levou deputados a discutirem no plenário nova versão do projeto, desta vez mais branda, excluindo menores condenados por tráfico e roubo qualificado. A iniciativa de Cunha provocou troca de

acusações entre o peemedebista e deputados contrários à proposta, que ameaçam levar o caso ao STF. Em sessão tensa, com pesados ataques a Cunha, eles alegaram que outra proposta sobre o mesmo tema deveria cumprir novamente todas as etapas de tramitação. Na madrugada anterior, a redução em casos de crimes hediondos fora rejeitada apesar de ter obtido 303 votos favoráveis, cinco a menos do que o necessário. **PÁGINA 3**



Passageiros da agonia. Uma das vítimas do assalto tenta recuperar seus pertences que estavam com bandido ferido dentro de ônibus na Barra

Histórias que se encontram no ônibus

Policial civil atira em dois bandidos, médica socorre criminoso e PM debocha

Exímio atirador que nunca havia baleado alguém, um policial civil fez disparos de pistola e acertou dois assaltantes dentro de um ônibus na Barra; uma médica, coberta de sangue, socorreu o bandido que acabara de ameaçá-la de morte; e um PM protagonizou o ato final do assalto, dizendo para um dos criminosos caído no chão do veículo, depois de pisá-lo: "Vai ver o diabo de perto". A cena do assalto, captada em vídeo pelo fotógrafo GABRIEL DE PAIVA e publicada no site do GLOBO, impressiona pelas diferentes reações dos envolvidos. **PÁGINA 10**



SEGUNDO CADERNO

No Paço O MUNDO ENCANTADO DE BETHÂNIA

Peças como a foto de Dona Carô estão em megaexposição dedicada à cantora.

BOA VIAGEM

Las Vegas para elas BATOM E SALTINHO

Roteiro feminino destaca festas em piscinas, restaurantes estrelados e compras.



FLIP 2015

SEGURA Policiamento ostensivo dá o tom da festa

Evento, que vai até domingo, tem segurança reforçada por conta do aumento da violência em Paraty. **PÁGINA 12**

Dilma tour: the end



— Muito chato esse negócio de pegar avião para voltar à realidade...

ELA GOURMET
Herança
O TEMPO
COMO
TEMPERO

Cadernos de receitas inspiram famílias como a da estilista Isabela Capeto.

SEGUNDO CADERNO
RUBEM FONSECA

Homofobia, machismo e misoginia são temas do novo livro do escritor, "Calibre 22".

GERALDINHO CARNEIRO
O NOVO IMORTAL

Posse do poeta e dramaturgo na ABL foi concorrida. **PÁGINA 14**
Anselmo Göis

ELAS POR ELAS
O NOVO FEMINISMO

Brunet, Taís Araújo e Bela Gil hoje falam de papéis da mulher. **PÁGINA 15**

GENTE BOA
Liesa deve anunciar empate entre Portela e Mocidade.

Escândalo no TCE

Pezão sabia de esquema, diz delator

Em delação, Jonas Lopes, ex-presidente do TCE, disse que o governador Pezão sabia de pelo menos um dos três esquemas de corrupção envolvendo conselheiros do Tribunal de Contas. Pezão não quis comentar. **PÁGINA 3**

Contas públicas

Rombo é o pior em 16 anos

As contas públicas tiveram rombo de R\$ 23 bilhões em fevereiro, o pior resultado em 16 anos. O governo culpa o déficit crescente da Previdência Social. Ontem houve protestos em capitais contra a reforma do setor. **PÁGINA 24**

Avaliação do governo piora
Subiram de 46% para 55% os que acham o governo ruim ou péssimo, diz o Ibope. **PÁGINA 6**

É ISSO MESMO?

Para não cair no 1º de abril, saiba o que é verdade nas mensagens sobre saúde que circulam na internet. **PÁGINA 28**

Energia mais cara

Luz terá bandeira vermelha em abril

Devido à escassez de chuvas, este mês as contas de luz voltarão a ter bandeira vermelha, o que significa que haverá cobrança extra de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. **PÁGINA 22**

Decisão judicial

Joesley afastado de empresas

PÁGINA 25



RETOMADA DIFÍCIL

País chega a 13,5 milhões sem emprego, e melhora será lenta

Taxa de desocupação bate recorde e vai a 13,2% em fevereiro

Em um ano, mais 3,2 milhões de brasileiros ficaram desempregados. Para especialistas, resultado deve piorar nos próximos meses, e alívio no mercado de trabalho só virá no fim de 2017

A taxa de desemprego no Brasil bateu novo recorde e chegou a 13,2% em fevereiro. Nos últimos 12 meses, mais 3,2 milhões de brasileiros engrossaram a fila por uma vaga e, hoje, já são 13,5 milhões nessa situação, patamar também inédito. Para analistas, os números ainda vão piorar, e o desemprego só deve começar a cair no fim do ano. Os empresários vão aguardar uma retomada consistente da economia antes de voltar a contratar. Em janeiro, segundo o BC, a atividade econômica recuou 0,26%. **PÁGINA 21**

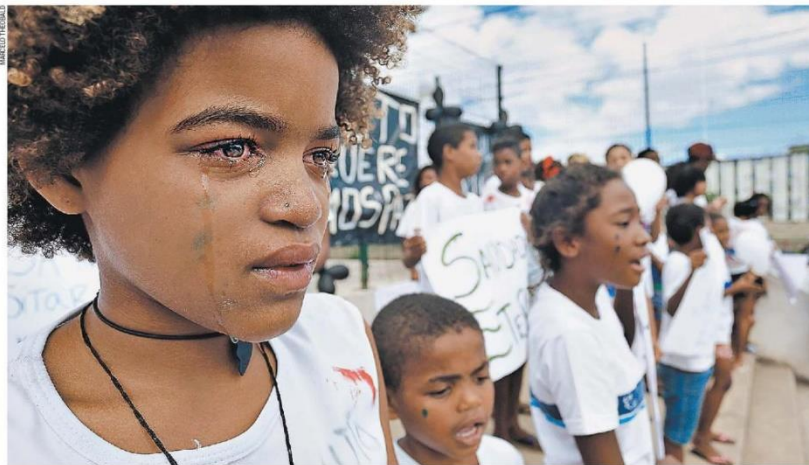
Terceirização é sancionada

O presidente Temer sancionou o projeto que regulamenta a terceirização, com veto à possibilidade de contratos temporários de mais de nove meses. **PÁGINA 21**

MIRIAM LEITÃO

Mercado de trabalho sofre com a crise e com gargalos antigos. **PÁGINA 22**

Violência tira vida de jovens e afeta educação



Pela vida. Amigos de Maria Eduarda Alves da Conceição, morta por quatro balas perdidas durante aula de Educação Física, fazem manifestação com pedidos de paz em frente à escola

No dia seguinte à morte de uma estudante de 13 anos por quatro balas perdidas numa escola em Acari, que deixou desolados a família e os amigos de Maria Eduarda Alves da Conceição, 39 colégios da Zona

Norte suspenderam as aulas. A violência urbana está diretamente ligada ao mau desempenho escolar, alertam especialistas. O prefeito Crivella disse que vai blindar colégios de áreas conflagradas. **PÁGINAS 10 e 11**

PMs já responderam por 37 mortes em operações **PÁGINA 11**

Três adolescentes são executados na região **PÁGINA 11**

Até chavista condena ruptura na Venezuela

Num sinal de dissensão no chavismo, a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega, aliada do presidente Maduro, denunciou como "ruptura da ordem

constitucional" a decisão do Supremo Tribunal de Justiça de assumir as funções do Legislativo, de maioria opositora. Chanceleres do Mercosul podem ex-

cluir hoje a Venezuela, também criticada por ONU e OEA. A Sociedade Interamericana de Imprensa condenou ataques a jornalistas. **PÁGINAS 26 e 27**

A terra treme

Foi assim: sabe aquele encontro na campanha de Dilma com artistas no Teatro Casa Grande, no Rio? A presidente aguardava no camarim o evento, com um grupo próximo, quando Marta Suplicy, então ministra da Cultura, entrou e se queixou de que ela havia sido designada para ocupar uma cadeira no meio da plateia enquanto muita gente estava no palco e "ainda por cima ao lado do Juca Ferreira".

Segue...

Dilma respondeu com o jeito Dilma de ser: "Isso não é problema meu, minha querida. Fale com o cerimonial". Fano rápido.

O Grande Gatsby

O ator Leonardo DiCaprio aterrissou amanhã em Jurerê Internacional, em Florianópolis, com um grupo de amigos.

'Operation Carwash'

Um artigo da Bloomberg News refere-se à Operação Lava-Jato, que apura o mar de lama na Petrobras, como *Operation Carwash*.

Abraçar as diferenças

A letra da música "Um novo tempo", da TV Globo, coube como uma luva para a posse de Dilma. Senão, vejamos: "Hoje é um novo dia/Que começou/ Hoje é um novo dia/De cuidar da nossa gente/De um novo tempo/De abraçar as diferenças".

No mais

Do historiador José Murilo de Carvalho: — Uma barca de fogos incendiou no réveillon do Rio. Um cidadão observou: um incêndio é a primeira má notícia de 2015. Uma repórter da Globo observou: não houve vítimas, é a primeira boa notícia de 2015. Vamos precisar dos dois este ano.

www.oglobo.com.br/ancelmo

ANCELMO GOIS

ANA CLÁUDIA GUIMARÃES, DANIEL BRUNET, JORGE ANTONIO BARROS E MÂRCIA VIEIRA



Guerra das biografias

A Boitempo publica neste primeiro semestre uma biografia de Luís Carlos Prestes feita por sua filha, a historiadora Anita Prestes, 78 anos. Ela, como se sabe, tachou como anticomunista o livro de Daniel Aarão Reis, "Prestes, um revolucionário entre dois mundos", que faz grande sucesso.

Sangue em Paris

Pelo segundo ano consecutivo, houve um assassinato no Trocadéro, ao pé da Torre Eiffel, na noite de réveillon. Nos dois casos, homens foram mortos a facadas. Deve ser terrível... Você sabe.

Copa de 2022

O brasileiro Tiago Paes, que foi gerente-geral de operações nos estádios da Copa de 2014, está sendo contratado pelo comitê Qatar 2022. Vai fazer lá o mesmo trabalho que desempenhou na Copa no Brasil.

A terra é da santa!

O cientista político Luis Guillermo Solís Rivera, 56 anos, presidente da Costa Rica, estava antecorrendo num hotel na Barra da Tijuca, inconformado por ficar longe dos fogos da Praia de Copacabana. Foi salvo pelo advogado Marcelo Cerqueira, que lhe deu asilo na varanda de sua casa na Atlântica, Posto Cinco. Ele adorou.

2015: ano zero

O inquieto Ziraldo, 82 anos, sugere zetar o jogo a partir de agora ao desejar Feliz Ano Novo: — Que 2015 seja o primeiro ano mais feliz da sua vida. Ano que vem que seja o segundo ano mais feliz e assim sucessivamente.

Lá

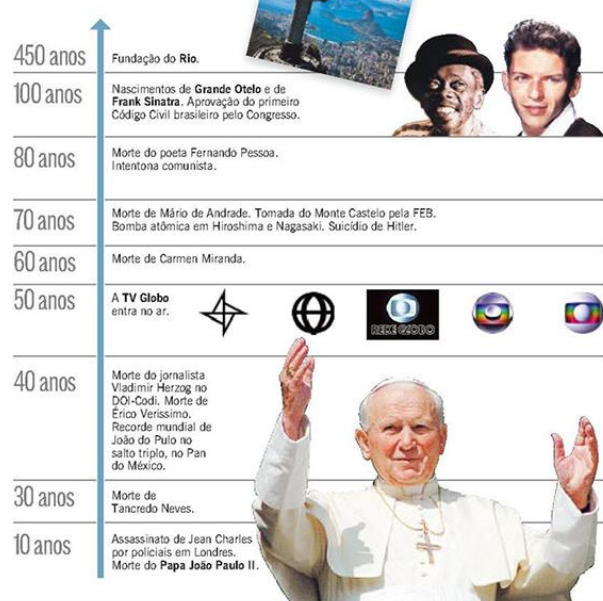
Quem contou foi um querido parceiro da coluna, que foi passar o réveillon em Orlando, na Flórida. O South Florida News Channel 13 noticiou que o juiz de um condado tinha aberto uma investigação para apurar a... entrada de um chocolate na cela de um preso.

Já...

Como ia dizendo, em certo país tropical este tipo de malfeto sai, como se diz em Frei Paulo, na urina.

AS EFEMÉRIDES DE 2015

O ANO TEM DATAS IMPORTANTES. VEJA SÓ:



A POSSE DE LUIZ FERNANDO PEZÃO

Forças Armadas vão atuar nas estradas

Com outros estados do Sudeste, ação conjunta visa a frear contrabando de armas e drogas

SELMA SCHMIDT
selma@oglobo.com.br
VERA ARAÚJO
veraaj@oglobo.com.br

Uma megaoperação envolvendo as Forças Armadas, a Polícia Federal e as polícias estaduais está sendo planejada para combater o contrabando de armas e drogas nas estradas de Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. A informação foi divulgada ontem pelo governador Luiz Fernando Pezão. Ele disse que vai a Brasília no próximo dia 7 se reunir com os outros governadores do Sudeste e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir o assunto. Os secretários de Segurança da região também vão estar no encontro. A ideia, segundo Pezão, é unir esforços para intensificar a fiscalização nas divisas desses estados.

— Nós pretendemos usar tudo que estiver ao nosso alcance. Com policiais e os meios tecnológicos necessários, podemos permanecer por cinco dias ou mais nas divisas — disse o governador.

Sobre os problemas em algumas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) — principalmente naquelas que ficam em grandes comunidades, como o Complexo do Alemão e a Rocinha —, Pezão anunciou que o secretário de Segurança, José Mariano Bel-

trame, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alberto Pinheiro Neto, anunciarão hoje um plano de ajustes para o projeto. Ele antecipou apenas que, para frear a onda de ataques a policiais, os batalhões de Choque e de Operações Especiais (Bope) vão ser mais atuantes. Nesse ponto, Pezão fez uma crítica às unidades de elite da PM, que não estariam cumprindo o papel de proteger os policiais: — O Choque e o Bope terão uma atuação maior nas comunidades com UPPs, o que tinha se perdido um pouco nos últimos tempos. Isso vai dar mais segurança aos policiais que atuam por lá. Pinheiro Neto e Beltrame vão anunciar uma série de medidas. Tenho participado de diversas reuniões, pelo menos duas vezes por semana, com eles.

PARCERIA COM A PREFEITURA
Ele disse ainda que conta com a parceria do prefeito Eduardo Paes para a implantação de projetos sociais nas favelas com UPPs. — O Eduardo (Paes) está soltando um pacote com escolas em horário integral em comunidades. Teremos uma escola com curso profissionalizante na Maré. O Eduardo tem sido um grande parceiro nessa área — afirmou o governador. Uma das promessas anunciadas ontem por Pezão foi de ins-

“O Batalhão de Choque e o Bope terão uma atuação maior nas UPPs, o que tinha se perdido um pouco”

Luiz Fernando Pezão
Governador

tação, até o fim da sua administração, de bases próprias para as Unidades de Polícia Pacificadora. Atualmente, grande parte delas está funcionando em contêineres, conhecidos como “UPPs de lata”, o que aumenta a vulnerabilidade dos policiais que trabalham no programa. — A construção das bases das UPPs está na fase de licitação. As pessoas não entendem o porquê da demora, mas é importante explicar que tinhamos grande dificuldade para construí-las. Isso porque, quando pedimos um empréstimo, temos que seguir uma espécie de receita de bolo. Exi-



Mutirão de segurança. Policial rodoviário federal faz o monitoramento da Ponte Rio-Niterói e de outras estradas

ge-se o Registro Geral de Imóveis (RGI) do terreno, por exemplo. Como é que você vai ter RGI de uma área em comunidade? Perdemos muito tempo acertando essas questões. Mas agora as licitações vão andar. Vamos fazer as sedes definitivas de todas as UPPs. Segurança continua sendo a nossa prioridade, não em detrimento da educação e da saúde. Sem segurança, não entra professor (nas escolas), nem médico (nas unidades de saúde) — argumentou Pezão. Sobre os ajustes no programa das UPPs, o governador informou que sua equipe na área

de segurança vai propor uma nova experiência: a instalação de companhias da PM, apelidadas de mini-UPPs, em favelas menores. — Eles querem fazer novas experiências com novas ocupações, menores, adotando a política de proximidade. A ideia será voltar ao ponto inicial das UPPs, para ver o que deu errado e corrigir os rumos do programa. A gente sabe que há problemas nas grandes ocupações, como na Maré, na Rocinha, em Mangueiras e no Complexo do Lins. Estamos reavaliando uma série de procedimentos.

São cerca de 600 policiais que vão reforçar as UPPs — disse ele, que vai inaugurar hoje, como primeiro ato da nova administração, uma mini-UPP no Morro do Banco, no Itanhangá.

IMÓVEIS PARA POLICIAIS
Outra promessa de Pezão será construir imóveis para policiais militares, civis e bombeiros. Segundo ele, a aquisição das unidades acontecerá por meio de crédito consignado, com desconto em folha. O governador anunciou ainda a construção de batalhões da PM em Nova Iguaçu, Araruama e Itaguaí. ■

APERTO NAS CONTAS

Um corte de R\$ 1,5 bi

Pezão dá posse a secretariado e diz que contratos terão redução de 25% a 35%



No Palácio Guanabara, Luiz Fernando Pezão com o secretariado que tomou posse em cerimônia realizada ontem: o governador exortou seus subordinados a não gastarem mais do que o estado arrecada e quer revisão em contratos

CÉLIA COSTA
celia@oglobo.com.br
ISABELA BASTOS
isabelab@oglobo.com.br

O governador Luiz Fernando Pezão anunciou ontem de manhã, durante a posse de seu secretariado para o segundo mandato, uma redução de R\$ 1,5 bilhão por ano nos gastos de custeio e pessoal nas pastas e em outros órgãos da administração direta do estado. Os cortes de 25% a 35% deverão atingir contratos de telefonia, transporte, alimentação e serviços terceirizados, além de gratificações especiais de servidores. Também haverá enxugamento de cargos comissionados.

— Está proibido, proibido gastar o que não tem. Só vamos gastar o que arrecadarmos. Não tem pirotecnia. Primeiro, é preciso botar em dia o que a gente tem, o que vocês contrataram. Tem que se dedicar ao custo como se fosse dentro de casa. Gastar o que tem. Não tem cheque especial no governo do estado. Peço encarecidamente a todos que lutem — disse Pezão no discurso da cerimônia, no Palácio Guanabara.

Para formalizar a redução dos gastos, Pezão publica no Diário Oficial de hoje um pacote de 42 decretos com as regras a serem obedecidas por todo o secretariado. Os cortes não livram nem mesmo as secretarias de Saúde, Educação e Segurança, que terão que renegociar contratos. O governador disse, contudo, que essas pastas não deixarão de cumprir suas obrigações constitucionais dentro do orçamento geral do estado.

FISCALIZAÇÃO MAIOR SOBRE DEVEDORES

Pezão disse ainda que pretende reforçar fortemente a fiscalização sobre o pagamento de impostos no Rio e renegociar, com os devedores que já estão na Dívida Ativa do estado, uma manobra de recuperar cerca de R\$ 2,5 bilhões em créditos devidos. O foco deverá ficar sobre os grandes devedores. Segundo Pezão, a Dívida Ativa hoje soma cerca de R\$ 64 bilhões.

— Os decretos serão publicados amanhã (hoje) e vou comunicar primeiro aos secretários. Mas, em linhas gerais, teremos de 25% a 35% de contingenciamento nos gastos com gratificações especiais e contratos que serão reavaliados. Eu quero que todas as áreas reavaliem os contratos. Segurança, Saúde e Educação terão tratamento diferenciado, mas precisarão reavaliar seus contratos também — afirmou.

Ele não descartou a necessidade de até mesmo reduzir o número de funcionários em cargos em comissão. Essa decisão ficará, segundo ele, por conta de cada secretário, que terá de se adequar ao orçamento, determinando assim o tamanho de suas equipes de trabalho.

— Às vezes, tem excesso de gente. Cada secretário terá sua cota financeira e precisará se adequar a ela. Eles vão ter o recurso que eu sei que vou arrecadar e pagar. Não vou trabalhar com dívidas.

Com as medidas, o governador pretende reverter aos cofres do estado cerca de R\$ 4 bilhões este ano, para fazer frente às perdas do estado com o encolhimento dos repasses dos royalties do petróleo.

Dos 25 secretários do segundo mandato de Pezão, apenas Aroldo de Oliveira (titular da pasta de

Trabalho e Renda), Cidinha Campos (Proteção e Defesa do Consumidor) e Paulo Melo (Governo) não tomaram posse ontem, por ainda estarem cumprindo seus mandatos como deputados (até o fim deste mês). Entre os secretários, o novato Marco Antônio Cabral ganhou um abraço carinhoso do governador. Filho do ex-governador Sérgio Cabral, ele assumiu a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Segundo Marco Antônio, sua gestão terá como objetivos, entre outras metas, revelar novos talentos e criar o Plano Estratégico do Esporte no Estado.

Aos subordinados, Pezão disse não ter a utopia de entender de tudo. Mas destacou que tem "sentimento" para saber do que a população precisa. Ele cobrou empenho semelhante do secretariado para o cumprimento de metas e a en-

DA FARDA PARA O TRANSPORTE

EX-COMANDANTE DA PM SERÁ VICE-PRESIDENTE DO DETRO

Ex-comandante da PM, exonerado do cargo em agosto de 2013, o coronel Eirir Ribeiro da Costa Filho assume na gestão de Luiz Fernando Pezão uma função fora da corporação. Ontem, Eirir foi nomeado para a vice-presidência do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro), autarquia responsável pela normatização e fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, ou seja, das linhas de ônibus e vans com trajetos entre as cidades do Rio de Janeiro. Eirir passou um ano e dez meses como comandante da PM e saiu após um polêmico ato que revogou punições resultantes de casos de "menor potencial ofensivo".

Já a presidência do Detro ficará a cargo de Carlos Luiz Martins Pereira e Souza, que foi, no período de 2002 a 2005, presidente da Varig, época em que a empresa já vivia uma grave crise financeira. Depois da passagem pela Varig, Carlos foi presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor (CBVM), em 2007. Foi ainda diretor de Operações do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e depois do Comitê Organizador dos Jogos, até maio de 2012. Para o cargo no Detro, foi convidado pelo secretário de Transportes, Carlos Roberto Osorio.

— Nossas prioridades

serão concluir a licitação dos ônibus intermunicipais e investir no treinamento dos fiscais — afirmou.

Nova

função. O coronel Eirir, que será vice do Detro

trega de obras e serviços, melhorando o atendimento a quem vive no Rio.

— Procurei aqueles que sabem mais do que eu. Quero que fiquem de olhos abertos para os 16,4 milhões de cariocas e fluminenses do estado, especialmente para aqueles que precisam mais do governo, que nunca vão chegar ao palácio ou à porta das secretarias de vocês. Quero que andem, escutem, porque eu sou assim. É isso que eu quero. Não se conformar, se sentar aí e achar normal uma pessoa ficar 35 dias sem aula. Eu não acho normal. Também (não acho normal) pegar um trem velho, de 50 anos, ele parar e (o passageiro) ter que descer e segurar a pé pela linha — declarou. Pezão prometeu ainda não aumentar impostos e pediu aos subordinados que agissem "como um time", sem se deixar levar por vaidades:

— Quero todos muito unidos. Não tem vaidade neste governo. Não tem supersecretário. Quero que a gente lute por cada real. Não vou aumentar a carga tributária, criar novos impostos. Se puder, diminuo.

SEGURANÇA PÚBLICA COMO PRIORIDADE

O governador voltou a dizer que pretende lançar mão de parcerias público-privadas e concessões para trazer investimentos para o Rio. E garantiu ainda que, apesar dos cortes, investimentos já contratados ou em andamento estão mantidos, como as obras da Linha 4 (Zona Sul-Barral) e Linha 3 (Niterói-São Gonçalo) do metrô, além da expansão do abastecimento de água para a Baixada Fluminense.

— Temos uma pauta extraordinária, entregar o que já estamos fazendo. Teremos um programa audacioso de PPPs e concessões. Temos que usar o mercado. Não queremos começar nada novo antes de entregar o que já estamos fazendo.

Pezão disse ainda que a segurança pública continuará a ser o carro-chefe do governo. E anunciou que quer ampliar a atuação do programa federal Mais Médicos no Rio:

— Segurança continua a ser nosso mantra. Sem segurança pública, não há desenvolvimento econômico, empresário que venha para este estado, professor que entre para dar aula em comunidade e nem médico atendendo. Na Saúde, queremos perseguir a atenção básica. Usar o Mais Médicos. Achei que muito poucos vieram. Temos um potencial imenso para atrair mais (profissionais). Só temos 380 de um total de 12 mil médicos (do programa). Temos que ver onde está esse gargalo.

Na sexta-feira, ele pretende fazer uma grande reunião com secretariado. No encontro, vai estabelecer uma política de metas e cobrar o andamento de obras e projetos, um procedimento que deverá virar rotina.

— Quero estar muito presente. Teremos um grande painel de cobrança. Vou cobrar obra por obra, meta por meta, mensalmente. Teremos uma consultoria para acompanhar todos os projetos.

A tarde, o governador nomeou Marfan Martins Vieira para exercer, por mais dois anos, o mandato como procurador geral de Justiça. Marfan, escolhido pela quarta vez, foi o mais votado numa eleição realizada no dia 8 de dezembro. A posse será no dia 23, na sede do Ministério Público. •

“

Está proibido, proibido gastar o que não tem. Só vamos gastar o que arrecadarmos. Não tem pirotecnia. Primeiro, é preciso botar em dia o que a gente tem, o que vocês contrataram. Tem que se dedicar ao custo como se fosse dentro de casa. Gastar o que tem. Não tem cheque especial no governo do estado. Peço a todos que lutem”

“Segurança continua a ser nosso mantra. Sem segurança, não tem desenvolvimento econômico, empresário que venha para este estado, professor que dê aula em comunidade e nem médico atendendo. Na Saúde, queremos perseguir a atenção básica. Usar o Mais Médicos. Achei que muito poucos vieram”

Luiz Fernando Pezão
Governador

NOVOS PONTOS DE CONSUMO

O crack avança

Grupos de dependentes migram de outras regiões da cidade para a Zona Sul



Ipanema. Dependentes se reúnem na Praça General Osório: a presidente da associação de moradores, Maria Amélia Loureiro, diz que local abriga uma crackolândia

ALESSANDRO LO-BIANCO
alessandro.lobianco@oglobo.com.br

Concentrado durante anos em algumas comunidades da Zona Norte, o consumo de crack vem ganhando terreno na cidade. Nos últimos meses, a droga passou a ser facilmente encontrada na Zona Portuária e às margens de trechos da linha ferroviária e da Avenida Brasil, e, agora, grandes grupos de usuários começam a se formar na Lapa e na Zona Sul. O avanço está chamando a atenção da população e de autoridades, que tentam traçar uma estratégia para contê-lo. O vício, impulsionado pelo preço baixo — uma "pedra" custa entre R\$ 3 e R\$ 5 —, chegou com força a bairros nobres do Rio, como Ipanema e Copacabana.

A Secretaria municipal de Desenvolvimento Social informa que seu trabalho de abordagem ainda tem como foco crackolândias que reúnem mais de 300 pessoas. Elas estão no Parque União e na Nova Holanda (no Complexo da Maré), em Mangueiras, no Jacarezinho, em Del Castilho, em Trilagem, no Engenho Novo, e, em menor escala, na Lapa. E foi justamente do bairro que é símbolo da boemia carioca que começou a migração de viciados para a Zona Sul, começando por Laranjeiras e Botafogo.

Quase diariamente, um ônibus da secretaria é estacionado embaixo do Viaduto Santiago Dantas, que liga a Praia de Botafogo à Rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras. No entanto, segundo assistentes sociais, é pequeno o número de dependentes que se mostram receptivos às abordagens no local. Ainda em Laranjeiras, um outro ponto de consumo se formou sob o Viaduto

Jardel Filho, a aproximadamente 200 metros do Palácio Guanabara, como informou Ancelmo Gois em sua coluna de ontem.

USUÁRIOS EM COPACABANA E IPANEMA

A situação também preocupa em Copacabana, onde pequenos grupos de usuários começaram a se reunir, de madrugada, nas ruas Barata Ribeiro, Bolívar e Leopoldo Miguez — nesta última, eles já têm o costume de espalhar colchões sobre as calçadas. Outro bairro onde a situação se agrava é Ipanema: segundo moradores e comerciantes, após as 21h, dezenas de jovens consomem crack nas praças General Osório e Nossa Senhora da Paz.

— É preciso tomar providências logo. Depois que anoitece, o trecho da Praça Nossa Senhora da Paz mais próximo à Rua Barão da Torre fica perigoso. Sempre vejo um grupo de aproximadamente dez pessoas, entre homens e mulheres, consumindo crack por ali. Isso acontece desde novembro. Os dependentes passam a madrugada toda se drogando, e, quando amanhece, encontramos um cenário desolador, com fezes e poças de urina por todo lado — lamenta a aposentada Maria do Carmo.

Para a presidente da Associação de Moradores de Ipanema, Maria Amélia Loureiro, a Praça General Osório já virou uma crackolândia.

— Há muitas pessoas consumindo crack na

praça. Estamos muito preocupados porque notamos que essa crackolândia não abastece somente dependentes miseráveis, moradores de rua. Ela também passou a ser frequentada por gente com dinheiro, que mora em apartamentos da região. É uma situação delicada, e queremos uma solução para conter esse avanço — disse Maria Amélia.

Maria Ignez Barreto, coordenadora do Projeto de Segurança de Ipanema, faz coro às críticas:

— Não tenham dúvidas de que o bairro está sofrendo uma invasão de usuários de crack. Na quinta-feira, às dez da manhã, havia um grupo consumindo a droga na esquina das ruas Maria Quitéria e Visconde de Pirajá. Temos ligado exaustivamente para a Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, agentes do órgão sempre nos atendem e vêm aqui, mas é um trabalho pontual. Os viciados retornam no dia seguinte. É preciso que as ações do órgão sejam feitas de forma permanente em Ipanema.

Adilson Pires, secretário municipal de Desenvolvimento Social, afirma que medidas estão sendo tomadas para conter o avanço do crack na cidade. Ele diz que o número de usuários na Lapa já caiu pela metade, e promete mais ações na Zona Sul.

A migração está acontecendo porque, nesta época do ano, os dependentes conseguem catar um número maior de latas na região, o que lhes dá dinheiro para sustentar o vício. Além



Laranjeiras. Jovens no Viaduto Jardel Filho: ponto de consumo



Lapa. Barraca no Passeio Público: ponto de partida de migração

disso, praticam pequenos delitos e recebem mais esmolas. Estamos chegando gradativamente à Zona Sul.

O secretário destaca que agentes de sua pasta só abordam dependentes por meio do diálogo: interações compulsórias, como as realizadas em 2013 com usuários de crack retirados de áreas às margens da Avenida Brasil, deixaram de ser feitas.

— As abordagens passaram a ser feitas em clima de técnicas de convencimento e aproximação, de forma sensível e humana. As internações compulsórias provocaram uma grande polêmica, e dependentes se mostraram revoltados com a medida. Hoje estamos seguros de que ganhar a confiança é o melhor caminho para a reabilitação — afirma Pires, acrescentando que 2.776 usuários foram abordados no ano passado, sendo que 1.647 aceitaram tratamento ou algum tipo de apoio por parte da prefeitura.

De acordo com Diana Ribeiro, que coordena o Proximidades, programa da secretaria voltado para usuários de crack, 63% dos dependentes abordados têm moradia na Zona Norte, e o restante, em sua maioria, seria da Zona Oeste e do Centro. Ela diz ainda não ter estatísticas precisas sobre o problema na Zona Sul, mas reconhece que a região virou motivo de preocupação: — A migração corresponde a um aumento do poder aquisitivo dos usuários. Identificamos, entre os dependentes, uma aeronave que fala quatro idiomas fluentemente. Vemos, também, diariamente, funcionários de empresas conhecidas procurando crack quando há escassez de cocaína em bocas de fumo. ■

Números

2.776

Total de dependentes abordados por agentes sociais da prefeitura ao longo do ano passado.

63%

Moram na Zona Norte, e 1.647 aceitaram algum tipo de apoio ou tratamento.

A TOQUE TEM

A HORA DE MUDAR OS MÓVEIS DA SUA CASA É AGORA.

TODA A LOJA EM ATÉ 10X SEM JUROS.*

LANÇAMENTO

LIQUIDAÇÃO

SOFA BÚZIOS
Revestido em super suede. Pés em madeira.

3 Lugares 0x16-1999"
POR 10X **159**
TOTAL R\$ 1.590,00

SOFA DIVANO
RETRATIL E RECLINÁVEL.
Revestido em couro ecológico com sistema Zero Vício: para reclinar, não é preciso espaço extra entre a parede e o sofá.

3 Lugares 0x16-4-899"
POR 10X **399**
TOTAL R\$ 3.990,00

FRETE GRÁTIS COMPRE E RECEBA EM QUALQUER CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

toqueacampaina.com.br ACESSO AGORA MESMO A LOJA ONLINE E APROVEITE OUTRAS OFERTAS.

Preço dos produtos válidos até 02/02/15 ou enquanto durar o estoque. *10x sem juros nas cartões Visa ou MasterCard. Cálculo sujeito à aprovação pelo critério de faturamento. Parcela mínima de R\$ 20,00 para qualquer tipo de parcelamento. Confira com nossos consultores os móveis disponíveis para personalização. Entrega e montagem grátis de segunda a sexta-feira no Rio e Grande Rio. Montagem grátis para produtos selecionados, consulte o vendedor. Bens de decoração não incluem. Resumimos nos e-mails de correio em caso de erro de digitação. Imagens meramente ilustrativas.

SAMSUNG

Kalunga.com
+130 lojas

SÃO PAULO BOUTIQUE SÃO PAULO
Av. Presidente Kennedy, 123
SÃO PAULO SHOPPING Av. São Paulo, 100

Quem anuncia nos Classificados do Rio pode entrar no Orkut, no Facebook, no smartphone, no tablet e na web.

CLASSIFICADOS DO RIO

O GLOBO EXTRA
ANUNCIE TAMBÉM COM TUDO MAIS CLASSIFICADOSRIO.COM.BR
2534 4333

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2017 ANO XCII - Nº 30.663

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Temer deve nomear filha de Jefferson

Em busca de votos contra a denúncia por corrupção, o presidente Temer intensificou o loteamento de cargos. A deputada Cristiane Brasil (PTB) pode assumir a Cultura. **PÁGINA 3**

Valério acerta delação com a PF

PÁGINA 5

Entrevistado na cripta (2)

CHICO



Moro bloqueia bens e R\$ 606 mil de Lula

Objetivo é ressarcir parte do prejuízo por desvios na Petrobras

Uma semana após condenar o ex-presidente Lula a nove anos e meio de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex, o juiz federal Sérgio Moro confiscou R\$ 606 mil, além de carros e imóveis do petista. Os recursos serão mantidos em Juízo até que a senten-

ça transite em julgado, quando poderão ser devolvidos à Petrobras. A decisão abrange ainda recursos que, eventualmente, estejam fora das contas, em investimentos. Lula vai apelar da sentença. Para o PT, a decisão é mesquinha e retira de Lula "meios para subsistir". **PÁGINA 4**

Contra rombo no caixa

Governo vai elevar imposto da gasolina

Apesar de a arrecadação federal ter subido em junho, mas com a meta fiscal de 2017 ameaçada, o governo vai anunciar hoje aumento das alíquotas de PIS/Cofins sobre a gasolina, o diesel e o etanol. A elevação de outros tributos chegou a ser cogitada, mas foi temporariamente descartada. **PÁGINA 21 e Miriam Leitão**

ANCELMO GOIS
Ônibus perderam 1 milhão de usuários/dia no Rio. **PÁGINA 12**

CONTE ALGO QUE NÃO SEI



Desfile com prótese

Aos 22 anos, a modelo Paola Antonini, que perdeu uma perna ao ser atropelada, mostra que é possível ter vida normal usando prótese. **PÁGINA 2**

'Never before'

Após seis meses, o mais impopular

O presidente Trump completa seis meses na Casa Branca com índices de desaprovção recordes e sem ter conseguido unir o Partido Republicano ou implementar promessas de campanha, além de estar sob investigação. **PÁGINA 23**

SEM PULSO FORTE

Números mostram descaso com aumento da violência

União e estado fizeram cortes drásticos de verbas para segurança

Repasse de recursos federais para combate à criminalidade no Rio não chegou a 1,2% do orçamento previsto para o ano passado; governo estadual, em crise, já reduziu os investimentos na pasta em 73%

Apesar da grave crise que assola o estado, a União reduziu drasticamente a verba para a segurança no Rio. No ano passado, só repassou 1,2% — ou minguados R\$ 503 mil — dos R\$ 40 milhões previstos para o combate à criminalidade. Mesmo com o aumento dos homicídios no país, o corte de

verbas atingiu todos os estados. O governo do Rio também reduziu os investimentos na pasta, de R\$ 277,4 milhões, em 2014, para R\$ 74,2 milhões este ano. Até agora, nenhum centavo foi gasto. Ontem, dois PMs foram enterrados. Já são 89 policiais assassinados desde janeiro. **PÁGINAS 8 a 12**

Pezão deixa spa para ir a Brasília

Governador do Rio se reúne hoje com Temer e Maia no Palácio do Planalto. **PÁGINA 10**

BNDES negocia fatia de R\$ 3,5 bi da Cedae

Com aval do Planalto, o BNDES estuda comprar fatia de R\$ 3,5 bilhões da Cedae para antecipar recursos ao Estado do Rio. **PÁGINA 19**



URUGUAI: FILA PARA COMPRAR MACONHA

Longas filas em frente às farmácias marcaram ontem o primeiro dia da venda regular de maconha no Uruguai, quatro anos após a aprovação da lei. A procura foi tanta que os estoques acabaram em poucas horas em Montevideu. Houve comemorações (foto) e queixas de que a qualidade não era tão boa quanto a da planta cultivada nos clubes de cannabis. **PÁGINA 26**

OBITUÁRIO

MAX GALLO



Acadêmico, historiador e escritor francês, autor de mais de cem livros. **PÁGINA 27**

'PAYWALL' NO FACEBOOK

Acesso grátis a conteúdo de jornais terá limite. **PÁGINA 22**

SEGUNDO CADERNO

TRIBUTO À MEMÓRIA

Premiado pela ABL, o historiador João José Reis compara prisões a senzalas e diz que a internet tira racistas do armário. **DAVID MAYER**



CULTURA COMPRA A FNAC

Grupo apostará na venda de novos produtos e no comércio eletrônico. **PÁGINA 22**

BOA VIAGEM REPÚBLICA TCHeca
JOIA PARA ALÉM DE PRAGA

A arte barroca é uma das atrações nas cidades da Morávia, região leste do país.



Palácio. Valtice, onde a família Liechtenstein passava o inverno

ESPORTES

DEPOIS DA SELVAGERIA VASCO FICA SEM ESTÁDIO POR 6 MESES

A pedido do MP, a Justiça interditou São Januário por causa do vandalismo. **PÁGINA 30**

Diário da violência

“O problema é que a Rocinha tem grande importância para o tráfico, o consumo de drogas na favela é alto”

A afirmação é do antropólogo e especialista em segurança pública Paulo Storzari, que já foi oficial do Bope. Ele avalia como positiva a presença de tropas na comunidade, mas acha difícil que as operações acabem com

a disputa entre facções: — As forças militares proporcionam uma tranquilidade momentânea. O poder público precisa atuar de forma contínua na Rocinha, trabalhando em várias frentes. ●

CAOS NO RIO

Guerra se alastra

Polícia apura ligação entre o tráfico da Rocinha e ataque que deixou três feridos no Leblon

EDIANE MEROLA, ELENICE BORTARI, GUSTAVO GOULART e MARCOS NUNES granderie@oglobo.com.br

Três pessoas — um homem, uma mulher e uma adolescente — foram baleadas ontem à tarde na Cruzada São Sebastião, no Leblon, em um ataque que, de acordo com uma linha de investigação da delegacia do bairro, a 14ª DP, foi um desdobramento da guerra do tráfico que leva terror à Rocinha e seus arredores desde o mês passado. O conjunto habitacional tem pontos de venda de drogas que são abastecidos por uma das facções que tentam controlar as bocas de fumo da favela. Testemunhas contaram que dois bandidos chegaram ao local pela Rua Humberto de Campos e começaram a atirar em direção do Bloco 2. Um dos criminosos, Diego Barbosa Alves, de 27 anos, foi preso por policiais militares dentro de um ônibus, tentando escapar. O outro conseguiu fugir.

Diego tem 14 passagens pela polícia por crimes como tráfico, roubo e homicídio, e havia deixado a cadeia em março. Policiais disseram que, na delegacia, ele admitiu fazer parte da facção Amigos dos Amigos, da qual Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, é um dos chefes. Segundo investigadores, apesar de estar num presídio federal de segurança máxima em Rondonia, Nem ordenou um ataque à quadrilha de seu ex-braco-direito, Rogério Aveirino da Silva, o Rogério 157, no último dia 17. O tráfico na Cruzada São Sebastião seria dominado pelo Comando Vermelho, que estaria dando apoio a Rogério 157.

Agentes da 14ª DP contaram que Diego fez pelo menos sete disparos contra o conjunto habitacional e fugiu pela Rua Barão da Torre. O barulho dos tiros assustou frequentadores e lojistas do Shopping Leblon, que fica a poucos metros da Cruzada. Perseguido por PMs, ele pegou um ônibus na Rua Visconde de Pirajá e deixou sua arma, uma pistola 9mm, ao lado de uma idosa para tentar se livrar do flagitante, mas foi denunciado por passageiros.

À PROCURA DE ROGÉRIO 157

A presidente da Associação de Moradores do Leblon, Evelyn Rosenzweig, disse que o clima de medo do bairro e a vulnerabilidade de inocentes diante de ações criminosas preocupam:

— O que aconteceu hoje não é nada bom. Apavora moradores e as pessoas que circulam por aqui. Tráfico em qualquer lugar já é um absurdo, mas algo assim acontecer tão perto de uma delegacia e de um batalhão é uma afronta. É uma impotência muito grande que nós sentimos.

As vítimas do ataque foram levadas para o Hospital Municipal Miguel Couto, na Gávea. Rosilene Medeiros, de 49 anos, foi ferida no braço esquerdo; Brenda da Silva, de 17, e Gláucia Lopes de Souza, de 37, levaram tiros no peito e na barriga.

Pelo segundo dia consecutivo, as Forças Armadas fizeram, ontem, uma operação na Rocinha em conjunto com as polícias Civil e Militar. Mais uma vez, especialistas do Exército e da Marinha usaram detectores de metais e de explosivos para procurar, na mata que cerca a parte alta da favela, armamento escondido pelo tráfico. Segundo a Secretaria estadual de Segurança, ações integradas na Rocinha e em outras comunidades envolvidas na guerra já resultaram na captura de 64 suspeitos e na apreensão de 29 fuzis, três submetralhadoras, três espingardas, cinco escopetas, 25 pistolas, 36 granadas, 158 carregadores, quase 4 mil balas de diversos calibres e duas toneladas de drogas. Além



Local do ataque. Um dos acessos à Cruzada São Sebastião: dois homens abriram fogo contra um dos blocos do conjunto habitacional, e um deles foi preso num ônibus



A postos. Militar na Rocinha, que pelo segundo dia consecutivo voltou a ter uma operação das Forças Armadas

disso, 16 pessoas morreram em confrontos. No entanto, o homem mais procurado pelas tropas, Rogério 157, continua foragido.

Durante uma entrevista coletiva sobre o balanço das operações, o subsecretário de Comando e Controle da Secretaria de Segurança, Rodrigo Alves, foi questionado sobre o paradeiro de Rogério 157, que, no fim de semana passado, teria sido visto em um baile funk na Vila Cruzeiro. De forma irônica, ele disse que o traficante “patece onipresente, está em todos os lugares ao mesmo tempo”, mas será preso.

— É um trabalho árduo. Estamos monitorando. Há informações de que ele mudou de facção. Temos um trabalho de inteligência que não podemos divulgar. A todo instante, surgem boatos. A Polícia Civil, ao longo de sua história, já se deparou com situações assim e, felizmente, sempre conseguiu dar uma satisfação à sociedade, cumprindo mandados de prisão contra criminosos procurados, o que acontecerá com Rogério 157 — afirmou Alves, acrescentando que as operações conjuntas na Rocinha continuarão “por tempo indeterminado”.

Preso ontem numa casa em um acesso ao Morro do Dendê, na Ilha do Governador, Danúbia Rangel, mulher de Nem, está isolada na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, em Gerência. Condenada a 28 anos de prisão por tráfico e corrupção, ela estava foragida desde 2016 e negou qualquer envolvimento com o crime. Ela afirmou que vivia da renda de um salão de beleza na Rocinha e de uma pizzaria na Vila dos Pinheiros, na Manté. Mas admitiu que a escola de sua filha na Zona Sul é paga por pessoas ligadas ao seu marido. ●

Estado já tem 107 PMs mortos este ano

Sargento foi assassinado em Queimados e cabo, na Ilha do Governador

O Estado do Rio já contabiliza 107 policiais militares assassinados este ano. O cabo Marcos dos Santos Bernardo de Lanna, lotado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Caju, foi encontrado morto, ontem, dentro de seu carro, na Praia da Bandeira, na Ilha do Governador.

Testemunhas disseram que ocupantes de um Onix branco dispararam contra o veículo do

PM na Rua Ambaitinga. Há a suspeita de que ele tenha reagido a uma tentativa de assalto. A Divisão de Homicídios da Polícia Civil foi acionada para fazer uma perícia no local. O cabo, que estava na corporação desde maio de 2008, deixou mulher e dois filhos. Em nota, a PM não fez comentários sobre a motivação do crime, limitando-se a informar que presta assistência à família do policial. “No início da manhã desta quarta-feira, policiais militares do 17º BPM (Ilha do Governador) foram acionados para verificar denúncia de um corpo na Rua Ambaitinga, na

Praia da Bandeira. No local, a equipe constatou que se tratava de um policial militar lotado na UPP do Caju”. Ainda segundo o comunicado, a família está sendo acompanhada por equipes da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPPP). Na terça-feira à noite, o sargento Marcelo Luis da Silva Galvão foi morto a tiros em Queimados, na Baixada. Segundo testemunhas, dois homens em uma moto renderam o PM, dispararam várias vezes e fugiram com a arma e a motocicleta da vítima. O policial não estava em serviço. O crime aconteceu por volta das 20h na Rua Major Avi-

la, no bairro Jardim Alzira. Peritos constataram que os bandidos fizeram mais de 15 disparos contra a vítima. O caso foi registrado na 55ª DP (Queimados) como latrocínio, roubo seguido de morte.

O Portal dos Procurados lançou, na madrugada de ontem, o cartaz “Quem matou?”, que mostra a foto do policial militar. A recompensa por pistas que levem à prisão dos assassinos do sargento é de R\$ 5 mil. Quem tiver qualquer informação sobre o paradeiro dos suspeitos pode passá-la pelo WhatsApp, digitando o número (21) 98849-6099. ●



BRINQUEDOS NO CAVEIRÃO

A Polícia Civil usou um blindado para distribuir presentes do Dia das Crianças no Jacareizinho: 2 mil brinquedos foram entregues, ontem, na comunidade.

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2017 ANO XIII - Nº 30.745

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Indenização por prejuízo

MPF quer que J&F pague ao BNDES R\$ 2 bi

EXCLUSIVO O MPF pediu que o grupo J&F indenize o BNDES em pelo menos R\$ 2,1 bi por operações financeiras lesivas ao banco, informa *Viviane Sussine*. O valor não foi previsto no acordo de leniência de R\$ 10,3 bi já firmado. **PÁGINA 17**

Economia 'irracional'

Nobel para estudo sobre escolhas

O Nobel de Economia foi para o americano Richard H. Thaler, um dos pais da economia comportamental, que mostra como as escolhas humanas, baseadas em emoções, têm impacto nos mercados. **PÁGINA 20**

MONICA DE BOLLE

Thaler mostrou que somos humanos irracionais. **PÁGINA 20**

Retomada

Mercedes vai investir R\$ 2,4 bi

A Mercedes-Benz vai investir R\$ 2,4 bilhões em sua fábrica de caminhões em São Bernardo do Campo (SP) e estudar abrir novas vagas na unidade de Juiz de Fora (MG). **PÁGINA 18**

MIRIAM LEITÃO

Recuperação é incompleta, diz Arminio Fraga. **PÁGINA 18**

Refazendo as contas

Pela Cedeae, menos R\$ 600 milhões

O Estado do Rio esperava R\$ 3,5 bi pela Cedeae, mas a União avaliou para baixo o valor da empresa. **PÁGINA 11**

Fogo na floresta

Incêndios matam dez na Califórnia

PÁGINA 23

ESPORTES

NUZMAN NA PRISÃO 'EMPREGADA CRIMINOSA'

Ao decretar a prisão preventiva, juiz Bretas diz que compra de votos para Rio-2016 foi apenas um dos crimes de Nuzman. **PÁGINA 28**

ELIMINATÓRIAS DA COPA ARGENTINA POR UM JOGO

Derrota contra Equador tira time de Messi da Copa. Brasil enfrenta Chile em São Paulo. **PÁGINAS 26 e 27**

Javier Mascherano

VICTOR CARVALHO/REUTERS

VIOÊNCIA NO RIO

Guerra na Rocinha tem mais mortes e escolas fechadas

Câmara cria comissão de juristas para endurecer leis de combate ao crime

Grupo será coordenado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, e vai propor alterações na legislação; Rodrigo Maia fala em acelerar votação de projetos na Casa



Terror. Crianças têm os olhos vendados ao passarem por corpos de vítimas da guerra do tráfico na Rocinha. Cerca de 3 mil estudantes ficaram sem aulas ontem por causa dos tiroteios

Moradores da Rocinha viveram ontem o terceiro dia seguido de tiroteios na comunidade. De manhã, dois homens foram mortos, totalizando nove vítimas em três

semanas. Por causa do clima de medo na guerra entre traficantes, nove escolas suspenderam as aulas para três mil alunos. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodri-

go Maia, decidiu criar uma comissão de juristas, coordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, para propor alterações na legislação sobre o combate ao tráfico de

drogas e de armas. O grupo deve apresentar em quatro meses um anteprojeto de medidas investigativas, processuais e de regime de cumprimento de pena. **PÁGINAS 8 e 9**

EDU CARVALHO

Eu só queria que houvesse calma. Não só na Rocinha, mas em todas as favelas e guerras. **PÁGINA 9**

Moro cobra de Lula recibos originais

O juiz Sergio Moro determinou que a defesa do ex-presidente Lula esclareça "expressamente" se tem originais dos recibos de aluguel assinados

por Glaucos da Costamarques, dono de imóvel usado pelo petista e vizinho ao dele em São Bernardo. O MP já pediu perícia nos recibos. **PÁGINA 6**



Em meio à denúncia, Temer evita polêmica

Como a CCJ começa a analisar hoje a denúncia contra ele, Temer deixará para depois projetos que possam criar atrito com o Congresso. **PÁGINA 3**

JOSÉ CASADO

A arquitetura do paraíso da impunidade. **PÁGINA 15**

CARLOS ANDREAZZA

STF age como corregedor da política. **PÁGINA 15**

MARCO ANTONIO VILLA

Corrupção traz rejeição à democracia. **PÁGINA 14**

SafraPay

Aproveite as vendas do Dia das Crianças, a 4ª maior data do comércio, com um parceiro que tem taxas imbatíveis.

0% de taxa e aluguel grátis por 60 dias* e taxas de 0,98% para débito e 1,48% para crédito à vista por 120 dias**.

E ainda oferece:

- Atendimento diferenciado
- Acesso ao portfólio Safra
- Informações transparentes

SafraPay. Agora você tem opção.

Consulte condições no site WWW.SAFRAPAY.COM.BR
Control de Relacionamento: 0800 100 2100 (24 horas por dia, 7 dias por semana)



Safra
Tradição Secular de Segurança



SEGUNDO CADERNO

CINEMA REAL

O OLHAR ARGUTO DE FREDERICK WISEMAN



Nome de destaque no documentário exibe "Ex libris" no Festival do Rio e critica Trump.



1ª EDIÇÃO
VESTE RIO
 A MODA AQUI É FAZER NEGÓCIO

O MUNDO DA MODA POR QUEM MAIS ENTENDE DO ASSUNTO.

De 25 a 29 de outubro, a 4ª edição da maior plataforma de moda do país chega ao Pier Mauá repleta de atrações. Confira a programação em vestierio.rio

FÓRUM SENAC - Inscrições em breve

Profissional de destaque do mundo da moda nacional discutirão temas relevantes da área em palestras como:

- Como construir uma marca de sucesso • Rio, a capital mundial do beachwear • O segredo de empresários de moda brasileiros que crescem durante a crise
- Como a moda vem deixando os estereótipos para trás.

SISTEMA Fecomércio RJ NO VESTE RIO

O Sistema Fecomércio RJ traz para o Veste Rio o papel fundamental da sustentabilidade para o presente e o futuro da moda e propõe o debate sobre uma nova forma de pensar, fazer e consumir moda.

- Espaço moda Sistema Fecomércio RJ: espaço multimarca com empresas dos segmentos de vestuário, joias e ótica do estado do RJ.
- Espaço Oficinas de Moda Sustentável: oficinas mão na massa onde roupas e acessórios ganham uma nova leitura através de técnicas de upcycling, customização e ressignificação de materiais.
- Foodbike Banco Rio: degustação de delícias tão nutritivas quanto inusitadas, preparadas a partir do aproveitamento integral de alimentos.

OUTLET

Não perca a oportunidade de comprar peças das mais badaladas grifes com descontos de até 80%. São mais de 40 marcas esperando por você.

- 26 A 28 DE OUTUBRO, DAS 12H ÀS 21H
- 29 DE OUTUBRO, DAS 11H ÀS 19H (aberto ao público)

SALÃO DE NEGÓCIOS

As grifes mais badaladas do Brasil trazem as principais tendências Outono-Inverno 17/18. Uma ótima oportunidade para compradores nacionais e internacionais fazerem ótimos negócios.

- 25 E 26 DE OUTUBRO, DAS 10H ÀS 20H • 27 DE OUTUBRO, DAS 10H ÀS 18H (somente credenciados)

VESTE RIO: A MODA AQUI É FAZER NEGÓCIO. Armazéns 2, 3 e 4 - Pier Mauá - Zona Portuária

Apresentação

Sistema

Fecomércio RJ
Sesc Senac

Sesc

Senac

Patrocínio

FIRJAN

INFORMA. FORMA. TRANSFORMA.

Companhia Aérea Oficial

Azul

Produção

Shopping Oficial

riosul

Realização

VOGUE

OGLOBO

Parceria

ABEST
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTILISTAS

TEX BRASIL

not 60

ApexBrasil

3



Em colisão

Espanha dissolve governo catalão



Na rua, Catalães pedem independência

Logo após o Parlamento catalão aprovar ontem a declaração de independência e a criação de uma república, o governo espanhol anunciou a dissolução do governo da região e a convocação de eleições regionais. EUA, Reino Unido e França se posicionaram a favor de Madrid. PÁGINAS 31 a 33

Base fragilizada

Reformas devem ficar para 2018

O calendário imposto pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, será curto para a votação das reformas, o que deverá empurrá-las para 2018. Maia iniciou tour de 9 dias no exterior, com diárias de US\$ 550. PÁGINA 3

Planalto pune infiéis

O governo Temer exonerou seis funcionários indicados por deputados que votaram contra o presidente. PÁGINA 3

Após decisão judicial

Divulgada lista do trabalho escravo

Após a polémica sobre as regras de fiscalização, o Ministério do Trabalho divulgou ontem, por determinação da Justiça, a lista suja do trabalho escravo, com 131 empregadores. PÁGINA 26



EXCLUSIVO/DINHEIRO DO TRABALHADOR

Governo planeja liberar FGTS para quitar consignado

Saque poderá ser feito mesmo quando empregado pedir demissão

Medida provisória vai autorizar o uso de até 10% do saldo para pagar empréstimos também em caso de dispensa por justa causa; integrantes do Conselho Curador temem grande perda de recursos no Fundo

Para estimular o consumo, o governo tem pronta medida provisória que vai autorizar o trabalhador que pedir demissão a sacar o dinheiro do FGTS para pagar empréstimos consignados, informa GERALDA DOCA.

Pela minuta da MP, o saque será limitado a 10% do saldo da conta vinculada do trabalhador, nas operações em que o FGTS tiver sido dado como garantia do consignado. O saque também será permitido ao tra-

balhador demitido por justa causa e nas demissões por acordo entre patrão e empregado, previstas na reforma trabalhista. Integrantes do Conselho Curador temem uma sangria nos recursos do FGTS. PÁGINA 23

Idade menor no PIS

A idade para sacar o PIS/Pasep pode ser reduzida de novo, para 55 anos. A medida liberaria R\$ 14 bilhões na economia. PÁGINA 23



A TROPA EM LUTO

PMs e a viúva do coronel Luiz Teixeira, morto em um arrastão, se emocionam no sepultamento do oficial. Suspeito do crime deixou a prisão há menos de cinco meses. Ontem, mais um policial foi assassinado no estado: já são 113 este ano. PÁGINA 12

Leilão do pré-sal rende R\$ 6,15 bi

O governo arrecadou menos que o previsto no leilão de petróleo no pré-sal. Seis dos oito blocos foram arrem-

tados, rendendo R\$ 6,15 bilhões aos cofres públicos, abaixo da previsão de R\$ 7,75 bilhões. Mas o governo come-

morou a disputa acirrada em alguns blocos, com as empresas oferecendo até 80% do lucro à União. Para o mi-

nistro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, foi um "sucesso estrondoso". PÁGINAS 24 e 25 e Miriam Leitão

Diário da violência

Vinte presos por invasão da Rocinha

Num operação conjunta, a Polícia Militar e as Forças Armadas prenderam ontem 20 pessoas no Complexo de São Carlos, que reúne favelas do Estácio e do Rio Comprido. O grupo teria participado, no dia

17 de setembro, de uma invasão à Favela da Rocinha a mando de Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem. Os detidos serão indiciados por tráfico, associação para o tráfico e organização criminosa. •



TRAGÉDIA NO RIO

De volta às ruas para matar

Acusado de assassinar coronel da PM deixou a prisão há apenas quatro meses

CAROLINA HERINGER, NATÁLIA BOERE E RAFAEL SOARES
grandierio@oglobo.com.br

Homicídio, tráfico e formação de quadrilha. Essas três acusações aparecem na ficha criminal de Matheus do Espírito Santo Severiano, de 22 anos. Depois de cumprir seis meses de prisão preventiva por ter sido flagrado com uma mochila cheia de drogas, ele saiu da cadeia no dia 1º de junho, por decisão judicial. Ontem, Matheus foi apontado como um dos quatro participantes do assassinato do coronel Luiz Gustavo Teixeira, comandante do 3º BPM (Méier), e passou a ser considerado foragido.

Em liberdade há apenas quatro meses, Matheus foi reconhecido, por foto, pelo cabo da PM Nei Vilas Bastos Filho, que dirigia o carro em que Teixeira levou um tiro no peito. O crime ocorreu na Rua Lins de Vasconcelos, no bairro de mesmo nome: por volta do meio-dia de quinta-feira, quatro homens armados desceram de um automóvel que parou à frente do veículo em que estava o oficial e o praça, e, no momento em que abordaram os policiais, o cabo sacou uma pistola e atirou. Os bandidos revidaram e, segundo peritos, foram feitos pelo menos 32 disparos durante o confronto.

BUSCAS NO COMPLEXO DO LINS

O cabo Nei, baleado numa perna, foi categorizado ao reconhecer Matheus como um dos homens com quem trocou tiros, disse o diretor da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, delegado Rivaldo Barbosa. Isso levou a PM a mobilizar, no fim da madrugada de ontem, cerca de 300 homens para uma operação no Complexo do Lins, onde vive o acusado. Foi justamente ali que ele foi preso pela última vez, no dia 20 de dezembro do ano passado, por agentes da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Matheus estava com um radiotransmissor, 73 trouxinhas de maconha e 193 tubos com cocaína.

A prisão preventiva foi revogada no dia 1º de junho pela 26ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio. Na ocasião, a sultura de Matheus foi justificada pelo fato de ele não ter cometido um crime violento. O Ministério Público estadual manifestou posição favorável à medida. Além de ser acusado de ter atirado nos PMs, Matheus, de acordo com o delegado Rivaldo Barbosa, voltou ao local do confronto minutos depois para tentar pegar a arma do oficial já morto. Desistiu ao perceber que o cabo continuava ali, e fugiu de motocicleta em direção ao Morro da Cachoeirinha. Ainda segundo a polícia, ele fez parte de um grupo que, de domingo a quinta-feira, roubou três carros na região do Méier.

Enquanto policiais militares faziam as buscas no Complexo do Lins, Teixeira era enterrado, à tarde, no cemitério Jardim da Saudade, em Sulacap. Centenas de pessoas acompanharam a cerimônia, incluindo o cabo Nei, que foi ao sepultamento de cadeira de rodas e ficou emocionado. O prefeito Marcelo Crivella e o comandante-geral da PM, coronel Wolney Dias,



Despedida. Cortejo no cemitério Jardim da Saudade, em Sulacap, onde o coronel Luiz Gustavo Teixeira foi enterrado: muitos policiais choravam enquanto acompanharam a cerimônia



Procurado. Um retrato de Matheus do Espírito Santo Severiano, acusado de participar da morte do oficial, é colado numa parede da sede da Divisão de Homicídios

que, no dia anterior, sugeriu que o governo do estado peça ajuda às Forças Armadas para o combate ao crime na região do Méier, também compareceram.

— O que está acontecendo não é normal. Estamos aqui enterrando um companheiro e, amanhã, teremos o sepultamento de mais um — disse Dias, referindo-se ao cabo do 41º BPM (Jrajá) Djalma Veríssimo Pequeno, de 36 anos, também

assassinado na quinta-feira, ao tentar impedir um assalto a uma joalheria no Shopping Guadalupe.

Mãe de Djalma, Gilma Veríssimo, fez um desabafo ontem, após liberar o corpo do PM no Instituto Médico Legal.

— Estou dilacerada. Ele, agora, é mais um na estatística. Daqui a pouco será outro. Hoje, quem entra na PM tem que comprar logo um caixão. •

DRAMA SEM FIM

NÚMERO DE PMS MORTOS ESTE ANO SOBE PARA 113

Um policial militar foi morto ao tentar impedir um assalto, ontem à tarde, no Centro de Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio. A vítima, o cabo Sandro Ribeiro Lopes, prestava serviço no batalhão do Leblon, o 23º BPM. De acordo com investigadores da Divisão de Homicídios, ele trocou tiros com Wanderlei Augusto Júnior, que também morreu no local. Sandro se tornou o 113º policial militar assassinado este ano no estado. Foi, também, o quinto PM morto esta semana.

Segundo testemunhas, o cabo estava dentro de seu carro quando viu uma jovem ser assaltada por um bandido de bicicleta. Sandro saiu do veículo e começou a persegui-lo. Pouco depois, baleou Wanderlei, que, enquanto agonizava no chão, sacou um revólver e revidou.

Uma equipe da PM ouviu os disparos e seguiu em direção ao local do confronto. Quando chegou, Sandro e Wanderlei já estavam mortos. O cabo foi rapidamente identificado porque levava sua farda no banco de trás de seu carro.

Pezão diz que não dá para conter violência no estado 'só com forças policiais'

Segundo governador, presença de tropas federais fez roubo de carga cair 30%

JOSE PENSEIRO* E ANTONIO WERNICK
grandierio@oglobo.com.br

—RIO BRANCO E RIO. No dia em que as Forças Armadas voltaram às ruas do Rio em apoio à polícia, o governador Luiz Fernando Pezão admitiu que o estado não

consegue combater o crime organizado sem a ajuda da União. Pezão, que participou ontem em Rio Branco, capital do Acre, do 1º Encontro de Governadores do Brasil pela Segurança e Controle da Fronteira, afirmou ainda que, se o governo federal não fizer um trabalho de repulsa ao crime nos limites do território brasileiro, o trabalho no Rio será "enxugar gelo".

— No Rio de Janeiro, onde há três grandes facções do tráfico e também a milícia, não dá combater o crime organizado só com

as forças policiais — disse Pezão na presença de 20 governadores e quatro ministros: Raul Jungmann (Defesa), Sérgio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional), Torquato Jardim (Justiça e Segurança Pública) e Aloysio Nunes Ferreira Filho (Relações Exteriores).

Agradecendo aos ministros pelo envio de tropas federais ao estado, o governador do Rio voltou a lembrar que, depois da chegada dos militares, o roubo de carga diminuiu.

— Tivemos uma queda de

cerca de 30% no número de roubos de cargas. Sempre tenho pedido que os resultados sejam divulgados — disse o governador.

Ele informou também que as forças estaduais de segurança já recolheram 400 fuzis com os traficantes este ano.

— O fuzil é uma arma de guerra. Não é fácil para a Polícia Militar enfrentar um bandido armado com fuzil. Um bandido assalta uma lanchonete, um transeunte, com uma arma de guerra. Em qualquer país do

mundo isso seria classificado como um ato terrorista e exigiria uma mobilização das Forças Armadas — disse Pezão.

Os governadores fizeram pressão para que a União crie um Fundo Nacional de Segurança Pública como uma medida para combater o crime organizado dentro e fora das prisões. A proposta será encaminhada ao presidente Michel Temer. Também foi sugerida ênfase no trabalho de inteligência, através de um Sistema Nacional de Segurança.

— É algo urgente. Precisamos levar ao Congresso uma proposta de criação de um fundo de segurança pública. Precisamos de ajuda — disse Pezão, que estava acompanhado do secretário estadual de Segurança, Roberto Sô. O encontro no Acre terminou com a assinatura da chamada Carta do Rio Branco, que propõe uma série de medidas para conter o avanço da criminalidade no país. •

*Especial para o GLOBO

ANEXO 4

Imagens do jornal *Diário de Notícias*



MENU

18

Diário de Notícias

Droga nas ruas de Lisboa. "Isto é uma coisa um bocado estúpida"

previstas na lei desde 2001. Roteiro de lugares de consumo e perplexidades.

Fernanda Cândia

28 Janeiro 2017 — 00:49

f

t

+

TÓPICOS

• Toxicodependência

• Sociedade

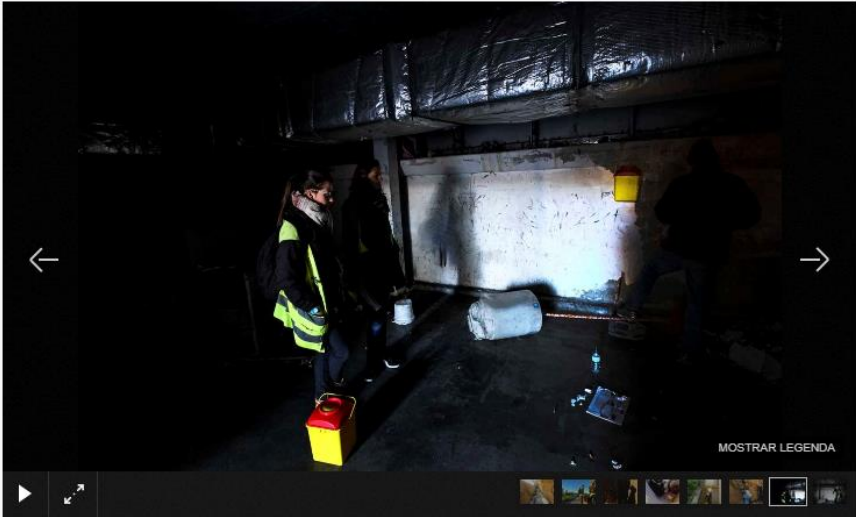
• Reportagem

Relacionados

LISBOA

Salas de consumo. A solução "necessária" que

←



→

MOSTRAR LEGENDA

346

